

CSOnline

Revista Eletrônica de Ciências Sociais

EQUIPE EDITORIAL

Brenda Rodrigues Barreto Silva
Danira Morais Silva
Evelize Cristina Moreira
Gabriel Tisse da Silva
Gustavo Fernandes Paravizo Mira
João Paulo Louzada Vieira
Laura Mostaro Pimentel
Leonardo Francisco de Azevedo
Mariana Gomes
Raquel dos Santos Duque
Raquel Medeiros

REVISÃO

A responsabilidade final sobre a revisão dos textos da CSONline –
Revista Eletrônica de Ciências Sociais é dos próprios autores.

PROJETO GRÁFICO

Raquel Medeiros

CAPA

Luan Oliveira

CONSELHO CONSULTIVO

Cássio Brancalione (UFFS)
Diogo Tourino (UFV)
Eduardo Salomão Condé (UFJF)
Eduardo Magrone (UFJF)
Elizabeth Pissolato (UFJF)
Euler David Siqueira (UFJF)
Fátima Tavares (UFBA)
Francisco Colom González (IFCSIC/Espanha)
Inácio Manuel Cruz (FIC)
Ignácio Godinho Delgado (UFJF)
Jessé Souza (UFJF)
João Dal Poz Neto (UFJF)
José A. Figueiredo Santos (UFJF)
Juliana Anacleto (UFMG)
Jurema Gorski Brites (UFSM)
Leonardo Andrada (UFJF)
Marcela Beraldo (UFJF)
Marcelo Camurça (UFJF)
Octávio Bonet (UFRJ)
Paulo Fraga (UFJF)
Raul Francisco Magalhães (UFJF)
Rogéria Campos (UFJF)
Rubem Barboza Filho (UFJF)

Sumário

Dossiê “O lugar das Ciências Sociais nas pesquisas sobre futebol”

APRESENTAÇÃO

Caroline S. Almeida; Daniel M. Conceição; Carmen S. Rial 08

BLACK ATLANTIC FOOTBALLER

Carmen Rial 15

SOBRE AS TRAJETÓRIAS DE FUTEBOLISTAS INFAMES: PODER SOBRE A VIDA E PODER DA VIDA

Luciano Jahnecka 37

DILEMAS DA DUPLA CARREIRA: PROJETO ESCOLAR E FUTEBOLÍSTICO DE ESTUDANTES-ATLETAS DAS CLASSES MÉDIAS E ALTAS DO RIO DE JANEIRO

Carlus Correia; Antonio Soares 51

A CIRCULAÇÃO E OS CIRCUITOS FUTEBOLÍSTICOS DE JOGADORAS BRASILEIRAS

Mariane da Silva Pisani 76

A CONCOMITÂNCIA ENTRE ESTUDAR E JOGAR: OBSERVAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE DESCONTINUIDADE NA ESCOLARIZAÇÃO DE JOGADORES DE FUTEBOL EM FORMAÇÃO

Daniel Machado da Conceição; Alexandre Fernandez Vaz 91

ESPORTE E IDEOLOGIA NO PERIÓDICO ON-LINE EL PAÍS BRASIL

Cristiano Mezzaroba; Fernando Gonçalves Bitencourt 109

COPA DO MUNDO DE CLUBES DA FIFA (2010-2017): REPRODUÇÃO DA COLONIALIDADE SOB A PERSPECTIVA DO SISTEMA-MUNDO MODERNO

Juliano Oliveira Pizarro; Carmen Silvia de Moraes Rial; Luiz Carlos Rigo 139

MENINOS BONS DE BOLA: TRANSMASCULINIDADES EM QUADRA

Julian Pegoraro Silvestrin; Alexandre Fernandez Vaz 153

“DEVE OU NÃO DEVE O FOOTBALL INVADIR OS DOMÍNIOS DAS SAIAS?”: HISTÓRIAS DO FUTEBOL DE MULHERES NO BRASIL

Caroline Soares de Almeida; Thaís Rodrigues de Almeida 168

AS GERAÇÕES DE GRUPOS ORGANIZADOS DE TORCEDORES NO BRASIL: O CAMINHO ATÉ AS ALIANÇAS

Eduardo Araripe Pacheco de Souza 192

A GUERRA DO PARAGUAI E O IMAGINÁRIO ESPORTIVO CATARINENSE Cristhian Cajé	219
Dossiê "Relações de gênero e sexualidade na cibercultura"	
APRESENTAÇÃO Júlia Pessoa Varges; Ramon Silva Costa	241
"DISCRETO, SIGILOSO, NÃO AFEMINADO": REPRESENTAÇÕES IDENTITÁRIAS E HETERONORMATIVIDADE NO APLICATIVO DE RELACIONAMENTOS <i>GRINDR</i> Thiago Benitez de Melo; Maria Elena Pires Santos	249
"EU ACHO QUE CRESCENDO NÓS VEMOS CERTOS CORPOS E CERTAS RAÇAS TENDO MAIS EXPOSIÇÃO E ATENÇÃO E VOCÊ PENSA: 'AH ISSO QUE É BELEZA, COM ISSO QUE VOCÊ PRECISA PARECER'." – DISPUTAS, NEGOCIAÇÕES E (RE)CONSTRUÇÕES DAS MASCULINIDADES ENTRE O <i>ONLINE</i> E O <i>OFFLINE</i> José Rodolfo Lopes da Silva	270
ESTALQUEANDO VERÔNICA: ATIVISMO E MEDIAÇÃO SOCIOCULTURAL DA TRANSGENERIDADE EM MEIO À PANDEMIA Emerson Silva Meneses	286
DO MUNDO OFFLINE PARA O ONLINE: DISCURSOS EM REDE CONTRA A INCLUSÃO DE ATLETAS TRANSEXUAIS Thiago Camargo Iwamoto	301
MASCULINIDADES AMEAÇADAS: O PORNÔ DE VINGANÇA COMO PROVA DE VIRILIDADE Marcos Milner	324
PRAZERES DISSIDENTES: PORNOGRAFIA GORDA NAS REDES DIGITAIS Maria Luisa Jimenez	345
UM ESTUPRO DE SESSENTA MIL: FEMINISMOS 2.0 E A CIRCULAÇÃO DO CONCEITO DE CULTURA DO ESTUPRO Iulí do Carmo Melo	362
RECURSOS ARGUMENTATIVOS NA <i>HASHTAG</i> #MEUAMIGOSECRETO: ANÁLISE DOS ENUNCIADOS NO FACEBOOK Ana Luiza Cordeiro	385

AS ORDENS DE INDEXICALIDADE MOBILIZADAS EM DISCUSSÕES SOBRE ABORTO NA INTERNET

Pamella Opsfelder de Almeida 402

ELEIÇÕES E REDES SOCIAIS: UMA ANÁLISE DAS POSTAGENS DA CANDIDATA MANUELA D'ÁVILA NO FACEBOOK

Gabrielle dos Santos Marques 427

Traduções

ATRÁS DE NÓS: MOISHE POSTONE E O ENSINO DE TEORIA SOCIAL

Benjamin Y. Fong; Jeremy Cohan; Moishe Postone 447

Artigos de fluxo contínuo

VIOLÊNCIA ESCOLAR E INTERVENÇÃO POLICIAL: UM ESTUDO COMPARATIVO DE PRÁTICAS E DE MODELOS DE ATUAÇÃO NA BUSCA PELA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS

Ricardo Bedendo 475

DECISÕES SOCIOECONÔMICAS: UMA REVISÃO DA LITERATURA ACERCA DOS DETERMINANTES SOCIAIS NA LOCALIZAÇÃO DO INVESTIMENTO ECONÔMICO

Lucas Lemos Walmrath 507

JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA E *BACKLASH* LEGISLATIVO NO BRASIL: RECONHECIMENTO JUDICIAL DA UNIÃO HOMOAFETIVA (2011 – 2018)

Otávio Santiago Gomes da Silva 533

DILMA VS TEMER: O QUE FOI PROMETIDO E O QUE REALMENTE MUDOU PARA O MERCOSUL?

Ana Carolina dos Santos Costa; Victor Tavares Barbosa 555

Artigos de graduação

O DIREITO À MORADIA X PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: ESPACIALIZAÇÃO DOS MARGINALIZADOS NAS CIDADES DE SÃO JOÃO DEL-REI E BARBACENA

Lorran Kahel Melquiades Santos; Otávio Manoel Marchiori Carazza Vale 580

UMA ANÁLISE DE REDE DAS MÍDIAS TRADICIONAIS E A COBERTURA DAS ELEIÇÕES DE 2018

Renan Barbosa Diniz; Virgílio de Araújo Mendes

601

Resenhas

O QUE PODE UMA ANTROPOLOGIA DA CIDADE?

Fernando Pinho

618

APRESENTAÇÃO

Caroline Soares de Almeida¹

Daniel Machado da Conceição²

Carmen Silvia Rial³

A aproximação entre futebol e pesquisas nas Ciências Sociais não é novidade no Brasil. Desde o início, esse esporte mostrou-se um fenômeno urbano bastante significativo pelo seu alto poder de espetacularização – assim, foi aproveitado por diferentes atores na tentativa de se obter vantagens políticas. Em 1938, Gilberto Freyre publicou no Diário de Pernambuco uma análise social e cultural da seleção brasileira que excursionava pela Europa, tendo como destaque o atacante Leônidas da Silva – jogador negro, considerado um dos maiores ídolos do futebol no país. Escrevia Freyre, utilizando as categorias de Spencer: “O *estyl*o mulato, afro-brasileiro de *foot-ball* é uma forma de *dansa dionisíaca*⁴”. Essa perspectiva foi retomada pelo autor, anos mais tarde ao prefaciar “O negro no futebol brasileiro”, de Mário Rodrigues Filho (1947), e no texto “O futebol e a dança” (1971). Uma década depois, Maria Isaura de Queiroz (1948), seguindo a mesma linha Freyre, escreve “O futebol e o caráter dionisíaco do brasileiro⁵”, desta vez, abordando as categorias dionisíaca e apolínea como padrões culturais sob a perspectiva de Ruth Benedict – e, de certa forma, inaugurando a presença do futebol no pensamento social brasileiro pelo viés culturalista. No entanto, a primeira pesquisa sobre futebol defendida em uma pós-graduação, na grande área das Ciências Sociais, no país, foi apresentada apenas em 1977. Trata-se da dissertação de mestrado de Simoni Lahud Guedes, no

¹ Doutora e Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Possui Graduação em História também pela Universidade Federal de Santa Catarina e Bacharelado em Educação Física pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Integra o grupo de pesquisadoras do Instituto de Estudos de Gênero (IEG/UFSC). Desde 2011, é pesquisadora do Núcleo de Antropologia Audiovisual e Estudos da Imagem (NAVI/UFSC), atuando, principalmente, nas áreas de esporte, globalização e gênero. E-mail: almeidacarol82@gmail.com

² Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação/UFSC, Mestre em Educação, graduação em Ciências Sociais pela UFSC. Integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisa Educação e Sociedade Contemporânea (NEPESC/CED/UFSC), membro do Grupo Esporte e Sociedade. Bolsista no Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina UNIEDU/Pós-Graduação.

³ Jornalista e antropóloga tem doutorado em Antropologie et Sociologie pela Université de Paris V (1992). Professora Titular (2016) do Departamento de Antropologia da UFSC (1982), atua no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social e no Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas. É editora Associada de Anais da Academia Brasileira de Ciências. Participou da criação das revistas Ilha, Vibrant, Novos Debates e da TV ABA e integra mais de 20 conselhos editoriais entre os quais o da American Ethnologist e de Etnográfica. Coordena o Núcleo de Antropologia Audiovisual e Estudos da Imagem (Navi), o Grupo de Antropologia Urbana e Marítima, e integra o Instituto de Estudos de Gênero (IEG). Foi presidente da Associação Brasileira de Antropologia (2013-2015). Atualmente, é Presidente do Conselho Mundial de Associações Antropológicas (WCAA) e coordenadora da União Mundial de Antropologia (WUA).

⁴ FREYRE, Gilberto. *Foot-ball Mulato*. Diário de Pernambuco de 17 de junho de 1938.

⁵ PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. *Revista Joaquim*, n. 18, 1948

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (UFRJ), intitulada “O futebol brasileiro: instituição zero”.

Diante dessa tradição nos estudos de futebol, atribuída às Ciências Sociais, o Núcleo de Antropologia Visual e Estudos da Imagem⁶ (NAVI) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) realizou a primeira edição do Simpósio de Futebol em 2010 – tendo como temática “Espetáculo e Corporalidade”. O evento reuniu trabalhos acadêmicos e visuais de diferentes pesquisadoras/es de universidades do Sul, do Sudeste e do Nordeste. Em maio de 2012, a segunda edição do Simpósio de Futebol explorou discussões sobre mídias, migrações e sociabilidades. Além das sessões temáticas com apresentações de trabalhos e das mostras visuais, essa edição contou com mesas redondas. Participaram desses debates: Simoni Lahud, Arlei Damo, Carmen Rial, Alexandre Vaz, Matias Godio, Luiz Antônio Carvalho da Rocha, Fernando Bitencourt, Édison Gastaldo, entre outras/os.

A última edição aconteceu no final de 2018, em formato condensado⁷ de um dia, sendo composto por duas mesas redondas e uma mesa de encerramento com Simoni Lahud Guedes. O título escolhido foi III Simpósio de Futebol: “Nossa América em Campo”⁸. Embora mais interno à UFSC, esse evento debateu questões de alta relevância para as Ciências Sociais como: corpo, moral, formação esportiva, gênero e globalização.

Este dossiê reúne onze estudos sobre o futebol brasileiro, debatidos durante os Simpósios de Futebol promovidos pelo NAVI nesses dez anos de existência. São pesquisas que têm o futebol como temática, seja pelo grau que esse fenômeno esportivo atinge nos múltiplos setores da sociedade brasileira, seja pela relevância que o tema tem tomado durante esses quase noventa anos da produção científica das Ciências Sociais no país – sendo a segunda alternativa, reflexo da primeira. Diante das possibilidades que as relações entre futebol e Ciências Sociais nos oferecem, os textos aqui apresentados abordam as relações estabelecidas entre: futebol e corporalidade; futebol e mídias; futebol e torcidas organizadas; futebol e marcadores sociais da diferença; futebol e globalização; futebol e política; futebol e educação/formação esportiva; futebol e migração.

O mercado de futebolistas sul-americanos para clubes de futebol

⁶ Embora seja um núcleo de Antropologia Visual e estudos da imagem, o NAVI congrega pesquisas na área de antropologia urbana e globalização cultural. É coordenado por Carmen Rial.

⁷ Em função dos cortes orçamentais na área da educação.

⁸ O título foi escolhido em função da mesa final que seria composta também pelo Dr. Pablo Alabarces, no entanto, por motivos pessoais, o professor argentino cancelou sua participação no simpósio.

globais é a temática de “Black Atlantic footballer”, artigo de abertura deste dossiê, escrito por Carmen Rial. O texto, inicialmente apresentado em uma conferência na Universidade de Londres em 2018, apresenta uma importante reflexão sobre as representações – entre valorizações positivas e negativas – atribuídas aos jogadores brasileiros que atuam na Europa. Durante quase duas décadas de pesquisa etnográfica, a antropóloga identificou que muitos dos estereótipos étnicos ainda persistem, perpetuando imagens racistas que remetem à época do tráfico negreiro no Atlântico e que possuem consequências econômicas diretas nas transações comerciais entre clubes e agentes.

O artigo seguinte, escrito por Luciano Jahnecka, desvela a trajetória de jogadores de futebol que constroem carreiras às margens de uma profissão midiaticizada. Os futebolistas infames representam um contingente de jogadores profissionais que não atingem o estrelato e a circulação em clubes de grande expressão. Portanto, possuem uma carreira pouco conhecida, cheia de percalços e com tomadas de decisões constantes em meio a certas condições. Ao ler “Sobre as trajetórias de futebolistas infames: poder sobre a vida e poder da vida”, o autor argumenta a respeito de um duplo uso da noção de biopolítica a partir das escolhas que os atletas realizam durante suas carreiras, um “poder sobre a vida” e um “poder que uma vida exerce”.

O terceiro artigo avança nas questões sobre a formação de atletas e a concomitância com a escolarização. O texto de autoria do Carlus Augustus Jourand Correia e Antônio Jorge se enquadra no campo de estudos sobre a dupla carreira. Os conceitos de projeto e campo de possibilidades são acionados para maior compreensão de como atletas em formação pertencentes às camadas médias da cidade do Rio de Janeiro/RJ elaboram estratégias para realização das duas atividades formativas: futebol e escola. O texto “Dilemas da dupla Carreira: projeto escolar e futebolístico de estudantes-atletas das classes médias e altas do Rio de Janeiro” é resultado de uma pesquisa com 15 atletas das categorias de base de diferentes clubes. Como resultado, foi possível perceber que o campo de possibilidades e a trajetória familiar (capital cultural) influenciam na construção das crenças e nas estratégias adotadas para escolarização e para formação futebolística.

O texto “A circulação e os circuitos futebolísticos de jogadoras brasileiras” apresenta alguns resultados de oito anos de pesquisa etnográfica sobre o Futebol Feminino. A autora Mariane da Silva Pisani articula os conceitos teóricos e analíticos de “circulação futebolística” e de “circuito” para descrever o movimento das

jogadoras que buscam nos clubes das regiões Sul e Sudeste melhores condições profissionais e de visibilidade. O texto também traz um panorama histórico sobre as pesquisas que abordam o Futebol Feminino a partir da primeira dissertação sobre o tema em 1997. A discussão do texto atravessa as muitas pesquisas sobre a temática e propõe aprofundar algumas questões relativas aos circuitos nacionais construídos e vivenciados por mulheres brasileiras que atuam nos clubes futebol.

“A concomitância entre estudar e jogar: observações sobre o processo de descontinuidade na escolarização de jogadores de futebol em formação” é o título do quinto artigo que compõe o dossiê. Escrito por Daniel Machado da Conceição e Alexandre Fernandez Vaz, aborda a formação de atletas das categorias de base do futebol de campo a partir das relações estabelecidas no ambiente escolar. A pesquisa de campo foi realizada nos dois clubes formadores existentes na cidade de Florianópolis: o Avaí F. C. e o Figueirense F. C.. Os autores refletem sobre a categoria de estudante-atleta, definido pelo duplo papel exercido no clube e na escola, em função dos projetos de carreira almejados por esses jovens em idade escolar.

Na sequência, Cristiano Mezzaroba e Fernando Bitencourt realizam um importante estudo documental das reportagens esportivas veiculadas no periódico online El País Brasil, identificando-as a partir da análise crítica thompsoniana sobre a categoria “ideologia”. A ideia da pesquisa surgiu da problemática atual deflagrada pelo crescimento da extrema direita neoliberal no Brasil e, por conseguinte, de todo o pensamento segregacionista conferido a essa expressão política. As reportagens escolhidas correspondem a debates cotidianamente travados no país e que também são reproduzidos nas arenas esportivas por diferentes atores sociais, entre atletas, torcidas, telespectadores, jornalistas, representantes governamentais, etc. diante disso, o texto, intitulado “Esporte e ideologia no periódico on-line El País Brasil”, divide o material coletado em cinco agrupamentos temáticos: machismo; política e fascismo; racismo; mercadorização e tecnologias; e homofobia e preconceitos/assédio sexual.

O sétimo artigo, “Copa do Mundo de Clubes da FIFA (2010–2017): reprodução da colonialidade sob a perspectiva do Sistema-Mundo Moderno”, é assinado por Juliano Pizarro, Carmen Rial e Luiz Carlos Rigo. Nele, a análise sobre os fluxos de futebolistas homens nos campeonatos internacionais entre clubes e o mercado esportivo global é pautada a partir do diálogo entre as teorias da Economia Política dos Sistemas-Mundo, desenvolvida por Wallerstein, e as pós-coloniais e decoloniais. O recorte da

pesquisa compreende os anos de 2010 a 2017.

O rompimento com a normatividade instituída nas modalidades de futsal entre “feminino” e “masculino” é trabalhado por Julian Silvestrin e Alexandre Vaz em “Meninos Bons de Bola: transmasculinidades em quadra”. Os autores reforçam a ideia de que a emergência de sujeitos trans em espaços públicos esportivos/de lazer suscitam experiências de subjetividade diferenciadas e que só podem ser compreendidas por esses corpos dissonantes. Diante disso, recorrem a notícias e matérias publicadas sobre a equipe de futsal Meninos Bom de Bola, composta por homens trans da cidade de São Paulo, sob a luz do conceito de Wagner Camargo de “práticas esportivas dissonantes”.

O artigo de Caroline Soares de Almeida e Thaís Rodrigues de Almeida aborda o contexto político no início da década de 1940 que levou à proibição do futebol – entre outros esportes que, segundo o pensamento científico hegemônico da época, “atentassem contra a natureza da mulher”. As autoras apresentam diferentes atores que tomaram parte do debate, entre jornalistas, teóricos, médicos, agentes da lei e as futebolistas, tendo como fontes as notícias de jornais veiculados na época. Dessa cena figuram as trajetórias de clubes do subúrbio do Rio de Janeiro, tal como o Primavera A. C., que foram centrais nessa discussão. “Deve ou não deve o football invadir os domínios das saias? Histórias do futebol de mulheres no Brasil” nos mostra como, entre incentivos e depreciações, as mulheres acabaram sendo impedidas de ocupar os espaços destinados ao futebol no país, seja nos campos ou nos veículos de comunicação.

O texto “As gerações de grupos organizados de torcedores no Brasil: o caminho até as alianças” discute um tema de grande relevância para o clubismo. O autor Eduardo Araripe Pacheco de Souza realiza uma análise sobre os “torcedores organizados” e/ou “torcedores uniformizados”, avançando na discussão e formulando a criação de uma nova categoria de análise, denominada de “grupos organizados de torcedores”. A partir do método etnográfico, foi possível perceber a rede de relações que passam a constituir alianças entre os grupos organizados. As alianças formam uma rede de reciprocidade entre grupos de municípios e mesmo de estados diferentes. Diante disso, apresenta a organização, o comportamento, o perfil social e as características associativas desses grupos, o que amplia o entendimento sobre o contexto das ações dos chamados grupos organizados de torcedores.

O último texto, “A guerra do Paraguai e o imaginário esportivo catarinense”, embora não explore diretamente o futebol, demonstra como a inserção da prática do remo na cidade de Florianópolis compartilhou dos mesmos signos e ideais associados ao chamado esporte betrão, introduzido no local alguns anos mais tarde. Em diferentes cidades brasileiras concebe-se que as pessoas aprenderam a torcer nos estádios a partir das regatas, e na capital catarinense não foi diferente. Entre esses elementos semióticos se encontra a idealização do soldado-cidadão, fortemente incorporado à construção do projeto de nação a partir da narrativa da experiência considerada vitoriosa do Brasil na Guerra do Paraguai. O autor, o antropólogo Cristhian Cajé, a partir de fotografias encontradas durante seu trabalho de campo no Clube Náutico Riachuelo – o mais antigo da capital – demonstra como essa narrativa foi incluída no decorrer dos cem anos de existência da instituição e como diretoria e atletas continuam recorrendo a esses símbolos na atualidade.

A coletânea de textos aqui apresentada compila diferentes pontos de vistas das Ciências Sociais sobre a temática do futebol – e de suas variantes modais. Todos os estudos dialogam entre si, formando uma comunidade de pesquisadoras e pesquisadores espalhadas/os por todas as regiões do país, além de outros países da América do Sul.

Após o aquecimento e a preleção final, chegou o momento de entrar em campo. Cada autor perfilado com seu texto deve ocupar uma posição dentro do gramado. Não há esquema tático que possa vencer uma seleção de craques, que por meio da arte na escrita acrescentam mais detalhes para compreensão do esporte futebol, esse encarado como um fenômeno social.

Apita o juiz! Rola a bola, ou melhor, se abrem as páginas. Se podemos dar um conselho: com um time desses, só com marcação cerrada.

Boa leitura a todas e todos.

Referências Bibliográficas:

FREYRE, G. “Futebol brasileiro e dança” In FREYRE, Gilberto. Seleta para jovens. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1971.

FREYRE, Gilberto. Foot-ball Mulato. Diário de Pernambuco de 17 de junho de 1938.

GUEDES, Simoni Lahud. O Futebol Brasileiro: Instituição Zero (Dissertação de Mestrado em Antropologia Social). Museu Nacional, 1977.

GUEDES, S. O povo brasileiro no campo de futebol: o futebol e a construção da

identidade nacional. Letras, n.54/56, agost/out., 1998.

PEREIRA DE QUEIROZ. Maria Isaura. Revista Joaquim, n. 18, 1948.

RODRIGUES FILHO, Mário. O negro no futebol brasileiro. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

BLACK ATLANTIC FOOTBALLER¹

Carmen Rial²

"A team without a Brazilian is not a team. But a team with 3 or 4 Brazilian players, well, it depends on the profile but it may not be a great team.

I'm kidding. "

(Mourinho, interview with ESPN Brazil, April 28, 2018).

Abstract:

This chapter explores the dual image of Brazilian players, addressing how, in different historical spaces and by different agents, racial and ethnic categories of national and regional identity have been negotiated in the world of football. In so doing, it focus on some particular representations of the population of South American footballers who travel or have travelled through Europe to work professionally for global clubs, based on ethnographic research conducted with Brazilian footballers. Our findings indicate that ethnic and racial stereotypes persist, have economic consequences when they involve commercial transactions and more seriously, perpetuate racist images that refer to the time of slavery.

¹ Keynote conference presented at the symposium The Black Atlantic Footballer, University of London, May 2018.

² Professor at the Federal University of Santa Catarina, is a researcher of the CNPq (National Council of Scientific and Technological Development)

Introduction

In a recent interview, the notorious coach José Mourinho synthesized an opinion I have seen expressed by many voices throughout my research. A mix of admiration for talent and concern about rebelliousness appears in the form of a joke, a veiled or explicit accusation. I would like to speak today about this dual image of Brazilian players, addressing how, in different historical spaces and by different agents, racial and ethnic categories of continental, national and regional identity have been negotiated and manipulated in the world of football. I will focus on some particular representations of the population of South American footballers who travel or have travelled through Europe to work professionally for global clubs, based on ethnographic research conducted with Brazilian footballers who are celebrities abroad.

The connection between football and globalization deserves attention not only because sport, and particularly football, has a cultural centrality, which reflects aspects of globalization, but because it also influences and redefines uses of the term globalization. In an analogy with Sassen's (1991, 2003) category of global cities, I would say that global clubs are those that have transcended the boundaries of their cities, regions and even nation-states. Global clubs are nodes of economic, human, media, and symbolic flows. They have players from different parts of the world, concentrate globally circulating capital, are present in the media in different countries, have fans spread around the planet and reach the imagination of a planetary population. It is to global clubs that the expatriated footballers of the black Atlantic wish to go, moving from South to North. That said, we must recognize that football globalization is shaped, initiated and also limited by local societal contexts and specific societal interactions between local and global.

But I would like to make an initial warning. As we know, football is a highly exclusive profession. It is estimated that out of 100 players who reach the junior category in Brazil (the last before professionalization), only 1 becomes professional. Ninety per cent of these professionals earn between 1 and 4 minimum wages per month (between 200 and 800 pounds). Of the remaining 10%, who earn above 800 pounds, I estimate that only 1% will play abroad.

These happy few number about three thousand and are among the approximately 2.5 million Brazilians who live abroad today. Of these, only 800 will receive millionaire wages.³ It was with this minority of a minority that I began an ethnography in 2003 in a study that travelled along with some of them. The international path of most expatriate players goes from Brazil to Portugal, repeating in reverse the world's largest slave trade, which was directed by Portugal, from Africa to Brazil and was responsible for the forced dislocation of more than five million people, from 1501 to 1867, one of the largest migrations in history.

The football players I study are special emigrants who are simultaneously labour force and commodity (MARX, 1978 [1887]): they work, concentrate other's work, and circulate as commodities (BITENCOURT, 2007). Even though it is numerically a minor migratory flow, this emigration has a significant impact on Brazil's financial landscape and a strong presence in the *mediascape* (APPADURAI, 1990). Its main protagonists, players like Gabriel Jesus or Neymar (or Ronaldo and Ronaldinho before them) are certainly among the best known men in Brazil and among the best-known of all men anywhere in the world. They are celebrities, and they are black, a confluence that dates back to the twentieth century.

Blacks, recent presence

In fact, analysing the flows of black players across the Atlantic (this discrete geo-political unit in the modern capitalist world-system that links Africans, Americans, Caribbeans, Brazilians and British, as defined by Gilroy), we see that they are not new – but have grown enormously since the 1990s.

The world discovered South American football in the 1920s, through the Uruguay team at the Paris and Amsterdam Olympics (1924 and 1928), and then at the World Cup in Montevideo (1930). Global fans were particularly charmed by a special type of South American player, the dribblers, who were able to avoid the corporal shock through what is known in Brazil as *ginga* a fluid and graceful style of play.

In the 1920s Europe discovered black talent in dance, music, and football and found it marvellous. Maurice Pefferkorn, a French

³ Between 400,000 and 40 million euros per year

journalist at the 1924 Paris Olympics, wrote about Uruguayan players: "We are watching men who seem to have found a second nature in football." Another journalist added: "I saw before me the revelation of a football dream. He had everything: ease, finesse and inspiration "(RYSWICK, 1962, p. 45 *apud* LANFRANCHI; TAYLOR, 2001, p. 69).

The focus of this admiration was the ability to dribble. There have been a number of attempts to historically explain the preference of the subaltern for dribbling over physical contact, as a strategy of resistance of blacks and mulattos in the rare encounters of their teams with teams of white men. Given the high degree of racism and predictable punishments issued if a white man were physically hit, dribbling was the mode found by *criollos* and mestizos, blacks and mulattos to avoid physical proximity in sporting disputes. In this explanation, the dribble somehow echoes the invention by their ancestors – Brazilian slaves – of capoeira. This form of training for martial struggle that was disguised as a dance because the martial struggle was outlawed by the sugarcane plantation owners. Dribbling, meanwhile, a strategy that has been called "weapons of the weak" (SCOTT; 1985), was a sort of introduction of dance steps into sport to deceive, disconcert and in extreme cases break down and demoralize an opposing team. Whether this is true or not, dribbling and a South American style of play were given racial explanations.

This marks the initial fabrication of the myth associated with South American footballers, who were considered to have special physical talents and remarkable aesthetic qualities. Europe, and especially France, was undergoing a period of cultural ferment and the discovery of the Black Other occurred in many instances, football being only one of them. It was the time of the 'crazy years' of *Ballets Nègres* and Josephine Baker, and Carlos Gardel and the Argentine tango in Paris. It was a time when black American fox-trot and jazz musicians, black Brazilian musicians of chorinho and black boxers toured Europe. And it was the time when anthropologists and artists toured Africa.

The stylistic qualities of the 'beautiful game' were explained by the biological, naturalized, and associated with race and nation.

In Brazil, in the nineteenth century, in football's early days, Gobineau's prevailing racist theory affirmed that blacks were

intellectually inferior to whites, but superior in physical strength. Football requires physical ability, a quality that has been attributed to blacks since the time of this influential French theorist. Since the colonial and slave epoch this imaginary saw black women as nursemaids for white children, as lovers and as reproducers of slave labour. Its counterpart for men also emphasized their corporal attributes. But let's not fool ourselves; football was a sign of Modernity, that came from Europe, which was carried to Brazil in the baggage of an elite youth who had studied in England. According to historians, it was the British-born Brazilian Charles Miller who introduced the game to the South American country in 1894.

The path of access to this modern sport for blacks was long and tortuous. In its early days, football was for gentlemen, not manual workers, especially not blacks. From its earliest period South America colonialism defined domestic relations, in which a small Europeanized elite dominated the vast majority of the population. A situation that continues until today in Brazil, when 1% of the population controls 50% of the wealth, with the remaining 50% divided by more than 200 million Brazilians. The language of football was English, and it was expected that a player could understand and say 'man on you' when a player of his team with the ball was threatened by an opponent. And there was 'take you man', 'come back forwards' as well as the names of the eleven player positions, always in the original language of the 'Breton' sport: goalkeeper, fullback-right, fullback-left, halfback-right, centre-half, halfback-left, winger-right, inside-right, centre-forward, inside-left, and winger-left. "The Argentinian Football Association did not allow Spanish to be spoken at the meetings of its directors, and the Uruguay Association Football League outlawed Sunday matches because it was British custom to play on Saturday" (GALEANO, 2018, p. 24-25).

However, not requiring complex equipment, the sport quickly became popular among the poor, especially factory workers (LEITE LOPES, 2009) who organized their own leagues and championships – that of the blacks in the south was called the Black Legs League. The first star black players emerged from these leagues. Coveted by white teams, they were forced to wear facial make-up to disguise their colour and to undergo long treatments to disguise curly hair – as did the great black player Friedenreich:

First he moistened his hair with oil. Then, with the comb, he pulled it back. The hair did not yield to the comb, it did not lie on the head, it wanted to get up. Friedenreich had to pull the comb back hard and with his free hand hold his hair. Otherwise it would not stick to his head, like a hood.

The comb and the hand were not enough. He had to tie a towel to his head, make the towel a turban, and bury his head in it. And wait for the hair to settle. "(RODRIGUES FILHO, 2003, p. 61)

In 1921, the president of Brazil Epitacio Pessoa banned blacks from the national team, since only white athletes were considered ideal for projecting abroad the image of the best in Brazilian society. Pessoa made this declaration at a time when blacks began to join Brazil's leading teams under the condition that they whitened their faces with 'rice powder' and wore hats to hide their curly hair.

The few blacks in the selection in 1950, especially the goalie Barbosa and the left-half Bigode, were accused of indolence, and of lacking moral quality. They were blamed for the nation's defeat at the 1950 World Cup final⁴.

Still, over time, the clubs (as teams are known – and to which both players and dues paying fans belong) were giving up the prohibition and including blacks (Gremio, for example, only did so in 1952. But at its first game with a black player numerous fans tore up their club memberships and threw them onto the field in protest). There was thus a mixture of admiration for physical qualities regarded as naturally superior and contempt for 'inferiorities of character'. This racist vision was deeply expressed in books written by Lyra Filho, head of the Brazilian delegation at the 1954 World Cup⁵:

Lyra Filho made a comparison between Brazilian players and the members of the Hungarian team, which had beaten Brazil 4 to 2 in the quarterfinals. Seeing the Hungarians as the quintessential Europeans, the author argued that the Brazilian players were always guided by their instincts rather than reason, and their behaviour was

⁴ "Experienced as 'one of the greatest tragedies in contemporary Brazilian history', Da Matta observes, because it was collectively perceived as the loss of the historical chance to finally escape the condition of a destitute people – [it] acted as a metaphor for other defeats of Brazilian society." (LEITE LOPES, Vibrant 6-2:136).

⁵ "Taça do Mundo" ("The 1954 World Cup"), published in 1954 and "Introdução à sociologia dos esportes" ("Introduction to the Sociology of Sport") published in 1973.

marked by immaturity and nervous instability, as opposed to maturity and self-control. These defects, he said, were a consequence of miscegenation and the heritage of the black race. (LEITE LOPES, 1998, p. 137)

In 1958, the 'blackening' of the national team was consolidated, although the motto of the Brazilian delegation in Sweden, coined by the head of the delegation, the legendary Paulo Machado de Carvalho, was still "before the player comes the man", which expressed the disdain for behaviour considered deviant, which were superbly illustrated by the notorious footballer Garrincha. It is known that Pelé and Garrincha were only placed on the main team because of the demand of the other players – the coaching staff, following the diagnosis of the team psychologist, did not consider them fit (LEITE LOPES, 1998).

Racism is expressed in the conflict between two different visions of what should be the Brazilian national identity. One advocated the need to cleanse the country and affirmed the dangers of racial degeneration due to miscegenation. This clashed with the notion of Brazil as a racial democracy, as developed by Gilberto Freyre's theory of Luso-tropicalism, which affirmed that Portuguese colonization was characterized by a special racial relation that was more cordial and docile, prone to the mixture of races. The future of the country would be successful precisely because we were a mulatto country. In Freyre, Negroes use their bodies as artists who express themselves in bodily practices that are imaginatively associated: samba and football. Thus, football in Brazil is seen as black, in fact, mulatto. It is not a coincidence that even today the press in Brazil refers to football players as "pieces" (*peça* in Portuguese) the same word used to designate slaves in the past.

As Gilberto Freyre (1945) says:

An unmistakable Brazilian style of football wound up being defined, and this style is another expression of our mulatismo that, to our liking agilely assimilates, dominates and softens into dance, curves or song, the more angular European or US techniques: whether they are from sport or architecture, because it is our mulatismo – psychologically, to be Brazilian is to be mulatto – that is an enemy of Apollonian formalism because his Dionysian manner – is the great mulatto trait (FREYRE, 1945, p. 432) .

In a paragraph, Freyre defines not only the Brazilian style of football, but also what would be Brazilian man: agile, soft, fluid. Football would thus express the physical abilities imputed to blacks from the time of the racist theorist Gobineau, but here re-signified positively. That is, Gobineau and Freyre share a vision of black or mulatto bodies that are physically superior to white bodies. It is not surprising, therefore, that the ability to play football is considered in the popular imaginary to be innate – “football is not learned in school”, “a star is born that way”, “it’s in the blood” – as innate as the race of its greatest specialists, blacks and mulattoes.

This vision that relates blood, race, body, nation and style of play has been more recently revived in the anthropological writings of Roberto Da Matta in Brazil. In a more critical manner, it has appeared deconstructed in studies on the making of the myth of a national football style by Leite Lopes (1994) in Brazil, and Eduardo Archetti in Argentina (1998, 1999). In both countries, football has been used intensely to explain national identities and has been associated with national ethos and particular masculinities.

Da Matta (1982) emphasizes the moral quality of “malice” that translates into a style of play known literally as “shifty hips”, a type of “swing” not found in any other style of football, with Brazilian football having a less authoritarian, more artistic style. Archetti (1999), when analysing the sports chronicles of the magazine *El Gráfico* of the 1920s and 1930s, in which journalist Ricardo Lorenzo ‘Borocoto’, identifies the creation of the myth of a Creole football in Argentina, which is not a “pure” style, but the result of a hybridization of Italian and Spanish emigrants with the Indians who occupied the nation’s subaltern layers. A particular male nature would determine their style of playing football and expressing masculinity. Like Criollo horses that are a mixed breed of South American and Arabian horses, there are Creole men, Gauchos, who are capable of fertilizing the European, Italian and Spanish essence to produce new masculine beings, specific and peculiar constructs, but not univocal, hybrid males in football and in the nation.

Thus, in Argentina, beginning in the 1930s, in a psychoanalytic death of the father, the national style is mythically constructed as

superior to that of its British inventors; in Brazil this would take some more time to occur.

English professional football first thrashes us, but then, amateur, criollo football gets results against high-performance football. At least in the imaginary, because in reality they do not compete. It will be totally insular football. (Archetti, 1999, p. XX).

It was insular because in the first years of football, Englishmen and criollos did not mix. When they did, in games watched by thousands of people, the result was predictable. As the chronicles of the English newspaper *The Standart* tried to show, at the beginning of the century the English always won because they played a scientific-football in which a good use of headers is emphasized. This anatomical detail is important: the head is the part of the body that the English affirm they use with mastery and undeniable superiority. But this superiority was not fixed in the organ of reason: "Everything is scientific: the posture, the body, massage, the care for muscles. They created this imaginary that became generalized"(ARCHETTI 1999).

In Brazil, the discipline and willpower of the English is seen to be in opposition to a national style and masculinity that is presented as individualistic, sensitive, artistic and based on improvisation. In both Argentina and Brazil therefore, it is skill, not strength that marks Creole or mestizo football. And in both countries football is defined by appropriating racial terminology that refers to a mixture of blood.

This imagery of skilful and dribbling, Creole, mestizo football, has repercussions in Europe. The first wave of imported Latin American players in the 1930s was mostly composed of skilful players who were creators, not those with physical strength.

"Who is important to Europe? The creators matter, as they always have. The *stumps*, the *beasts* do not matter. They took insiders for a long time, insiders, wings and centre-forwards. The only centre-half they imported was Monti. For a long time that was the only way. And they get there, to Europe, and they stop it, step on it, pass it, they have "eyes in the back of the neck". Europeans begin to reproduce the myth. And then it helps to create the imaginary, propagate it (ARCHETTI, 1999).

Who is imported by Europe? The question can be asked in another way; from what social, racial and ethnic categories were sought the first South American players to go to Europe? The answer is surprising. In Argentina, the *criollo* evokes the rural, the gaucho – rugged cowboy types from the frontier. In Brazil, the skilled mulattos were black residents of urban favelas. It is interesting to note, however, that the first imports to Europe were white players from the urban milieu of Buenos Aires and São Paulo, beginning with Julio Libonatti, an Italo–Argentinean who left the New Old Boys club for Torino in 1925, becoming the first recorded transatlantic transfer⁶.

Let us briefly leave aside this imaginary of a footballer with special qualities to focus on demographic data that help explain the social provenance of these first imported players. Of the five million European immigrants who were in Brazil in the 1930s, 34% were of Italian origin. It was such a significant presence in the mid-1920s that there were more Italians in São Paulo than in Venice. The first wave of migration of Brazilian footballers to Europe was concentrated in this group of Italian immigrants and more precisely in Italian immigrants who worked at only one club: Palestra Itália.

This was not just any club. In the 1930s, it had a large contingent of members, five thousand, which was far more than the few hundred members of the Italian Cultural Associations and the Circle of the Fascist Party that was largely composed of Italo–Brazilians. Fourteen of the twenty-six Brazilian players registered as having left the country between 1929 and 1943 (LANFRANCHI; TAYLOR, 2001, p. 81) left Brazil for clubs in Italy. They took advantage of a market that paid much better salaries, and soon gained high visibility in the Italian football scene. The Brazilian presence in Italy was so strong in some clubs that Lazio, for example, was called Brazilazio (FONTENELLE, 1988).

It is important to note that legally, this was not immigration since the Italian descendants were seen as *rimpatriati* (returnees) and enjoyed the complete rights of any Italian citizen. Some players changed their name to better meet this profile, changing the nickname or first name with which they were known in Brazil for

⁶ The brilliant chapter 'South American Artists' in the book *Moving with the Ball*, by Lanfranchi and Taylor, provided most of the historical information for this text. And also *Football in Sun and Shadow* by Eduardo Galeano.

their surname. Thus Filó became Guarisina in Italy, and the first Brazilian to win a World Cup, albeit playing for the Italian team.

When Brazil joined the allied bloc in World War II, the Palestra Italia club was renamed Palmeiras and the emigration network was dismantled. But after the war, laws regulating access by players from abroad changed in Italy and then in other European countries. After 1947, the Italian Federation limited the number of players from a foreign federation who could play on a club to five, and only three could be foreign citizens (LANFRANCHI; TAYLOR, 2001, p. 90).

This embarrassed and restricted Italian descendants living in South America who had come from a foreign federation. Players who before the war were considered *rimpatriati*, Italian descendants came to be considered *oriundi*. They could request Italian citizenship but it was no longer automatically granted. There were, therefore, three categories of players: the natives, the *oriundi* (Italian descendants) and the foreigners, and the *oriundi* were seen as being closer to foreigners than to natives. So much so that in 1949 the Italian Football League began to equate the two, limiting the presence on the clubs to only three players from foreign federations, whether foreign or *oriundi*. The football laws were national and subordinated to the regulations of the federations as much as the laws of the country. Times of openness and restrictions on immigrants fluctuated. Another significant change in the commercial relations of South Americans to Italy concerned the home club of the exported player. The emigration was no longer from a single club, Palmeiras, although it was still concentrated from clubs in Brazil's Southeast.

Rimpatriati or *oriundi* were almost all white. Black players only began to be imported by European clubs after the Brazilian victories in the 1958 and 1962 World Cups, and as a result of Pele's success. Black players also began to be imported to Spain and France. The Brazilian star Didi played for Real Madrid in the 1950s at the age of 32, and had a frustrated season during which the team's white Argentinian idol Di Stefano and Puskas were unfriendly towards him.

The reasons for the continuity of this flow for the players was based on the monetary gains and for the European teams on the belief that only South Americans could deliver talented football. The

differences in the salaries paid between the continents was already large. Pepe Schiaffino, the best Uruguayan player of the 1950s, earned three times more by transferring to Milan in 1954, and his salary was seven times higher than Didi's, who had the highest salary in Brazil.

Nevertheless, among white and black players, after the great evasion of the first decades of the twentieth century, the departure of South American players to Europe declined considerably in the 1960's, in part because of the changes in the rules of national federations that made immigration more difficult and even impossible in some cases. France and Spain closed their borders to South American imports in 1962, as did Italy in 1966. Spain, however, continued to allow *oriundi*, but Spanish ascendancy was not the only criterion. For a player to be considered *oriundi* he may not have played for the national team of his country of origin. In 1973, Spain allowed the presence of only two foreigners on each club. Also crucial to the decline in imports was FIFA's decision in 1964 to prohibit a player from participating on more than one national team.

The closure of the borders to imported players influenced the migratory flow but does not seem to have altered the European imagination towards South American players. They were still considered to embody the 'beautiful game', have the most interesting football to watch, and be great dribblers. Precise data about the migratory flow from South America to Europe in the 1960s and 1970s is not available, but a table elaborated by Fontan (1963) shows that there were only one hundred Brazilian players acting abroad in 1963, eighty-four of them in the main divisions⁷. This was much fewer than the number of Argentines, a trend that continued throughout the twentieth century. Brazilians only established a numerically significant presence in their former metropolis, Portugal.

Meanwhile, in the twenty-first century, the data indicate a preference for Brazilians,⁸ not only in Europe, but in 78 countries (out of 93 studied by CIES), to the point that the country is

⁷ 32 played in other Latin American countries and the rest in Europe: 21 in Portugal, 18 in Italy, 12 in Spain, 1 in France and 1 in Austria.

⁸ We do not have online statistics from AFA as we do from CBF, so the comparison is difficult and inaccurate. CIES has accurate statistics about international transfers of players since 2006.

considered the only 'global worker in football'⁹ – a statement that should be considered relatively because considering its population, Uruguay and not Brazil would be the leading exporter in the Americas.

“Lazy and cuddly”

Just as this immigration flow did not encompass all of Europe, but was limited to only a few football centres in the South of Europe, it is also misleading to use the comprehensive category of “South American” to identify these players. But the European press lumped them together under this label.

From as early as the mid-1930s we found newspaper articles with biting criticism of South American players whose conduct was considered to be out-of-bounds: “We are tired of those ‘Italians’ who do not speak Italian, who do not watch the games of their teams. It may seem like xenophobia, but we prefer national products” wrote one journalist quoted by Leite Lopes (2009).

These accusations were not addressed exclusively to Brazilians in Italy, as we read in this excerpt from the sports magazine *Miroir Sprint* of February 15, 1960, where the Argentines Sivori, who won the *Ballon d’Or* in 1961, and Libonatti are represented as eccentric and lazy:

The anecdotes related to Sivori are rich and diverse, even if he is not as excessive as Libonatti, who used to buy twenty-five shirts at a time, or Cesarini who arrived one day to a training practice wearing only a night-gown. In general, the *oriundis* are extravagant. Before every match, Sivori bets with Juventus’ Chairman Mr. Agnelli, FIAT’s director: that if he scores a goal, he is allowed to smoke a cigarette

⁹See CIES Monthly Report 35 – World football expatriates: global study 2018 (<http://www.football-observatory.com/IMG/sites/mr/mr35/fr/>) . Even though they have multiplied by hundreds (in 1980/1981 there were only 27 Brazilians in Europe, in 2007/2008 658 Brazilian players were transferred to Europe), Portugal continued to be the leading country attracting Brazilian players in Europe, with about 30% of total transfers between 2002 and 2008, second place varying each year between Spain, France, Croatia or Italy and getting no more than 7%. In 2018, Portugal remains the principal destination for Brazilian expatriates footballers. In America, it’s the rich Mexican football and the emerging U.S. football that most attract Brazilians. In Argentina, in 2005, a total of 127 players left the clubs of the first division of Argentine football, and 102 players returned to the country. “Both from Argentina and abroad, almost 60% of the players are traded in the Latin American market. The main buyer of Argentinean players in Europe is Spain, with 18 players in 2005, and in America is Mexico with 26 players in 2005”(GODIO 2007).

as soon as gets back to the locker room. If not, the chairman would light a cigarette. Sivori is lazy. He likes to sleep until lunch time. He has missed training more than once and has had to be woken up to get ready for matches "(*Miroir Sprint*, 15 February 1960) Apud LANFRANCHI; TAYLOR, 2001, p. 93)¹⁰.

Libonatti's missing training and sleeping until noon in the 1920s and 30s, which returned in the 1960s with Sivori, echo the embarrassed reprimands I heard from the Dutch about the legendary Brazilian, Romario, who played for PSV Eindhoven between 1988 and 1993. The club was obliged to make the rules more flexible for him, since it could not repeatedly punish the team's leading scorer, a player who decided matches and championships, but who refused to train in the morning.

In Spain and France South American players were also seen as eccentric, rude and uneducated. The centre-half Fausto dos Santos and the goalie Jaguaré Bezerra de Vasconcelos, the first Brazilians to play for Barcelona, in the 1930s, did not last long at the club. Because of his spectacular skills, Fausto was named the 'Black Wonder' (*Maravilha Negra*) in the World Cup of 1930, and made plays with ease that for others required great effort – but he only played in friendly games in Cataluña.¹¹ Usually discreet, Fausto had moments of emotional outbreaks, according to records. Jaguaré, who also surprised fans and colleagues with moves not common in a goalkeeper, like defending with a bicycle kick or scoring a goal on a penalty, was threatened by referees and considered to be weird. Both returned to Brazil with no money, and died in poverty.

Two episodes involving Brazilians at Real Madrid reveal that prejudice towards Brazilians has not changed in the twenty-first century. The first involved a curious appropriation of an anthropological category, in which the Spanish press dubbed the team the "Brazilian clan", at a time when this global club had a

¹⁰ The Argentine Renato Cesarine signed for Juventus in 1929: "Cesarine was an extravagant character who was known to go out with a monkey on his shoulder, went to bed when his teammates were waking up and took every opportunity to smoke, drink and seduce women." (LANFRANCHI; TAYLOR, 2001, p. 77).

¹¹ "He does with amazing ease what others would do with superhuman effort. Fausto, with his wonderful football, came to teach Europe how to play a center-half " wrote a French football journalist. <http://observatorioracialfutebol.com.br/conheca-a-historia-de-fausto-dos-santos-a-maravilha-negra/> Consulted on May 15th, 2018.

Brazilian coach and five players, Roberto Carlos, Ronaldo, Júlio Batista, Robinho and Cicinho. These players began to celebrate their goals with choreographies rehearsed in the locker room and from which the other players of the team felt excluded. These dances and stunts were prominently featured in the press. While they were initially greeted as funny and entertaining, they came to be portrayed as an attempt to form a Brazilian clique, receiving bitter comments from journalists, columnists, players and fans of the club. In the article titled "The Dance of Discord", a journalist from *El País*, reported a controversial celebration:

In a locker room where a coach and four Brazilian assistants enforce the rules, the power of Roberto Carlos, Ronaldo, Baptista and Robinho is increasingly evident. The frog dance, therefore, is a display of power that other players watch warily. The Spaniards do are not living a prosperous season in the club: Raúl is tired of trying to lead a team in which more competitors are contracted each season, Casillas continues without renewing, Helguera thinks that they do not want him, Salgado plays threatened by the shadow of Cicinho, and Guti does not have trust from the coach, Vanderlei Luxemburgo – who was Roberto Carlos's godfather at his wedding. Ronaldo is not lacking in strength: his friend is Florentino Pérez. Club sources say the president does not like these theatrics, but prefers to let them pass. He doesn't want to disturb Ronaldo for something that is not considered a serious problem" (TORRES , 2005).

The editor-in-chief of the Real Madrid section of the *Marca* newspaper, José Félix Díez echoed the criticism, stating: "The division was clear. The best example was that bullshit of the cockroach celebration (players imitating cockroaches, lying face up, wiggling their arms and legs)".

Spanish defender Helguera, in a rare demonstration among players, confirmed the annoyance caused to the other players of the team by the Brazilians: "It does not seem like they play as a team, it's a lack of respect for the team, because when a goal is scored, it's a Real Madrid goal, it's the whole team".

The "clan", a black clan we should say, did not last long, and once coach Luxembourg was dismissed, the other players left one by one. The last to leave, Robinho, forced his sale to Manchester City for a record sum at that time, which triggered another moment of

strong demonstrations against the player and Brazilians in general. It is the second episode I want to discuss.

The reactions registered on the website of the newspaper *Marca* (the world's leading sports newspaper, with more than 3 million daily readers) show the negative representations that surround the identity of Brazilians in Spain (similar accusations were made years later when Neymar left Barcelona):

"Spanish teams should think a little bit more before hiring Brazilians. If you look around Europe, you'll see they are spoiled children, except in some rare cases".

"Brazilians, in the long run always cause problems on the team they are on. They come to make money and do not care about the colours [of the club] "

"Less samba and more work"

"The Brazilians have the talent to be on the white team [Madrid], but may lack the mental strength and the commitment that the most important club of all time requires."

"They came as PELÉ and left as POTATO(s) and still want to charge like stars. Get rid of these children who come from Brazil, who believe they are God and are nobody, get out, get out. Robinho de Sousa. Ah, how do Brazilians' ankles shake."

"Madrid takes its own medicine, so I don't feel sorry, but it's shameful behaviour by these football mercenaries, signing hyper-millionaire contracts to kick a ball and then do not fulfil them".

"Why do all the "rebels" speak Portuguese? And why not say that they are almost always Brazilians? Alves, Robinho, Ronaldinho, the latter last year, but also Rivaldo, Ronaldo, Romário .. and nothing, these teams continue hiring these pearls. "

"All the players are mercenaries ... like Raul or Puyol there are very few left ... and even more Brazilians, who could sell their mother for money ... Robinho = mercenary and fortune-teller"

"We are talking about a child and, moreover, a Brazilian."

"He is an ungrateful carioca who believes he is special because he has highlighted his ability to make 14 consecutive bicycle kicks".

The comments are eloquent: Brazilians are mercenaries, cowards, spoiled children with no mental strength. Another recurring idea among the fans' comments is that the Spanish club saved them from misery in Brazil:

"Admit it Robinho, you are after cash and that's it !!!! How can you criticize the club that has saved you from starving. The ill-born like

you, like almost all Brazilians who see the money (...) and only dedicate themselves to going out to parties and not giving their all on the pitch. Mercenary!! ”

“Madrid gave you food and gave you a name in Europe, I do not think you should crap on the plate of someone who gave you food to eat, what you wanted was money and that’s it”

“Madrid saved you from misery when you were at your worst, with your mother’s kidnapping and all that.”

The fans’ comments are not supported by the fact that most of the players currently on the big European clubs were hired after they already had a solidly established position in Brazil, even if they did not receive the million-dollar salaries they earn at the global clubs.

Robinho (who was later found guilty in a collective rape in Italy) was also criticized in Brazil for forcing Madrid to sell him while he was still under contract. In his defence, however, it must be acknowledged that his salary of less than 3 million euros was half that of other Spanish players on the team, such as Guti and Raul, who did not have comparable importance on the field – less football capital, BOURDIEU, (1979) would say – but who held positions of political dominance in the club.

While it is true that until recently South American players were seen as forming an indistinct group and blamed en bloc for possible improprieties, over time some ethnic origins have come to be represented as worse than others. Thus, this more collective and encompassing identity of South American players was surpassed by the national identities. Brazilians came to lead the ranking of bad-boys in the view of fans and journalists.

Unlike Argentines, who in Spain have received special attention since the time of Franco’s fascist regime, echoing an imperial imagery in relation to the former colonies, Brazilians have always been admired for their talent in football, but viewed with suspicion for their personal qualities. This was well expressed by one fan, quoted in *Marca*; “they have talent, but not the necessary mental strength and commitment”. This is reverberated in the humorous statement I quoted at first from Mourinho, a former coach of Real Madrid.

Racism is also present. A journey abroad, as Lévi-Strauss pointed out, is a geographical displacement, but it also creates a

displacement in the social hierarchy and, in some cases, a displacement in the racial hierarchy. Players considered to be white (or mestizo) in Brazil are often considered to be black in France, Germany and the Netherlands, and may suffer from shouts of “monkeys” from fans who, as is well known, often express racism and homophobia in the temples of hegemonic white masculinity that are the football stadiums.

While the extravagant clothing tastes of the English male, working class born star Beckham are admired and copied as bold; the attire of Brazilian stars such as Daniel Alves and Neymar¹² are often portrayed as displaying bad taste. Taste is a matter of class (BOURDIEU, 1979) but also of race, gender and nationality.

Despite FIFA's campaigns against racism, there are many well-known episodes of racist aggressions in stadiums, although punishments are rare. Daniel Alves may have enacted the most creative response to racist taunts when he picked up a banana thrown at him and simply ate it, anthropophagically transforming a racist symbol in food, the insult into an offering.

Most of the players I interviewed, however, did not see themselves as black and would certainly be shocked to know that they are seen so in the European countries where they play. I remember asking a player about racism and he answered: “it exists, my brother who is black suffers a lot”, he himself does not consider himself black.

The prejudice of Madrid's fans cannot be generalized to all European clubs, and even in Spain it is necessary to recognize that there are clubs considered more Brazilian-friendly than others. Barcelona, for example, although the passage through this club of bad-boys such as Romario, Ronaldo and especially Ronaldinho, as well as the back door exit by Neymar have been disparaged.

Of course, there are Brazilian bad boys (as the football players call other players) but it is also very common to find those “from church”, as they call their colleagues who “have faith” (as they prefer to say, instead of mentioning church or religion). Most

¹² “He is passing an image of a believed, individualistic, selfish guy and the people who know him speak of him exactly the opposite. They say that he is very generous, cheerful, simple ... He is receiving a lot of criticism both in Brazil, France and Spain, I imagine that too, but all the people I spoke with speak of a very different Neymar.” Eric Frosio (“Neymar el Príncipe de Brasil” at Marca, 29/05/2018. (<http://www.marca.com/futbol/liga-francesa/2018/05/29/5b0d978d22601dd5618b45b6.html>).

religious Brazilian footballers are neo-Pentecostals and religious practices guide their life choices. Indeed, neo-Pentecostalism is growing rapidly in South America among subaltern classes, taking the place of Catholic and Afro-Brazilian churches. Those players who “have faith” have a completely different life style: they avoid drinking and night clubs, read the Bible daily, promote meetings among themselves and sometimes in the presence of a pastor, and family is a central value in their lives. Even though religion is omnipresent – in prayers, corporal tattoos, and symbolic gestures made during celebrations – it is largely invisible to fans and journalists, who continue to emphasise the reckless lifestyle of footballers in an incorrect generalisation. The expected moral career (as Goffman would say) for a football player does not include visits to churches.

Final considerations

Being Brazilian or South American is an ethnic identity that has been positively valued at many clubs I have visited. A Dutch manager told me that if a club had pretensions to stand out internationally, it needed Brazilian players: “all the big clubs have Brazilian players, we do as well”. Ethnic identity seems to function as stock in a global exchange with cyclical rises and declines. Although it is unofficial, an element of risk seems to be associated to different ethnicities that probably has an impact on their sale value. I do not have statistical evidence, but I risk hypothesizing that many of the active players in Europe were imported for the quality of their performances, while also considering their nationality, skin colour, name and, sometimes, even the region of their country of origin. Between two players with similar performance, a club will give preference to the one with the lightest skin, whose name is easier to transform into a trademark and whose nationality has a stronger tradition in international football. For Brazilians, preference is given to someone from the South rather than the North of the country

In this respect, I would like to share a curious email that I received from a director of a Dutch club, who placed me in an unprecedented situation as an anthropologist: that of counsellor. He wrote:

“Dear Carmen,

How are you? I just wanted to thank you for all the advice you gave me when we talked. It was very helpful to us. I have another question, if I may, for which I could use your advice. We are about to sign a young Brazilian player from the state of Bahia [in the country's Northeast]. We have heard that players in this area, in general, have much more difficulty in succeeding abroad than the Cariocas and Paulistas [in the Southeast]. Would you say that there is some truth to this? Would you have suggestions on how best to approach him, earn his trust, and help him succeed? The boy we are talking about seems very shy, almost suspicious. He comes from a dysfunctional family and spent most of his youth in the football school of one of the largest teams in the state of Bahia.

I really hope you can help, thank you so much for now!

Met vriendelijke groet / Cordially “

It can be seen that the negative qualities associated with Brazilians are regionalized as well, and a new hierarchy appears, corresponding to Brazil's internal economic and social hierarchy: São Paulo and Rio de Janeiro are considered superior to the Northeast.

If we take a panoramic view of the immigration of Brazilian players since the 1930s and compare it with the immigration of Argentine and Uruguayan players, we can see that Brazilians were less successful and remained marginal until recent decades. The reasons given for this failure are the same ones that I found among the players abroad who suffered and returned home: they longed for Brazil and struggled with the rigorous European winters. The clubs saw this attitude as a lack of interest – a disinterest in learning the language, in socializing with local players and as a tendency to form clans, which led to tensions in locker rooms and increased rivalries.

Ethnic and racial stereotypes persist, have economic consequences when they involve commercial transactions and more seriously, perpetuate racist images that refer to the time of slavery.

References:

- APPADURAI, Arjun. Disjuncture and Difference in the Global Cultural Economy. In: FEATHERSTONE, Mike (org), **Global Culture**. Londres: Sage Publications, 1990, p. 295–310.
- ARCHETTI, Eduardo P. Le football et le tango dans l’imaginaire argentin. **Société & Représentations** 7, 1998, p. 117–27.
- ARCHETTI, Eduardo P. **Masculinities**. Football, Polo and the Tango in Argentina. Oxford/New York: Berg, 1999.
- BITTENCOURT, F. **Simmel e o futebol**: da comunidade de afeto à equivalência abstrata do dinheiro. Comunicação oral na VII Reunião de Antropologia do Mercosul, Porto Alegre, 2007
- BOURDIEU, P. **La distinction – critique sociale du jugement**. Paris: Minuit, 1979.
- BOURDIEU, Pierre. L’État, l’économie et le sport. **Société & Représentations** 7, 1998.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989
- DA MATTA, Roberto. **Universo do Futebol**. Esporte e sociedade brasileira. RJ: Pinakotheke, 1982.
- FONTAN, Alain. **Divin Football Brésilien**. Paris: Table Ronde, 1963.
- FONTENELLE, Airton. 1988. Tutto Brasiliano In: Jornal de Fortaleza 31 de agosto, 1988.
- FREYRE, Gilberto. **Sociologia**. RJ, José Olympio 1945.
- GALEANO, Eduardo. **Football in Sun and Shadow**. London: Penguin Random House, 2018 [1995].
- GÓDIO, Matias. “**Somos Hombres de Platea**”. Las sociedades de los dirigentes y las formas experimentales del poder y la política en el fútbol profesional de la argentina. Universidad Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, Brasil, 2010.
- LANFRANCHI, P.; Taylos, M.. **Moving with the ball**. Oxford/New York: Berg, 2001.
- LEITE LOPES, J. S. ; Maresca, S . 1992. A Morte da ‘Alegria do Povo’. Revista Brasileira de Ciências Sociais 20: 113–134.
- LEITE LOPES, José Sergio. A vitória do futebol que incorporou a Pelada. **Revista da Usp**, São Paulo, 1994, v. 22: 64–83.
- LEITE LOPES, J.1998. Futebol ‘Mestiço’ : História de Sucessos e Contradições. Ciência Hoje 139: 18–26.
- LEITE LOPES, José Sergio. “The People’s Joy” Vanishes: Considerations on the Death of a soccer player. in: **Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology**, v. 6, n. 2. July to December 2009. Brasília, ABA.
- MARX, K. *Capital*. a critique of political economy: vol. 1. Moscow: Progress Publishers, 1978. PRADO, 2014).
- RODRIGUES FILHO, Mário. O negro no futebol brasileiro. 4 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

SASSEN, S. **The global city**. New York, London, Tokyo. Princeton. Princeton University Press, 1991.

SASSEN, S. **Contrageografías de la globalización**: género y ciudadanía en los circuitos transfronterizos. Madrid: Traficantes de Sueños, 2003.

SCOTT, James C. **Weapons of the Weak**: Everyday Forms of Peasant Resistance. New Haven: Yale University Press, 1985.

TORRES, Diego. La danza de la discordia – El Madrid da “libertad” a los jugadores para festejar los goles, pero el vestuario está dividido. **El País**, 4 de outubro, 2005.

SOBRE AS TRAJETÓRIAS DE FUTEBOLISTAS INFAMES: PODER SOBRE A VIDA E PODER DA VIDA

Luciano Jahnecka¹

Resumo

Através de relatos de trajetórias de futebolistas profissionais, esboçamos uma análise sobre a construção biográfica que passa de singularidade à singularidade de uma vida. Sem pretender fazer de uma vida a representação para as demais e para ela mesma, utilizamos uma experiência comum dada a condição de futebolista para analisar como algumas escolhas e condições de possibilidade são alteradas em carreiras pouco conhecidas (infames). Afirmamos com estas escolhas um duplo uso da noção de biopolítica, “poder sobre a vida” e “poder que uma vida exerce”.

Palavras-chave: futebol, infames, carreira, biopolítica, dissenso.

On the trajectories of infamous footballers: power over life and power of life

Abstract

Through the narrative from professional footballers, this article analyses the biographical construction passing through singularity to singularity of a life. Without wishing to make a representation of a life for others and for itself, it is used a common experience by the footballer condition to analyse how some choices and possibility conditions are changed in unknown careers (infamous). From these choices we affirm a double use of the biopolitics notion, “power over the life” and “power of the life”.

Keywords: football, infamous, career, biopolitics, dissensus.

Questões comuns

Ao escrever sobre vidas exemplares infames enfrento uma ambiguidade generosa: se por um lado pouco se sabe sobre tais vidas, o que permite alguns exageros e várias incompreensões, por outro as poucas linhas dedicadas à elas soa quase como um menosprezo à sua condição de existência. Entretanto, a partir de uma relação ético-política procuramos neste texto evitar tal ambiguidade ao tornar singular o comum sem pretender fazer com que as singularidades dessas vidas se tornem regra, representação ou generalização para elas mesmas ou para outras. Esta posição pressupõe um cuidado consigo e com outro pela qual a sinceridade de pequenos gestos e posições tomadas em eventos cotidianos não são definidoras de vidas exemplares,

¹ Professor Adjunto do Centro Universitario Regional Noreste, Universidad de la República, Uruguay e Investigador da Agencia Nacional de Investigación e Innovación (ANII). Corresponsável pelo Polo de Desarrollo Universitario, Educación Física, Calidad de Vida y Salud e do Espacio de Formación Integral “Prácticas Corporales en Clave de Integralidad”. Doutor en Ciencias Humanas. E-mail: jahnecka2@gmail.com

em última instância, evidenciam os sentidos e efeitos produzidos a partir de escolhas e condições de possibilidade.

Inicialmente, definimos o comum como certa condição de existência em meio à uma experiência, a de *jogador de futebol*. Particularmente, definimos também esta condição comum como *infame*, na medida em que ela não nutre-se exclusivamente de uma visibilidade mais aceita, seja por via de meios de comunicação ou não. São, portanto, desconhecidas. Na medida em que consideramos futebolistas infames estamos tratando daquelas carreiras e sujeitos que atuam nas margens de uma profissão largamente midiaticizada e com amplo reconhecimento social. Somado a isso, a infâmia diz respeito ao desconhecimento sobre carreiras e condições de existência que não estão em evidência em um sistema futebolístico² (RIAL, 2008). Também diz respeito às pequenas aparições em grandes meios de comunicação, ao afastamento do glamour midiático, à busca por aspirações e “sonhos” profissionais alternativos aos mais conhecidos, assim como pretensões simbólicas e materiais mais modestas se comparadas aos salários milionários de alguns jogadores famosos.

Dada esta condição comum, partimos às questões centrais levando em conta os ânimos alterados, as contra-correntes, as reticências de trajetórias tortuosas e avessas aos contos nobres e às grandes histórias. Diante disso, como é possível escrever sobre vidas exemplares infames sem pretender torná-las gerais? Como é realizado este tornar-se menor de um futebolista? E com isso, como o exercício da profissão, e mais, o modo como se vive, são alterados em meio às condições de possibilidade? Quais as potencialidades de voltar-se para a questão da infâmia no contexto futebolístico?

A análise feita neste artigo baseou-se em uma pesquisa etnográfica multisituada (MARCUS, 1995) com futebolistas de clubes situados no Brasil, em Portugal e nos Países Baixos entre os anos de 2012 e 2015.

“Sonhos”: entre silêncio y governo

² Feito por uma escala altamente hierárquica, o sistema futebolístico é composto por elementos particulares de campos bem distintos que se mesclam. Seguindo a noção de “campo” bourdiana, se travam lutas por monopólios de capital bem específicos. Futebol e jornalismo, compõem este sistema. De certa maneira, estas existências singulares colocam em evidência uma alteração destas lutas. Fugidias existências, avessas disposições. Sobre noção de sistema futebolístico, consultar RIAL (2008).

Diante de certo contexto global, as análises sobre o processo de profissionalização de jovens e efetivação de uma carreira como futebolista estão constituindo um campo de estudos com questões cada vez mais próprias. De maneira geral, o lócus epistemológico para descrever e analisar a condição de se tornar futebolista está sendo feito sob diversas referências. Entre elas, merecem destaque aqui: as mudanças na legislação que afetaram a relação entre instituições e sujeitos, clubes e jogadores (RODRIGUES, 2007); as condições para profissionalização exigidas nas aproximadas 5000 horas de treinamento (DAMO, 2005); os diversos deslocamentos tratados como “rodar” sobre a migração transnacional de jogadores (RIAL, 2008; 2009), onde o Brasil é atualmente a origem de maior presença de jogadores estrangeiros em um mercado de trabalho importante para o futebol como o “europeu”; também, a carreira e as migrações internas de profissionais entre os clubes menores (MORALES, 2013); como um saber tecnocientífico é colocado em funcionamento na administração de corpos e suas performances em um espaço chamado de Centro de Treinamento (C.T.) de um clube de futebol (BITENCOURT, 2009); e ainda, uma exacerbada hierarquização das instituições e sujeitos as quais tentam delimitar a importância econômica e simbólica de um determinado contexto futebolístico (PALMIÉRI, 2009).

Sob estas condições, a avaliação para o ingresso e permanência na profissão de futebolista passa por inúmeros acontecimentos e não existe qualquer certeza da concretização do exercício profissional. Logo, uma das referências empíricas mais importantes é a de realizar ou atingir um “sonho” de tornar-se futebolista, assim, buscar condições profissionais e de vida almejadas. Através destes “sonhos”, esboçamos uma primeira leitura sobre a circulação dos discursos diante certas condições de possibilidade para sua busca, efetivação e mudança destas existências.

Longe de serem unânimes, estes discursos são marcados por uma duração dupla, que oscila entre uma discursividade momentânea e a formação de memórias entre os sujeitos e instituições inseridos em um sistema futebolístico (RIAL, 2008). Todavia a composição destes “sonhos”, marcados por discursividades, são atualizadas, ao nosso ver, por agenciamentos subjetivos marcados por condições de possibilidade para serem trans-formados e re-feitos.

Algumas particularidades tomam importância na presente leitura dos modos de existência destas vidas infames. Como as rígidas divisões de classe na fundação de associações esportivas, e por sua vez historicamente estão imbricadas em questões étnicas; as

identidades sexuais e de gênero, pelas quais tem fornecido elementos para compor as performances de futebolistas cotidianamente. Esta última, nos serve para exemplificar uma importância secundária atribuída ao futebol praticado por mulheres conforme o levantamento feito por diversos trabalhos (SILVEIRA, 2008; RIGO et al, 2008; WILLIAMS, 2007; SOARES, 2013; e PISANI, 2013), ao mesmo tempo que enfatiza a insistência de um “futebol menor” sobreviver, praticado por mulheres e homens infames.

Assim, a carreira profissional de futebolista encontra-se cerceada por visibilidades múltiplas, que de tempos em tempos se alteram. A busca pelo “sonho” não obedece nenhuma regra mas atua dentro de certas condições para sua efetivação. Tais condições não são determinantes, tampouco definitivas, entretanto são colocadas em funcionamento por uma certa forma de governo, aquilo que tomamos como “biopolítica” (FOUCAULT, 2008)³. Em meio à biopolítica, ao mesmo tempo se exaure as forças produtivas (vampirizadoras) e criam-se forças produtoras (mobilizantes). Entre as diversas análises feitas sobre esta forma de exercício do poder, o conceito de biopolítica está sendo utilizado como o poder ou potência da vida (PELBART, 2003), e de maneira bem próxima, uma biopolítica da exemplaridade ou da pluralidade (CASTRO, 2012)⁴.

³ Em um de seus usos por Michel Foucault, o conceito de biopolítica demarca a passagem de um poder exercido em um regime de soberania para um poder frente a um liberalismo de Estado. A advertência feita diversas vezes por CASTRO (2008, 2011, 2012), a qual trata de um uso indistinto e cujo significado tem se tornado apressadamente único da noção de biopolítica, parece atual e pertinente. Por um lado, o autor é pontual na crítica quanto ao uso da noção de biopolítica em diversos contextos e por distintos autores. Assim, partindo de referências como Johan Rudolf Kjellén, Giorgio Agamben e Michel Foucault, a crítica se encontra bem situada na publicação de *Ibid* (2011) alertando para o contexto plural e os usos dessa noção. Por outro lado, *Ibid* (2008) se detém pormenorizadamente sobre as poucas passagens nas quais o termo biopolítica pode ser encontrado em Foucault. Tais passagens por sua vez, não são unânimes e tampouco trataram de formar uma teoria geral sobre o governo que uns exercem sobre outros. Ao longo da obra foucaultiana, a importância dada a um *governo* que se exerce sobre si e sobre outros foi sendo transformada de tempo em tempos e é um dos pontos de partida possível para indicar inicialmente como a noção de biopolítica foi sendo utilizada por este autor. Esta transformação do governo, marcada pela indissociação entre vida e autoria, tratou de analisar as práticas que tornaram possível as liberações e sujeições de sujeitos em certos “estados de dominação”. Em parte da análise foucaultiana (FOUCAULT, 2008), com especial atenção aos nascimentos, às mortalidades, e a emergência de saberes como à demografia, o *governo* toma a vida como a coexistência de entidades biológicas por meio de um conjunto de fatos tomados quantificáveis e técnicas utilizadas para controlar um corpo social chamado população.

⁴ Trata-se de supor a invenção de um novo dispositivo para a política exercer um domínio e tratar a vida humana como existência biológica. De todo modo, ainda é possível identificar diferentes usos foucaultianos daquilo que poderíamos chamar de biopolítica como faz CASTRO (2008, p.190): “Como vemos, la cuestión de la biopolítica encuentra en Foucault cuatro desarrollos no completamente integrados entre los años 1976-1979. En primer lugar, la cuestión de la biopolítica aparece planteada como consecuencia del surgimiento de una medicina social. En segundo lugar, en “*Il faut défendre la société*”, se presenta como una transformación de la “guerra de razas”. En tercer lugar, en un texto que es completamente paralelo al anterior, *La volonté de savoir*, la cuestión de la biopolítica es introducida, a diferencia de cuanto ocurre en “*Il faut défendre la*

A indicação para esta nova forma de governo nos serve para referenciar uma nova forma de exercício do poder. Futebolistas infames que modificam sua existência e tem de lidar a todo momento com a negociação de sua oferta de trabalho, em meio à permanências em condições dissonantes das “sonhadas”. Todavia o que nos interessa aqui é mostrar como esta mudança de governo atua nas condições de possibilidade para tornar-se um futebolista. Sobretudo nos interessam modos de existência que desestabilizam uma organização da maneira de viver. Vidas forçadas a escolher em meio a certas condições, como registrado no seguinte trecho de entrevista:

Queria jogar num grande clube, mas eu saí de casa, olha o meu pensamento: 'eu quero ser um jogador profissional. Não me interessa, eu quero ser um jogador profissional. Se eu ganhar mil, se eu ganhar dez, eu quero ser um jogador profissional'. Isso o que eu tinha em mente mais forte que lembro. 'Saí lá de casa, agora eu vou ser profissional, vim, viajei quantos quilômetros, estou aqui passando trabalho, agora eu vou chegar', era mais isso que eu tinha em mente. E jogar em um grande clube, esse era meu pensamento, não pensei em Seleção (brasileira), faltou um pouco dessa ambição". (CAMILO, 2012).⁵

Divergindo daquelas posturas adotadas por vários discursos visibilizados nas carreiras de futebolistas, a efetivação do “sonho” de Camilo (2012) teve pretensões iniciais para tornar-se jogador, marcadas principalmente por sua profissionalização. A visibilidade de jogadores e de suas carreiras são exercidas dentro de um certo contexto profissional pelos quais certas instituições são colocadas como mais ou menos aceitas. Configuram neste caso, grandes e pequenos clubes, e ainda um controle pela valorização dos selecionados nacionais exclusivamente administrados pela FIFA e suas filiadas.

De maneira geral, neste momento, deixamos de lado o modo como esta hierarquia se encontra constituída para sublinhar certas escolhas contrastantes e diversas em meio à ela. Subjetividade

société”, no en oposición, sino a partir de la noción de soberanía, como una de las transformaciones y complementaciones posibles del derecho soberano de hacer morir o dejar vivir. Aquí, en su genealogía de la biopolítica, Foucault no recurre ni a la “hipótesis Nietzsche” ni a las nociones de guerra o lucha. Por último, en cuarto lugar, la formación de la biopolítica no aparece fundamentalmente relacionada con el racismo moderno, como en “*Il faut défendre la société*” y *La volonté de savoir*, sino con lo que llamará la *gubernamentalidad liberal*” (destaques do autor). Como identificado na citação, Edgardo Castro realiza uma análise histórico-metodológica da noção de biopolítica e suas recepções principalmente a partir dos escritos de Michel Foucault. Assim, após chamar atenção para as posições metodológicas que a biopolítica ocupa nos escritos de Foucault, CASTRO (2012) passa a analisar mais recentemente como o conceito de *exemplo* pode ser encontrado em uma nova forma de exercício de poder, aqui colocada como biopolítica.

⁵ Os nomes dos futebolistas são fictícios conforme a relação de interlocução estabelecida.

atravessada por um certo gosto e uma insistência. Tais vidas, em meio a existência do ordinário, apenas visíveis a partir de uma certa relação com o poder, transgridem um certo governo, revelam os limites do (in)tolerável e a violência exercida para seu controle.

Dentre as condições para Camilo (2012) tornar possível sua profissionalização diz respeito há uma série de escolhas. Seu recrutamento aos 15 anos para os Centros de Treinamento e sua migração para a região metropolitana de Porto Alegre, afastando-o de seus familiares. Aos poucos vê sua condição de profissional ameaçada por presenças esporádicas nos jogos, segundo ele, escolhas do treinador. Do afastamento momentâneo de uma Educação Formal, questiona a continuidade de sua carreira e ingressa no curso superior de Administração de Empresas. Embora ainda com intenções muito próximas de atuação no futebol, procura abrir algumas possibilidades convertendo seu capital corporal em informação caso a carreira acabe ou não se efetive como projetada. Este planejamento, para além de qualquer racionalidade, nos traz questionamentos, avaliações e decisões ao qual se colocou durante a carreira.

Intitulado "Operários da segundona", um conjunto de reportagens do jornal local demarca a atuação dos futebolistas em um certo momento da carreira: "No mundo da bola dos operários da Segunda Divisão, o sonho é ultrapassar barreiras e crescer" (Diário Popular, 2012, p.3)⁶. A reportagem intenciona mostrar "a realidade" dos jogadores em determinados clubes locais, com suas pretensões como a "passagem para um grande clube", as restrições materiais das instituições e parte do cotidiano dos profissionais. Os efeitos produzidos por essa colocação em uma certa posição são muitos: o momento transitório da permanências profissional em clubes menores, a visibilidade e o alcance dos discursos dos futebolistas, a sua importância nos contextos local e global, onde o "crescer" significa ter pretensões coletivas idênticas a um certo projeto de vida (VELHO, 1999) da qual a carreira faz parte. Entretanto esse tom unívoco tratado pelo jornal encontra inúmeras dissonâncias nas escolhas dos jogadores, conforme o seguinte relato:

⁶ O jornal Diário Popular tem ampla circulação na região sul do Estado do Rio Grande do Sul, sul do Brasil. Diante deste conjunto de reportagens cinco clubes foram colocados como defendendo esta condição "operária", dois deles situados na cidade de Rio Grande, dois na cidade de Pelotas e um na cidade de Camaquã. Embora existam algumas indicações de uma certa circularidade dos discursos no contexto destes clubes, a importância das escolhas profissionais é pouco conhecida localmente, como exemplo de um dos efeitos produzidos pelo periódico com a reportagem. Além de jornais impressos, o conjunto dos discursos midiáticos é composto por sites, blogs, transmissoras de rádio e televisão.

Estava bem no campeonato, tiveram alguns interessados [clubes]. Como eu tinha contrato, eu queria ficar ali, era uma coisa boa, Campinas, time grande da série A do brasileiro está agora. Fiz um baita campeonato, quando fomos sentar para conversar, ele [empresário] me cobrou quatro mil reais por mês. [...] 'Não meu, não tem como, eu vou pro Rio Grande do Sul, ganho a mesma coisa que aqui e é tranquilo para mim lá' [...] poderia estar ganhando trinta mil, mas eu preferi não arriscar. Até por estar em uma idade de não poder perder dinheiro. Então eu preferi optar pelo dinheiro e não me arrependo porque desde quando eu saí do Guarani, tive sempre uma sequência de um salário muito bom, então eu não me arrependo de ter saído. Profissionalmente claro que prejudicou, poderia estar num clube melhor, num Brasileirão, alguma coisa assim sabe, mas não me arrependo. (NATHAN, 2012).

Além de confrontar vários discursos a respeito desta experiência comum, múltiplos e contraditórios, os projetos são refeitos em meio às condições de possibilidade. Estas não são determinantes nas escolhas durante a carreira, entretanto conforme o exemplo de Nathan, foram importantes para seu regresso aos clubes menores do Rio Grande do Sul. Suas condições dentro da carreira funcionam a partir de muitas racionalidades, como a idade, o salário pago pelo clube, duração do contrato, a atuação do empresário, a família que na época estava no Rio Grande do Sul. Esta avaliação das diversas possibilidades para o exercício da carreira, de certo enamoramento pelo poder, o qual supõe um fazer “crescer dentro da carreira” pelo qual escolhe a permanência em um grande clube, pelo menos naquele momento, é deixada de lado.

Diante deste projeto contraditório, ao mesmo em que considera as pretensões dentro de sua carreira, tem de lidar com as condições para suas escolhas. Atuar em um “grande clube”, embora possa ser considerado “uma coisa boa”, não é uma condição imprescindível para o prosseguimento de sua carreira. Divergindo daquilo que poderia ser a sua única regra para a escolha de um clube, o salário também é colocado sob certa análise pois:

as vezes vale a pena a gente rebaixar um pouco o salário para manter empregado, mantendo mídia, para tu fazeres um campeonato bom, para voltares para o teu salário, para abrir portas em outros lugares, para eles [clubes] verem que tu estás jogando (NATHAN, 2012)

Entre as escolhas, a permanência na profissão é alternada por “bons” e “maus” contratos, para muitos, a alternância também

oscila entre empregos e desempregos. Em uma relação de interesse entre clubes, empresários e jogadores, estas contratações são negociadas em meio a várias questões, conforme Nathan relata. Sua trajetória indica que este interesse em jogar por clubes maiores e “crescer” na carreira não obedecem regra nas suas opções.

A potência pela qual atravessa as carreiras de infames jogadores, nem de longe podem ser encontrados nos mitológicos casos, de certo sob o advertido estatuto falsificador e inventivo feito a partir das bricolagens escritas por BORGES (1999). Tampouco, podem ser confrontados com as vilanias exercidas por existências menores diante dos relatórios e das breves notícias, nas poucas linhas dedicadas às mais verdadeiras vociferações de uma sociedade que não aceita o intolerável (FOUCAULT, 2003). São acontecimentos ordinários que de maneira bem diversa, se debatem com o poder, ao mesmo tempo sendo falantes e calados, quase imperceptíveis, feixes de luz que fazem pequenas aparições.

Neste duplo movimento, de contestação e conformidade, “Camilo ganha chance”, como destaca reportagem do jornal local (Diário Popular, 2012). A força que o explora, é a mesma faz com que a vida e suas escolhas inventem novas condições. “La biopolítica puede proceder paradigmáticamente, mediante ejemplos, pero la vida en sí misma puede ser vida ejemplar”⁷ (CASTRO, 2012, p.59). Esta “chance”, como no comentário de Nathan, está muito relacionada com ter visibilidade midiática, ser alvo de seus discursos e continuar com aparições durante os jogos do clube, isto é, exercer sua profissão.

Além desta circularidade dos discursos exercida por alguns meios de comunicação, a proliferação discursiva também se faz operada por meio de dispositivos tecnológicos, como os “dvd`s” que registram suas atuações divulgados nesses meios. Esta visibilidade midiática é ampliada através de uma certa maneira “qualificada” de técnicas dos dispositivos utilizados, como a divulgação feita por grandes emissoras de televisão, assim como a quantidade de público presente em um estádio durante estes

⁷ CASTRO (2012) ainda sublinha a importância na sua investigação da noção de exemplo: “En segundo lugar, porque la noción de ejemplo nos permite abordar la cuestión que de algún modo anima, a modo de contrafigura, gran parte de la empresa biopolítica: la necesidad de pensar la vida más allá de la propia biopolítica, es decir, estableciendo con el lenguaje una relación que no pasa ni por la ley ni por la norma. Y, finalmente, en tercer lugar, porque la noción de ejemplo también nos permite vincular la cuestión metodológica de la biopolítica y sus conceptos con otras preocupaciones del pensamiento contemporáneo y, a través de ellas, con algunas cuestiones centrales de la tradición filosófica” (CASTRO, 2012, p.59).

registros. A importância da atuação profissional e as “chances” para uma aparição estão associadas aos mecanismos pelos quais se registra e se propaga as imagens de certo jogador, portanto, técnicas midiáticas de proliferação dos discursos, imagens “embelezadas”. Mesmo que infames, os dispositivos midiáticos auxiliam na divulgação de um capital corporal que marcam um nome, pertencem a um certo jogador. Entretanto, as “chances” para estas aparições são afetadas por dimensões imprevisíveis, como as lesões, os contratos, mediada por treinadores e empresários.

“Foi uma lesão no joelho, fiz duas cirurgias no joelho. A primeira foi ano passado, até então nunca tive lesão de parar por muito tempo. Tive uma lesão no tornozelo que eu parei um mês, mas um mês é ‘fichinha’ perto dessa que eu fiz. O ano passado eu rompi o ligamento cruzado do joelho, fiz cirurgia, botei pino. Isso me atrapalhou bastante porque era um momento que eu estava assim: eu não estava jogando de titular mas jogaria de titular no sábado. Machuquei em um amistoso que jogamos na quarta. Bah, custei tanto para jogar de titular e aí uma semana eu me machuco o joelho, isso me deixou chateado. Seis meses me recuperando de uma cirurgia que leva tempo, pior coisa que tem para um jogador é isso, ficares de fora e tu chegares ali, todo mundo treinando, jogando, e tu vais para o departamento médico, fisioterapia e dor. No começo dói muito essa cirurgia do cruzado. Voltas a jogar e o cara fica com aquela desconfiança. Então voltei a jogar mas não voltei com a perna muito... Não voltei fortalecido o suficiente. Joguei três jogos, machuquei a coxa. Fui bater um tiro de meta, na mesma... A perna depois da cirurgia fica bem fininha, então tu tens que fazer muito reforço, muita força para voltar. Ela não voltou bem e voltei a jogar igual. Deram três jogos eu machuquei o músculo anterior da coxa. Isso já era as quartas de final da copinha do ano passado, fiquei de fora, mais um jogo, dois. Depois fomos eliminados. Voltei pro Gaúcho, treinei vinte dias e o meu joelho inchou, bah que coisa né cara. Desespero, começa um filme na cabeça. Trouxeram outro goleiro, uruguaio. A diretoria estava certa, não sabia se eu ficaria bom ou se não ficaria bom. Meu joelho inchou, mas dez dias depois já estava treinando, tirei o líquido e segui treinando, fiquei no banco. Depois de três jogos eu já tive oportunidade de jogar, veio TREINADOR, ele me deu oportunidade de jogar, fiz seis jogos, fui muito bem no Gaúcho de 2012. De seis jogos fui melhor em campo em cinco. Fui muito bem, eu estava numa fase muito boa, eu tinha convite para jogar a série B do campeonato brasileiro, coisa que nunca tinha me acontecido. Série B do campeonato brasileiro é vitrine, toda hora na televisão, e da série B tu já vais pra uma série A. Estava empolgado pra caramba e aí machuco o joelho de novo. Vou fazer a ressonância: o menisco no mesmo joelho. Perna fraca, ainda aquela coisa toda. Acabou que eu não consegui terminar o campeonato Gaúcho, tive que

fazer outra cirurgia, mais um mês e pouco e aí se foi o campeonato, se foi essa oportunidade" (CAMILO, 2012).

Nos interstícios de um saber médico, jurídico e sob a formação de uma certa ética profissional, as discursividades de Camilo (2012) são marcadas por condições que delimitam sua atuação profissional. O afastamento de sua efetiva prática profissional é condicionado por uma dimensão corporal determinante: a "lesão". Somado a isso, a centralidade das decisões do técnico em "dar oportunidade" para seu "trabalho", como ele mesmo refere à sua atuação profissional, está condicionada principalmente à participação em "jogos oficiais". Uma certa insistência, na incessante potência de uma vida.

Ainda em meio as condições da carreira, são concretizados projetos coletivos, ou ditos de outra forma, agenciamentos. Dentro de uma certa maneira de racionalizar a vida, e conciliar uma carreira e estes projetos coletivos, decidir o momento de casar, o momento de "ter filhos", comprar a "casa própria" (quando possível), de migrar, buscar novos mercados, contratos e contatos. Neste exercício de pensar a vida, nos permitimos em realizar um jogo oposto a um poder que determina as formas de exploração. No lugar de pensar que estas questões de se tornar grande e ir nos rastros de muito projetos que convergem para grandes clubes e compõem histórias dignas de uma memória mais oficial ou prodigiosa, estas vidas atuam como forças com uma ética própria e não se deixam simplesmente levar pela corrente.

Se há todo um fluxo que atua subjetivamente, na tentativa de conduzir vidas e escolhas, é também através de um poder que se exerce sobre a vida, que as escolhas tomam caminhos inesperados a uma certa lógica e modo de se fazer viver. De que trata então este "fazer viver" que não pode ser encontrado nem na administração de um corpo populacional exercidos por um biopoder (FOUCAULT, 1999), tampouco das sobras de qualquer poder soberano para um "deixar morrer"? Bem distante do "fazer viver" biopolítico identificado por Foucault, da forma com que são colocadas certas questões em meio a profissão, futebolistas redefinem seus "sonhos", confrontam suas "chances", avaliam suas condições para manter-se elaborando condutas, respostas, desvios e novas disposições sinceras consigo mesmas. Isto não significa assumir uma única lógica de agir, nem mesmo de ter projetos racionalmente planejados. Significa optar por uma abertura para uma vida que se faz circunstancialmente e que se altera segundo certas condições em meio a um combate sempre decisivo com o poder.

A maneira utilitária de uma carreira infame

Se o conceito de biopolítica utilizado mostra a passagem de um poder que se exerce sobre a vida enquanto dimensão biológica, para o exercício de uma potência que uma vida exerce sobre ela mesma, a de uma inventividade frente às condições que a exploram, é possível assinalar que as trajetórias nas carreiras dos infames futebolistas constantemente desacomodam e incomodam as disposições para as quais são colocadas. Ao mesmo tempo, lidam com estas explorações por meio de associações, deslocamentos e transformações. Divergindo de racionalidades projetadas durante a carreira e escolhas feitas através de um assujeitamento que é marcado pela criação de um gosto e uma potência que se concretiza no exercício profissional, os sonhos são rearranjados e constantemente modificados a partir de “chances”.

Dentre as práticas diversas do comum, o ordinário é o substrato que reinventa a vida através de resistência e criação. Escolhas feitas por meio de acontecimentos pelas quais uma vida é confrontada. Assim, uma experiência e o comum dos futebolistas infames não devem simplesmente serem lidas através de maneiras dedutivas, pelas quais do geral eu suponho o que acontece com cada um dos elementos que o compõem, nem de maneira indutiva, como através de um exemplo eu passo ao geral ou a um modelo.

É em meio a essa subjetivação pela qual se cria a potência, ou ainda o gosto, os projetos mesmo que rarefeitos são refeitos. Para além da tentativa de um agenciamento através do corpo biológico e de um corpo social, colocamos em evidência as singularidades de uma vida. Quais foram e são suas possibilidades? Quais os limites do (in)tolerável? Quais as condições para fazer suas escolhas? Estas questões estiveram presentes não só para debater-se com o poder naquilo que ele domina e liberta, ou seja em uma própria vida, mas para passar de trajetória a trajetória, no mais belo momento de escolha. Em um momento no qual muitas linhas de força atuam para convergir ou converter uma existência ao mesmo, e uma vida insistentemente reafirma a sua própria condição de existência.

Através dessa maneira utilitária de relacionar a biopolítica com uma experiência do comum, indicamos uma possibilidade porvir de seguir algumas trajetórias que buscaram outras potências em meio a ruptura com aquilo que já não toleravam mais. Afirmando

uma recusa ao inventariar, a menor e mais detalhada descrição, colocar em espécies, conforme a repetição a partir de um núcleo comum de saberes, com características particulares e compará-las umas às outras. Embora, com o escasso levantamento das generalidades que colocam os futebolistas em certas categorias, salariais, étnicas, migratórias, neste momento afirmamos a possibilidade de fazer a exemplaridade de trajetórias. Assim como a partir de tais trajetórias, uma atitude honesta e potente.

Interlocutores

Camilo. Registro em entrevista concedida, 27 Agosto 2012. 17pp.

Nathan. Registro em entrevista concedida, 24 maio 2012. 21pp.

Referências⁸

ALMEIDA, Caroline Soares de. *“Boas de bola”*: um estudo acerca do ser jogadora de futebol no Esporte Clube Radar durante a década de 1980. Dissertação de Mestrado. Florianópolis, UFSC, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2013. 151f.

BITENCOURT, Fernando Gonçalves. *No reino do Quero-quero*: corpo e máquina, técnica e ciência em um Centro de Treinamento de futebol – uma etnografia ciborgue do mundo vivido. Tese de doutorado. Florianópolis, UFSC, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, 2009. 314f.

BORGES, Jorge Luis. *História Universal da infâmia*. OBRAS COMPLETAS. Vol. 1. Trad. Alexandre Eulálio. São Paulo: Globo, 1999.

CASTRO, Edgardo. Biopolítica: de la soberanía al gobierno. *Revista Latinoamericana de Filosofía*. v.34, n.2, p. 187–205, nov./dez., 2008.

_____. *Lecturas foucaulteanas*: una historia conceptual de la biopolítica. La Plata: Unipe Editorial Universitaria, 2011

_____. Biopolítica y Ejemplaridad. *Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas*. Florianópolis, v.13, n.102, p.58–74, jan/jul, 2012.

DAMO, Arlei Sander. *Do dom à profissão*: uma etnografia do futebol de espetáculo a partir da formação de jogadores no Brasil e na França. Tese de doutorado. Porto Alegre, UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2005. 435f.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*: curso no Collège de France (1975–1976). Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. A vida dos homens infames. In:_____. *Ditos e escritos IV*. Estratégia, poder-saber. MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Trad. Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. p.203–222

⁸ Todas as referências utilizadas mostram o primeiro nome em cada autoria para dar visibilidade às questões de gênero no que se refere a citação de trabalhos acadêmicos.

_____. *Segurança, território e população*: curso dado no Collège de France (1977–1978). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MARCUS, George E. Ethnography in/of the World System: The emergence of Multi-sited Ethnography. *Annual Review of Anthropology*, vol. 24, p.95–117, 1995.

MORALES, Diovani. *Considerações sobre trabalho, família e circulação de jogadores profissionais de futebol em clubes do interior*. Tese de conclusão da graduação em Educação Física. Centro Esportivo da Universidade Federal do Rio Grande. 2013. 22f.

PALMIÉRI, Júlio César Jatobá. *Quanto vale um talento?* Uma análise antropológica sobre a valorização e circulação dos jogadores de futebol profissional no mercado esportivo. Dissertação de Mestrado. São Carlos, Universidade Federal de São Carlo, Centro de Educação e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2009. 143f.

PELBART, Peter Pal. *Vida capital: ensaios sobre biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2003.

PISANI, Mariane da Silva. *Poderosas da Foz*: trajetórias, migrações e profissionalização de mulheres que praticam futebol. Dissertação de Mestrado. Florianópolis, UFSC, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2013. 116f.

RIAL, Carmen Rodar: a circulação dos jogadores de futebol brasileiros no exterior. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v.14, n.30, p.21–65, jul./dez, 2008.

_____. Fronteiras e zonas na circulação global dos jogadores brasileiros de futebol. *Antropologia em Primeira Mão*. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, v.109, 2009.

RIGO, Luiz Carlos; GUIDOTTI, Flávia Garcia; THEIL, Larissa Zanetti; AMARAL, Marcela. Notas acerca do futebol feminino pelotense em 1950: um estudo genealógico. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 29, n. 3, p. 173–188, maio 2008.

RODRIGUES, Francisco Xavier Freire. *O fim do passe e a modernização conservadora no futebol brasileiro (2001–2006)*. Tese de Doutorado. Porto Alegre, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2007. 346f.

SILVEIRA, Raquel da. *Esporte, homossexualidade e amizade*: estudo etnográfico sobre o associativismo no futsal feminino. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em Ciência do Movimento Humano, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008. 156f.

VELHO, Gilberto *Projeto e metamorfose*: antropologia das sociedades complexas. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zagar, 1999.

WILLIAMS, Jean. *A beautiful game*: international perspectives on women's football. New York: Berg, 2007.

Otras fontes

DIÁRIO POPULAR. Título omitido por razões de identificação. Pelotas, Data omitida por razões de identificação. pp. 02–03.

Sobre as trajetórias de futebolistas infames

DIÁRIO POPULAR. Título omitido por razões de identificação. Pelotas, Data omitida por razões de identificação. p.24.

DILEMAS DA DUPLA CARREIRA: PROJETO ESCOLAR E FUTEBOLÍSTICO DE ESTUDANTES-ATLETAS DAS CLASSES MÉDIAS E ALTAS DO RIO DE JANEIRO

Carlus Augustus Jourand Correia¹

Antonio Jorge Gonçalves Soares²

Resumo: O artigo pretende analisar através dos conceitos de projeto e campo de possibilidades de Gilberto Velho as estratégias e crenças de estudantes-atletas pertencentes à classe média e alta do Rio de Janeiro no que tange a sua profissionalização e escolarização (dupla carreira). A metodologia utilizada foi qualitativa e, para isso, foram entrevistados 15 atletas matriculados numa escola no Recreio dos Bandeirantes e que treinavam em vários clubes do Estado do Rio de Janeiro. A análise dos relatos permitiu perceber que o campo de possibilidades dos jovens e a trajetória familiar influenciavam na construção das suas crenças e conseqüentemente na maneira como elaboravam estratégias na escolarização e na formação futebolística

Palavras-chave: Dupla Carreira; Futebol; Escolarização; Projeto; Campo de possibilidades.

Dual carrer dilemmas: School and football project for young athletes from the middle and upper classes in Rio de Janeiro.

Abstract: The article aims to analyze with the concepts of project and field of possibilities of Gilberto Velho the strategies and beliefs of young athletes belonging to the middle and upper class of Rio de Janeiro regarding their professionalization and schooling (double career). The methodology used was qualitative and, for this, 15 athletes were interviewed who studied at the same school located in Recreio dos Bandeirantes and train in several clubs of the State of Rio de Janeiro. With the analysis of the reports we can see that the field of possibilities of young people and family trajectory influenced the construction of their beliefs and consequently the way they elaborated strategies in schooling and football.

Keywords: Dual Carrer; Football; Schooling; Project; Fields of Possibilities

1 Doutor em Educação, professor da educação básica nas secretarias de educação municipal e estadual do Rio de Janeiro. Pesquisador no NEPESS (Núcleo de Estudos e Pesquisa em Esporte e Sociedade/ UFF) e do LABEC (laboratório de Estudos do Corpo- UFRJ), Universidade Federal do Rio de Janeiro, carlus.jourand@gmail.com

2 Doutor em Educação Física e professor pesquisador na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – Faculdade de Educação, ajgsoares@gmail.com

1- Introdução.

A temática da conciliação entre escolarização e profissionalização esportiva (dupla carreira) é tida como uma preocupação constante nos estudos internacionais e nacionais da sociologia da educação e do esporte. O jovem que vive a dupla carreira necessariamente frequenta a escola, estuda, realiza provas e vive a realidade escolar. Ao mesmo tempo a formação futebolística exige treinamento diário, competições e viagens. As demandas dessas duas instituições precisam ser administradas em concomitância, porque aos olhos da sociedade o período para obtenção dos seus capitais converge para o mesmo momento: A infância e juventude.

Os estudos nacionais partem do princípio que o esporte pode ser um empecilho à escolarização do/a jovem atleta. No contexto brasileiro, formação esportiva é percebida como uma aposta que, caso não produza o resultado esperado pode vir a ser “compensada” pelo investimento escolar. Na contramão disso, no cenário internacional, o esporte pode ser inclusive abandonado em prol da formação escolar. Os estudos europeus sobre dupla carreira indicam que a descontinuidade do projeto de profissionalização esportiva é um dos principais problemas enfrentados, pois, os estudantes-atletas optam pela escolarização como projeto de vida em detrimento da formação esportiva (GUIDOTTI, F.; CORTIS, C.; CAPRANICA, L, 2016).

Esse tema tem ocupado pesquisadores ao redor do mundo. Na maioria dos países europeus, nos EUA, Canadá e Austrália a gestão da dupla carreira faz parte das políticas de escolarização e dos sistemas esportivos. Na União Europeia (EU), o “*EU Guidelines on Dual Careers of Athletes Recommended Policy Actions in Support of Dual Careers in High-Performance Sport*” (2012) se constituiu numa tentativa de orientação para os países membros adotarem políticas de conciliação entre as rotinas requeridas pelo esporte e escolarização dos atletas.

No Brasil, o tema acerca das dificuldades sobre a dupla carreira, embora pouco problematizadas, tornam-se centrais para o debate de políticas públicas de apoio a vários indivíduos sujeitos a profissionalização precoce, tais como os atletas, pessoas do setor artístico e do mercado de trabalho ordinário. A lacuna das políticas de dupla carreira, em especial no esporte, persiste apesar dos avanços no campo acadêmico (DAMO, 2007; PAOLI, 2007;

ROCHA, 2017; CORREIA, 2018; AZEVEDO *et al*, 2017; MELO, 2010; MELO *et al*, 2016). Desse modo, instituições escolares e esportivas também não observam a conciliação da dupla carreira como uma agenda prioritária.

No cenário nacional, a situação conflitiva entre a formação esportiva e a formação escolar faz com que o custo da conciliação recaia, em geral, sobre o estudante-atleta e sua família. Esses devem negociar diretamente com a escola e/ou com o clube as demandas geradas pelas duas instituições. Diante disso, cada família busca da sua maneira e de acordo com a sua trajetória a construção de mecanismos e estratégias específicas de conciliação para seus filhos e parentes, na expectativa de suprir as deficiências do Estado nesse setor.

Sobre a conciliação da dupla carreira no futebol, os estudos nacionais apontam que muitos dos jovens provêm das classes médias dos estratos com menos poder aquisitivo e com baixocapital cultural (CORREIA; SOARES, 2016; CORREIA, 2018; 2014; ROCHA, 2017; DA CONCEIÇÃO; BASSANI, 2016; KLEIN; BASSANI, 2016; ROMÃO; 2018). Esses mesmos estudos indicaram uma correlação entre o contexto socioeconômico, o campo de possibilidades, e a formulação das estratégias dentro dos seus projetos de vida.

Diante do exposto, o artigo realiza um contraponto aos outros estudos, ao se debruçar sobre um grupo diferente de estudantes-atletas, mais precisamente aqueles provenientes das classes médias alta com mais recursos financeiros e mais capital cultural. Considerando a importância dada ao nível socioeconômico (NSE) nas análises anteriormente citadas, procura-se realizar um estudo exploratório que permita apontar as influências do posicionamento social desses atletas e suas famílias na observação do seu campo de possibilidades e, conseqüentemente, na sua construção de projetos de dupla carreira.

Inicialmente apresentaremos as abordagens teóricas e metodológicas da pesquisa, em seguida os dados obtidos, na sequência as discussões e análises diante do material coletado no trabalho de campo junto aos atletas e, por fim, as considerações dos resultados encontrados.

2- Abordagem Teórico Metodológica:

2.1- Metodologia.

Para compreensão da rotina de treinamentos e de escolarização de estudantes-atletas e suas famílias foram realizadas entrevistas e questionários semiestruturados. Os dados desse trabalho foram coletados em 2012 com jovens aspirantes a jogadores de futebol profissional, que no referido ano treinavam em clubes no Rio de Janeiro e estudavam num mesmo colégio particular no Recreio dos Bandeirantes (RJ). A escolha pela instituição de ensino se deu pela necessidade de buscar estudantes-atletas com a mesma variante de rotina escolar, qualidade do ensino e semelhante NSE.

Inicialmente o número de atletas de futebol na amostra perfazia o total de 31. Através de processos de exclusão para adequar-se ao escopo da pesquisa restaram 22 indivíduos que atendiam aos seguintes requisitos: a) estavam inseridos entre as categorias sub-15 e sub-20, ou seja, entre 14 e 19 anos de idade; b) possuíam perfil socioeconômico e cultural que poderiam ser classificados como classe média inserida nos extratos mais altos de nossa sociedade ou mesmo alguns como membros das classes superiores economicamente.

A partir desse recorte foram aplicados questionários semiestruturados com os 22 atletas e posteriormente realizadas 15 entrevistas a partir desse universo. O número de entrevistas seguiu o critério do grau de saturação, isto é, a partir do momento em que os relatos e narrativas começaram a se aproximar e a se repetir, nesse ponto esgotou-se a necessidade de realização de novas entrevistas (BECKER, 1999).

A escolha da categoria como critério de inclusão/exclusão parte da premissa de que é nessa fase da vida que a escolha do jovem e da sua família em seguir a carreira futebolística se torna crucial e, portanto, essa escolha poderá definir o tipo de escolarização almejada pela família para seus filhos. Nessas categorias em questão os atletas se situam na faixa etária entre 14 e 19 anos, o que, em tese, colocá-los-iam também nos anos finais da educação básica. Como apontam os estudos, nessa fase da carreira há maior possibilidade de profissionalização esportiva (SOARES, *et al*, 2011; EPIPHANIO, 2002) mas, é igualmente o momento de conclusão da educação básica. Logo, poderá existir

maior tensão entre os tempos da prática esportiva e da escolar (MELO, 2010; SOARES *et al*, 2013). Com base nessas informações, a escolha dessa faixa etária reside na possibilidade de observarmos com maior clareza as tensões na formatação dos projetos de dupla carreira.

A escolha por famílias de classes médias altas e superiores é uma tentativa de responder as lacunas deixadas pelos estudos sobre futebol que sempre observam os atores sociais localizados nas classes médias e baixas na sociedade brasileira, essa é a tendência desses estudos. As famílias desse artigo foram classificadas principalmente pelo fator renda, obtido por meio da análise dos setores censitários, nos quais estavam localizadas as residências dos estudantes-atletas. O setor censitário é a menor unidade para o qual o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) fornece informações socioeconômicas, tais como renda média dos chefes de família, porcentagem de chefes de família com nível superior, número de domicílios por tipo, entre outros. No caso dos setores censitários, eles comumente traduzem certa proximidade entre as realidades socioeconômicas das famílias, o que permite estimar com menos insegurança questões ligadas a renda.

A organização das famílias em classes sociais foi feita através do entrecruzamento dos parâmetros utilizados em pesquisas anteriores por outros autores (NOGUEIRA, 1995,2010,2013;ZAGO, 2000), com os dados da Associação Brasileira de Empresas e Pesquisas (ABEP). A classificação obtida com a ABEP permite, segundo os dados coletados nessa pesquisa, criar a partir da renda estimada o perfil socioeconômico dos entrevistados. Assim, a percepção dos campos de possibilidades e estratégias para a construção de projetos de dupla carreira será feita a partir da variável socioeconômica dos estudantes-atletas.

2.2- Projeto e campo de possibilidades.

Projetos são planejamentos postos em prática por meio de ações e comportamentos com vistas a obter um conjunto de objetivos específicos (SCHUTZ, 1979). Nenhum indivíduo nasce com um projeto de vida estruturado *a priori*, pois a construção dos projetos dialoga com o contexto social no qual os indivíduos interagem. Os projetos devem ser entendidos como fruto de uma identidade do sujeito, através do qual podemos identificar suas visões de mundo, seus espaços de socialização e suas reinterpretações da

realidade, que se tornam concretos por meio de discursos, narrativas e ações. O projeto individual, então, emerge da condição do indivíduo efetuar escolhas dentro do seu campo de possibilidades, influenciado pelas experiências no qual ele foi socializado.

É a reação do indivíduo às imposições e aos estímulos gerados por essa sociedade que possibilitará a formação do seu projeto. Cabe ressaltar que o indivíduo pode reagir negativamente a esses estímulos devido a inúmeros fatores ligados à crença, à condição social e material (VELHO, 1997; 2010). Nesse ponto, a posição social, gênero, orientação sexual entre outros fatores se constituem como fatores importantes na forma de elaborar seus projetos.

Todo projeto é formulado dentro de um conjunto de campos de possibilidades observados pelos indivíduos. Devemos compreender como campo de possibilidades o espaço social no qual caminhos/oportunidades são enxergados e experimentados pelos indivíduos ao longo da sua trajetória de vida. Esse campo de possibilidades é dinâmico e se reestrutura a partir de elementos objetivos como posse de bens materiais e redes de sociabilidade, ou de elementos subjetivos como ideologias e crenças (VELHO, 2003).

A relação entre o indivíduo, diversos grupos e instituições em sociedades complexas produzem interações que permitem as pessoas visualizar, criar e modificar o seu campo de possibilidades, que geralmente indica um conjunto de oportunidades que serão analisadas e selecionadas, consciente ou inconscientemente. No caso dessa pesquisa, o projeto de profissionalização e de escolarização, intitulado de projeto da dupla carreira se estrutura a partir das experiências no campo do esportivo e das suas experiências no campo educacional,

Compreendendo os conceitos de projeto e campo de possibilidades, como a posição social desses jovens e suas famílias influenciam a observação das suas possibilidades e de que forma a partir disso eles elaboram estratégias com vista a concretizar os seus projetos?

3- Quem são essas famílias e seus atletas?

Para tentar diminuir os limites metodológicos da operacionalização do nível socioeconômico foram acionados novos elementos no intuito de fortalecer a análise e diminuir a

imprecisão dos resultados obtidos. A partir das informações com os questionários e a utilização dos setores censitários do IBGE foi possível identificar que todas as 22 famílias analisadas possuíam rendimentos mensais entre R\$ 5.000,00 reais até valores de R\$15.000,00³, fato que as posiciona segundo os dados da ABEP entre classes médias altas e superiores da sociedade. Dentro desse universo, 50% recebiam entre R\$ 5.000,00 e R\$ 6.000,00; 25% entre R\$ 6.001,00 e R\$ 8.000,00; 10% entre R\$ 8.001,00 e R\$ 10.000,00; 10% entre R\$ 10.001,00 e R\$ 12.000,00 e 5% entre R\$ 12.001,00 e R\$ 15.000,00. Entre as 22 famílias, 20 (91%) delas possuíam casa própria e outras 2 (9%) moravam de aluguel. A local de residência delas está circunscrito na zona oeste do Rio de Janeiro, mais especificamente, nos bairros da Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes e Jacarepaguá.

Entre os responsáveis por esses jovens, 18 dos 22 pais (82%) possuíam ensino superior completo e 4 deles (18%) o ensino médio completo. Entre as mães 16 das 22 (73%) possuíam ensino superior completo e 6 (27%) ensino médio completo. Esses dados mostram que a escolaridade dos responsáveis dos atletas está acima da média nacional que corresponde a 9,3 anos de estudo (PNAD, 2018).⁴ A escolaridade dos pais evidencia que essas famílias não possuíam apenas um nível socioeconômico alto, mas também alto capital cultural institucionalizado acumulado se tomarmos a realidade brasileira como parâmetro.

À época da pesquisa a totalidade dos pais dos atletas se encontrava trabalhando, principalmente, em atividades como: Empresário (30%); médico (25%); gerente de projetos (5%), advogado (15%), engenheiro (5%), professor (5%), entre outras (15%). Das mães, 16 das 22 (73%) encontravam-se empregadas e as outras 6 (27%) não possuíam ocupação naquele momento. Cabe ressaltar, que todas essas 6 mães que não trabalhavam, disseram que estavam exercendo a função “do lar” para cuidar dos filhos. Essa situação evidencia possibilidades de serem providas pelos ganhos de seus respectivos maridos, bem como uma estratégia de projeto familiar e/ou reprodução do modelo da família tradicional.

Sobre os estudantes-atletas dentro dessas famílias podemos identificar que 4 deles (19%) possuíam 15 anos, outros 4 (19%) 16 anos de idade e outros 16 (62%) com 17 anos de idade. Todos

3 Os dados foram atualizados com correlação inflacionária, pois os valores da pesquisa diziam respeito a renda dos indivíduos em 2012.

4 Dez anos de escolaridade significa ter terminado o ensino fundamental, mas não ter concluído o ensino médio.

esses jovens encontravam-se no ano da pesquisa entre o 1º ano e o 3º ano do ensino médio e durante a sua trajetória escolar nenhum deles havia tido reprovações. Com relação a essa trajetória escolar, mais da metade dos atletas (69%) afirmaram que estudaram em escolas particulares durante todo o processo de escolarização. Aqueles que disseram ter estudo principalmente em escola particular, mas também na pública perfaziam 26,5% e os que indicavam ter feito sua escolarização principalmente na pública eram apenas 4,5%.

A maioria das famílias (91%) possuía mais de um filho, ou seja, os estudantes-atletas possuíam irmãos. Contudo, em nenhum caso esses irmãos não-atletas estudavam na mesma escola do filho atleta. As instituições de ensino em que os filhos não-atletas estavam matriculados eram eminentemente particulares (95,5%), sendo que a única família com filho matriculado numa escola pública era aquela em que o irmão tinha passado a maior parte da escolarização.

Os dados coletados nos permitem descrever um conjunto de famílias com um nível socioeconômico e capital cultural institucionalizado que pode ser classificado como alto. São famílias que moram em bairros emergentes e em regiões dentro desses bairros com IDH alto, quando comparado com outras áreas na cidade do Rio de Janeiro⁵. Os dados dos questionários nos permitiram visualizar que eram famílias que consumiam bens culturais como viagens, entretenimento e cursos para seus filhos, investimentos que produzem distinção dentro de nossa sociedade. Esse fato é reforçado pela escolha de quase todos os responsáveis em matricular seus filhos em instituições privadas de ensino que se associem aos projetos familiares no momento.

4- Projeto, dupla carreira e campo de possibilidades.

Dentro da análise dos projetos e dos campos de possibilidades, esses jovens e parte dos membros de suas famílias enxergam no futebol e na escola as possibilidades de sucesso, ascensão social, satisfação pessoal e coletiva. Seus argumentos passaram a conjugar da crença de que esses campos sociais são um espaço possível de transformação e de concretização dos seus objetivos.

Os projetos de dupla carreira analisados fundamentalmente se desenvolveram através das experiências em comum partilhadas

⁵ Com a análise dos microdados, foi possível identificar que todas as famílias residem em áreas nobres dentro desses bairros

pelos membros da família. Essas experiências foram internalizadas por meio da prática cotidiana dando origem a um sistema de gostos e preferências que orientaram as ações dos indivíduos e sua crença sobre as possibilidades nos campos sociais. No caso dos projetos dessa pesquisa, a existência de práticas esportivas e/ou indivíduos dessa família inseridos no campo esportivo e/ou com sucesso no campo educacional constituíram-se como um fator decisivo para predisposição em elaborar projetos em torno do esporte e/ou da escolarização.

4.1 – Campo de possibilidades e camada social.

Estudos realizados (DAMO, 2007; RIAL, 2008; SOUZA *et al*, 2008; CORREIA, 2014; SOARES *et al*, 2009) explicitam que a formação para futebol profissional exige investimentos financeiros para fornecer as mínimas condições de desenvolvimento da carreira, ou seja, equipamentos esportivos, alimentação balanceada e suporte tempo para acompanhamento da vida do estudante-atleta.

Além disso, a formação futebolística é de tempo integral. Isso significa a necessidade de investimentos e engajamentos para além do período estritamente ligado ao treino ou as competições. A profissionalização ao requerer a demanda de esforços também no tempo livre acaba por arregimentar a mobilização de diversos indivíduos por trás do jovem atleta. Para dar suporte a esses jovens existe um custo temporal que, em algumas situações, requisita das famílias a diminuição até mesmo da sua carga de trabalho para auxiliar o filho. Dessa forma, a profissionalização no futebol é investimento que demanda custos, para os quais determinados grupos sociais ou configurações familiares (com diversos filhos) teriam muita dificuldade de manter. A construção e manutenção de um projeto esportivo no futebol solicita o mínimo de condições socioeconômicas (RIAL, 2008).

No caso das famílias analisadas, podemos verificar que a condição financeira confortável delas, permite um alto grau de investimento nas necessidades requeridas pelo futebol, tais como fornecimento de materiais esportivos, alimentação, transporte e profissionais especializados de apoio. Alguns relatos feitos pelos estudantes-atletas evidenciam esse suporte.

Lucas: Lá em casa, meus pais sempre procuram me dar tudo que eu preciso para jogar futebol. Como tem muito treino, normalmente a

gente troca de chuteira com frequência. Fora as outras coisas que tem que comprar né?!Meião, suplemento, caneleira e outras paradas lá. Como estamos nessa batalha ai, eles nem questionam, eles compram mesmo.⁶

Paulinho:Meu pai era professor de educação física e sempre gostou de esporte, quando decidi que queria ser jogador ele não teve dúvidas e resolveu que iria me ajudar nos treinamentos. Como minha mãe trabalha numa empresa e ganha bem, ele em acordo com ela reduziu muito a carga de trabalho e hoje me treina quando estou nas horas vagas⁷

Os relatos mostram a existência de um forte investimento dos pais nas exigências requeridas pelo campo futebolístico para a formação dos jovens. Em todas as situações, a existência de recursos financeiros disponíveis permite que as famílias ajam com vista a maximizar o suporte à profissionalização do jovem. Em alguns casos de maneira limite, como o reportado pela família de Paulinho, no qual seu pai reduziu drasticamente a carga de trabalho para que pudesse acompanhar mais de perto o desenvolvimento esportivo do filho.

A análise deixa claro como a situação econômica das famílias alarga o campo de possibilidades e produz novas facetas na constituição do projeto. Nesses relatos os recursos financeiros dos pais permitem um acompanhamento mais efetivo e um suporte maior na tentativa de realizar os projetos dos filhos. Diante disso, as famílias precisam construir menos estratégias de aglutinação de novos indivíduos ao projeto, pois, não dependem de recursos financeiros externos. Se formos comparar com os estudos realizados com atletas das classes populares, veremos que nos estratos sociais menos favorecidos, a ajuda financeira dos pais existe, mas é muito mais restrita; não sendo raros os momentos de escolhas difíceis na distribuição dos recursos dentro de casa e mesmo na ampliação de apoiadores externos para que o projeto futebolístico seja mantido (CORREIA, 2018).

Como podemos verificar determinadas configurações de NSE realmente oportunizam para as famílias e os indivíduos inseridos nelas uma ampliação do campo de possibilidades, de movimentos, ações e estratégias para que possam operacionalizar o projeto familiar futebolístico. De fato, os recursos financeiros também permitem outras vantagens como a liberação de um ou

⁶ Entrevista com Lucas, atleta e aluno de um colégio na zona oeste, em 22/11/2012.

⁷ Entrevista com Paulinho, atleta e aluno de um colégio na zona oeste, em 03/10/2012.

mais integrantes da família do trabalho remunerado para que possam acompanhar as rotinas esportivas e escolares dos alunos-atletas. Entre os jovens analisados pelo menos ¼ deles possuíam um dos responsáveis cuidando exclusivamente da casa e do dia-a-dia deles. Essa configuração auxilia na rotina de conciliação da dupla carreira, pois permite a otimização do tempo.

Hugo: A minha mãe é dona de casa e, por isso, não trabalha. Ela já até trabalhou por muito tempo pelo que ela fala, mas depois que eu cresci ela resolveu ficar em casa para cuidar de mim e do meu irmão. Então... Ela é que me leva para escola, para o treino, me acorda. Ela fica lá me esperando no treino.⁸

Marcos: Depois que começamos essa coisa de ser jogador de futebol de maneira mais séria mesmo, minha mãe resolveu que ia se dedicar 100% para mim. Para me ajudar em tudo que eu precisasse. Todo acompanhamento de treino e da escola ela me ajuda. Hoje ela vive para casa mesmo e para ajudar nesse negócio de ser jogador.⁹

Esses indivíduos que dispõem da possibilidade de terem outras pessoas a sua volta direcionando suas rotinas exclusivamente para atendê-los acabam por receber um suporte para que possam realizar suas rotinas e suavizar as contradições e dificuldade de conciliar duas atividades que lhe tomam muito tempo. Parafraseando as observações de estudos anteriores (ESTABLET, 1987), esses responsáveis assumem uma posição de “pais profissionais” que, munidos de tempo livre e das mais diversas orientações e informações dos especialistas, sentem-se no dever de definir, eficientemente, um repertório de atividades e práticas cotidianas para seus filhos.

Os “pais profissionais” fazem isso na medida em que acreditam que podem assegurar o desenvolvimento dos talentos individuais e das competências demandadas pela sociedade aos seus filhos em seus projetos individuais. No caso estudado, a profissionalização no futebol paralela à escolarização básica se torna a meta dessas famílias de classe média abastadas que não prescindem, por valores de classe, da formação acadêmica de seus filhos. Muitos pais/mães se transformam em “profissionais práticos” do treinamento, da preparação física, da nutrição, do

⁸Entrevista com Hugo, atleta e aluno de um colégio na zona oeste, em 17/05/2012

⁹Entrevista com Marcos, atleta e aluno de um colégio na zona oeste, em 01/06/2012

magistério e da psicologia, enfim, atuam também *coachs*, empresários e motoristas de seus próprios filhos para que eles alcancem os objetivos do projeto construído e desejado por eles.

As condições socioeconômicas, como percebe-se são fatores que interferem na forma como as oportunidades de profissionalização no futebol são postas a eles. Oriundos de classes sociais mais privilegiadas, eles possuem instrumentos que objetivamente alargam seus campos de possibilidades. No entanto, esse contexto social do qual provêm, contraditoriamente, pode significar um estreitamento do seu campo de possibilidades **no futebol**, porque suas famílias também enxergam outros caminhos na escolarização básica e universitária; muitas vezes, essas mesmas famílias, de acordo com a conjuntura e as chances dos filhos no esporte, os pressionarão a seguirem o caminho esperado de sua classe social pelas vias acadêmicas.

As famílias com níveis socioeconômicos mais altos, graus de capital cultural institucionalizado e trajetória de escolarização exitosa tendem a ver estruturas de oportunidades na formação acadêmica, como sendo uma possibilidade mais palpável e de acordo com os valores de classe. Nas famílias com baixo nível socioeconômico e baixo capital cultural, o esporte é visto como um grande caminho a ser seguido na mobilidade social, principalmente na situação do futebol. Possuindo outras perspectivas, por meios acadêmicos, nem sempre o projeto futebolístico é consensual dentro do ambiente familiar e o jovem precisa a todo o momento negociar com alguns atores sociais da família a flexibilização das rotinas escolares, sem poder deliberadamente secundarizar a formação escolar. Isso pode ser visto no relato de dois atletas.

Hugo:Eu não queria mais estudar, queria só treinar, mas meu pai e minha mãe não deixam. Eu sei que poderia jogar melhor se só precisasse treinar. Vou ter que terminar pelo menos ensino médio e depois posso me dedicar só ao futebol. O problema é que tem uns meninos lá no clube que só jogam e por isso acabando na minha frente¹⁰

Marcelo:Eu quero ser jogador de futebol, mas infelizmente não posso apenas fazer isso. Meu pai também acha legal eu ser jogador de futebol e estar nesse meio do esporte. Ele diz que eu tenho que fazer o que me deixa feliz, mas também acha que não posso deixar a escola de lado, porque se o futebol não der certo eu tenho que

10 Entrevista com Hugo, atleta e aluno de um colégio na zona oeste, em 17/05/2012.

ter outra coisa engatilhada. A minha mãe é que não gosta muito dessa ideia de futebol. Ela também acha que devo fazer o que me faz feliz, mas preferia que eu estudasse mais e não deixasse a escola de lado. Acabei vindo para cá [nome da escola] para poder treinar e estudar sem problemas, mesmo minha mãe não achando a escola forte, era uma maneira de continuar estudando.¹¹

O projeto de dupla carreira e, conseqüentemente, as estratégias feitas para concretizá-lo é influenciado pelo campo de possibilidades enxergado pelos indivíduos. Primeiramente, identifica-se que as famílias enxergam na escola um campo de possibilidades factível para seus filhos, logo que deve ser investimento e almejado. Como verificou-se na descrição das famílias, muitos possuem um alto nível de escolaridade (superior completo), o que pode levar a crer que as experiências desses pais com a educação estão povoadas de sentimentos de recompensas pelos seus próprios esforços e de sucesso na superação dos diversos "gargalos" educacionais do sistema de ensino brasileiro.

Nesse ponto, questões que condicionam ou não a sua adesão escolar perpassam pelas oportunidades escolares, experiências vividas, características particulares, representações sobre a escola na família, bem como o "estilo de vida". Tais observações vão ao encontro de outros estudos da área educacional (PAIXÃO, 2005), mas em especial ao trabalho realizado por Koslinski e Costa (KOSLINSKI; COSTA, 2011) ao trabalhar a escola e as representações sobre o presente e o futuro na visão de estudantes do ensino fundamental em duas escolas públicas do Rio de Janeiro. Apesar da amostra restrita, tal trabalho reforça a existência de expectativas de futuro profissional e escolar bem diferenciadas, conforme as origens socioeconômicas e do capital cultural dos estudantes pesquisados. Entre os resultados, verificou-se que a ênfase na importância da escola para a definição no futuro e no presente foi sendo relativizada a medida que o nível socioeconômico e o capital cultural decaí.

Além disso, em alguns casos, as famílias analisadas possuíam pelo menos um dos responsáveis inseridos em círculos, nos quais uma profissão ou a permanência em determinada instituição de ensino se traduzem como marcas identitárias. Dessa forma, o indivíduo no seio familiar se vê pressionado a tentar manter a identidade da família através da obtenção de um título de médico, advogado,

¹¹Entrevista com Marcelo, atleta e aluno de um colégio na zona oeste, em 24/05/2012.

professor, engenheiro ou outra profissão ligada as gerações anteriores.

As questões expostas constituíram-se como uma tônica nas entrevistas da pesquisa e demonstram que para maioria dos jovens a carreira escolar não pode ser completamente abandonada devido sua posição de classe. Por isso, eles devem não somente continuar estudando, como também mantendo aberta as possibilidades de seguir outros caminhos alheios ao projeto de profissionalização no esporte. A cobrança por engajamento escolar requerida por alguns membros da família traz a necessidade de se dedicar com afinco à escolarização e, conseqüentemente, tal demanda se torna um empecilho à profissionalização no futebol; pois, muitas vezes os tempos de formação esportiva entram em conflito com os tempos e demandas escolares. Essa realidade pode significar um estreitamento do seu campo de possibilidades para se tornar jogador de futebol, e a construção de um dilema em torno do seu projeto individual.

A configuração e a trajetória dessas famílias tanto no campo econômico quanto no campo educacional permitem identificar a construção de crenças na exequibilidade de projetos em diversas áreas da vida social, seja no futebol e na escola. Essas crenças balizam o processo de construção dos projetos e, no caso dos atletas analisados, produz interpretações diversificadas sobre quais devam ser os projetos de vida prioritários dos seus filhos.

4.2 – Projetos familiares na dupla carreira e suas estratégias.

Ao analisar os relatos dos atletas e as ações empregadas pelas famílias foi possível compreender a coexistência de projetos de vida que conciliam os desejos desses jovens em investirem no futebol sem preterirem a escolarização. Os indivíduos analisados nessa pesquisa, sejam eles os estudantes-atletas ou os membros da sua família evidenciaram em linhas gerais uma forte adesão ao projeto de profissionalização no esporte, lançando mão de diverso recursos e estratégias com vista a concretizar a profissionalização futebolística. Contudo, em quase todas as análises de acompanhamento das famílias, o projeto de escolarização não foi nem secundarizado ou abandonado.

Nas análises captadas pela pesquisa a construção de uma crença na escolarização como um campo de possibilidades mais tangível que o futebol é incentivado por alguns membros da

família. Essa visão estrutura um conjunto de discursos e ações por parte de alguns indivíduos que procuram resistir a um projeto de vida exclusivamente futebolístico e que inviabilize o projeto de escolarização.

A construção do projeto de dupla carreira passa a não ser homogênea e nem harmônica. Isso porque, esses projetos não são exclusivamente individuais, mas sim coletivos e familiares. Dessa forma, um projeto é construído a partir dos vários projetos individuais dos membros familiares. Isso porque existem múltiplas interpretações, devido a diferenças de *status*, de trajetórias e de geração ou gênero das pessoas no seio familiar. O relato ajuda a exemplificar essa situação.

Juliano: O meu pai sempre quis que eu fosse jogador de futebol. [...] As coisas foram acontecendo e eu precisei de mais tempo para treinar. Por causa disso, tive que sair da escola que eu estudava, era uma escola dessas famosas. [...] Meu pai queria me colocar numa escola pública para ter menos cobrança, mas minha mãe e meus avós não aceitaram a ideia de jeito nenhum. [...] Acabei aqui nesse colégio porque cobra pouco e não é público. Isso minha mãe não ia deixar nunca.¹²

Podemos identificar perspectivas diferentes de projetos entre os membros da família e conseqüentemente observações discordantes sobre quais deveriam ser as estratégias a serem tomadas com relação aos investimentos no esporte e na escolarização. Isso ocorre pela própria trajetória construída pelos indivíduos no interior dos projetos. No caso de Juliano, sua mãe era professora num colégio de alto prestígio no Rio de Janeiro. Na família do jovem, não são apenas os pais que possuem o ensino superior completo; na verdade, todos os seus tios (dois por parte de pai e um por parte de mãe) têm. Na família materna, existe uma tradição familiar na formação de professores, como cita a própria mãe:

Raquel: Na minha família, quase todo mundo tem faculdade. Meus irmãos todos, meus pais. Só as minhas duas avós que não têm. Mas tirando isso, todo mundo tem. Além disso, na minha família tem muito professor, não sei quem começou com isso [risos]. Aí tem meu pai professor e muitos os irmãos dele.¹³

¹²Entrevista com Juliano, atleta e aluno de um colégio na zona oeste, em 12/08/2012.

¹³Entrevista com Raquel, mãe de Juliano, em 05/17/2012.

Nesse relato, podemos perceber outros elementos relacionados a trajetória materna que acabam por influenciar sua visão de mundo e, conseqüentemente, produz estratégias que tensionam o projeto esportivo do filho. Criada numa família de classe média, Raquel (mãe de Juliano) enxerga a obtenção de capital cultural e de credenciais escolares valorizadas como elemento indispensável para o sucesso e ascensão social do jovem. A educação é um elemento central e, além disso, o professorado se constituiu como um traço da identidade de sua família. Por isso, desde pequenos podemos supor que o jovem é preparado para seguir o caminho da formação acadêmica em qualquer profissão.

Ao mesmo tempo, Omar, o pai de Juliano, quando jovem tinha tentado a carreira no futebol, mas não teria conseguido realizar tal intento em função do infortúnio causado por uma lesão que o retirou do esporte. Diante disso, o pai mesmo com todos os atravessamentos provenientes de questões socioeconômicas, profissionais e culturais, alimentava um desejo afetivo sobre um projeto no qual não conseguiu concretizar. Para o pai desse jovem seu projeto individual de tornar-se jogador fracassou e naquele momento, ao que parecia, ele depositava no seu filho as expectativas e esperanças de concretização desse projeto de profissionalização no futebol.

O pai buscava claramente projetar seu sonho através do filho, enquanto a mãe, vindo de uma tradição familiar portadora de capital cultural, pautava a escolarização como a trajetória factível e desejável para o jovem. Apesar de aderir ao projeto do filho e do marido isso não se deu sem conflitos e consensos possíveis. Nesse processo, uma série de negociações foram necessárias e um conjunto de ações de escolarização foram acionados para mitigar os possíveis danos da rotina esportiva sobre a rotina escolar.

A situação envolvendo Juliano, Raquel e Omar é emblemática, pois pode ser verificada em diferentes gradações nos projetos de dupla carreira das outras famílias. Projetos coletivos mesmo que logicamente construído em torno de um objetivo (tornar o jovem um atleta de futebol), podem ter seus conflitos internos orientados pelas diferentes perspectivas e experiências dos indivíduos ao longo de suas trajetórias.

Imbuído de significados distintos dentro da família, para determinado membro ele pode significar prioritariamente a

chance de ascensão social, para outro a realização de um sonho de infância, para um terceiro a manutenção de uma “dinastia” no futebol, ou ainda a reafirmação de uma identidade familiar. Embora o projeto esteja muitas vezes relacionado à perspectiva de mobilidade social, ele também é pautado por outras motivações. Por isso, são produtos de negociação, conflitos, reformulações entre os atores sociais.

Nas entrevistas ficou evidente, na maioria das vezes, que o projeto de tornar algum filho jogador de futebol tem o suporte dos pais e dos irmãos do sexo masculino. Esse dado influencia diretamente o quanto esses indivíduos estão dispostos a apostar em jogadas arriscadas na roleta profissional dos filhos. Os entrevistados sempre reforçaram um grande desejo das mães em vê-los formados em faculdades e realizando cursos de profissões de prestígio, mesmo que elas aceitem o investimento de tempo que demanda o esporte. Desse modo, muitas vezes os filhos encontram justamente no pai o fortalecimento desse projeto futebolístico.

No projeto de profissionalização esportivo, como já foi dito, os indivíduos enxergam a existência de um campo de possibilidades, mesmo que limitado. Todavia, o tempo de treinamento, os deslocamentos e os jogos no final de semana podem dificultar muito para eles estudarem com a dedicação e o tempo que outros jovens da mesma idade e da mesma classe social a que pertencem.

Sendo assim, essas famílias buscam alternativas que permitam à continuidade da escolarização, adequada as necessidades dos seus projetos familiares, e da formação profissional no futebol. Nos projetos de dupla carreira dos estudantes-atletas analisados, a conciliação entre futebol e escola indica a construção de estratégias que acomodem os dois projetos. Nesse sentido, a escolha dessas famílias pelo estabelecimento de ensino privado desempenhou um papel central na negociação, na gestão e nos objetivos de seus filhos desenvolverem os projetos de dupla carreira.

Para essas famílias pertencentes as classes médias e altas, a escolha de uma escola privada, com certa flexibilidade, baixa rigidez e com alguma qualidade educacional, mesmo estando aquém das demandas e da qualidade das escolas privadas de prestígio, significa uma estratégia de manter seus filhos no caminho da formação acadêmica. Os estudantes-atletas entrevistados buscaram essa escola privada no Recreio dos Bandeirantes como um modo de conciliar escolarização e futebol

devido a menor pressão nas avaliações escolares e pela complacência e flexibilização da direção com faltas decorrentes dos treinos, viagens e jogos. Essa observação fica claro no relato de Paulinho.

Paulinho: Eu, por exemplo, sempre estudei nas melhores escolas, Sion e outras...Ela já não é muito feliz comigo aqui no [nome do colégio], porque não é uma escola como o Sion, até porque não dá para fazer os dois (futebol e escola forte), é uma escolha, com isso eu vim para cá que é o básico, do [nome do colégio] mais pra baixo não vai.¹⁴

Hugo: Olha eu já estudei em colégio público achando que ia ser fácil para conciliar a escola e o futebol, mas não foi não. Porque lá o ensino pode até ser fraco, mas os professores não querem nem saber se você é atleta, se chega atrasado. Por isso quase fiquei reprovado aí decidi vir para cá por um amigo meu me indicou¹⁵

Dos relatos podemos apreender que a escolha pelo estabelecimento de ensino significa o alargamento do campo de possibilidades para a imersão no futebol e ao mesmo tempo em que parte da família requisita a conquista de credenciais escolares ou de capital institucionalizado.

A escolha da referida instituição por essas famílias permitia um tipo de conciliação entre escola e futebol que acomodava as demandas do segundo sem abrir mão do primeiro. Outro ponto que deve ser analisado é a dificuldade que o estudante-atleta indica sobre a conciliação entre o futebol e a escolarização, mesmo se estivesse numa escola pública ou numa escola privada mais exigente.

As estratégias identificadas vão ao encontro de pesquisas internacionais e nacionais (Nogueira, Romanelli & Zago, 2000; Nogueira, 2004; Paes de Carvalho, 2006; Ballion, 1977) que têm mostrado que o sucesso da escolarização das elites muitas vezes se dá por estratégias de “evitamento” de fracasso através de escolhas mais adequadas, tais como a transferência para escolas menos exigentes a fim de prevenir prováveis reprovações, apoio escolar através de professores particulares, estágios no estrangeiro etc. Além disso, é preciso não esquecer que as escolas de maior prestígio frequentadas por estes grupos sociais costumam ser extremamente seletivas, quer no momento da matrícula inicial dos alunos, quer através de diferentes processos de seletividade

14 Entrevista com Paulinho, atleta e aluno de um colégio na zona oeste, em 03/10/2012.

15 Entrevista com Hugo, atleta e aluno de um colégio na zona oeste, em 17/05/2012.

interna – negociados com as famílias –, quando a reprovação tende a levar muitos alunos a procurar outras alternativas de escolarização (BRANDÃO; CARVALHO, 2011, p.510).

A escolha dessa escola evidencia os dilemas da dupla carreira mesmo para os estratos mais altos economicamente. Ao optarem por essa instituição, os jovens e suas famílias buscavam um espaço que flexibilizasse os horários escolares, com grade de estudos reduzida, com a possibilidade de chegar atrasado, com a permissão de remarcação de provas devido às viagens e até mesmo o abono das faltas, se necessário em função do calendário do futebol.

Outra vantagem adicional desse estabelecimento escolhido era o fato de disporem de oferta de turmas de todos os anos de escolaridade, no turno da manhã e no turno da tarde. Pois, essa possibilidade permitia a troca de turno com facilidade e isto foi apontado como crucial para a conciliação dos dois projetos. Em outras instituições de ensino privado prestigiadas, alguns anos dos escolaridade são ofertados exclusivamente em apenas um dos turnos. Para os jovens que precisam adequar suas rotinas escolares ao futebol isso se torna um obstáculo, pois com a mudança de categoria, normalmente o turno dos treinos também muda e fatalmente precisariam trocar de turno.

Diante dessas questões, para os que podiam pagar, essas escolas significavam uma estratégia de conclusão dos estudos diante de um contexto no qual precisavam apresentar desempenho e bons resultados esportivos, além de responder, em parte, as pressões e expectativas de escolarização de suas famílias.

A operacionalização dessas estratégias de conciliação da dupla carreira – na qual a escolha do estabelecimento de ensino é a mais evidente – está relacionada a percepção que esses indivíduos tinham sobre o funcionamento do campo futebolístico e do campo educacional. Em seus relatos é possível observar algumas nuances acerca das temporalidades requeridas pelas duas atividades.

Eduardo: O futebol é agora. É uma chance. Se passar, já foi. A escola também é importante, mas você pode tentar várias vezes. Futebol é momento e se a oportunidade bate na sua porta e você não abre, ela vai à porta do outro.¹⁶

¹⁶Entrevista com Eduardo, atleta e aluno de um colégio na zona oeste, em 20/09/2012

Hugo: No futebol você "estoura" a idade. Se estourar a idade, aí já viu. Tá fora! Não tem como eu fazer 22 anos e continuar na categoria de base. Se eu não acontecer antes dos 20 no profissional, a chance é quase nenhuma. Na escola, eu posso estudar até essa idade em qualquer série. [...] se minha mãe ouve isso me mata. (risos)¹⁷

O discurso dos jovens mostra a compreensão da existência de tempos diferentes entre as duas formações e, conseqüentemente, possibilidades diferenciadas de negociação nas duas carreiras. Tanto Hugo, quanto Eduardo e outros diversos estudantes-atletas entrevistados deixaram implicitamente registrados que o processo de escolarização possui um tempo mais elástico, pois permite que o indivíduo faça uma faculdade, uma pós-graduação, um curso técnico ou até mesmo finalize o ensino básico após ter alcançado a idade adulta. No processo de escolarização há possibilidades de negociações de tempo, negociação essa praticamente impossível na formação futebolística. Por isso, de acordo com suas crenças eles e suas famílias "pesam" oportunidades e operaram escolhas desenvolvendo estratégias em cima dos seus campos de possibilidades.

As famílias analisadas evidenciam projetos futebolísticos que buscam acomodar os desejos de seus filhos e de parte dos membros da família com a profissionalização no futebol sem abrir mão da escolarização, mesmo que para isso tenham que matriculá-los em escolas privadas de menor prestígio e que flexibilizam as normas escolares. As classes médias situadas nas escalas inferiores da estratificação social também buscam a escolarização de seus filhos mesmo com menos expectativas, todavia, acabam secundarizando e até aceitando o abandono escolar em função das possibilidades do projeto futebolístico (CORREIA, 2014; 2018; ROCHA, 2013; 2017). Nesses estudos foi identificado que o projeto escolar havia sido secundarizado pelos atletas e por suas famílias por entenderem que o conhecimento escolar tem pouca ou nenhuma conexão com o projeto esportivo futebolístico. Os conhecimentos obtidos na escola não eram vistos como necessários para a progressão dos atletas no seu projeto de carreira no futebol e, por vezes, se tornavam impedimentos para manter o foco no esporte. No melhor dos casos alguns jovens e suas famílias enxergavam certos conteúdos da escola como possibilidades de desenvolvimento de habilidades de

¹⁷Entrevista com Hugo, atleta e aluno de um colégio na zona oeste, em 17/05/2012.

comunicação e conhecimento geral para serem aplicados nos contatos com a mídia esportiva quando a carreira profissional decolasse.

No caso dessa pesquisa, a visão das famílias sobre o papel da escolarização não denotava descrença e também não estava limitada a uma noção instrumental. Todas as famílias possuíam uma trajetória educacional exitosa. A necessidade de flexibilizar o projeto de escolarização dos seus filhos talvez responda ao imperativo da modernidade no qual o indivíduo deve realizar seus desejos e metas sem os aprisionamentos ou determinações do seu grupo de referência ou família, como isso, a flexibilização escolar permitia, nesse momento, que o projeto de escolarização não fosse abandonado. Por fim, a escolha de escolas de menor prestígio e menos exigentes era uma estratégia de vencer a escolarização básica por boa parte dessas famílias. Pois, acreditam que elas próprias poderiam fornecer outras experiências educativas para além da escolarização.

5- Considerações finais.

Os resultados obtidos na pesquisa possibilitam identificar a boa condição socioeconômica das famílias como sendo um elemento importante para o alargamento do campo de possibilidades no projeto de profissionalização no futebol e na escolarização. No entanto, a inserção dessas famílias em grupos com alto grau de capital cultural e trajetória escolar exitosa, também se mostrou como uma influência decisiva sobre o projeto de profissionalização esportiva desses jovens que deveria incluir necessariamente a escolarização básica.

A crença dessas famílias, ou pelo menos de frações delas, na ascensão social por meio da escolarização tornaram necessário aos jovens e seus projetos de profissionalização esportiva, uma resignificação no sentido de acomodar as expectativas dos dois projetos. Nesse caso, vimos a existência de uma visão de mundo presente principalmente nas classes médias e altas, que valoriza a realização pessoal e individual como um objetivo, valor próprio da modernidade ocidental. A família incentiva que ele seja sua própria obra de arte, construída a partir de seus desejos e aptidões, mas que em última instância negocie também com a realidade no qual foi socializado.

A existência desse dilema entre a formação futebolística e a formação escolar no interior dessas famílias se desenvolveu

através de diversos processos de negociação entre seus membros. No grupo analisado nessa pesquisa, a instituição de ensino privada surgiu para essas famílias como uma estratégia de acomodação de dois projetos, a saber, a escolarização e a profissionalização no futebol.

A acomodação desses projetos, no entanto, não esconde que o projeto futebolístico é prioritário para os estudantes-atletas e alguns dos membros das famílias, mas deve ser realizado sem abrir mão do projeto de escolarização. Nisso reside o dilema para esses estudantes-atletas que almejavam um posto de trabalho no profissional.

6- Referências

AZEVEDO, M. F; et al. Formação escolar e formação esportiva: caminhos apresentados pela produção acadêmica. **Revista Movimento**, Rio Grande do Sul v. 23, p. 185-200, 2017.

BALLION, R. **L'argent et l'école**. Paris: Pernoud; Stock, 1977.

BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1999.

BRANDAO, Z.; DE CARVALHO, C. P. Processos de produção das elites escolares. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 32, n. 115, p. 507-522, 2011.

CORREIA, C. A. J. **Entre a Profissionalização e a Escolarização: Projetos e Campo de Possibilidades em jovens atletas do Colégio Vasco da Gama**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

_____. **Projetos familiares na formação de atletas do futebol: Apostas na profissionalização e na escolarização**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) –

Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

COSTA, M. da; KOSLINSKI, M. C. Quase-mercado oculto: disputa por escolas "comuns" no Rio de Janeiro. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, vol.41, n.142, pp. 246-266,2011.

DA CONCEIÇÃO, D. M; BASSANI, J.J.**O desafio de uma conciliação: O estudante-atleta e a descontinuidade na formação escolar.** In: Carlus Augustus Jourand Correia; Antonio Jorge Gonçalves Soares; Leonardo Bernardes Silva de Melo. (Org.). Educação do Corpo e escolarização de atletas: Debates contemporâneos. 1ed. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016, v. 1, p. 51-78.

DAMO, A. S..**Do Dom à Profissão: formação de futebolistas no Brasil e na França.**São Paulo: Aderaldo e Rothschild Editora, Anpocs, 2007.

EU Guidelines on Dual Careers of Athletes Recommended Policy Actions in Support of Dual Careers in High-Performance Sport.(2012) Disponível em: <<http://bookshop.europa.eu/en/eu-guidelines-on-dual-careers-ofathletes-pbNC0213243/>>

EPIPHANIO, E. H. Conflitos vivenciados por atletas quanto à manutenção da prática esportiva de alto rendimento. **Revista Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 19, n. 21, p. 15-22, 2002.

ESTABLET, R. **L'école est-ellerevable?**Paris: PUF, 1987.

GUIDOTTI, F.; CORTIS, C.; CAPRANICA, L. Dual Career of European Studentathletes: a systematic literature review. **KinesiologiaSlovenica**, Eslovênia, v. 21, n. 3, p. 5 – 20, 2015.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017-2018.** Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101657_informativo.pdf

KLEIN, L.B; BASSANI, J.J. **Perfil Educacional de jovens atletas do futsal em Santa Catarina: Concorrência entre projetos de formação.** In: Carlus Augustus Jourand Correia; Antonio Jorge Gonçalves Soares; Leonardo Bernardes Silva de Melo. (Org.). Educação do Corpo e escolarização de atletas: Debates contemporâneos. 1ed. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016, v. 1, p. 21-50.

MELO, L. B. S. **Formação e escolarização de jogadores de futebol do estado do Rio de Janeiro.** Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Gama Filho, Programa de Pós-Graduação em Educação Física. Rio de Janeiro, 2010.

MELO, L. B. S. de; ROCHA, H. P. A. ; SILVA, A. L. C. ; SOARES, A. J. G . Jornada escolar versus tempo de treinamento: a profissionalização no futebol e a formação na escola básica. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Santa Catarina, v. 38, p. 400-406, 2016.

NOGUEIRA, M.A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. (Org.). **Família e escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares.** Petrópolis: Vozes, 2000.

NOGUEIRA, M. A. Famílias de camadas médias e a escola: bases preliminares para um objeto em construção. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n.2, jul-dez, p. 155-169,1995.

_____. Favorecimento econômico e excelência escolar: um mito em questão. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 26, p. 133-184, 2004.

_____. No fio da navalha – A (nova) classe média brasileira e sua opção pela escola particular. **Família & Escola: novas perspectivas de análise**. Geraldo Romanelli, Maria Alice Nogueira, Nadir Zago (orgs). Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

_____. Classes Médias e a Escola: novas perspectivas de Análise. **Currículo sem fronteiras**, v.10,n.1, jul, p. 213-231,2010.

PAES DE CARVALHO, C. Contextos institucionais e escolarização: uma hipótese de classificação das escolas da rede privada de educação básica. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 31, p. 155-166, abr. 2006.

PAIXÃO, L. P. Significado da escolarização para um grupo de catadoras de um lixão. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo v. 35, n. 124, jan./abr, p. 141 – 170, 2005.

PAOLI, P. B. **Os estilos de futebol e os processos de seleção e detecção de talentos**. 2007. Tese (Doutorado em Educação Física)–Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2007.

RIAL, C.S Rodar: a circulação dos jogadores de futebol brasileiros no exterior.**Horizontes Antropológico**, Porto Alegre, ano 14, n. 30,p .21-65, 2008

ROCHA, H. P. A. **O Futebol como carreira, a escola como opção: O Dilema do jovem atleta em formação**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SCHUTZ, A. **Fenomenologia e relações sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SOARES, A.J G; et al. . Mercado do futebol, juventude e escola.**Centro de Estudos e Memória da Juventude**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 36-39, 2009.

SOARES, A. J. G. et al. Jogadores de futebol no Brasil: Mercado, formação de atletas e escola. **Revista brasileira de ciência e esporte**, Florianópolis, v. 33, n. 4, p. 905-921, out./dez. 2011.

SOARES, A.J.G *et al.* Time for footballandschool: ananalysisofyoungbrazilian players from Rio de Janeiro. **Estudios Sociológicos**, Cidade do México, vol. XXXI: p. 1-14, 2013.

SOARES, A. J. G. ; CORREIA, C. A. J. ; MELO, L. B. S. . **Tensões na administração da dupla carreira no esporte e na escola**. In: Carlus Augustus Jourand Correia; Antonio Jorge Gonçalves Soares; Leonardo Bernardes Silva de Melo. (Org.). Educação do Corpo e escolarização de atletas: Debates contemporâneos. 1ed. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016, v. 1, p. 9-18

SOUZA, C.A.M. et al. Difícil reconversão: futebol, projeto e destino em meninos brasileiros. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre,vol 12, n 30, p.85-111. 2008.

VELHO, G. **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. 2ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

_____. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. 3ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

Dilemas da dupla carreira

ZAGO, N. (Org.). **Família e escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares**. Petrópolis: Vozes, 2000.

A CIRCULAÇÃO E OS CIRCUITOS FUTEBOLÍSTICOS DE JOGADORAS BRASILEIRAS¹

Mariane da Silva Pisani²

Resumo: O presente artigo busca discutir, a partir dois conceitos teóricos e analíticos – “circulação futebolística” (RIAL, 2008) e “circuito” (MAGNANI, 2014) – , como e o(s) por que(s) as jogadoras brasileiras de futebol movimentam-se pelos estados do Sul e do Sudeste do Brasil. Pretendemos delinear um movimento – dentro dos vários possíveis e existentes – de “circulação futebolística” entre mulheres jogadoras e mostrar como esta circulação anuncia as equipes do Estado de São Paulo enquanto ponto central de um “circuito” futebolístico. As reflexões aqui apresentadas são fruto de oito anos de trabalho etnográfico desenvolvidos ao longo da formação da pesquisadora em Antropologia Social.

Palavras-Chave: Circulação futebolística; Circuito; Futebol; Mulheres; São Paulo

Abstract: This article aims to discuss, from two theoretical and analytical concepts – “soccer circulation” (RIAL, 2008) and “circuit” (MAGNANI, 2014) – how and why female Brazilian soccer players move around the southern and southeastern states of Brazil. We intend to delineate a movement of “soccer circulation” among female players and to show how this circulation announces the teams of the State of São Paulo as the central point of a soccer “circuit”. The reflections presented here are the result of eight years of ethnographic work developed during the formation and research in Social Anthropology.

Key Words: Soccer circulation; Circuit; Soccer; Women; Sao Paulo.

1 Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Fundação de Amparo de Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo financiamento desta pesquisa.

2 Professora Doutora de Antropologia Social, Universidade Federal do Tocantins, marianepisani@gmail.com

Introdução

Desde o ano de 1997, quando foi publicada a primeira Dissertação sobre futebol e mulheres, até o ano de 2019, inúmeros programas de Pós-Graduação em todo Brasil produziram uma quantia expressiva de Dissertações (30)³ e de Teses (11)⁴ que

3 Dissertações produzidas por ano: **1997** – Título: Representações da mulher que joga futebol – Autora: Lucia da Costa Leite Reis – Local: Universidade Gama Filho – Área do Conhecimento: Educação Física. **2003** – Título: Futebol feminino: análise dos discursos dos sujeitos envolvidos em uma competição infantil entre escolas públicas em João Pessoa – PB – Autora: Lígia Luiz de Freitas. Local: Universidade Federal Paraíba. Área de Conhecimento: Educação | Título: Corpo mulher no esporte: a questão da prática do futebol – Autor: Willington Antonio Giarola – Local: Universidade Metodista de Piracicaba – Área de Conhecimento: Educação Física | Título: As relações entre lazer, futebol e gênero – Autor: Eriberto José Lessa de Moura – Local: UNICAMP – Área de Conhecimento: Educação Física. **2005** – Título: Descrição e comparação de dois tipos de chute no futebol feminino através de variáveis angulares – Autora: Tatiane Thomaz – Local: UNESP – Área do Conhecimento: Ciências da Motricidade. **2007** – Título: Contribuição das forças musculares isocinéticas de joelho e tronco para aquisição da massa óssea em atletas de futebol feminino – Autora: Michele Forgiarini Saccol – Local: Universidade de São Paulo – Área do Conhecimento: Medicina. **2008** – Título: Esporte, homossexualidade e amizade: estudo etnográfico sobre o associativismo no futsal feminino – Autora: Raquel da Silveira – Local: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Área do Conhecimento: Educação Física. **2009** – Título: Mulheres praticantes de futebol amador: descortinado as relações de gênero – Autor: Carlos Geraldo das Neves – Local: Universidade Castelo Branco – Área do Conhecimento: Ciências da Motricidade | Título: Imprensa e futebol feminino no Brasil: a memória discursiva em campo – Autora: Rosângela de Sena Almeida – Local: Universidade Federal do Rio de Janeiro – Área do Conhecimento: Memória Social. **2010** – Título: Entra aí pra completá: narrativas de jogadoras do futsal feminino em Santa Maria – RS – Autora: Cláudia Samuel Kessler – Local: Universidade Federal de Santa Maria – Ciências Sociais – Área do Conhecimento: Ciências Sociais | Título: Mulheres da classe alta no futebol: o caso do Nova Iguaçu Country Club – Autor: Carlos Eduardo Naliato Melillo – Local: Universidade Gama Filho – Área do Conhecimento: Educação Física. **2011** – Título: Poderosas do Foz: trajetórias, migrações e profissionalização de mulheres que praticam futebol – Autora: Mariane da Ailva Pisani – Local: Universidade Federal de Santa Catarina – Área do Conhecimento: Antropologia | Título: Mulheres em campo: novas representações sobre futebol e identidades – Autora: Lara Tejada Stahlberg – Local: UFSCar – Área do Conhecimento: Antropologia. **2012** – Título: Boas de bola: um estudo sobre o ser jogadora de futebol no esporte clube radar durante a década de 1980 – Autora: Caroline Soares de Almeida – Local: Universidade Federal de Santa Catarina – Área do Conhecimento: Antropologia | Título: Novo mundo futebol clube e o “velho mundo” do futebol: considerações sociológicas sobre o habitus esportivo de jogadora de futebol – Autora: Leila Salvini – Local: Universidade Federal do Paraná – Área do Conhecimento: Educação Física | Título: O percurso de mulheres como técnicas esportivas no Brasil – Autora: Heidi Jancer Ferreira – Local: Universidade Federal Viçosa – Área do Conhecimento: Educação Física. **2013** – Título: Futsal feminino e educação: o que a experiência ensina? – Autora: Juliana Gomes Jardim – Local: UNESP – Área do Conhecimento: Educação | Título: Efeitos da ameaça do estereótipo na aprendizagem motora do futebol feminino – Autora: Caroline Valente Heidrich – Local: Universidade Federal de Pelotas – Área do Conhecimento: Educação Física. **2014** – Título: Periguetes, sapatões e mulherzinhas: (des)construindo o que “ser mulher” no campo de futebol – Autora: Valleria Araujo de Oliveira – Local: Universidade Federal de Goiás – Área do Conhecimento: Antropologia. **2015** – Título: A cobertura acerca da Seleção de Futebol Feminino realizada pelo caderno de Esportes da Folha de São Paulo (1991-2011) – Autor: Bruno José Gabriel – Local: Universidade Estadual de Ponta Grossa – Área do Conhecimento: Cidadania e Políticas Públicas | Título: Narrativas sobre o futebol feminino na imprensa paulista: entre a proibição e a regulamentação (1965-1983) – Autora: Giovanna Capuccin Silva – Local: Universidade de São Paulo – Área do Conhecimento: História | Título: O olhar feminino sobre o futebol: das questões de gênero à reestruturação do Habitus no interior da escola – Autora: Mariana Toscano Aggio – Local: Universidade de Araraquara – Área do Conhecimento: Educação. **2016** – Título: A Mídia esportiva e o futebol de mulheres no Brasil: o que noticiam sobre elas? – Autora: Tayane Mockdece Rihan – Local: Universidade Federal de Juiz de Fora – Área do Conhecimento: Educação Física | Título: A mulher no futebol: o bullying e o cyberbullying no contexto de gênero – Autora: Renata de Andrade Teixeira – Local: Universidade Estadual Paulista (Rio Claro) – Área do Conhecimento:

abordam o futebol praticado por mulheres a partir de diversas perspectivas teóricas e metodológicas. Esses trabalhos estão distribuídos em diversas áreas do conhecimento: Fisiologia, Educação Física, Comunicação, Sociologia, Antropologia, História, Psicologia, Educação, Letras, Artes dentre outras.

Cabe aqui ressaltar algumas das temáticas recorrentemente exploradas nestes trabalhos. Algumas das autoras⁵ já discorreram sobre as precariedades e sobre os desafios enfrentados por mulheres que escolhem o futebol como profissão e como forma de lazer, respectivamente; outras autoras, por sua vez, escreveram sobre as questões de Gênero e de sexualidade implicadas nesta

Desenvolvimento Humano e Tecnologias. **2017** – Título: Da visão que eu tenho, do que eu vivi, não sei muito no que acreditar: atletas da seleção brasileira feminina e as memórias de um futebol desamparado – Autora: Maria Thereza Oliveira Souza – Local: Universidade Federal do Paraná – Área do Conhecimento: Educação Física | Título: Uso de meias de compressão em jogo de futebol feminino e sua implicação na recuperação aguda – Autora: Larissa Neves Pavin – Local: Universidade Federal do Triângulo Mineiro – Área do Conhecimento: Educação Física. **2018** – Título: As margens de uma revista esportiva: a seleção brasileira de futebol feminino nas páginas da placar (1991-2015) – Autora: Marcela Caroline Pereira – Local: Universidade Estadual de Ponta Grossa – Área do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicada | Título: Os imaginários sociodiscursivos sobre o futebol feminino projetados na imprensa brasileira: um estudo do site ESPN – Autora: João Marcos Coelho – Local: Universidade Federal de São João del-Rei – Área do Conhecimento: Teoria Literária e Crítica da Cultura | Título: COBERTURA MIDIÁTICA DAS OLIMPÍADAS RIO 2016: construção da imagem da jogadora de futebol pela imprensa no Brasil e nos Estados Unidos – Autora: Clarissa Carramilo Raposo – Local: Universidade Federal do Maranhão – Área do Conhecimento: Ciências Sociais | Título: Que futebol é esse? Uma análise das representações do futebol feminino no site GLOBOESPORTE.COM – Autor: Lucas Brum Correa – Local: Universidade Federal de Santa Maria – Área do Conhecimento: Comunicação.

4 Teses produzidas por ano: **2006** – Título: Femininos e masculinos no futebol brasileiro – Autor: Jorge Dorffman Knijnik – Local: Universidade de São Paulo – Área do Conhecimento: Psicologia. **2010** – Título: Meninas que jogam bola: identidades e projetos das praticantes de esportes coletivos de confronto no lazer – Autor: Alexandre Jacson Chan Viana – Local: Universidade Gama Filho – Área do Conhecimento: Educação Física | Título: Futebol é coisa de mulher! Um estudo etnográfico sobre o lugar feminino no futebol clubístico – Autor: Marcelo Pizarro Noronha – Local: Universidade Vale do Rio dos Sinos – Área do Conhecimento: Ciências Sociais. **2012** – Título: As mulheres também são boas de bola: histórias de vida de jogadoras baianas (1970 – 1990) – Autora: Eny Vieira Moraes – Local: PUC de São Paulo – Área do Conhecimento: História | Título: A escola, o esporte e a concorrência entre estes mercados para jovens atletas mulheres no futsal de Santa Catarina – Autor: Felipe Rodrigues da Costa – Local: Universidade Gama Filho – Área do Conhecimento: Ciências do Esporte. **2013** – Título: Futebol como projeto profissional de mulheres: interpretações da busca pela legitimidade – Autor: Osmar Moreira de Souza Jr. – Local: UNICAMP – Área do Conhecimento: Educação Física. **2015** – Título: Mais que Barbies e ogas: uma etnografia do futebol de mulheres no Brasil e EUA – Autora: Cláudia Kessler – Local: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Área do Conhecimento: Antropologia | Título: Representações Sociais de estudantes do ensino médio sobre a prática do futebol por mulheres: interseccções entre gênero, corpo e sexualidade – Autora: Karina de Toledo Araujo – Local: Universidade Estadual de Maringá – Área do Conhecimento: Educação. **2017** – Título: O Club Sportivo Feminino e as formas de sociabilidade para as mulheres da elite em Aracaju (1919-1926) – Autora: Marilaine Lopes de Almeida – Local: Universidade Federal da Bahia – Área do Conhecimento: Educação. **2018** – Título: “Sou feita de chuva, sol e barro”: o futebol de mulheres praticado na cidade de São Paulo – Autora: Mariane da Silva Pisani – Local: Universidade de São Paulo – Área do Conhecimento: Antropologia | Título: Do sonho ao possível: projeto e campo de possibilidades nas carreiras profissionais de futebolistas brasileiras – Autora: Caroline Soares de Almeida – Local: Universidade Federal de Santa Catarina – Área do Conhecimento: Antropologia.

5 Utilizo a palavra no feminino uma vez que a maioria das produções sobre o futebol de mulheres foi feito, até o presente momento, por mulheres pesquisadoras nas mais diversas áreas do conhecimento.

modalidade; outras ainda resgataram a história da modalidade e as principais personagens de deste esporte; existem aquelas que observaram e descreveram os processos de migração internacional das atletas; existem outras que desvelam as relações étnico-raciais na modalidade; algumas escrevem sobre o futebol de mulheres a partir de uma perspectiva fisiológica abordando questões como rendimento, força e flexibilidade; outras, por fim, analisam como a imprensa brasileira e internacional realiza a cobertura e propaga a modalidade na linguagem jornalística. A produção destes trabalhos, portanto, consolida a prática futebolística como um campo de estudos legítimo para reflexões mais profundas sobre mulheres no Brasil.

O presente artigo, contudo, insere-se naquilo que considero uma “lacuna” sobre os estudos futebolísticos que pensam a presença da mulher como objeto central de análise. Ou seja, este artigo, busca aprofundar algumas questões relativas aos circuitos nacionais construídos e vivenciados por mulheres brasileiras jogadoras de futebol, sobretudo aquelas que atuam em equipes localizadas no eixo Sul-Sudeste do Brasil. Essa discussão atravessa, mesmo que maneira tímida e inicial, alguns dos trabalhos – Dissertações e Teses – já produzidos em âmbito nacional.

O esforço, portanto, é ampliar a reflexão incluindo outras observações etnográficas que já foram realizadas em estados do Sul e do Sudeste do Brasil. Para tal iremos retomar algumas das produções elencadas e já realizadas. Incluiremos também algumas das nossas próprias observações em campo. Pretendemos delinear um movimento – dentro dos vários possíveis e existentes – de “circulação futebolística” entre mulheres jogadoras e mostrar como esta circulação anuncia as equipes do Estado de São Paulo enquanto ponto central de um “circuito” futebolístico.

Cabe advertir que é evidente que jogadoras da região Norte, Nordeste e Centro Oeste do país também realizam movimentos de “circulação” e estabelecem seus próprios “circuitos” futebolísticos. Contudo, talvez à exceção da tese de Eny Vieira Moraes que descreve o futebol dos anos 1980/90 na Bahia (MORAES, 2012), poucos são os trabalhos que problematizam e evidenciam o futebol de mulheres nessas regiões que não são pertencentes ao eixo Sul-Sudeste. Fica o convite, portanto, para o desenvolvimento de novas pesquisas nestas regiões.

Ainda sobre o futebol de mulheres praticado na região Norte do Brasil, cabe lembrar que no mês de Novembro do ano de 2013,

alguns antropólogos do Núcleo de Antropologia Urbana (NAU) da Universidade de São Paulo (USP), etnografaram durante uma semana – no Estado do Amazonas, cidade de Manaus – o futebol amador masculino e feminino de atletas manauaras indígenas e não indígenas⁶. Naquela época algumas reflexões emergiram sobre esse processo de “circulação futebolística”. Dentre elas, destaque a centralidade que Estado de São Paulo e suas inúmeras equipes de futebol de mulheres ocuparam nas narrativas locais. São Paulo e suas equipes de futebol de mulheres foram citados por diversas vezes pelas atletas manauaras, estas evidenciavam como as equipes paulistas são reconhecidas como espaço legítimo para a prática e para o desenvolvimento de melhores habilidades futebolísticas entre mulheres.

“Circulação futebolística de sucesso”: Mulheres jogadoras do eixo Sul-Sudeste do Brasil

Inicialmente faz-se necessário apresentar a categoria analítica de “circulação futebolística” – desenvolvida nos trabalhos da antropóloga Carmen Rial – bem como expor algumas das dificuldades que são enfrentadas por jogadoras nesse processo de circulação – que aparecem em outros trabalhos de cunho etnográfico. Utilizada para descrever os processos de circulação/rodar de jogadores (homens) de futebol, a categoria de “circulação futebolística” foi assim apresentada por Rial:

“a carreira futebolística é um projeto familiar (...) o ingresso no sistema futebolístico realiza-se através de diferentes vias, mas as mais comuns são as de os jogadores se apresentarem para as seleções organizadas por clubes (“peneiras”) ou serem observados por um especialista em detectar talentos (“olheiro”), que representa um clube ou conhece representantes de um clube (...) saída de casa é o início de sua circulação, o começo do *rodar*, onde a fronteira superada é a do círculo familiar e do círculo de vizinhança. O deslocamento geralmente leva-os para uma cidade vizinha maior, mas não é incomum os casos em que vão para muito longe de casa, em outro estado e até outra região, uma orientação da circulação no sentido periferia-centro” (RIAL, 2008).

⁶ Para conhecer mais ver o trabalho: CHIQUETTO, Rodrigo Valentim. A cidade do futebol. Etnografia sobre a prática futebolística na metrópole manauara. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo. 2014.

Assim como os homens, as mulheres jogadoras de futebol também realizam esse movimento – descrito por Carmen Rial – ao longo de suas trajetórias. A “circulação futebolística” de mulheres já foi demonstrada de maneira muito particular em algumas das teses já produzidas no Brasil (VIERA MORAES, 2012; SOUZA JR, 2013; KESSLER, 2015; ALMEIDA, 2018). Nestes trabalhos fica evidente que, assim como os jogadores homens, as mulheres jogadoras também buscam a ascensão social da família através do futebol. Sobre este tópico cabe destacar o trabalho da antropóloga Caroline Soares de Almeida. A autora nos mostra que jogar, torna-se profissional e ter sua subsistência – bem como a de seus familiares – garantida e proporcionada através do futebol, faz parte de uma negociação muito particular do indivíduo – no caso das jogadoras de futebol – com outros projetos individuais (ou coletivos). Ou seja, está em “jogo” uma constante e contínua articulação dos sonhos pessoais – das jogadoras e de seus familiares – e as concretas possibilidades existentes no meio futebolístico (ALMEIDA, 2018, p. 59).

Outro trabalho que aborda a temática é o desenvolvido pela antropóloga Cláudia Kessler. Ao etnografar e comparar o futebol praticado por mulheres na cidade de Porto Alegre (Brasil) e na cidade de Amherst (Estados Unidos da América), ressalta que “existe a circulação de jogadoras entre os mundos futebolísticos” (KESSLER, 2015, p.102). Essa “circulação futebolística”, por sua vez, constitui hierarquias valorativas que posicionam as atletas em estágios diferentes de prestígio e status (KESSLER, 2015). Ou seja, dependendo do lugar, times e/ou equipes aonde atuam as jogadoras, segundo a autora, estabelecem um circuito particular de trocas. Nesses circuitos, por sua vez, se compartilham laços interpessoais significativos (KESSLER, 2015).

No mesmo sentido, nos fala Almeida, quanto mais uma jogadora “roda” ou “circula” “mais experiência ela adquire e, assim, atinge estágios mais avançados de sua carreira” (ALMEIDA, 2018, p 60). Ainda segundo Almeida, um forte apego aos círculos de origem – familiar e de vizinhança, que nos fala Rial – faz com que as jogadoras tenham dificuldades de adaptação nos novos lugares de atuação. A autora conclui nos dizendo que na perspectiva futebolística essa dificuldade de adaptação “muitas vezes é interpretado enquanto um caso de insucesso na carreira profissional” (ALMEIDA, 2018, p.60).

Realizo etnografia com mulheres jogadoras de futebol desde o ano de 2011, à época ainda enquanto discente de Mestrado em

Antropologia Social. As mulheres que compuseram aquela dissertação eram atletas que atuavam, à época, no interior do Estado do Paraná. Foi junto delas que pude compreender que mulheres jogadoras “circulam” dentro do Brasil – e algumas vezes “rodam” internacionalmente também – em busca de clubes, equipes e/ou times que proporcionem *condições dignas*⁷ de atuação esportiva. Entre as condições dignas as jogadoras elencavam: bons salários; treinadores e comissão técnica preparados para atuar com profissionalismo⁸; alojamento e residência salubre para as atletas; possibilidades de inserção em campeonatos nacionais e internacionais; presença de patrocinadores que proporcionam maior visibilidade no mercado do futebol.

Para aquelas jogadoras, o processo de “circulação futebolística” de sucesso implicava em ter feito parte de alguma equipe do Sudeste, especificamente do Estado de São Paulo. Segundo elas, as equipes do Estado de São Paulo eram mais bem preparadas para formar e profissionalizar jogadoras de futebol uma vez que possuíam os atributos elencados e desejados pelas atletas.

As equipes do Estado de São Paulo, segundo as jogadoras que atuavam no Estado do Paraná, possuíam um *diferencial* e, portanto, formavam atletas diferenciadas. Os termos diferencial e diferenciadas apareceram como características positivas entre aquelas mulheres e ajudavam a marcar a diferença entre as atletas que eram consideradas boas e bem preparadas das que não eram assim consideradas. Cabe dizer que entre aquelas jogadoras do Paraná que não haviam jogado no Estado de São Paulo, o desejo de atuar em equipes paulistas era visível, uma vez que estas equipes eram percebidas como uma espécie de *vitrine*⁹ que lhes aumentaria a possibilidade de uma convocação para a Seleção Brasileira de Futebol.

É interessante perceber que tanto as atletas manauras quando atletas paranaenses, indicam que jogar no Estado de São Paulo –

7 As categorias êmicas – provenientes das falas das interlocutoras de pesquisa – aparecerão daqui por diante grifadas em itálico.

8 Não raros foram os casos de relato de assédio moral e sexual praticados por treinadores e comissão treinadora. Cabe dizer que esta não foi uma declaração exclusiva das atletas do estado do Paraná, mas de diversas atletas com as quais convivi nos últimos anos de etnografia entre mulheres jogadoras de futebol.

9 Vitrine é como as atletas chamam as equipes e os clubes que podem projetá-las ou mesmo oferecer mais visibilidade para sua prática esportiva. Facilitando, assim, uma convocação para Seleção Brasileira de Futebol Feminino.

em alguma das suas equipes – constitui-se como um momento crucial e extremamente importante na “circulação futebolística” de mulheres jogadoras.

Sabe-se que o Campeonato Paulista de Futebol Feminino é uma das maiores competições estaduais brasileiras (ALMEIDA, PISANI, 2015). A primeira edição do campeonato ocorreu em 1984 e o torneio teve apenas dois hiatos – de 1988 a 1996 e no ano de 2003 –, desta foram realizadas, portanto, 27 edições. Neste campeonato, destacam-se ao longo das edições os seguintes times que foram campeões: São José de São José dos Campos (campeã no ano de 2015); Rio Preto de São José do Rio Preto (campeã nos anos de 2017 e de 2016); Santos de Santos (campeã no ano de 2018); Corinthians de São Paulo Capital (campeã nos anos de 2019). Além destes, outras equipes também marcam presença no campeonato (algumas desde a sua primeira edição): Centro Olímpico de São Paulo Capital; Portuguesa de São Paulo Capital; Ferroviária de Araraquara; São Paulo de São Paulo Capital; Juventus de São Paulo Capital; Audax de Osasco; Palmeiras de São Paulo Capital, Ponte Preta de Campinas; Taubaté de Taubaté.

Quando se trata do cenário nacional futebolístico de mulheres a prevalência das equipes do Estado de São Paulo se sobressai. Do ano de 2007 ao ano de 2016, foram realizadas 10 edições da competição Copa do Brasil de Futebol Feminino. Seis, das dez edições, foram vencidas pelas equipes do Estado de São Paulo: Corinthians/Audax (2016), Ferroviária (2014), São José (2012 e 2011), Santos (2009 e 2008). Da mesma forma ocorre no Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino – que acontece desde o ano de 2013 – das sete edições realizadas, seis tiveram equipes campeãs oriundas do Estado de São Paulo: Centro Olímpico (2013), Ferroviária (2014 e 2019), Rio Preto (2015), Santos (2017) e Corinthians (2018).

O significativo número de vitórias – nos campeonatos nacionais – alcançado pelas equipes paulistas é bastante revelador sobre a estrutura esportiva do futebol de mulheres no Estado de São Paulo. No mundo do futebol (seja ele masculino ou feminino), sabe-se que uma equipe não consegue chegar à vitória em quaisquer condições de treinamento e trabalho. Desta forma para alcançar bons resultados é crucial que as atletas treinem diariamente, mais de uma vez por dia. Para isso, faz-se necessário um espaço apropriado para tal fim. Este geralmente é composto por quadras, academias e espaços de fisioterapia. Não por acaso,

as equipes paulistas vencedoras dos campeonatos nacionais possuem esse complexo esportivo à disposição de suas atletas.

As atletas, por sua vez, precisam receber salário. Este nem sempre condiz com valor esperado por elas (PISANI, 2011), mas seguem a seguinte lógica: jogadoras que já atuaram e/ou ainda atuam na Seleção Brasileira de Futebol Feminino recebem os maiores salários¹⁰. Logo em seguida vem o salário das jogadoras que mais pontuam (fazem gols) e ou dão assistências (passes, defesas) durante os jogos; ou seja, aquelas jogadoras que mais se destacam nas partidas por suas habilidades esportivas. Por último vem o salário daquelas recém ingressas na equipe e que não realizaram ainda uma “circulação futebolística” tão proeminente. Além do salário, existe o *bicho*¹¹ que as jogadoras recebem ao final das partidas e que servem como um estímulo a mais durante os jogos e partidas. Além da questão monetária, para alcançar bons resultados é imprescindível que tanto os treinadores quanto a comissão técnica estejam aptos para o desenvolvimento das atividades previstas antes, durante e depois dos jogos.

Esses são alguns dos elementos que constituem um *diferencial* para uma equipe de futebol praticado por mulheres no Brasil. Nesse sentido, pode-se afirmar que a maioria das equipes paulistas possuem o *diferencial* de que nos falamos as jogadoras de outros estados. Estando, portanto, grande parte das equipes do Estado de São Paulo preparadas para receber e treinar mulheres jogadoras de futebol, faz-se evidente que outras jogadoras de outros estados desejem atuar em São Paulo. Circular por entre equipes como Centro Olímpico, Ferroviária, Santos ou mesmo Corinthians é colocar-se na *vitrine*, é colocar-se também em uma hierarquia valorativas da qual nos fala Kessler e, por fim, é dar um passo em direção à concretização do projeto familiar e em direção ao estágio mais avançado na carreira de jogadora, de que nos fala Almeida, que almeja prestígio e status através do futebol.

10 Não é preciso dizer que para ser convocada à Seleção Brasileira de Futebol Feminino a atleta precisa ter “circulado” em equipes – brasileiras ou estrangeiras – com bons índices de vitória em competições estaduais, nacionais e internacionais.

11 Bicho é nome de uma premiação extra – em dinheiro – concedida às jogadoras que marcam gols em dias de jogo. Essa premiação é realizada pela diretoria da equipe/time e, de certa maneira, serve como um estímulo para que as atletas *dêem tudo de si* dentro de campo.

A circulação futebolística e o estabelecimento dos circuitos futebolísticos de mulheres jogadoras de futebol

A partir da leitura e análise atenta dos trabalhos de Rial, Almeida e Kessler, podemos afirmar que a circulação futebolística das mulheres implica em: Primeiro lugar, em deslocamentos físicos entre cidades e estados de origem em direção a “centros” de formação; Segundo lugar, a aquisição de experiência esportiva e profissional; Terceiro lugar, o alcance de estágios mais avançados na carreira esportiva e, por consequência, atuação em times mais estruturados.

A jogadora que circula, portanto, insere-se em uma hierarquia esportiva que implica prestígio, melhores salários, presença de patrocinadores e status profissional. Essa circulação futebolística, contudo, não é aleatória ou mesmo realizada a esmo. Esta segue uma lógica que obedece o que denominaremos daqui por diante como “circuito” ou, de maneira mais precisa, “circuito futebolístico de mulheres”.

A categoria circuito foi elaborada pelo antropólogo José Guilherme Cantor Magnani. Segundo o autor, esta categoria implica na compreensão das diferentes dinâmicas existentes em uma cidade – geralmente uma metrópole – bem como na apreensão das regularidades e dos arranjos de seus moradores em seu cotidiano (MAGNANI, 2014). Magnani nos explica ainda que a noção de circuito nos permite

“vincular domínios não necessariamente marcados pela contiguidade espacial (...) liga pontos descontínuos e distantes no tecido urbano, sem perder, contudo, a perspectiva de totalidades dotadas de coerência – mesmo na vastidão da cidade de São Paulo – e desta forma construir unidades analíticas mais consistentes” (MAGNANI, 2014).

Cabe dizer que neste artigo a categoria circuito é aplicada para além de uma circunscrição em uma cidade específica. A categoria de circuito, portanto, aparece ampliada e elevada a nível nacional. Desta forma o estado de São Paulo emerge como ponto principal no circuito futebolístico de mulheres. Jogar e atuar em alguma equipe paulista é extremamente desejado por diversas atletas brasileiras. Da mesma forma, jogar e atuar no Estado de São Paulo, constitui-se enquanto etapa crucial e necessária no processo de formação profissional de jogadoras.

Neste artigo, já foi dito que nas narrativas de jogadoras do estado do Paraná (PISANI, 2011) as equipes de São Paulo apareciam como centros de excelência para formação e treinamento de jogadoras de futebol. O COTP foi diversas vezes lembrado por essas atletas enquanto excelente equipe para se iniciar a carreira de jogadora de futebol e também para aperfeiçoar habilidades esportivas. Para demonstrar a importância de equipes paulistas no processo de circulação e no estabelecimento do circuito futebolístico de mulheres jogadoras, traremos como exemplo etnográfico o trabalho desenvolvido na equipe Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa (COTP), localizada na cidade de São Paulo.

O COTP está localizado nas proximidades do Parque Ibirapuera e foi um dos contextos mais formalizado e institucionalizado de prática esportiva que pude etnografar ao longo dos últimos anos de trabalho com jogadoras de futebol. O COTP está subordinado à Secretaria Municipal de Esportes e Lazer da Prefeitura de São Paulo (SEME-PMSP) e tem por objetivo treinar e aperfeiçoar tecnicamente jovens atletas em diversas modalidades esportivas. Criado em 3 de fevereiro de 1976, o COTP desenvolve as seguintes modalidades: atletismo, basquete, boxe, futebol, ginástica artística, handebol, judô, luta olímpica, natação e vôlei.

Já nas primeiras idas a campo, no ano de 2012, descobri que aproximadamente 100 atletas – com idades entre 13 e 25 anos – treinam na modalidade do Futebol Feminino. Os treinos acontecem da seguinte maneira: as atletas do Sub-13 treinam duas vezes por semana, às segundas e quartas-feiras, das 14h às 16h; as do Sub-15, três vezes por semana, às segundas, quintas e sextas-feiras, das 14h às 18h; já as jogadoras do Sub-17, quatro vezes por semana, às segundas, terças, quartas e sextas-feiras, das 14h às 18h e, por fim, a Equipe Principal treina de segunda a sexta-feira, das 9h às 12h. Nota-se a diferença de tempo dedicado ao treinamento de acordo com a faixa etária.

Ainda no ano de 2013, algumas das atletas do Sub-17 já estavam com contratos assinados para disputarem campeonatos no exterior – nos Estados Unidos – a partir do segundo semestre daquele ano. Cabe dizer ainda que as categorias de base recebem apoio financeiro da Prefeitura Municipal de São Paulo, à exceção da Equipe Principal, mantida e patrocinada por empresas privadas.

À época, as jogadoras das categorias de base do COTP recebiam alguns benefícios ao serem selecionadas para atuar na

equipe. Dentre eles o fornecimento do material esportivo e de lanches durante as atividades físicas; a disponibilidade de atendimento por um fisioterapeuta para tratar das lesões ocorridas durante os treinos e/ou jogos; bem como vale-transporte. Esse último, soube, era concedido levando em consideração a renda familiar da jogadora, a distância percorrida por elas entre residência/treino/residência e a necessidade de conceder alguma forma de incentivo para que não faltassem aos treinos. Isso demonstrou que a maioria das atletas era proveniente das classes mais baixas e não residiam no bairro onde o COTP estava localizado.

Muitas delas provinham de outros estados brasileiros e precisavam encontrar e fixar moradia na cidade. Aquelas que eram naturais da cidade paulistana, vinham de bairros considerados periféricos e afastados do campo de treino e jogo e precisavam, portanto, percorrer a cidade através dos trens metropolitanos, bem como dos metrô e ônibus municipais. Poucas dessas atletas de base compareciam aos treinos durante a semana acompanhadas do pai, da mãe e/ou algum responsável. Ou seja, a maioria delas chegavam sozinhas para treinar. Já nos dias de jogos – geralmente aos finais de semana –, muitas vezes pude presenciar os pais, mães e/ou responsáveis nas arquibancadas acompanhando as partidas. Esse dado indica – de acordo com os horários de treino das categorias de base – que os pais, as mães e/ou os responsáveis dessas atletas estavam em horário de trabalho enquanto as filhas treinavam.

Considerando esse requisito e os horários de treino – na parte da tarde –, muitas das jogadoras estudavam na parte da manhã. Diversas vezes vi as jogadoras das categorias de base chegarem ao COTP trajando seus uniformes escolares. Essa cena repetiu-se muitas vezes durante o tempo que permaneci em campo nesta equipe específica. Assim pude notar que a grande maioria delas estudava nos colégios públicos municipais e estaduais da cidade de São Paulo. Todas as jogadoras das categorias de base, no tempo em que realizei trabalho de campo no COTP eram negras.

O técnico responsável pelo treinamento da equipe Principal do COTP, no ano de 2013, era o *professor*¹² Arthur Elias¹³. Ele elaborou

12 Professor é um termo utilizado pelos jogadores e jogadoras de futebol para se referirem a juizes e técnicos.

13 Desde o ano de 2016, Elias atua como técnico da equipe de futebol feminino do Corinthians. Elias é apelidado de "Rei" pelas atletas da equipe uma vez que, somente no ano de 2019, levou os principais títulos da modalidade: Libertadores e Campeonato Estadual Paulista (Paulistão). Arthur

uma metodologia de treinamento que integrava todas as categorias em um trabalho de preparação contínuo e constante visando à profissionalização e melhor preparação atlética daquelas jogadoras. Foi a partir do trabalho dele que muitas das atletas do COTP foram convocadas pela CBF para atuar na Seleção Brasileira nas categorias Sub-15 Sub-17 e Sub-20. Somente no ano de 2013, mais de trinta atletas foram convocadas para integrar as equipes da Seleção Brasileira. Trata-se portanto de um contexto de maior destaque e profissionalização.

A visibilidade do COPT – ainda no ano de 2013 – pode ser exemplificada pelo interesse da BBC (British Broadcasting Corporation) em fazer uma matéria sobre a equipe. Em abril daquele ano, Jason Margolis, repórter e correspondente desta emissora de rádio e televisão, chegou ao COTP para realizar entrevistas com algumas jogadoras de base. O objetivo dele era mostrar como o país que iria sediar no ano seguinte a 20ª Copa do Mundo de Futebol (de homens!) encorajava meninos a jogar bola desde muito cedo, mas não fazia o mesmo quando se tratava de meninas. Do ano de 2013 para cá o COTP continua ocupando espaço nas grandes mídias esportivas nacionais e internacionais.

Assim como o COTP – equipe da capital –, equipes de todo o estado de São Paulo – como, por exemplo, São José e Ferroviária – desenvolvem esse trabalho minucioso e cuidado para a formação de jogadoras de futebol de alto rendimento. De alguma maneira, o trabalho desenvolvido pelas equipes do Estado de São Paulo impulsiona a carreira de mulheres jogadoras e faz com que elas alcancem prestígio e status profissional. Além disso, dada estas observações etnográficas, compreende-se os motivos pelos quais as equipes paulistas são elencadas pelas atletas como pontos – desejados – no circuito futebolístico de mulheres. Ou seja, atuar em alguma equipe que possui boa infraestrutura é crucial para a formação e profissionalização de jogadoras de futebol.

Para além do suporte estrutural e econômico – vale lembrar que as jogadoras da Equipe Principal do COTP recebem salários –, ao atuar em uma equipe como esta faz com que a possibilidade de convocação para a Seleção Brasileira de Futebol Feminino

coleciona ainda a marca de 45 jogos de invencibilidade pela equipe do Corinthians, consolidando assim um trabalho extremamente importante no futebol brasileiro de mulheres.

amente. Ou seja, atuar em equipes do Estado de São Paulo as deixa mais perto da tão desejada e sonhada Seleção Brasileira de Futebol Feminino – esta, por sua vez, percebida como ápice de suas trajetórias esportivas.

Conclusões

Foi após longo e intenso trabalho de campo junto as mulheres jogadoras de futebol que pude perceber que a circulação futebolística delas é estreitamente orientada e alinhada a partir da prática esportiva que visa a profissionalização¹⁴. Circular pelo país, em busca de melhores condições de jogo e treino, as leva – vias de regra – as equipes do Estado de São Paulo. As razões para esta escolha são variadas:

- a) são equipes que proporcionam melhor infraestrutura para desenvolvimento das habilidades esportivas, uma vez que contam com espaços adequados para os treinos, bem como com bons treinadores e comissão técnica;
- b) são equipes que conseguem se inserir em grandes campeonatos, sejam eles estaduais, nacionais e internacionais;
- c) são equipes que proporcionam às atletas status e prestígio, não apenas pela sua infraestrutura, mas também pela sua inserção econômica no mundo futebolístico de mulheres.

Essas questões quando aliadas, fazem com que as jogadoras elejam, portanto, as equipes do Estado de São Paulo como ponto crucial no circuito futebolístico de mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Caroline Soares [2018] *Do Sonho Ao Possível: Projeto e campo de possibilidades nas carreiras profissionais de futebolistas brasileiras*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina.

ALMEIDA, Caroline Soares. PISANI, Mariane da Silva Pisani [2015] “Carreiras e profissionalismo de futebolistas brasileiras após a regulamentação do Futebol Feminino no Brasil” In *Labrys, estudos feministas* [Online]. Vol 28.

14 O futebol considerado – por elas – enquanto prática profissional implica, obrigatoriamente, na construção de um corpo atlético. Este corpo, marcado por treinos, repetições, dor, sacrifício. O corpo, enquanto objeto de análise e estudo para a Antropologia, rende outros artigos científicos. Estes devem ser construídos não só por esta autora, mas por outros acadêmicos que se dedicam à questão. Fica aqui, portanto, a indicação de que ainda há muito para pensar e para escrever sobre o futebol praticado por mulheres.

KESSLER, Cláudia Samuel. [2015] *Mais Que Barbies E Ogras: Uma Etnografia Do Futebol De Mulheres No Brasil E Nos Estados Unidos*. Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. [2014] "O Circuito: proposta de delimitação da categoria" In *Ponto Urbe* [Online]. São Paulo. Vol.15.

MORAES, Eny Vieira. [2012] *As mulheres também são boas de bola: histórias de vida de jogadoras baianas (1970 - 1990)*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica De São Paulo

PISANI, Mariane da Silva. [2011] *Poderosas do Foz: trajetórias, migrações e profissionalização de mulheres que praticam futebol*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina.

RIAL, Carmen [2008] "Rodar: a circulação dos jogadores de futebol brasileiros no exterior" In *Horizontes Antropológicos* [Online]. Porto Alegre vol.14 no.30.

A CONCOMITÂNCIA ENTRE ESTUDAR E JOGAR: OBSERVAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE DESCONTINUIDADE NA ESCOLARIZAÇÃO DE JOGADORES DE FUTEBOL EM FORMAÇÃO

Daniel Machado da Conceição¹

Alexandre Fernandez Vaz²

Resumo

O artigo aborda a formação de atletas no futebol de campo e sua relação com a escola, apresentando parte dos resultados obtidos em pesquisa com as categorias de base de dois clubes profissionais de Santa Catarina. Os resultados permitiram observar que a atual formação esportiva no futebol de campo favorece o desenvolvimento do que chamamos de descontinuidade na relação que o atleta constrói com a escola e conseqüentemente com a sua escolarização. O termo estudante-atleta indica dois papéis sociais compartilhados, o de estudante e o atleta. Os dois papéis são exercidos por meio de atitudes e posturas reconhecidas nas instituições que representam (escola e clube). Quando os juntamos, destacamos que o jovem parece estar na intersecção entre duas formações, uma dupla carreira. São projetos que muitas vezes são apresentados como incompatíveis e não relacionados. Propomos que ambas carreiras possam ser pensadas em sua complementariedade, isto é, uma favorecendo a outra. Para que essa transformação ocorra se faz necessário repensar os objetivos da formação e seu processo de desenvolvimento.

Palavras-chave: Ensino Médio; Dupla Carreira; Escolarização; Estudante-Atleta; Futebol;

The concomitance between studying and playing: notes on the discontinuity process of schooling of young soccer players

Abstract

This paper discusses the education of young soccer players and their relationship with the school, presenting part of the results obtained in a research about the grassroots categories of two professional clubs in Santa Catarina. The results allowed us to observe that the current sports formation in soccer favors the development of what we call discontinuity in the relationship between athletes and school. The keyword student-athlete suggests two shared social roles, that of student and athlete. Both roles are played through attitudes in the school and in the club. When we put them together, we emphasize that the young soccer players seem to be at the intersection between two forms of education, a double career. These both projects are often presented as incompatible and unrelated.

¹ Daniel Machado da Conceição – Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação/UFSC, Mestre em Educação, graduação em Ciências Sociais pela UFSC. Integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisa Educação e Sociedade Contemporânea (NEPESC/CED/UFSC), membro do Grupo Esporte e Sociedade. Bolsista no Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina UNIEDU/Pós-Graduação.

² Alexandre Fernandez Vaz – Professor do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas e Programa de Pós-Graduação em Educação (UFSC). Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Educação e Sociedade Contemporânea (NEPESC/UFSC). Pesquisador CNPq.

We propose that both careers can be thought in their complementarity, that is, one in favor of the other. For this transformation, it is necessary to rethink the objectives of education and its development process.

Keywords: High School; Double Career; Schooling; Student–Athlete; Soccer.

Formação de atletas como campo de estudos

O país da ginga, que escolheu o corpo como *modus expressivo* e que caracteriza a si mesmo pela descontração dos corpos, permitiu produzir artistas em diversas áreas, alguns anônimos e outros superestrelas mundiais. O esporte quando colocado no patamar da arte se equipara como um veículo de mobilidade social muito aceito e reconhecido na sociedade brasileira. As desigualdades sociais incentivam a busca de alternativas para sua superação. A escolarização e a capacitação para o exercício de atividades laborais no mercado de trabalho formal se apresentam como ideal, mas grande parte da população brasileira encontra na informalidade a maneira de subsistência. Este fato tem impacto direto nas escolhas que possam envolver seguir ou não na escola. Em muitas situações as famílias preferem que seus filhos possam trabalhar contribuindo para a subsistência do grupo em detrimento da maior dedicação às atividades escolares.

O contexto social de algumas famílias às vezes favorece o desenvolvimento de atividades esportivas, consideradas oportunidades para concorrer com as imposições regulamentares que o processo de escolarização exige. Isto é, o processo de escolarização é longo, envolvendo os Ensinos Fundamental, Médio, Técnico e Superior. Um processo acumulativo que passa a ser objetivado nos certificados de conclusão de cursos que habilitam para o desempenho de determinada atividade laboral. Nesse itinerário escolar o retorno financeiro pode acontecer apenas na conclusão do processo. Não podemos desconsiderar políticas públicas que têm procurado suprir essa lacuna favorecendo renda a estudantes, como bolsas de estudos, estágios remunerados ou o vínculo empregatício por meio da Lei da Aprendizagem (Lei 10.097/2000). Infelizmente, os valores da remuneração não são suficientes para as famílias, pois proporcionais às horas de trabalho (em geral, meio período), fazendo com que muitos jovens deixem a escola procurando trabalhos com jornadas maiores, o que significa remuneração superior. Atividades esportivas, artísticas ou outras vinculadas à indústria da moda são aceitas como possibilidade de a curto prazo ter a recompensa financeira esperada. Muitas vezes

o acesso aos bens materiais e culturais, o que significa a circulação em novos espaços, viagens, disponibilidade de serviços de saúde etc., sinalizam para as famílias de atletas que o jovem está no caminho certo, mesmo sem uma remuneração imediata. O que vale no projeto é o campo de possibilidades que se apresenta e se ressignifica constantemente.

Os sonhos de muitos jovens que vivenciam essa realidade em suas casas começam a ser externados no desejo de proporcionar uma vida melhor a seus familiares, o que para Damo (2008) representa um *contra-dom*. Um dos principais é a compra da casa própria para família e, em seguida, ganhar o mundo desfilando em tapetes verdes demonstrando sua habilidade como malabares da esfera que cruza os umbrais do gol, produzir catarse no público e, com o toque de Midas, fazer com que tudo possa virar ouro, engordando contas bancárias. Esta é uma trajetória de sucesso e reconhecimento que representa apenas 3% dos melhores salários no futebol em nível mundial. Aqueles que não conseguem o destaque, no Brasil, devem se contentar em receber até dois salários-mínimos no exercício de sua profissão, sob contratos de trabalho temporários e muitas vezes precários. A dura realidade do futebol brasileiro é vivenciada por pelo menos 85% dos atletas profissionais. Muitos outros com o mesmo sonho (ascensão social) entram nesse processo competitivo e ficam pelo caminho. Não são poucos os candidatos a superastros do futebol que têm seus projetos interrompidos, criando um grande contingente de frustrados que identificam na expressão “quase” a resposta para seu infortúnio (SOUZA et. al., 2008).

O futebol é a modalidade de maior destaque no cenário esportivo nacional. A profissão atleta de futebol possui agruras ligadas a uma intensa dedicação para atingir o reconhecimento daqueles que ocupam os melhores postos de trabalho em um mercado exigente e concorrido. A formação no futebol de campo começa cedo, com frequência de maneira espontânea, fazendo parte em um processo que tem origem do núcleo familiar. Em seguida, aperfeiçoamento e investimento de tempo na preparação corporal são necessários para o desenvolvimento físico, comportamental e técnico. Equipes escolares e as escolinhas de futebol contribuem nesse processo, porém o grande objetivo dos jovens é estar inserido nas categorias de base dos clubes de futebol profissional que contam com centros de treinamento (CT).

A formação de atletas pode variar enormemente entre as agremiações das Séries A e B do Campeonato Brasileiro e os clubes de menor expressão que permanecem nos planos estadual ou regional. Nesse mercado os jovens atletas se submetem às mais diversas condições deficitárias, inclusive, correndo riscos em situações de vulnerabilidade. Supostamente, os clubes de maior expressão nacional possuem estruturas mais consolidadas para acolher os pretendentes a jogador. Isso envolve acompanhamento especializado por equipe multiprofissional, instalações adequadas à formação, equipamentos e materiais esportivos. Os jovens demonstram seu interesse nas categorias de base participando dos processos de seleção. Os mais concorridos são chamados de peneiras, momentos em que equipes fazem o chamamento público e organizam uma série de testes e treinamentos para identificar novos talentos a serem incorporados aos seus quadros. Lembremos que os jovens atletas se inserem em um mercado de trabalho que reconhece financeiramente os mais adaptados à modalidade. Situação em que os meninos da base são reconhecidos como mercadorias, matéria-prima bruta, pedras preciosas que serão lapidadas durante a formação.

Os muitos campeonatos promovidos nas categorias de base são o caminho mais utilizado para que os jovens possam circular em busca de um clube com melhor estrutura e expressão nacional ou mesmo internacional. As peneiras são os processos de seleção abertos à comunidade e servem para dar uma resposta ou oportunidade à sociedade, alimentando o mito de origem sobre a descoberta de atletas. Produzem sonhos em jovens e famílias que percorrem longas distâncias para oportunizar um momento de *sorte* (teste), desejosos de não mais viver o futebol pelo lado de fora do alambrado. No entanto, a aprovação de jovens em peneiras é muito menor quando confrontada com as negociações e ofertas de atletas entre clubes, olheiros e empresários. Nesse caso, os jovens atletas são indicados a participar de treinamentos nos clubes, durante uma semana, um mês ou mais. A afinidade dos agentes envolvidos com o futebol permite que atletas promissores sejam captados pelos clubes com melhor estrutura. Nos últimos anos, essa prática se intensifica com clubes internacionais, principalmente europeus, que cada vez mais cedo promovem testes em suas dependências, pensando em uma maior adaptação do atleta durante seu período probatório, mas que também, em seus objetivos financeiros, desejam se beneficiar da condição de clube

formador, evitando a contratação futura por valores milionários (MENESES, 2014).

Quando o jovem é selecionado para integrar uma equipe das categorias de base, para muitas famílias significa o começo da concretização de um sonho. O sonho é um projeto coletivo, conta com um planejamento e requer o esforço e sacrifício do grupo. O primeiro é o afastamento da família, muitos jovens atletas necessitam estar vinculados aos clubes de futebol que possuem sede em outra cidade, estado e mesmo país. Algumas famílias recebem oportunidade de acompanhar os filhos à cidade sede dos clubes, mas um grande número não tem essa opção. Os atletas se afastam do grupo familiar, dos amigos e da segurança do lugar em que vivem. Trocam de cidade, de escola, frequentam novos espaços e se submetem a treinamento intensivo.

O sentimento de muitos jovens e famílias ao se sacrificarem nesse processo de afastamento é o reconhecimento da concretização de uma carreira. Muitos vivem com a ideia de já ter dado certo, pois o vínculo com um clube profissional lhes parece o topo na formação. Infelizmente, tal sentimento escamoteia as agruras de um itinerário que deve culminar com a superação do segundo alambrado, entre a base e o profissionalismo, tampouco não deixa evidente as muitas situações de vulnerabilidade às quais os jovens podem estar expostos.

Os clubes de futebol costumam apelidar seus CTs com expressões como ninho, celeiro etc. Eles são espaços formativos e que sugerem proteção e segurança. Além disso, afirmam uma certa linhagem (produtiva) que passa a supor uma melhor preparação, o que no meio do futebol significa conceder um certificado de qualidade ao atleta. No entanto, nem sempre a segurança representada é a realidade vivida por atletas que compõem a categoria de base. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/1990 – ECA), a Lei Pelé (Lei 9,615/1998) e a Nova lei Pelé (Lei 12.345/2011) regulamentam e orientam o que os chamados clubes formadores devem dispor aos atletas para sua efetiva formação profissional, sem prejuízo para sua condição e fase de vida. Os clubes devem garantir acesso à escolarização, serviços de saúde (física e psicológica), estrutura e instalações adequadas para prática esportiva, além de promover valores éticos e morais. A entidade formadora assume a responsabilidade na capacitação dos jovens no âmbito de sua preparação cidadã, livrando-o da situação de vulnerabilidade.

Uma instituição importante para formação cidadã do jovem como indivíduo integrante da sociedade e que visa à sua habilitação para o exercício de atividades laborais é a escola. O estudante-atleta, assim como o estudante-trabalhador, de acordo com a lei brasileira, é obrigado a continuar sua escolarização até a conclusão do Ensino Médio. Os atletas, diferentemente dos trabalhadores de outras áreas, desenvolvem uma rotina que inclui viagens para participação em jogos e campeonatos. Além dessa distinção na prática e no desenvolvimento das atividades concomitantes (escola e trabalho), os trabalhadores não atletas parecem criar com a escolarização uma relação muito mais consciente, tendo em vista que suas oportunidades profissionais podem estar diretamente relacionadas ao conhecimento escolar, ou, ao menos, mais próximas dele. No caso dos atletas, o conhecimento escolar não aparece como aplicação direta na realização das técnicas corporais. A formação dos atletas trabalha com metas a curto e médio prazo, em sua maioria voltadas quase que 100% para a profissionalização no futebol como atleta. Ao não projetar a carreira a longo prazo, principalmente pensando no pós-carreira, tal fato não permite que os atletas nas categorias de base consigam identificar a importância imediata da escola para sua formação no futebol, menos ainda no pós-formação. Essa situação não pode ser atribuída como de total responsabilidade dos atletas pela escolha em deixar a escolarização de lado. Um conjunto de fatores presentes no modelo de formação futebolística acaba por facilitar o desenvolvimento de uma relação de descontinuidade (DA CONCEIÇÃO; BASSANI, 2016) com o processo de escolarização e na relação com o saber ensinado pela escola.

O artigo deseja abordar a temática da formação de atletas no futebol de campo e sua relação com a escola, apresentando parte dos resultados obtido em pesquisa com as categorias de base de dois clubes profissionais de Santa Catarina. Nossa proposta apresenta questões pontuais que aparecem como fatores relevantes para pensar a formação dos atletas de futebol. Os resultados foram obtidos em uma grande pesquisa dividida em três partes, dois trabalhos de conclusão de curso e uma dissertação: “O educar que se repele: um estudo sobre escolarização e profissionalização futebolística em Florianópolis” (DA CONCEIÇÃO, 2013), “Estudante-atleta: caminhos e descaminhos – entre o vestiário e o banco escolar” (DA CONCEIÇÃO, 2014) e “O estudante-atleta: caminhos de uma conciliação” (DA CONCEIÇÃO, 2015). A pesquisa objetivou compreender a concomitância que o

estudante-atleta estabelece entre escola e formação esportiva. Os resultados permitiram observar que a formação esportiva no futebol de campo favorece o desenvolvimento do que chamamos de descontinuidade na relação que o atleta constrói com a escola e conseqüentemente com a sua escolarização.

A pesquisa compõe um trabalho conjunto desenvolvido pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas Educação e Sociedade Contemporânea (NEPESC/UFSC) e o Laboratório de Pesquisas em Educação do Corpo (LABEC/UFRJ). Ambos núcleos desenvolvem investigação sobre as categorias de base do futebol de campo, bem como sobre a formação em outras modalidades como turfe, basquetebol, futebol de salão, remo, atletismo, voleibol, ginástica rítmica e judô. O interesse dos pesquisadores³ está pautado na formação, escolarização e no pós carreira de atletas profissionais.

Desconstrução do senso comum

Um dos principais resultados obtidos pelo Laboratório de Pesquisas em Educação do Corpo (LABEC/UFRJ) atesta que os atletas em formação no futebol possuem escolaridade idêntica ou superior se comparada com jovens da mesma faixa etária, inclusive na correspondência idade-série, no Estado do Rio de Janeiro (SOARES et. al., 2011). A partir dessa informação podemos contradizer a ideia de senso comum que alega ser o futebol um fator de influência sobre o fracasso escolar (repetência, desistência e evasão). Os jovens atletas, quando vinculados a um clube de futebol durante sua formação, têm conseguido concluir o Ensino Médio. Nossa problemática surge na pergunta sobre o tipo de escolarização que os jovens atletas experienciam. Se para a formação profissional o conhecimento escolar não se mostra importante, tampouco é enfatizado, como os jovens concluem sua escolarização? A investigação mobilizou esforços do Núcleo em Santa Catarina para desvelar como se dá a formação escolar de jovens atletas inseridos em categorias de base de clubes profissionais de futebol de campo (DA CONCEIÇÃO, 2015) e de futebol de salão (KLEIN, 2014).

Para entender as intersecções entre escola-clube-atleta, foram investigadas duas instituições estaduais de Ensino Médio regular em Florianópolis/SC, nas quais estudantes-atletas de futebol estavam matriculados. Elas eram frequentadas por jogadores das categorias

³ Informações sobre os resultados das pesquisas desenvolvidas podem ser encontradas no livro Educação do corpo e escolarização de atletas: debates contemporâneos (2016), organizado por Antônio J. G. Soares, Carlus A. J. Correa e Leonardo B. S. de Melo.

de base do Avaí Futebol Clube e do Figueirense Futebol Clube, clubes com participações importantes das séries A e B nacionais. Os atletas, todos rapazes, tinham entre 14 e 17 anos, pertencentes às categorias sub-15 (infantil) e sub-17 (juvenil). Foi aplicado um questionário com grupos de atletas dos dois clubes, e realizadas entrevistas semiestruturadas com os jovens, profissionais dos clubes e das escolas. A participação observante (GUBER, 2001) também foi meio de produção de dados, pois acessamos às dependências dos clubes e escolas, podendo assim observar o comportamento dos agentes em interação na chegada, durante as atividades, intervalos e término das atividades em ambos espaços.

Os atletas da base podem ser categorizados como alojados e não-alojados. Os primeiros, majoritariamente vêm de fora da Grande Florianópolis, o que exige um afastamento dos laços familiar. Os atletas fazem parte do modelo de albergamento e as relações de tutela são construídas com os profissionais dos clubes que passam a ser os responsáveis pelos jovens. A relação com os outros atletas ampliam os laços de irmandade e de afinidade que constroem uma “nova família”. Os atletas vinculados às escolas parceiras de Avaí e Figueirense são jovens alojados que recebem atendimento diferenciado no quesito matrícula. Os não alojados, caso desejem, também têm prioridade na matrícula nas escolas parceiras. O objetivo é centralizá-los em um estabelecimento, o que tende a facilitar a comunicação e o próprio entrosamento entre eles.

A Escola Estadual Básica Ildefonso Linhares, no bairro Carianos, parceira do Avaí FC à época, contava no momento da pesquisa com 38 atletas matriculados, o que representava 20% de um total de 187 alunos do período noturno. A Escola Estadual Básica Aderbal Ramos da Silva, no bairro Estreito, parceira do Figueirense FC, tinha 32 atletas matriculados, o chegando a 13% de um universo de 231 jovens que frequentavam o turno da noite. Os atletas, devido sua notoriedade, eram facilmente percebidos na dinâmica escolar, na circulação pelo espaço, durante as aulas, com professores e também no interior das salas de aula.

A relação das escolas com os dois clubes de futebol se mostrou muito amistosa. As parcerias envolvem anos, o que permitiu um aprendizado sobre como manejar os atletas e mesmo a comunicação com os clubes. Essa relação foi se consolidando na forma de cooperação, colaboração, acomodação e até mesmo conflito. Um exemplo forma é a maneira como cada escola faz referências aos atletas. Na primeira, Ildefonso Linhares, a frase mais

usual dos professores e dos gestores ao se referirem aos atletas é “os meninos do Avaí”. Na segunda, Aderbal Ramos da Silva, a expressão utilizada é “os nossos Figueirinhas”. As duas expressões, em uma análise inicial, representam atitudes distintas com os estudantes-atletas. Uma procura marcar uma certa diferenciação, pois os meninos são deles. A outra ressalta uma proximidade, são os *nossos Figueirinhas*, diminutivo que remete à infantilização e expressa afeto.

Quando identificam “os meninos do Avaí”, os profissionais da educação marcam uma distância espacial, em certa medida procuram definir uma posição de responsabilidade do clube com os jovens. Por outro lado, a expressão “nossos Figueirinhas”, parece destacar uma maior afinidade e até mesmo coparticipação, sugerindo maior envolvimento com os atletas, o que não significa um melhor rendimento escolar. Percebemos uma relação de flexibilidade e favorecimento nas solicitações feitas pelo clube. Os jovens nas escolas observadas são reconhecidos por expressões que marcam um lugar que sobrepõe sua condição de estudante, constantemente a de atleta faz lembrar que são estrangeiros (SIMMEL, 2012) ou forasteiros (SCHÜTZ, 2012).

Os estudantes-atletas no ambiente escolar acabam por criar um grupo fechado e deslocado dos outros colegas. Fortalecem os laços de afinidade, compartilhando um sentimento de proteção, externando não fazerem parte daquele lugar. Quando falamos em proteção precisamos compreender que os atletas procuram fortalecer amizades e evitar conflitos. O comportamento do jovem no clube e na escola é avaliado constantemente e ajuda na decisão quanto à sua permanência ou não no processo de formação. Os atletas, devido às exigências do clube sobre seu comportamento dentro e fora do campo, desenvolvem uma conduta de afastamento dos colegas não atletas no ambiente escolar para evitar qualquer tipo de discussão. Essa é uma das principais justificativas para os jogadores serem reconhecidos como *antipáticos, arrogantes e metidos* (DA CONCEIÇÃO, 2014).

Esta afirmação parece ir na contramão do imaginário segundo o qual a escola é um espaço de sociabilidade que favorece a integração, um discurso presente nos profissionais educadores e mesmo nos clubes. No entanto, identificamos que no espaço escolar o disciplinamento exigido pela formação tende a produzir nos jovens uma segunda obrigação, colocando seu comportamento e postura à prova (DA CONCEIÇÃO, 2014).

Formação escolar e o *Plano B*

A escola é reconhecida pelos atletas como um local de aprendizado, porém sem aplicação prática no desempenho de suas atividades esportivas. Isso observamos na fala dos jovens entrevistados e na relação com a escolarização produzida dentro de um sentido bastante frágil e com objetivos utilitaristas. A aplicação do conhecimento escolar é vista como desejável para auxiliar na leitura dos futuros contratos durante as negociações, bem como, a instrumentalização para realização de boas entrevistas. Assim os atletas, acabam por criar uma relação secundária com a escolarização. No primeiro momento como uma obrigação, pois é exigência com base em lei, impondo matrícula e frequência. Nesse espaço, a disciplina e o comportamento são avaliados para permanência no clube evitando a dispensa antecipada. No segundo momento como um local para aprender a ler e adquirir noções de comunicação, o que para os atletas se mostra interessante para futuras negociações de contratos e entrevistas.

A participação dos estudantes-atletas na escola promoveu alterações nas regras de convívio de todos os estudantes. Regras que impactam atletas e não atletas, como a não utilização de camisas com referência a clubes de futebol no espaço escolar. Outras restrições impostas pelos clubes afetam a participação dos atletas nas aulas de Educação Física ou em atividades dentro e fora da escola que envolvam risco de acidentes. As contusões ou lesões que aconteçam fora do clube e do espaço de treinamento ou competição não têm garantias de cuidados, ou melhor, não serão de responsabilidade da entidade formadora, por essa razão os atletas evitam ao máximo se expor a riscos desnecessários. Outra razão diz respeito à competição interna, uma lesão pode significar um período ausente dos treinos e das competições. Nesse mercado competitivo isso pode representar perda de oportunidades de visibilidade ou de perda de espaço na própria equipe.

Observamos que os atletas de futebol não participam das aulas de Educação Física, pois pretendem evitar que um eventual mal-entendido com outros colegas acabe tendo como resultado uma lesão em uma bola dividida ou contato desleal. Portanto, os jovens não são proibidos de fazer as atividades, na linguagem escolar são apenas liberados, já que realizam atividade física intensa e podem assim evitar machucar-se ou ter um período de recuperação mais

adequado pós treinos. Ao refletir sobre essa situação entendemos a justificativa dos clubes e mesmo das escolas quanto à postura adotada. No entanto, não podemos deixar de considerar que o componente curricular Educação Física poderia aproveitar a experiência desses jovens, proporcionando aproximação em vez de ser mais um motivo de afastamento. Os atletas perdem a oportunidade de valorização do treinamento físico, alimentação regrada etc., algo que faz parte de sua visão de mundo e que estão aptos a compartilhar com conhecimento prático. O olhar limitado sobre a condição de atleta impede um maior aproveitamento do conhecimento e aptidões sobre o esporte que são parte das vivências desses jovens. Ao mesmo tempo, a escola renuncia à chance de ampliar nos atletas o horizonte de aplicação do seu conhecimento em diversas áreas profissionais que estão relacionadas com o desenvolvimento do esporte. O *plano B* para carreira profissional ainda pode estar ligado ao esporte no exercício de atividades laborais, como gestão esportiva, jornalismo, preparação física, medicina, nutrição, publicidade, moda, marketing etc.

O *plano B* ou segunda opção aparece como alternativa à formação no futebol profissional. As muitas dificuldades, desafios e infortúnios podem limitar a concretização do sonho. A formação ofertada pela escola precisa fazer parte do projeto pessoal e familiar. Por essa razão quando falamos de formação esportiva devemos nos referir a uma única carreira ou a uma dupla carreira? A escola aparece no discurso institucional dos dois clubes de futebol, reforçando o imaginário da promessa de uma possível mobilidade social. Procuramos desvelar o lugar inferiorizado que o processo de escolarização recebe durante a formação esportiva. A prioridade das famílias e dos clubes de futebol é uma carreira ligada ao esporte na condição de atleta (bem-sucedido). Entre os atletas podemos perceber que a escolarização pode até mesmo ser motivo de chacota, significar obrigação ou até mesmo um espaço de descontração para visitaçãõ fora do clube. Embora pareça paradoxal essa relação, destacamos que identificar a escola como veículo de mobilidade social é parte da construção reconhecida como sua função primordial. No entanto, os sujeitos desenvolvem relações diversas com as instituições durante sua interação social. No caso dos jovens atletas, o convívio em uma comunidade de prática (LAVE; WENGLER, 1991) com foco na formação futebolística faz com que aqueles que demonstrem desejo de estudar, a medida que se aproxima a profissionalização,

sejam identificados como desviantes e assim tendem a sofrer uma pressão do grupo para não dar atenção à escola.

Alguns dos motivos que podem despertar o interesse dos atletas pela escolarização são percebidos a partir de fatores como: **a)** influência familiar, já que a mais alta ou mais baixa escolaridade dos pais pode significar ter a escola como parte do projeto formativo; **b)** maior ou menor maturidade do jovem, uma vez que a saída de casa antecipa o processo de *adultização*, fazendo-o adquirir um maior entendimento da responsabilidade com o grupo familiar; **c)** maior ou menor consciência da fragilidade da carreira (ao assistir um amigo ser dispensado ou se machucar gravemente, os longos períodos de recuperação e as dispensas ou trocas de clubes); **d)** o distanciamento ou aproximação dos conteúdos escolares com a realidade do mundo do futebol, fato que depende muito do interesse próprio e capacidade didática do professor; **e)** a falta do acompanhamento escolar do clube, participação em reuniões, entregas de avaliação, espaço para realização de tarefas etc.; e **f)** a circulação ou rotatividade dos jovens que sofrem com assédio constante para mudança de clubes que apresentem melhores condições e visibilidade no mercado da bola. Estes são os principais fatores apontados pelos jovens e profissionais dos clubes que podem interferir no interesse pela formação escolar.

Outros desafios para os atletas e que potencializam seu desinteresse pela sala de aula são compartilhados com os estudantes-trabalhadores, como a concomitância com a escola e o desenvolvimento de uma atividade formativa ou profissional com base na produtividade. A formação esportiva também pode ser reconhecida como trabalho, assim comparar os jovens futebolistas com o estudante-trabalhador não é algo desproporcional, pois os atletas também sofrem com cansaço físico, falta de tempo para estudo e a frequente ausência em sala. O estudante-atleta realiza constantes viagens para competições estaduais, nacionais e até internacionais, tendo como efeito colateral o afastamento da escola e de seu conteúdo. A descontinuidade que indicamos ser resultado do processo de formação esportiva está diretamente relacionada a situações que afetam o desenvolvimento curricular que, pautado no acúmulo de conhecimento acaba por gerar falta de motivação. Logo, o desempenho e o sucesso escolar passam a ser quase que incompatíveis para os atletas que dedicam total interesse no futebol (SOARES, 2009). Utilizamos a expressão descontinuidade para alertar sobre um processo de aprendizagem

que passa a ser fragmentado entre idas e vindas. As etapas escolares os atletas tendem a concluir, mas, em razão da descontinuidade, sua relação com o saber é frágil e sem objetivos projetados em outras carreiras.

Devemos ainda ressaltar que o sistema de ensino precarizado também contribui para o desinteresse, algo não específico ao estudante-atleta. O ensino noturno possui reduzido aparato técnico profissional atuando nesse horário. Nesse turno as turmas podem ser mais breves ou a ocupação escolar diminuída. Outro fator recorrente em ambas as escolas foi a falta de professores. Muitas vezes os estudantes chegam com o objetivo de assistir a cinco aulas e se deparam com a realidade de com frequência presenciarem apenas três. Esse descaso acaba desestimulando os estudantes em geral, portanto, dedicar-se ao trabalho ou ao esporte não aparenta ser algo que venha contrariar os objetivos de deslocar a escola como um *plano B*, pois sua realidade como formação também está carregada de incertezas e sem produzir uma renda imediata para subsistência.

Afirmamos que o esporte não afasta o jovem da escola quando esse mantém um vínculo com o clube de futebol durante maior parte da temporada esportiva. Devemos destacar que essa situação favorável não acontece com muitos outros atletas. O desejo de superar o primeiro alambrado que os separa dos centros de treinamento faz com que muitos candidatos realizem testes em clubes de futebol durante grande parte do ano. Alguns testes podem ser com prazo de dias e outros até mesmo meses. Os clubes muitas vezes dispensam a responsabilidade de matricular um jovem na escola, já que não existe previsão de permanência. Nessa situação o ano letivo pode ser comprometido.

Oportunizar em meio a descontinuidade, uma dura contradição

Na fala dos profissionais da educação, quando procuram descrever os jovens, podemos encontrar posições positivas e negativas. Ambas partem de um ponto de vista legítimo para pensar a relação da escola com o jovem atleta. Os mais negativos rogam o cumprimento de normativas e outras deliberações que constam nos estatutos escolares e nas políticas públicas sobre juventude. Buscam garantia de ensino de qualidade e a contrapartida no esforço pelo desempenho adequado de seus estudantes, independentemente se realizam atividades profissionais ou não. Por outro lado, constatamos um discurso que faz referência

à capacidade da escola de ser um lugar para “oportunizar” ao jovem um espaço de integração social, mantendo-o longe de situações de vulnerabilidade, isto é, fora da rua, onde estaria próximo à violência e à delinquência. Esse discurso está alinhado com o papel da escola como instituição socializadora, isto é, formadora de bons cidadãos. O oportunizar também carrega uma narrativa mais condescendente com a vida do jogador de futebol em formação. A escola passa a ser mais permissiva com os atletas flexibilizando práticas, valorizando a condição moral, seu sacrifício ao se afastar dos familiares, a participação em treinamentos de alto rendimento e a realização de viagens. Essa mensagem tende a dar prioridade à carreira no futebol, deixando a escola em uma condição secundária no processo formativo. Os atletas, distintamente de outros estudantes, possuem uma condição avaliativa fortemente pautada em valores morais. Não queremos dizer com isso que seus colegas também não a tenham, porém parece que no caso do oportunizar há uma preconcepção que antecipa o resultado dos Conselhos de Classe. A fala de uma Coordenadora Pedagógica da escola Aderbal Ramos da Silva representa o dilema dos professores e da coordenação quanto ao contexto de descontinuidade que os atletas vivenciam na escola: *“Como avaliar? Eles têm nota baixa, ficam pendurados em declarações e atestados médicos que garantem a realização de novos trabalhos ou a repetição da nota anterior.”* (ENTREVISTA, MAR. 2015).

A situação é semelhante na escola Ildefonso Linhares, na qual os coordenadores apontam uma postura dos atletas que seria a de “fazer o suficiente”. Isto é, estar em sala de aula, entregar os trabalhos e participar das provas sem muito interesse, nitidamente aceitando tudo como uma obrigação. Não queremos generalizar dizendo que todos atletas têm esse comportamento. Alguns jovens e como brevemente apontado, dependendo do núcleo familiar, podem ter na escolarização um *plano B* definido, sendo exigidos no rendimento escolar. Entretanto, a grande maioria encara com desdém os conteúdos de ensino ou passa a ter o mesmo sentimento de menor importância à medida que o *habitus* da formação se coloca. Na fala dos coordenadores educacionais a participação nas aulas, a entrega das provas e dos trabalhos sinaliza o esforço, a responsabilidade e um suposto compromisso que parece satisfazer aos professores. Ele pode ser exemplificado pelo comentário da Coordenadora Pedagógica da escola Ildefonso Linhares, que aponta a expectativa da escola em cumprir

seu papel de oportunizar seu espaço aos atletas: “*Reprovar o aluno no Ensino Médio, por quê? Ele não quer ser doutor, ele quer ser homem, ele quer ter uma formação. Ele vêm de outras escolas pra cá, eu não sei se vão ficar muito tempo aqui*”! (ENTREVISTA, MAI. 2013).

O dilema entre oportunizar e cobrar o cumprimento dos standards educacionais acaba gerando entre os professores que atuam com os atletas diversas reações. Algumas mais positivas e outras negativas, que são externadas em adjetivações. Podemos apontar uma resistência dos professores em adequar seus programas de ensino e em remarcar datas de provas e entrega de trabalhos. Outros valorizam a trajetória social e o itinerário formativo dos atletas, pautando suas avaliações apenas no padrão moral. Os atletas observados nas escolas investigadas recebiam adjetivações de profissionais da escola e de outros estudantes. As expressões se relacionavam às atitudes e ao comportamento no espaço escolar, rotulando-os e reforçando estereótipos. Muitos atletas vão para as aulas sem material didático, chegam atrasados, usam o celular de maneira displicente, permanecem com fones de ouvido e se juntam em grupo, geralmente, no fundo da sala. As expressões que mais registramos descrevem os atletas como “quietos”, “desinteressados”, “bagunceiros”, “relapsos”, “marrentos” e “cheios de empáfia”. As categorizações descritas remetem a condições não condizentes com o modelo de estudante esperado pela escola. Logo, serem reconhecidos como “meninos do Avaí” e “nossos Figueirinhas” passa a representar o quanto o grupo de atletas se aparta e é apartado do processo de inclusão e formação escolar.

Uma formação holística como solução?

Este breve artigo apresenta um recorte dos resultados obtidos em pesquisa sobre a formação de jogadores de futebol e sua concomitância com a escolarização. Observamos que o itinerário formativo dos atletas tende a promover separações e rupturas, a principal ou muitas vezes imediata diz respeito aos laços familiares. Outras desistências ou afastamentos são exigidos à medida que a profissionalização se torna mais concreta. Podemos indicar que a escola, considerando o modelo formativo mais comum aplicado pelos clubes tende a ser deixada de lado pelos atletas. A palavra separação e seus sinônimos (afastar, apartar e isolar) representa o que significa participar do processo de formação profissional. Uma

situação de ausência e de constantes escolhas, para conquistar o sonho almejado. Para isso, é preciso estar sempre se separando de algo. Essa parece ser uma dinâmica presente em um mercado cada vez mais competitivo e exigente com aqueles dispostos a delimitar seu processo de seleção.

Quando pensamos em eventuais mudanças nessa realidade, uma transformação cultural é necessária. No entanto, boa parte das mudanças deve passar pelo ajuste do calendário de competições que acontece concomitantemente ao escolar. Como observado, os jovens atletas realizam viagens que podem mediante o desempenho da equipe deixá-los por períodos até 3 ou 4 semanas afastados da escola. Se desejamos superar a descontinuidade e atribuir maior importância à escolarização, o mercado da formação de atletas deve adequar datas dos principais eventos, organizando seu calendário com objetivo de proporcionar mais tempo de frequência dos atletas à escola ou encontrar formas pedagógicas que compensem a intermitência.

As escolas como instituições que recebem os jovens atletas também podem contribuir nesse processo. Os conteúdos poderiam estar mais próximos da realidade de seus alunos, o que passa muito pela sensibilidade dos professores em fazer a mediação do currículo e do ensino. A escola precisa se promover como um espaço de inclusão e não apenas de integração pautado no oportunizar. Nossa proposta, ao destacar um descompasso na relação formativa escolar e futebolística, não pretende atribuir exagerada responsabilidade à instituição de ensino. Também não indicamos como solução uma educação compensatória, mas incentivamos um olhar mais atento para envolver os estudantes atletas no contexto de suas particularidades extraclasse (DA CONCEIÇÃO; BASSANI; GROSSI, 2017).

Os clubes, que neste artigo não receberam maior atenção quanto à relação que desenvolvem com a escola, são peças fundamentais na formação voltada para a construção de um *plano B*. Uma dupla carreira, quando bem estruturada e acompanhada por profissionais, pode agregar valor ao jogador, significando um novo olhar para a formação. Nesse caso, a superação do segundo alambrado e a concretização do sonho da profissionalização. Seria profissionalmente melhor um jogador com uma formação holística preparado não apenas em sua parte física e técnica, porém acrescido de uma capacidade intelectual que pudesse produzir resultados que estarão relacionados ao extracampo e que

potencializam seu profissionalismo. Uma maior capacidade de interpretação e compreensão das mais diferentes áreas do conhecimento habilita o jovem atleta para um melhor desenvolvimento tático e técnico. Os avanços nas ciências ligadas ao esporte tornam a comunicação cada vez mais especializada e quem for capaz de entender decodificando suas informações têm mais chances de se manter no processo formativo. Faz-se necessário desenvolver essa crença para que o processo de transformação sofra a mudança esperada, evitando assim a reprodução da descontinuidade.

Finalizando, queremos apontar que a utilização do termo estudante-atleta indica dois papéis sociais compartilhados. Ambos são exercidos por meio de atitudes e posturas reconhecidas nas instituições que representam (escola e clube). Quando os juntamos, destacamos que o jovem parece estar na intersecção entre duas formações, uma dupla carreira. São projetos que muitas vezes passam a ser apresentados como incompatíveis e não relacionados. Propomos que ambas carreiras possam ser pensadas em sua complementariedade, isto é, uma favorecendo a outra. Para que essa transformação ocorra se faz necessário repensar os objetivos e o processo formativo. Enquanto o debate apenas explicitar conflitos, interferências e omissões, continuaremos incompatibilizando a concomitância das atividades e promovendo abertamente a descontinuidade da relação com o saber ofertado pelo espaço escolar.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Lei n. 9615** de 24 de Março de 1998. Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências.

BRASIL. **Lei n. 12.395**, de 16 de Março de 2011. Altera as Leis nos 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui a Bolsa-Atleta; cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva; revoga a Lei no 6.354, de 2 de setembro de 1976; e dá outras providências.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. 7.ed – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

DA CONCEIÇÃO, Daniel Machado. **O educar que se repele**: um estudo sobre escolarização e profissionalização futebolística em Florianópolis. Trabalho de Conclusão de Licenciatura, Departamento de Antropologia e Departamento de Sociologia e Ciência Política, UFSC: Florianópolis, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/105114>>.

A concomitância entre estudar e jogar

DA CONCEIÇÃO, Daniel Machado. **Estudante-atleta: caminhos e descaminhos no futebol – entre o vestiário e o banco escolar.** Trabalho de Conclusão de Curso, Departamento de Antropologia e Departamento de Sociologia e Ciência Política, UFSC: Florianópolis, 2014.

DA CONCEIÇÃO, Daniel Machado. **O estudante-atleta: desafios de uma conciliação.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015.

DA CONCEIÇÃO, Daniel Machado. O desafio de uma conciliação: o estudante-atleta e a descontinuidade na formação escolar. In: ___. (ORG) SOARES, Antônio J. G.; CORREIA, Carlus A. J.; MELO, Leonardo B. S. de. **Educação do corpo e escolarização de atletas: debates contemporâneos.** RJ: 7 Letras, 2016. p. 21-50.

DA CONCEIÇÃO, Daniel Machado. Com a bola no pé e o lápis na mão: o estudante-atleta em formação no futebol. In: ___. (ORG) WELTER, Tânia; GROSSI, Miriam; GRAUPE, Mareli E. **Antropologia, gênero e educação em Santa Catarina.** Florianópolis: Mulheres, 2017. p. 117-137.

DAMO, Arlei. Dom, amor e dinheiro no futebol de espetáculo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, nº 66, fev. 2008. p. 139-209.

GUBER, Rosana. **La etnografía, método, campo y reflexividad.** Bogotá: Grupo Editorial, Norma, 2001.

KLEIN, Lucas. **Profissionalização e escolarização de jovens atletas de futsal em Santa Catarina.** (Dissertação de Mestrado). Florianópolis, SC: PPGE/UFSC, 2014.

LAVE, Jean; WENGER, Etienne. **Aprendizaje Situado: participación periférica legítima.** New York: Cambridge University Press, 1991.

MENESES, Juan Pablo. **Dente de leite S.A.: a indústria dos meninos bons de bola.** Barueri, SP: Amarilys, 2014.

SIMMEL, Georg. El extranjero. In: ___. **El extranjero: sociología del extraño.** Madrid: Ediciones Sequitur, 2012. p. 21-26.

SOARES, Antonio Jorge Gonçalves et al. Mercado, escola e a formação de jogadores de futebol no Brasil. In: ___. Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 16, Salvador, **Anais...** Salvador, 2009, p. 1-11.

SOARES, Antonio Jorge Gonçalves et al. **Jogadores de futebol no Brasil: mercado, formação de atletas e escola.** Florianópolis: Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 33, n. 4, out/dez, 2011. p. 905-921

SOARES, Antônio J. G.; CORREIA, Carlus A. J.; MELO, Leonardo B. S. de. **Educação do corpo e escolarização de atletas: debates contemporâneos.** RJ: 7 Letras, 2016. p. 21-50.

SOUZA, Camilo Araújo Máximo de et al. Difícil reconversão: futebol, projeto e destino em meninos brasileiros. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 14, n 30, p. 85-111, dez. 2008.

SCHÜTZ, Alfred. El forasteiro; ensayo de psicología social. In: ___. **El extranjero: sociología del extraño.** Madrid: Ediciones Sequitur, 2012. p. 27-42.

ESPORTE E IDEOLOGIA NO PERIÓDICO ON-LINE EL PAÍS BRASIL

Cristiano Mezzaroba¹

Fernando Gonçalves Bitencourt²

Resumo: Neste estudo documental, de abordagem qualitativa e exploratória, identificamos e analisamos 103 reportagens no periódico *online El País Brasil*, produzidas e veiculadas entre janeiro/2019 e fevereiro/2020. A escolha pelo referido jornal ocorreu pela percepção costumeira em relação ao seu posicionamento progressista quando comparado à maioria dos grandes jornais brasileiros. Utilizando-se da análise crítica da ideologia de Thompson (2011), observamos que no conjunto das reportagens coletadas puderam ser elaborados 5 agrupamentos temáticos, os quais foram analisados separadamente, embora consideramos um grau de interdependência entre todos eles: (1) machismo – 39 reportagens; (2) política e fascismo – 20 reportagens; (3) racismo – 16 matérias; (4) mercadorização e tecnologias – 16 reportagens; e, (5) homofobia e preconceitos/assédio sexual – 12 reportagens. Concluímos que o esforço do periódico em pautar temas importantes da política contemporânea é limitado pela sua estrutura conservadora, tanto na ordem do discurso quanto no dos interesses econômicos, e propriamente ideológico, pois que sob a aparência progressista junta-se aos esforços de manutenção da ordem do poder.

Palavras-chave: esporte, ideologia, El País Brasil.

Sport and ideology in the online newspaper El País Brasil

Abstract: In this documentary study, with a qualitative and exploratory approach, we identified and analyzed 103 reports in the online newspaper *El País Brasil*, produced and published between January, 2019 and February, 2020. The choice for the referred newspaper occurred due to the usual perception in relation to its progressive positioning when compared to the majority of the great Brazilian newspapers. Using the critical analysis of the ideology of Thompson (2011), we observed that in the set of reports collected, 5 thematic groups could be elaborated, which were analyzed separately, although we consider a degree of interdependence between them all: (1) machismo/male chauvinism – 39 reports; (2) politics and fascism – 20 reports; (3) racism – 16 articles; (4) commodification and technologies – 16 reports; and, (5) homophobia and prejudices/sexual harassment – 12 reports. We conclude that the journal's effort to focus on important themes of contemporary politics is limited by its conservative structure, both in the order of discourse and economic interests, therefore properly ideological, since under the progressive appearance it joins efforts to maintain the order of power.

Keywords: sport, ideology, El País Brasil.

¹ Professor adjunto no Departamento de Educação Física da Universidade Federal de Sergipe (UFS), cristiano_mezzaroba@yahoo.com.br

² Professor Titular do Instituto Federal de Santa Catarina/Campus São José, ferbit@ifsc.edu.br

Introdução

A ascensão da extrema direita no Brasil fez reaparecer, no discurso cotidiano, o problema da ideologia. Termo com histórico ligado às concepções de esquerda e produto do trabalho de intelectuais, notadamente desde que Marx formulou sua teoria da falsa consciência, o termo sofreu mais uma importante torção ao transformar-se em categoria acusatória contra a mesma esquerda que o forjou. Como reflexo tardio e deformado do espelho da história, vemos Napoleão acusar Destutt de Tracy de ideólogo cotidianamente, numa espécie de caleidoscópio em que gênero, comunismo e Paulo Freire se confundem na visão monocular, espelhada e estreita em que nos metemos nos últimos anos.

Como conceito operativo das Ciências Humanas e da Filosofia, "Ideologia" parece ter perdido o fôlego mais ou menos ao final dos anos setenta do século passado, quando se anunciava o fim das meta narrativas, o fim da história, a vitória do capitalismo tardio em sua versão neoliberal financeirizada e a decadência do comunismo real. Mas é justamente cinquenta anos depois, quando o simbólico se afirma como uma arquitetura da experiência humana e a cultura é nossa casa, que o termo ganha força discursiva em nossa vida ordinária e nos surpreende como se nos deparássemos com um velho fantasma.

Esporte e ideologia atravessaram o século vinte de mãos dadas. Mais velha, a ideologia conduzia o esporte em sua passagem. As práticas de lazer aristocráticas e burguesas, do tempo em que o ócio era preenchido pelo *sport*, prática livre e desinteressada, ganharam dimensão global e o uso dos corpos como discurso político chegou aos governos nacionais, o que o Nacional-Socialismo na Alemanha e a Guerra Fria demonstram muito bem ao se considerar os esforços de vitória nos Jogos Olímpicos, por exemplo, que as diferentes nações se impuseram.

As disputas do Século XX estão adormecidas. O capital é a força motriz da sociedade global e o esporte é uma expressão prático-simbólica da sociedade do espetáculo e do consumo. Entretanto, ainda que as utopias que prevaleceram nos últimos dois séculos – o fim do capital e a igualdade entre os homens³ parecem também adormecidas, ao menos na esfera macropolítica –

³ Utilizamos a expressão "homem", com o sentido de humanidade, para expressar o espírito da modernidade nos séculos XIX e XX. Por certo, a humanidade não é feita apenas de "homens", exceto no discurso machista que ainda resiste.

identificamos na luta pelos direitos civis o surgimento de novas demandas ao cenário político, as quais chegam no momento atual como potência de luta para o que se convencionou chamar de “minorias”. À identidade geopolítica e econômica, somaram-se novos sujeitos políticos a reivindicar direitos das mais variadas ordens.

É nesse espaço-tempo que o esporte se configura, por um lado, como ideólogo da velha fórmula da “igualdade de chances” e do “que vença o melhor!”, sustentáculo do discurso liberal capitalista, espécie de darwinismo social e, em contrapartida, a despeito de sua estrutura conservadora, põe em discussão os problemas políticos que identidade/alteridade e, por certo, da diversidade sugerem.

Mas o esporte, enraizado que é na cultura contemporânea, talvez não passasse de uma pálida presença não fosse sua associação aos meios de comunicação. A intensa apresentação, os discursos recorrentes sobre seus valores e virtudes, o caráter espetacular dos feitos atléticos, a interminável “falação esportiva” (ECO, 1984; BETTI, 1998) produziram um evento de alcance massivo, cujo valor econômico é incomensurável. Ideologia e esporte são, no século XX, estruturados pelo discurso midiático, ele mesmo ideológico em sua organização e funções sociais.

É nesse sentido que desenvolvemos este estudo, de cunho exploratório (TRIVIÑOS, 1995⁴) e caracterizado como uma pesquisa documental (GIL, 1996⁵), com o objetivo de refletir sobre o discurso midiático em torno do esporte. Especificamente, analisa reportagens esportivas produzidas e veiculadas no periódico on-line *El País Brasil*, no período de janeiro/2019 a fevereiro/2020.

A escolha pelo referido jornal ocorreu pelo seu posicionamento progressista⁶ em relação à maioria dos demais portais midiáticos

4 Segundo TRIVIÑOS (1995, p. 109), a pesquisa do tipo exploratória permite ao investigador “aumentar sua experiência em torno de determinado problema.” Desta maneira, “o pesquisador parte de uma hipótese e aprofunda seu estudo nos limites de uma realidade específica, buscando antecedentes, maior conhecimento” (Idem, idem).

5 Para Gil (1996, p. 51), a pesquisa documental “[...] vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.”

6 Conforme relembra Gheno (2017), p. 30, “*El País* nasceu afirmando-se como um jornal liberal, propulsor das democracias e com vocação global.”, e ainda, segundo o mesmo autor, “[...] Consolida-se, assim, como um importante portal de informações com vocação internacional e alternativo à imprensa nacional estabelecida.” (GHENO, 2017, p. 9). Ocorre que no desenvolver dos anos, conforme Molina (2008) citado por Gheno (2017, p. 31), o diário espanhol, é possível visualizar “[...] uma tendência política de centro-esquerda, apesar de publicar diversas opiniões de seus

brasileiros, em que foi possível visualizarmos transformações discursivas em relação ao contexto esportivo e questões ideológicas contemporâneas no Brasil e no mundo. Leal e Johnson (2019, p. 25) afirmam que “[...] o *El País Brasil* defende as minorias e a diversidade.”, oportunizando debates e análises em relação às *fake news*, transgêneros, corrupção, educação, meio ambiente (questão amazônica, por exemplo), economia, empoderamento feminino, violência contra a mulher, direitos LGBTQ+ etc., em que é possível se observar “[...] jornalistas com relativa independência, defesa de valores democráticos, apreço por oferta de contraditório e de abordagens alternativas e com diversidade de pontos de vista” (LEAL & JOHNSON, 2019, p. 26).

Entrevistando profissionais do referido veículo tanto na Espanha como no Brasil e também por meio de indicadores de acesso digital quanto à edição brasileira, os autores consideram que o *El País Brasil* é percebido à esquerda da sua real posição, ou seja, quando este é contrastado com os grandes jornais brasileiros (*Folha de São Paulo, O Globo, O Estado de São Paulo* – os quais funcionam como mecanismos da indústria cultural, com posições políticas e econômicas no espectro da direita), conjunto “marcado pela alta concentração empresarial, pela similitude de posições ideológicas e pela baixa capacidade de vocalização do contraditório” (LEAL & JOHNSON, 2019, p. 15), o *El País Brasil* passa a ser considerado como *progressista*, embora seus produtores e jornalistas definam seu posicionamento político como de *centro*⁷.

Para a operacionalização deste estudo, foram identificadas 103 (cento e três) reportagens que geraram os seguinte eixos de análise: (1) machismo; (2) política e fascismo; (3) racismo; (4) mercadorização e tecnologias; e (5) homofobia e preconceitos/assédio sexual. O texto está dividido em três partes

colaboradores. Na cobertura econômica, é considerado um jornal conservador, porém é radicalmente pautado por questões sociais.”

7 “Na Espanha e no Brasil, o jornal afirma que seu posicionamento político não é de esquerda e nem de direita, mas de centro [...]. Ortellado e Moretto (2017; 2016) afirmam, em estudos sobre a polaridade ideológica de veículos de comunicação jornalísticos no Brasil, que o *El País* é o mais próximo ao posicionamento neutro dentre os 82 pesquisados, mas com leve inclinação à direita.” (LEAL & JOHNSON, 2019, p. 20). Ampliando a discussão, esses mesmos autores escrevem que: “Embora o *El País* enuncie um posicionamento editorial liberal de centro, o *Reuters Institute Digital News Report 2017* não apenas identifica o jornal no topo do mapa de audiências de notícias *online* no jornalismo digital na Espanha, mas, também, posicionado à esquerda do espectro ideológico, deixando o seu principal concorrente impresso e digital *El Mundo* consideravelmente distante no quadrante à direita do centro. O diferencial do *El País* para os usuários digitais, conforme o relatório do *Reuters Institute* (NEWMAN *et al.*, 2017, p. 93), está na ‘compreensão de questões complexas’, ‘pontos de vista fortes’ e ‘notícias confiáveis’. (LEAL & JOHNSON, 2019, p. 22)

além desta introdução e as devidas considerações finais. Primeiro, discutimos o que tomamos por “ideologia” nos termos deste trabalho, seguindo as contribuições de Zizek (1996) e Thompson (2011). Em seguida, contextualizamos quanto ao periódico *El País Brasil* para, por fim, analisar as mencionadas reportagens sob a concepção crítica de análise da ideologia, conforme Thompson (2011).

Sobre o conceito de Ideologia

Todo conceito utilizado em um trabalho de reflexão merece argumentos que o justifique. Entretanto, quando se trata de Ideologia a exigência surge como se fosse um imperativo. Primeiro, porque o termo ganhou importância no discurso político atual, principalmente no Brasil. Segundo, porque compreendemos que ainda há força teórica no conceito de Ideologia.

Sobre o primeiro aspecto, um parágrafo. O termo Ideologia voltou a fazer parte do discurso político nacional. ‘Ala ideológica do governo’, ‘ideologia de gênero’, ‘ideologia comunista’, entre outras expressões, pululam nos meios de comunicação, nos discursos políticos e no imaginário social do Brasil contemporâneo, das classes baixas às classes mais altas, de norte a sul do país. O termo vem, de modo geral, carregado de uma carga acusatória, que resulta violenta e excludente, a um outro que faz parte de, ou apologia a, alguma ideia nefasta e perigosa ao bem comum. O que surpreende, mas talvez não o devesse, é que o termo acaba sendo incorporado pelo discurso conservador complexo e difuso, distorcendo, deste modo, a tradição crítica do conceito e se apropriando do esforço de neutralização que o mesmo sofreu em sua história. É em virtude do retorno do termo como uma espécie de discurso nativo que optamos por utilizá-lo.

O segundo aspecto, que merecerá um pouco mais de atenção, está no caráter propriamente crítico que reconhecemos no termo ideologia e seu papel na manutenção da ordem social, do *status quo*, em suma, do poder. Para poder operá-lo, faremos uma breve explanação de nosso suporte teórico e do modo como o utilizamos para as interpretações que aqui realizamos. Seguiremos inicialmente Zizek (1996). Ao formular a reconstrução do conceito, o autor apresenta suas reflexões acerca da ideologia no que poderíamos chamar de seu três modos de aparição: “em si”; “para si” e “refletida em si mesmo”. Essa tríade hegeliana, como

diz o autor, é acompanhada do paradoxo inerente à própria ideologia, qual seja, que a tentativa de fuga da ideologia nos puxaria de volta a ela.

A Ideologia “em si” estaria fundada na tradição Iluminista e é marcada pelas falsas ideias, ou ideias distorcidas, que se dariam em virtude de interesses que o autor chama de “patológicos” (medo, poder, forças da natureza). Em sentido estrito, ideologia seria a “legitimação racional da ordem existente” (ZIZEK, 1996, p. 19) levados a efeito através de falsas premissas. Como no nível discursivo não há realidade objetiva, pura, que possa ser alcançada sem o filtro da linguagem, o lugar de análise da ideologia é, já, também ideológica. O paradoxo da ideologia, ou sua ambiguidade, reside, nesta construção, na impossibilidade de se produzir discursos e sentidos que acessem a realidade diretamente e, portanto, não há lugar fora da ideologia.

A ideologia existe como uma “matriz geradora que regula a relação entre o visível e o invisível, o imaginável e o inimaginável, bem como mudanças nessa relação” (ZIZEK, 1996, p. 7). Mas isso não implica que tais relações tenham a ver com ilusão, com imagem ou ideia equivocada e distorcida da realidade social. Isso nos afasta, por princípio, da análise da ideologia como “falsa consciência”. Essa primeira premissa é necessária pois que é justamente esse um dos pontos mais controversos da análise da ideologia, qual seja, a de que seria possível ocupar um lugar neutro, não-ideológico, ou ainda, supra-ideológico que nos fizesse capaz de dizer o que é a realidade e o que é e quem possui a verdadeira consciência. A despeito disso, não se trata de abandonar o caráter crítico do termo, mas de procurar embasá-lo em sua condição de possibilidade analítica, ou melhor, interpretativa da experiência social.

A segunda perspectiva, da ideologia “para si”, está baseada nas premissas bastante conhecidas de Louis Althusser sobre os *Aparelhos Ideológicos do Estado* (AIE) e a materialização da ideologia nas instituições, objetos, rituais etc. Isso implica em encontrar na produção material do sentido uma ordem racional da ideologia. Isto é, na medida em que o poder cria ou se apropria do mundo material, acaba por lhe impor um conjunto de sentidos cuja direção é a manutenção da ordem do poder. Exemplifica Zizek (1996, p. 19):

A denúncia direta da noção fascista de Volksgemeinschaft [comunidade popular], como um chamariz enganador que oculta a realidade da dominação e da exploração, não leva em conta o dado crucial de que essa Volksgemeinschaft materializou-se numa série de rituais e práticas (não apenas comícios de multidões e desfiles, mas também campanhas em larga escala para ajudar os famintos, atividades esportivas e culturais organizadas para os trabalhadores etc), que produziram, ao serem executadas, o efeito da Volksgemeinschaft.

Os AIEs foram bastante discutidos no Brasil dos anos 70 e 80 do século passado, inclusive na discussão do papel do esporte na afirmação da ideologia dominante. O ufanismo futebolístico, o programa “Esporte Para Todos” e a disseminação de campos, ginásio, pistas e aparelhos para a prática esportiva, por exemplo, faziam (fizeram) parte dos esforços do regime ditatorial cívico/militar de disseminação de valores cívicos, patrióticos de refundação da nação.

No último elemento da reconstrução do termo, “ideologia refletida para si mesma”, em que “em si” e “para si” se encontram, ocorre, para Zizek (1996, p. 19) a “desintegração, autolimitação e autodispersão da noção de ideologia”. As críticas à Tese da Ideologia Dominante, tese que atravessou os séculos XIX e XX desde Marx, afirmam que ela deixa de ser o amálgama da vida social e passa exercer seu papel de modo fragmentado, agindo em campos dispersos, heterogêneos e microscópicos, tornando marginal seu papel na reprodução da ordem social.

As teses do capitalismo tardio, do fim da história ou o fim da era das ideologias afirmam que não é mais a ideologia, mas sim forças extra ideológicas que penetram no corpo social. A associação dos meios de comunicação com o mercado faria com que os indivíduos agissem não mais baseados em crenças ou ideologias, mas, contornando a ideologia, a reprodução do sistema se daria diretamente pela coerção, pelas leis, pelo Estado etc. Mas é justamente nesse momento, em que se sugere a fragmentação, dispersão e/ou contorno da ideologia que a ideologia se confirma em sua força de manutenção da ordem e do poder.

Neste jogo especular em que o “em si” e o “para si” se encontram, que a ideologia se apresenta no centro do que se apresentou como “extra ideológico”, que a força da ideologia renasce. Primeiro, porque a coerção econômica e as leis materializam-se em práticas e crenças; segundo, porque a

consciência que se adapta ao capitalismo tardio, ou era pós-ideológica, é ela mesma ideológica, na medida que, em seu cinismo, funciona como mecanismo de reprodução social. Em nome da moral, da tradição e das normas, das noções de liberdade individual, bem como na ação do mercado ou nos discursos midiáticos, um conjunto de forças é agenciado para legitimação e manutenção do *status quo*.

O que se configura nesta breve reconstrução do conceito de Ideologia provoca ao menos duas perguntas: Existe um lugar fora da ideologia? Se sim, ou não, quais implicações para a análise social a partir do termo?

A resposta lacaniana de Zizek (1996) à primeira questão é interessante. Para haver esse lugar, ele só pode ser um espaço que jamais pode ser ocupado: é a casa vazia estruturalista, o significante zero. Uma vez que o "real" não pode ser acessado em seu todo, pois que atravessado pelo simbólico, e que também o simbólico não pode alcançar o todo, pois que sempre há uma sobra de significante, seria nesse hiato, nessa espécie de aquém, e que o autor vai chamar de "espectro", que o pré-ideológico seria possível. Nas palavras do autor:

Portanto, o "cerne" pré-ideológico da ideologia consiste na aparição espectral que preenche o buraco do real. É isso que todas as tentativas de traçar uma clara linha separatória entre a "verdadeira" realidade e a ilusão (ou de fundamentar a ilusão na realidade) deixam de levar em conta: para que emerja (o que vivenciamos como) a "realidade", algo tem que ser foracluído⁸ dela — em outras palavras, a "realidade", tal como a verdade, nunca é, por definição, "toda". O que o espectro oculta não é a realidade, mas seu "recalcamento primário", o X irrepresentável em cujo "recalcamento" fundamenta-se a própria realidade. (ZIZEK, 1996, p. 27)

Não podemos, portanto, estar no lugar externo à ideologia, uma vez que ao preenchermos a casa vazia e ocuparmos um lugar no campo do simbólico, passamos a significar, de modo que quando nos posicionamos acerca de um evento da vida social já ocupamos um lugar no discurso ideológico. Aliás, o autor

⁸ "A foraclusão é o mecanismo através do qual se produz a rejeição de um significante fundamental para fora do universo simbólico do sujeito". (ROUDINESCO & PLON, 1998, p. 245). Este significante foracluído, ou rejeitado, "[...] não é integrado no inconsciente e retorna sob forma alucinatória no real do sujeito". (Idem, idem).

supracitado aponta para o fato que nós mesmos não podemos dizer que estamos ou não na ideologia, uma vez que apenas o Outro pode nos colocar nesse lugar. Ser ideológico é sempre uma relação e depende, portanto, do Outro. Como proceder, então, para não cairmos na armadilha da ideologia? Daqui seguiremos com Thompson (2011).

Para esse autor, a análise da ideologia é uma atividade crítica, que não pode ser separada da reflexão sobre as relações de dominação. Os fenômenos ideológicos são formas simbólicas, portanto carregados de significado, que estruturam relações de poder. Considerados em seus contextos sociais e históricos, portanto econômicos e políticos, um conjunto de símbolos funciona como suporte do poder para estabelecer estruturas de dominação, legitimando, sem a necessidade do uso da coerção física, o próprio poder do qual emana.

Assim como aponta Zizek (1996), também Thompson (2011) considera que as formas simbólicas não precisam ser necessariamente ilusórias ou errôneas, basta a elas que, como mencionado, funcionem para estabelecer relações de poder e dominação. As formas simbólicas são, em geral, tudo que sirva de suporte a um significado. Como o trabalho do autor está ligado ao estudo dos meios de comunicação de massa – e aqui está a justificativa para sua escolha – as formas simbólicas que aqui importam são as falas, imagens e textos, produzidos, em nosso caso específico, pelo periódico *El País Brasil* em seu trabalho diário de informar e formar opinião.

A “concepção crítica” de análise da ideologia proposta por Thompson (2011, p. 73) está, assim, fundamentada na interpretação das formas simbólicas ao considerar o fato de que a ideologia opera por meio de alguns dos seguintes modos, quais sejam, por: legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação; cada uma delas com suas estratégias típicas.

A primeira estratégia, a de legitimação, se dá por meio de discursos lógicos e encadeados, cuja racionalidade procura justificar ideias e posições e convencer os interlocutores. Se dá também como esforço universalizante, ao sugerir que interesses particulares, privados ou de pequenos grupos sejam corroborados ao produzirem o sentimento de que são os interesses comuns a todos. Por fim, narrativas que encadeiem o passado ao presente, postulando tradições eternas e imutáveis, completam o quadro no qual um esforço de legitimação pode ser investigado.

A segunda estratégia, a dissimulação, na qual a dominação é obscurecida, negada ou ocultada, apoia-se em figuras de linguagem que provocam deslocamentos, associações, ilações contingentes, superficiais ou ilusórias no discurso. O uso de eufemismos, metáforas, metonímias e sinédoques provoca deslocamentos na relação símbolo significado, numa espécie de jogo com a realidade que pode obnubilar o entendimento e produzir inferências, e, desse modo, dissimular as relações de poder.

Os terceiro e quarto modos de pôr em funcionamento o discurso ideológico são, segundo Thompson (2011), unificação e fragmentação, respectivamente, que, em síntese são constructos simbólicos que, ou reforçam padrões e reforçam unidades, ou, ao contrário, destacam as diferenças implantando desigualdades, discriminação e expurgo do outro. Em ambos os casos, seja pela unidade, seja pela diferença, um sistema de identidade e alteridade, “nós” e “outros” ajudam a produzir discursos de ordem, pertencimento e poder.

Por fim, o último dos modos de operação tem uma longa história na filosofia e nas ciências humanas. Para o autor, a reificação consiste em naturalizar, petrificar, congelar processos históricos e culturais, retirando seu caráter de construção social, resultante da agência humana, transformando a realidade em algo, portanto, imutável, atemporal, a-histórica. Do mesmo modo, usando verbos na passiva, mascara a presença dos agentes sociais responsáveis pelo desenvolvimento das ações, impedindo que se perceba o papel da sociedade e dos grupos de interesse na produção da própria dominação.

Essas modalidades de produção simbólica, finalizando, são fundamentos da análise crítica da ideologia proposta pelo autor, e estão na base das interpretações que aqui realizamos. A reconstituição do conceito de ideologia que realizamos nos ajuda a compreender o papel e os riscos da análise da ideologia. Temos clareza que ocupamos um lugar no espaço social e é desde este locus que formulamos nossos entendimentos. A crítica da ideologia é, em síntese, uma possibilidade de crítica dos sistemas simbólicos e seus significados, em especial do discurso midiático, em seu papel de informar e formar a sociedade (com seus consensos e dissensos).

Contextualizando o periódico online “El País Brasil”

Para melhor compreensão do jornal digital *El País Brasil*, cabe uma breve contextualização em relação ao jornal espanhol *El País*, por este ser matriz daquele periódico. Trata-se de um veículo de propriedade do Grupo PRISA⁹, fundado em 1976, momento em que a Espanha passava por uma transição do regime político ditatorial conhecido como “franquismo” (do governo do general Francisco Franco, de 1939 a 1976) para o seu período democrático. (ALMEIDA, 2016; SANTOS & VILLELA, 2018)

Barrere e Almeida (2017) contextualizam historicamente o jornal:

Seus primeiros números foram publicados no mês de maio, em meados dos anos 70, dentro de um contexto sociopolítico importante no país, que foi a transição política para a democracia. Devido ao golpe de 23 de fevereiro de 1981, que consistiu em uma tentativa de golpe militar por um grupo de guardas comandado pelo tenente-coronel Antonio Tejero, o *El país* assumiu uma postura fortemente nacionalista e democrática, circunstância que o fez alcançar liderança na imprensa espanhola. O jornal tornou-se um diário global e independente, sendo pioneiro na adoção de critérios jornalísticos, que orientam as relações entre os membros da redação, leitores e dirigentes. Com sua sede em Madrid, o *El País* também conta com pontos de redação situados em Barcelona, Sevilha, Valencia, Santiago de Compostela, Bilbao e em outras cidades dos 45 países do mundo que abrangem sua cobertura jornalística, entre as quais São Paulo, no Brasil. (BARRERE & ALMEIDA, 2017, p. 68)

Considerado como “[...] um jornal de relevância internacional” por Santos e Villela (2018, p. 2), o *El País* tem como característica seguir uma tendência “[...] europeísta e social-democrata, além de oferecer grande destaque a informações de âmbito internacional, cultura, política e economia.” (ALMEIDA, 2016, p. 46). Ainda segundo Barrere e Almeida (2017, p. 68), “A aparição do *El País* na internet se deu em 1996, quando foi inaugurada a primeira edição digital do endereço eletrônico *elpais.com*, e no início dos anos 2000 o jornal optou pela migração de todas suas publicações ao sítio virtual”. Atualmente, o jornal *El País* conta com 5 (cinco) edições: espanhola, catalã, americana, inglesa e brasileira (FREIRE & FERNANDES, 2019).

⁹ Conforme Faria (2010, p.14), “[...] o Grupo *Prisa* é o maior conglomerado de comunicação na Espanha, dono de jornais, sites, televisões e rádios, além de ter negócios em Portugal, Brasil e Estados Unidos.”

O portal de notícias do *El País Brasil* iniciou suas operações em 26 de novembro de 2013 (ALMEIDA, 2016; ABIB, 2017; BARRERE & ALMEIDA, 2017), com sua redação situada na cidade de São Paulo, publicando sua versão em português. Segundo Almeida (2016), foi devido ao crescimento excessivo de acesso do público brasileiro ao *site* espanhol durante os protestos de junho de 2013 em todo Brasil que “[...] motivou a criação de uma versão em português, denominada de El País Brasil.” (ALMEIDA, 2016, p. 46). É interessante perceber, com esse detalhe histórico, o vínculo entre esporte e ideologia no próprio jornal em questão, isto é, o surgimento da versão brasileira do *El País* ocorre justamente no momento dos protestos generalizados – mas mais intensos em São Paulo – envolvendo críticas à realização e investimentos quanto à Copa do Mundo de Futebol de 2014 em várias capitais brasileiras.

Conforme Santos e Villela (2018, p. 3), a versão espanhola do *El País* é “[...] considerada um dos dez jornais mais lidos do mundo”, enquanto a versão brasileira “[...] chegou a 6,5 milhões de leitores mensais na mesma data [setembro/2017]”, segundo informações da *ComScore*. Os dados informados por Leal & Johnson (2019, p. 18), também a partir das métricas da *ComScore* (2017) colocam o *website El País Brasil* como “[...] o segundo em tráfego mensal entre os sites internacionais de notícias no país”, com “[...] 6,484 milhões de usuários únicos, logo atrás da britânica *BBC News Brasil*, com 6,977 milhões”, dados de outubro de 2017.

Ainda segundo tais autores:

As métricas sinalizam que as operações do *El País Brasil* estão funcionando porque o jornal europeu é percebido pelo leitor como independente, plural em suas opiniões e socialmente responsável, portanto, uma alternativa à cobertura jornalística com baixa diversidade ideológica da mídia brasileira. O público da edição brasileira está concentrado nas regiões Sudeste e Sul (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul) e é formado por empresários, intelectuais e jovens universitários. (LEAL & JOHNSON, 2019, p. 19)

Há vários estudos que enfocam a versão espanhola do jornal *El País*, como: (a) pesquisa de Almeida (2016), que analisou as representações da identidade brasileira de acordo com o jornal espanhol durante a Copa do Mundo de 2014; (b) pesquisas que abordam quanto ao “jornalismo do descontentamento” e a

complexidade na narrativa da repórter e articulista Eliane Brum (ABIB, 2017; VIVAR & ABIB, 2018); (c) estudos como o de Santos e Villela (2018) que analisam o discurso do *El País* e a produção de sentidos durante o projeto Redenção na Cracolândia em São Paulo; além de, (d) análises críticas de artigo de opinião publicado no *El País* referente às obras da Copa de 2014 no Brasil e as grandes manifestações de 2013 (BARRERE & ALMEIDA, 2017).

Em relação ao *El País Brasil*, as pesquisas que encontramos são bastante recentes. Bittencourt (2020) investigou a construção da figura política de Jair Bolsonaro no referido jornal, em que se percebe que o veículo midiático posiciona-se no sentido de alertar os perigos da extrema-direita no Brasil. Também em relação a um contexto político de investigação no jornal *El País Brasil*, a pesquisa de Freire & Fernandes (2019) procurou apresentar como a midiatização da *fake news* “kit gay” foi operada e repercutida em reportagens desse veículo, a partir dos conteúdos oriundos das redes sociais digitais, nos meses que antecederam as eleições de 2018 no Brasil. Já a investigação de Cabral & Prado (2019) focou a questão de gênero e esporte analisando as reportagens do *El País Brasil* sobre a participação de mulheres nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro (2016), identificando que o referido *website* reproduz, segundo os autores, machismo e misoginia, subjugando as mulheres no âmbito esportivo e ridicularizando seus corpos. Também o suicídio na sociedade contemporânea (GALON, 2018), discutido na mídia jornalística no ano de 2017; e de como a economia brasileira foi tratada no *El País Brasil* no primeiro semestre de 2017 (GHENO, 2017), são exemplos.

Apresentando e discutindo as categorias formuladas a partir do *El País Brasil*

A seguir, apresentamos e refletimos sobre os 5 agrupamentos temáticos (Quadro 01) oriundos das 103 (cento e três) reportagens identificadas no *El País Brasil* na seção “Esportes” no período de janeiro de 2019 a fevereiro de 2020, os quais discutimos sob a perspectiva da concepção crítica da análise da ideologia (THOMPSON, 2011), compreendendo, basicamente, que os fenômenos ideológicos apresentam-se a partir das mais diversas formas simbólicas presentes nas sociedades, carregando significados que estruturam relações de poder.

Quadro 01 – Agrupamentos temáticos¹⁰ das reportagens do *El País Brasil*

Temática	Contexto	Recorrência
Machismo	Tematizam a naturalização do comportamento machista de jogadores e abordam os direitos das mulheres.	39 reportagens
Política e Fascismo	Tratam especificamente sobre posições políticas de jogadores, também evidenciando questões fascistas em contextos históricos.	20 reportagens
Racismo	Abordam questões raciais envolvendo jogadores, árbitros, torcidas, clubes, enfim, o campo esportivo em geral.	16 reportagens
Mercadorização e Tecnologias	Abordam vínculos entre esporte e mercado, além da discussão quanto ao VAR (árbitro de vídeo).	16 reportagens
Homofobia e Preconceitos/assédio sexual	Tratam de alguns casos de homofobia e preconceito sexual envolvendo jogadores e clubes.	12 reportagens

Fonte: Os autores.

Quando analisamos produções midiáticas não podemos deixar de considerar que é no contexto histórico e ideológico que os discursos se estabelecem. Do mesmo modo, quanto ao campo

¹⁰ A organização dos cinco temas não ocorreu de forma aleatória, mas sim pela quantidade das reportagens identificadas, em ordem decrescente de recorrência, sendo que o principal critério de inclusão em um ou outro tema ocorreu principalmente pela chamada no título da reportagem, embora na apresentação e na análise de cada um dos temas, trazemos exemplos de algumas reportagens mais icônicas relacionadas à temática. Apesar da separação dos cinco temas, é importante considerar que há uma relação de interdependência e de complementariedade entre eles.

esportivo, como nos lembra Sanfelice (2018), devemos considerá-lo como:

[...] um lugar complexo, de cruzamento de múltiplas agendas, em que não podemos considerar como integrantes do espetáculo somente os competidores, mas os espectadores, as famílias dos competidores, os gestores, os patrocinadores, enfim, os **medias**. (SANFELICE, 2018, p. 18, grifos nossos)

No conjunto das reportagens identificadas e analisadas, é possível visualizarmos um entrecruzamento de discursos. Campos que se atravessam e conflituam somam-se ao “trivial” da produção, cobertura e veiculação midiática sobre esporte: há a cobertura das competições (pautando início das mesmas, abordando jogos, trazendo curiosidades, apresentando e repercutindo resultados), a habitual ênfase nos principais atletas (homens, principalmente, como os jogadores de futebol Neymar, Messi, Cristiano Ronaldo, mas também atletas de outras modalidades); assim como atual discussão sobre tecnologia e esporte, notadamente o uso no futebol do VAR (árbitro de vídeo) e a polêmica suscitada.

Seguindo a tendência do jornalismo nacional, o futebol é o principal motor dos temas tratados nas reportagens. Em geral, o agrupamento temático aqui apresentado resulta de reportagens e crônicas esportivas que correspondem ao cânone jornalístico e seu papel de repercutir os esportes e eventos cujos interesses econômicos e culturais são mais fortes. Do mesmo modo, é acionando o modelo discursivo padrão, que usa os “ídolos esportivos”, sucesso, vitória, conquista como pontos sobre os quais o resto transita. Tais aspectos são importantes para que se compreenda as limitações dos discursos produzidos e suas implicações ideológicas.

Passemos, então, à apresentação e breve análise de cada um dos agrupamentos temáticos:

- **Machismo**

No agrupamento temático que denominamos “machismo”, constam 39 reportagens que, sob maneiras variadas, tematizaram a naturalização do comportamento machista de jogadores, além de matérias que abordaram direitos das mulheres, dando destaque a certos ineditismos (como o fato de uma mulher apitar pela primeira vez um jogo masculino da liga francesa; de jogos

com recordes mundial de público para o futebol feminino; da Rede Globo transmitir todos os jogos da seleção feminina na Copa/2019; do Brasil pela primeira ter uma estrangeira comandando a seleção etc.) e ao contexto da realização da Copa do Mundo de Futebol Feminino na França em 2019 (explorando a visibilidade do evento para o futebol feminino e clamando por “igualdade”; falas emocionadas como da jogadora brasileira Marta pedindo apoio à seleção e da população que “abraçou” a seleção brasileira; bem como o destaque dado em algumas reportagens à seleção norte-americana, vencedora do torneio, e sua jogadora principal, Megan Rapinoe).

Considerado o número de reportagens, fica evidente que a tematização de questões que envolvem práticas machistas e que procuram mobilizar a atenção em relação aos direitos das mulheres no campo esportivo demonstra um aspecto hegemônico de nossa cultura. Por outro lado, mesmo narrativas que se colocam em prol de uma suposta “igualdade” de condições entre homens e mulheres obscurecem práticas de violência simbólica e de naturalizações, conforme aprendemos com Thompson (2011) quando nos dedicamos a estudar ideologia criticamente. Tal aspecto se dá na medida em que é mediado pelo sucesso dos atletas, pela vitória pessoal, que o direito ao discurso contra o machismo se configura.

Conforme estudo de Cabral & Prado (2019), estudando o *site* do *El País Brasil*, perceberam “[...] que a representação da mídia sobre a participação de mulheres atletas nos Jogos Olímpicos no Brasil (re)produz o machismo e a misoginia”, considerando que geralmente as mulheres são subjugadas ao se ridicularizar seus corpos colocando-os à sombra dos corpos masculinos. Segundo tais autores, “[...] existem diversas maneiras de se reproduzir o machismo: violência física, verbal, psicológica etc.” (CABRAL & PRADO, 2019). Outro modo, é aviltando os “corpos fracos”, dando poder e voz apenas àqueles que vencem.

Se o universo esportivo, de modo geral, é um universo masculino, a dominação neste campo – esportivo – é masculina. Assim, o envolvimento das mulheres, mesmo em pleno século XXI, ainda se mostra com dificuldades de acesso, desigualdades estruturais, proibições, comparações etc. Visualizamos nos títulos das reportagens e no conteúdo das mesmas um discurso supostamente “politicamente correto”, dando destaque às

conquistas femininas no universo esportivo, principalmente no futebol. Reiteradamente há denúncias de que as mulheres não têm as mesmas possibilidades ofertadas aos homens (salários, patrocínios, visibilidade, reconhecimento, acesso a estádios na condição de torcedoras no Irã e na Arábia Saudita, “condições iguais” de acesso aos setores diversos do contexto esportivo etc.).

Outra questão abordada e que, num primeiro olhar, pode gerar uma percepção de posicionamento progressista do *El País Brasil* em relação à participação das mulheres no futebol/esporte, são os recorrentes discursos que atribuem a uma maior exposição do futebol feminino na televisão aberta, e, com isso, uma “grande transformação” do amadorismo do futebol feminino no “grande produto” que é o futebol masculino mundial. E assim, alia-se a esse discurso marcas esportivas mundiais, que “investem” no futebol feminino para que o mesmo passe a ser reconhecido pelo público como ocorre em relação aos homens – a adequação também do esporte feminino aos cânones da mercadorização esportiva (PIRES, 1998).

Além disso, poderíamos dizer que se explicita um discurso “romântico” em relação aos “avanços” das mulheres no campo esportivo, em relação à sua representatividade e consolidação. Percebe-se que muitos desses discursos ocorrem em períodos de grandes eventos esportivos – Copa do Mundo de Futebol e Jogos Olímpicos –, aproveitando-se de uma certa efemeridade da exposição das atletas que, como se constata de modo geral depois desses megaeventos esportivos, não repercute em avanços como igualdade salarial, igualdade de competições, igualdade de visibilidade etc. Temos aí, portanto, segundo aprendemos com a concepção crítica de análise da ideologia de Thompson (2011), elementos legitimadores, elementos dissimuladores, unificadores, fragmentadores e reificadores.

Ainda em relação a esse agrupamento temático, incluímos reportagens que exploraram práticas machistas naturalizadas: em relação ao álbum de figurinhas da Copa (uma reportagem que comentou o fato do álbum feminino ser menor e menos divulgado que o masculino; outra reportagem que mostrou reações machistas ao álbum); episódios de violência doméstica de atletas masculinos; e o episódio do “caso Neymar”, acusado de estupro, com intimidade exposta e repercussões machistas.

- **Política e Fascismo**

Na temática “política e fascismo” foram encontradas 20 reportagens que, sob alguma forma, tematizaram questões políticas envolvendo o esporte ou relações entre poder e esporte, além de algumas poucas reportagens que se dedicaram a apresentar situações que envolveram comportamentos ditos como “nazistas” ou jogadores que se colocaram como resistência em momentos históricos, seja na Itália ou no Chile, ou mesmo em relação ao golpe militar no Brasil.

O fragmento da matéria “Quando o oportunismo político se apropria da festa do futebol” nos propõe o problema:

Quem diz que esporte e política não se misturam provavelmente nunca aprofundou o olhar para o jogo de bastidores nem atentou para os cerimoniais de premiação dos times campeões. Usar o futebol como plataforma de exibicionismo é prática antiga dos políticos, assim como clubes e federações insistem em atrair autoridades à solenidade de medalhas e troféus. Porém, o que se vê ultimamente nos desfechos de campeonatos pelo país é um festival de apropriação do protagonismo por parte de representantes públicos que jamais derramaram uma gota de suor no gramado, mas, com faro oportunista de dar inveja a goleador, ofuscam o momento sagrado dos jogadores. (EL PAÍS BRASIL, Quando o oportunismo político se apropria da festa do futebol¹¹).

Assim como se explicita na narrativa jornalística, as relações entre esporte e política, relações recorrentemente negadas por comentaristas, especialistas esportivos e personagens do campo midiático, geram controvérsias tanto no campo jornalístico quanto no esportivo. Se considerarmos a aparição e veiculação de reportagens que se debruçam nas temáticas da política e do poder em suas conexões com o fenômeno esportivo (quando o referido veículo midiático retrata jogadores que se envolvem com escolhas políticas; situações que envolvem a “bancada de bola” no Congresso Nacional brasileiro; questões clubísticas e política partidária; nepotismo; corrupção ou mesmo fatos históricos sobre esporte e poder etc.), fica evidente que o *El País Brasil*, ao abordá-las, também assume uma postura política.

Tal postura, quando pensamos em relação às modalidades de produção simbólica daquilo que seria a ideologia em Thompson (2011), a pouca profundidade dada às reportagens; a dificuldade

¹¹ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/23/deportes/1555979200_847108.html
Acesso em: 27 abr. 2020.

em ampliar a discussão para além das relações políticas que sempre terminam nos “cartolas”; a fragmentação dada ao conjunto de reportagens e a quase naturalização (reificação) de um “mantra” que não avança sobre esporte, política e corrupção, sem ir a fundo nessas questões, evidencia um discurso ideológico também do *El País Brasil*.

Um esforço de neutralidade ideológica transparece quando são veiculadas reportagens que expõem fascismo e nazismo, ao mesmo tempo, embora em menor número, quando tematiza personagens do universo esportivo que são declaradamente do espectro político da esquerda, como os argentinos Maradona e Sampaoli, ou mesmo pelo seu posicionamento crítico e contrário em relação à extrema-direita brasileira. Aqui, a objetividade jornalística joga com a complexidade da política, depositando no outro, no agente social, a responsabilidade de suas posições.

- **Racismo**

O racismo, temática identificada em 16 (dezesesseis) reportagens, compreendeu conteúdos que abordaram questões raciais envolvendo atletas (homens e mulheres), árbitros, torcidas e clubes. Em geral, nas reportagens são identificadas a denúncia de atos racistas no contexto futebolístico, com casos específicos de alguns jogadores em situações de jogo, principalmente na Europa e certa “indignação” em relação à recorrência dos atos, como podemos ver na reportagem “Convivência com o racismo, uma regra não escrita do futebol”:

O futebol, infelizmente, não reproduz nada de novo. Do Brasil a Portugal, a convivência pacífica com o racismo tem sido assimilada como norma ao longo de décadas. E os sinais estão por toda parte. [...]. O futebol, porém, ao contrário de muitos espaços, impulsiona negros a posições de protagonismo. Por consequência, os expõe à fúria incontida dos racistas. [...]

Enfrentar o racismo é uma missão social, coletiva e civilizatória, não um fardo que apenas as pessoas e personalidades negras devem carregar. Nesse sentido, é fundamental que a ação seja transformadora, especialmente em uma plataforma de longo alcance como o esporte. [...]. (EL PAÍS BRASIL, Convivência com o racismo, uma regra não escrita do futebol¹²)

¹² Disponível em: <https://brasil.elpais.com/esportes/2020-02-17/convivencia-com-o-racismo-uma-regra-nao-escrita-do-futebol.html>. Acesso em: 27 abr. 2020.

Na reportagem “Lucas Santos: ‘Saí da favela, mas não posso ficar alienado enquanto matam negros e pobres’”, aborda-se quanto ao jogador negro e oriundo de favela carioca, revelação do time do Vasco na Copa São Paulo de Juniores (maior torneio de base brasileiro), que foi convocado para a seleção brasileira e recentemente transferiu-se para o CSKA da Rússia. O atleta comenta dificuldades enfrentadas por ser negro e de origem pobre, aborda questões políticas e relata influência de ativistas negros.

Consta também outra reportagem que trata especificamente do caso de racismo ocorrido com o jogador de futebol Taison, que atua no Shakhtar Donetsk (Ucrânia), que sofreu insultos racistas dos torcedores do Dínamo de Kiev. O atleta revoltou-se com a torcida após sofrer uma falta e voltando-se a ela chutou a bola, fazendo um gesto obsceno naquela direção. Embora o árbitro tenha paralisado o jogo para que os cânticos racistas parassem, quando reiniciou o jogo, expulsou o jogador brasileiro pelas reações que o mesmo teve às agressões sofridas, com Taison saindo chorando do jogo. O texto expõe a situação, ao mesmo tempo que enfatiza a luta dos “craques brancos” no combate ao racismo:

A expulsão de Taison depois de responder aos insultos racistas apenas escancara como cartolas brancos ditam regras que condenam jogadores negros à convivência pacífica com o racismo. O futebol reproduz o *apartheid* em forma de *fair play*. E ainda há quem exija heroísmo solitário dos negros... Seria importante que um craque branco se manifestasse com veemência diante de um companheiro ofendido por racistas. [...] Ou um treinador branco adotar discurso tão firme como o do Roger Machado. Isso é o que devemos cobrar, não apenas atitudes de quem sofre diariamente com o racismo.

[...]

Nesse aspecto, Taison se revela maior que Messi e outras estrelas do esporte que não se sentem tocadas pelo racismo. Maior que as entidades da bola que relativizam ofensas racistas. O futebol é muito mais que um jogo. Justamente por isso, seus grandes ídolos deveriam ser muito mais que meros jogadores. Taison, ao contrário da profecia de uma década atrás, não entrou para o panteão dos supercraques. Mas, pela demonstração de caráter ao denunciar os racistas, atingiu um estágio como cidadão que poucos deles

conseguem igualar. (EL PAÍS BRASIL, Taison se impõe contra o racismo e mostra que é maior que Messi¹³)

Quando analisamos o racismo e seu viés ideológico, ao menos especificamente nestes casos, percebemos que o discurso do *El País Brasil* enfatiza o aspecto particular dos casos, embora mencione que são recorrentes no contexto esportivo, ocultando que essa problemática que envolve a sociedade é algo estrutural, ou seja, explicita-se o elemento que Thompson (2011) nos fala quanto à dissimulação presente nos discursos ideológicos. Há, também, o elemento de unificação do discurso ideológico, ou seja, reitera-se o problema, mas não se consegue pensá-lo/abordá-lo para além da esfera do campo esportivo (quando, no máximo, uma posição do clube), portanto, reifica-se/naturaliza-se o problema, principalmente quando ocorre o discurso de que o racismo no futebol ocorre porque os negros se transformam em protagonistas no futebol (pelo seu talento e pelas suas performances).

Também observamos reportagens que tratam da questão do racismo em relação a clubes brasileiros, como no caso do Vasco da Gama, por ser pioneiro em aceitar os negros no futebol; no caso do Grêmio a abolição de termos racistas nos cânticos de sua torcida; da Ponte Preta, que teve um inédito presidente negro; e em relação ao Santos, uma reportagem que mencionou que é o clube dos ídolos negros, e outra que expôs a cobrança da torcida santista pelo vazamento de um áudio racista em que um conselheiro do clube comenta que “todo pardo é mau-caráter”. E uma outra que abordou sobre os dois únicos técnicos negros do Campeonato Brasileiro em 2019, além de uma reportagem que considerou a questão indígena, uma ação do clube Bahia.

• **Mercadorização e Tecnologias**

Na temática que envolve mercadorização e tecnologias, observamos e analisamos 16 (dezesseis) reportagens no *El País Brasil* que pautaram vínculos entre esporte e mercado, além de identificarmos uma pequena discussão envolvendo o VAR (árbitro de vídeo).

Dentre o conjunto de reportagens aglutinadas com a temática em tela, a intitulada “Havan no Vasco, a história em jogo por um

¹³ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/11/deportes/1573487854_972621.html. Acesso em: 27 abr. 2020.

patrocínio” revela explicitamente tais relações entre mercado e esporte:

Na última terça-feira, o presidente vascaíno Alexandre Campello visitou a sede da Havan, em Santa Catarina, para tratar com Luciano Hang de um possível patrocínio. O empresário se interessou em expor sua marca no uniforme do time carioca após um grupo de torcedores subir a *hashtag* #HavanNoVasco. No mundo ideal, instituições esportivas rejeitariam investimentos de empresas com as quais não partilham valores. No sistema mercantilista do futebol, porém, dinheiro está acima da própria história dos clubes. A aproximação entre Vasco e Havan se encaixa nesse contexto.

[...]

O futebol, como outras atividades, obedece à lógica impositiva das relações econômicas, em que dinheiro no bolso não costuma ver cara nem coração. Mas o Vasco, como outros times que simbolizam a paixão pelo esporte mais popular do país, carrega o valor intangível de milhões de torcedores representados por suas cores. Princípios são inegociáveis. Independentemente do desfecho das tratativas com a Havan, o clube sempre deve prevalecer sobre os caprichos de investidores e empresários. (EL PAÍS BRASIL, Havan no Vasco, a história em jogo por um patrocínio¹⁴)

Empresário, presidente, patrocínio, marca, uniforme, investimentos, empresas, sistema mercantilista, dinheiro, aproximação, relações econômicas, investidores, paixão... conjunto de palavras que explicitam toda lógica mercadológica já bastante conhecida do fenômeno esportivo, em que o esporte se torna uma mercadoria simbólica. Pires (1998) argumenta que em relação à mercadorização esportiva ocorre “[...] um aumento no volume do capital empregado para financiar o esporte, o que requer um retorno ampliado (mais lucro) aos proprietários do capital investido, empresários que se utilizam do esporte como mercado e vetor de divulgação dos seus produtos e serviços.” (PIRES, 1998, p. 31).

Também encontramos reportagem que comenta o caso específico de fracasso do modelo clube-empresa; outra que aborda a gentrificação do futebol; sobre jogadores presos por manipular resultados na elite do futebol espanhol; matéria sobre a possibilidade de ascensão social pela via do futebol; além de

¹⁴ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/12/11/deportes/1576098811_301346.html. Acesso em: 27 abr. 2020.

outra que procura compreender por que os clubes brasileiros se endividam tanto. Acrescentamos a esta temática outras 8 (oito) reportagens que deram ênfase à tragédia (cobertura, repercussões, implicações – em que cifras econômicas costumam aparecer nas narrativas) do incêndio no Centro de Treinamento do Flamengo que vitimou 10 jovens atletas em fevereiro de 2019.

A discussão bastante atual – e polêmica – que envolve a tecnologia (e seu fetiche) do VAR, o árbitro de vídeo, apareceu em duas reportagens. Numa reportagem em junho/2019, pouco tempo antes de iniciar a Copa do Mundo de Futebol Feminino, intitulada “Futebol feminino descobre o VAR”, é perceptível identificarmos aspectos de legitimação (com discursos lógicos e encadeados), de dissimulação (ocultando os motivos da quase inexistência de mulheres nos setores esportivos) e, principalmente, de reificação, naturalizando o uso tecnológico como “salvador” e “benfeitor” dos contextos internos das competições esportivas, numa perspectiva de encantamento acrítico. Vejamos:

Descobrir o VAR em uma Copa do Mundo. As 24 seleções também jogarão diante da tela. O torneio que acontece na França é a primeira competição feminina que testará a videoarbitragem. [...]

[...]

April Heinrichs, diretora do Grupo de Estudos Técnicos da FIFA nesta Copa do Mundo [...], também analisa o impacto do VAR: “Como regra geral, em cada Copa entre cinco e 10 gols são duvidosos. Agora acertaremos em todos. Por outro lado, e embora não seja habitual no futebol feminino fingir ou simular em alguma jogada, a honestidade das jogadoras prevalecerá com o VAR. É um sistema que incentiva o espírito esportivo”. Ela também aponta para uma mudança no padrão de jogo que pode afetar a arbitragem: “Acredito esta que será a Copa do Mundo feminina mais rápida da história nas transições da defesa para o ataque e na passagem da posse à perda da bola. Mais razões para contar a ajuda do VAR”. (EL PAÍS BRASIL, Futebol feminino descobre o VAR¹⁵)

Já a segunda reportagem sobre o VAR, publicada em novembro de 2019, “O VAR veio para arruinar o esporte mais precioso de todos os tempos”, como podemos identificar pelo seu título, trata-se de uma entrevista do *El País Brasil* com o jornalista e

¹⁵ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/06/deportes/1559842067_070072.html. Acesso em: 27 abr. 2020.

comentarista esportivo Arnaldo Ribeiro, em que, em uma de suas respostas, sentença:

[...] O VAR amplifica, para o mal, a interferência da arbitragem no jogo de futebol, que é o esporte mais sagrado de todos os tempos, sob a égide da justiça, que é bem discutível. Ele aumenta o número de intervenções, interrompe o jogo, entra em lances interpretativos que não são capazes de serem elucidados. O VAR nasceu errado. As tentativas de adoção dele com parcimônia em ligas mais estruturadas, como a Premier League, talvez suavizem, mas ao mesmo tempo evidenciam os limites do árbitro de vídeo. Se o VAR veio para ficar, ele veio para arruinar o esporte mais precioso de todos os tempos. (EL PAÍS BRASIL, “O VAR veio para arruinar o esporte mais precioso de todos os tempos”¹⁶)

Há todo um discurso conservador em relação à defesa de um “futebol puro”, “justo” e “mágico”, que não apresenta limitações, incongruências e injustiças, como uma modalidade que não pode ser “tocada” porque não pode ser alterada. Embora seja uma entrevista, as respostas do sujeito entrevistado reforçam discursos ideológicos com elementos legitimadores (do futebol e sua meritocracia), com elementos dissimuladores (que ocultam a dominação do capital econômico diante do capital futebolístico), a unificação e a fragmentação, e, principalmente, o elemento de reificação, naturalizando o conservadorismo do futebol.

• **Homofobia e Preconceitos/assédio sexual**

Identificamos 12 (doze) reportagens que tematizaram episódios e discussões em torno da homofobia e de preconceitos e assédio sexual envolvendo jogadores e clubes. Uma das reportagens mais explícitas que pautou a homofobia no futebol brasileiro apresentou o jogador Flávio, do Bahia, ao se encorajar e se orgulhar em vestir a camisa cuja numeração “assusta” a maioria dos jogadores homens, a de número 24, um tabu historicamente associado à homossexualidade pela sua relação com o número no jogo do bicho.

Assim, na reportagem de Breiller Pires, “‘Vesti a camisa 24 com muito orgulho’, diz jogador do Bahia após usar ‘número proibido’ pela homofobia” é possível identificarmos uma construção simbólica (discursiva) que confronta uma prática cultural

¹⁶ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/07/deportes/1570476377_375331.html. Acesso em: 27 abr. 2020.

sedimentada historicamente, ou seja, uma depreciação à masculinidade simplesmente pelo uso de uma numeração.

Ao divulgar a ação, o departamento de ações afirmativas do clube lembra que o 24 é tratado como “número proibido” e “gatilho para a homofobia” não apenas no contexto do esporte, citando, por exemplo, a manifestação implícita de preconceito no Senado, que excluiu os Algarismos da numeração dos gabinetes entre 2015 e 2019.

Flávio, um dos líderes do elenco do Bahia, dono da camisa 5, planeja utilizar a 24 no restante da temporada. “Número de camisa não afeta em nada minha masculinidade nem meu desempenho dentro de campo. Infelizmente, existe essa conotação negativa em torno do 24. Mas me deu sorte, saímos com a vitória e quero que seja meu número daqui pra frente.” [...]

(EL PAÍS BRASIL, “Vesti a camisa 24 com muito orgulho”, diz jogador do Bahia após usar ‘número proibido’ pela homofobia¹⁷)

Identificamos, neste caso em específico, um discurso progressista que procura deslegitimar uma prática vinculada a uma masculinidade no universo esportivo, ao mesmo tempo expõe uma certa desnaturalização dessa mesma prática. Apesar de visualizarmos uma posição crítica do *El País Brasil*, cuja narrativa procura transformar práticas discursivas (jornalísticas) em espaços de respeito às diversidades a partir de fatos comuns do cotidiano do contexto esportivo – permeado de discursos legitimadores, unificadores e reificadores, quando retomamos os elementos que estruturam um discurso ideológico dominante – consideramos que não há como o *El País Brasil* não mostrar o discurso do tempo presente, não sendo mais possível defender práticas conservadoras como o fato de não vestir uma camiseta com o número 24 porque está associado a uma suposta homossexualidade.

Entretanto, evidencia-se uma superficialidade discursiva de não avançar para além da explanação do problema e da exemplificação do caso: depois deste caso, passou a ser comum os jogadores vestirem a camiseta de número 24? Nos corredores do senado federal, passou a ter a sala de número 24? Verificamos, então, certas limitações e questões que embora apontem

17 Disponível em: <https://brasil.elpais.com/esportes/2020-01-30/vesti-a-camisa-24-com-muito-orgulho-diz-jogador-do-bahia-apos-usar-numero-proibido-pela-homofobia.html>. Acesso em: 27 abr. 2020.

aspectos discursivos progressistas, no plano do cotidiano não avançam tanto, há uma certa manutenção da ordem.

Outro exemplo de reportagem do *El País Brasil* em relação à homofobia é o texto também de Breiller Pires, “Com homofobia não tem jogo”, em que o jornalista aponta o fato inédito ocorrido no Campeonato Brasileiro de Futebol em 2019:

Neste domingo [27 de agosto de 2019], o futebol brasileiro, pródigo em polêmicas fugazes que se repetem a cada fim semana, presenciou um fato inédito em sua história. Aos 19 minutos do segundo tempo, o árbitro Anderson Daronco interrompeu o duelo entre Vasco e São Paulo, quando parte da torcida vascaína cantava “time de viado” nas arquibancadas de São Januário para provocar os rivais. Foi a primeira vez que a arbitragem paralisou um jogo por causa de cânticos homofóbicos. Após serem notificados, jogadores e o técnico da equipe carioca, Vanderlei Luxemburgo, acenaram do campo para que os torcedores não entoassem mais os gritos ofensivos. (EL PAÍS BRASIL, Com homofobia não tem jogo¹⁸)

Nesse mesmo movimento que se opõe às práticas homofóbicas no futebol, consta também textos como “A resposta histórica do Fluminense à homofobia”, “Um manifesto tardio, porém necessário, do São Paulo contra a homofobia”; além de reportagens que expõem as jogadoras de futebol, tanto da seleção brasileira como a grande estrela do futebol feminino mundial, Megan Rapinoe, dos EUA.

Quanto aos preconceitos e questões envolvendo assédio sexual, foram produzidas e veiculadas reportagens como “Atletas fazem de 2019 o ano da luta contra o preconceito”, “Os ‘times do povo’ que rejeitam o povo”, “Manchester City indenizará jogadores que foram vítimas de abuso sexual no clube”, “Negar favela é insulto à vocação popular do Flamengo”, e também “‘Malhação’ joga luz sobre o abuso sexual no futebol”.

Observando tais reportagens e a temática da homofobia no esporte, retomamos a pesquisa de Leal & Johnson (2019), para os quais há um conflito entre a percepção de quem lê o *El País Brasil* e o próprio autoposicionamento do referido veículo. Ou seja, por termos, no Brasil, uma indústria cultural tão forte e homogênea ideologicamente (*FSP, Globo, Estadão* etc.), quando acessamos e

¹⁸ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/26/deportes/1566852465_773027.html. Acesso em: 27 abr. 2020.

nos informamos por um outro periódico de espectro de centro, como se considera o *El País Brasil*, a impressão que temos é que é algo muito progressista, como se houvesse uma “outra ideologia”, confundindo-nos a ponto de pensarmos que a ideologia seja “neutra”.

Considerações finais

Horkheimer e Adorno (1985), ao descreverem o funcionamento do que chamaram de “Indústria Cultural”, argumentaram sobre o caráter ideológico da produção da cultura em modelo fordista. Serialização, padronização, repetição do sempre o mesmo serviriam tanto para produzir carros, como filmes ou notícias. Realizada a produção simbólica nos padrões da produção industrial, seria necessário compreender o caráter de dominação de tal processo. A pergunta, já clássica, era como as pessoas poderiam agir contra seus próprios interesses.

A noção de ideologia como falsa consciência grassava, mas não foi esse o caminho seguido pelos autores. Em sua análise da sociedade, perceberam que ideologia e realidade se confundiam e era preciso entender as forças postas em jogo naquele momento histórico. É com a análise da indústria cultural que algumas respostas se apresentaram e que aqui vão formar os argumentos que consideramos necessários para compreender o papel ideológico do *El País Brasil* apesar de sua capa progressista, deixado de lado seu evidente interesse econômico e desejo de lucro.

Muito sucintamente, quando o periódico lança mão dos grandes atletas ou eventos excepcionais, o que ocorre na maior parte das reportagens, sobre os quais temos acesso apenas como espectadores/consumidores, cria o efeito de identificação descrito por Horkheimer e Adorno (1985) quando trataram do cinema. Assim como a mocinha dos filmes, que deve ser ao mesmo tempo inatingível e parecer com todas as mulheres, provocando o efeito de passividade diante de tal figura, o modo de articulação de notícias apoiada em ídolos esportivos têm efeito semelhante. Identificação e mímeses operam no sentido de, ao confirmarem a cumplicidade, agirem no sentido de aniquilar o

ego, produzindo a passividade necessária à imobilidade de ação que estrutura o poder. O particular dissolve-se no universal¹⁹.

Por outro lado, o periódico acaba por reforçar uma das formas de dominação que sustentam o capitalismo tardio, qual seja, a meritocracia. As reportagens fortalecem os efeitos de dominação na medida em que aqueles que falam, ou dos quais se fala, tem papel de destaque na esfera esportiva, portanto no espaço social, reproduzindo a hierarquia social mesmo que através de posições que, no Brasil, soam progressistas. É na identificação passiva com a mocinha que a dona de casa se conforma com sua vida, assim também se dá com os ídolos esportivos. A Indústria Cultural promete tudo, mas não entrega nada. Assim também o jornalismo: fala de tudo, mas não muda nada.

Referências

ABIB, Tayane Aidar. O expediente argumentativo no jornalismo de Eliane Brum: análise das colunas ao El País Brasil. CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 40., 2017, Curitiba/PR. **Anais...** Curitiba/PR: Intercom, 2017. 16 p. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-0333-1.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2020.

ALMEIDA, Paulo Henrique Soares de. Brasil e o olhar estrangeiro na Copa do Mundo: análise das narrativas do El País. **REB – Revista de Estudios Brasileños**, v. 3, n. 5, 2º sem. 2016, p. 42-54. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5683355>. Acesso em: 22 abr. 2020.

BARRERE, Luana Lisboa; ALMEIDA, Julia Maria Costa de. Uma análise discursiva crítica das representações do Brasil e do brasileiro no discurso do jornal *El País*. **Miguilim – Revista Eletrônica do Netlli**, Crato/CE, v. 6, n. 1, p. 58-81, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://periodicos.urca.br/ojs/index.php/MigREN/article/view/1278>. Acesso: 23 abr. 2020.

BETTI, Mauro. **Janela de vidro: esporte, televisão e educação física**. Campinas: Papirus, 1998.

BITTENCOURT, Maria Clara Aquino. A construção da figura política de Bolsonaro no *El País*: um exercício metodológico para análise sobre produção de sentido no jornalismo. **Galaxia**, São Paulo, n. 43, jan./abr. 2020, p. 168-187. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-25532020000100168. Acesso: 23 abr. 2020.

CABRAL, Vitória Teixeira; PRADO, Vagner Matias do. Gênero e esporte: análise de reportagens sobre a participação de mulheres nos Jogos Olímpicos do Rio

¹⁹ Para saber sobre a relação entre teoria crítica e psicanálise, ver Rouanet (1989).

Esporte e ideologia no periódico on-line El País Brasil

de Janeiro. **Arquivos em Movimento**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 15, jan./jul. 2019, p. 169–188.

CUNHA JUNIOR, C.F. da; MELO, V.A. de. Homossexualidade, educação física e esporte: primeiras aproximações. **Movimento**, ano III, n. 5, p. 18–24, 1996/2. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/2229/937> Acesso em: 10 abr. 2020.

ECO, Umberto. A falação esportiva. In: ECO, Umberto. **Viagem na irrealdade cotidiana**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p. 220–226.

FARIA, Juliana Gomes de. **Brasil: uma visão da imprensa espanhola sobre o país**: como o jornal espanhol *El País* cobre o Brasil. 2010. 42 f. TCC (Graduação) – Curso de Bacharel em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo, Faculdade de Tecnologia e Ciências Aplicadas, Centro Universitário de Brasília – UNICEUB, Brasília/DF, 2010

FREIRE, Débora; FERNANDES, David. Midiatização nas redes sociais digitais como valor-notícia: o ingresso da *fake News* 'kit gay' na pauta do *El País*. SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISAS EM MUDIATIZAÇÃO E PROCESSOS SOCIAIS, 3., 2019, São Leopoldo. **Anais...** São Leopoldo/RS: PPGCC–Unisinos, 2019. 20p. Disponível em: <https://midiaticom.org/anais/index.php/seminario-midiatizacao-artigos/article/download/260/254>. Acesso em: 23 abr. 2020.

GALON, Tanyse. Abordagem jornalística do tema suicídio na sociedade contemporânea. **Núcleo de Pesquisa em Comunicação Social da UNAERP**, Ribeirão Preto/SP, n. 9, jun. 2018, p. 92–111. Disponível em: <http://revistas.unaerp.br/inrevista/article/view/1391>. Acesso: 23 abr. 2020.

GHENO, Nicholas Nicolau. **A economia brasileira no Portal *El País Brasil***: uma análise de conteúdo do primeiro semestre de 2017. 2017. 147 f. TCC (Graduação) – Curso de Jornalismo, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre/RS, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1996.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. **Dialética do Esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

LEAL, Paulo Roberto Figueira; JOHNSON, Telma Sueli Pinto. O jornalismo da edição brasileira do *El País* no contexto da oligopolização midiática: dissonâncias entre percepção do público e autoposicionamento. **Líbero – Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero**, ano XXII, n. 43, jan./jun. 2019, p. 14–28.

PIRES, G. De L. Breve introdução ao estudo dos processos de apropriação social do fenômeno esporte. **Revista da Educação Física UEM**, vol. 9, n. 1. p. 25–34, 1998.

ROUANET, Sérgio P. **Teoria Crítica e Psicanálise**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. **Dicionário de Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

Esporte e ideologia no periódico on-line El País Brasil

SANFELICE, Gustavo Roese. **Processos midiáticos no campo esportivo**. Curitiba: Appris Editora, 2018.

SANTOS, Fabiane Almeida; VILLELA, Cícero Costa. O discurso do *El País* e a produção de sentidos durante o projeto Redenção na Cracolândia em 2017. CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, 23., 2018, Belo Horizonte/MG. **Anais...** Belo Horizonte/MG: Intercom, 2018. 12 p. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/sudeste2018/resumos/R63-0347-1.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2020.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais – a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1995.

VIVAR, Jesús Miguel Flores; ABIB, Tayane Aidar. O expediente da argumentação no jornalismo de Eliane Brum: análise de suas colunas ao *El País* Brasil. **Comunicação & Inovação**, São Caetano do Sul, v. 19, n. 40, p. 24-38, mai./ago. 2018. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/5175/0 Acesso: 24 abr. 2020.

ZIZEK, Slavoj (org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

COPA DO MUNDO DE CLUBES DA FIFA (2010–2017): REPRODUÇÃO DA COLONIALIDADE SOB A PERSPECTIVA DO SISTEMA–MUNDO MODERNO

Juliano Oliveira Pizarro¹

Carmen Silvia de Moraes Rial²

Luiz Carlos Rigo³

Resumo

A partir da teoria da Economia Política dos Sistemas Mundo, com um breve diálogo com as teorias pós-coloniais e decoloniais, a pesquisa visa identificar como ocorre a concentração do capital no futebol, analisando as dinâmicas do sistema-mundo e a transformação do jogador em mercadoria, principalmente o fluxo de transferência de jogadores dos países periféricos aos países do centro global, seguindo a lógica colonial. Assim, o estudo pretende contribuir para o entendimento da globalização no futebol, abordando aspectos contemporâneos para entender a espacialização do fenômeno ao redor do mundo, baseado na teoria do sistema-mundo moderno, observando o fluxo de atletas nas Copas do Mundo de Clubes de futebol masculino entre os anos de 2010–2017.

Palavras-chave: Futebol; Economia Política Internacional; Colonialidade; Sistema–Mundo Moderno.

FIFA Club World Cup (2010–2017): reproduction of coloniality from the perspective of the Modern World–System

Abstract

From the Theory of Political Economy of World Systems, in a brief dialogue with postcolonial and decolonial theories, the research aims to identify how does the concentration of capital in football, analyzing the dynamics of the world-system and the transformation of player in merchandise, especially the players transfer of the peripheral countries to the global center countries, following the colonial logic. Thus, the study aims to contribute to the understanding of

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina com período de Doutorado Sanduíche na Universidade de Aveiro (Portugal) no Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, mestre em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas, graduado em Educação Física Licenciatura pelo Centro Universitário Claretiano. E-mail: jopizarro@hotmail.com

² Professora titular da Universidade Federal de Santa Catarina, pesquisadora do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), dirige o Núcleo de Antropologia Visual / Grupo de Pesquisa em Antropologia Urbana (NAVI / GAUM). Ela obteve seu doutorado na Universidade de Paris V - Sorbonne. Rial é Presidente do Conselho Mundial de Associações Antropológicas (WCAA), co-Presidente da União Antropológica Mundial (WAU) e ex-presidente da Associação Brasileira de Antropologia. Seu trabalho se concentra nos temas de esporte, migração transnacional e gênero e globalização cultural. E-mail: rial@cfh.ufsc.br

³ Professor titular da Universidade Federal de Pelotas na Escola Superior em Educação Física e no Programa de Pós-Graduação em Educação Física. Possui graduação (Licenciatura) Em Educação Física pela Universidade Federal de Santa Maria (1987), mestrado em Ciências do Movimento Humano pela Universidade Federal de Santa Maria (1993), doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2001), Pós-doutorado em Educação pela Universidade de Barcelona (2011 - 2012) e Pós-doutorado no Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da UFSC (2016-2017). E-mail: rigoperini@gmail.com

globalization in football, addressing contemporary aspects to understand the spatial distribution of the phenomenon around the world, based on the theory of the modern world-system, observing the flow of athletes in the World Cup men's soccer clubs in the years 2010–2017.

Keywords: Football; International Political Economy; Coloniality; System-Modern World.

1. Introdução

Em um mundo globalizado, raízes do colonialismo de alguns séculos ainda permanecem vivas na sociedade, o que justifica estudar o pós-colonialismo como perspectiva intelectual, entendendo este como a continuidade do colonialismo nos dias de hoje e nas diversas dimensões da vida social: no ponto de vista político, mas também do ponto de vista econômico, cultural e, conseqüentemente, do ponto de vista epistemológico, de forma intrínseca, chamada de colonialismo interno (González Casanova, 2007: 7). A partir disso, também surgem os estudos decoloniais, que buscam acabar com as formas coloniais de pensamento, principalmente na versão eurocentrista. Em suma, a perspectiva pós-colonialista, visa quebrar a epistemologia do conhecimento criada e reproduzida ao longo dos séculos (QUIJANO, 2005, p. 119).

A marca do mundo moderno é a imaginação de seus benefícios e sua refutação pelos oprimidos. A exploração e a negativa em aceitar a exploração como inevitáveis, ou justas, constitui a perene antinomia da era moderna, unidas em uma dialética, que está longe de alcançar sua culminância no século XX (WALLERSTEIN, 1974). A Perspectiva ou Análise dos Sistemas-Mundo, analisa a formação do capitalismo nos últimos cinco séculos como um sistema de alcance global e que tem suas expressões nas esferas econômica, política, social e cultural. Segundo Wallerstein (2001, p. 19), ao longo da formação desse sistema, houve mudanças nos centros hegemônicos do capitalismo, mas preservando posições centrais e periféricas. Diante disso, o sistema sempre foi uma economia-mundo baseada em trocas desiguais.

Para compreender esse mecanismo, observa-se a própria estrutura da economia-mundo, na divisão entre o espaço da economia (uma divisão social mundial do trabalho em nome da acumulação incessante de capital) e o espaço da política (organizado em torno de Estados, cada qual com responsabilidade autônoma por decisões políticas) (WALLERSTEIN, 2001, p. 29). Em busca incessante por mão-de-obra mais barata e maiores lucros, o sistema-mundo

moderno avançou pelo mundo afora e alcançou praticamente todas as esferas da vida social. O futebol não ficou de fora: se tornou um espaço de acumulação de capital e uma atividade global.

Nessa perspectiva, a pesquisa tem o intuito de identificar como ocorre a concentração do capital, analisando as dinâmicas do sistema-mundo e a transformação do jogador em mercadoria, principalmente o fluxo de transferência de jogadores dos países periféricos aos países do centro global, seguindo a lógica colonial. Assim, o estudo visa contribuir para o entendimento da globalização no futebol, abordando aspectos contemporâneos para entender a espacialização do fenômeno ao redor do mundo, baseado na teoria do sistema-mundo moderno, observando o fluxo de atletas nas Copas do Mundo de Clubes de futebol masculino entre os anos de 2010–2017.

2. Aspectos Gerais dos Estudos Pós-Coloniais e Decoloniais

Como epistemologia, ética e política, o campo da pós-colonialismo aborda a política do conhecimento através dos fatos que constituem a identidade pós-colonial após a descolonização de um povo. Alguns fatores derivam de uma lógica colonial, mas principalmente a geração de conhecimento cultural do colonizador sobre os povos colonizados, e o modo de aplicação desse conhecimento cultural para subjugar um povo não-europeu em uma colônia de determinado país europeu.

Nesse sentido, é importante o colonialismo interno de Pablo González Casanova (2007, p. 2), o qual afirma que o “pós-colonialismo é um conjunto de teorias que analisam os efeitos políticos, filosóficos, artísticos e literários deixados pelo colonialismo nos países colonizados. A teoria pós-colonial tornou-se conhecida nos anos 1970, a partir do livro “Orientalismo” de Edward Said, tido como a obra fundadora, descrevendo a relação social com o qual a Europa Ocidental intelectualmente dividiu o mundo em “Ocidente” e “Oriente”. O autor desenvolveu as denotações e conotações do termo “orientalismo”, principalmente como sendo a figura do “outro” (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 19–21). Mas ainda há outros autores que podem ser considerados pioneiros, tais como Frantz Fanon (1965), quem, em “Os condenados da terra”, analisa clinicamente a natureza do colonialismo como essencialmente destrutivo, pois seus efeitos sociais – a imposição de uma identidade

colonial subjugada – são prejudiciais para a saúde mental dos povos de cor que foram subjugados em colônias. ”

Ao estabelecer a definição pós-colonial do termo subalterno, a filósofa e teórica Gayatri Spivak, autora da famosa obra “Pode o subalterno falar?”, argumenta que povos subalternos nunca podem expressar suas formas de conhecimento (pensamento, raciocínio, linguagem), devendo, em vez disso, estar em conformidade com as formas ocidentais de conhecimento do mundo. Ainda, em “Provincializing Europe”, Dipesh Chakrabarty traçou a história subalterna da luta pela independência indiana, e rebatendo o pensamento eurocentrista, propôs que a Europa Ocidental simplesmente fosse considerada culturalmente igual às outras culturas do mundo (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 20–22).

Já decolonialidade não é apenas o processo de descolonização de um povo. Decolonialidade é termo usado principalmente por um movimento latino-americano emergente que tem como foco entender a modernidade no contexto de uma forma de teoria crítica aplicada a estudos étnicos. Ele foi descrito por Walter Dignolo (2005) como sendo opções analíticas e práticas que confrontam e desvinculam a matriz colonial de poder. Pode ser contrastado com a colonialidade que é “a lógica subjacente da fundação e desdobramento da civilização ocidental desde a Renascença até hoje”, referida como a matriz colonial de poder ou de colonialidade do poder. Embora a colonização formal e explícita terminou com a descolonização da maioria dos países do continente americano durante o século XIX, e com a descolonização de grande parte do sul global no final do século XX, surgiram novas formas de colonização, através da sistemática neoliberal, imperialista e globalizada, a qual perpetuou as desigualdades, principalmente sob o ponto de vista econômico.

3. O Sistema-Mundo Moderno

A economia-mundo é o sistema social (histórico) que surgindo na Europa no século XVI se expandiu por todo o globo terrestre. Seus componentes são o subsistema interestatal formado pelos Estados nacionais e o subsistema econômico, constituído pelas cadeias mercantis mundiais que perpassam os territórios daqueles Estados. No século XVII, com o tratado de Westphalia, constitui-se formalmente o sistema interestatal. Os Estados nacionais são, portanto, unidades políticas, formalmente autônomas e soberanas,

nos quais, o conjunto de instituições (executivo, judiciário, parlamento) que formam o aparelho de poder. Mas cada Estado atua ou exerce sua soberania como parte do subsistema interestatal. Esse grupo de Estados compõe o centro da economia-mundo, daí para baixo localizam-se os Estados com menor quota da riqueza e do poder mundiais: Estados semiperiféricos e periféricos.

No entanto, o sistema é dinâmico, em parte como resultado das revoluções em tecnologia de transporte, e os Estados individuais podem ganhar ou perder o status de núcleo (semiperiferia, periferia) ao longo do tempo. Como exemplo, se constatou que por um determinado tempo, alguns países foram hegemônicos durante os últimos séculos, mas como o sistema-mundo se estendeu geograficamente, intensificando sua atividade economicamente, esse status passou da Holanda para o Reino Unido e, mais recentemente, para os Estados Unidos.

Immanuel Wallerstein desenvolveu a análise de sistemas-mundo, começando na década de 1970. Para ele, (WALLERSTEIN, 2005, p. 27), a ascensão do capitalismo foi resultado da longa crise do feudalismo, em que a Europa utilizou seu controle sobre a maior parte do mundo, conquistando vantagens econômicas, presidindo o desenvolvimento e propagando a industrialização e o capitalismo que, de forma indireta, resultou em um desenvolvimento desigual.

Como movimento epistemológico, a Análise dos Sistemas-Mundo é, sobretudo, uma perspectiva analítica que visa transcender as estruturas do conhecimento herdado do século XIX. Sua visão é a de que se deve inventar uma nova linguagem, transcendendo as ilusões sociais, econômicas e políticas impostas pelos colonizadores através da alienação de mundos biofísicos. Numa análise desse sistema mundo, Restrepo e Rojas (2010, p. 72) dizem que:

Como resultado de la consolidación del sistema-mundo moderno, Europa vivió grandes transformaciones. Tal vez la de mayor incidencia tiene que ver con la legitimación de un sistema altamente desigual, tanto al interior de las sociedades europeas, como en las colonias establecidas al otro lado del Atlántico, en la naciente América. El lugar que ganó Europa en el contexto del sistema naciente la llevó a ser el centro del poder en el contexto mundial durante los siguientes siglos.

O subsistema econômico formou-se em estreita relação com o subsistema interestatal, que é composto pela rede de cadeias

mercantis mundiais. Uma cadeia mercantil é conjunto de atividades necessárias para que uma mercadoria seja produzida e consumida. Abarca, portanto, desde a produção da matéria-prima, equipamentos, até o consumo. A extensão espacial da economia-mundo é dada pela extensão das cadeias mercantis.

Os diversos nódulos que compõem uma cadeia mercantil apresentam diferentes rentabilidades, as quais são inversamente proporcionais à competição verificada neste nódulo. Ao se concentrarem em diferentes regiões do globo, os nódulos de alta, média e baixa rentabilidade acabam segmentando a economia-mundo em três regiões econômicas: centro, semiperiferia e periferia, as quais coincidem em grande parte com certo grupo de Estados: os centrais, os semiperiféricos e os periféricos. Por abrigarem a maior parte das atividades de alta rentabilidade, os países centrais se apropriam da maior ou de grande parte da riqueza produzida ao longo da cadeia.

O sistema-mundo moderno é heterogêneo em termos culturais, políticos e econômicos, possuindo grandes diferenças de desenvolvimento civilizacional, acumulação de capital e poder político. Immanuel Wallerstein (2005, p. 47) atribui estas diferenças à própria natureza do sistema-mundo. Outro autor importante nos estudos do sistema-mundo é Giovanni Arrighi, com sua trilogia de livros sobre o tema: “O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo”, “Caos e governabilidade no moderno sistema mundial” e “Adam Smith em Pequim: Origens e Fundamentos do Século XXI”. Arrighi (1996, p. 27) considera que a hegemonia está ligada à competência de um Estado para exercer funções de liderança e governo.

Arienti e Filomeno (2007, p. 105) versam que “o capitalismo expandiu-se territorialmente para integrar novas áreas sob seu domínio. Essa expansão realizou-se por meio de capitais respaldados pelos Estados nacionais. Paralelamente à formação da economia-mundo capitalista, havia também a manutenção e o acirramento da rivalidade entre os Estados nacionais, não mais movidos apenas pela pilhagem ou pela conquista territorial para arrecadação de tributos, como era esperado na expansão de um império, mas para apoiar os seus capitais, organizar uma divisão do trabalho mais ampla, garantir condições de monopólio para seus capitais e, com isso, gerar maiores rendas e arrecadar tributos”.

O sistema internacional oscila entre momentos de caos e governabilidade, sendo esta derivada de um poder hegemônico

que exerce papel central na economia-mundo e o caos decorrente da crise hegemônica, ou seja, uma escalada da competição e dos conflitos que ultrapassa a capacidade reguladora das estruturas existentes (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 42). No que tange à análise histórica, iniciou-se com o domínio holandês no século XVII, após ele houve domínio inglês no século XIX e, por fim, o norte-americano no século XX. Em contrapartida, percebe-se a ascensão do Leste da Ásia como “o centro mais dinâmico dos processos de acumulação de capital” em que a China exerce o papel central. Em “Adam Smith em Pequim: Origens e fundamentos do Século XXI”, Arrighi (2008) busca uma explicação teórica e histórica para o ressurgimento econômico e político da Ásia Oriental, que tem a China como centro dinâmico.

Contudo, dentro dessa sistemática, o centro ainda é a área de grande desenvolvimento tecnológico, sendo a periferia a área que fornece matérias-primas, produtos agrícolas e força de trabalho barata. Em razão disso, a troca econômica entre periferia e centro é desigual, já que a periferia tem de vender barato os seus produtos enquanto compra caro os produtos do centro.

4. Modernidade, Colonialidade e Futebol

Nesse sentido, o futebol mostra essa lógica através do seu mercado, o qual gira verdadeiras fortunas nos países de centro (e, muitas vezes, também nos de periferia). Grandes atletas de países periféricos, ou também chamado sul global, acabam indo jogar na Europa ou em países do norte global. Buscou-se entender os paradigmas sociais, culturais, políticos e econômicos no contexto da produção de bens simbólicos enquanto mercadorias, percebendo a estrutura da economia política no futebol, de forma que se entenda como as relações ocorrem na prática.

Foi feita a coleta de dados dos atletas que disputaram a Copa do Mundo de Clubes da FIFA, no futebol masculino, dos anos de 2010 até 2017, onde havia representantes de todos os continentes, onde o campeão de cada continente e do país sede disputavam o evento. Foi analisado a origem dos atletas de cada equipe, buscando entender a lógica do mercado do futebol masculino, como se dá o fluxo de atletas entre os continentes.

Copa do Mundo de Clubes da FIFA (2010-2017): reprodução da colonialidade

MUNDIAL DE CLUBES 2010								
Equipes	Atletas	Nacionais	Estrangeiros					
			América Latina	África	Ásia	Oceania	Europa	América do Norte
Inter (BRA)	23	20	3					
Hekari (PNG)	23	11				12		
Al Wahda (EAU)	23	19	3	1				
Inter (ITA)	23	5	8	4			6	
Mazembe (CON)	23	19		4				
Pachuca (MEX)	23	15	6					2
Seongnam (COR)	23	20	1			1	1	

MUNDIAL DE CLUBES 2011								
Equipes	Atletas	Nacionais	Estrangeiros					
			América Latina	África	Ásia	Oceania	Europa	América do Norte
Al-Sadd (CAT)	23	18	1	3	1			
Auckland City (NZL)	23	15	2				6	
Barcelona (ESP)	23	14	7	1			1	
Espérance (TUN)	23	19		4				
Kashiwa (JAP)	23	19	2		2			
Monterrey (MEX)	23	18	5					
Santos (BRA)	23	22	1					

MUNDIAL DE CLUBES 2012								
Equipes	Atletas	Nacionais	Estrangeiros					
			América Latina	África	Ásia	Oceania	Europa	América do Norte
Al-Ahly (EGT)	23	22		1				
Auckland City (NZL)	22	12	2		1	1	6	
Chelsea (ING)	23	8	4	2			9	
Corinthians (BRA)	23	21	2					
Monterrey (MEX)	23	18	5					
Sanfreccese (JAP)	23	21			1		1	
Ulsan Hyundai (COR)	23	20	3					

Copa do Mundo de Clubes da FIFA (2010–2017): reprodução da colonialidade

MUNDIAL DE CLUBES 2013								
Equipes	Atletas	Nacionais	Estrangeiros					
			América Latina	África	Ásia	Oceania	Europa	América do Norte
Al-Ahly (EGT)	22	22		1				
Atlético Mineiro (BRA)	23	23						
Auckland City (NZL)	23	10	1		1	2	9	
Bayern München (ALE)	23	11	3				8	1
Guangzhou (CHI)	23	18	3		1			
Monterrey (MEX)	23	16	7					
Raja Casablanca (MAR)	23	19		4				

MUNDIAL DE CLUBES 2014								
Equipes	Atletas	Nacionais	Estrangeiros					
			América Latina	África	Ásia	Oceania	Europa	América do Norte
Auckland City (NZL)	23	9	1	1	2	1	9	
Cruz Azul (MEX)	23	19	4					
Sétifiene (ARL)	23	21		2				
Tétouan (MAR)	23	20		1			2	
Real Madrid (ESP)	22	10	4				8	
San Lorenzo (ARG)	23	22	1					
Wanderers (AUS)	23	18	1	1			3	

Copa do Mundo de Clubes da FIFA (2010–2017): reprodução da colonialidade

MUNDIAL DE CLUBES 2015								
Equipes	Atletas	Nacionais	Estrangeiros					
			América Latina	África	Ásia	Oceania	Europa	América do Norte
Auckland City (NZL)	23	11	1		2	1	8	
Barcelona (ESP)	23	11	8				4	
River Plate (ARG)	23	18	5					
América (MEX)	23	14	9					
Mazembe (CON)	23	6		17				
Guangzhou (CHI)	23	17	5		1			
Sanfrecce (JAP)	23	21	1				1	

MUNDIAL DE CLUBES 2016								
Equipes	Atletas	Nacionais	Estrangeiros					
			América Latina	África	Ásia	Oceania	Europa	América do Norte
Auckland City (NZL)	23	10	1		2	1	9	
Real Madrid (ESP)	23	10	5				8	
Atlético Nacional (COL)	23	19	4					
América (MEX)	23	11	11					1
Mamelodi Sundowns (AFS)	23	16	2	5				
Jeonbuk (COR)	23	21	2					
Kashima Antlers (JAP)	23	20	2		1			

MUNDIAL DE CLUBES 2017								
Equipes	Atletas	Nacionais	Estrangeiros					
			América Latina	África	Ásia	Oceania	Europa	América do Norte
Auckland City (NZL)	23	11	1		2	1	8	
Real Madrid (ESP)	23	11	3	1			8	
Grêmio (BRA)	23	21	2					
Pachuca (MEX)	23	15	6		1			1
Wydad Casablanca (MAR)	23	20		3				
Al Jazira (EAU)	23	19	1	2	1			
Urawa Reds (JAP)	23	20	2				1	

Elaboração própria. Fonte: Fifa, 2020.

A primeira análise feita é sobre o número de atletas do sul-global presentes em equipes do mundo inteiro. Das 56 equipes analisadas apenas uma do chamado norte-global não possuía atletas latino-americanos ou africanos, o que já demonstra como há um fluxo grande de atletas do sul global para esses continentes.

Outra análise é o número irrisório de jogadores do norte-global que jogam por equipes do sul-global, de 1.288 apenas 6 atletas (2 europeus e 4 norte-americanos) representando 4 equipes. Em contrapartida, observando apenas as equipes europeias, são 50 atletas latino-americanos e africanos, isso sem contar as variáveis como, por exemplo, o limite que a UEFA (confederação europeia de futebol) permite para jogadores estrangeiros, o que acarretar em um número muito maior. Mosco (apud SANTOS, 2014, p. 570) afirma que “o uso do poder político e econômico contém um valor consideravelmente explicativo para compreender o êxito da mercantilização. O processo reduz os recursos, o tempo e o espaço disponíveis para as alternativas, pelo que a mercantilização se percebe não como um processo de poder senão como a ordem natural, o sentido comum, a realidade da vida social. O poder institucional, que fomenta uma lógica e elimina as alternativas, é central para a construção da hegemonia. Porém existe também a questão do vínculo entre o valor de uso e o valor de troca. Para o valor de troca, amplia não apenas ao minar os valores de uso e de não mercadoria, senão também ao usar estes valores para realizar

seu próprio atrativo e, no processo, ao transformar os valores de uso em valores de troca. ”

Ainda, se contar países do norte-global, como Japão, Nova Zelândia, Austrália, Coreia do Sul, Catar e Emirados Árabes, aumenta em mais 36 o número de atletas latino-americanos e africanos. Outro dado interessante é o crescimento de jogadores do sul-global no mercado chinês, que vem expandindo e é um ator de extrema relevância para ser analisado nas teorias do Sistema-Mundo.

5. Considerações Finais

O caráter de difusão do esporte, principalmente através do transnacionalismo que o futebol traz consigo, em especial com a globalização, evidencia uma mudança de paradigmas no atual sistema-mundo, em que a cada ano se passa a ter a transferência de bons jogadores para determinados países da periferia para o centro. O futebol mudou e se desenvolveu durante os anos diante das transformações vivenciadas no modo de produção capitalista, com vários fatores em volta da indústria do espetáculo.

A partir dessa lógica, com uma ideia crítica à economia política internacional, a pesquisa buscou analisar o futebol como um instrumento que evidencia essas dinâmicas no sistema-mundo moderno. Nesse contexto, em meio a desigualdade no desenvolvimento do futebol em relação às seleções nacionais e entre clubes, onde há a apropriação por entidades paraestatais, criando regras para competições “igualitárias”, como defendia o capitalismo liberal. Bolaño (apud SANTOS, 2014, p. 565) aponta que há um processo de edificação de uma ordem esportiva que, partindo do mundo da vida, sobrepõe-se a ele e o coloniza.

Apesar disso, existem contradições do capital no que tange às atividades esportivas, principalmente se tratando de futebol. O esporte gera produtos a serem repassados para o restante do mundo, inclusive em países periféricos, a ponto de os europeus, verem os países sul-americanos dividirem as forças nos principais campeonatos do mundo, mesmo sob condições financeiras piores, havendo uma quebra da lógica centro-periferia em alguma parte do tempo.

Juntamente com a economia política na transferência de atletas, se pode citar o comércio de materiais esportivos, propagandas em uniformes, direitos de transmissão, dentre outras formas de

acumulação de capital. Todos esses objetos são passíveis de investigação acadêmica, em que se trarão mais evidências através de pesquisas científicas que irão corroborar com os dados coletados até aqui.

Tudo isso origina novas formas de mercantilização a partir de instrumentos de manutenção do capital. Ainda assim, por mais que o peso político–econômico exista, o futebol é um campo de conflitos simbólicos e de expressão transcultural, sendo um importante objeto de estudos para as Ciências Humanas.

Referências Bibliográficas

- ARIENTI, Wagner Leal; Filomeno, Felipe Amin. (2007). *Economia política do moderno sistema mundial: as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi*. Ensaios FEE. Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 99–126.
- ARRIGHI, Giovanni. (2008). *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. Boitempo Editorial, São Paulo.
- ARRIGHI, Giovanni. (1996). *O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. UNESP, Rio de Janeiro.
- ARRIGHI, Giovanni. Silver, Beverly J. (2001). *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora UFRJ.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago. (2005). *La Poscolonialidad explicada a los niños*. Bogotá: Universidad del Cauca y Instituto Pensar.
- FANON, Frantz. (1968). *Os condenados da Terra*. Trad. José Lourênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- FIFA. (2020). *Official Documents*. Zurique. Disponível em: <<http://www.fifa.com/about-fifa/official-documents/development/technical-study-group-reports/index.html>> Acesso em: 07 jan. 2020.
- GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. (2007). Colonialismo interno (uma redefinição). En publicación: *A teoria marxista hoje – Problemas e perspectivas*. Boron, Atilio A.; Amadeo, Javier; Gonzalez, Sabrina.
- MIGNOLO, Walter. (2005). *La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial*. Barcelona, Gedisa Editorial.
- QUIJANO, Aníbal. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Lander, Edgardo (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso.
- RESTREPO, Eduardo; Rojas, Axel. (2010). *Inflexión decolonial*. Popayán, Colombia, Universidad del Cauca, Instituto Pensar, Universidad Javeriana, 234 pp.
- SANTOS, Anderson David Gomes dos. (2014). Os três pontos de entrada da economia política no futebol. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Porto Alegre, v. 36, n. 2. p. 561–575.

Copa do Mundo de Clubes da FIFA (2010–2017): reprodução da colonialidade

WALLERSTEIN, Immanuel. (1974). *The modern world-system. Capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the 16th. century*. New York, Academic Press, v. 1.

WALLERSTEIN, Immanuel. (2001). *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, tradução de Renato Aguiar, revisão da tradução de César Benjamin. 144 p.

WALLERSTEIN, Immanuel. (2005). *Análisis de sistemas-mundo: una introducción*. México: Siglo XXI Editores.

MENINOS BONS DE BOLA: TRANSMASCULINIDADES EM QUADRA

Julian Pegoraro Silvestrin¹

Alexandre Fernandez Vaz²

Resumo

Propomos neste texto pensar sobre "práticas esportivas dissonantes", ou seja, aquelas que rompem com a normatividade instituída de esporte, segundo sugere Wagner Camargo, a partir de reportagens veiculadas *online* sobre a equipe de futsal de homens trans Meninos Bons de Bola (MBB). A emergência de sujeitos trans na prática esportiva a transforma e levanta questões como a ocupação do espaço público de lazer por corpos dissonantes. O potencial disruptivo do futsal do MBB suscita possibilidades outras de prática esportiva, levando-nos a pensar a necessidade de novos modelos de esporte e ampliando a noção do que faz um corpo.

Palavras-chave: Transmasculinidades; Esporte; Futsal/Futebol; Corpos Dissonantes; Meninos Bons de Bola.

Meninos Bons de Bola: transmasculinities on the Sport Court

Abstract

We propose in this paper to think about the "dissonant sports practices", it means, those practices that break the established normativity of sport, so Wagner Camargo. We take in count online reports about the transgender men's futsal team Meninos Bons de Bola (MBB – *Good player guys*). The emergence of trans subjects in sports practice transforms the sport branch and raises questions such as the occupation of public leisure space by dissonant bodies. The disruptive potential of MBB futsal raises other possibilities for sports practice, leading to think about the demand for new sports models and expanding the notion of what a body does.

Keywords: Transmasculinities; Sport; Futsal/Soccer; Dissonant bodies; Meninos Bons de Bola.

Introdução

Este texto foi elaborado a partir de uma fala no "III Simpósio de Futebol: Nossa América em Campo", em dezembro de 2018, na Universidade Federal de Santa Catarina, organizado pelo Núcleo de Antropologia Audiovisual e Estudos da Imagem (NAVI/UFSC).

¹ Julian Pegoraro Silvestrin – Doutorando do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH/UFSC), bolsista CAPES-DS. Integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas Educação e Sociedade Contemporânea (NEPESC/UFSC). Email: juliampsilvestrin@gmail.com

² Alexandre Fernandez Vaz – Professor do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas e Programa de Pós-Graduação em Educação (UFSC). Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Educação e Sociedade Contemporânea (NEPESC/UFSC). Pesquisador CNPq. E-mail: alexfvaz@uol.com.br

Embora fosse um simpósio sobre futebol, consideramos uma equipe de futsal para levantar questões sobre corporalidades transmasculinas que não se restringem a essa modalidade, mas, pelo contrário, atravessam a prática esportiva de maneira mais ampla e conseqüentemente refletem na ausência de atletas trans no próprio futebol³.

No contexto da mesa "Corpo, Gênero, Sexualidade e Moral no Futebol" elencamos pontos para pensar o cenário esportivo a partir da emergência de sujeitos trans. Partimos da busca de notícias e matérias online sobre a equipe de futsal Meninos Bons de Bola (MBB). Através da plataforma de busca do Google, encontramos dez textos publicados entre os anos de 2016 e 2018. Destes, alguns se repetem, pois apenas republicam conteúdo que já havia saído em outro veículo, outros apresentam informações vagas sobre o time ou são compostos apenas por um título e chamada para o material em vídeo. Optamos por selecionar aqueles materiais cujo enfoque está na narrativa escrita e fotográfica, permitindo-nos discorrer sobre a emergência dos sujeitos transmasculinos como parte de um time esportivo e assim chegamos ao número de oito publicações, sendo duas em jornais internacionais. Somam-se a elas dois textos de um portal acadêmico de futebol (Ludopedio)⁴ que ampliam o recorte temporal em mais um ano, até 2019, e que serão acionados ao longo do texto.

As matérias nacionais anunciam os Meninos Bons de Bola como a primeira equipe de futsal (ora de futebol) de homens trans no Brasil e as reportagens internacionais⁵ os apontam como o primeiro do mundo. Exaltam ideias de inclusão, superação de preconceitos e acabam delimitando o esporte como ferramenta de subjetivação transmasculina; elementos que abordamos no colóquio frisando que partem de representações midiáticas sobre essas corporalidades.

³ Um ano depois daquela fala – mais precisamente em 29 de janeiro de 2020, dia da Visibilidade Trans no Brasil – foi anunciada em programa da televisão aberta a transição de gênero de Marcelo Leandro, detentor de três títulos mundiais com a seleção brasileira feminina de futsal e um título brasileiro com o Corinthians no futebol de campo, que interrompia a carreira para começar a hormonioterapia. Em primeira pessoa ele se apresenta e narra sua história e diz que se voltar para o futebol, será para o futebol masculino. Disponível em: <<https://interativos.globoesporte.globo.com/sp/futebol/materia/a-metamorfose>>. Acesso em 05/04/2020.

⁴ <<https://www.ludopedio.com.br/>>. Acesso em 05/04/2020.

⁵ BOON, Jon. Life goals: Meninos Bons de Bola are the world's first transgender men's football team, and live in fear of being attacked. The Sun, 2018. Disponível em: <<https://www.thesun.co.uk/sport/football/7232102/transgender-football-team-meninos-bons-de-bola/>>, acesso em 05/05/2020; MONTES, Sílvia. Meninos Bons de Bola, el primer equipo de fútbol masculino transexual del mundo. AS Tikitakas, 2018. Disponível: <https://as.com/tikitakas/2018/09/14/portada/1536927455_856745.html>. Acesso em 05/05/2020.

Passados quase um ano e meio retomamos ao texto com outra proposta, ainda que sigamos pensando sobre as transmasculinidades no futsal/futebol. Trata-se agora de nos concentrarmos na precariedade dos corpos (BUTLER, 2018) e na necessidade da construção de modelos outros de esporte que podem se dar por meio do potencial disruptivo dessas práticas dissonantes realizadas por corpos e corporalidades também dissonantes (CAMARGO, 2016).

O time

Meninos Bons de Bola é o nome de um time paulistano de futsal amador formado por homens trans. Ele surgiu em 2016, da vontade de um desses homens (que quando mais jovem jogou em categorias de base do futebol profissional) de reunir outros homens trans, já que percebia que faltava espaço e ações que reunissem esses sujeitos. Contando com o apoio de uma psicóloga do Centro de Referência em Defesa da Diversidade (espaço de acolhimento e assistência a pessoas LGBTQ+ em São Paulo), onde também trabalhava, marcou um primeiro encontro chamando pessoas transmasculinas para jogar futebol⁶ e conversar sobre suas experiências. A divulgação foi feita via mídias digitais (em redes sociais como Facebook e WhatsApp)⁷. O primeiro encontro reuniu cerca de trinta homens trans, dos quais alguns decidiram manter a atividade com frequência.

O uso das ferramentas digitais nos remete à própria emergência do sujeito homem trans no cenário nacional. Essas mídias cumprem um papel importante na organização política desses sujeitos no Brasil que passam a lutar por visibilidade e conquista de direitos e políticas públicas, alcançando maior expressividade também de sua auto-identificação (ÁVILA, 2014; REPOLÊS, 2017).

A equipe é amadora e participa de amistosos e pequenos torneios como convidada na modalidade futsal e algumas vezes na de *futebol society*. As partidas acontecem geralmente em eventos culturais voltados à celebração e afirmação da diversidade LGBTQ+. O time também é frequentemente chamado para dar seu depoimento em mesas e rodas de conversa em eventos de

⁶ Futebol é a palavra mais utilizada tanto nas falas dos jogadores como no próprio texto das matérias. Parece que a modalidade futsal só aparece porque o jogo se dá na quadra, como se a escolha pela modalidade se desse pela delimitação do espaço.

⁷ O PRIMEIRO TIME DE HOMENS TRANS DO BRASIL: conheça os Meninos Bons de Bola, Observatório da Discriminação Racial no Futebol, 2018. Disponível em: <<https://observatorioracialfutebol.com.br/o-primeiro-time-de-trans-do-brasil-conheca-os-meninos-bons-de-bola/>>. Acesso em 29/04/2020.

diferentes propostas, tais como: população LGBTQ+ e esporte, masculinidades e suas intersecções etc. Como é uma equipe amadora, os jogadores não vivem do futsal, têm suas profissões e o time é mantido com “vaquinhas” e apoios externos, como o empréstimo da quadra do Sindicato dos Bancários e Financieiros de São Paulo, Osasco e Região para treinos e jogos.

Anualmente a equipe também organiza um festival para comemorar seu aniversário, convidando agremiações masculinas, gays, femininas, lésbicas, mistas (que colocam em quadra conjuntamente jogadores e jogadoras) ou ainda inclusivas (compostas por pessoas que se identificam das mais diversas formas, muitas vezes extrapolando os binarismos de sexo, gênero e orientação sexual), em que todos disputam partidas sem distinção de categoria. Essa organização coloca em jogo um princípio básico do esporte: a pretensão pela igualdade formal de chances, tema que será retomado mais adiante. A terceira edição do evento, em outubro de 2019, contou com a participação de mais dois times transmasculinos, o “Transversão F.C.” e “Os T Mosqueteiros”, todos de São Paulo e fundados igualmente em 2019, de forma semelhante ao MBB (a partir de um encontro marcado via redes sociais para jogar futebol e compartilhar experiências de transição com pessoas que se identificassem com a proposta).

Alguns dos jogadores do MBB, além do fundador do time, têm alguma experiência anterior no futebol feminino, outros nunca até então haviam jogado e encontram ali essa oportunidade. Futebol e transmasculinidade propiciam laços sociais e são os dois signos acionados na convocação à união ao time. A prática esportiva aparece como aliada na transição de gênero, atividade física, espaço de lazer, lugar de fortalecimento de laços e autoestima, mais que o mero competir em uma modalidade⁸. Ao fim de cada treino se faz uma roda de conversa com a presença da psicóloga, momento em que se trabalham questões relacionadas à convivência no time e às experiências de transição.

⁸ Expressões que aparecem nas reportagens, ora atribuídas aos jogadores entrevistados, ora por quem assina a matéria, como na seção esportiva do Estadão: GONÇALO JUNIOR, Meninos Bons de Bola, o primeiro time transgênero do Brasil. Estadão, 2017. Disponível em: <<https://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,meninos-bons-de-bola-o-primeiro-time-transgenero-do-brasil,70002063749>>; ABREU, Isabel; UTIDA, Mauro. Primeiro time de homens trans do Brasil ganha respeito nas quadras. Mídia Ninja, 2018. Disponível em: <<https://midianinja.org/news/primeiro-time-de-homens-trans-do-pais-reafirma-seu-direito-a-pluralidade/>>; ALENCAR, Edgar; GRANADO, Mariane. Conheça o Meninos Bons de Bola: primeiro time formado por transgêneros no Brasil. Globo Esporte, 2017. Disponível em: <<https://globoesporte.globo.com/sp/futebol/noticia/conheca-o-meninos-bons-de-bola-primeiro-time-formado-por-transgeneros-no-brasil.ghtml>>, dentre outros. Acessados em 29/04/2020.

A transição de gênero diz respeito às construções corporais e subjetivas a partir do reconhecimento de que os sujeitos se identificam com outras corporalidades que não aquela que lhes foi atribuída biopoliticamente ao nascer (geralmente associando o gênero à genitália)⁹. Frequentemente se pensa – e as matérias que trazemos aqui de certa forma o reafirmam – que a transição é sinônimo de uso de hormônios sintéticos (neste caso, a testosterona) e intervenções cirúrgicas (como retirada de mamas), como se houvesse um protocolo a ser seguido (e muitas vezes as políticas de saúde instituem esse protocolo) ou um lugar de chegada obrigatório que teria como referência o corpo cisgênero idealizado. Mas, embora a transição parta necessariamente de um corpo em direção à outra corporalidade, as formas com que percebemos e performamos gênero e experienciamos o corpo não cabem nesses protocolos. Isso não significa dizer que as possibilidades são infinitas, pois são limitadas dentro de um horizonte disponível psíquica e culturalmente, mas seria errado simplificar ou reduzir a transição a um mero passar de um gênero a outro fazendo uso de tecnologias farmacológicas e cirúrgicas.

Nas experiências de socialização em quadra, trocando passes ou conversando, o MBB também aparece como um espaço de empoderamento semelhante ao que Mariane Pisani (2014) observou no futebol feminino ao falar de mulheres das periferias paulistanas que driblam preconceitos, situações de risco e de vulnerabilidade por meio de suas práticas no futebol. A propósito, uma das equipes que Pisani acompanhou se chamava “Guerreiras Futebol Clube”, que é o adjetivo vinculado aos Meninos Bons de Bola em algumas reportagens: um “time de guerreiros”¹⁰.

O esporte valoriza a superação recorrendo à formação do herói; aquele que, não sem enfrentar dificuldades, luta pelo domínio da matéria (do corpo), do material (dos gestos, da bola) (GONÇALVES; VAZ, 2017), pela vitória contra algum adversário, quer o oponente se encontre na esfera do jogo, quer esteja na esfera social. Mas, nesse contexto, “ser guerreiro” no enfrentamento das dificuldades sociais nos alerta para a romantização da superação. De certa forma, responsabiliza-se esses sujeitos pela saída da situação de vulnerabilidade que não é uma condição meramente individual, tampouco a-histórica.

⁹ Na mesma linha de pensamento, Repolês (2017) tece um trabalho interessante sobre experiências de trânsito de gênero como possibilidade de desejo.

¹⁰ PEREIRA, Felipe. Time de guerreiros. UOL Esporte. Disponível em: <<https://www.uol/esporte/especiais/time-de-guerreiros.htm#idealizador-foi-violentado-para- virar-mulher>>. Acesso em 29/04/2020.

O próprio lema da equipe “Nosso corpo em quadra é arte e ativismo” estampa as matérias¹¹ como chamada e ilustração a tentativa de superar preconceitos à qual a equipe é diretamente relacionada. Gonçalves e Vaz (2017), ao considerarem o esporte como artefato estético em analogia à obra de arte, afirmam que o corpo é matéria para a obra esportiva. Pensando nisso o corpo dos Meninos compreendido como arte enquanto em quadra poderia estar fazendo alusão ao famoso futebol-arte brasileiro. Mas, aqui nos parece mais interessante pensar o corpo como construção de alguma expressividade, elemento de criação de narrativa que presentifica, materializa algo, nesse caso, experiências esportivas transmasculinas.

O lema nos remete também ao estatuto do corpo na reivindicação política. Butler (2018, p. 121), a partir de Levinas e Arendt, entende que “o aparecimento limitado e vivo do corpo é a condição de estar exposto ao outro”, e essa exposição aponta para sua precariedade, que marca também nossa vulnerabilidade às agressões e à destruição.

A precariedade parte do corpo, mas não se encerra nele porque não se dissocia das condições políticas, econômicas, históricas em que aparece. Da mesma forma “a vulnerabilidade não se reduz a uma particularidade ou uma disposição episódica de um corpo distinto, mas é, na verdade, um modo de relação que repetidas vezes coloca algum aspecto dessa distinção em questão.” (BUTLER, 2018, p. 144).

Deste modo observamos que as matérias relatam preconceitos e violências que os jogadores já haviam sofrido, agressões e injúrias transfóbicas dentro e fora da quadra. A equipe chegou a treinar em espaços públicos de lazer, como no Parque da Juventude, mas sob intimidações e ameaças de usuários (majoritariamente homens cisgêneros heterossexuais) que não queriam compartilhar as quadras com homens trans, não permitindo que o espaço fosse ocupado¹². A expulsão dos corpos trans do espaço público marca a negação da condição de cidadãos desses corpos; a cidadania e, portanto, o acesso à cidade, pressupõe um corpo cis.

¹¹ ABEL, João; STAVRACAS, Yoanna. Conheça o 1º time de homens transexuais do Brasil. Contraponto, 2017. Disponível em: <<http://agemt.org/contraponto/2017/09/24/conheca-o-1-time-de-homens-transexuais-do-brasil/>>. Acesso em 29/04/2020.

¹² PINTO, Maurício Rodrigues. Meninos Bons de Bola: arte e ativismo em quadra, construindo a visibilidade trans no futebol, 2019. Disponível em: <<https://www.ludopedio.com.br/arquivabancada/meninos-bons-de-bola-arte-e-ativismo-em-quadra-construindo-a-visibilidade-trans-no-futebol/?fbclid=IwAR2BiftQdKFNdUaXtmVUgp0C09izthzqPd-DJfB54h0FkpRNZqh40SLHp0>>. Acesso em 27/04/2020.

Todos esses episódios demandam o corpo como expressão de ativismo trans, demarcando a dinâmica relação entre vulnerabilidade e resistência. Assim, os Meninos, ao exporem seus corpos em quadra, fazem política e demarcam sua resistência ao mesmo tempo em que insistem em existir, negociando com as interdições que os atravessam.

Butler (2018) pergunta em que condições os corpos em assembleia nas ruas são motivo de comemoração. Uma resposta é a frase dita por um dos jogadores do MBB: “Fico feliz aqui hoje porque meu corpo pode existir nesse espaço”¹³. O espaço a que se refere é a Praça Charles Miller, em frente ao Estádio do Pacaembu, em São Paulo. A ocasião foi o “Festival Ocupa Pacaembu”, realizado pelo Museu do Futebol em parceria com coletivos de artistas, ativistas e times de futebol das periferias, em 2017. No evento também se homenageou o primeiro aniversário do MBB. Conjugar o ativismo com e a partir do corpo, ocupando o espaço público e o futebol, pode ser uma manifestação de celebração da vida. O que não é qualquer coisa, já que a afirmação de que ali um corpo pode existir alerta para o fato de que em outros locais ele não pode. Isso é grave, pois o direito à vida e à existência digna é formalmente assegurado aos cidadãos deste país. Uma vida digna advém de relações no espaço público e pressupõe o reconhecimento das diferenças e o coexistir. Uma vez que observamos os corpos na quadra como um ato político de resistência, cabe também pensar o potencial disruptivo da prática em relação a uma normatividade esportiva (CAMARGO, 2016). Isto é, como a presença de times e jogadores trans pode levar o próprio esporte a ser repensado.

O esporte institucionalizado se caracteriza por postular igualdade formal de oportunidades entre jogadores/as e na lógica dessa pretensa igualdade classifica-se separadamente homens e mulheres em categorias masculina e feminina, respectivamente. Entretanto, essas categorizações não abarcam a diversidade dos corpos e experiências (sejam trans ou cisgêneras) nas arenas esportivas.

O principal argumento utilizado na regulação dos corpos trans nas competições esportivas tem a ver com a suposta superioridade das mulheres trans em relação às cisgênero, o que se daria devido à maior taxa de testosterona presente nesses corpos, considerados masculinos e, portanto, de desempenho superior. Há um erro fundamental nessa preocupação: corpos de mulheres trans não

¹³ CAMARGO, Wagner Xavier. Ocupa Pacaembu: futebol de rua, arte, vivências, 2017. Disponível em: <<https://www.ludopedio.com.br/arquivancada/ocupa-pacaembu/>>. Acesso em 27/04/2020.

são corpos masculinos/de homens. A estrutura anatômica dos corpos cis não é a única possível e corpos trans não são desvios ou cópias de corpos cis, mas também corpos legítimos, assim como são legítimas as mudanças que acontecem nesse organismo em decorrência de reposição hormonal e outras intervenções (PEÇANHA, 2016).

Outra questão elementar é que dentro da própria categoria feminina os corpos de mulheres cis são diversos e o controle hormonal é limitador também para elas. Ao longo da Guerra Fria intensificou-se a preocupação com a masculinização das mulheres no âmbito esportivo e diversas políticas foram ao longo do tempo formuladas como estratégias de controle e regulação desses corpos, dentre as quais estão os “testes de verificação de gênero” (TEIXEIRA; VAZ, 2014), que conferiam o sexo pelas lentes cisgêneras. Estratégias discriminatórias trazem à tona casos como o da corredora de meia-distância sul-africana Caster Semenya, que ao vencer a prova de 800 metros rasos do Mundial de Atletismo de 2009 teve seu sexo e gênero questionados, sendo afastada das pistas enquanto realizava exames que comprovassem que estava apta a competir na categoria feminina. Concluiu-se que seu corpo produz “mais” testosterona e seria preciso nele intervir para que ela seguisse competindo. Estabelece-se uma associação direta de taxa de testosterona mais elevada com doping, o uso de substâncias que podem aumentar o desempenho de atletas e não são permitidas pelas regulações esportivas.

Tamburrini (2006) argumenta contra três razões que geralmente são mobilizadas pelo Comitê Olímpico Internacional (COI), pela Agência Mundial Antidoping (WADA) e por outras organizações esportivas internacionais para defender o controle antidoping. A primeira é que o doping é prejudicial à saúde de atletas, mas é sabido que o desempenho esportivo de alto rendimento está longe de ser saudável, visto as elevadas cargas de treinamento e desgaste aos quais os corpos são submetidos. A segunda é de que o doping é injusto porque os atletas que escolhem não fazer uso dele não têm as mesmas chances dos que o usam, o que fere o preceito fundamental de igualdade formal de chances. Neste ponto, faz uma crítica ao esforço que os órgãos reguladores dispõem em forjar normas gerais para punir violações, ao passo que fracassam por não considerar as particularidades sociais e éticas de cada comunidade esportiva. A terceira razão é que o doping vai contra uma ideia de natureza e de espírito esportivo,

mas ele não só é compatível com, como também encarna o espírito competitivo do esporte de alta competição.

Nessa seara, embora seja feito o controle hormonal das atletas trans a partir do crivo da ciência (cis)heteronormativa, pelo menos nas últimas Olimpíadas (no Rio em 2016) deixou de ser exigida a cirurgia de mudança de sexo como condição para a participação das pessoas trans, ao passo que para os atletas transmasculinos já não há restrições. Essas regulações que permitem maior controle sobre os corpos das mulheres (cis e trans) mantêm a estrutura binária e hierárquica de gênero, fundante de uma sociedade heteronormativa, ou seja, que tem a matriz heterossexual¹⁴ (naturalização de uma suposta coerência entre sexo-gênero-sexualidade) como estruturante das normas sociais.

O MBB e seus jogadores não estão no nível de competição e dinâmica esportiva que rege as performances e normativas olímpicas. De qualquer forma, o esporte de alta performance é modelo para as práticas esportivas, mesmo as amadoras, tanto que são as suas normas as evocadas em matérias que noticiam a existência da equipe, como pode ser visto na matéria da seção esportiva do portal UOL: “O que FIFA, CFB e COI têm a dizer”¹⁵.

Em algumas reportagens¹⁶ os jogadores falam do sonho de participar dos *Gay Games* (jogos conhecidos popularmente como “Olimpíadas Gays”) como o primeiro time de homens trans. Os *Gay Games* são jogos que surgiram na cidade de São Francisco (Estados Unidos), em 1982, com a proposta de inclusão e celebração da diversidade sexual no esporte (sendo inclusive criticados pela nomeação gay representar apenas uma parcela dessa diversidade). Eles acontecem a cada quatro anos e estão entre os grandes eventos esportivos mundiais, apesar de nele não competirem apenas atletas profissionais.

Ao etnografar os *Gay Games* e outros jogos LGBTs, acompanhando-os de 2008 a 2011, Camargo (2012) observou a dificuldade de incluir as pessoas trans nas categorias de gênero por

¹⁴ BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. 5ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

¹⁵ PEREIRA, Felipe. Time de guerreiros. UOL Esporte. Disponível em: <<https://www.uol.esporte/especiais/time-de-guerreiros.htm#idealizador-foi-violentado-para- virar-mulher>>. Acesso em 29/04/2020.

¹⁶ BOON, Jon. Life goals: Meninos Bons de Bola are the world's first transgender men's football team, and live in fear of being attacked. The Sun, 2018. Disponível em: <<https://www.thesun.co.uk/sport/football/7232102/transgender-football-team-meninos-bons-de-bola/>>, acesso em 05/05/2020; O PRIMEIRO TIME DE HOMENS TRANS DO BRASIL: conheça os Meninos Bons de Bola, Observatório da Discriminação Racial no Futebol, 2018. Disponível em: <<https://observatorioracialfutebol.com.br/o-primeiro-time-de-trans-do-brasil-conheca-os-meninos-bons-de-bola/>>, acesso em 25/04/2020.

sua auto-identificação e acesso aos banheiros e vestiários. Em pelo menos uma ocasião, uma equipe tailandesa de voleibol – composta apenas por mulheres trans, mas compreendidas como gays – competiu na categoria masculina (CAMARGO; KESSLER, 2017). Embora sua performance seja páreo para qualquer outro time independentemente da categoria, as corporalidades que a compõem se tornam dissonantes também ali. A existência de competições específicas para atletas LGBTQ+, portanto, tampouco garante que as especificidades e diversidades de identidade de gênero serão compreendidas e respeitadas.

Cabe lembrar que a existência de competições exclusivas não sugere imposição restritiva a esses e a essas atletas. Devem ser encaradas como mais uma possibilidade para quem, por conta de sua sexualidade ou identidade de gênero, já foi excluído ou sente que não tem espaço no esporte normatizado. Além disso, há todo um sentimento de pertencimento identitário e cultural que une essas pessoas no senso de comunidade celebrado também pela prática esportiva.

Pensando nas performances dos atletas em competições LGBTQ+ e paradesportivas, Camargo (2016, p. 1339) denominou de práticas esportivas dissonantes aquelas “manifestações atléticas que não se enquadrariam nos moldes de reprodutibilidade técnica dos gestos corporais do universo esportivo convencional e que, mesmo assim, obtêm resultados.”. Da mesma forma, nomeou de corpos dissonantes os que desviam do ideal normativo que vigora nas disputas esportivas.

Os trechos a seguir, retirados de reportagem¹⁷ assinada por Isabel Abreu e Mauro Utida, ilustram a diversidade desses corpos e corporalidades: “Em um campeonato com times masculinos de homens cis é muito difícil o MBB passar despercebido, visto que os corpos de seus integrantes estão em diferentes estágios de mudança”; “o MBB está ganhando espaço nos torneios, com capacidade de disputar as competições na chave masculina. Não querem ser vistos como minoria e batalham para jogar de igual para igual, para ganhar respeito nas quadras”.

São corpos e corporalidades dissonantes não apenas pelo fato de serem trans, mas porque são diversos entre seus pares. Há em quadra corpos hormonizados e não hormonizados, gordos, musculosos, magros, de estatura geralmente mais baixa que os

¹⁷ ABREU, Isabel; UTIDA, Mauro. Primeiro time de homens trans do Brasil ganha respeito nas quadras. Mídia Ninja, 2018. Disponível em: <<https://midianinja.org/news/primeiro-time-de-homens-trans-do-pais-reafirma-seu-direito-a-pluralidade/>>, acesso em 25/04/2020.

adversários masculinos. Há corpos mastectomizados (que realizaram mastectomia/mamoplastia: cirurgias de retirada das mamas) e aqueles contidos por *binders* (faixas que comprimem os seios, dando aparência de um peitoral mais masculino) ou fitas (geralmente de esparadrapo ou elástica que cumprem a mesma função) que acabam limitando os movimentos. É possível que esses jogadores, mesmo compondo o mesmo time, não estejam em nível similar de condicionamento físico e habilidades, e ainda assim há bons jogos, jogadas bonitas e gols.

As diferenças corporais, de performances e de capacidade de disputar competições, dialogam com as premissas das práticas esportivas dissonantes elencadas por Camargo (2016, p. 1339): a) identificação das corporalidades não normativas atentando para a performance dos corpos não normativos no meio esportivo não convencional; b) a aceitação da possibilidade que ocorram práticas esportivas dissonantes inclui deparar-se com a tensão entre assimilacionismo dos sujeitos em relação às práticas convencionais (por exemplo, na execução de gestos, técnicas, uso de vestimentas padronizados) e a subversão delas; c) análise do significado dessas práticas, pois a presença desses corpos ocupando o espaço da prática tem um efeito simbólico importante no universo tão masculino do esporte.

Se levarmos em conta, como afirmamos anteriormente, que o esporte de alto rendimento, aquele institucionalizado e normativo (que possui normas, regras, elementos técnicos específicos e padronizados e regulados por instituições) se coloca como modelo para as práticas esportivas, a existência de times como MBB e das competições em que jogam (que rompem com essa normatividade) possibilita imaginar outras possibilidades para o esporte e para os corpos na arena esportiva.

Corpos dissonantes frequentemente têm interdições no seu repertório de práticas corporais e esportivas. Se pensarmos nos corpos assignados como femininos, uma vivência bem-sucedida no futebol é rara, visto que para esses sujeitos ainda é um desafio cultural/estrutural conseguir jogar bola, como a vasta literatura sobre futebol feminino indica (entre outras, GOELLNER, 2005). Lembremos que já tivemos até Decreto-Lei (que vigorou de 1941 a 1979, portanto, de fim historicamente recente) proibindo a prática do futebol por mulheres no país e que uma federação estadual chegou a exigir que, para poder jogar, as mulheres deveriam

apresentar signos de feminilidade¹⁸. Atualmente tramitam em Brasília decretos que visam proibir atletas trans em competições oficiais nacionais¹⁹.

Não buscamos traçar uma relação causal e direta entre experiências de mulheres e homens trans, mas a interdição cisnormativa do futebol para meninas e corpos designados como femininos pode afastar os jogadores da prática antes mesmo de conseguirem nomear sua identificação com a masculinidade. Outros homens se afastam do futebol ao iniciar a transição de gênero, já que não cabem mais nas equipes femininas, seja por seus novos corpos ou por suas posições subjetivas. Nesse sentido, os times exclusivamente transmasculinos e os que assumem composição diversa (chamados de inclusivos) reabrem a possibilidade da prática esportiva para essas pessoas.

Entendemos que embora a transição de gênero seja uma experiência importante, que inclusive possibilita a nomeação destes como sujeitos trans, ela não é necessariamente o fator preponderante das vidas esportivas dessas pessoas. Os sujeitos se constituem a partir da significação de diversas experiências e suas vidas são atravessadas por escolhas e narrativas que nem sempre partem de situações de violência, tampouco estão relacionadas com seu gênero e/ou sexualidade, assim como acontece com pessoas cis. Atentamos para isso porque todas as matérias trazem falas de entrevistados que contam suas histórias relembrando momentos de violência, algumas relacionadas à transição, mas outras não, e o futebol aparece então como espaço de ressignificação e superação.

Os atos de ressignificar e superar não se dão apenas em termos individuais, mas também tensionando a própria estrutura normativa do esporte. Como coletividade a prática esportiva só faz sentido se experienciada em conjunto com o próprio time e com os adversários.

Os jogadores do MBB relatam nas reportagens que têm apoio de diversos times, mas que já se deparam com a negação e resistência

¹⁸ Como cabelos compridos, uniformes curtos e justos que marcassem os corpos com curvas. A obrigatoriedade estava no regulamento da Federação Paulista de Futebol em 2001, a fim de "melhorar" a imagem do futebol feminino, considerado masculinizado, e assim vender beleza e sensualidade ao público de homens heterossexuais. Dentre as autoras que relembram esse acontecimento ver Pisani (2014) e a reportagem de Arruda (2001) na seção esportiva da Folha de São Paulo, disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk1609200119.htm>>, acesso em 02/06/20.

¹⁹ Como o (PL 346/19) de autoria do deputado estadual Altair Moraes (PRB), que tramita na Assembleia Legislativa de São Paulo, disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000261787>>, acesso em 27/04/2020.

de cisgêneros em aceitar jogar contra eles. Outro relato aponta que em uma partida contra uma equipe de homens gays cis foram tratados no gênero feminino²⁰. Esse episódio remete à falta de compreensão e à invisibilização que a população trans muitas vezes tem dentro da própria comunidade LGBTQ+. Sobre o enfrentamento de preconceitos em quadra, os Meninos dizem que esse espaço precisa ser ocupado por eles, que não podem abandoná-lo, pois resistir e se fazer visíveis permite a todos saberem da sua existência e das diferenças de seus corpos, que pertencem igualmente às quadras²¹.

Novamente a precariedade, a vulnerabilidade e a resistência dos corpos trans é invocada. Ocupar o espaço como grupo que luta por visibilidade exige apoio, pois, como nos lembra Butler (2018), o corpo é um recurso esgotável. Esse agir em conjunto

deve ser uma maneira menor de representar o mundo que desejamos ver ou recusar o mundo que está nos matando. Não seria uma forma de exposição e persistência deliberadas, a reivindicação corporificada por uma vida possível de ser vivida que nos mostra a simultaneidade de ser precarizado e agir? (BUTLER, 2018, p.167).

Outra forma de apoio veiculada nas matérias são os ensaios feitos pelos fotógrafos Gui Christ e Isabel Abreu. O primeiro dá projeção internacional²² ao time e a segunda assina uma dessas matérias,²³ afirmando que em quadra os Meninos “Reafirmam seu direito à pluralidade”. E a pluralidade, no sentido arendtiano, é justamente o que caracteriza a condição humana. A pluralidade implica reconhecer que a diferença nos torna singulares e é a igualdade na diferença que nos qualifica para a participação política (ARENDETT, 2013).

Esporte e materiais imagéticos produzem identificação, efeitos de verdades sobre os corpos e, com isso, os educam. Não seria utópico pensar que o fato de nos acostumarmos com a presença desses corpos e corporalidades pode nos educar também para uma outra

²⁰O PRIMEIRO TIME DE HOMENS TRANS DO BRASIL: conheça os Meninos Bons de Bola, Observatório da Discriminação Racial no Futebol, 2018. Disponível em: <<https://observatorioracialfutebol.com.br/o-primeiro-time-de-trans-do-brasil-conheca-os-meninos-bons-de-bola/>>, acesso em 25/04/2020.

²¹ ABREU, Isabel; UTIDA, Mauro. Primeiro time de homens trans do Brasil ganha respeito nas quadras. Mídia Ninja, 2018. Disponível em: <<https://midianinja.org/news/primeiro-time-de-homens-trans-do-pais-reafirma-seu-direito-a-pluralidade/>>, acesso em 25/04/2020.

²² ABEL, João; STAVRACAS, Yoanna. Conheça o 1º time de homens transexuais do Brasil. Contraponto, 2017. Disponível em: <<http://agemt.org/contraponto/2017/09/24/conheca-o-1-time-de-homens-transexuais-do-brasil/>>, acesso em 25/04/2020.

²³ ABREU, Isabel; UTIDA, Mauro. *op cit*.

sensibilidade que possa promover uma relação ética com essas vidas possíveis de serem vividas, inclusive no esporte.

Para finalizar

A equipe Meninos Bons de Bola se configura como um espaço que, sustentado pelo desejo dos homens trans que têm o futsal e o futebol como potência criativa, pode suportar corpos e corporalidades antes compreendidas como impossíveis no campo esportivo.

A visibilidade dos corpos transmasculinos que ocupam as quadras traz à tona os limites do esporte institucionalizado e também da frágil noção de cidadania de uma sociedade que se pretende democrática, mas que segue elegendo algumas vidas como não dignas de serem vividas. Reunidas no espaço público, essas corporalidades dissonantes forjam a necessidade de criação de outros modelos esportivos e de relações sociais que comportem uma diversidade maior de corpos e experiências, e é aí que para nós reside o potencial disruptivo do futsal do MBB.

Referências

ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. (Tradução de Roberto Raposo; revisão técnica: Adriano Correia).

ÁVILA, Simone Nunes. *FTM, transhomem, homem trans, trans, homem: a emergência de transmasculinidades no Brasil contemporâneo*. [Tese de Doutorado]. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. 5ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Trad. Fernanda Siqueira Miguens. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2018.

CAMARGO, Wagner Xavier. *Circulando entre práticas esportivas e sexuais: etnografia em competições mundiais esportivas LGBTs*. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

CAMARGO, Wagner Xavier. Dilemas insurgentes no esporte: as práticas esportivas dissonantes. *Movimento*, Porto Alegre, v. 22, n. 4, p. 1337-1350, out./dez. 2016.

CAMARGO, Wagner Xavier; KESSLER, Cláudia Samuel. Além do masculino/feminino: gênero, sexualidade, tecnologia e performance no esporte sob perspectiva crítica. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 23, n. 47, p. 191-225, jan./abr. 2017.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 143-51, abr./jun., 2005.

GONÇALVES, Michelle Carreirão; VAZ, Alexandre Fernandez. Corpo/matéria, gestos/material: para pensar uma estética dos esportes. *Educação*. vol. 40, n. 1, jan./abr., 2017, pp. 126-135.

PEÇANHA, Leonardo. *Atletas trans e Olimpíadas*: pela inclusão do corpo trans no esporte. 20 ago 2016. Disponível em <<http://leonardombpecanha.pro.br>>. Acesso em: 03/05/2020.

PISANI, Mariane da Silva. Futebol feminino: espaço de empoderamento para mulheres das periferias de São Paulo, *Ponto Urbe*, 14, 2014.

REPOLÊS, Sofia Gonçalves. *Recalculando rotas*: uma etnografia sobre trânsitos de corpos, afetos e sexualidades em vivências transmasculinas. [Dissertação de Mestrado]. Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

TAMBURRINI, Claudio. Are doping sanctions justified? A moral relativistics view. In: *Sport in Society*: cultures, commerce, media, politics, vol. 9, n. 2, apr. 2006, pp. 199-211.

TEIXEIRA, Viviane Silveira; VAZ, Alexandre Fernandez, Doping e controle de feminilidade no esporte. *Cadernos Pagu*, n. 42, jan./jun. 2014.

“DEVE OU NÃO DEVE O *FOOTBALL* INVADIR OS DOMÍNIOS DAS SAIAS?”: HISTÓRIAS DO FUTEBOL DE MULHERES NO BRASIL¹

Caroline Soares de Almeida²

Thaís Rodrigues de Almeida³

Resumo

Este artigo aborda a trajetória do Futebol Feminino no Brasil a partir de recortes de histórias de pessoas que o compuseram, desde a sua introdução até 1979, ano em que foi revogado o Decreto-Lei nº 3.199. Refletir sobre o caminho percorrido pelas mulheres praticantes de futebol no Brasil tendo em vista narrativas pouco visibilizadas nos textos oficiais é um esforço de construção. Parte dessa história já foi relatada por diferentes autoras/es em trabalhos de grande qualidade publicados, sobretudo, nos últimos vinte anos. Nesse sentido, este texto tem o objetivo de somar na construção dessa história, a partir de questões centrais tais como: de que forma aconteceu a inserção do Futebol Feminino no país? Como as/os brasileiras receberam essa prática? Por que o Futebol Feminino se tornou um problema para o Estado Novo? Que personagens orbitavam o universo do Futebol Feminino brasileiro no período? Para tanto, elencamos fragmentos de novos relatos encontrados em notícias de jornais pesquisados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. O percurso do futebol de mulheres no Brasil foi marcado por questões que, além das proibições legais, expressam barreiras, desqualificações morais e conflitos, que ainda hoje reverberam em nossa sociedade.

Palavras-Chave: Futebol Feminino; Estado Novo, Decreto-Lei nº 3.199; Visibilidade para o Futebol Feminino.

Should football invade the domain of skirts or not? stories of Women's football in Brazil

Abstract

This article aims to address some stories of people who made up the trajectory of Women's Football in Brazil, between the decades of 1910 and 1970. Part of this history has already been narrated by different authors in special quality works. Therefore, this text aims to add to the construction of this story, in central questions such as: how did Women's Football in the country begin? What did the Brazilians think about this practice? Why has women's football become a

¹Pesquisa financiada com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior/Ministério da Educação, através do programa de bolsas de estudos CAPES/DS e sob a orientação da Professora Doutora Carmen Silvia Rial

² Doutora e Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Possui Graduação em História também pela Universidade Federal de Santa Catarina e Bacharelado em Educação Física pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Desde 2011, é pesquisadora do Núcleo de Antropologia Audiovisual e Estudos da Imagem (NAVI/UFSC), atuando, principalmente, nas áreas de esporte, globalização e gênero. E-mail: almeidacarol82@gmail.com

³ Possui graduação em Educação Física Licenciatura Plena pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2004). É Especialista em Pedagogias do Corpo e da Saúde pela mesma universidade (2006). Mestre em Ciências do Movimento Humano PPGCMH – ESEF– UFRGS (2008). Doutoranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas PPGICH – UFSC (2020) E-mail: takaprofe@gmail.com

“Deve ou não deve o *football* invadir os domínios das saias?”

problem for the Estado Novo? Which people were part of the Women’s Football context in Brazil? For that, we list fragments of reports found in newspapers researched in the Digital Library of the Biblioteca Nacional. During the course of the history of Women’s Football in Brazil, other issues stand out, in addition to legal prohibitions. It express impediments, moral disqualifications, and conflicts, which still reverberate in our society today.

Keywords: Women’s football; Estado Novo, Decree-Law No. 3.199; Visibility for Women’s Football.

“Mas pra isso que está acontecendo, Marta⁴, isso que está acontecendo aí. Teve um início, minha filha. Teve uma briga. Teve uma luta⁵” (Rose do Rio).

Desde muito cedo, a história que aproxima mulheres e futebol no Brasil assumiu o signo de luta, de resistência contra limites impostos pelo Estado em função de uma suposta proteção da maternidade – pela garantia de nascimento das futuras gerações – e da moral. Ao longo de um século, o Futebol Feminino⁶ passou por longos períodos de não-reconhecimento (HONNETH, 2003) no país, produzindo situações de rebaixamentos morais e desrespeitos que levaram às proibições. Atualmente, pouco ainda é veiculado sobre essas histórias nos meios de comunicação⁷. Diante desse contexto, todo o imaginário construído em torno das futebolistas no país foi fundamentado dentro de uma lógica bastante primária, que separava mulheres e futebol em função da natureza biológica: “Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza”, instituiu o Artigo 54 do Decreto-Lei que criou o Conselho Nacional de Desporto (CND) em 1941 (CASTELLANI FILHO, 1988)

Diferentes autoras/es já abordaram essa temática em estimulantes textos publicados nas áreas que abrangem as Ciências Humanas

4 Referência à Marta Vieira da Silva, escolhida cinco vezes a melhor futebolista do mundo pela FIFA.

5 O fragmento retirado de diário de campo, de uma conversa realizada em Junho de 2012 com uma das minhas interlocutoras, ex-jogadora do *Esporte Clube Radar*, para a pesquisa de Mestrado, intitulada Boas de Bola: um estudo sobre o ser jogadora de futebol no Esporte Clube Radar durante a década de 1980.

6 Futebol Feminino é pensado neste texto como uma categoria institucional, associada à constituição da modalidade em si. Não carrega qualquer restrição relativa a gênero.

7 Durante a última edição da Copa do Mundo de Futebol Feminino, em 2019, uma série de reportagens abordando o assunto foi publicada. Além disso, em maio do mesmo ano, o Museu do Futebol inaugurou a exposição “Contra-Ataque! As mulheres do Futebol”, em que narrava através de imagens e jornais o histórico das proibições.

“Deve ou não deve o *football* invadir os domínios das saias?”

LEVER, 1983; GOELLNER, 2005; FRANZINI, 2005; MORÃO; MOREL, 2005; RIAL, 2013, 2014, 2015; ALMEIDA, 2013, 2019; CAPUCIM E SILVA, 2015; COSTA, 2017; GOELLNER; KESSLER, 2018; PISANI, 2018; ELSEY; NADEL, 2019; BONFIM, 2019). Neste artigo, pretendemos dar ênfase ao período que compreende o “início” da prática do futebol por mulheres e a proibição do Futebol Feminino, em 1941. Antes, contudo, destacamos três trabalhos fundamentais. O primeiro refere-se ao texto de Ludmila Mourão e Márcia Morel (2005) “As narrativas sobre o futebol feminino o discurso da mídia impressa em campo”. Nele, as autoras analisam o papel do discurso produzido pela mídia impressa diante da recusa ao Futebol Feminino pela sociedade e pelo Estado no Brasil. Sobre a proibição, escreveram:

A utilização indevida do princípio da naturalização do fato social, sob o qual se apoia a compreensão de que as atitudes femininas são determinadas pela influência de suas características biológicas, foi o que serviu de âncora à ideia dominante da superioridade do sexo masculino sobre o feminino. Devido às alterações substantivas ocorridas no campo do legislativo do início dos anos de 1940 até a década de 1970 é que vamos encontrar as bases para gradativas mudanças na forma de se perceber a resistência como forma de participação da mulher no fenômeno cultural chamado esporte e especialmente no FF (p. 78).

O segundo texto foi publicado também em 2005, escrito pelo historiador Fábio Franzini (2005), intitulado “Futebol é coisa de macho? pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol”. Nele, Franzini explora muito bem a discussão, dentro do Estado Novo, que levou à criação do Decreto-Lei 3.199⁸. Parte da carta aberta publicada por José Fuzeira e endereçada ao Presidente Getúlio Vargas, em 1940. A própria presidência encaminhou o assunto para a Subdivisão de Medicina Especializada do Ministério da Educação e Saúde, que entendeu que o Futebol não poderia ser praticado por mulheres, já que:

O futebol feminino [...] só poderia mesmo representar um “desvio de conduta” inadmissível aos olhos do Estado Novo e da sociedade brasileira do período, pois abria possibilidades outras além daquelas consagradas pelo estereótipo da “rainha do lar”, que incensava a “boa mãe” e a “boa esposa” (de preferência seguindo os padrões *hollywoodianos* de beleza), principalmente, restrita ao

8 O Decreto-Lei 3.199 instituiu o Conselho Nacional de Desportos, regulamentando a prática esportiva no país. Entre as normas, figurava a proibição de esportes que fossem incompatíveis com a natureza da mulher.

“Deve ou não deve o *football* invadir os domínios das saias?”

espaço doméstico. Desvio tão inadmissível que a Subdivisão de Medicina Especializada recomendava que se fizesse uma “campanha de propaganda mostrando os malefícios causados pelo futebol praticado pelas mulheres, a fim de evitar lamentáveis consequências enquanto se aguarda medidas tendentes a permitir a interferência dos Poderes Públicos em tais questões, medidas estas que muito bem poderiam constar na Regulamentação dos Desportos, presentemente em estudos (FRANZINI, 2005, p. 321)

Por último, a dissertação de Aira Bonfim (2019), intitulada “*Football* feminino entre festas esportivas, circos e campos suburbanos: uma história social do futebol praticado por mulheres da introdução à proibição (1915–1941)”, que realiza uma análise minuciosa de notícias veiculadas na mídia impressa sobre a prática do futebol por mulheres, sobretudo, entre as décadas de 1930 e 1940. Algumas das fontes utilizadas por Aira foram exploradas para a construção deste artigo, entretanto, procuramos dar ênfase outras questões como: de que forma aconteceu a inserção do Futebol Feminino no país? Como as/os brasileiras receberam essa prática? Por que o Futebol Feminino se tornou um problema para o Estado Novo? Que figuras orbitavam o universo do Futebol Feminino brasileiro, sobretudo, na primeira metade do século XX?

Nesse sentido, este artigo pretende somar na construção dessas narrativas, a partir de novos relatos – sob uma diferente perspectiva – colhidos em notícias de jornais – entre as décadas de 1910 e 1970 – arquivados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

1913 – 1941: Da Liberdade à proibição

Sabe-se que, desde o início, as mulheres estiveram presentes nos jogos de futebol pelos gramados brasileiros. No entanto, a participação ficava restrita às arquibancadas, como meras espectadoras⁹. Delas provêm a terminologia “torcedor” uma vez que, quando aflitas, torciam os lenços nas arquibancadas (RODRIGUES FILHO, 1947). Os registros de jogos entre mulheres encontrados para esta pesquisa¹⁰ remetem apenas a duas décadas após a inserção desse esporte no Brasil: em 1913, a Revista Careta publicou uma foto de uma partida de “*foot-ball*

9 Registros sobre mulheres em outras funções nos jogos de futebol entre a última década do século XIX e início do século XX são desconhecidos até agora.

10 Não descartamos a possibilidade de partidas anteriores.

“Deve ou não deve o *football* invadir os domínios das saias?”

feminino por *ocasião* de um *five-o'clock*¹¹”, no velódromo de São Paulo. Em 1915, teria ocorrido uma festa esportiva no *Villa Izabel Football Club*¹², no Rio de Janeiro. Quatro anos mais tarde, outro evento na mesma cidade, desta vez de caráter beneficente, prometia um grande *match* de *football* feminino. Prometia-se, além das presenças de autoridades eclesiásticas e políticas locais, a participação do próprio Presidente da República da época, Epitácio Pessoa¹³.

Nesse primeiro momento, o futebol jogado por mulheres simulava um caráter recreativo e filantrópico, fortemente ligado às elites. Na época, esse esporte ainda não se encontrava associado à ideia de cultura nacional (DAMATTA, 2006; GUTTERMAN, 2010), mas o país já havia descoberto seu primeiro craque – Arthur Friedenreich – e estava a caminho de seu primeiro título internacional – o *Campeonato Sul-Americano* de 1919. Em 1920 um torneio de Futebol Feminino foi apresentado na cidade de Natal (RN), organizado pelo Capitão Assis Bandeira, um entusiasta do esporte. O *Centro Sportivo Natalense* ganhou a final sobre o *ABC F. C.* Esse campeonato foi noticiado em periódicos de outras regiões do país, tais como o *Vida Sportiva* do Rio de Janeiro. A partir dessa década, o futebol jogado por mulheres foi apresentado como uma espécie de *freak show* nos circos – como o dos Irmãos Queirolo (SP) – e como uma modalidade esportiva em potencial nos clubes já atuantes em campeonatos de Futebol Masculino – tais como, *River F.C.* e *C.R. Vasco da Gama*.

É nesse período também que a imprensa esportiva começou a tecer comentários mais estruturados sobre a prática do futebol por mulheres. O Futebol Feminino passa a dividir as opiniões entre jornalistas. Por vezes, exprimiam a repulsa como na crônica abaixo:

Desejávamos que a prudência e a visão dos organizadores das partidas de *football* disputadas por senhoritas nos evitassem a nós vir trazer a nossa *condenação* à infelicidade manifesta da iniciativa. Mas já que não lhes fazem *reflectir* vozes autorizadas que, de público têm *aparecido* verberando a *idéa*, à luz da moral e da razão, então que nos *perdõem* se para aqui estamos com a *setta*

11 Autoria desconhecida 1913, Careta em S. Paulo. Revista Careta, 6 de setembro de 1913, n. 275, p. 39.

12 Autoria desconhecida 1915, “Uma festa de sports – Villa Izabel F. C.”, *A Época*, 26 de novembro, 1188: 4.

13 Em dezembro de 1919, diversos jornais da cidade do Rio de Janeiro – Correio da Manhã, O Paiz, O Imparcial, A Rua – noticiaram um jogo de futebol na cidade para arrecadar donativos ao Santuário do Sagrado Coração de Maria.

“Deve ou não deve o *football* invadir os domínios das saias?”

envenenada do ridículo desnudando pormenores que a todos conviria fossem silenciados!

Nossos brilhantes *collegas* de “O Sport” num requinte extremado de impiedade *christã*, estamparam no “*placard*” do seu jornal, em um dos pontos mais movimentados da Capital da República, dois flagrantes que estão, na eloquência de suas linhas, pedindo misericórdia para as *víctimas* incautas do *football* feminino.

[...] Uma outra, cuja *photographia* também está *affixada* no mesmo local da primeira, traz a mostra recôndito *thesouro* de um abençoado palmo de barriga que a irreverência da camisa desgovernada pelo ardor-*sportivo* da delicada filha de Eva, deixa ver, para a tristeza *immensa* de um ridículo sem precedentes!

[...] Façam tudo quanto os homens fazem, inclusive saltar de bonde andando, mas, por amor a sua dignidade, não se exponham ao achincalhe de representar paródias de *football*, que é *sport* demasiado bruto para *flôres* tão mimosas¹⁴!

Entre os jornalistas, havia aqueles que incentivaram – como na pequena nota da revista *Vida Sportiva*¹⁵ em 1920: “o gracioso ‘*team*’ Assis Bandeira do *Centro Sportivo Natalense*, campeão feminino de Natal, estado do Rio Grande do Norte, que acaba de vencer o ABC F.C. pelo elevado ‘*score*’ de 12 x 0”. Cabe ressaltar a relevância da crônica escrita por Cléo de Galsan – talvez a primeira mulher a escrever em uma seção de esporte no país¹⁶. Em seus textos, Cléo defendia a prática do Futebol Feminino. Em *O futebol feminino é o jogo recommendado à mocidade feminina*¹⁷, a jornalista escreve: “[...] o futebol, senhores, incompetentes, é o menos perigoso para os *orgams* femininos que os movimentos executados em certas danças *rythmicas*”.

Alguns emitiram comentários em tons de chacota, como na pequena nota do jornal A Gazeta em 1926 sobre uma provável partida interestadual, entre paulistas e cariocas: “esperamos, portanto, pelo sensacional encontro e incitemos desde já as nossas queridas “melindrosas” a um treino rigoroso. Treino no campo.... Nos “*dancings*” não dá resultado¹⁸”. Em março do mesmo ano, a *Companhia de Circo dos Irmãos Queirolo* apresentou dois de seus quadros de Futebol Feminino – *Palestra* e *São Bento* – na revista paulistana *A Cigarra*. Entre as atrações, o

14 Autoria desconhecida. Gramury. Football Feminino. Diário Carioca. Rio de Janeiro: domingo, 26 de maio de 1921. p. 8

15 Autoria desconhecida. Football feminino em Natal. Vida Sportiva. Rio de Janeiro: 20 de março de 1920. Ano IV, n. 134. P. XX

16 Torna-se difícil precisar, uma vez que muitas mulheres assinavam como homens, “protegidas” por pseudônimos.

17 GALSAN, Cleo. A Gazeta de São Paulo. Segunda-Feira, 14 de abril de 1924 p. 3.

18 Autoria desconhecida. Teremos um encontro Rio – S. Paulo entre... mulheres? São Paulo: A Gazeta, 5 de março de 1926, p. 6.

“Deve ou não deve o *football* invadir os domínios das saias?”

circo realizava torneios femininos de futebol, o que preenchia grande parte da programação. O número de jogadoras era reduzido a cinco no picadeiro. A partir de 1930, a companhia realizou uma turnê no Rio de Janeiro¹⁹ e em demais cidades do país, como Pelotas, no Rio Grande do Sul (RIGO et al., 2008). Após o sucesso das apresentações, outras companhias também criaram espetáculos de jogos entre mulheres (BONFIM, 2019).

Durante a década de 1930 também surge um movimento de equipes de Futebol Feminino em clubes da periferia do Rio de Janeiro. Enquanto discutia-se na Confederação Brasileira de Desportos a abertura ao profissionalismo no futebol, o que era chamado pelos críticos de “profissionalismo marrom” (PEREIRA, 2000), a presença de jogadores negros era bastante habitual nos clubes da periferia. O mesmo acontecia entre as mulheres, como no *River Football Club*²⁰, do bairro da Piedade. Além do *River F.C.*, os jogos pela *Associação Suburbana de Desportos* eram disputados também por equipes do *Cruzeiro F. C.* e *Cassino F. C.* (de Realengo)²¹, *Brasil Suburbano F. C.*²² (de Piedade), *Independentes F. C.* (de Bangu), *Mavilis F. C.* (do Caju) entre outros:

O subúrbio *sportivo* já *possue* uma porção de esquadrões compostos por senhoritas, numa lição à cidade que ainda não pensou em tal cousa [...]. *Ellas* queriam pelear com os homens e disso não fizeram segredos, quando a direção do Campeonato de Verão as convidou para uma *exibição* no Torneio Relâmpago²³.

Foi diante desse contexto que um jornal do Rio de Janeiro²⁴ publicou a carta aberta de José Fuzeira ao Presidente Vargas, alertando sobre os malefícios físicos e morais desencadeados pela

19 O jornal carioca A Esquerda, em novembro de 1930, anunciou a estreia do Circo dos Irmãos Queirolo no Rio de Janeiro: “Uma bella novidade para o Lyrico. Trata-se da grande Companhia de Variedades Irmãos Queirolo, recém-organizada em São Paulo, com um elenco constituído por nada menos de 100 artistas criteriosamente *seleccionados* e cuja *estréa* está marcada para meados do corrente *mez*. Dirigem-na os irmãos Queirolo, artistas circenses de elite, com sua reputação firmada, do mais célebres acrobatas sul-americanos. Um dos números de retumbante sucesso, será o “*Football Feminino*”, no qual tomam parte dois treinados *teams* o *bello sexo*. Uma Companhia de Variedades para o Lyrico. A Esquerda. Rio de Janeiro: 8 de novembro de 1930. p.4. *Anno* IV – n. 871.

20 O *Football Feminino* nos Subúrbios. A Noite Ilustrada. Rio de Janeiro: 2 de setembro de 1931. P. 2 *Anno* 2, n. 74.

21 Autoria desconhecida. Em *actividade* os pequenos *clubs* suburbanos. O jornal, Rio de Janeiro. Sábado 12 de agosto de 1939. Edição 6188. P. 12.

22 Autoria desconhecida. Movimento *Sportivo* nos *Clubs* Suburbanos. O Jornal. Rio de Janeiro. Domingo, 29 de Fevereiro de 1931. P. 25. Edição 4009.

23 Autoria desconhecida. Evas no Gramado... O Radical. Rio de Janeiro. 24 de março de 1940. p. 7.

24 Autoria desconhecida. Um disparate *sportivo* que não deve prosseguir. Diário da Noite. Rio de Janeiro: 7 de maio de 1940. p. 11-12.

“Deve ou não deve o *football* invadir os domínios das saias?”

prática do futebol entre as mulheres. Na carta, Fuzeira projeta um cenário bastante obscuro sobre a prática do futebol feminino no Brasil, a de que as jogadoras se tornariam mulheres inférteis, depressivas, violentas e imorais:

Também, por motivo de phenomenos específicos, que nos abstemos de enumerar, ainda outros sérios distúrbios de saúde podem soffrer as moças que venham a escravizar-se ao “sagrado dever” de não faltarem aos treinos e se disponham a augmentar as duras recargas de tal jogo; pois, esses recontros de impulsos rudes, incontroláveis, hão de evidentemente, affectar-lhes o equilíbrio do systema nervoso; e, até, (que sabe?) originando, talvez, funestas consequencias futuras, no que se refere aos phenomenos próprios da gestação, pois, da perfeita saúde da mãe, depende o vigor e a perfeita constituição dos filho. [...] E, neste crescendo, dentro de um *anno*, é provável que, em todo o Brasil, estejam organizados uns 200 *clubs* femininos, de futebol, ou seja: 200 núcleos destroçadores da saúde de 2200 futuras mães que, além do mais, ficarão presas a uma mentalidade depressiva e propensa aos *exhibicionismos* rudes e extravagantes[...]. Assim, para evitar que as suas primícias venham a degenerar em uma calamidade contra a saúde e a compostura *sportiva* do *bello sexo*, venho *appellar* para que um *acceno* do reconhecido e elevado bom senso de v. ex. faça com que o Departamento de Cultura e Saúde de solicite o conselho de um grupo de médicos, a fim de que os mesmos, com a sua acatável autoridade, decidam se, *effectivamente*, a mulher pode, sem manifesto e grave prejuízo da sua saúde, integrar como elemento *activo* em um *sport* de *attractos* e *physicos* rudes e *aggressivos* que, muitas vezes, embora por descuido, redundam também em *pizaduras* e em pontapés no peito, no estômago e no ventre dos jogadores.

Para tanto, Fuzeira apela para “a clarividente *atenção* de v. ex. para que seja conjurada uma calamidade que está prestes a desabar em cima da juventude feminina no Brasil”. Em *A invenção do trabalhismo* (1988), Ângela de Castro Gomes destaca que, entre as inúmeras qualidades atribuídas ao presidente, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) exaltava a “clarividência”. Por esse motivo, por antecipar-se às demandas sociais, Getúlio Vargas possuía a capacidade de outorgar leis. Aliás, o centralismo político durante esse governo atingia o âmbito das relações interpessoais, uma vez que a família era a base constitutiva – e orgânica – do Estado Novo (BESSE, 1999; ALMEIDA, 2019). Portanto o Estado, através da figura do presidente, tinha o poder de controlar tudo o que a colocasse em risco.

Sobre si, José Fuzeira justificou o interesse despendido no alarde: “nosso gesto está inteiramente justificado; se v. ex. se dignar de

“Deve ou não deve o *football* invadir os domínios das saias?”

folhear algumas páginas de um livro nosso, que se encontra em sua *bibliotheca* particular, e no qual, sem o prurido de *quaesquer* veleidades literárias, demonstro, de forma inconteste, o meu amor desinteressado pelo bem do Brasil e da Humanidade”. O livro em questão, *Rompendo as Trevas*, fora publicado em janeiro de 1940. Uma resenha sobre a obra saiu na coluna *Reportagem para Facilitar a Digestão do Leitor do Diário da Noite*²⁵:

O livro do Sr. Fuzeira é uma espécie de código de normas de *conducta* social e moral, ao par de várias críticas a coisas e *factos* do Brasil [...]. Veja o leitor, ou melhor a leitora, os conselhos sobre casamento. [...]. “Ficar noiva! Casar! – Tarefa espinhosa é esta que, para ser conduzida e rematada com acerto, exige o controle de critério atilado e previdente, pois, quando a moça fica noiva, *ella* prepara-se para fazer a travessia de uma ponte que decidirá de seu futuro ou mais: – da sua existência inteira”. Mas... É melhor dá a palavra ao Sr. Fuzeira: “Sim, porque infeliz da moça que os sonhos da sua felicidade conjugal, exclusivamente, aos barbantes de *factores* instáveis, como os da riqueza, posição ou *belleza physica*. A maioria das moças, ao procurarem o seu par, já de início, estão *attentas* e dispostas a não ligarem aos rapazes tidos – como feios, sem mesmo indagarem das suas qualidades; mas se qualquer um, de *bella* estampa, lhes dá um *accessso*, então, quanto a este, logo *ellas* todas se derrem, sem cogitarem dos seus predicados *moraes*, negligência esta, que, aliás, tem destroçado o futuro de muitas moças, às vezes bem dignos de melhor sorte”. O último conselho: “*Attentae*, pois, ó moças que *ficaes magnetizadas* ante a *belleza* dos galãs de cinema: o vosso pretendente é rapaz feio, mas tem qualidades de trabalho e de *character* apreciável? Então, *esforçae-vos* para que *elle* vos pareça bonito”.

Entre os argumentos contidos na carta e os “conselhos” apresentados no livro, Fuzeira acreditava cumprir uma missão social. Acreditava que do recato do corpo – e do comportamento – das mulheres dependia a continuidade da nação. A razão desse argumento conflui para a capacidade de gerar. Razão esta que deu – e ainda dá – legitimidade da posse sobre os corpos das mulheres pelo Estado e a vigília pela sociedade (ALMEIDA, 2019).

Diante da repercussão da carta aberta endereçada à Vargas, o *Jornal dos Sports* abriu espaço para que Adyrgram, jogadora do clube carioca *S. C. Brasileiro*, respondesse às críticas feitas ao crescimento do futebol Feminino no país:

25 Autoria desconhecida. Reportagem para Facilitar a Digestão do Leitor. Rio de Janeiro: Diário da Noite, 11 de janeiro de 1940, p. 1 -2.

“Deve ou não deve o *football* invadir os domínios das saias?”

A princípio tomei o caso a sério; *Reflectindo*, perguntei a mim mesma: – Quem será esse sr. Fuzeira? verifiquei desde logo que esse cavalheiro é desconhecido no *sport*, faltando-lhe, portanto, autoridade para discutir [...]. Há homens cujas *occupações* lhes dão tempo até, para tratarem de assumptos femininos. mas, todas as vezes que o fazem, procuram *celebrisar-se*, dando o nome, residência e até o *telephone*. [...] O Sr. José Fuzeira deve assistir a Prática de *football* feminino, para verificar quão salutar é esse *sport* e os benefícios que o mesmo presta às suas praticantes. É verdade que o *football*, como outros *sports*, não pode ser praticado por todos, principalmente por aqueles que têm aversão à educação *physica* e que só fazem *gymnástica* pelo rádio, *receiosos* de se apresentarem em público, graças às deficiências orgânicas com que a natureza os brindou. [...] O Sr Fuzeira, qualquer dia achará que a natação é prejudicial ao sexo feminino, porque a água poderá *grippar* as concorrentes e as roupas curtas e colantes estão em *desaccordo* com o seu modo de pensar sobre as futuras mães [...]. O Sr. Fuzeira fica convidado a assistir ao primeiro encontro de *football* feminino e apontar, publicamente, quaes as desvantagens da sua prática nos moldes em que o mesmo vem sendo empregado entre as jovens brasileiras. antes disso, o Sr. Fuzeira deve preocupar-se com os “*gurys*” que jogam bola de meia na rua de sua residência, quebrando as vidraças da vizinhança. nesse caso o missivista prestaria um grande serviço, e não teria tempo de preocupar-se com coisas que só interessam ao sexo frágil²⁶.

O *Diário Carioca*²⁷ chamou o ato de Fuzeira de “moralista”, e ressaltou que a discussão provocada pela carta acabou gerando “publicidade espontânea” aos jogos das equipes formadas por mulheres. Em maio de 1940, em meio a esse aumento na cobertura do Futebol Feminino, foi fundado o *Primavera A. C.*²⁸, em Pilares. O grêmio contava com jogadoras já reconhecidas pelos jornalistas e pelo público que acompanhava o denominado “futebol menor²⁹”, tais como Sally, Nicéa e Aida – todas vindas de outras equipes do subúrbio. Nicéa era celebrada como a “*Crack* número 1” da equipe, apelidada pelo jornal *A Noite* de “Leônidas de Saias³⁰”. Sally é descrita pelo *Diário Carioca* como “a linda *center-half*, que *allia* as qualidades de malabarista da *esphera* de ouro, as de uma perfeita ‘*sportswomen*’, por suas maneiras

26 Autoria desconhecida. Jornal dos Sports, Sexta-Feira 10 de maio de 1940, p. 6.

27 Autoria desconhecida. Vamos ter mais um match de football feminino. Diário Carioca, 25 de maio de 1940. p. 8.

28 Os jornais pesquisados não especificavam o significado da sigla A. C. após o nome Primavera.

29 Coluna da seção esportiva destinada ao futebol de várzea em alguns jornais brasileiros.

30 Autoria desconhecida. Não quer mais nada com o *football*... A Noite. Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1941. p. 1.

“Deve ou não deve o *football* invadir os domínios das saias?”

delicadas³¹”. Aida era a “*half-back* canhota³²”. Nesse curto período, viu-se uma movimentação, até então, inédita ao redor do Futebol Feminino e que estimulou algumas empresas, ou mesmo jornais, a criar pequenos torneios³³.

Além disso, um jogo de mulheres preliminar ao amistoso interestadual entre *C. R. Flamengo* e *São Paulo F. C.* foi realizado no Pacaembu vinte dias após a inauguração do estádio, entre as equipes do *S. C. Brasileiro* e o *Cassino do Realengo* (ambas do Rio de Janeiro). Parte da cobertura³⁴ jornalística ressaltou o grande público (80 mil espectadores) e as qualidades técnicas das mulheres, além de denominar como “a maior glória para o Futebol Feminino”. O próprio Leônidas da Silva, na época defendendo o Flamengo, teceu elogios às jogadas em campo³⁵. O *Correio Paulistano* destacou “as jogadas de bons recursos” e o interesse que o Futebol Feminino despertou na capital paulista.

Depois de São Paulo, o Futebol Feminino dos subúrbios carioca realizou diversas apresentações em diferentes cidades da região sudeste. Em junho de 1940, em Belo Horizonte, jogaram as equipes do Brasileiro e do Cassino³⁶. Em outubro, o *Primavera* e o *S. C. Oposição* enfrentaram-se em Juiz de Fora³⁷. Além dessas cidades, também ocorreram jogos em Niterói³⁸ (*S.C. Oposição* e *C. A. Independente*), Magé³⁹ (*C. A. Independente* e *Valqueire*) e Petrópolis⁴⁰ (*C. A. Independente* e *Brasil Novo A. C.*). Os jornais ressaltavam o sucesso das vendas de ingressos nos jogos de mulheres, inclusive o diferencial de quando as partidas aconteciam nas preliminares dos jogos de Futebol Masculino.

31 Autoria desconhecida. Estréia hoje a equipe feminina do Primavera A. C. *Diário Carioca*, 9 de junho de 1940, p 11

32 Idem.

33 Em abril de 1940 foi disputada a taça Mário Rodrigues Filho, oferecida em comemoração ao aniversário do *Jornal dos Sports*, e em junho realizou-se um torneio em homenagem ao jornal O Radical. Além disso, em setembro do mesmo ano, houve a disputa da taça “D. Annita D’Agelo” oferecida pela indústria de tabacos Sudan.

34 SILVA, Waldemar. A maior glória para o futebol feminino! O Radical. Rio de Janeiro, 21 de maio de 1940, p. 7.

35 Autoria desconhecida. Para aplaudir as “bicycletas” das garotas do Primavera F. C. *Diário Carioca*. Quarta-Feira 5 de junho de 1940. p. 9.

36 Autoria desconhecida. Football Feminino em Belo Horizonte. Rio de Janeiro: A Noite, 14 de junho de 1940, p. 7.

37 Autoria desconhecida. As equipes femininas do Oposição e do Primavera exibir-se-ão, sábado em Juiz de Fora. Rio de Janeiro: O Radical, 25 de setembro de 1940, p. 7.

38 Autoria desconhecida. Football Feminino em Niterói. Rio de Janeiro: A Noite, 31 de agosto de 1940, p. 7.

39 Autoria desconhecida. Football Feminino em Magé. Rio de Janeiro: A Noite, 8 de agosto de 1940, p. 7.

40 Autoria desconhecida. Exibir-se-ão, amanhã, em Petrópolis. Rio de Janeiro: O Radical: 19 de outubro de 1940, p.5.

“Deve ou não deve o *football* invadir os domínios das saias?”

Não demorou muito para que as primeiras restrições a esses jogos iniciassem, executadas pela força policial. Em junho do mesmo ano, começaram as ações da polícia para inibi-los. Primeiramente, foi emitida uma portaria de emergência proibindo o Futebol Feminino na cidade do Rio de Janeiro – “a medida, expedida pelo delegado Dulcídio Gonçalves, procurava impedir que equipes clandestinas, sem licença policial, atuassem nas partidas: ‘vinham exibindo equipes de moças, dando motivo a que um ramo de negócio fosse inescrupulosamente explorado por mãos espertistas’ (ALMEIDA, 2019)”. Partindo desse princípio, as/os diretoras/es dos clubes de Futebol Feminino do subúrbio carioca passaram a ser consideradas/os como aliciadoras/es de mulheres, através de insinuações que ligavam os times de Futebol Feminino a serviços de prostituição.

O argumento foi bastante explorado entre o final de 1940 e o início do ano seguinte. O *Imparcial*, um dos jornais mais críticos às equipes de mulheres (BONFIM, 2019), foi pioneiro na “denúncia” da modalidade quando publicou a manchete: “Jogadoras *contractadas* como artistas de *cabaret* – O empresário Alfonso Doce ameaça levar à Buenos Aires uma equipe feminina de *football* – perigoso ‘*commercio*’ que se inicia⁴¹”. A notícia, em primeira mão, referia-se a um contrato entre a direção do *Primavera* e Alfonso Doce para uma excursão do clube à Argentina:

[...] Longe do espírito do saudoso esportista [referindo-se à Sarmiento] estão os animadores da iniciativa fomentada pelo referido empresário. *Elle emprezará* o “*team*” feminino como *empreza-se* qualquer grupo de bailarinas dos nossos *cabarets*. [...] Somos, por isso, contrários à *idéa* proposta pelo empresário em questão e sustentamos a que era alimentada pelo pranteado Sarmiento, a qual nascia de um objetivo são e honesto.

Doce era um intermediário do futebol, de origem argentina, que desde a década anterior⁴² atuava nas negociações de temporadas de jogos amistosos – e de passes de jogadores – entre clubes argentinos, brasileiros e uruguaios, nos respectivos países. Sobre o empresário, *O Jornal*, periódico do Rio de Janeiro, afirmava tratar-se de um “conhecido empresário de partidas

41 Autoria desconhecida. Jogadoras *contractadas* como artistas de *cabaret*. Rio de Janeiro: O *Imparcial*, 27 de dezembro de 1940. p. 1 (Capa).

42 Autoria desconhecida. Teremos a “*revanche*” entre uruguayos e cariocas. Rio de Janeiro: *Jornal dos Sports*, 25 de abril de 1931, p. 1 (Capa); Autoria desconhecida. Activam-se os preparativos para receber o Estudantes de La Plata. Rio de Janeiro: O *Jornal*, 9 de Janeiro de 1936. p. 8.

“Deve ou não deve o *football* invadir os domínios das saias?”

internacionais⁴³”. O *Diário da Noite*, em junho de 1939, apresentou Alfonso Docce como “representante do Vasco em Buenos Aires⁴⁴”. No decorrer de duas décadas, o nome do argentino apareceu com certa periodicidade nos jornais do Rio de Janeiro⁴⁵, ora intermediando transferências de atletas entre clubes, ora organizando excursões para jogos internacionais. Quando Docce decidiu explorar o novo mercado que se abria para o Futebol Feminino, a natureza dos seus negócios passou a ser questionada.

O fato é que o futebol já havia sido projetado como um dos elementos nacionais centralizados pelo Estado Novo brasileiro. A profissionalização dos atletas também já era uma realidade. No entanto, em nenhum desses casos, as mulheres estavam incluídas. Para o governo Vargas, o tipo ideal da mulher brasileira, no sentido weberiano do termo, consistia no “belo e frágil sexo” – antagônico aos homens. Nesse sentido, a excursão de futebolistas brasileiras para o exterior foi vista como um afrontamento, uma vez que, ao contrário das “vedetes”, o futebol era um símbolo nacional oficial. Para o princípio moral que regia o pensamento social da época, seria inconcebível que estrangeiros pagassem “os preços que fossem exigidos para ver as pernocas morenas das futebolistas brasileiras⁴⁶” em campo ou, conforme as palavras de Fuzeira, assistissem mulheres “presas a uma mentalidade depressiva e propensa aos exibicionismos rudes e extravagantes”.

A campanha ganhou corpo entre os veículos da imprensa. O jornal *O Imparcial* vinha desde junho publicando reportagens com “especialistas” convidados – entre médicos, professores de Educação Física, um padre, e o próprio Dulcídio Gonçalves – que apresentavam argumentos científicos e morais contra a prática do futebol por mulheres. No dia 10 de Janeiro de 1941, o diário publicou sob a chamada “Exploração mal disfarçada! Não embarcará o *team* feminino”:

Circula o boato de que duas equipes femininas, dirigidas pela *maesinha* Carlota Silva, elemento conhecido do cadastro policial,

43 Autoria desconhecida. Virá o Independiente. Rio de Janeiro: O Jornal, 4 de fevereiro de 1936, p. 1 (Capa).

44 Autoria desconhecida. Cracks brasileiros para a Argentina. Rio de Janeiro: Diário da Noite, 3 de junho de 1939, p. 1 (Capa).

45 Buscas realizadas na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, incluem 162 ocorrências ao nome Alfonso Docce somente no Jornal dos Sports, entre os anos de 1931 e 1952. As notícias repercutem excursões de clubes/atletas estrangeiros no Brasil, bem como de brasileiros no exterior e de transferências de futebolistas homens. Entre 1940 e 1941, o empresário passa a estar associado a negociações também com o Futebol Feminino.

46 Pinto, Ricardo. Futebol Feminino, Rio de Janeiro: *Diário de Notícias*, 22 de janeiro de 1941, p. 7.

“Deve ou não deve o *football* invadir os domínios das saias?”

partirão *sábbado*, para Buenos Aires. Pelos motivos expostos, considerando-se ainda que essas moças não possuem um vintém *siquer* para fazer frente às despesas creadas pela excursão perguntamos nós qual será a atitude das autoridades para coibir tamanho absurdo, evitando que *ellas* passem vexames em terra estranha e ridicularizem a mulher brasileira, tornando-a uma figura fútil, desprovida de dotes intelectuais e *moraes*, permitindo assim que a julguem fácil presa de explorações dos representantes da celeberrima Mygdal.

[...] A mulher brasileira tem patrimônio moral e *sportivo* honroso, adquirido por feitos heroicos e *inegualaveis* e que não poderá ser enegrecido em *paiz* estranho por espetáculos circenses ridículos, o qual está merecendo a repulsa dos brasileiros sinceros, como diariamente o ledor conhecimento, através das varias opiniões de inserimos o respeito⁴⁷.

A reportagem termina com uma pequena entrevista com o delegado Dulcídio:

- Quando me encontrava no exercício do cargo de 2º delegado auxiliar, pelos mesmos princípios já expostos pelo O IMPARCIAL, *prohibi* as competições de *football* feminino.
- No campo do vasco, uma vez, fui obrigado a tomar *attitudes* severas, chegando a expulsar de campo uma dessas equipes [...].
- E sobre a excursão à Argentina, pode-nos dar qualquer impressão?
- Indagamos
- É uma pretensão ridícula e *desmoralisante* para nós, porque na Argentina não querem saber si se trata de uma equipe composta de moças de condição social *quasi* duvidosa ou de infelizes sob o domínio de Paes descontrolados e de uma ignorância chocante.
- Lá dirão: Amanhã teremos uma competição de *football* de moças brasileiras, que foram recrutada nos *clubs* mais representativos da sociedade carioca...
- Não é monstruoso isso?
- Perfeitamente – dissemos
- e qual será a providencia a tomar?
- Muitas. Por mim, como tenho conhecimento que no meio dessa situação toda existe o *lenicínio* disfarçado, vou tomar sérias providencias, processando os representantes da Mygdal que as induziram para o passeio *sportivo* na Argentina...⁴⁸

O texto deixa claro que a grande preocupação com a imagem da mulher brasileira, tinha como cerne a ideia de futebol enquanto o esporte nacional e, portanto, da própria imagem do país no exterior. A antropóloga Mary Douglas identificou, no clássico Pureza e Perigo (1991), que a ordem idealizada das

47 Autoria desconhecida. Exploração mal disfarçada! Não embarcará o *team* feminino. Rio de Janeiro: O Imparcial, 10 de janeiro de 1941, p. 15.

48 Idem.

“Deve ou não deve o *football* invadir os domínios das saias?”

sociedades se mantêm em razão da ameaça dos perigos que a podem transgredir. Do contágio com esse perigo vem a poluição, vem a impureza, por conseguinte, da menor ameaça desse contágio, procura-se a pureza – diretamente associada às “leis da natureza” que, por sua vez, sancionam os códigos morais e as regras sociais. Assim, nas palavras de do delegado Dulcídio, as mulheres que negavam essa natureza e que aceitavam um valor monetário pelos “riscos à saúde” dentro dos campos eram consideradas “moças de condição social quase duvidosa” ou “mulheres infelizes”. Dentro dessa lógica, o caminho para a profissionalização do Futebol Feminino tornou-se imoral, uma impureza que confundia a propensão natural atribuída ao corpo da mulher: a maternidade dos futuros filhos da pátria.

A remuneração sobre o Futebol Feminino era mal vista, assim como as pessoas que o geriam. Nesse sentido, a figura de Carlota Silva – em outros jornais, Carlota Alves de Rezende⁴⁹ – diretora do *Primavera*, emergiu como a grande “mentora” do esquema de aliciamento das jogadoras à prostituição. Nos jornais, as acusações contra Carlota eram mais eloquentes do que as proferidas contra Docce. Afinal, podemos pensar que, por se tratar de uma mulher, brasileira, a qual as jogadoras chamavam carinhosamente de “mãezinha” (portanto, mais velha), o argumento moral incidia com mais força. As negociações foram comparadas ao *Tzvi Migdal*, máfia formada por semitas poloneses e russos responsável por uma rede prostituição de mulheres judias⁵⁰, atuante em grandes cidades do continente americano, entre elas, Rio de Janeiro, Montevidéu e Buenos Aires. Diante dessa alegação, a excursão que levaria equipes de brasileiras para disputar partidas na Argentina e no Uruguai foi proibida.

Poucos dias depois, Carlota foi detida, na sede do clube, para dar esclarecimentos sobre a acusação de explorar as jogadoras nos *dancings* e em “outros destinos⁵¹” – após os jogos. O caso ganhou destaque em vários jornais, tornando-se um grande escândalo de capa⁵². Segundo noticiaram, a diretora do *Primavera*, seria

49 Existem variações como: Carlota Resende, ou Carlota Alves Resente, etc.

50 As mulheres eram aliciadas pela promessa de fugir do crescimento de antissemitismo que crescia na Europa durante a Segunda Guerra (RECHTMAN, 2015).

51 Autoria desconhecida. “Esplendor decadência do futebol feminino”. Rio de Janeiro: *A Batalha* (RJ), 12 de janeiro de 1941, p. 6.

52 Autoria desconhecida. Presa uma das mentoras do football feminino. Rio de Janeiro: *O Imparcial*, 11 de janeiro de 1941, p. 1 (capa). Autoria desconhecida

“Deve ou não deve o *football* invadir os domínios das saias?”

também fundadora de outros nove clubes⁵³ no subúrbio do Rio de Janeiro. A desconfiança não se limitou apenas ao *Primavera*, mas foi estendida ao próprio Futebol Feminino. A prática do futebol por mulheres passou a ser vista como uma forma de degeneração moral – e física. O que já estava bastante complicado piorou quando um jornalista do diário *A Noite* esteve na sede do *Primavera A. C.*, em Pilares:

[...] despertou curiosidade o modo como se comportavam as inúmeras jogadoras que ali estavam. Enquanto várias jogavam cartas, fumando desembaraçadamente, outras conversavam e gesticulavam livremente. Num corredor lateral ao prédio [...] outras “players” se entrelinham a realizar um bate-bola. De um lado formava a parilha de “backs” e o “keeper”, enquanto as de anteiras atacavam no minúsculo espaço, suprimida a linha média. Esse é o exercício individual que sempre praticam... Segundo então ficamos sabendo, as jovens são bastante comodistas, pouco ligando aos treinos de conjunto. Preferiam o “dolce far niente” de uma conversa ou de um joguinho qualquer...⁵⁴

O repórter do periódico afirmou que, na ocasião da visita, teria conversado com as jogadoras Salette, Lilita e Dirza, e que as três teriam afirmado que toda a equipe tinha a autorização dos pais para a prática do futebol⁵⁵. Tudo que envolvia o *Primavera* se tornou suspeito para parte da imprensa: além do momento de lazer das mulheres e do pequeno espaço para um treino com bola, ainda destacaram um processo anterior de uma ex-jogadora⁵⁶ movido contra Carlota e o fato de sócios do clube, apesar de contribuir com mensalidade, não terem acesso aos jogos – já que a maioria das partidas eram preliminares de outros jogos em campos alheios. Assim que foi posta em liberdade, a diretora concedeu uma entrevista em que defendia o clube e a legitimidade da modalidade esportiva:

Só posso atribuir a denúncia a respeito; o ‘Primavera F.C.’ – veja bem, seu repórter. ‘F.C.’ – apenas perdeu um jogo, desde que existe. Foi o primeiro, contra outro clube local, mais treinado e mais experiente. Essa derrota inicial, porém, serviu de estímulo para as nossas pequenas, que se meteram em bríos e nunca mais perderam.

53 Seriam: Brasileiro, Eva, Veríssimo, Machado, River, Independente, Bento Ribeiro, Oposição e Mavilis. Para mais, ver: Autoria desconhecida. Soluçava de chuteiras. Rio de Janeiro: *A Noite*, 11 de janeiro de 1941, p. 3.

54 Autoria desconhecida. Não quer mais nada com o *football*... Rio de Janeiro: *A Noite*, 12 de janeiro de 1941, p. 3.

55 Autoria desconhecida. Soluçava de chuteiras. Rio de Janeiro: *A Noite*, 11 de janeiro de 1941, p. 3.

56 Referente à ex-jogadora do S. C. Brasileiro, Lourdes que processou Carlota, então diretora do clube.

“Deve ou não deve o *football* invadir os domínios das saias?”

Ora as nossas vitórias sucessivas devem ter causado muitas magoas e daí, talvez...⁵⁷

Tendo em vista a situação desenhada, alguns clubes de Futebol Feminino buscaram defender seus quadros, desqualificando a profissionalização de futebolistas mulheres. No início de fevereiro, o presidente do *Mavilis Football Club*, Manoel Antunes Bapista, diante de denúncias de que recebia proventos advindos das partidas, declarou que “no clube do Caju, o *football* feminino é praticado por Sport e não por ‘bicho’⁵⁸”. Apesar dos esforços, dias depois os jogos de Futebol Feminino passaram a ser proibidos no Rio de Janeiro:

O *football* feminino, que mereceu a repulsa dos elementos mais representativos da sociedade carioca, como médicos, professores, *technicos* e dos apóstolos da moral *christã*, conceitos esses *emittidos* em várias entrevistas que publicamos, nunca foi aceito com agrado pela população *sportiva* suburbana, que vislumbrava na inovação a existência de interesses *occultos*, fora de qualquer finalidade desportiva.

Felizmente, a polícia agiu a tempo e eliminou com pantomina. Cabe agora o DIP⁵⁹, pela divisão competente, prestigiar a *acção* da mencionadas autoridades de terminando que outras entidades não incluam nas suas *programações* as partidas de *football* feminino, o que será acto, mais que regulamentar, visto que dispositivos *legaes* não existir referência alguma *allusiva* a mesma competição⁶⁰.

Em abril do mesmo ano, através do Decreto-Lei nº 3.199 que estabeleceu as bases de organização dos desportos no Brasil com a criação do Conselho Nacional de Desportos (CND), as atividades esportivas que não estivessem de acordo com a natureza da mulher estavam proibidas. O Futebol Feminino era uma delas.

O que aconteceu com o Futebol Feminino após o Decreto-Lei nº3.199?

57 Pinto, Ricardo. Futebol Feminino, Rio de Janeiro: *Diário de Notícias*, 22 de janeiro de 1941, p. 7.

58 Autoria desconhecida. “Não acredito que Avelino Pinto tivesse dito aquilo”. Rio de Janeiro: *O Radical*, 2 de fevereiro de 1941, p. 11.

59 Referente ao Departamento de Imprensa e Propaganda, órgão criado durante o Estado Novo (em 1939).

60 Autoria desconhecida. E acabou o *football* feminino. Rio de Janeiro: *O Imparcial*, 13 de fevereiro de 1941, p. 14.

“Deve ou não deve o *football* invadir os domínios das saias?”

O Decreto-Lei n. 3.199/1941 esteve em vigor até 1979, quando foi extinto o Conselho Nacional de Desportos. Durante esse período, novas organizações de mulheres em torno da prática do futebol surgiram, mas foram coibidas pela justiça, pela própria polícia, ou mesmo criticadas socialmente. Apesar da proibição, a prática não foi completamente interrompida. Algumas movimentações isoladas de mulheres ocorreram em diferentes locais do país entre as décadas de 1940 e 1970.

De acordo com Rigo et al. (2008), em 1950 na cidade de Pelotas/RS, havia duas equipes de mulheres – *Vila Hilda Futebol Club* e *Corinthians Futebol Club* – que tinham inserção na imprensa local. Além da cidade gaúcha, também existem registros de times de mulheres, após a implantação do Decreto-Lei, em Minas Gerais⁶¹, São Paulo e Rio de Janeiro. A *Cruzeiro*, uma das revistas mais vendidas do país na época, publicou em 1959 três longas reportagens sobre jogos de Futebol Feminino em Belo Horizonte (MG). As páginas estampam jovens mulheres em legendas que ressaltam as ideias de beleza e feminilidade, desprezando qualquer qualidade técnica que pudesse existir. As frases⁶² denotavam rebaixamento da atividade: “nem tudo é pó de arroz e frágeis gestos femininos”; “de vez em quando, a botinada aparece, não escapando nem o juiz”; “goleira em posição pouco acadêmica, mas os cabelos são lindos”. Uma das fotografias da edição apresenta a jogadora, em pose de *pin-up*, sendo observada pela audiência, majoritariamente de homens: “durante os 90 minutos de jogo, a goleira Cleusa só pegou uma bola; no resto do tempo ela posou de vedete; a torcida gostou”.

No Rio de Janeiro, persistiram algumas equipes no subúrbio. Além disso, jogos entre vedetes⁶³ foram relativamente comuns no período⁶⁴, ocorrendo inclusive, um amistoso entre paulistas e cariocas no Maracanã. Em 1965, durante a ditadura militar, foi aprovada a Deliberação n.7/65 que reafirmava a disposição de 1941, listando agora as modalidades esportivas indesejáveis: “Não é permitida a prática de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, *pólo* aquático, *pólo*, rúgbi, halterofilismo e *baseball*”. (CASTELLANI FILHO, 1994, p. 63).

61 Uma equipe de futebol de mulheres foi fundada em 1958 no Araguari Atlético Clube em Minas Gerais.

62 FRANCO, José. “Glamour” usa chuteira. *Cruzeiro*, 28 de fevereiro de 1959. p. 124 – 129.

63 Atrizes do teatro e do rádio.

64 Mulher deve jogar futebol? Deputado acha que sim! *Revista do Esporte* (RJ). Edição 294, 1964. p. 4.

“Deve ou não deve o *football* invadir os domínios das saias?”

É justamente durante a década de 1970 que mulheres, de diferentes camadas sociais, começam a se reorganizar em torno outras práticas esportivas, outrora proibidas pela legislação de 1941. Torna-se importante lembrar também que, desde 1975, o CND vinha adquirindo uma postura diferenciada com relação à prática esportiva no país (OLIVEIRA, 1983), quando o país adotou um modelo de organização esportiva no qual era constituído em quatro áreas: esporte comunitário, esporte estudantil, esporte militar e esporte classista. Entre os frutos, estão os Jogos Estudantis Brasileiros (JEBs), Jogos Universitários Brasileiros (JUBs) e a, tão controversa, Loteria Esportiva.

No futebol, jovens socialites organizavam partidas beneficentes, conforme o mencionado na nota *Monô e seu alegre futebol feminino*, publicada na coluna social da revista *O Cruzeiro* de setembro de 1974⁶⁵:

A sra. Daniel Allegro (Monô Prado Simonsen) sempre liderou o time de futebol de mulheres da Vil Simonsen contra o time do Grande Hotel, em benefício das obras assistenciais do padre Orestes. Tricampeãs, dispostas ao tetra, não tiveram este ano a formação de outro time contrário (p.81).

Na segunda metade da década de 1970, na Zona Sul do Rio de Janeiro, grupos de adolescentes, pertencentes às camadas médias, jogavam futebol nas areias das praias. O movimento ganhou força e apoio da comunidade e das mídias. O futebol de areia das “meninas de Copacabana” atraía grande público. Embora fossem eventos gratuitos, os campeonatos geravam ganhos ao setor de bens de consumo, sobretudo, aqueles ligados ao público jovem – como produtos de vestuário e acessórios esportivos.

Mas nas periferias também se jogava futebol. A mesma revista já havia publicado extensa reportagem⁶⁶, em 1971, sobre as mudanças nos estilos de vida de moradores dos conjuntos habitacionais no Rio de Janeiro. Entre elas, encontra-se o futebol praticado por jovens moradoras, chamadas pelo jornalista de “Gatas da Penha”. Os espaços existentes nos conjuntos habitacionais das cidades brasileiras tornaram possíveis a formação de várias jogadoras nesse momento. Era nas várzeas

65 Revista *O Cruzeiro*, 10 de julho de 1974.

66 CARNEIRO, Glauco. A favela está mudando. Revista *O Cruzeiro*, 29 de setembro de 1971. p. 124-129.

“Deve ou não deve o *football* invadir os domínios das saias?”

que as jovens obtinham contato com a bola, até então proibida nas escolas e clubes.

Na segunda metade da década de 1970, jogos entre mulheres ganham força novamente. Desta vez, nas praias de Copacabana. Jovens das camadas médias cariocas formaram equipes de acordo com os locais que moravam. Os times passaram a ser reconhecidos pelos nomes das ruas e a brincadeira do futebol de areia das “meninas” foi crescendo. Surgiram campeonatos que ganharam destaque na imprensa até chamar a atenção de lojas de *grifes* locais. Assim surgiram o *Belfort Roxo/Gang* e o *American Denim*, equipes que traziam os nomes das marcas consumidas pelos jovens da Zona Sul (ALMEIDA, 2013).

Nesse momento é criado o time feminino do *Esporte Clube Radar*. A intenção do presidente do clube, Eurico Lyra, era de lançar as bases para o Futebol Feminino no país e pressionar a CBF a regulamentar a modalidade. A regulamentação foi aprovada em 1983 e no mesmo ano aconteceu a primeira competição nacional: a *Taça Brasil de Futebol Feminino*. É nesse período que as características binárias relativas a gênero (BUTLER, 2012) – sob a perspectiva da normatização do masculino e do feminino – começam a ser largamente exploradas pela grande imprensa. Com regulamentação e, conseqüentemente, com a criação de campeonatos oficiais, o debate em torno do Futebol Feminino deslocou-se da “incompatibilidade biológica” para a emergência de uma feminização: as mulheres poderiam jogar, mas desde que fosse como “femininas”. Percebe-se nesse primeiro momento, a mistura de exotização e fetichização das futebolistas, somadas a grande preocupação com uma possível “masculinização” dos corpos, dos comportamentos e da sexualidade. Dentro dessa perspectiva, essas matérias condenavam os comportamentos violentos, considerados “masculinos”, e enalteciam as características consideradas propriamente “femininas”: os corpos arredondados, o rebolado, a beleza e a simpatia.

Considerações Finais

Em um primeiro momento, pré-proibição, o espaço permitido, destinado, ao Futebol Feminino compreendia festas de caridade, picadeiros de circo e áreas do subúrbio⁶⁷. Do Decreto-Lei de 1941 até a sua revogação em 1979, as iniciativas, agora mais isoladas, de mulheres para a retomada da prática dessa modalidade eram

67 Denominação na época designada aos espaços da cidade compreendido atualmente como periferia.

“Deve ou não deve o *football* invadir os domínios das saias?”

vistas como exotismos, ganhando ares de fetiche. Característica que esteve presente até a primeira década de 2010 (FRANZINI, 2005; ALMEIDA, 2013; KESSLER, 2015; PISANI, 2018; ELSEY; NADEL, 2019). Durante os anos de 1970, mulheres das camadas mais altas da sociedade voltaram a promover jogos de futebol como atrativo para recepções festivas e ações de caridade. Mais para o final da década, as várzeas e as praias cariocas voltaram a ser palco de disputas do Futebol Feminino. No entanto, a “anistia⁶⁸” veio apenas quatro anos depois, com a regulamentação do Futebol Feminino pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Mas ao contrário do ocorrido com presas/os e exiladas/os políticas/os, a anistia ao Futebol Feminino não foi ampla e irrestrita: ela foi – e ainda é – condicionada ao julgamento de todo um universo moral historicamente dominado por homens.

Mas qual teria sido o fato punível associado ao Futebol Feminino? De acordo com os discursos higienistas da época, praticar atividades esportivas que concentrassem características consideradas viris e que, portanto, iriam contra a natureza do corpo de mulher. Partindo dessa lógica, voltar-se contra a natureza, é voltar-se contra a maternidade, contra o sagrado. A proibição à prática do futebol pelo Estado brasileiro em 1941 – e depois em 1965 – revelou o que há séculos têm se repetido: a restrição da autonomia das mulheres sobre seus próprios corpos.

Carmen Rial (1998) afirma que, nas últimas décadas, a presença das mulheres no futebol fez com que esse esporte perdesse seu caráter de gênero, deixando de ser marca de masculinidade. Entretanto, quando nos transportamos para o reinício dessa presença – pós-1979 – essa fronteira entre um futebol de características masculinas e femininas parece ser bem mais demarcada. Isso porque estamos falando de um período em que o futebol está consolidado como parte da identidade nacional, porém, uma identidade construída a partir de uma “norma masculinizadora”. Judith Butler fala sobre as *regulações de gênero* a partir de uma heterossexualidade compulsória e atribui papel importante à linguagem na produção da construção das “categorias fundacionais de sexo, gênero e desejo” (2003, p. 9). Fazendo uma analogia ao futebol, podemos dizer que o esporte foi ao longo do Século XX “masculinizado” não apenas no Brasil,

68 Atualmente, temos preferido o termo “Anistia ao Futebol Feminino”, aproveitando-nos da expressão utilizada por uma interlocutora que participou do movimento pela legalização. A palavra advém do latim *amnestia*, que traz na semântica a ideia de perdão, de um perdão coletivo. Além disso, inclui o contexto e o sentimento vivido no Brasil entre fins da década de 1970 e início de 1980.

“Deve ou não deve o *football* invadir os domínios das saias?”

mas em também em outros países⁶⁹. Aqui, as leis proibitivas em 1941 e 1965 ajudaram a reforçar esse processo performativo ao legitimar uma determinada “ordem natural”. Rial (2013) vai além ao admitir que o futebol de mulheres é invisível no país. No entanto, o fato não anularia a pressão sofrida por parte da sociedade. Tal invisibilidade seria fruto dessa mesma construção. Para tanto, a autora compara a história das mulheres a dos negros em campo ao dizer que a transição, para as primeiras, foi na direção oposta: da liberdade à proibição.

Referências

ALMEIDA, Caroline S. **Boas de bola**: um estudo sobre o ser jogadora de futebol no Esporte Clube Radar durante a década de 1980. 2013. Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFSC. Florianópolis, SC, Brasil, 2018.

ALMEIDA, Caroline S. **Do sonho ao possível**: projeto e campo de possibilidades nas carreiras profissionais de futebolistas brasileiras. 2018. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFSC. Florianópolis, SC, Brasil.

ALMEIDA, Caroline S. Mulheres futebolistas. Debates sobre violência e moral durante o Estado Novo brasileiro. **Lusotopie Journal**, v. 18, n. 1, 2019. p. 95-118.

BESSE, S. **Modernizado a desigualdade**: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo 1999.

BONFIM, Aira F. **Football feminino entre festas esportivas, circos e campos suburbanos**: uma história social do futebol praticado por mulheres da introdução à proibição (1915-1941). Mestrado (Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, SP, Brasil, 2019.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CAPUCIM E SILVA, Giovana. **Narrativas sobre o futebol feminino na imprensa paulista**: entre a proibição e a regulamentação (1965-1983). Mestrado em História – São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil**: a história que não se conta. Campinas, Papyrus, 1988.

COSTA, Leda Maria da. O futebol feminino nas décadas de 1940 a 1980. **Revista da AGCRJ**, n.13, 2017, p.493-507.

CUNHA, Olívia M. G. Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo. **Mana**: v.10. Rio de Janeiro: Museu Nacional do Rio de Janeiro, 2004. p. 287-322.

69 As proibições ocorreram em toda a Europa, após um período de ascensão do futebol “feminino” que coincidiu com a I Guerra Mundial e o ingresso massivo de mulheres em esferas públicas.

“Deve ou não deve o *football* invadir os domínios das saias?”

DAMATTA, Roberto. Antropologia do óbvio: um ensaio em torno do significado social do futebol brasileiro. In: DAMATTA, Roberto. **A bola corre mais que os homens**: duas copas, treze crônicas e três ensaios sobre futebol. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

ELSEY, Brenda; NADEL, Joshua. **Futboleira**: a history of women and sport in Latin America. Austin: University of Texas Press, 2019.

FRANZINI, Fábio. Futebol é “coisa pra macho”? Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol. **Revista Brasileira de História**. n. 50, vol. 25. São Paulo. p. 316 – 328.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. In: **Revista Brasileira de Educação Física**. v. 19, n. 2. São Paulo: abr./jun. 2005. P. 143–151.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Feminismos, mulheres e esportes: questões epistemológicas sobre o fazer historiográfico. **Movimento**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, maio/ago. 2007, p. 171–196.

GOELLNER, Silvana Vilodre; KESSLER, Claudia Samuel. A sub-representação do futebol praticado por mulheres no Brasil: ressaltar o protagonismo para visibilizar a modalidade. *Revista USP* (São Paulo), n. 117, abril/maio/junho 2018, p. 31–38.

GOMES, A.- C. **A invenção do trabalhismo**, Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

GUTTERMAN, Marcos. **O futebol explica o Brasil**: uma história da maior expressão popular do país. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

KESSLER, Claudia Samuel. **Mais que Barbies e Ogras**: uma etnografia do futebol de mulheres no Brasil e nos Estados Unidos. 2015. Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Centro de Ciências Sociais e Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Porto Alegre, 375 p.

LEVER, Janet. **Soccer Madness**: Brazil's Passion for the World's Most Popular Sport. Chicago: University of Chicago Press, 1983.

MOURÃO, Ludmila; MOREL, Márcia. As narrativas sobre o futebol feminino o discurso da mídia impressa em campo. In: **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 26, n. 2. Campinas: jan. 2005. P. 73–86.

OLIVEIRA, Vítor Marinho de. **O que é Educação Física?** São Paulo: Brasiliense (Coleção Primeiros Passos), 1983.

PEREIRA, Leonardo. **Footballmania**: uma história social do futebol no Rio de Janeiro, 1902 – 1938, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

PISANI, Mariane da S. **“Sou feita de chuva, sol e barro”**: o futebol de mulheres praticado na cidade de São Paulo (Tese). Universidade de São Paulo (PPGAS). São Paulo: 2018.

RECHTMAN, Enio. **Itaboca, rua de triste memória**: imigrantes judeus no bairro do Bom Retiro e o confinamento da zona do meretrício (1949 a 1953). Dissertação (Mestrado em Estudos Árabes e Judaicos). Universidade de São Paulo, 2015.

RIAL, Carmen. Marta is better than Kaká: the invisible women's football in Brazil. **Labrys** [online], v.28, Jul/Dez, 2015. Disponível em

“Deve ou não deve o *football* invadir os domínios das saias?”

<https://www.labrys.net.br/labrys28/sport/carmen.htm>. Acesso em dezembro de 2019.

RIAL, Carmen . El invisible (y victorioso) fútbol praticado por mujeres en Brasil. **Nueva Sociedad**, v. 1, p. 114–126, 2013.

RIAL, Carmen. New Frontiers: The transnational circulation of Brazil's women soccer players, in AGERGAARD, Sine; TIESLER, Nina (org). **Women, soccer and transnational migration**. London, New York, Routledge: 86–101.

RIAL, Carmen. Rugby e Judô: esporte e masculinidade. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Míriam. (Org.). **Masculino, Feminino, Plural**. Florianópolis: Mulheres, 1998, v. , p. 229–258.

RIGO, Luiz Carlos; GUIDOTTI, Flávia G.; THEIL, Larissa Z.; AMARAL, Marcela. Notas acerca do futebol feminino pelotense em 1950: um estudo genealógico. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 29, n. 3. Campinas: mai. 2008. P. 73–86.

RODRIGUES FILHO, Mario. **O negro no football brasileiro**. Irmãos Pongetti Editores: Rio de Janeiro, 1947

AS GERAÇÕES DE GRUPOS ORGANIZADOS DE TORCEDORES NO BRASIL: O CAMINHO ATÉ AS ALIANÇAS

Eduardo Araripe Pacheco de Souza ¹

Resumo

Estudos sobre torcedores de futebol no Brasil, principalmente os que se organizam em grupos (geralmente denominados “*torcedores organizados*” ou “*torcedores uniformizados*”), começaram a despertar interesse de pesquisadores sociais a partir da década de 1990, relacionados a temas como a violência nos esportes, comportamento juvenil, grupos urbanos, sociabilidades, entre outros de interesse das ciências sociais. Verdade é que os torcedores redimensionaram a relação torcida/futebol profissional e, especialmente, a relação espectador/espetáculo de futebol, através da mobilização coletiva nos estádios e aparição permanente na mídia. O presente estudo foi desenvolvido através de uma etnografia que pretende a compreensão sobre a organização, comportamento, perfil social e características associativas desses grupos; um processo muito maior, complexo e dinâmico que mudou a forma de pensar o assunto e alicerçou a interpretação sobre a formação das **alianças entre torcidas de estados diferentes**. A construção do vínculo social (Aliança) entre grupos de cidades diferentes, portanto, é interpretada como uma escolha determinante entre o protagonismo ou a invisibilidade, no contexto do futebol de espetáculo.

Palavras chave: futebol, grupos organizados, aliança, protagonismo, invisibilidade.

Generations of organized groups of fans in Brazil: The path to alliances

Abstract

Studies on soccer fans in Brazil, especially those that organize themselves in groups (usually called “organized fans” or “uniformed fans”), started to arouse the interest of social researchers in the 1990s, related to themes such as violence in sports, youth behavior, urban groups, sociability, among others of interest to the social sciences. It is true that the fans redimensioned the relationship between fans and professional football and, especially, the relationship between spectators and football spectators, through collective mobilization in stadiums and permanent appearance in the media. The present study was developed through an ethnography that aims to understand the organization, behavior, social profile and associative characteristics of these groups; a much larger, complex and dynamic process that changed the way of thinking about the subject and underpinned the interpretation of the formation of alliances between fans from different states. The construction of the social bond (Alliance) between groups of different cities, therefore, is interpreted as a determining choice between protagonism or invisibility, in the context of spectacle football.

Keywords: football, organized groups, alliance, protagonism, invisibility.

¹Pós doutorando pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, eusouza.87@gmail.com

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As primeiras pesquisas específicas sobre **grupos de torcedores** começaram a ser produzidas no Brasil a partir da década de 1990, inseridas nas discussões sobre violência urbana e *violência nos esportes*². Deram continuidade e ampliaram um conjunto de estudos sobre os esportes (o futebol em especial), enquanto objeto de análise e compreensão da cultura e sociedade brasileira produzidos em décadas anteriores, a exemplo do artigo "**Football Mulato**", de Gilberto Freyre (1983), uma das primeiras produções acadêmicas sobre o futebol no país.

Merece destaque a coletânea "*universo do futebol*", organizada por Roberto DaMatta (1982), onde o antropólogo compreende o futebol brasileiro como uma máquina capaz de socializar as pessoas, um sistema altamente complexo de transmissão de valores essenciais e um domínio onde se garante a continuidade e permanência cultural e ideológica. Destaco ainda Simoni Lahud Guedes, que desde sua primeira produção sobre o tema, "*O futebol brasileiro: instituição zero*" (1977) constitui-se um dos pilares nos estudos da temática.

Trabalhos realizados em São Paulo e Rio de Janeiro (REIS, 2009; MURAD, 2010; PIMENTA, 1997; TOLEDO, 2000) dão conta de que os primeiros grupos de torcedores surgiram no final da década de 1930. Frequentavam os estádios em pequenos grupos, compostos por amigos próximos e familiares, de forma discreta – as *assistências*. Com o advento da profissionalização do futebol brasileiro (1933) passaram a interagir nas arquibancadas com mais ênfase, tanto nos incentivos quanto nas cobranças, agregando outros valores e atraindo mais simpatizantes. Assim surgiram as *torcidas uniformizadas e organizadas*, conforme sugere a literatura de referência.

Não há consenso sobre o grupo de torcedores que merece a "primogenitura" no futebol brasileiro. Dividem-se os pesquisadores entre o "*grêmio tricolor*", **fundado em 1939**, posteriormente chamado "*torcida uniformizada do São Paulo*"; e os que defendem a "*charanga do Flamengo*" ou "*charanga rubro-negra*", criada em

2 Uma série de episódios violentos protagonizados por grupos de torcedores em estádios de futebol, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, motivou pesquisas que se dedicaram a tentar compreender o comportamento e o significado social dos integrantes de torcidas organizadas. Um dos eventos de maior repercussão no país refere-se à briga generalizada no estádio do Pacaembu, em São Paulo, ocorrida no dia 20 de agosto de 1995, entre componentes das torcidas "*Mancha Verde*", da Sociedade Esportiva Palmeiras, e "*Independente*", do São Paulo Futebol Clube. Vários estudos foram produzidos sobre a possível relação entre violência no futebol e Torcidas Organizadas, dentre os quais destaco Toledo (1996), Pimenta (1997), Heloísa Reis (2006) e Maurício Murad (2007). Os estudos sobre violência nos esportes foram profundamente influenciados pela repercussão do *hooliganismo* nos estádios europeus, alicerçados na teoria do *Processo Civilizador* de Norbert Elias (1990).

As gerações de grupos organizados de torcedores no Brasil:

1942, no Rio de Janeiro. Por certo, os primeiros grupos foram notados nos estádios de São Paulo e Rio de Janeiro entre o final da década de 1930 e início dos anos 1940, espalhando-se rapidamente pelos centros de maior expressão do futebol nacional a partir de 1970.

Surgiram em um contexto histórico e social onde predominavam fortes motivações ideológicas difundidas em torno das ideias de *raça, nação, identidade e cultura nacional*, inseridos numa cultura urbana que viabilizou sociabilidades marcadas pela superficialidade, transitoriedade e isolamento do indivíduo, representadas no surgimento de grupos juvenis urbanos com *estilos de vida*, estratégias de *demarcação de território* (termo nativo) e práticas de convivência que possibilitam uma extrema identificação entre seus integrantes.

Em geral, os pesquisadores concordam sobre o perfil dos atuais integrantes de grupos organizados de torcedores: são grupos tipicamente juvenis, cuja composição etária situa-se entre 15 e 30 anos, predominantemente homens, apesar do crescente número de mulheres. Registrei dados semelhantes durante a etnografia realizada com grupos do Recife, entre 2010 e 2011 (SOUZA, 2012), e posteriormente ratificados na pesquisa com torcedores de grupos aliados, entre 2013 e 2016⁴. Redimensionaram a relação torcida/futebol profissional, especialmente a relação espectador/espetáculo, através da sua mobilização nos estádios e de sua aparição permanente na mídia (TOLEDO, 2000: 133). Em pouco mais de um século de futebol no Brasil a diversão descompromissada e elitizada passou a fenômeno de massas.

A organização dos grupos possibilitou a criação da *Associação Nacional das* (ANATORG), em 13 de outubro de 2010, com o objetivo de unir reivindicações de todas as torcidas do país, com o apoio de organizações como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MTST).

3 O termo "uniformizada" é anterior ao termo "organizada". Atualmente os maiores grupos de torcedores adotam a segunda denominação para destacar que existe uma organização interna para além da mera uniformização (TOLEDO, 1996: 26). *Charanga* é um conjunto de instrumentos de percussão que formam uma pequena banda de música. Em alguns locais do Nordeste são conhecidas por "batucadas".

4 Pesquisa base da Tese de doutoramento defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia, UFPE, em 2016, com o título "**FAZER ALIANÇAS: Uma escolha determinante entre o protagonismo e a invisibilidade dos grupos organizados de torcedores de futebol no Brasil**". Entre novembro de 2012 a outubro de 2015 a etnografia foi realizada com torcidas de Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Pará e do Distrito Federal.

As gerações de grupos organizados de torcedores no Brasil:

Para facilitar a compreensão sobre o processo de expansão das torcidas até as grandes **alianças nacionais** (objeto do presente artigo), o artigo foi dividido em três partes: na **primeira** abordo a formação e a expansão dos grupos organizados de torcedores divididos por **gerações**, procedimento adotado como recurso metodológico de análise. Na **segunda parte** realizo um detalhamento da organização social e características dos grupos das três primeiras gerações. Por fim, a **terceira seção** é uma proposta de reflexão sobre as motivações que possibilitaram a formação das ALIANÇAS entre grupos de torcedores do Brasil.

1. AS GERAÇÕES COMO RECURSO DE ANÁLISE

No *sensu comum* “torcedores uniformizados” e “torcedores organizados” são termos equivalentes, utilizados em referência aos torcedores agrupados e reconhecidos pelo uso de vestimentas idênticas e, em muitos casos, pelo uso de práticas violentas. Uma parcela significativa de profissionais do esporte, meios de comunicação e representantes de órgãos públicos nutre a mesma percepção,

Organizadas pedem PM fora dos estádios

O plenário Primeiro de Maio, uma das principais salas da Câmara Municipal de São Paulo, recebeu visitas incomuns na manhã de ontem. Na primeira vez em que a CPI das torcidas organizadas (iniciada em junho passado), recebeu membros das maiores **torcidas organizadas** (grifo nosso) dos clubes que formam o “trio de ferro” paulista (Corinthians, Palmeiras e São Paulo), a oratória formal e cheia de contornos dos vereadores deu lugar a um discurso direto e uma pedida unânime dos **uniformizados** (grifo nosso): o fim da Polícia Militar dentro dos estádios de futebol da capital paulista. (Nota publicada no *Jornal do Comércio*, caderno de esportes (p.7), dia 22.out.15, Recife-PE).

Do ponto de vista legal, a **Lei Federal 10.671**, de 15 de maio de 2003, mais conhecida como “**Estatuto do Torcedor**”, no Artigo 2º define Torcida Organizada como “**a pessoa jurídica de direito privado ou existente de fato, que se organize para o fim de torcer e apoiar entidade de prática esportiva de qualquer natureza ou modalidade**” (os destaques são meus). No entendimento de muitos juristas, para que uma “torcida organizada” tenha sua existência reconhecida não precisa encontrar-se legalmente constituída e

As gerações de grupos organizados de torcedores no Brasil:

com estatutos registrados no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme Artigo 45 do Código Civil Brasileiro.

Alguns importantes pesquisadores do futebol brasileiro, já citados nesse artigo, defendem que “*torcidas uniformizadas*” e “*torcidas organizadas*” são faces de um mesmo objeto. Dentre eles prevalece o termo “*torcidas organizadas*” e a diferenciação entre os grupos é feita através da dimensão numérica dos associados e formas de organização interna,

Ainda que existam diferenciações formais entre as Torcidas Organizadas, sobretudo no que se refere à organização, tamanho, patrimônio construído, elas se assemelham quanto à morfologia interna evidenciada por níveis socioeconômicos e culturais bastante congruentes. A rigor, substancialmente, **distinguem-se somente pelo fato de aderirem a times variados** (grifo meu) [Toledo, 1996: 105].

Por outro lado, a pesquisa de campo ofertou-me argumentos capazes de ampliar o diálogo com os teóricos de referência por entender que **há diferenças significativas** entre os grupos de torcedores surgidos em períodos distintos na história do futebol brasileiro. É possível identificar, por exemplo, vários grupos atuais que preservam as mesmas características vistas nas décadas de 1930 e 1940, animando os estádios com suas “charangas”, ritmadas por um pequeno número de integrantes (práticas carnavaalizadas). Também é possível notar grupos com relativo número de associados, mas sem qualquer sistema de organização interna ou estratégias de captação de recursos; ou ainda grupos que alcançaram uma complexidade que lhes exigem padrões de organização similares a grandes empresas. Isto pode ser visto em alguns grupos de São Paulo e Rio de Janeiro, os quais extrapolaram os limites do futebol e tornando-se Escolas de Samba.

Portanto, ao considerar a complexidade e diversidade do objeto de estudo lancei-me ao desafio de interpretá-lo a partir de uma nova categoria analítica, aqui sugestionada como “**grupos organizados de torcedores**”, sem o reducionismo dos termos “torcedores uniformizados” ou “torcedores organizados”. Faltava, portanto, a definição de um instrumento metodológico que facilitasse o entendimento deste complexo caminho, o qual possibilitou a configuração das atuais **redes de alianças**.

As gerações de grupos organizados de torcedores no Brasil:

Os critérios adotados para a divisão dos grupos de torcedores, por gerações

Após uma longa e detalhada consulta aos arquivos da ANATORG, contabilizei **549 (quinhentos e quarenta e nove)** grupos distribuídos por todas as regiões do Brasil⁵. Os dados analisados além de chamarem atenção para o número expressivo de grupos possibilitam-nos perceber a dimensão que o futebol alcançou no país, sua popularidade e representatividade. Por consequência é possível entender a capacidade de utilização do futebol pelas classes dirigentes do país como “símbolo da identidade nacional” e instrumento ideológico.

Importante esclarecer que a proposta de sistematizar o objeto de análise através de uma nova categoria de interpretação não foi tarefa fácil, considerando que os já consagrados pesquisadores brasileiros já o dissecaram a partir das noções clássicas (torcidas organizadas e uniformizadas). Assim, as ideias que fundamentaram essa proposta foram organizadas através do seguinte percurso metodológico:

[1] Inicialmente separei os **549** grupos cadastrados na ANATORG por regiões e estados. Em seguida agrupei-os de acordo com a década de criação, adotando como marco inaugural o ano de **1939** (criação da torcida *Grêmio São Paulino*), considerado por mim o grupo pioneiro dentre os **grupos organizados de torcedores do Brasil**.

[2] Ao perceber que os grupos surgidos em uma mesma década não necessariamente possuem as mesmas características, fez-se necessário o **estabelecimento de critérios** com base nas informações obtidas durante a pesquisa. Na sequência utilizei referenciais que me possibilitaram agrupar as torcidas em “**gerações**”.

[3] Após definição dos referenciais de início e término de cada geração os grupos organizados de torcedores foram distribuídos, considerando que a dinamicidade e flexibilidade das relações sociais transitam e transpõem as linhas demarcatórias (aqui definidas didaticamente) através de um fluxo contínuo e indeterminado.

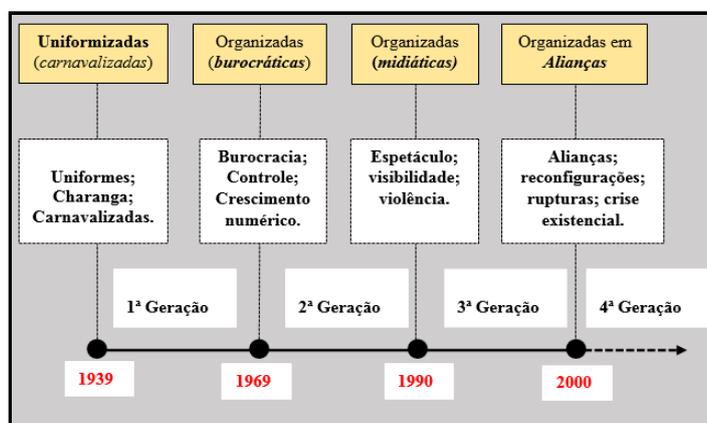
⁵ As torcidas cadastradas na ANATORG estão listadas em um banco de dados, por Regiões e Estados, entretanto, sem ordem cronológica a partir da data de criação, fazendo-se necessária a separação dos grupos dentro de cada recorte temporal, bem como a construção de tabelas e listas que facilitassem a interpretação dos grupos dentro dos parâmetros estabelecidos para a análise desejada. As informações estão disponíveis no endereço <<http://www.anatorg.com.br>>.

As gerações de grupos organizados de torcedores no Brasil:

Dito isto, os critérios adotados para a definição das gerações são apresentados abaixo. Em seguida apresento a distribuição das gerações, no Quadro 1:

- a. Década de criação do grupo;
- b. Organização interna dos grupos (informal ou burocratizada);
- c. Liderança (natural ou escolhida);
- d. Práticas performáticas nos estádios;
- e. Lógica de existência grupal (o pacto associativo);
- f. Formas de arrecadação e sustentabilidade;
- g. Estratégias de visibilidade e crescimento do grupo;
- h. Violência como recurso; e
- i. Capacidade de formação de redes de cooperação com torcidas de outros Estados (**alianças**).

Quadro 1 – Gerações dos grupos organizados de torcedores no Brasil



Cada geração proposta foi pensada de maneira que pudesse acomodar os grupos que se aproximassem do padrão de organização e pacto associativo estabelecidos entre seus membros, considerando-se os critérios já apresentados. É possível afirmar que algumas torcidas reconhecidas como *uniformizadas* ou *organizadas* tenham atravessado as fronteiras simbólicas entre as gerações, adequando-se as mudanças culturais e sociais. Assim, mesmo que surgidos no contexto da quarta geração (após o ano 2000) alguns grupos optaram por preservar e/ou adotar características

As gerações de grupos organizados de torcedores no Brasil:

identificadas com gerações anteriores. Essa possibilidade foi interpretada como estratégia para alcançar crescimento e visibilidade, ou para conquistar a simpatia e a aceitação dos *torcedores comuns*⁶ e da opinião pública, e, neste caso, recorrendo ao saudosismo e ao discurso da “não violência”.

Importante mais uma vez salientar que a proposta de analisar o fenômeno dos grupos organizados de torcedores no Brasil divididos por gerações foi pensada e estabelecida como recurso para facilitar a identificação e a compreensão da **organização social dos grupos**, e assim entender *de que forma e por quais motivos* os grupos estabeleceram-se em **redes de alianças entre torcidas**, a partir da década de 1990.

2. AS TRÊS PRIMEIRAS GERAÇÕES (1939–2000)

Primeira geração: torcidas uniformizadas e carnavalizadas (1939 – 1969)

Destaquei na apresentação do artigo que a *torcida uniformizada do São Paulo* e a *charanga rubro-negra*, criadas respectivamente em 1939 e 1942, disputam simbolicamente a primogenitura dentre os grupos organizados de torcedores no Brasil, inaugurando a fase em que os torcedores passaram a torcer juntos e com propósitos definidos. Fazem parte dessa **primeira geração** outras três torcidas cariocas fundadas até o final da década de 1960: a *Torcida Organizada do Vasco* (TOV), criada em 1944; a *Torcida Jovem Flamengo* (1967), uma dissidência da *charanga rubro-negra*; e a *Torcida Organizada do Botafogo* (1957), cuja criação foi associada à figura de um “torcedor símbolo” do clube, chamado nos estádios de “Tarzan”⁷. Todas essas torcidas atravessaram os referenciais estabelecidos entre as gerações e permanecem em atividade.

No desenvolvimento da pesquisa não encontrei referências a outros grupos de torcedores em cidades fora do eixo Rio/São Paulo até 1968, entretanto, especula-se a existência de uma “*torcida de Dona*

⁶ Interpreto por *torcedores comuns* a categoria que representa o simpatizante do futebol sem estar vinculado a qualquer grupo específico, mas que desenvolve plenamente o sentimento de pertencimento clubístico – mesmo quando não é frequentador regular dos estádios de futebol.

⁷ Como exemplo de “torcedor símbolo”, cujo termo foi discutido anteriormente, Otacílio Batista do Nascimento, o “Tarzan”, animava a *assistência* com um megafone na mão nos jogos do Botafogo. Posteriormente esta torcida deu origem a uma das principais torcidas vinculadas ao clube na atualidade, a *Torcida Jovem do Botafogo*, criada em 1969.

As gerações de grupos organizados de torcedores no Brasil:

Alice Neves", na década de 1920, **em Belo Horizonte**⁸. É somente na década de 1960, já inseridos no que considero "**segunda geração**" (1969–1990), que vários grupos foram criados em cidades de outros estados do país, dando início ao processo de expansão nacional do fenômeno, conforme detalharei mais adiante.

As *torcidas uniformizadas* da **primeira geração** proporcionaram novas práticas de sociabilidades a partir da substituição da companhia exclusiva de amigos e familiares em dias de jogos. Assumiram novas representações identitárias grupais (principalmente camisetas e bandeiras alusivas ao grupo); desenvolveram *performances* e estéticas pouco comuns nos estádios, até então. A inserção da "*charanga*" trouxe aos estádios a alegria e irreverência próprias à festa do carnaval, espalhando-se rapidamente para todos os estádios. Plenamente ajustadas às expectativas dos clubes e ao modelo de *assistência* desejado por parte da imprensa esportiva, dirigentes de clubes e jogadores da época; os grupos identificados com a primeira geração também são conhecidos como "*torcidas carnavalizadas*".

As festas promovidas com criatividade e propagação do discurso de paz nos estádios possibilitaram que os grupos conquistassem a simpatia dos *torcedores comuns* e dos veículos de comunicação da época. Vários concursos entre torcidas, patrocinados por jornais e clubes da época foram realizados. Em 1943, o jornal *A Gazeta Esportiva* (SP) realizou uma disputa entre as torcidas do *Corinthians* (SP) e *Palmeiras* (SP), sendo vencedora a torcida que homenageasse com mais criatividade e beleza da torcida adversária. Na ocasião, as duas torcidas fizeram mosaicos humanos homenageando a rival.

Segunda geração: torcidas organizadas e "burocratizadas" (1969–1990)

O ano de **1969** torna-se emblemático na história dos grupos organizados. A criação da torcida *Gaviões da Fiel*, composta por torcedores do *Corinthians Paulista*, representou a ruptura e superação de um modelo de organização interna marcado pela informalidade e pelo imprevisto, características das *torcidas*

⁸ Segundo o site oficial do Atlético Mineiro, a senhora Dona Alice Neves, mãe de Mário Neves (um dos fundadores do clube) uniformizava e costurava bandeirinhas para que a equipe de futebol contasse com o apoio da sua torcida feminina em dias de jogos. Essa torcida teria estado na inauguração do Estádio Antônio Carlos, em 1929, antigo estádio do Clube até a construção do estádio Independência. As informações estão disponíveis em: <<http://www.atletico.com.br/torcidas>>.

As gerações de grupos organizados de torcedores no Brasil:

uniformizadas (carnavalizadas) até aquele momento, dando origem a **segunda geração**. Criada numa época onde qualquer reunião de pessoas ou associações era interpretada como ameaça ao regime estabelecido (governo ditatorial – 1964 e 1985), a *Gaviões* distinguiu-se dos demais grupos por contestar as decisões do clube, além engajar-se diretamente nos movimentos em prol da abertura política e redemocratização do país. Em 11 de fevereiro de 1979, durante o jogo Corinthians e Santos, com mais de 100 mil pessoas no Morumbi, a *Gaviões* abriu uma faixa com os dizeres “**Anistia ampla, geral e irrestrita**”, como demonstração explícita de apoio ao movimento contra a Ditadura Militar⁹.

Além disso, a *Gaviões* inovou por adotar um modelo de organização interna semelhante ao que é feito por algumas empresas – o que foi interpretado por alguns autores como um modelo *burocratizado*. Na verdade, a *Gaviões da Fiel* estabeleceu a *divisão do trabalho* definindo papéis e funções específicas entre seus integrantes, criando metas e, principalmente, adquirindo autonomia financeira em relação ao clube, aproximando-a das características de uma *Estrutura Funcional* no linguajar das ciências administrativas.

Importante esclarecer que a linha demarcatória entre as duas primeiras gerações de grupos organizados no Brasil tem como referência o modelo de organização social adotado, não sendo correto afirmar que houve uma ruptura brusca ou radical das características performáticas e estéticas das torcidas que foram criadas a partir de 1970. A **uniformização** das camisetas e as **práticas performáticas** (*carnavalizadas*) em dias de jogos, por exemplo, continuaram a fazer parte dos grupos burocratizados que analiticamente estão postos na “segunda geração”.

Enquanto as torcidas “*uniformizadas*” da primeira geração organizavam-se exclusivamente em torno da festa realizada em dias de jogos, as torcidas “*organizadas*” assumiram cada vez mais a condição de protagonistas do espetáculo e alcançaram maior visibilidade e adesão entre o público jovem. Gradativamente e à medida que os grupos surgidos no contexto da primeira geração cresciam em número de simpatizantes e maior repercussão nos

⁹ Dentre todas as manifestações políticas relacionadas ao futebol o maior exemplo ficou conhecido como “democracia corintiana”. Movimento liderado por alguns jogadores, além de diretores do próprio clube, ao longo da década de 1980, opondo-se as arbitrariedades e mandonismos típicos da vida dos clubes de futebol. Jogadores intelectualizados como, Sócrates, Casagrande e Wladimir eram pivôs deste processo democrático, e se mobilizavam por melhores condições de trabalho, escolha coletiva de companheiros de trabalho e tudo que era direcionado a prática de futebol era decidido no âmbito da coletividade. (FLORENZANO, 2010: 40).

As gerações de grupos organizados de torcedores no Brasil:

veículos de comunicação da época, novos grupos surgiram em várias partes do Brasil assumindo papéis cada vez mais importantes na vida dos clubes do futebol brasileiro.

Durante a pesquisa etnográfica percebi que esses jovens foram atraídos inicialmente pelas performances e estética dos grupos e, posteriormente, pela expectativa de estabelecer relações de cooperação, solidariedade grupal, aceitação social, identidades coletivas e pertencimento; além de visibilidade. Bastante reveladora a comparação de dois relatos que obtive através de um mesmo interlocutor – componente de um dos grupos da cidade do Recife–PE, criado em 1972, em dois momentos distintos da pesquisa, durante a coleta etnográfica¹⁰, cuja transcrição segue abaixo,

(Relato 1, setembro de 2011):

“As bandeiras eram feitas na casa de algum “membro” que tinha mãe costureira. “A gente” comprava os panos e ela costurava, e aí, algum carro trazia para o jogo. O papel picado era preparado antes do jogo, com jornal velho que todo mundo juntava, ali mesmo na entrada do campo, até que a diretoria (citando a diretoria do clube) deu uma sala pra gente guardar o material. Isso é que era torcida. As de hoje (referência as torcidas que surgiram durante a década de 1990 e que atualmente são as maiores), mandam fazer tudo fora, não tem amor, só tem beleza!”.

(Relato 2, abril de 2014):

“É cada vez mais difícil fazer festa, as torcidas de hoje querem aparecer e criar tumultos. O pior é que prejudicam todas as outras torcidas. Nós queremos continuar com a festa, mas os clubes estão tratando todo mundo igual, estamos sofrendo as consequências do mal das torcidas jovens. Temos que vender cada vez mais *brindes* e camisas para comprar os ingressos, porque hoje, nem ingresso a diretoria quer dar (diretoria do clube), diz que é proibido pela justiça, porque as outras criaram tumulto. Não somos uma empresa, somos uma torcida, mas temos que vender, vender!”.

¹⁰ As duas interlocuções foram realizadas com um mesmo integrante da torcida organizada *Bafo do Leão*, do Sport Recife. A primeira, em 2011, foi estabelecida durante a etapa da pesquisa de campo que possibilitou a elaboração da Dissertação de Mestrado defendida em fevereiro de 2012, onde pesquisei as torcidas organizadas da cidade de Recife–PE. A segunda interlocução foi realizada em abril de 2014, compondo a etnografia da Tese de Doutorado, já referenciada.

As gerações de grupos organizados de torcedores no Brasil:

O primeiro relato reproduz a lógica das torcidas *uniformizadas*, revelada num discurso saudosista do interlocutor, ao passo que o segundo relato, menos efusivo e otimista, revela a necessidade de mudança na organização e comportamento do grupo. Relatos de membros de torcidas dos estados da **Bahia, Alagoas, Ceará e Pará**, em sua maioria criadas na década de 1980, sugerem que tenham percorrido caminhos análogos as torcidas do Recife. Inicialmente carnavalizadas, assumiram gradativamente a condição de “*torcidas organizadas*”, inspiradas pelas performances das maiores torcidas do país, principalmente do eixo Rio de Janeiro/São Paulo.

As roupas, os acessórios, as tatuagens, a cor do cabelo, os rituais de cânticos, as cores das bandeiras, as coreografias previamente ensaiadas são recursos de identificação que marcam a necessidade que o jovem tem de “ser diferente” e, enquanto estratégia, essa “apropriação da diferença” possibilita a atração de novos membros e aumento de arrecadação dos grupos. A importância da representação por símbolos e brasões foi analisada por Durkheim (1996) como “marca distintiva” de um grupo, sinal diacrítico, identificação, de pertencimento,

Mas o totem não é apenas um nome; é um emblema, um verdadeiro brasão, cujas analogias com o brasão heráldico foram frequentemente assinaladas. (...) O totem é, antes de tudo, o brasão de um grupo” (idem, 1996: 107).

Nas linhas seguintes apresento algumas das representações dos grupos organizados de torcedores que reforçam a identidade grupal e o sentimento de pertencimento:

[a] Uniformes - As vestimentas e os acessórios são elementos fundamentais na identificação e distinção entre os integrantes de uma torcida. As camisetas, os agasalhos e os bonés, além de preservarem e ostentarem as cores, os emblemas e os símbolos do grupo possibilitam a uniformidade e a demarcação dos espaços (territórios). A camisa, herança dos primeiros grupos uniformizados é o principal elemento de identificação dos grupos, a “*segunda pele*”, chamada por muitos deles de “*manto sagrado*”; **[b] Bandeiras, faixas e “trapos”** - As “*bandeiras*” simbolizam a história, as conquistas, os símbolos e os ídolos das torcidas - que podem ser atletas ou líderes, incluindo os que morreram defendendo o grupo -, e através delas identifica-se ainda a origem da facção ou do subgrupo (cidade ou bairro), as lideranças, os grupos aliados. Pela quantidade de bandeiras existentes compreende-se a dimensão do

As gerações de grupos organizados de torcedores no Brasil:

grupo, considerando que cada subgrupo estará representado por no mínimo uma bandeira (SOUZA, 2012). Dentro dos estádios juntam-se as “**faixas horizontais**” usadas para demarcar territórios e transmitir mensagens aos jogadores, dirigentes e outros torcedores, muitas vezes até ultrapassando os limites dos estádios. Os “**trapos**”, posicionados verticalmente nas arquibancadas, representam a influência das torcidas sul-americanas sobre as brasileiras; [c] **Tatuagens e cabelos pintados** – Tatuagens e pintura dos cabelos têm sido observados em muitos integrantes de grupos, destacando as letras iniciais dos grupos (no couro cabeludo, braços e costas, principalmente); [d] **A comunicação** – Tem papel fundamental na sociabilidade e disputa simbólica entre os grupos. Os gestos de cumprimento, as danças, as músicas, os *gritos de guerra*¹¹, as pichações; têm forte significado.

Os grupos organizados da **segunda geração** cresceram em número e em importância política dentro dos clubes, passando efetivamente da condição de **coadjuvantes** a **protagonistas** (dentro e fora dos estádios), criando “instituições dentro de instituições”. Através da análise dos dados disponibilizados no cadastro da ANATORG foi possível identificar o crescimento numérico e a expansão do fenômeno das torcidas por todas as regiões do país, ao longo das décadas de 1970 e 1980. Enquanto a **primeira geração** (1939–1969) ficou restrita a 04 (quatro) grupos do Rio de Janeiro e São Paulo –, a **segunda geração** (1969–1989) já contava com 89 (oitenta e nove) grupos organizados em todas as regiões, distribuídos por 17 (dezesete) Estados. Ainda em 1969 foram criados grupos em várias partes do país, como a *Torcida Jovem do Botafogo* (Botafogo, RJ); a *Torcida Jovem Amor Maior* (Ponte Preta, SP); a *Torcida Jovem do Santos* (Santos, SP); *Camisa 12* (Internacional, RS), e *Força Atlética de Ocupação* (Atlético, MG), estas duas últimas as **primeiras torcidas organizadas fora do eixo Rio de Janeiro/São Paulo**.

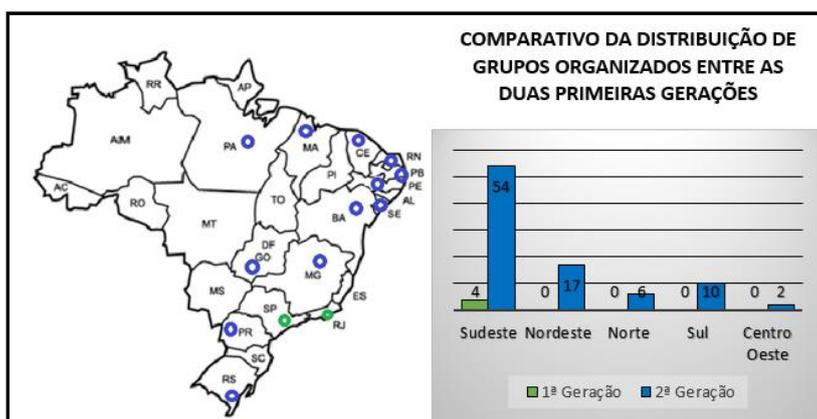
De acordo com os dados da ANATORG, nas décadas de 1970 e 1980 foram criados grupos quase todos os estados do Brasil. Nas regiões Sudeste e Nordeste apenas no Espírito Santo e Piauí, respectivamente, não havia grupos de torcedores cadastrados, enquanto que nas regiões Norte e Centro-Oeste o fenômeno ficou restrito ao Pará, Goiás e Distrito Federal. Isso pode ser entendido como reflexo direto da expansão urbana tardia em algumas regiões

¹¹ São “gritos de guerra” todas as músicas ou cantos produzidos pelas torcidas nos estádios. Através dos grupos organizados esses cantos passaram a ser dirigidos para insultar as torcidas adversárias.

As gerações de grupos organizados de torcedores no Brasil:

brasileiras, uma vez que, no mesmo período, grupos eram identificados em praticamente todos os estados onde a urbanização teve início na década de 1960. Uma comparação realizada a partir das datas de fundação dos grupos reproduz a distribuição nacional do fenômeno das torcidas organizadas, criadas até o ano de 1989:

Quadro 2 - Quantitativo e distribuição de grupos organizados de torcedores nas duas primeiras gerações



Organização social dos grupos de torcedores

A *organização social* das primeiras “*torcidas uniformizadas*” era bastante simples, quando comparada aos grupos que surgiram nas décadas de 1970 e 1980. No interior dos grupos as posições – *status* – tornaram-se mais complexas a partir do modelo de organização que adotaram. Até o surgimento da “*Gaviões da Fiel*” (1969) em geral o fundador assumia a condição de “dono” ou presidente da torcida. Dependiam das contribuições financeiras mensais e de arrecadações periódicas, pagas pelos seus integrantes, autodenominados sócios, além de algumas ofertas de ingressos, dinheiro e objetos para a realização de bingos por parte de dirigentes e jogadores dos clubes.

O modelo introduzido pela *Gaviões da Fiel* também teve repercussão financeira entre os grupos. Através da divisão do trabalho as principais torcidas passaram a ser autossuficientes e independentes financeiramente em relação aos clubes, seja pela venda de produtos alusivos (bonés, camisetas, canecas, chaveiros, etc.) ou, principalmente, pela cobrança de mensalidades. Desta forma o modelo de organização que proponho para os grupos da **segunda geração** é composto por:

As gerações de grupos organizados de torcedores no Brasil:

[a] Presidente da torcida – é o representante e líder do grupo. A maior parte das torcidas desta geração elegiam seus presidentes através de votação entre os associados.; **[b] Vice Presidente** – Escolhido pelo presidente, tem a função de representá-lo e, em muitos casos é o sucessor natural; **[c] Diretores** – Grupo de *componentes* escolhidos pelo presidente por critérios de confiança e que se responsabilizam pela administração do **patrimônio** (bandeiras, instrumentos musicais, troféus de concursos, camisas e fotos históricas, etc.). Não são atividades remuneradas, *a priori*, mas gozam de prestígio e poder dentro da torcida tendo vários benefícios e regalias, como ingressos e viagens pagas pela torcida em jogos dentro do Estado e fora dele; **[d] Tesoureiro** – responsável pelas **finanças** do grupo, tem o controle do pagamento das mensalidades, venda de produtos e recolhimento das doações feitas pelo clube, jogadores e parceiros; **[e] Associados ou componentes** – Constituem a maioria dos integrantes da torcida sendo responsáveis pelas *performances* nas arquibancadas e pela vida econômica do grupo.

Em resumo, a adjetivação “organizada” prevaleceu na identificação da maioria das torcidas que foram criadas ao longo da década de 1970, possivelmente como reflexo do sucesso e crescimento experimentados pela torcida organizada corintiana. Faz-se necessário esclarecer que muitos grupos preservaram as características “carnavalizadas” e informais que marcaram as primeiras *torcidas uniformizadas* da primeira geração, seja como estratégia de preservação das origens – uma espécie de saudosismo –, ou mesmo para se esquivarem das repercussões negativas junto à opinião pública que passaram a existir em virtude dos atos de violência praticados por muitos grupos de torcedores em todo país, principalmente a partir da segunda metade da década de 1990.

Este é um importante aspecto para compreensão do fenômeno dos grupos organizados, uma vez que o reconhecimento próprio – *uniformizada* ou *organizada* – não corresponde necessariamente às características da organização interna dos grupos. Por certo é a introdução de um novo modelo de gestão interna que simbolicamente determinará a transposição entre as duas primeiras gerações, conforme tentei expor.

Terceira geração: torcidas organizadas midiáticas e “espetacularizadas” (1990–2000)

As gerações de grupos organizados de torcedores no Brasil:

A década de 1990 representou no âmbito do futebol brasileiro a fase das mudanças, em busca da modernização e recondução do país ao degrau mais alto entre as potências do futebol mundial. Os insucessos nas Copas de 1982 e 1986 reforçaram os argumentos que exigiam a equiparação e organização/gestão do nosso futebol ao modelo europeu. Um campeonato nacional dividido em séries¹², a venda dos direitos de transmissão, novos parceiros comerciais, clubes empresas, leis que garantissem maior autonomia aos clubes nas contratações e negociações de jogadores, controle da violência nos estádios; eram medidas necessárias à recuperação do prestígio que fora comprometido em virtude dos fracassos dentro de campo. Com a conquista do mundial de 1994 (nos EUA) o futebol brasileiro chegava à era do “futebol de espetáculo”, e os interesses do capital entraram definitivamente no jogo.

Neste contexto, exige-se de todos os atores do espetáculo futebolístico (dirigentes, promotores de eventos, atletas, críticos e patrocinadores), uma plena adequação aos interesses da “indústria do espetáculo” (DAMO, 2012: p.40). Os grupos organizados de torcedores que tentaram se adequar ao padrão exigido pelo “futebol de espetáculo” deram significado ao que proponho como a **terceira geração (1990–2000)**. Neste cenário competitivo, a tensão e o conflito, naturalmente em níveis mais elevados, aumentarão quanto maiores forem às possibilidades de ganho ou perda em termos de valor econômico e/ou simbólico.

Na perspectiva dos clubes, os grupos organizados com maior número de membros representavam maiores arrecadações com a venda de ingressos e possibilidade de votos nas futuras eleições internas dos clubes. Por outro lado, as lideranças dos grupos organizados esperavam receber, vantagens e tratamentos diferenciados (em relação a outros grupos de torcedores). Assim, barganhavam a cessão de espaços no interior do clube, auxílio financeiro para viagens e ingressos para jogos.

Entretanto, como em todas as relações estabelecidas em nome de interesses e vantagens, essas aproximações revelaram-se tensas e ambíguas, entre dirigentes dos clubes e grupos de torcedores. Os maiores grupos do Recife chegaram a possuir entre o final dos anos

¹² Importante esclarecer que o Torneio Rio/São Paulo, disputado desde 1950 foi substituído em 1967 por um campeonato mais abrangente com a participação dos principais times do Brasil, a época. Entre 1971 a 1979 o Campeonato nacional variou entre 20 e 94 participantes, de estados distintos do país. A partir de 1987 o campeonato brasileiro passou a um formato que priorizou os interesses econômicos, dentro do conceito de “futebol de espetáculo”. Após 2005 o campeonato brasileiro passou a ter 20 clubes nas duas principais divisões (A e B).

As gerações de grupos organizados de torcedores no Brasil:

1990 e início dos anos 2000 mais associados que os próprios clubes, principalmente entre a faixa etária dos 12 aos 35 anos. A venda de produtos oficiais dos clubes (camisas, bandeiras, insígnias) passou a sofrer a concorrência dos produtos comercializados pelos grupos organizados, vendidos informalmente e por valores mais baixos (em média 20% dos valores cobrados nos produtos oficiais), e neste aspecto, clubes e torcidas eram aliados e concorrentes, ao mesmo tempo.

Os grupos de torcedores que passaram a utilizar estratégias e recursos para alcançarem visibilidade e projeção nacional, em geral, quando comparados aos da geração anterior, mudaram suas performances e estéticas (dentro dos estádios) e suas atividades cotidianas extrapolaram a dimensão tempo-espço do jogo de futebol. Muitas torcidas tornaram-se formalmente "*Pessoa Jurídica de Direito Privado*" e assumiram modelos de organização que se assemelham a empresas, incluindo estruturas físicas transformadas em sedes sociais.

Todas as dinâmicas empreendidas têm por objetivo "*chamar atenção*" e "*virar notícia*", conquistar visibilidade dos outros atores do "futebol de espetáculo", dentro e fora dos estádios. As *performances* deixaram de ter como alvos apenas jogadores (incentivo), dirigentes (cobrança) e demais torcedores (festa e animação); foram direcionadas às câmeras televisivas e torcedores rivais, como demonstração de poder e força. Cânticos ininterruptos durante os jogos, exposição dos ("*bandeirões*") e instrumentos pirotécnicos (como sinalizadores) elevaram os grupos a condição de protagonistas e, ao mesmo tempo, vilões do "futebol de espetáculo". A "espetacularização", portanto, é a principal característica da terceira geração.



Imagem - "Bandeirões" nos estádios do Recife-PE. Fotos do autor.

Inicialmente as *performances* desenvolvidas pelos grupos da *terceira geração* (1990 a 2000) foram resultado direto dos contatos culturais entre os torcedores de cidades distintas do Brasil; entretanto, a

As gerações de grupos organizados de torcedores no Brasil:

intensificação dos contatos entre equipes brasileiras e *sul-americanas* (principalmente as “barra bravas” argentinas), em disputas da “Taça Libertadores da América” foi responsável pela assimilação de coreografias e do estilo vibrante daquelas torcidas, cuja ênfase está numa cultura de intimidação do adversário e incentivo a **sociabilidade de conflito**. Os diversos confrontos entre grupos de torcedores registrados em todo o país entre o final dos anos 1990 e início dos anos 2000 modificaram gradativamente a visão simpática de que gozavam os grupos brasileiros (muito em virtude das torcidas “carnavalizadas da primeira geração”).

Se durante os primeiros anos da década de 1990 a imagem dos grupos foi amplamente utilizada pelos veículos de comunicação como instrumento de divulgação do “futebol de espetáculo”, paixão e festa nas arquibancadas; a partir da segunda metade dessa década passaram a representar riscos e obstáculos aos negócios do futebol. A viabilidade do “negócio do futebol” não poderia ser comprometida por “vândalos”, e em poucos anos esses grupos deixaram de ser destacados como representantes da paixão e da alegria nos estádios para assumir a condição de **principal mal do futebol brasileiro**.

Foi neste contexto que os grupos organizados de torcedores passaram a ser vistos como indesejáveis aos interesses do futebol de espetáculo e viram-se obrigados a renegociar seu papel nesse campo de interesses. As “*amizades*” entre grupos de cidades diferentes, anteriormente convenientes para alguns poucos grupos, tornaram-se necessárias, intensificadas e ampliadas através de grandes **relações de alianças** com grupos de estados distintos, sendo essa, portanto, a principal característica dos grupos surgidos entre o final da década de 1990 e início dos anos 2000, interpretados nesse estudo como a **quarta geração** dos grupos organizados de torcedores do Brasil.

3. QUARTA GERAÇÃO: *As Alianças nacionais como estratégia de resistência*

Enquanto políticos, empresários e demais profissionais do futebol adequavam-se as novas exigências da competitividade e produção de resultados (lucros), as arquibancadas brasileiras estavam inquietas. Os grupos que experimentaram maior crescimento criaram também novas necessidades. O sucesso requisitou gradativamente

As gerações de grupos organizados de torcedores no Brasil:

mais parcerias que lhes rendessem recursos financeiros e logísticos capazes de atender as novas demandas. Entretanto, foi a partir da segunda metade da década de 1990 que os grupos necessitaram reinventar suas estratégias para superação de uma invisibilidade que começava a ameaçá-los, em virtude, basicamente, das repercussões da violência.

As parcerias tornaram-se explícitas através de aproximações entre grupos de cidades distintas, reconhecidas em termos nativos por "*amizades*". Inicialmente buscavam apoio logístico nas cidades onde as partidas de futebol seriam realizadas (transporte, alimentação e estadia). As primeiras "*amizades*" foram então estabelecidas entre seguidores cujos clubes possuíam sinais diacríticos semelhantes (cores dos uniformes e mascotes), ou mesmo por motivações de cunho étnico. Surgiram assim "*amizades*" entre integrantes da "*Gaviões da Fiel*" (Corinthians/SP) e da "*Fúria Jovem*" (Botafogo/RJ), que possuem as mesmas cores no uniforme (preto e branco); como também entre grupos organizados da Portuguesa de Desportos/SP e do Vasco da Gama/RJ, clubes fundados pelas colônias portuguesas de São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente.

Ao receber um grupo de outra cidade, no aeroporto ou na rodoviária, a torcida "nativa" possibilitava aos "estrangeiros" uma relação de confiança e companheirismo, possivelmente retribuída quando os papéis fossem invertidos. A intensificação dos contatos entre os grupos de cidades distintas deu origem a "*amizades*" que passaram a ser compartilhadas por uma rede de amigos em comum, dando origem as ***relações de alianças entre torcidas de cidades diferentes***.

Essa troca de "gentilezas" e favores entre os grupos aliados materializada no momento da troca de camisetas, bandeiras e faixas fundamenta o "sistema de prestações" (MAUSS, 1974) que se institui numa cadeia de reciprocidades entre os grupos, espécie de representação simbólicas da fidelidade, camaradagem e amizade, e que posteriormente serão usadas e exibidas nas arquibancadas dos estádios de todo Brasil para ratificar a aproximação. As primeiras grandes alianças nacionais passaram a integrar grupos das regiões Sudeste, Sul e Nordeste posteriormente agregando grupos das outras regiões do país.

Com o passar dos anos, várias outras alianças foram estabelecidas, como também desfeitas. Desta forma foram criadas ainda na

As gerações de grupos organizados de torcedores no Brasil:

década de 1990 as três principais redes de alianças entre grupos de torcedores do Brasil, em termos de sociabilidades, como também as que preservam maiores rivalidades entre si.

[a] “**punho cruzado**”, formada pelas Torcida Jovem (Flamengo/RJ), Independente (São Paulo/SP), Camisa 12 (Inter/RS), Máfia Azul (Cruzeiro/MG) e Torcida Jovem (Sport/PE); [b] “**dedo pro alto**”, formada pela Mancha Verde (Palmeiras/SP, atualmente Mancha Alviverde), Galoucura (Atlético/MG), Força Jovem (Vasco da Gama/RJ); [c] “**punho colado**”, agregando a Young-Flu (Fluminense/RJ), Fúria Independente (Paraná/PR) e Fúria Independente (Guarani/SP).

Os critérios utilizados para a definição sobre quem seriam “*amigos*” e “*irmãos*” também foram repensados. Não se tratava mais de conveniência (como nas primeiras amizades), contudo, estabelecer vínculos sociais capazes de proporcionar na base das trocas – reciprocidade –, todos os recursos e apoios necessários a manutenção e crescimento dos grupos. Essas relações tornaram-se vitais, sobretudo a partir da ruptura definitiva com os clubes aos quais estavam vinculados.

Independentemente das similaridades dos sinais diacríticos e de identificação (cores dos uniformes, mascotes comuns, origem étnica, etc.) a partir dos anos 2000 os grupos que passaram a fazer parte das alianças tiveram como “referenciais” favoráveis ao vínculo: [1] **número de membros associados**, [2] **capacidade de venda de produtos** (nos estádios, nas sedes dos grupos, e/ou em lojas virtuais), [3] **capacidade de apoio aos “irmãos” ou “amigos”**, [4] **capacidade de mobilização em dias de jogos**.

Percebe-se uma nítida tentativa de estabelecer vínculos utilitaristas em cidades diferentes de todas as regiões do país, principalmente por parte dos grupos vinculados a clubes que participam regularmente das principais competições nacionais. Por outro lado, grupos vinculados a clubes que têm participação limitada a disputas regionais buscaram alianças com grupos geograficamente próximos, o que fica bastante perceptível através das duas grandes alianças criadas entre clubes do Nordeste, conforme quadro abaixo:

Quadro 3 – Alianças entre clubes nordestinos

Estado	União lado A	União lado B
Alagoas	“Torcida Mancha Azul” (CSA).	” Comando

As gerações de grupos organizados de torcedores no Brasil:

Bahia	"Bamor" (Bahia).	Vermelho" (CRB).
Ceará	"Leões da TUF"; "Jovem Garra Tricolor" (ligados ao Fortaleza); "Força Jovem do Guarany" (Guarany de Sobral).	"Cearamor"; "Movimento Organizado Força Independente" (ligados ao Ceará).
Maranhão	"Torcida Motofolia" (Moto Clube).	Tubarões da Fiel (Sampaio Corrêa).
Paraíba	"Torcida Jovem do Galo" (Treze).	"Jovem Fanático" (Náutico).
Pernambuco	"Inferno Coral" (Santa Cruz).	
Rio Grande do Norte	"Torcida Máfia Vermelha" (América); "Fúria Jovem do Baraúnas" (Baraúnas).	"Torcida Garra Alvinegra" (ABC).
Sergipe	"Trovão Azul" (Confiança).	

As "*Uniãoes do Nordeste*" que a lógica da rivalidade entre os *grupos organizados* não segue a lógica da rivalidade clubística, sendo possível identificar clubes rivais (em seus estados) fazendo parte dos mesmos grupos de aliados. Devido ao modelo de organização implantado no futebol brasileiro, a maior parte das equipes das regiões **Nordeste, Norte e Centro-Oeste** ficou restrita a participação nos campeonatos estaduais e regionais (no primeiro semestre), e somente uma pequena minoria consegue disputar as divisões inferiores do campeonato brasileiro (séries C e D). As duas grandes alianças criadas entre clubes do Nordeste são bastante sintomáticas desta realidade excludente do futebol brasileiro.

Em grande medida, as novas alianças e amizades foram favorecidas pelo surgimento e propagação das **redes sociais** de relacionamento, que por sua vez também foram fundamentais no reforço dos vínculos entre os grupos e um espaço importante para a divulgação das principais relações de sociabilidades praticadas por eles (festas, viagens, campanhas assistenciais, organização de caravanas, etc).

No que concerne à organização interna dos grupos da **quarta geração**, as principais modificações notadas têm relação com o modo de arrecadação, o sistema de controle dos associados (numérico e comportamental), e o crescimento numérico do número de mulheres. Através das redes sociais foram intensificadas as

As gerações de grupos organizados de torcedores no Brasil:

organizações de festas e “*caravanas*” (aluguel de ônibus ou avião para viagens) que também se constituíram em novas fontes de arrecadação. Também é importante destacar – retomando a importância assumida pelas mulheres –, que os maiores e mais bem organizados grupos de torcedores vêm investindo cada vez mais na produção e venda de artigos direcionados às mulheres (camisas, vestidos, biquínis, etc.). A busca pela *espetacularização* encontrou na “diversidade” uma aliada forte, uma possibilidade real de romper com o padrão estético e culturalmente dominado pelos homens.

As alianças tornaram-se fundamentais também como possibilidade de minimizar os impactos causados pelos prejuízos financeiros, uma vez que a ampliação dos vínculos entre grupos de cidades distintas criou novas alternativas de arrecadação e cooperação. Passaram a vender mais produtos nas lojas de grupos “*aliados*”, ou mesmo através das lojas virtuais criadas e mantidas pelos grupos com maior capacidade de organização interna, possibilitando uma extensa rede de consumo dos produtos característicos do “estilo” dos grupos organizados.

Considerações finais: as alianças como um recurso necessário

O vínculo social é estabelecido na troca, como uma demonstração explícita de aceitação da aproximação, que será logo quanto possível retribuída; e aquilo que Mauss denomina “espírito da coisa” consiste numa representação simbólica deste fundamento,

Hoje, portanto, no seio mesmo das imensas sociedades industriais e estatais que compõem o coração do mundo, o dom não perdeu nem seu caráter pessoal, nem seu caráter voluntário. (...) o ato de dar, para ser realmente um dom, deve ser um ato voluntário e pessoal, senão ele se transforma imediatamente em outra coisa, em imposto, por exemplo, ou em dom forçado. (GODELIER, 2001:p.26).

Por sinal, este é um entendimento que desafia o paradigma dominante que se tornou hegemônico na interpretação das relações humanas, e reconhecido como *teoria da escolha racional* ou *individualismo metodológico*¹³. Por essa interpretação

¹³ Dentre as perspectivas utilitaristas contemporâneas que têm ganhado destaque, a teoria da **escolha racional** destaca-se como a mais evidente. Para os seus defensores, a ação social normal deve ser tida como resultado do raciocínio pessoal que relaciona de modo eficiente meios escassos e fins construídos autonomamente. Os indivíduos percebem seus pares como meios para a obtenção de seus fins pessoais. A noção de racionalidade é vinculada, então, à ideia de consumidor da teoria

hegemônica os vínculos são estabelecidos atendendo a ordem do interesse individual, sobretudo na sua vertente capitalista – utilitarista. Para os economistas o móbil essencial das relações sociais entre os homens seria o desejo de maximizar seus prazeres, seu conforto e suas posses materiais (lucros) – em poucas palavras, sua “utilidade” (CAILLÈ, 2002: p.22)¹⁴.

O atalho interpretativo, portanto, aqui utilizado para compreender a maneira como o vínculo social foi instituído entre *grupos organizados de torcedores aliados* reside justamente nesta perspectiva teórica anti-utilitarista. Através dela é possível compreender que as primeiras “*amizades*” e *alianças* foram gestadas após uma sequência de dádivas e *contra dádivas*, posteriormente impulsionando uma circulação de reciprocidades entre os grupos. Possivelmente, as primeiras demonstrações de dádivas percebidas de um grupo organizado para com outro se deram nas ofertas de assistência (solidariedade) ao grupo visitante, mesmo que na ocasião fosse representante de uma equipe adversária no campo de jogo.

Apensar da tendência moderna em negar a dádiva, as práticas de sociabilidades observadas entre os grupos aliados são estabelecidas através da instalação de um circuito de reciprocidades – redes de solidariedade que contrariam os argumentos utilitaristas da troca motivada pela vantagem –, ratificando aquilo que já fora destacado anteriormente – “o valor de vínculo tem mais importância do que o valor de uso” (CAILLÈ, 2000). Enquanto na sociedade moderna é possível utilizar a relação quase mercantil para interromper uma cadeia de dádivas (relações) – como o uso de presentes caros –, no sistema da dádiva, ***as coisas valem o que vale a relação*** (GODBOUT, 1999: p.19).

Estigmatizados e reduzidos a poucas práticas, principalmente nos estados que restringiram suas atuações por meio de medidas judiciais, fazer alianças com grupos de cidades diferentes tornou-se a principal estratégia adotada pelos grupos organizados brasileiros, como recurso de preservação grupal e resistência contra a exclusão e invisibilidade impostas pelo contexto atual do futebol de espetáculo, adequado e comprometido com os interesses do capital.

econômica, sendo referida geralmente à conduta que busca três elementos básicos: riqueza, prestígio e poder (MARTINS, 2002: p.25).

14 CAILLÈ, A. *Introdução ao movimento Anti-Utilitarista*. In: MARTINS, P. H. *A dádiva entre os modernos. Discussão sobre os fundamentos e regras do social*. Petrópolis: Vozes, 2002.

As gerações de grupos organizados de torcedores no Brasil:

Referências Consultadas

- ALVES, G. *História do futebol em Pernambuco (1903/1950)*. Recife: Editora da Secretaria de Educação e Cultura, 1978.
- ATHIAS, R. *A noção de identidade étnica na antropologia brasileira: de Roquette Pinto à Roberto Cardoso de Oliveira*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.
- BAUMAN, Z. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- BECKER, H. *Segredos e truques da pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- BECKER, L. *Pioneirismos no futebol brasileiro*. Curitiba: Editora campeões do futebol, 2012.
- BRASÍLIA-DF. Lei nº 10.671, de 15 mai. 2003. Dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências. Disponível em: <www.organizadasbrasil.com.br>.
- BUARQUE, B. *O descobrimento do futebol: modernismo, regionalismo e paixão esportiva em José Lins do Rego*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2004.
- BUFORD, B. *Entre os vândalos: A multidão e a sedução da violência*. São Paulo: Companhia das letras, 2010.
- CAILLÉ, A. *Dádiva e associação*. In: *A dádiva entre os modernos, Discussão sobre os fundamentos e as regras do social*. MARTINS, P. H. (org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- CARDOSO de OLIVEIRA, R. *Identidade, etnia e estrutura social*. Rio de Janeiro: Biblioteca pioneira de Ciências Sociais, 1976.
- CUNHA, F. A. *Torcidas de futebol: espetáculo ou vandalismo*. São Paulo: Scortecci, 2006.
- DA MATTA, R. *Universo do futebol*. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982.
- _____. *A bola corre mais que os homens: duas copas, treze crônicas e três ensaios sobre futebol*. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.
- _____. *Carnavais, malandros e heróis: Para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.
- _____. *Relativizando: uma introdução à antropologia social. 2.ed.* Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- DAOLIO, J. *Futebol, cultura e sociedade*. Campinas: Autores associados, 2005.
- DEBORTOLI, J. A. O.; SILVA, S. R.; SILVA, T. F. (orgs.). *O futebol nas Gerais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- DORTIER, J-F. *Dicionário de Ciências Humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- DUNNING, E. "Figurando" o esporte moderno: algumas reflexões sobre esporte, violência e civilização com referência especial ao futebol. Dossiê: Revista de Ciências Sociais da UFC. Fortaleza, v.42, n.1, p.11-26, 2011.
- ELIAS, N.; DUNNING, E. *A busca da excitação*. Lisboa: Difel, 1992.
- ELIAS, N; SCOTSON, J.L. *Os estabelecidos e os Outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

As gerações de grupos organizados de torcedores no Brasil:

- FERREIRA, J. M. *História dos campeonatos: memória do futebol pernambucano (1915 a 2007)*. Recife: CEPE, 2007.
- FRANCO JÚNIOR, H. *A dança dos deuses: futebol, sociedade, cultura*. São Paulo: Companhia das letras, 2007.
- FLORENZANO, P. J. *Democracia Corinthiana: Práticas de liberdade no futebol brasileiro*. São Paulo: FAPESP, EDUC, 2010.
- FREUD, S. *Psicologia das massas e análise do eu*. Porto Alegre: L&PM, 2013.
- GAMEIRO, R. *O Movimento Manguebeat na mudança da realidade sociopolítica de Pernambuco*. In: VI Congresso português de sociologia. Lisboa, 2008.
- GIULIANOTTI, R. *Sociologia do futebol: dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões*. São Paulo: Nova Alexandria, 2010.
- GODBOUT, J. T. *O espírito da dádiva*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- GODELIER, M. *O enigma do Dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GOMES, L. F. (et al.). *Estatuto do Torcedor Comentado*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.
- GRABIA, G. *La Doce, a explosiva história da torcida organizada mais temida do mundo*. São Paulo: Panda Books, 2012.
- GUEDES, S. L. *O Brasil no campo de futebol: estudos antropológicos sobre os significados do futebol brasileiro*. Niterói, RJ: EDUFF, 1998.
- GURGEL, A. *Futebol S/A: A economia em campo*. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.
- HELAL, R.; SOARES, A. J.; LOVISOLO, H. (orgs.). *A invenção do país do futebol: Mídia, Raça e Idolatria*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.
- HOLLANDA, B. B. B. *O Clube Como Vontade e Representação: O Jornalismo Esportivo e a Formação das Torcidas Organizadas de Futebol do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2010.
- LE BON, G. *Psicologia das Multidões*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- LUNA, C. E. F. *A inserção das galeras de baile funk de corredor nas torcidas uniformizadas do Recife*. Recife, 2010. (Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais, UFPE, para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais).
- MACHADO, R. P.; SCALCO, L. M. *Sobre bondes de marca: consumo e rituais entre jovens de baixa renda na cidade de Porto Alegre*. In: RIAL; SILVA; SOUZA (org.). *Consumo e cultura material: perspectivas etnográficas*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012.
- MAFFESOLI, M. *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. 4. Ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2006.
- MARTINS, P. H. *A dádiva entre os modernos. Discussão sobre os fundamentos e regras do social*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MAUSS, M. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: EPU, 1974.
- MOTA, L. A. *Dádiva e sociabilidade no Brasil*. In: Revista Antropológicas, ano 6, volume 13 (2): 107-123 (2002).

As gerações de grupos organizados de torcedores no Brasil:

MURAD, M. *A violência e o futebol. Dos estudos clássicos aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

_____. *Para entender a violência no futebol*. São Paulo: Saraiva, 2012.

PEIRANO, M. *A favor da etnografia*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília-DF, 1992.

PIMENTA, C. A. M. *Torcidas Organizadas de futebol, violência e auto afirmação. Aspectos da construção das novas relações sociais*. Taubaté, SP: Vogal Editora, 1997.

PIRES, A. *A pesquisa qualitativa, enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, pp.43-94.

PRIORI, M. *História do esporte no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2009.

RAMOS, R. *Futebol: Ideologia do poder*. Petrópolis: Vozes, 1984.

REIS, H. H.B. *Futebol e violência*. Campinas, SP: Armazém do Ipê, 2006.

REIS, H. H.B; ESCHER, T. A. *Futebol e sociedade*. Brasília: Líber livros, 2006.

RIAL, C. *Rodar: A circulação dos jogadores de futebol brasileiros no exterior*. HORIZONTES ANTROPOLÓGICOS. Porto Alegre: UFRGS. IFCH. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Porto Alegre, Ano 14, n. 30, p. 21-65, 2008.

RIAL, C.; SILVA, S. R.; SOUZA, A. M. (orgs.). *Consumo e Cultura material: perspectivas etnográficas*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012.

RODRIGUES FILHO, M. *O negro no futebol brasileiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

SANTOS NETO, J. M. *Visão do jogo: primórdios do futebol no Brasil*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

SANTOS, T. C. *Dos espetáculos de massa às torcidas organizadas: paixão, rito e magia no futebol*. São Paulo: Annablume, 2004.

SIMMEL, G. *A natureza sociológica do conflito*. São Paulo: Ática, 1993.

SOARES, L. E. *Futebol e teatro, notas para uma análise de estratégias simbólicas*. Rio de Janeiro: Boletim do Museu Nacional, nº 033, série Antropologia, 1979.

SOUZA, A. A. *Juizado do torcedor: penas, processo e inclusão social*. Recife: Edições bagaço, 2007.

SOUZA, E. A. P. *Paixão perigosa: uma etnografia das torcidas organizadas de Recife-PE*. Olinda: Editora livro rápido, 2014.

SPOSITO, M. P. *A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade*. Tempo Social: Revista de Sociologia da USP. São Paulo: 161-178, 1994.

TEIXEIRA, R. C. *Os perigos da paixão: filosofia e prática das torcidas jovens cariocas*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). PPGSA, UFRJ, 1998.

TOLEDO, L. H. *No país do futebol*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2000.

_____. *Torcidas organizadas de futebol*. Campinas, Autores associados/ANPOCS, 1996. 176 páginas.

_____. *A cidade das torcidas: representações do espaço urbano entre os torcedores e torcidas de futebol na cidade de São Paulo*. In: MAGNANI, J. G. C.;

As gerações de grupos organizados de torcedores no Brasil:

TORRES, L. L (orgs.). *Na metrópole: textos de antropologia urbana*. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. *Transgressão e violência entre torcedores de futebol*. Revista da USP, n. 22, p. 92-101, 1994.

VELHO, G (org.). *Antropologia Urbana. Cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

ZALUAR, A. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. SÃO PAULO: BRASILIENSE, 2000.

A GUERRA DO PARAGUAI E O IMAGINÁRIO ESPORTIVO CATARINENSE

Cristhian Caje¹

Resumo

O soldado-cidadão idealizado a partir das narrativas da Guerra do Paraguai, foi incorporado ao projeto de construção da nacionalidade e, via a prática de exercícios físicos, foi visto como elementar para a consolidação dos valores da República (1889). Este trabalho identifica e analisa alguns desses elementos a partir da experiência visual da Guerra do Paraguai (1865–1870). Partindo de imagens fotográficas e iconográficas em que esses significados históricos emergem e estabelecem relações com a história dos clubes de remo e futebol de Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina. Mostrando como a Guerra do Paraguai desenvolveu um papel importante como elemento dramático para o imaginário heróico e glorioso do esporte catarinense.

Palavras chaves: Guerra do Paraguai, Imaginário, Identidade Nacional, Esporte Catarinense

The Paraguayan War and the Santa Catarina sports imagination

Abstract

The soldier-citizen idealized from the narratives of the war, was incorporated into the project of building nationality and, through the practice of physical exercises, was seen as an elementary part for the consolidation of the Republic (1889). This work identifies and analyzes some of these elements from the visual experience of the Paraguayan War (1865–1870). Starting from photographic and iconographic images, in which historical meanings emerge, establishing relationships with the history of the rowing and football clubs of Florianópolis, capital of the state of Santa Catarina. Showing how the Paraguayan War developed an important role as a dramatic element for the heroic and glorious imagery of Santa Catarina sport.

Key words: War of Paraguay, imaginary, national identity, Santa Catarina sport.

¹ Doutor em Antropologia Social pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina - PPGAS-UFSC. Pesquisador associado ao Núcleo de Antropologia Visual e Estudos da Imagem - NAVI. E-mail: cristhiancaje@gmail.com
Este texto faz parte da Tese de Doutorado intitulada "Os vencedores cheios de glórias: articulações entre masculinidade e memória na imagem do remo em Florianópolis". Defendida em março de 2019, e que contou com o financiamento da bolsa CAPES-DS, NUFFIC.

OS NOMES E A GUERRA

Nomes, como diz o escritor Jorge Luis Borges, citado por Foucault (2000) em *A palavra e as coisas*, são carregados de significações históricas. O nome introduz uma convenção social. Em *Pensamento Selvagem*, Lévi-Strauss (1979) defende que nós primeiro damos o nome, depois encontramos sentidos para ele. Existe uma lógica da modernidade por detrás dos nomes que se relacionam ao surgimento do esporte na capital do estado de Santa Catarina.

Em meados da década de 1880, enquanto Florianópolis ainda era chamada de Desterro², destacava-se na capital do Império como um importante centro exportador de farinha de mandioca e, como cidade portuária, era um ponto de desembarque e circulação para os novos habitantes (MARCONDES, 2012, RODRIGUES, 1971). Havia um incentivo por parte do Império para a imigração europeia, principalmente de alemães e de italianos que chegavam até a pequena vila Nossa Senhora do Desterro. Esse nome, apesar de ser uma referência à fuga da sagrada família para o Egito, desagradava certos moradores, uma vez que lembrava “desterrado”³, ou seja, alguém que está no exílio ou que era preso e mandado para um lugar desabitado.

Essa falta de gosto pelo nome fez com que algumas votações acontecessem para uma possível mudança. Uma das sugestões foi a de “Ondina”, nome de uma deusa da mitologia que protege os mares, (RODRIGUES, 1971, NECKEL, 2003) porém logo foi descartado, até que, com o fim da Revolução Federalista, em 1894, em homenagem ao então presidente da República Floriano Peixoto, o governador do estado, Hercílio Luz, mudou o nome para Florianópolis. A escolha do nome foi, contudo, uma afronta à própria população desterrense, dado que Desterro era uma cidade fortemente monarquista e contrária à Proclamação da República. Floriano Peixoto não era uma autoridade com

2 Em 1514 os portugueses chegaram nesta região, e em 1526 os espanhóis. Apesar de tantas visitas ilustres, o povoamento oficial apenas ocorreu em 1673, e cinco anos mais tarde se construiu uma capela à Nossa Senhora Do Desterro, e daí seu primeiro nome – Desterro. Apenas em 1726 foi elevada à condição de vila, e em 1823 se converteu na capital da província de Santa Catarina.

3 A vasta obra do médico e antropólogo Oswaldo Rodrigues (1903–1978) se debruça sobre a história de Desterro e sobre as disputas pelos nomes ver: **Santa Catarina: História e Evolução**, de 1937. **Nossa Senhora do Desterro**, de 1971, editada pela Imprensa Oficial da Universidade Federal de Santa Catarina, consiste em trabalho de fôlego em quatro volumes: **Notícia I e II e Memória I e II. Notícia**.

A guerra do Paraguai e o imaginário esportivo catarinense.

popularidade na cidade e enfrentou grande resistência de seu governo em Desterro.

A nova Florianópolis (1894) passaria, então, a ser remodelada a partir dos novos anseios da elite local em ascensão com as novas práticas econômicas advindas com a República. Os funcionários públicos, os pequenos proprietários, os profissionais autônomos, os comerciantes e os bacharéis, além de buscar diferenciar-se socialmente das camadas menos privilegiadas da população, também redesenharam as posturas cidadinas, de forma a constituir um ar mais "agradável e sadio"⁴ que afastasse o significado negativo atribuído ao homem litorâneo de Santa Catarina (NECKEL, 2003). Engenheiros, escritores, críticos, poetas, políticos e jornalistas formariam uma geração de produtores de um saber local. Iniciava-se uma era nova na capital, o projeto da modernidade chegava em barcos até o porto, para se instalar e transformar tudo quanto podia em um reflexo da capital do Império.



Imagem N° 1: Praia da Rita Maria (*Acervo do Clube Náutico Riachuelo, sem data*)

4 NECKEL, R. Op Cit., 2003. p.54. KUPKA, Roselane Neckel. **Tensões e imagens do viver urbano em Florianópolis – 1910/1930.** Dissertação (Mestrado em História), CFH, UFSC, Florianópolis, 1993.; NECKEL, R. Op. Cit., 2003.

Na **Imagem Nº 1**, na Praia da Rita Maria, aparece claramente esse contraste estético do período de transição entre Império e República. De um lado, ao fundo da fotografia, a ponte Hercílio Luz, símbolo da modernidade advinda com a nova configuração política do país, e de outro, num primeiro plano, os galpões dos clubes de remo, no início dos anos de 1920, ainda mostrando a relação estreita com a vida litorânea. Esse período de transição intensificou as discussões sobre a necessidade de modificar o panorama topográfico e social da capital catarinense, e com isso, afastar a imagem da “antiga Vila”, associada ao atraso, fazendo surgir a “moderna e civilizada” cidade (NECKEL, 2003)⁵.

Como parte desse empreendimento modernizador, de transformação da vida social, começaram os incentivos das primeiras competições de barcos que acabaram gerando, no ano de 1902, no dia 29 de abril, a fundação da primeira agremiação náutica, o Clube de Regatas 29 de Abril. Foi um grupo de homens, formado em sua maioria por generais do exército da marinha, comerciantes, e políticos, que inauguraram junto com o clube, a prática organizada e esportiva do remo. Em junho de 1902, aconteceu a primeira prova náutica que teve como homenageado o 37º aniversário da Batalha Naval do Riachuelo⁶ e, apesar do fechamento brusco do clube, quatro anos mais tarde, seu surgimento suscitaria indagações sobre a presença do esporte na Ilha de Santa Catarina.

5 NECKEL, Roselane. **A República em Santa Catarina: Modernidade e exclusão (1889-1920)**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003. p.54.

6 A Batalha Naval do Riachuelo, ou simplesmente Batalha do Riachuelo, travou-se a 11 de junho de 1865, às margens do arroio Riachuelo, um afluente do rio Paraná, na província de Corrientes, na Argentina. Essa é considerada pelos historiadores militares como uma das mais importantes batalhas da Guerra do Paraguai que aconteceu entre os anos de 1864 a 1870.



Imagem Nº 2: Pôster, réplica da tela do Victor Meirelles – Combate Naval do Riachuelo (*Registro fotográfico, acervo pessoal, agosto de 2018*)

No dia 11 de junho de 1915, foi fundado o Clube Náutico Riachuelo. O nome trazia uma homenagem à Batalha Naval do Riachuelo e foi representado com as cores azul e branca em seu brasão. Ele nasceu carregando em seu lema na “*grandeza da sua história, fulgura a força*”, como uma referência às conquistas da Guerra do Paraguai. Hoje, é possível apreciar uma réplica da representação dessa batalha na parte superior da porta que dá acesso à sala da diretoria do clube – o espaço administrativo onde se tomam decisões –, como vemos na **Imagem Nº 2** trazendo uma representação iconográfica em tamanho grande, que nos remete ao quadro *Combate Naval do Riachuelo*, de Victor Meirelles (1832–1903)⁷

No Brasil chama-se *A Guerra do Paraguai*. Esse nome parece fazer referência direta a quem carrega a culpa do conflito, o Paraguai. Dessa forma, o Brasil parece se eximir da sua responsabilidade perante as demais nações. Na Argentina e no Uruguai, por exemplo, o nome varia no imaginário e na historiografia dos países vizinhos, sendo conhecida como a

⁷ O pintor catarinense Victor Meirelles nasceu em Desterro no ano de 1832. A pintura original foi feita em óleo sobre tela, cujas dimensões são de 8,2 metros de largura por 4,2 metros de altura. A obra foi encomendada pelo Ministro da Marinha, Afonso Celso de Assis Figueiredo, em 1868, e retrata um confronto naval que aconteceu na Guerra do Paraguai entre a esquadra brasileira e a paraguaia em um trecho do Rio Prata.

A guerra do Paraguai e o imaginário esportivo catarinense.

Guerra da Tríplice Aliança. Esse nome faz uma clara referência ao conluio ou à aliança entre Brasil, Argentina e Uruguai, contra o Paraguai. Já no Paraguai, o evento é conhecido como *A Guerra Grande*, justamente pelo fato dessa guerra ter sido bastante cruel/devastadora, dizimando quase a totalidade da sua população masculina. Até hoje é considerada o maior conflito armado da América do Sul e, como toda situação belicosa, criou suas próprias narrativas, as suas próprias verdades nas diferentes nações participantes.

Uma dessas verdades é que o Brasil dos finais do século XIX, ainda nas mãos do Império de Dom Pedro II, vivia o seu maior apogeu econômico, especialmente com o advento da produção de café, que foi chamado na época de o “ouro preto”. No início da guerra, considerava-se prestigioso participar das batalhas, como um valor que estaria atrelado a uma questão da honra dos homens que iam a combate. Todavia, ao final, o Brasil terminaria sucumbido a uma decadência econômica por conta dos gastos bélicos e hospitalares. A guerra acabou se convertendo num evento em que ambas as partes acharam que seria muito curto, mas acabou se estendendo por seis longos anos e arrasou com a economia de todos os países envolvidos. Esse momento de pós-guerra, e crise econômica, coincidiria com a tomada de forças do partido republicano, do abolicionismo e dos grandes grupos opositores a Dom Pedro II.

Mesmo com o final trágico, o governo imperial fez um investimento enorme em criar suas próprias narrativas e verdades sobre a guerra, a partir do financiamento de artistas como Victor Meirelles e Pedro Américo de Figueiredo e Melo (1877), para eternizar aqueles momentos, como a Batalha do Riachuelo e a Batalha do Avaí, citando alguns, como forma de exaltação cívica, para que a população contemporânea e a posteridade se identificassem com um episódio memorável da História do Brasil através da atuação da Marinha. Essas diferentes narrativas históricas sobre a guerra construídas durante esse período e especialmente as narrativas visuais construídas na pintura, levam-nos diretamente a pensar nessa relação nem sempre harmoniosa entre memória e história.

Por exemplo, o remo catarinense, que surge com potência e protagonismo social no início do século XX, quase quarenta anos depois dos acontecimentos bélicos, retoma toda essa simbologia das grandes batalhas navais, produzidas nessas narrativas do fim do Segundo Reinado, num período de

A guerra do Paraguai e o imaginário esportivo catarinense.

transição republicana e de uma forma menos preocupada com os dados oficiais sobre as perdas que a guerra gerou para o Império. Assim, recria sua própria narrativa, positiva, sobre elas, de forma mais subjetiva, como diria Lilia Schwarcz (2005), sobre os ideais de “brilho” e “força”, como menciona a estrofe do hino, reconstruindo um discurso de nacionalidade que, até os dias de hoje, continua sendo um elemento fundamental para a identidade dos riachuelinos.

A EMERGÊNCIA DOS CLUBES ESPORTIVOS

A poucos meses da fundação do Clube Náutico Riachuelo, um grupo de comerciantes do centro da cidade se reuniu com o intuito de fundar outro clube de remo. No dia 31 de julho de 1915, foi fundado, então, o Clube Náutico Francisco Martinelli. O nome foi dado em homenagem ao jovem guarda-marinha Francisco Martinelli, que, segundo a *Revista Ilustrada*⁸, de 20 Março de 1920, “*trunfará em toda a sua carreira: que subira os degraus por esforços próprios, maravilhando seus amigos, enternecendo seus mestres, enchendo de lágrimas doces os olhos da dolorosa velhinha Martinelli*”.

Com a chegada do novo clube – que tinha as cores vermelho e preto como homenagem a um naufrágio de uma viagem da escola naval em 1913 –, ampliou-se as opções para as competições das regatas, pois o Martinelli se caracterizava pela posição não elitizada de seus participantes e associados. Sua proximidade com a vida comercial do centro rendeu-lhe o título de “o clube mais querido” da cidade, deixando para os torcedores do Riachuelo a região da Rita Maria, na Beira Mar Norte, para que se aglomerassem.

As festas de comemoração e os eventos competitivos mais nobres de ambos os clubes ficavam restritas apenas aos associados, conforme a classe social e o evento em questão. Esses eventos serviram, também, como palanque político, ao construir uma imagem para as torcidas vinculada ao clube em evidência⁹. As regatas costumavam acontecer em frente

8 FILHO, Barreiros. **Revista Ilustrada**, 20 Março de 1920. Cd. SARTORI, Carina. **Na alvorada de um sport: o remo na ilha de Santa Catarina**. 2013. Dissertação Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Programa de pós-graduação em História.

9 Para mais dados sobre a formação das torcidas de remo nesse período e seu papel na sociedade, ver os trabalhos de: SILVEIRA, Arthur Fernandes. **História do Remo em Florianópolis, 1950 – 1970**. Trabalho de Conclusão de Curso da Universidade Federal de Santa Catarina.

A guerra do Paraguai e o imaginário esportivo catarinense.

ao Mercado Público, e do antigo Miramar, que ficava em frente a praça XV – onde fica hoje a praça Fernando Machado – como aparece na **Imagem Nº 3**, e chegavam a aglomerar um público de 6 mil torcedores aproximadamente (SARTORI, 2013). No início do século XX, Florianópolis contava com cerca de 15 mil habitantes e, em 1940, sua população passou a 25 mil habitantes – pois naquela década a Ilha agregou uma parte do continente que pertencia a São José. Até então a capital catarinense era considerada apenas a parte insular (SARTORI, 2003, p. 84). As torcidas se acumulavam nos trapiches, bem perto de onde partiam os barcos.

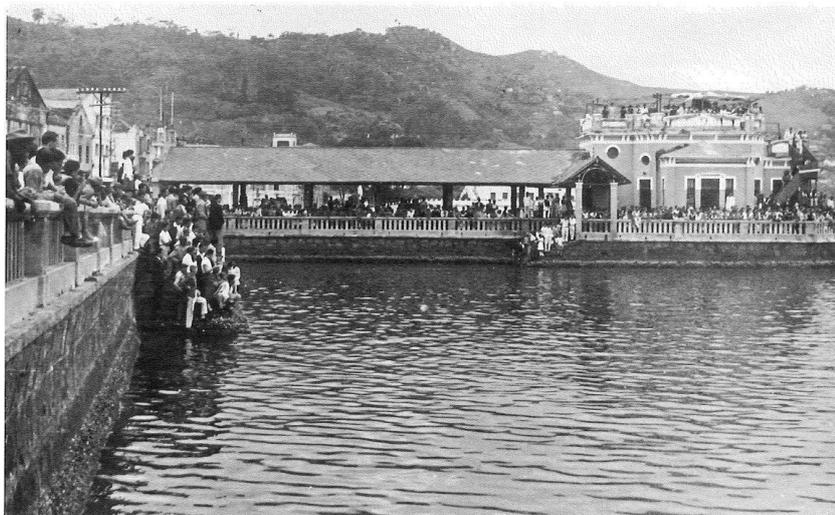


Imagem Nº 3: Torcida no Miramar (*Acervo do Clube Náutico Riachuelo, sem data*)

Se, por um lado, cabia a prática do esporte à alta sociedade catarinense, por outro cabia a participação dos menos privilegiados no incentivo por meio das torcidas, junto às margens da Baía Sul, como vemos na fotografia acima. O Riachuelo estava ligado às famílias Muller, Mund, Moritz e Hoepcke; todas de origem alemã e detentoras da maior parte dos comércios e das indústrias da ilha. O Francisco Martinelli era integrado por comerciantes menores. Três anos depois (1983), foi fundado um terceiro clube, o Aldo Luz, comandado “eternamente” por Aderbal Ramos da Silva, governador, deputado e mandante perpétuo da política catarinense, até seu falecimento (FERREIRA, 1998, p. 59)¹⁰.

2008. BORGES, M.D.G. **Remando nas Águas da História: As heróicas conquistas do Remo de Santa Catarina 1861– 2002**. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado De Santa Catarina, 2002.

10 FERREIRA, Sérgio Luiz. **O banho de mar na ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. Das Águas, 1998, p. 59.

A guerra do Paraguai e o imaginário esportivo catarinense.

Dando sequência à fundação dos três clubes, inaugura-se a Federação Catarinense de Desportos Aquáticos, em 1919, que recebeu o mérito de organizar a prática do remo e de elevar o número de competidores e das competições¹¹.

A política implantada junto com o surgimento da Federação apontava para a modificação dos costumes locais, considerados provincianos e atrasados aos novos padrões de sociedade republicana e urbana, inspirados na capital Rio de Janeiro. Visava também uma modernização física da cidade, em infraestrutura, para fortalecer sua formação como capital no estado de Santa Catarina.

Novos costumes significavam a construção de uma elite local que se firmasse por meio da participação nos clubes de remo e, ao mesmo tempo, que aderissem ao projeto da modernidade por meio deles. Isso causou uma segregação entre as pessoas: de um lado, os pescadores e trabalhadores braçais e, de outro, aqueles que tinham uma influência política, intelectual ou financeira maior sobre a restante, como os altos comerciantes e políticos. As participações dos campeonatos estavam diretamente ligadas ao *status* social da elite local que, para isso, não poupou esforços na marginalização da população que não se enquadra na nova política florianopolitana de modernização. As regatas na orla tornavam-se, nessas ocasiões, espaços de encontro (SARTORI, 2013, p.45).



11 Vários historiadores coincidem com que a chegada dos três clubes, e, especialmente a data da fundação do Aldo Luz e a data de fundação da Federação Catarinense de Desportos Aquáticos

A guerra do Paraguai e o imaginário esportivo catarinense.

Imagem Nº 4: Torcedores e dirigentes do Riachuelo (*Acervo do Clube Náutico Riachuelo, sem data*)

A MASCULINIDADE DA GUERRA

Miskolci (2012) sugere que, a partir da experiência da Guerra do Paraguai, quando o Brasil assistiu à sua primeira grande manifestação nacionalista, podemos compreender o crescente fascínio por uma masculinidade militarizada, a qual emerge durante a instauração da primeira República. Nesse período, também começam a surgir estudos higienistas¹² sobre a educação física, intelectual e moral do soldado, como obras que pregavam a prática de atividades físicas na formação militar como intrinsecamente associadas ao civismo, ao vigor e à saúde (Miskolci, 2012, p. 54). Começam a ser associados esses ideais militares ao projeto de construção de uma masculinidade bélica, inspirada nas narrativas das batalhas navais, vistas como sinônimo de “caráter viril”, de onde emerge o soldado-cidadão, idealizado a partir das imagens das batalhas da Guerra do Paraguai (como vimos no capítulo anterior), mas não só como um discurso nacionalista e identitário recheado de elementos republicanos, como também em um discurso contra o país vizinho. Da mesma forma que essa masculinidade militarizada também se encontra expressada no copo dos remadores.

No Brasil, o esporte e a ginástica se promoveram como práticas civilizatórias, dando lugar a debates entre intelectuais, médicos, comerciantes e políticos sobre o desenvolvimento físico, a saúde, o patriotismo e a organização militar, junto à formação dos jovens e do embelezamento dos corpos na conquista de um povo forte, dando lugar a um homem novo, tanto em forma e aparência quanto e em sentimentos. A transformação dos corpos foi uma estratégia utilizada nas políticas modernizadoras – como foi o incentivo da prática do remo – baseados na retidão de posturas e de hábitos saudáveis. Tais práticas estiveram ligadas à ideia de progresso, aos processos de urbanização, de industrialização e de educação do corpo físico em todo o mundo ocidental, principalmente durante a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX, como apontaram Elias e Dunning (1993).

¹² Nessas obras, o ideal da educação física se associa claramente a uma demanda por formação militar moderna que, em meio a uma onda de apoio republicano, geraria a primeira lei sobre o Serviço Militar Obrigatório, em 1874.

A guerra do Paraguai e o imaginário esportivo catarinense.

A maioria das narrativas históricas sobre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX no Brasil segue mais ou menos a mesma linha: amarram a mudança de regime político, a passagem da Monarquia à República, com a chegada e a instalação do projeto da modernidade junto ao projeto de nação. A partir da proclamação da República, essas narrativas assumem-se como um período de transição ou de ruptura que nos auxilia a compreender a formação de importantes aspectos de nossa sociedade contemporânea. É nesse ensejo que o conceito de cidade emerge, como um puxante e ambicioso projeto que se apropria da capital catarinense, e se realiza em uma série de transformações urbanas que tentaram afastar as características de uma vila portuária, uma capital da colônia, para uma cidade moderna, republicana. Esse esforço se traduziu em uma série de hábitos e códigos morais que acabariam por moldar os corpos dos habitantes da antiga Desterro.

Autores como Edward W. Said (2007)¹³ apontam para as profundas transformações econômicas, políticas e sociais que ocorreram em países que ele chamou de periféricos, como o Brasil e países do norte da África, que, durante o final do século XIX, espelhados na ideia ocidental de modernidade, construindo uma relação desigual com a maior parte do mundo – vista como bárbara e incivilizada. Miskolci (2013), por exemplo, conta que ao mesmo tempo, na Europa, esse projeto de civilização era motivo tanto de desejo quanto de repulsa, pois era visto também como fonte de perigo, ameaça à tradição e causa de novas patologias originadas pelo progresso (p.22). No Brasil, esse mesmo projeto de civilização tendia a ser visto como aliado da tradição apontando para o progresso. “Ou seja, enquanto lá se temiam as consequências da modernização aqui nós a desejávamos, pois nosso inimigo era nosso passado, associado ao atraso, à natureza e aos instintos” (MISKOLCI, 2013, p.23)¹⁴.

Segundo José Murilo de Carvalho¹⁵, para alcançarem seu desejo de nação: “Os missionários da modernização identificavam na população brasileira o grande obstáculo ao

13 SAID, Edward. **Orientalism**. London: Routledge, 1978 [São Paulo: Cia das Letras, 2007].

14 MISKOLCI, Richard. **O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX**. / Richard Miskolci. Prefácio de Margareth Rago. Apresentação de Mariza Corrêa. – São Paulo: Annablume, 2013. (Coleção Queer).

15 CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 2009. _____. “**As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador**”. In: Forças Armadas e política no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. p. 13-61 _____. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.

progresso” (1998, p. 125). O desejo da nova nação brasileira partia de uma classe política e intelectual que se construía por meio de uma avaliação negativa do povo e do seu passado, primeiramente colonizado e depois escravizado. A desqualificação do povo brasileiro como incapaz para se inserir nesse modelo internacional exigia uma transformação na ordem da biopolítica, delineada pela recusa da elite com relação ao povo em favor de uma nação futura, a ser criada como branca e civilizada (MISKOLCI, 2013).

No Brasil, o esporte e a ginástica se promoveram como práticas civilizatórias, dando lugar a debates entre intelectuais, médicos, comerciantes e políticos sobre o desenvolvimento físico, a saúde, o patriotismo e a organização militar, junto à formação dos jovens e do embelezamento dos corpos na conquista de um povo forte, dando lugar a um homem novo, tanto em forma, aparência e em sentimentos.

Os debates da invenção de um novo corpo para um novo povo tinham no mestiço o eixo simbólico da unidade nacional, promovendo nele o rompimento dos discursos de indolência, incapacidade, atraso e doenças (SCHWARCZ, 2005). Baseando-se em “medidas profiláticas, como higiene sexual das famílias, e especialmente nas práticas corporais, como a ginástica e a Educação Física. Acreditava-se que com tais medidas seria possível alcançar resultados benéficos para a constituição de um corpo saudável e para o alcance da “perfectibilidade” da “raça em formação”.

O branqueamento, como um projeto nacional, mesmo que este localizado no passado, começou a reunir no imaginário das elites, as referências para pensar a sociedade como um projeto a ser alcançado no futuro. Essa mesma referência, compreendia o social fundamentalmente como algo biológico, e que, por meio da imigração européia, branca, no futuro, seria possível alcançar uma melhor condição na ordem mundial (MISKOLCI, 2013, p.37).



Imagem Nº 5: Atletas e diretivos do Clube Náutico Riachuelo em 1915
(*Acervo do Clube Náutico Riachuelo*)

Na **Imagem Nº 5**, vemos como foi apresentada a primeira guarnição de remadores do Clube Náutico Riachuelo. Esses ideais, quando chegaram à capital de Santa Catarina, foram traduzidos pelos corpos dos atletas do remo. Eles apareciam com o tronco reto, como uma formação militar, mostrando a musculatura dos braços fortes, se assemelhando a quem usa a força dos braços, mas não necessariamente para trabalhar, já que ao mesmo tempo aparecem bem arrumados, com os cabelos penteados, como se estivessem sempre prontos para os eventos sociais. O contraste entre a roupa leve, apropriada para o calor, dos remadores, e o terno de três peças, que inclui um colete, próprio para o inverno, dos diretores. É como se estivessem em climas diferentes. Mas não surpreende, pois era característico da época o uso de roupas próprias para o clima europeu, como modo de distinção social.

Enfim, essas primeiras imagens em que aparecem os atletas fazem uma clara referência em oposição à postura dos antigos moradores ilhéus. Uma oposição entre aqueles que vão ao mar para lazer e aqueles que vão ao mar a trabalho, entre remadores e pescadores, entre o remo como atividade lúdica e a pesca como busca de sobrevivência. Esse mesmo corpo se repete na **Imagem Nº 6**, em que é possível também ver com destaque os sobrenomes lusos e alemães das primeiras famílias ligadas a seu desenvolvimento, e que

A guerra do Paraguai e o imaginário esportivo catarinense.

ganharam centralidade na sociedade florianopolitana daquela época.

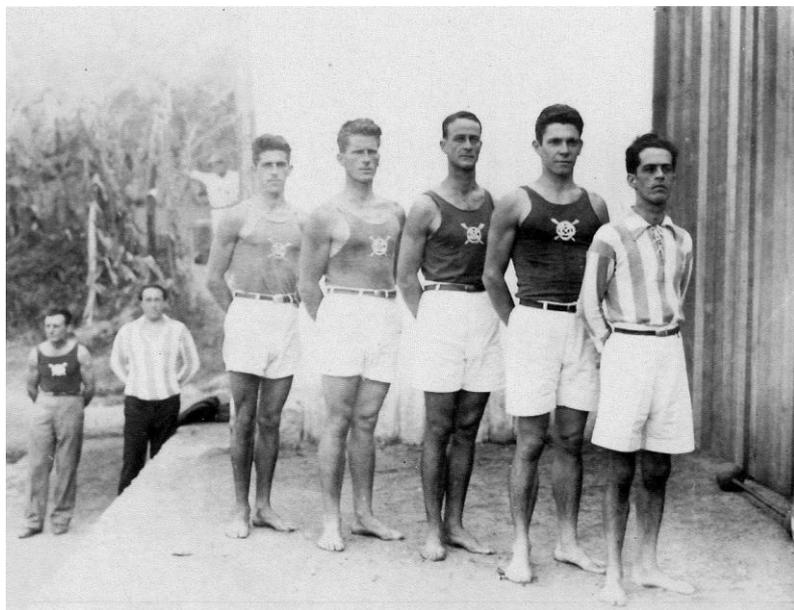


Imagem Nº 6: Guarnição vencedora do Troféu Lauro Carneiro, formada por Eduardo Muller, Max Muller, Alberto Moritz, Orlando Cunha e Décio Couto. (*Acervo do Clube Náutico Riachuelo, sem ano*)

Na **Imagem Nº 7** (abaixo), podemos ver como o incentivo ao esporte envolvia a produção de fotografias de corpos em harmonia coletivamente. Imagens que deveriam promover uma sensibilidade estética de liberdade, efervescência e força. Os Cenários em que eram representadas as conquistas dos atletas remetiam ao estilo da Belle Époque de Paris de inícios de século XX¹⁶.

Os espaços eram preenchidos com tapetes e outros elementos decorativos europeus, como a estátua que é segurada por um dos atletas e que aponta para cima, como sinalizando uma direção e os troféus, sinalizando a vitória. Todos estes elementos tinham como principal objetivo ressaltar todas as qualidades corporais, exibindo cada detalhe, de todas as partes, para que os espectadores

16 Segundo Sartori (2013) Listas de corpos morfologicamente hierarquizados eram publicadas pelas comissões médicas dos jogos Olímpicos em Paris de 1900. As fotos dos participantes desnudos no tórax apresentavam os dados: "do 'tipo torácico' preferido por Demenÿl, ao 'tipo abdominal', em 1902, o 'tipo respiratório' preferido por Sigaud, em 1910, ao 'tipo digestivo' ou ao 'tipo cerebral'."13. Rendimento, dados, centímetros, calendários e cálculos no corpo. Devidamente registrados nas escolas francesas, durante as primeiras décadas do século XX, os corpos passaram a ser comparados em suas proporções e resultados. Jovens corpos testemunharam as transformações que visavam alcançar o *sportman* perfeito, uma justaposição das palavras *sport* e *man* (p. 29-30).

A guerra do Paraguai e o imaginário esportivo catarinense.

possam “Tornar-se consciente do seu corpo com todas as suas articulações para que ele se movimente livremente”¹⁷. Como o remo é um esporte praticado ao ar livre e com certa liberdade ao movimento corporal, devido o uso do *Jersey*, essas imagens despertaram a estética de uma nova masculinidade entre a juventude de Florianópolis, com corpos “que se apresentavam altivos e fortes”, com “liberdade de espírito” (Mello, 2001)¹⁸ performatizando a nova nação que remava rumo ao progresso.

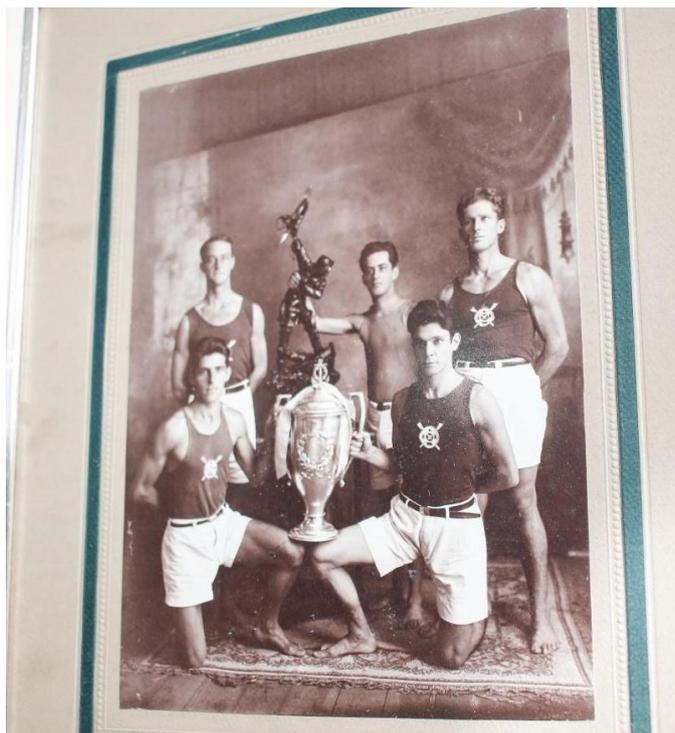


Imagem Nº 7: Atletas do Clube Náutico Riachuelo (sem data) (*Registro fotográfico, acervo pessoal, agosto de 2018*)

Na **Imagem Nº 8** aparecem os remadores representados como heróis da nação, vestindo medalhas de condecoração, representados como o futuro de uma juventude viril aliada à prática dos exercícios físicos. As roupas justas ao corpo delinearam os músculos que agora estavam à mostra. Quatro estão com uma camisa semelhante, outro, que ocupa a

17 Tradução livre: “Prendre conscience de son corps avec toutes ses articulations pour qu’il puisse s’exprimer librement.” VIGARELLO, Georges. **Le temps du sport**. In: CORBIN, Alain. **L’avènement des loisirs (1850–1960)**. Paris: Champs histoire, 1995. p.288.

18 MELO, Victor Andrade. **Cidade esportiva. Primórdios do esporte no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. _____. **Os sports e a cidades brasileiras: transição dos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

A guerra do Paraguai e o imaginário esportivo catarinense.

posição de timoneiro¹⁹ usa a camiseta diferente, marcando sua hierárquica no barco. Os jovens sadios eram apresentados como homens disciplinados. Era necessário o controle dos gestos para ajustar a percepção de corpo à mente e a embarcação. Era o momento da disciplina, da conjugação, da força, da sensibilidade e da racionalidade dos homens. Aliado às ideias de higiene, de saúde e de progresso, as imagens dos jovens conduzindo suas embarcações, com seu corpo a mostra e seus braços fortes, podem ser compreendidas como a imagem da nova República que seria conduzida por uma nação forte rumo a um futuro próspero.

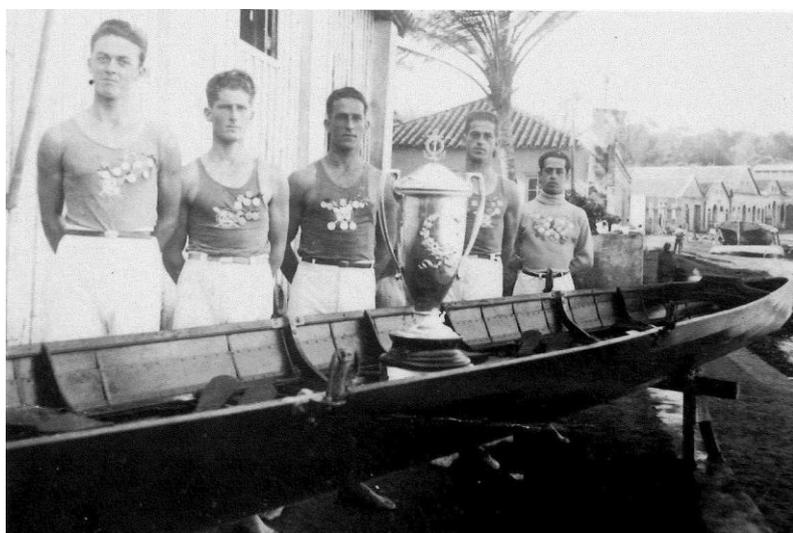


Imagem Nº 8: Atletas do Clube Náutico Riachuelo 2 (*Acervo do Clube Náutico Riachuelo, sem ano*)

Não seria apenas o corpo que sofreria as mudanças com a prática do remo. Uma linguagem midiática sobre cotidiano dos atletas emergiria, objetivando divulgar os ideais de regeneração e moralidade através dos exemplos de uma vida saudável. Com a troca de regime político se reforçaram as representações culturais (especialmente nos jornais) que associavam o Império com a decadência, e a República com o progresso e o futuro (SARTORI, 2013). A primeira República, que foi proclamada pelo exército, garantia a ordem pelo uso recorrente da força armada, mas eram as medidas higienizadoras cuja violência era menos óbvia, que

¹⁹ O termo latino está na origem de “o governo da embarcação”, pois as embarcações não são guiadas ou dirigidas, mas sim governadas. É o tripulante responsável pela navegação. O termo é de uso mais corrente no remo esportivo.

A guerra do Paraguai e o imaginário esportivo catarinense.

exigia dos homens que sejam “controlados”, que saibam administrar suas paixões, seus desejos e suas pulsões. A consolidação desse novo regime foi marcada por uma associação direta entre Estado e masculinidade, em que somente aqueles homens que provassem seu autocontrole poderiam ter reconhecido seu *status* de verdadeiro “cidadão nacional” (MISKOLCI, 2012, p.53).

DO RIACHUELO AO AVAÍ

O Clube Náutico Riachuelo, surge como uma homenagem à Batalha Naval do Riachuelo. Mas no ano de 1923, a masculinidade associada às narrativas da Guerra do Paraguai ganharia uma nova dimensão em Florianópolis. Alguns dirigentes do Riachuelo, que também eram adeptos do futebol – que se iniciava como esporte oficial entre as classes populares – resolveram criar um clube de futebol dentro do clube de remo, que foi denominado de Avaí futebol Clube²⁰, sendo este nome também dado em homenagem a uma Batalha Naval, a do Avaí, ocorrida em 11 de dezembro de 1868 durante a mesma Guerra. O Avaí foi um dos primeiros clubes a constituir a liga dos esportes terrestres em Florianópolis. Na página *web* do clube, onde aparece o relato histórico sobre sua fundação, consta que:

O nome do novo time seria “Independência” e teria como presidente o próprio Sr. Amadeu Horn. Quando tudo já estava praticamente decidido, o Sr. Arnaldo Pinto de Oliveira chegou à reunião trazendo novas idéias e acabou influenciando os participantes a mudar o nome do time que estava sendo fundado. O argumento do Sr. Arnaldo era que Independência seria um nome complicado para a torcida gritar em apoio ao time e até terminar de falar “Independência” o outro time já teria empatado o jogo. Como estava lendo um livro sobre a história do Brasil, ele propôs o nome Avahy, em referência à Batalha do Avahy. Neste momento, todos apoiaram a idéia e começaram a gritar Avahy, Avahy, Avahy! E desta maneira, entusiasmada e convicta, teve início a história cheia vitórias e conquistas do então Avahy Foot-ball Club²¹.

Os riachuelinos contam, com muito orgulho, e celebram a relação e o vínculo entre ambos os clubes. O diretor do Clube

20 Tem relatos em jornais da época da existência de um time de futebol Riachuelo, que surge aparentemente de entre membros do Clube Anita Garibaldi em 1911.

21 Trecho extraído da Página Oficial do Avaí Futebol Clube:

<http://www.avai.com.br/novo/clube/historia> (acessado em 25 de novembro de 2019).

A guerra do Paraguai e o imaginário esportivo catarinense.

Riachuelo descreveu essa relação durante um evento em que as duas agremiações assinaram um contrato de parceria (em janeiro de 2018), da seguinte maneira: “É uma honra para nós do Clube Náutico Riachuelo ter o Avaí como apoiador. A origem do Avaí passa pela nossa história, pois foi com o nosso uniforme que o Avaí jogou sua primeira partida. É daí que surgiram as cores azul e branco no uniforme do Avaí”.



Imagem Nº 9: Time de Futebol do Riachuelo, **1964** (*Acervo do Clube Náutico Riachuelo*)

A comemoração do centenário do Riachuelo, foi o momento em que o clube procurou essa aproximação novamente com o Avaí, como parte desse movimento de reinvenção do seu passado a partir da reconstrução de uma relação no presente. Essa parceria modificou o nome do Clube Náutico Riachuelo para Clube Náutico Riachuelo/Avaí, em 2016, fazendo com que as paredes externas do clube voltassem a ser pintadas com o brasão e as cores do “*bravo azul e branco todo forte e todo franco*” – como conclui o hino. Mas, mesmo depois do Avaí ter se separado do remo e tornado um dos clubes de futebol mais importantes do estado de Santa Catarina, o Riachuelo manteve uma equipe de futebol amadora, com o nome de Riachuelo Futebol Clube que participava de campeonatos amadores, a maioria dos jogadores eram os próprios remadores, alguns dos mais velhos, que circulavam entre um esporte e outro até o final da

A guerra do Paraguai e o imaginário esportivo catarinense.

década de 1960. É possível ver na **Imagem Nº 9**, corpos, origens étnicas e gerações mais variadas entre os atletas.

A pesquisa que conformou esta tese, foi iniciada em 2015 e se estendeu até outubro de 2018. Acompanhou uma parte das comemorações de 100 anos da inauguração do Clube Náutico Riachuelo. Esse clube é considerado atualmente como a primeira agremiação esportiva e naval de Florianópolis que se mantém ativa. Seu surgimento está atrelado a uma série de transformações e mudanças tanto urbanas como sociais e na ocasião da comemoração do seu centenário, mobilizou-se uma série de eventos públicos, de caráter político, como os celebrados em sessão solene na Assembleia Legislativa de Santa Catarina – ALESC. Dentre elas, destaque uma, a proposta pela Mesa Diretora da Assembleia Legislativa e conduzida pelo deputado Júlio Ronconi (PSB-SC)²².

Um ano mais tarde, no dia 17 de setembro de 2016, ainda como parte dessa agenda de eventos, e como parte da retomada de elementos que constituíram seu passado “glorioso”, as diretorias do Avaí Futebol Clube e do Clube Náutico Riachuelo, assinaram um novo contrato de parceria incluindo assim o remo como esporte nas modalidades esportivas que o Avaí oferece atualmente a seus associados – além do futebol profissional, futebol de base, ciclismo, basquete, futsal, fut 7, beach soccer, e tiro esportivo. Num ato simbólico, o presidente do Avaí, realizou a entrega oficial dos uniformes com as marcas Avaí e Riachuelo, proclamando as seguintes palavras em seu discurso:

“Estamos subindo mais um degrau na caminhada rumo ao fortalecimento da modalidade remo em Florianópolis. É uma alegria poder ajudar o nosso Riachuelo, que um dia nos ajudou com o empréstimo de seus uniformes para o nosso primeiro jogo oficial. Hoje é o “filho” que vem para ajudar o “pai” quando ele está precisando de ajuda” (Publicado no site do Clube Avaí, acessado em novembro de 2019).

Um ano mais tarde, em 2017, no estádio da Ressacada, foi lançado o livro *Uma História Centenária – Desde Juaí e Juruá*²³, um livro álbum da fotógrafa Denise Becker²⁴, que também foi entrevistada para esta tese. O livro se insere

22 O Partido Socialista Brasileiro (PSB) é um partido político brasileiro que segue a ideologia socialista democrática. Foi criado em 1947 a partir da Esquerda Democrática, até ser extinto por força do Ato Institucional nº 2, de 1965. Em 1985, com a redemocratização no Brasil, foi recriado.

23 São os nomes dos primeiros *yoles*, ou barcos, adquiridos pelo clube, em 1916.

24 Denise Becker cedeu muito gentilmente uma parte das imagens digitalizadas do acervo fotográfico do clube, que são algumas das imagens que foram publicadas no livro, para a elaboração deste trabalho.

A guerra do Paraguai e o imaginário esportivo catarinense.

como produto parte das comemorações dos 100 anos do Clube Náutico Riachuelo, e traz no seu conteúdo, além das fotografias do acervo do clube, textos e depoimentos de atletas e jornalistas. Esse livro foi financiado em parte pela Lei de incentivo à Cultura e pela Lei Rouanet. Entre o ano de 2015 e 2018, teve uma série de eventos que pretendiam reforçar a narrativa do resgate do passado e da projeção para o futuro.

UM ELEMENTO DRAMÁTICO QUE VAI E QUE VOLTA

A guerra do Paraguai foi o primeiro acontecimento histórico motivado e conduzido exclusivamente por Estados sul-americanos, funcionando, assim como um marco importante da autonomia política da região (STUMPF, 2019, p. 414)²⁵. No Brasil, como no Paraguai, a construção da memória sobre a guerra foi cambiante e respondeu às mudanças da conjuntura política vigente. Mas no Brasil, esse momento coincide com o fortalecimento de uma crescente classe militar forjada nos campos de batalha e com ânsias do modelo político republicano, onde a guerra foi insistentemente celebrada, rememorada pelas batalhas vitoriosas e por seus comandantes, alçados a heróis da pátria dos quais herdamos a construção de monumentos e de lugares de memória da guerra que ocorreram, sobretudo, sob a vigilância de governos nacionalistas e autoritários, que, dando nomes indígenas às ruas, cidades, times de futebol, incorporaram assim o inimigo dentro o imaginário coletivo. Riachuelo e Avaí seriam nomes esvaziados se retirados desse contexto.

O que se deve lembrar e o que se deve esquecer, no que se refere a uma dita “memória nacional”, são as operações nada ingênuas construídas pela história oficial. Na ocasião em que durante a ditadura militar, em 1977, o estado do Mato Grosso do Sul foi criado, deu-se à sua capital o nome da última grande batalha da guerra do Paraguai, chamada pelos brasileiros de Campo Grande (STUMPF, 2019, p. 417). O soldado-cidadão idealizado a partir das narrativas da guerra foi incorporado ao projeto de construção da nacionalidade e, via a prática de exercícios físicos, foi visto como sinônimo e parte do seu “caráter viril”. A memória da guerra serviu e continua a servir interesses conjunturais estranhos a sua

25 STUMPF, L. K. **Fragmentos de guerra: imagens e visualidades da guerra contra o Paraguai (1865-1881)**, Universidade de São Paulo, 2019.

A guerra do Paraguai e o imaginário esportivo catarinense.

história. A missão civilizatória empreendida pelas elites políticas e intelectuais de Florianópolis, em sintonia com as elites da capital do país, apontavam para a construção de uma nação branca por meio de convenções culturais que incentivaram em grande medida a prática do remo, criando assim as experiências da masculinidade hegemônicas, que constituíram o motor desse projeto no início do século XX. Nos esportes, homens passaram a ser treinados para a competição e a concorrência, aptidões úteis também na guerra.

A guerra do Paraguai encontrou no imaginário dessa época um papel importante como elemento dramático para a narração de um evento glorioso que se perpetua até hoje. Mas, existe alguma outra forma de narrar uma história de guerra? Segundo o antropólogo paraguaio, Ticio Escobar (2016)²⁶, em referência às narrativas de memórias da guerra contadas pelos paraguaios, e oferecendo-nos uma resposta, ele sugere que é preciso encontrar as fendas do discurso de autoridade do Estado, que legitimam sua produção simbólica, fazendo se possível assim, acessar questões que calam nos relatos oficiais, pois os relatos de memórias da guerra passam pela constatação do relator hegemônico.

Existem elementos de repetição e de continuidade intrínsecos na construção dessas narrativas e, mesmo produzindo batalhas pelo monopólio da verdade, deixam evidente que as transformações são um modo de reprodução e manutenção da cultura, assim como Sahlins (1987) apontou para “as formas culturais tradicionais que abarcavam o evento extraordinário e recriavam as distinções dadas de status, com o efeito de reproduzir a cultura da forma que estava constituída” (p. 174). Isto é, esse imaginário demonstra que a cultura funciona como uma síntese de estabilidade e mudança, de passado e presente. Toda mudança ocorrida na prática é uma reprodução cultural e toda reprodução da cultura é uma alteração, pois na ação, as categorias pelas quais o mundo atual é orquestrado assimilam um novo conteúdo empírico. Essas categorias ressurgem e se tornam particularmente férteis em períodos de mudança, ou durante as grandes transformações.

26 Más Allá de la Guerra: aportes para el debate contemporáneo. María del Rocío Robledo Yugueros, Milda Rivarola, Víctor-Jacinto Flecha, Herib Caballero Campos, Fabricio Vázquez, Luis A. Galeano, Ramón Fogel, Ignacio Telesca, David Velázquez Seiferheld, Bartomeu Melià, Ticio Escobar, Mabel Causarano, Jorge Rubiani. Asunción: Secretaría Nacional de Cultura, 2016, págs. 158. ISBN: 978-99967-34-16-8.

A guerra do Paraguai e o imaginário esportivo catarinense.

REFERÊNCIAS

BORGES, M.D.G. **Remando nas Águas da História: As heróicas conquistas do Remo de Santa Catarina 1861- 2002**. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado De santa Catarina, 2002.

CAJE, Cristhian. **Os vencedores cheios de glórias: articulações entre masculinidades e memória na imagem do remo em Florianópolis**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Março de 2019.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.

_____. **“As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador”**. In: Forças Armadas e política no Brasil.

Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. p. 13-61

_____. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.

FERREIRA, Sérgio Luiz. **O banho de mar na ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. Das Águas, 1998, p. 59.

MISKOLCI, Richard. **O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX**. / Richard Miskolci. Prefácio de Margareth Rago. Apresentação de Mariza Corrêa. – São Paulo: Annablume, 2013. (Coleção Queer).

MELO, Victor Andrade. **Cidade esportiva. Primórdios do esporte no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

_____. **Os sports e a cidades brasileiras: transição dos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

NECKEL, R. Op Cit., 2003. p.54. KUPKA, Roselane Neckel. **Tensões e imagens do viver urbano em Florianópolis – 1910/1930**. Dissertação (Mestrado em História), CFH, UFSC, Florianópolis, 1993.; NECKEL, R. Op. Cit., 2003.

NECKEL, Roselane. **A República em Santa Catarina: Modernidade e exclusão (1889-1920)**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003. p.54.

SARTORI, Carina. (2013) **Na alvorada de um sport: o remo na ilha de Santa Catarina**. Dissertação Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Programa de pós-graduação em História.

SAID, Edward. **Orientalism**. London: Routledge, 1978 [São Paulo: Cia das Letras, 2007]

SILVEIRA, Arthur Fernandes. **História do Remo em Florianópolis, 1950 – 1970**. Trabalho de Conclusão de Curso da Universidade Federal de Santa Catarina. 2008.

STUMPF, L. K. **Fragmentos de guerra: imagens e visualidades da guerra contra o Paraguai (1865-1881)**, Universidade de São Paulo, 2019.

RODRIGUES, Oswaldo (1903-1978). **Santa Catarina: História e Evolução** (1937). **Nossa Senhora do Desterro** (1971). **Notícia I e II e Memória I e II. Notícia**.

APRESENTAÇÃO

Júlia Pessoa Vargas¹

Ramon Silva Costa²

É difícil imaginar um aspecto de nossa sociabilidade que não esteja, em certa medida, contemplado em redes digitais. Nossas possibilidades de comunicação e interação foram potencialmente e exponencialmente redimensionadas pelo avanço das mais diversas tecnologias digitais. Isso não quer dizer que ultrapassamos ou abandonamos nossa socialização em meios físicos, mas de fato já superamos uma discussão dicotômica sobre real e virtual e alcançamos uma realidade em que o progresso tecnológico perpassa substancialmente nossas esferas pública e privada, gerando alcances e efeitos distintos, de acordo com o cenário sociocultural e até mesmo com a experiência individual ou coletiva das pessoas.

Nesse sentido, o presente dossiê foi pensado a partir da oportunidade de reunir trabalhos relevantes e diversificados sobre estudos de gênero e sexualidade na cibercultura, entendida por Pierre Lévy (2001) como o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço. Assim, o objetivo deste trabalho é fomentar a produção, discussão e análise de pesquisas sobre temas relacionados às práticas e identidades dissidentes no meio digital. A proposta engloba pesquisas teóricas e empíricas com enfoque em questões acerca dos padrões de gênero, masculinidades e feminilidades, feminismos, interações sexuais e afetivas, discriminação e marginalização de pessoas e práticas dissidentes, disputas de poder e processos políticos e educacionais.

Nesse contexto, compreendemos que o gênero e a sexualidade se encontram em uma arena de disputa cada vez mais acirrada, devido a emergência e sustentação de discursos conservadores e opressores, alçados por instituições religiosas, sociedade civil ou pelo próprio Estado por meio de omissões e cortes em políticas públicas específicas de proteção dos direitos fundamentais de mulheres, pessoas não heteronormativas, não brancas e que

1 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestra em Comunicação e especialista em Relações de Gênero e Sexualidades pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

2 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Mestre em Direito e especialista em Relações de Gênero e Sexualidades pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

dispõem de menores recursos socioeconômicos. Dessa forma, concordamos com Gayle Rubin (1993) que em seu texto *Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality*, aponta que em um cenário de crises institucionais e modificações sociais e políticas, questões atinentes à sexualidade são colocadas como alvos de ataques por atores políticos e sociais, sendo mais politizadas e causando a diminuição de garantias ou o desmantelamento de conquistas anteriores.

Nesse ponto, destacamos a importância de pensarmos sobre gênero e sexualidade, acompanhando o desenvolvimento de novas questões e desafios no âmbito político e social. Isso justifica a especificidade deste dossiê em temas relacionados à cibercultura, tendo em vista que as redes de relacionamento, consumo e informação remodelaram nossos sentidos de tempo/espço e merecem atenção nas produções em Ciências Sociais e Humanas, para que possamos acompanhar e compreender as formas de subjetivação, interação e até mesmo os conflitos dispostos na cibercultura. Esse contexto é o que permeia este trabalho e está alinhado com o compromisso de desenvolvermos estudos sobre tecnologia e sociedade partindo de uma perspectiva sobre os marcadores sociais da diferença como raça, classe, gênero e sexualidade, visto que esses fatores podem repercutir de maneira significativa na forma de apropriação da tecnologia e em seus usos para participação social, cultural e política.

Diante disso, passamos para a apresentação dos dez artigos selecionados para compor o dossiê. A seleção não foi uma tarefa das mais fáceis, recebemos vinte propostas, com múltiplos enfoques e elaboradas com dedicação por um grupo de pesquisadores e pesquisadoras de diferentes áreas. Portanto, antes de tudo, agradecemos pelas submissões e enfatizamos nossa alegria e responsabilidade em construir este trabalho com contribuições tão valiosas que nos foram confiadas.

O artigo "Discreto, sigiloso, não afeminado: representações identitárias e heteronormatividade no aplicativo de relacionamentos Grindr" abre o dossiê e já sinaliza a relevância de discussões sobre performances de gênero e sexualidade dissidentes. O Grindr é um aplicativo (app) popular, criado em 2009, sendo o primeiro a utilizar a tecnologia de geolocalização para busca de parceiros. O app é utilizado majoritariamente por homens cisgêneros que buscam por relações sexuais e afetivas entre eles. Dessa forma, a privacidade entendida como sigilo e a discrição sobre a identidade e práticas homoeróticas tornam-se

fatores preponderantes para muitos usuários que não querem ser identificados como homossexuais (MONICA; COSTA, 2020). Nessa conjuntura, o artigo analisa as representações que os usuários fazem de si mesmos e do outro em seus perfis virtuais, a partir de um trabalho de campo realizado em um contexto fronteiriço (Foz do Iguaçu – BR; Ciudad del Este – PY). A metodologia engloba uma análise dos discursos de autorrepresentação dos indivíduos, o que contribui para uma compreensão sobre distintas performances de masculinidades.

O Grindr mostrou-se um campo de pesquisa expressivo para os temas de gênero e sexualidade na cibercultura, quatro submissões tratavam de pesquisas realizadas no app, e além da já citada, o dossiê segue com o artigo “Eu acho que crescendo nós vemos certos corpos e certas raças tendo mais exposição e atenção e você pensa: ‘Ah isso que é beleza, com isso que você precisa se parecer.’” – disputas, negociações e (re)construções das masculinidades entre o online e o off-line”. O título faz menção a uma frase dita por um usuário do app ao relatar suas experiências na série virtual *“What The Flip”*. O trabalho centra-se em um vídeo da série em que dois usuários do app conversam sobre suas experiências em diferentes perspectivas relacionadas ao tipo físico e aos efeitos da heteronormatividade presente na rede. O texto apresenta uma análise sobre a naturalização da heterossexualidade no meio social, os padrões estéticos e de masculinidade, articulando o conceito de dispositivo da sexualidade de Michael Foucault (1988) e apresentando uma ampla investigação teórica e analítica sobre as questões de gênero e sexualidade que podem ser tensionadas ao observamos a plataforma.

O terceiro artigo, intitulado “Estalqueando Verónica: ativismo e mediação sociocultural da transgeneridade em meio à pandemia”, acentua a complexidade que o debate sobre gênero pode atingir, ao tratar da transexualidade, arte, ativismo e redes digitais. O trabalho baseia-se em um estudo de caso instrumental das performances da artista trans Veronica Valenttino, ocorridas de forma virtual devido ao atual contexto de pandemia do COVID-19. A pandemia remonta importante fator de análise sobre as formas como as plataformas digitais tem sido apropriadas de diferentes maneiras por diversos atores, com múltiplos objetivos, em especial para performances artísticas, possibilitando um meio facilitador do acesso à cultura e ao entretenimento em um cenário de isolamento social. Nesse sentido, o artigo aborda a forma como a artista remonta sua arte e política em um formato,

sendo a rede um campo potencialmente produtivo para o alcance de suas mensagens, compreensão e visibilidade de corpos e causas trans.

Seguindo na temática da transexualidade, o artigo “Do mundo off-line para o online: discursos em rede contra a inclusão de atletas transexuais” aborda um contexto específico sobre pessoas trans no esporte, trazendo relevante discussão sobre o uso de redes sociais como forma de propagação da desinformação e de discursos de ódio, fundamentados por transfobia. O trabalho empírico-qualitativo desenvolve-se a partir da análise de conteúdo de uma publicação sobre o processo de inclusão de mulheres transexuais no esporte de alto rendimento, disposta no Facebook, mais precisamente na página “Quebrando o Tabu”. A análise dos comentários contrapõe as perspectivas de distintos atores, dando ênfase aos discursos biologicistas como legitimadores de transfobias e aos usuários que abordam a questão de forma inclusiva. Assim, a pesquisa avança para uma compreensão sobre as disputas discursivas e de poder sobre gênero e transexualidade, por meio de uma análise acertada acerca da estrutura da rede digital e seus mecanismos comunicativos.

O artigo seguinte inicia mais propriamente uma discussão sobre as relações de gênero como relações de poder, opressão e resistência, especificamente na forma como as masculinidades e feminilidades são construídas. O texto intitulado “Masculinidades ameaçadas: o pornô de vingança como prova de virilidade” empreende uma investigação teórica a partir de referenciais inovadores para a abordagem do tema. O trabalho desenvolve uma compreensão sobre a construção de uma masculinidade viril, heteronormativa e violenta que possui como contraponto relacional, a feminilidade passiva, frágil e oprimida. Assim, a análise expande-se para o contexto digital, demonstrando como essas construções, por vezes hegemônicas, de papéis de gêneros, acabam por fundamentar a pornografia de vingança na rede, sujeitando mulheres ao escrutínio público sobre suas sexualidades. Essa conduta é posta em prática como forma de legitimar a masculinidade dos homens com os quais as vítimas se relacionaram demarca uma posição de inferioridade e desprezo moral para as mulheres, por viverem uma sexualidade fora do padrão reprimido e privado, que é aceito socialmente.

A ruptura com o discurso normatizador que tenta circunscrever as práticas sexuais também norteia o artigo “Prazeres dissidentes: pornografia gorda nas redes digitais”. Por meio de análise de sites

especializados, análise das dinâmicas sexuais e sociais inscritas neles e também depoimentos e entrevistas de mulheres gordas (incluindo atrizes pornô), o trabalho chama atenção para a emergência de práticas e desejos que transbordam a sexualidade heteronormativa e propõem novas práticas sexuais. Ao mesmo tempo em que descreve práticas como o *facesitting* e a ingestão de alimentos calóricos, gordurosos e coloridos como fonte de prazer e de desejo sexual do ponto de vista empírico da pesquisa, a autora percebe uma resignificação do corpo gordo, mobilizando conceitos teóricos que permitem a compreensão desta corporalidade fora do espectro que lhe é atribuído socialmente, de abjeto (PRECIADO, 2014). Assim, os corpos de mulheres gordas e os prazeres dissidentes construídos a partir deles, por eles e neles romperiam, segundo a autora, com a heterossexualidade falocêntrica e encontrariam, na contrassexualidade (PRECIADO, 2014) que constroem, existência, resistência, desejo e prazer.

O corpo feminino também está no centro da análise do artigo “Um estupro de sessenta mil: feminismos 2.0 e a circulação do conceito de cultura do estupro”. O trabalho investiga o caso hediondo do estupro coletivo de uma adolescente por 33 homens ocorrido na comunidade do Barão, Zona Oeste do Rio de Janeiro, em 2016. No estudo de caso, a cibercultura tem um papel crucial, pois foi por meio da publicação de um vídeo do estupro na internet que a atrocidade veio a público. “*Amassaram a mina intendeu ou não intendeu*”: a legenda do vídeo, carregada de certeza de impunidade revela uma normalização da violência que o artigo expõe e contesta vigorosamente. Por meio de uma seleção de notícias veiculadas na imprensa sobre o caso, o artigo evidencia a disputa discursiva entre interpretações de comportamentos, que influencia a opinião pública e, portanto, o status quo. A autora analisa, ainda, a relação dos movimentos feministas com as mídias sociais, em uma perspectiva em que a militância busca desconstruir as ‘normas’ que produzem a naturalização das violências sexuais contra as mulheres, indicando possibilidades de desmantelamento da cultura do estupro. Por fim, em fina sintonia com a contemporaneidade, a autora ressalta a urgência de se considerar a análise da cultura do estupro a partir de um olhar interseccional, rompendo com a universalização da categoria gênero e atentando-se para as diferenças nas experiências de ser mulher.

O artigo “Recursos argumentativos na hashtag #MeuAmigoSecreto: análise dos enunciados no Facebook”

também é um estudo de caso fundamentado no feminismo 2.0, termo que abarca práticas do movimento feminista ancoradas total ou parcialmente na internet, sobretudo nas redes sociais. No estudo, a autora aborda as escolhas argumentativas presentes nos enunciados vinculados à hashtag #MeuAmigoSecreto, publicados entre 25 e 30 de novembro de 2015 no Facebook, com base nas categorias postuladas por Fiorin (2016). Analisando 49 publicações (quali e quantitativamente) a partir de uma netnografia, observa-se, no uso das hashtags, o predomínio de argumentos que denunciam as violências de gênero com referências ao mundo objetivo, indicando que as construções sobre violência e machismo usam como base majoritariamente a noção de realidade e vivência compartilhadas entre mulheres. A ausência de surpresas com a interpretação deste dado aliada ao seu caráter relacional pelas mulheres que têm acesso ao estudo é desoladora, e mais um indicativo da necessidade de apontamento e reflexão sobre as violências sistêmicas apontadas neste dossiê. É lamentável, ainda, que as violências sejam um recorte tão recorrente em estudos de gênero e sexualidade, não porque não devam ser objeto de estudo, mas exatamente pelo contrário: a urgência em se compreender as violências em documentos como o presente aponta para sua repetida presença na materialidade do cotidiano.

No país em que uma menina de dez anos estuprada repetidamente desde os seis³ é chamada de “assassina” ao realizar o aborto legalmente assegurado, o artigo “As ordens de indexicalidade mobilizadas em discussões sobre aborto na internet” faz reverberar um debate que a todo custo os discursos moralizantes, conservadores, misóginos e/ou religiosos tentam silenciar pela via proibitiva. Desse modo, a partir da análise de comentários de usuárias assim autodeclaradas do site BabyCenter Brasil, plataforma voltada ao debate de questões relacionadas à maternidade, o trabalho busca compreender como as narrativas produzidas significam o aborto e as mulheres que o praticam. O estudo é realizado a partir do conceito de indexicalidade, conforme concebido por Silverstein (2003) e das pistas indexicais propostas por Wortham (2001), compreendendo que as ferramentas da cibercultura podem tanto reforçar quanto desestabilizar os construtos modernos de controle do corpo feminino que a temática do aborto põe em jogo.

3 “Menina de 10 anos violentada fará aborto legal, sob alarde de conservadores à porta do hospital”, notícia publicada no El País e disponível em shorturl.at/amqzC <Acesso em 16/08/2020>

Por fim, em “Eleições e redes sociais: Uma análise das postagens da candidata Manuela D’Ávila no Facebook”, temos a abordagem de um tópico que é um ponto nevrálgico para diversas questões levantadas no presente dossiê: representatividade política. O trabalho busca compreender a mobilização de uma ideia de feminino nas campanhas eleitorais de candidatas mulheres, analisando, para tal, como a então candidata à vice-presidência no último pleito eleitoral (2018) Manuela D’Ávila (PT/PCdoB/PROS) utilizou estereótipos de gênero como estratégia de campanha no Facebook. Ao contrário da interpretação dos dados de outros estudos presentes nesta coletânea, os resultados apontam para um horizonte otimista no recorte temático que se propõe a fazer. Ao contrário do que acontece nas estratégias historicamente masculinas e machistas, as postagens feitas no Facebook de Manuela apontam para a possibilidade de campanhas eleitorais de mulheres em que questões relacionadas às vivências das feminilidades sejam amplamente debatidas e não de forma essencializada, caindo em estereótipos pejorativos e/ou excludentes.

A perspectiva de mudanças no horizonte da política apontada pelo último artigo evidencia a resistência em se dobrar a normas e discursos que excluem, invisibilizam e violentam – não raramente de forma fatal – e, ao contrário, propõe novas construções, distintas das historicamente hegemônicas. É o que também, num recorte específico, e humildemente (mas nunca em subserviência), propomos com este dossiê. Neste momento em que há uma clara tentativa de silenciar a reflexão acerca de gênero e sexualidades, bem como a ciência de uma forma geral, evocamos o pensamento, a pesquisa, o método, as humanidades, as pluralidades, as dissidências. Resistimos, resistamos.

REFERÊNCIAS

PRECIADO, Paul, B. **Contrassexualidade**, p. 17–45. In: PRECIADO, Paul, B. Manifesto Contrassexual. Políticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: n-1 edições, 2014.

FIORIN, José. Luis. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2016.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

LÉVY, Pierre. **A conexão planetária: o mercado, o ciberespaço, a consciência**. Tradução de Maria Lúcia Homem e Ronaldo Entler. São Paulo: Editora 34, 2001.

Apresentação – Relações de gênero e sexualidade na cibercultura

MONICA, Eder. F; COSTA, Ramon. S. **Privacidade, Liberdade Sexual e Sigilo:** sentidos de liberdade no aplicativo Grindr. Interfaces Científicas – Educação, v. 8, p. 99–116, 2020.

RUBIN, Gayle. **Thinking Sex:** Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality [1984]. In: ABELOVE, Henry; BARALE, Michèle e HALPERIN, David. (eds.) The Lesbian and Gay Studies Reader. Nova York, Routledge, 1993.

SILVERSTEIN, Michael. **Indexical order and the dialectics of sociolinguistic life.** Language & Communication, 23, p.193–229, 2003.

WORTHAM, Stanton. **Narratives in action.** New York: Teacher College Press, 2001.

“DISCRETO, SIGILOSO, NÃO AFEMINADO”: REPRESENTAÇÕES IDENTITÁRIAS E HETERONORMATIVIDADE NO APLICATIVO DE RELACIONAMENTOS *GRINDR*

Thiago Benitez de Melo¹

Maria Elena Pires Santos²

Resumo

O objetivo deste artigo é compreender como são construídas, por meio de discursos de autorrepresentação, as identidades dos usuários do aplicativo de relacionamentos *Grindr*, utilizado principalmente por homens gays (ou bissexuais), com a finalidade de marcar encontros. Busco, especificamente, analisar as representações (homos)sexuais que esses sujeitos fazem de si mesmos e do outro em seus perfis virtuais, averiguando o confronto entre a escolha de certas identidades e o silenciamento de outras em um contexto fronteiriço (Foz do Iguaçu – BR; Ciudad del Este – PY). A escolha desse aplicativo se deu em razão do seu crescimento e expressiva popularidade adquirida nos últimos anos, visto que os usuários, caso queiram, podem disponibilizar fotografias e informações básicas sobre si para criarem um tipo de “autoidentidade”. Para tanto, o percurso metodológico seguiu a abordagem de pesquisa qualitativa interpretativista no meio digital/virtual, buscando romper com as fronteiras disciplinares, em direção a uma discussão inter/trans/indisciplinar. A pesquisa apontou para práticas subterrâneas de relacionamentos já que, por medo de sofrerem preconceito e segregação social, muitos homossexuais utilizam o espaço cibernético como um esconderijo, onde manifestam seus desejos eróticos, sexuais e afetivos.

Palavras-chave: Identidades; Representações; Sexualidade; Linguagem; *Grindr*.

***“Discreet, confidential, not effeminate”:* identity representations and heteronormativity in the *Grindr* relationship application**

Abstract

The purpose of this article is to understand how, through self-representation speeches, the identities of users of the *Grindr* relationship app, used mainly by gay (or bisexual) men, are built, with the purpose of making appointments. I seek, specifically, to analyze the (homo)sexual representations that these subjects make of themselves and of the other in their virtual profiles, investigating the confrontation between the choice of certain identities and the silencing of others in a border context (Foz do Iguaçu – BR; Ciudad del Este – PY). The choice of this application was due to its growth and expressive popularity acquired in recent years, since users, if they want, can provide photographs and basic

¹ Mestre em *Linguagem e Sociedade* e doutorando em *Sociedade, Cultura e Fronteiras* na área de concentração em *Linguagem, Cultura e Identidade* pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Professor na área de Literatura, Produção Textual e Estudos da Linguagem. E-mail: thiago_benitez@hotmail.com

² Professora do curso de *Letras* e dos programas de pós-graduação em *Letras e Sociedade, Cultura e Fronteiras* da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Possui mestrado em *Estudos da Linguagem* pela Universidade Federal do Paraná e doutorado/pós-doutorado em *Linguística Aplicada* pela Unicamp. E-mail: mel.pires@hotmail.com

“Discreto, sigiloso, não afeminado”: representações identitárias

information about themselves to create a type of “self-identity”. To this end, the methodological path followed the approach of qualitative interpretive research in the digital/virtual environment, seeking to break the disciplinary boundaries, towards an inter/trans/indisciplinary discussion. The research pointed to underground relationship practices since, for fear of suffering prejudice and social segregation, many homosexuals use cyber space as a hiding place, where they manifest their erotic, sexual and affective desires.

Keywords: Identities; Representations; Sexuality; Language; Grindr.

Introdução

A contemporaneidade, nas últimas décadas, vem sendo marcada por inúmeras rotulações e designações para dar conta de suas intensas transformações: sociedade pós-moderna (HARVEY, 1993), modernidade reflexiva (LASH, 1997), modernidade líquida/fluida (BAUMAN, 2001), sociedade complexa (MORIN, 2005), modernidade tardia (HALL, 2006), sociedade superdiversa e multicultural (VERTOVEC, 2007) entre outros. No bojo dessas classificações, estão os indivíduos que formam os múltiplos grupos, comunidades e povos que, por sua vez, compõem e movimentam as sociedades, as quais passam por um intenso processo de re/des/configuração. Doravante, seria impossível vermos e analisarmos os sujeitos que vivem (n)este mundo contemporâneo sem considerarmos os constantes fluxos e fricções culturais, os quais ficaram mais próximos uns dos outros com o profundo processo globalizatório do final do século XX.

As recorrentes transformações sociais, culturais e políticas, oriundas da liquidez e fluidez do atual momento histórico, nos impulsiona a refletir sobre os sujeitos historicamente ativos – formados por relativos processos de subjetivação marcados por relações de poder, segundo Foucault (2002) – que estão imersos nesse contexto. Ademais, essa era de instantaneidade (BAUMAN, 2001) nos possibilita analisar quais e como são construídas, por meio das representações discursivas, as identidades dos sujeitos sociais imersos na contemporaneidade, refletindo sobre suas implicações e seus atos nesses espaços multi/pluriculturais.

Concomitantemente a esse multiculturalismo, encontra-se um “mundo” que parece se invisibilizar (e também é invisibilizado): o mundo gay. Quebrar as fronteiras da heteronormatividade³

³ A ideia de heteronormatividade tem sido pensada por alguns autores (BUTLER, 2002; FOUCAULT, 2002; MISKOLCI, 2015) como a ordem dominante em que os sujeitos se veem solicitados (quase que empurrados) a serem heterossexuais desde o nascimento, seguindo uma base binária (homem, macho, heterossexual *versus* mulher, fêmea, heterossexual), na qual os corpos, gêneros e desejos são naturalizados. Ou seja, a heteronormatividade seria a conduta moral e sexual que homens e

“Discreto, sigiloso, não afeminado”: representações identitárias

significa ameaçar a hegemonia masculina, e também a feminina, em detrimento de uma liberdade sexual e cultural. Esse rompimento com o normativo, no entanto, não se dá de forma harmônica e tão fluida como parece, já que aquilo que não é parâmetro de medida em nossa sociedade é tomado como vergonhoso, estranho, desviante e até mesmo perigoso (BECKER, 2008).

O universo homossexual foi, por décadas, construído por relações no silêncio e, ao mesmo tempo, silenciadas, compostas por meio de práticas subterrâneas enclausuradas no privado, distantes do olhar público, nos espaços marginais e subalternos das cidades e das casas (PERLONGHER, 2008). Muitas dessas relações ocorriam, por isso, à deriva, entre sujeitos desconhecidos que ansiavam por “pegação” rápida e ágil (GREEN, 1999), os quais marcavam encontros nos mais variados lugares escondidos: banheiros públicos, saunas, becos e praças, quase sempre durante à noite (PERLONGHER, 2008). Tais espaços, embora ainda muito frequentados, ganharam outros concorrentes que facilitaram esses encontros às escondidas: os aplicativos móveis de relacionamentos homoafetivos (mais comumente conhecidos como “aplicativos de pegação gay”).

É na fronteira entre o mundo *online* (espaço virtual) e o mundo *offline* (espaço físico) que se encontra a dimensão das práticas e experiências cotidianas que compõem a cena social do mundo moderno, imersas em trânsitos e movimentos permanentes entre os diversos aspectos do multiculturalismo. Isso quer dizer que é no ciberespaço onde acontece a desterritorialização contínua do real, que afeta a maneira como lidamos com o tempo-espaço. Em outras palavras, o mundo virtual, especificamente a internet, tornou-se “um prato cheio para os famintos” por relações afetivo-erótico-sexuais, por causa da sua intensa difusão e infinitas potencialidades de encontrar parceiros sexuais virtuais, que podem vir a se tornar físicos, adequados às fantasias individuais de cada indivíduo. Além disso, há a possibilidade de criação de vários papéis sociais (inclusive falsos), bem como certa garantia de anonimato e segurança nessas interações (SILVA, 2012).

Dito isso, esse artigo objetiva compreender como são construídas, por meio de discursos de autorrepresentação, as identidades dos usuários do aplicativo de relacionamentos *Grindr*, utilizado principalmente por homens gays (ou bissexuais), com a finalidade

mulheres devem seguir; todas as demais possibilidades de desejos, prazeres e performances que não se enquadre nesta norma é designada como “anormal”.

“Discreto, sigiloso, não afeminado”: representações identitárias

de marcar encontros. Busco, especificamente, analisar as representações (homos)sexuais que esses sujeitos fazem de si mesmos e do outro em seus perfis virtuais, averiguando o confronto entre a escolha de certas identidades e o silenciamento de outras em um contexto fronteiro (Foz do Iguaçu – BR; Ciudad del Este – PY). Vale frisar que, no aplicativo em questão, os sujeitos, caso queiram, podem disponibilizar fotografias e informações básicas sobre si – como altura, peso, etnia, porte físico e preferências sexuais – para criar um tipo de “autoidentidade”. Para efetivo funcionamento, o *Grindr* opera segundo ferramentas de geolocalização, as quais fornecem a distância quase exata entre os sujeitos ali inseridos virtualmente. Dessa maneira, o campo de pesquisa do presente trabalho está alocado na fronteira Brasil/Paraguai, o que possibilitou também a percepção de perfis em espanhol.

A pesquisa em questão ocorreu durante os meses de outubro e novembro de 2019, em distintos dias da semana e horários, totalizando 60 dias de trabalho de campo. Foram observados cerca de 100 perfis (dos quais analisarei aqui seis deles) e, para isso, construí um perfil *online* no aplicativo apresentando-me como pesquisador, convidando os demais usuários a fazerem parte da pesquisa, utilizando, para isso, anotações em diário de campo e análise de perfis virtuais – capturados por meio de *print screen* do *Grindr* através do sistema operacional *Android*.

O percurso metodológico seguiu a abordagem de pesquisa qualitativa interpretativista no meio digital, buscando romper com as fronteiras disciplinares, em direção a uma discussão inter/trans/indisciplinar (MOITA LOPES, 2006). Amparo-me, para isso, nas perspectivas epistemológicas dos Estudos da Linguagem e da Teoria Crítica do Discurso (FAIRCLOUGH, 1992; MOITA LOPES, 2002), dos Estudos Culturais e Antropológicos (BAUMAN, 2005; BHABHA, 2003; BUTLER, 2002; CANCLINI, 2011; CUCHE, 2002; HALL, 2006) e da Sociologia (FOUCAULT, 1988; MISKOLCI, 2015; POLLAK, 1989).

1. Percursos de Identidades: conceitos em des/re/construção

Há algumas décadas, as identidades subjetivas não estavam nem perto de serem o centro dos nossos debates, permanecendo apenas como meditação filosófica. Atualmente, elas se tornaram um dos temas que mais aparecem em evidência e estão em voga nos estudos sociais, linguísticos, geográficos e culturais. Não podemos mais negar as fragmentações e desestabilizações das identidades, pois “uma identidade coesa, firmemente fixada e

“Discreto, sigiloso, não afeminado”: representações identitárias

solidamente constituída seria um fardo, uma repressão, uma limitação da liberdade de escolha” (BAUMAN, 2005, p. 60).

A trajetória dos indivíduos contemporâneos vem sendo caracterizada por desestabilizações, descontrole, descentralização, destraditionalização e vertigem perante as transformações culturais, políticas e econômicas (FABRÍCIO, 2006). As identidades não têm a solidez de uma rocha, nem são garantidas para toda a vida. Pelo contrário, são bastante negociáveis e revogáveis, e as próprias decisões dos indivíduos, os caminhos que eles percorrem e a maneira como agem são fatores cruciais para suas identidades (BAUMAN, 2005). Além disso, as identidades nunca são homogêneas, mas cada vez mais fragmentadas; não são singulares, e sim multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicas (HALL, 2000).

Silva (2000) declara que as afirmações sobre identidade só fazem sentido se compreendidas em sua relação com as afirmações sobre a *diferença*. Identidade e diferença estão em uma relação de estreita dependência. Quando dizemos, por exemplo, “sou heterossexual”, parece que estamos fazendo referência a uma identidade que se esgota em si mesma. Contudo, nós só conseguimos e precisamos afirmar isso porque existem outros seres humanos que não são heterossexuais. Em sociedades imaginárias, totalmente homogêneas, onde todas as pessoas partilhassem a mesma identidade, as afirmações de identidade não fariam sentido. De certa forma, “é exatamente isto que ocorre com nossa identidade de ‘humanos’. É apenas em circunstâncias muito raras e especiais que precisamos afirmar que ‘somos humanos’” (WOODWARD, 2000, p. 75).

As identidades que construímos, dessa forma, têm relação com nossos papéis sociais, aqueles que assumimos ou deixamos de assumir (BERGER e LUCKMANN, 1985). Em uma sociedade de classes, há mobilidade social, isto é, as pessoas podem mudar suas posições e, concomitantemente, suas identidades; as classes não são fixas e estáticas. Dessa maneira, há uma forte influência da sociedade em nossas constituições enquanto sujeitos: ela determina, em grande escala, o que somos. As identidades, por isso, são atribuídas, sustentadas, transformadas e reconhecidas socialmente, já que ela não é, de forma alguma, pré-existente. É negociada em atos de reconhecimento social, ou seja, também somos aquilo que os outros pensam que somos (BERGER e LUCKMANN, 1985).

“Discreto, sigiloso, não afeminado”: representações identitárias

Também não podemos deixar de explicar uma vertente de identidade sob a ótica da pós-modernidade: as construções das identidades como processos híbridos. As interconexões políticas, econômicas, linguísticas e culturais nos levam a pensar o sujeito como híbrido, um sujeito que se constitui em um contexto inter/transnacional e é interpelado por influências e discursos múltiplos. Canclini (2011) entende por *hibridação* os processos socioculturais em que antigas práticas que existiam individualmente se combinam para gerar novas estruturas. Assim, o autor critica a noção de “identidades puras”, livres de processos de “misturas”. Contudo, não devemos achar que os processos de hibridação cultural e identitários são processos harmoniosos e coerentes, ao contrário, estão sempre em conflito, permeados por lutas ideológicas, as quais são sempre travadas por meio da linguagem, o veículo de materialização das identidades.

2. (Homos)sexualidades: identidades negadas e perseguidas

Ao refletirmos sobre as identidades (homos)sexuais, especificamente, devemos, em primeira instância, estar cientes do terreno escorregadio que as cercam. Contudo, as referências aos conceitos primordiais sobre o tema não devem ser omitidas, sobretudo porque sabemos que as identidades não são dadas ou encontradas em determinado momento da vida de um indivíduo; pelo contrário, elas são (re)construídas, manipuladas, revogadas, muitas vezes silenciadas e até mesmo negociáveis quando necessário. Para Cucho (2002), as identidades podem ser negociáveis porque cada indivíduo integra, de maneira sintética, a pluralidade das referências, identificatórias que estão ligadas à sua história.

Cada sujeito tem consciência de ter uma identidade de forma variável, de acordo com as dimensões do grupo ao qual ele faz referência em tal ou tal situação relacional. Um mesmo indivíduo, desse modo, pode se identificar como heterossexual, bissexual ou homossexual dependendo do contexto e posição de fala, levando em consideração que as identidades funcionam como “bonecas russas”, umas se encaixam nas outras (CUCHE, 2002). Para Britzman (1996), nenhuma identidade sexual é automática, autêntica, facilmente assumida; nenhuma identidade sexual existe sem negociação ou construção. Não existe, de um lado, uma identidade heterossexual lá fora, pronta, acabada, esperando para ser assumida e, de outro lado, uma identidade homossexual instável, que deve se virar sozinha.

Até dois séculos atrás, as práticas homossexuais eram consideradas sodomia, um comportamento vergonhoso, ao qual qualquer pessoa poderia sucumbir. O homossexual (comumente designado como gay de maneira pejorativa) passou a ser singularmente definido como um sujeito que fugia ao padrão vigente. Consequentemente, nascia, assim, uma nova categoria social no campo da sexualidade, que viria a ser, primeiramente, reconhecida, depois rotulada e, por fim, estigmatizada, até chegar à classificação de “desvio da norma” (BERCKER, 2008). Os indivíduos que se encaixassem, ou fossem forçadamente encaixados, nessa categoria, passariam a (con)viver na sociedade com seus desejos reprimidos e com suas práticas sexuais mantidas em segredo, obrigados a suportar o preconceito e a segregação social.

Foram, sobretudo, as sexualidades feminina e homoafetiva as mais prejudicadas pelas restrições e parâmetros do que seria considerado uma sexualidade normal/padrão a partir do século XIX. Foi uma verdadeira caça às bruxas – ou “caça às bichas” como diria Mariusso (2016) – quer dizer, perseguição a todas as práticas relacionadas ao sexo e à afetividade que fugiam aos valores morais (friso aqui, sobretudo, o valores religiosos judaico-cristãos). Em suma, os desejos e práticas sexuais que se desviavam da norma heteronormativa e heterossexista foram rechaçados e perseguidos (MARIUSSO, 2016).

A afirmação foucaultiana de que a sexualidade se tornou, incontestavelmente, um dispositivo histórico de poder, desenvolvido pelas sociedades modernas ocidentais, é fundamental para compreendermos as identidades sexuais que se constroem nas representações culturais. Desconstruir a dualidade rígida do binarismo dos gêneros significa problematizar tanto a oposição entre eles quanto a unidade interna de cada um, rompendo com as classificações de normalização do comportamento sexual (LOURO, 2004).

3. (In)visibilidade sexual e práticas subterrâneas

O multiculturalismo e o pluralismo cultural aprofundado direcionaram a sociedade, nos últimos anos, a uma descentralização das memórias oficiais coletivas para a tomada de poder das memórias e identidades subterrâneas (POLLAK, 1989), vistas por muito tempo como clandestinas, infames e envergonhadas. Em outras palavras, memórias e identidades que já foram silenciadas, reprimidas, e tratadas como proibidas por

“Discreto, sigiloso, não afeminado”: representações identitárias

não se enquadrarem no conjunto de regras hegemônico (socio-historicamente imposto) agora parecem estar ressurgindo, deixando de serem coibidas ao passarem a ser “desenterradas”, isso por meio do uso da linguagem, a qual funciona como partilha de significados e sistema de representações identitárias.

Nessa perspectiva, Pollak (1989, p. 11) afirma que “criminosos, prostitutas, vagabundos, ciganos e homossexuais tiveram suas vozes caladas na historiografia, não foram colocados nas ‘memórias enquadradas’”. Esses sujeitos seriam os quais Becker (2008) chamaria de “outsiders”, ou desviantes, isto é, aqueles que fogem às regras sociais, infratores que, pública ou secretamente, estão do lado de fora, para além das margens, das fronteiras ou dos limites impostos pelos detentores do poder.

Para Bhabha (2003), esses sujeitos não pertenceriam, então, aos “museus imaginários” que alguns grupos sociais majoritários criam, onde são escolhidas algumas peças para representar uma comunidade ou um povo, forçando a homogeneidade impossível, já que, segundo o autor, “nenhuma cultura é jamais unitária em si mesma, nem simplesmente dualista na relação do Eu com o Outro” (BHABHA, 2003, p. 65).

Concomitantemente a esses fatores, a visibilidade homossexual continuou a ser avaliada negativamente, compreendida como uma forma de deslocamento de gênero, sobretudo quando evidenciada publicamente. A visibilidade, aquela tomada como padrão, é uma noção que busca sintetizar a maneira como uma sociedade confere reconhecimento e busca escancarar certos relacionamentos amorosos, enquanto, ao mesmo tempo, coíbe outras maneiras de se relacionar através de prescrições morais, mantendo outras formas amorosas e sexuais (as desviantes e proibidas) em relativa invisibilidade, no subterrâneo, silenciando seus praticantes, ou seja, a sexualidade passa a ser controlada e vigiada (FOUCAULT, 1988).

Segundo Miskolci (2015), a visibilidade traduz uma relação de poder sofisticada, pois não se baseia em proibições diretas. Para o autor, o regime de visibilidade não pode ser avaliado apenas de maneira positiva, tampouco denotando uma exposição pública generalizada das homossexualidades na vida social cotidiana. Ao contrário, o que aconteceu é que houve a eleição de uma forma “correta” de se tornar visível, vinculada à circulação de representações estereotípicas sobretudo propagados pelas mídias, nas quais algumas identidades passaram a ser mais reconhecidas, visíveis, e se tornaram modelares enquanto outras foram relegadas

“Discreto, sigiloso, não afeminado”: representações identitárias

ao repreensível, mesmo não sendo necessariamente invisibilizadas e silenciadas.

Isso acontece porque a visibilidade sexual mantém hierarquias, com escopos e perfis de reconhecimento que vão dos mais aceitos socialmente (os heterossexuais, especialmente os de pares monogâmicos com filhos, por exemplo), passando por aqueles que começaram a negociar sua visibilidade (como gays e lésbicas socioeconomicamente privilegiadas) até os que foram mantidos ou relegados à abjeção (como travestis, transsexuais e transgêneros).

Vale ressaltar, ainda, que o grande desafio dos estudos sociológicos e antropológicos voltados para o gênero e a sexualidade é buscar entender como são construídas essas identidades sexuais. É necessário “admitir que as fronteiras vêm sendo constantemente atravessadas e – o que é ainda mais complicado – que o lugar social no qual alguns sujeitos vivem é exatamente a fronteira” (LOURO, 2004, p. 28).

4. Por dentro do *Grindr*, abrindo perfis...

A georreferenciamento é um dos maiores atrativos dos aplicativos de relacionamentos, já que utilizam o GPS (*Global Positioning System*) para promover os encontros entre usuários, principalmente homens gays e bissexuais (MEDEIROS, 2018). Ao abrirmos o *Grindr*, observamos fotos dos perfis das pessoas mais próximas e, ao clicarmos na imagem desejada, somos direcionados ao texto de apresentação da página do usuário, podendo-se, então, iniciar uma conversa com o mesmo (*chat*). Os perfis aqui visualizados oscilavam entre 500 metros e 5 quilômetros de distância da minha localização, sendo muitos deles escritos em espanhol, por pertencerem a usuários paraguaios, em função da pesquisa ter sido feita em região de fronteira Brasil/Paraguai⁴.

Na atualidade, o *Grindr* é considerado a rede social mais popular entre a comunidade gay, são mais de 5 milhões de usuários em 192 países (MEDEIROS, 2018). O sucesso do aplicativo deu-se, principalmente, pela facilidade que homens homossexuais e bissexuais encontraram para conhecerem outros homens, para diferentes propósitos, seja para amizade, namoro, encontros

⁴ Na presente pesquisa, por motivos de espaço, me restringi apenas às análises de perfis em português, o que não quer dizer que os usuários em questão necessariamente sejam brasileiros ou estejam no Brasil. Sabe-se que existem muitos brasileiros vivendo em Ciudad del Este, no Paraguai, majoritariamente estudantes de medicina; bem como há muitos paraguaios que utilizam o português para criarem seus perfis.

“Discreto, sigiloso, não afeminado”: representações identitárias

casuais, “pegação” ou apenas “relação sexual sem compromisso”. Frente aos seus concorrentes virtuais (como *Hornet*, *Scruff* ou *Tinder*), o *Grindr* se diferencia por estar no mercado há mais tempo e, por isso, possuir mais perfis cadastrados e ativos. É uma rede social para *smartphones* e *tablets* baseada em geolocalização, ou seja, mostra a distância praticamente exata, em metros e quilômetros, dos outros usuários próximos que também possuem o aplicativo.

Com o crescimento das mídias digitais interativas, a vida sexual vista outrora como “desviante” deixou de estar apenas no “armário” (espaço físico) e passou também à clandestinidade dos aplicativos de relacionamentos (espaço virtual). Ao abrirmos o *Grindr*, um novo mundo nos é revelado. Cada usuário que ali se encontra tem a possibilidade de performatizar a vida cotidiana em diversos “eus”, isto é, formular diferentes identidades, construindo e moldando um perfil com discursos sobre si, às vezes manipulando suas próprias representações. E não são apenas os textos verbais de perfil que constroem essas representações, mas também os recortes das fotografias postadas, as quais normalmente apresentam corpos musculosos de academia ou magros, porém, a grande maioria, com os rostos cortados.

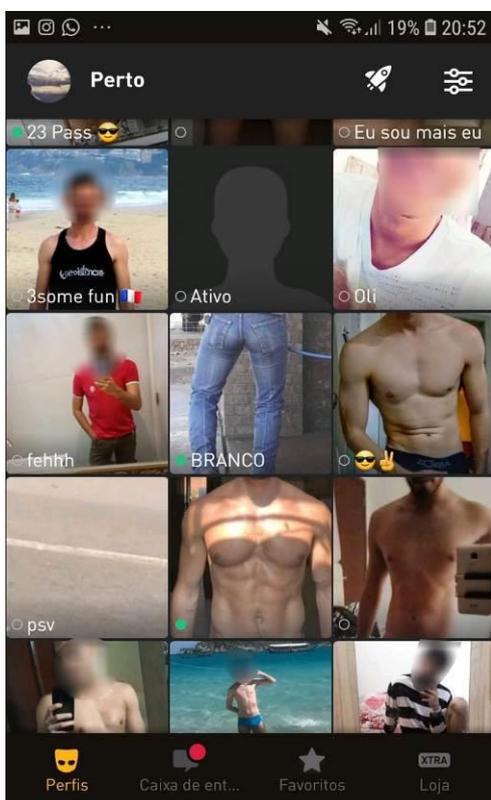


Figura 1: Interface do *Grindr*

Fonte: *Print screen* do aplicativo no sistema operacional *Android*.

“Discreto, sigiloso, não afeminado”: representações identitárias

São barrigas saradas, peitorais musculosos, cenários de academia de musculação, sorrisos de capa de revista, cabelos e barba de ator de novela, um verdadeiro “culto ao corpo”, um endeusamento dos músculos, resultado de mecanismos midiáticos que pregam a supervalorização do corpo e sua fortificação (LE BRETON, 2006). Todavia, são poucos os usuários que optam por mostrar o rosto, possivelmente para manter o anonimato (silenciar-se e invisibilizar-se), já que “a face é a visualidade que apresenta os traços pessoais, por meio da qual é possível identificar uma pessoa. A questão é que ainda poucos usuários desejam ser reconhecidos como homens que têm práticas homossexuais” (MEDEIROS, 2018, p. 57). Por outro lado, segundo Alencar (2017, p.89), “em um contexto de busca de parceiros para encontro, a aparência facial parece não importar tanto; o corpo (torso, abdômen, braços), contudo, é o foco dessa empreitada”.

Além das imagens, os textos verbais dos perfis apontam para as mais variadas solicitações dos usuários: “busco caras discretos”; “não curto gordinhos e afeminados”; “só falo com passivos”; “se for urso nem me chame”; “sem foto, sem conversa”. Em muitas das descrições, percebe-se a preferência por homens “não afeminados, discretos e magros”, como percebemos neste perfil:

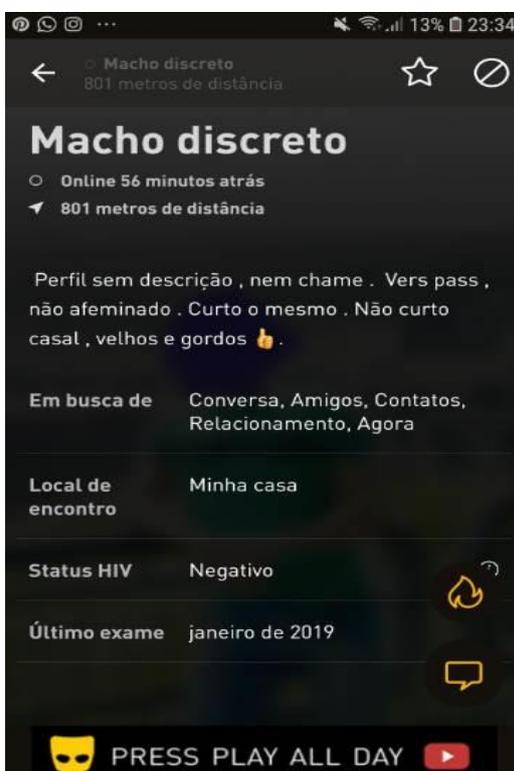


Figura 2: Interface do *Grindr*

Fonte: *Print screen* do aplicativo no sistema operacional *Android*.

“Discreto, sigiloso, não afeminado”: representações identitárias

O dono do perfil autodenomina-se “Macho discreto”. Ele firma não curtir “afeminados, casais, velhos e gordos”. A efeminação masculina parece ser uma das maiores rejeições entre os usuários do aplicativo. Ela parece estar diretamente associada à homossexualidade, isto é, aquele que não se comporta como “macho viril”, e foge aos padrões sociais masculinos, supostamente seria gay. Green (1999) defende que ainda estamos presos no sistema binário de categorias de gênero, heterossexualmente orientadas, no qual, obrigatoriamente, sempre existe um homem e uma mulher, mesmo na relação homoerótica.

A reafirmação da identidade masculina, em detrimento à identidade feminina, aparece como aspecto positivo e superior, reforçando a própria dominação de gênero, com a heteronormatividade e a misoginia. Ou seja, “O signo ‘macho’ é então a expressão do ‘gay mais valorizado’ (‘nem parece gay’), separando o ‘homem que beija homem’ da ‘bicha louca’ – um entendido como ‘normal’ e ‘masculino’ e o outro como ‘patológico’ e ‘feminino’” (GROHMANN, 2016, p. 75).

As identidades associadas ao feminino, ao senil, à poligamia e à obesidade são desaprovadas pelo usuário, o qual utiliza o eufemismo “não curto” para a cristalização de preconceitos históricos que se normalizam por meio da linguagem, uma “normalização discursiva” (FOUCAULT, 2002), que acaba por classificar alguns sujeitos como “naturais” e “normais” e outros como “desviantes” e “patológicos”.

Para Fairclough (1992), a linguagem e o discurso são práticas sociais, maneiras que os indivíduos têm de agir sobre a sociedade na qual estão inseridos e sobre os outros indivíduos com os quais convivem. Língua e discurso estão sempre ligados a processos de identificação social dos grupos que os utilizam. Sendo a linguagem prática social, podemos afirmar que se o conjunto das ações sociais constitui uma ordem social, que é regida pela ordem do discurso, esta, por sua vez, regida por relações de ideologia e poder (FOUCAULT, 2002). É no discurso, então, que as representações se materializam, criando muitas vezes estratégias de segregação e silenciamento, as quais acabam por produzir e reproduzir identidades subterrâneas (POLLAK, 1989), clandestinas e desviantes (BECKER, 2008).

Muitos dos discursos presentes nos perfis pesquisados apontam para o estigmatização da afeminação, já que tal característica estaria “traindo” a masculinidade hegemônica, aproximando o

“Discreto, sigiloso, não afeminado”: representações identitárias

homem biológico ao feminino, o que seria uma apostasia ao “privilégio de ser homem”:



Figura 3: Interface do *Grindr*

Fonte: *Print screen* do aplicativo no sistema operacional *Android*.

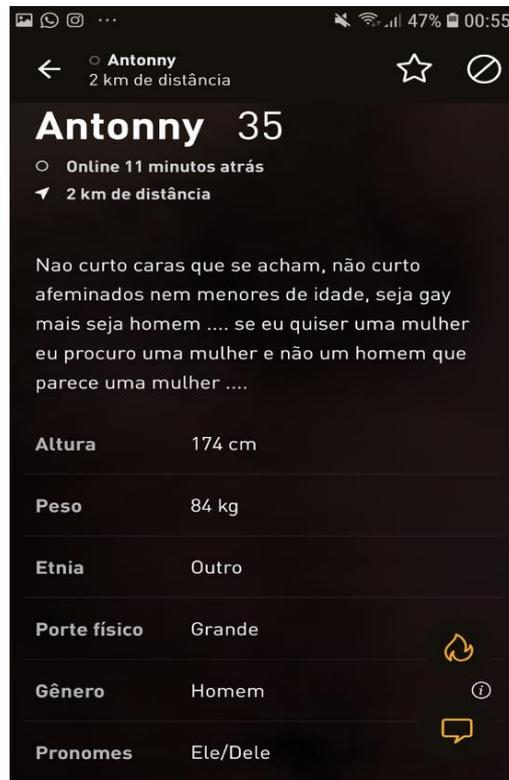


Figura 4: Interface do *Grindr*

Fonte: *Print screen* do aplicativo no sistema operacional *Android*.

Tanto “Thiago23cm36” quanto “Antonny35” afirmam não gostarem de homens afeminados. Antony35 toma a afeminação como sinônimo de “homem que se parece com mulher”. Além disso, alega “não curtir” práticas sexuais com menores de idade e não gostar de “caras que se acham”. Já Thiago23cm36 afirma ser bissexual ativo e gostar de “socar” (um termo muito comum utilizado nos aplicativos de relacionamentos para designar virilidade, varonilidade e brutalidade na prática sexual), sempre de forma segura (certamente referência ao uso de preservativo). Também pede aos usuários que por ele se interessarem, que mandem “foto de rosto sem óculos e boné”.

Interessante é observar nos discursos a maneira como “o parecer mulher” (a proximidade com o feminino) torna-se uma característica negativa para a maior parte dos usuários do aplicativo. Essa concepção, segundo Alencar (2017, p. 74), é “proveniente de uma cultura sexista que inferioriza o papel da mulher (nesse caso, o de receptora ou de penetrada na relação

“Discreto, sigiloso, não afeminado”: representações identitárias

sexual) e que toma o comportamento gay masculinizado como “menos pior”. Nesse sentido, o “parecer homem” seria um privilégio entre os homossexuais, já que às mulheres ainda cabe a subalternidade, isso porque não tivemos muitas figuras femininas que conseguiram se empoderar nas tomadas de decisões e nos espaços públicos, o que fez com que fossem silenciadas e reprimidas nas relações sociais (WOODWARD, 2000).

Laqueur (2001) aponta que, na Idade Média, havia um único modelo ideal de corpo: o masculino. Na época, não existiam termos para a designação do órgão sexual feminino, pois acreditava-se que ele era apenas a “falta do membro sexual masculino”, o pênis que não estava ali; era como se a genitália da mulher não houvesse se desenvolvido adequadamente e, por isso, enrustira-se, voltando-se para dentro, o conhecido “modelo de sexo único”. Desde então, estabeleceu-se e perpetuou-se a supremacia corporal masculina e, concomitantemente, a rejeição por todos os corpos que não são masculinizados (LAQUEUR, 2001).

As descrições dos perfis de “Thiago23cm36” e “Antonny35” almejam autoafirmá-los como portadores de masculinidades estritamente ligadas à virilidade e à varonilidade, pois partem de uma cadeia de adjetivos que tentam posicioná-los em identidades masculinizadas. Para Green (1999), na separação bipolarizada dos papéis sexuais (ativo e passivo), a passividade sempre esteve ligada à afeminação.

Enquanto o homem “passivo”, sexualmente penetrado, é estigmatizado, aquele que assume o papel público (e supostamente privado) do homem, que penetra, não o é. Desde que ele mantenha o papel sexual atribuído ao homem “verdadeiro”, ele pode ter relações sexuais com outros homens sem perder seu status social de homem (GREEN, 1999, p. 28).

A preocupação em autoafirmar-se e autorrepresentar-se, por meio da linguagem, como portador de masculinidades é uma questão estritamente ligada à virilidade (“não curto afeminados” / “23cm”), à brutalidade (“curto meter socar”) e à hombridade (“seja gay mais seja homem”). Os sujeitos analisados deixam transparecer em seus discursos, por meio de escolhas lexicais que revelam uma grande preocupação em autodefinir-se como “machos”, a rejeição por identidades homossexuais que se aproximem à efeminação, o que Cucho (2002) classificaria como identidades negativas. Para o autor, as identidades negativas são originadas através de representações estigmatizadoras e

“Discreto, sigiloso, não afeminado”: representações identitárias

discriminatórias que os sujeitos constroem no discurso. O sujeito que decide aceitar tal identidade, assumindo-a (isso quando o indivíduo tem a possibilidade de escolha dessa identidade), é tido como diferente das referências dominantes e passa a se reconhecer (ou passam a reconhecê-lo) como inferior, infame.



Figura 5: Interface do *Grindr*
Fonte: *Print screen* do aplicativo no sistema operacional *Android*.



Figura 6: Interface do *Grindr*
Fonte: *Print screen* do aplicativo no sistema operacional *Android*.

Nos perfis acima, percebemos a utilização das palavras “sigilo” e “sigiloso”, intensificadas pelo termo “discreto” na descrição de “discreto,HxH” e “reservado” no perfil de “Alex.39”. Ao optarem pelo silenciamento e discrição, subterraneamente, observamos, em ambos os discursos, a tentativa de afiliação a uma identidade heteronormativa, já que ela, em nossa sociedade, carrega em seu bojo, sobretudo, a preferência pelas expressões de gênero classicamente masculinas. Isso ocorre porque, caso contrário, a masculinidade dos homens seria colocada em xeque, além de que ser um “homem de verdade” possui grande relação com a ideia de onipotência e superioridade.

Entre a discrição e o sigilo, a subalternidade e a clandestinidade, vemos nos perfis analisados uma tentativa de silenciar-se como gay para apresentar-se socialmente como heteronormativo, mesmo não sendo heterossexual, pois o que é possível perceber

“Discreto, sigiloso, não afeminado”: representações identitárias

em ambos os discurso não é apenas a procura por homens “não-afeminados”, mas também a necessidade de autoafirmar-se como “macho, discreto, sigiloso e reservado”.

A tentativa de desvincular a própria imagem da categoria identitária gay faz parte das estratégias presentes nas interações entre os usuários dos aplicativos, fazendo com que escolham certas representações identitárias em detrimento de outras. A heteronormatividade se manifesta de diversas formas nos perfis observados: desde à adoção de um comportamento que preza pela discricção (sigilo) e por um rígido controle de visibilidades (escondendo os rostos e os nomes), passando pela valorização das masculinidades (sobretudo do corpo forte e viril) e pelo afastamento das feminilidades, até a não aceitação de outras formas de se relacionar sexualmente senão a prevista no binarismo macho e fêmea. Essas formas de alcançar o padrão heteronormativo busca a divisão binária dos sexos, estipulando um padrão de “gêneros delimitados”, isto é, tenta manter relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo.

Além da busca pela heteronormatividade e pela invisibilidade homossexual materializadas discursivamente pelos usuários, encontramos também a ocultação do rosto nesses perfis, uma tentativa de manterem-se em um “armário virtual”, onde suas práticas sexuais também estariam na “clandestinidade desviante” (BECKER, 2008), “um armário para dois”, como diria Miskolci (2015), isto é, quando dois homens, declaradamente gays, querem estar juntos, mas em um relacionamento sigiloso. Essas práticas estão, então, localizadas no campo do proibido, do profano, e, por conseguinte, na subalternidade e no subterrâneo, já que fogem ao “enquadramento social” (POLLAK, 1989).

A discricção e o silenciamento não significam apenas tentar distanciar-se de uma identidade homoerótica, homoafetiva e homossexual, mas também aproximar-se uma “identidade heterocêntrica”, a do “macho-alfa”, na qual a virilidade máscula, a brutalidade, a força física e a dominação seriam o ideal de homem. Essa identidade sexual dominante, a qual possui o poder de controlar e vigiar as outras sexualidades tomadas como infames (FOUCAULT, 1988), acaba sendo o grande desejo daqueles que não tiveram “a sorte de nascer homem heterossexual”. Já que não seria possível ser esse sujeito, deve-se, então, pelo menos parecer-se com ele. É fácil entender, dessa forma, o afã de alguns homossexuais pela supervalorização do

“Discreto, sigiloso, não afeminado”: representações identitárias

corpo e sua fortificação (LE BRETON, 2006), por músculos hipertrofiados, peitorais e braços avantajados e abdômes delineados. Para tentarem não se aproximar de certo afeminamento, muitos homens gays, como afirma Medeiros (2018, p. 68):

(...) deixam os cabelos curtos, torneiam seus corpos, usam barba, gesticulam pouco, tornam suas vozes mais graves, características que os diferenciam das tradicionais ideias do que é ser mulher ou travesti. Isso tem como uma causa a grande estereotipação por que os homens homossexuais passaram, historicamente associados à “bicha louca”, imaginário que foi redefinido por militantes *gays* na segunda parte do século XX com a criação da “identidade *gay*”, em que se valorizou certo afastamento do “homem mulherzinha”.

Percebe-se, nesse sentido, a possibilidade de se adotar certas representações identitárias em detrimento de outras. Essas inúmeras maneiras de se escolher e revogar as identidades, em um incessante movimento de construção, desconstrução e reconstrução, são “estratégias identitárias” (CUCHE, 2002) que nos permitem aderir, rejeitar ou relativizar as identidades que escolhemos ou que nos são impostas. Indivíduos ou grupos sociais, ao avaliar determinada situação, podem utilizar-se dos recursos de representação identitária estrategicamente. Vale ressaltar, todavia, que a elaboração de tais estratégias, construídas discursivamente nas interações sociais, não significa que os indivíduos são livres e que possuem sempre autonomia para a definição de suas próprias identidades; pelo contrário, essas negociações estão relacionadas à situação social e aos atores sociais envolvidos (HALL, 2000). Por isso que as estratégias de identidades estão sempre associadas às relações de ideologia e poder; há sempre uma hierarquização que estabelece quem pode representar e identificar mais facilmente do que outros.

Considerações Finais

“Não curto afeminados”, discreto”, “sigiloso”, “reservado”, “não sou”, “não rola”, “macho”, “malhado”. Observamos nesses discursos autorrepresentativos a busca pelo silenciamento, e até mesmo a negação, das identidades homossexuais por meio da (re)afirmação da masculinidade hegemônica, da heteronormatividade, sobretudo de aspectos relacionados à voz e ao corpo masculino.

“Discreto, sigiloso, não afeminado”: representações identitárias

Com o surgimento de novas tecnologias, sobretudo das redes sociais, ficou ainda mais escancarada a aversão à efeminação, concomitantemente ao feminino, criando e propagando o que Richardson (2009) chama de “efemínofobia entre homens”, os quais tentam se adequar a uma masculinidade hegemônica por meio de discursos de heteronormatividade.

Por medo de sofrerem preconceitos, represálias e segregações sociais, muitos gays e bissexuais utilizam o espaço cibernético como esconderijo (um “armário virtual”) para seus relacionamentos homoafetivos e suas práticas sexuais, isso porque o ciberespaço, através do profundo processo globalizatório, oportunizou o crescimento e também a criação de novos ambientes capazes de alterar e intensificar as relações humanas, dividindo espaço com banheiros, becos, saunas e praças públicas.

Percebemos, nesse sentido, que muitos dos usuários do *Grindr* buscam reprimir-se e portar uma conduta de silenciamento e sigilo, conduta esta oriunda de processos de regulação e controle para a normatização da via que habilita a direção exclusiva da sexualidade e do gênero para o modelo heterossexual dominante. O armário passa a ser o lugar mais seguro para esses sujeitos desviantes, e suas práticas (homos)sexuais são mais bem aceitas subterraneamente. A busca pela discrição e pelo sigilo e a economia da visibilidade, tanto nos perfis do aplicativo quanto nas práticas homossexuais/homoafetivas, torna-se, então, uma forma de o preconceito, o ódio, a repulsa e a exclusão “do outro” não serem resultados para os desejos eróticos assumidos “do eu”.

O “não sou/não curto” mostra-se como um eufemismo discursivo que busca disfarçar o poder social das normas heterocêntricas, além de negar e coibir outras possibilidades de vivenciar as sexualidades e desejos homoeróticos. As masculinidades hegemônicas traçadas nos textos de perfil analisados buscam marginalizar e subalternizar as identidades que fogem à heteronormatividade, colocando-as em uma posição de anormalidade, no subterrâneo, além de convocá-las para que se “ajustem” às prescrições masculinas desejadas. Todas as práticas sexuais que fogem ao sagrado masculino heteronormativo acabam sendo fadadas à posição de sexualidades profanamente marginais.

Referências

“Discreto, sigiloso, não afeminado”: representações identitárias

ALENCAR, Venan Lucas de Oliveira. *Aplicativos de Encontros Gays: traços identitários de seus usuários em Belo Horizonte*. 130 páginas. Ano: 2017. Dissertação de Mestrado – Belo Horizonte/UFMG.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi/Zygmunt Bauman*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BECKER, Howard. *Outsiders: Estudos de Sociologia do Desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Trad. Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1985.

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Trad. Myriam Ávila. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

BRITZMAN, Deborah. O que é esta coisa chamada Amor: identidade homossexual, educação e currículo. *Revista Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 21, p. 71-96, 1996.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Trad. Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 2011.

CANCLINI, Néstor García. *Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade*. Trad. Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

FABRÍCIO, Branca Falabella. Linguística Aplicada como espaço de desaprendizagem: redescrições em curso. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (org.). *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006.

FAIRCLOUGH, Norman. *Language and power*. London, New York: Gongman, 1992.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. *Homossexualidade e Educação Sexual: construindo o respeito à diversidade*. Londrina: Ed. UEL, 2007.

FLACH, Roberta Matassoli Duran. Abuso digital ou prova de amor? O uso de aplicativos de controle/monitoramento nos relacionamentos afetivo-sexuais. *Caderno de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, v. 12, n. 32, p. 1-14, 2019.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2002.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

GREEN, James. *Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: EdUNESP, 1999.

“Discreto, sigiloso, não afeminado”: representações identitárias

GROHMANN, Rafael. Não sou/ não curto: sentidos circulantes nos discursos de apresentação do aplicativo *Grindr*. *Revista Sessões do Imaginário*. v. 21. n. 35. 2016. p. 71-79.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-modernidade*. Trad. Tomás Tadeu da Silva. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1993.

LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

LASH, Scott. A reflexividade e seus duplos: estrutura, estética, comunidade. In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. (orgs.). *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

LE BRETON, David. *A sociologia do corpo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MARIUSSO, Victor Hugo Silva Gomes. *Caça às Bruxas Bichas: homossexualidade e violência no Brasil contemporâneo*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2016.

MEDEIROS, Ettore Stefani de. *Textos Verbo-visuais de homens que se relacionam afetivosexualmente com homens: Te(n)sões entre Masculinidades no Aplicativo Grindr*. 156 páginas. Ano: 2018. Dissertação de Mestrado – Belo Horizonte/UFMG.

MISKOLCI, Richard. Discreto e fora do meio: notas sobre a visibilidade sexual contemporânea. *Cadernos Pagu*. Campinas, v. 20, n. 44, p. 45-68, 2015.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. *Identidades Fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

PERLONGHER, Nestor. *O negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. O conceito de identidade em Linguística: é chegada a hora para uma reconsideração radical? In: SIGNORINI, Ines. (org.). *Língua(gem) e Identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.

SARUP, M. *Identity, Culture and the Postmodern World*. Athens, GA: University of Georgia Press, 1996.

“Discreto, sigiloso, não afeminado”: representações identitárias

SILVA, Sandra Rúbia. Performances de masculinidade, práticas de subversão: o consumo de telefones celulares entre jovens de camadas populares. *Comunicação, mídia e consumo*, São Paulo, v. 9, n. 26, p. 61-82, 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

VERTOVEC, Steven. *Super-diversity and its implications: ethnic and racial studies*. New York: Gongman, 2006.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

“EU ACHO QUE CRESCENDO NÓS VEMOS CERTOS CORPOS E CERTAS RAÇAS TENDO MAIS EXPOSIÇÃO E ATENÇÃO E VOCÊ PENSA: ‘AH ISSO QUE É BELEZA, COM ISSO QUE VOCÊ PRECISA SE PARECER.’” – DISPUTAS, NEGOCIAÇÕES E (RE)CONSTRUÇÕES DAS MASCULINIDADES ENTRE O ONLINE E O OFFLINE

José Rodolfo Lopes da Silva¹

Resumo

O presente artigo busca problematizar as formas que sujeitos homossexuais vêm aprendendo, em meio a discursos, negociações, disputas e resistências, a (re)construir suas subjetividades, desejos e se organizar enquanto sujeitos em uma sociedade em que a heterossexualidade é ensinada como a norma. Através da análise de um episódio da série virtual *What The Flip*, em que dois usuários do *Grindr* discutem sobre suas experiências no aplicativo de encontros amorosos/sexuais, convido a reflexão de como diferentes processos sócio-histórico-culturais vêm administrando e produzindo a sexualidade desses indivíduos. A cultura vem tomando dimensões em nossa sociedade e sendo considerada também como constitutiva das identidades, dos sujeitos e de suas subjetividades. Produções que tragam discursos que abarquem diversidades e diferentes narrativas possibilitam que sejamos educados com outras histórias e ações sejam realizadas para que processos sejam pensados e (re)construídos no *online* e *offline*. Como abordagem teórica para a discussão trago contribuições das Ciências Sociais e Educação e o conceito de “dispositivo da sexualidade” de Michel Foucault.

Palavras-chave: Homossexualidades; Grindr; Encontros; Desejos; Cultura.

“I think that growing up we see certain bodies and certain races having more exposure and attention and you think: ‘Ah this is beauty, what you need to look like.’” – disputes, negotiations and (re) constructions of masculinities between online and offline

Abstract

This article seeks to problematize the ways that homosexuals have been learning, in the midst of speeches, negotiations, disputes and resistance, to (re)construct their subjectivities, desires and organize themselves as subjects in a society in which heterosexuality is taught as the norm. Through the analysis of an episode of the web series *What The Flip*, in which two users of *Grindr* discuss their experiences in the dating app, I propose reflections on how different socio-historical-cultural processes have been managing and producing their sexuality as individuals. Culture has taken on dimensions in our society and is also seen as part of what constitutes identities, subjects and their subjectivities. Productions that bring discourses that embrace diversity and different narratives allow us to be educated with other stories and actions to be carried out so that processes are thought and (re) constructed online and offline. As a theoretical approach to the

¹ Mestre em Educação. Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF, Brasil). Especialista em Relações de Gênero e Sexualidades. Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF, Brasil). E-mail: jrodolfo@hotmmail.com

"*Eu acho que crescendo nós vemos certos corpos e certas raças...*"

discussion I bring contributions from Social Sciences, Education and Michel Foucault's concept "dispositif de sexualité".

Key-words: Homossexualities; Grindr; Dates, Desire; Culture.

Introdução

A partir do trecho que intitula este texto, de um usuário do aplicativo *Grindr*², proponho refletirmos acerca da produção de sujeitos homossexuais, suas subjetividades e desejos. Atribuo o caráter de multiplicidades uma vez que nos (re)construímos a partir de diferentes marcadores sociais – gênero, sexualidade, geração, classe, cor/raça, entre outros – fazendo com que pensemos nas homossexualidades como (re)construções, que vêm passando por suas negociações, disputas, relações e resistências. Vivemos um momento em que a *web 2.0*, as redes sociais e aplicativos tornaram-se parte do cotidiano de alguns/mas – trazendo outros elementos para pensarmos a forma como nos produzimos e produzimos o/a outro/a. Assim, busco tencionar e me debruçar acerca dos efeitos sócio-histórico-culturais, assim como das relações de saber-poder entre homens que se relacionam afetivo-sexualmente com outros homens. Intento problematizar sobre as diversas, constantes e contingentes formas como aprendemos a construir/construímos nossos desejos, que aprendemos também a nomear como "gostos pessoais". Refletir sobre como isso vem organizando homens, que utilizam o aplicativo com o intuito de encontrar homens para atividade afetiva, sexual e/ou amizade, em grupos, sociedade e enquanto sujeitos, assim como quais subjetividades vêm sendo (re)produzidas em interações com o social e consigo mesmo são questões que busco trazer neste artigo.

Para tal me ancoro em autores/as que buscam uma perspectiva relacional de gênero (BADINTER, 1993; CONNELL, 1995, 2005; HALL, 1997; PERLONGHER, 2008; MISKOLCI, 2013, 2014a, 2014b; BUTLER, 2003, 2007) e também aciono o conceito de "dispositivo da sexualidade" (FOUCAULT, 1979) para problematizar sobre a produção e administração da sexualidade em diferentes contextos. Como objeto de análise proponho um vídeo da série virtual *What The Flip*. Para construção deste processo busco inspiração em Dagmar Estermann Meyer e Marluicy Alves Paraiso (2012). As autoras propõem a metodologia "como um certo modo de perguntar, de

² O *Grindr* é um aplicativo de relacionamentos amorosos/sexuais, lançado em 2009, que funciona através da geolocalização por satélite. É possível criar contas de forma gratuita assim como versões pagas, tendo como diferença as possibilidades que cada uma oferece como, por exemplo, número de perfis visualizados, a presença ou não de anúncios, entre outros.

“Eu acho que crescendo nós vemos certos corpos e certas raças...”

interrogar, de formular questões e de construir problemas de pesquisa que é articulado a um conjunto de procedimentos de coleta de informações (...) e de estratégias de descrição e de análise” (MEYER; PARAÍSO, 2012, p. 16). Dessa forma, me aproximei do material para coletar e analisar dados – discursivos e não discursivos –, buscando não desvendar a verdade sobre esses sujeitos e/ou relações, mas problematizar como saberes vêm sendo (re)produzidos e emergindo em diferentes instâncias.

A produção teve duas temporadas realizadas e lançadas, com dez episódios no total, entre maio de 2018 e janeiro de 2019. Durante a primeira temporada a série teve como apresentador o ator Billy Francesca que traz alguns símbolos dissonantes daquilo que aprendemos a ler como “masculinos” em alguns contextos. O uso de maquiagens e roupas que comumente são enquadrados na fronteira do feminino se embaralham com sua barba e cabeça raspada. Na segunda temporada Arisce Wanzer, modelo e trans, assume o papel de mediadora e entrevistadora. É relevante destacar que a série foi encomendada pelo *Grindr*, e disponibilizada no canal *Into*³, como forma de trazer para a discussão discriminações que comumente ocorrem nas interações entre alguns de seus usuários. Dessa forma, diferentes debates são engendrados tocando temas como racismo, idade, identidade de gênero, entre outros. Também são saberes que se manifestam nas trocas de mensagens criando discursos, sujeitos, relações, assim como uma complexa teia em que alguns são vistos – e produzidos – como desejáveis enquanto outros como não. Assim de forma relacional vamos nos construindo em meio ao *online* e o *offline*.

Nos tornamos sujeitos e (re)construímos nossos saberes e relações em diálogos com diferentes processos e contextos. Dessa forma, a análise de artefatos culturais – em que aqui trago através de um vídeo produzido para/disponibilizado no *YouTube* – torna-se um potente caminho para nos debruçarmos e refletirmos acerca da nossa (re)construção, relações e grupos. Como/quais representações vêm sendo (re)construídas através da nossa sociedade, cultura e contexto em que vivemos? Podemos pensar no *Grindr*, assim como outros aplicativos, um meio para que alguns sujeitos possam relacionar-se, sexual e/ou afetivamente, sem o risco de homofobia. Ao produzir um artefato cultural, que educa com a

³ O canal *Into* (<https://www.youtube.com/channel/UCWPuCBWzfTIP3N4m8BNcRgA/videos>) faz parte de uma revista digital voltada para a comunidade LGBTQ+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais além das outras identidades contempladas pelo sinal de +) e criada pelo *Grindr*. Com o objetivo de produzir conteúdos relacionados a cultura, notícias e estilo de vida assuntos como, por exemplo, geração, racismos, relacionamentos, pornografia, identidade de gênero, entre outros são abordados através de diferentes abordagens. (Acesso em: 24/05/2020)

“Eu acho que crescendo nós vemos certos corpos e certas raças...”

história do outro que em tela é comumente fetichizado e/ou excluído, são reconhecidas a manifestação e disseminação de preconceitos e outras violências, bem como realizadas ações para que esses movimentos sejam pensados e ressignificados.

Stuart Hall (1997) destaca a importância que a cultura vem tomando em relação a estrutura e organização de nossa sociedade através de seus elementos dinâmicos e contingentes. A partir da segunda metade do século XX a cultura passou a se expandir e diversificar de uma maneira que até então não tinha sido pensada. Ela passou a ser considerada a partir do seu aspecto constitutivo em relação às subjetividades, identidades e, portanto, dos sujeitos.

(...) não devemos nos surpreender, então, que as lutas pelo poder deixem de ter uma forma simplesmente física e compulsiva para serem cada vez mais simbólicas e discursivas, e que o poder em si assuma, progressivamente, a forma de uma política cultural (HALL, 1997, p. 20).

Em meio a isso esse artigo está dividido em quatro momentos: a introdução em que explico a abordagem teórico-metodológica, o objeto de análise, a questão problema e a justificativa. Em seguida trago um levantamento de períodos sócio-histórico-culturais que nos ajudam a pensar sobre mecanismos que levaram a construção do sujeito e do desejo homossexual comumente atravessado pela via do sigilo e da “verdadeira masculinidade” como o “natural”, portanto caminho possível para construção de si enquanto sujeito e suas relações. Na terceira seção analiso trechos de um dos vídeos, da segunda temporada da série, em que Arisce recebe dois convidados, Troy e Evan, para discutir sobre suas interações no aplicativo. Apesar do vídeo ter como foco tipos de corpo, uma vez que Evan tem um porte atlético, com seu corpo musculoso e Troy é gordo, o debate nos leva para outras questões, nos possibilitando pensar nos diferentes marcadores sociais e questões que nos (re)constroem enquanto sujeitos. Por último trago os apontamentos finais.

Em meio a repressões, cerceamentos e possibilidades a construção do afeto/desejo homoafetivo

Reflexões acerca das diversas interações que ocorrem no modo *online* em um aplicativo de encontros, dizem não somente de experiências particulares, aquilo que aprendemos a enxergar como o natural desses espaços, sujeitos e relações que se desdobram. Há

“Eu acho que crescendo nós vemos certos corpos e certas raças...”

também condições sócio-histórico-culturais que vêm frequentemente construindo sujeitos não-heterossexuais como pessoas patológicas, com práticas e desejos “não naturais”, engendrando, dessa forma, modos de se relacionar, de (re)construir seus desejos, sua sexualidade. O modo de buscar relacionamentos entre alguns sujeitos homossexuais está relacionado a estratégias e resistências devido às condições de marginalização instituídas moralmente e que os mesmos vêm sendo colocados (PERLONGHER, 2008). Uma vez que lhes é negada, através de diferentes maneiras⁴, a sua própria humanização, a socialização e construção de relacionamentos, assim como a dos desejos, acaba comumente tendo como desdobramentos outros meios e brechas. Os corpos, os sujeitos e desejos vão se (re)constituindo em meio a negociações, disputas e resistências, fazendo com que alguns desses sujeitos passem a se movimentar pelos “pontos de fuga libidinal”:

(...) onde “as paixões, instintos e apetites, incontrolados e indisciplinados”, os “impulsos selvagens”, reprimidos e sublimados na ordem urbana da normalidade, encontrariam vazão. Simultaneamente, esses desejos proscritos, desterrados do corpo social, seriam reconhecidos, classificados, controlados, “reterritorializados”, na válvula de escape da “região moral”. (PERLONGHER, 2008, p. 185).

As construções acerca das sexualidades se dão a partir de diversas condições. Ao cunhar o termo “dispositivo da sexualidade” Michel Foucault (1979, p. 244) defendia que esse era o meio pelo qual a sexualidade é produzida e administrada. Assim como a forma pela qual o ato sexual é disciplinado. O dispositivo diz de um conjunto heterogêneo que abarca “discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas”. O dito e o não dito são os elementos do dispositivo, ou seja, a rede que é possível estabelecer entre esses elementos. Assim, em meio ao “dispositivo da sexualidade” e os “pontos de fuga libidinal” proponho pensarmos que diversas ações pedagógicas constroem alguns sujeitos e práticas como ilegítimas enquanto outros produzem a ideia da possível aproximação do imaginário hegemônico, heteronormativo, “natural” e “desejável”.

⁴ Dentre algumas ações que aludem a forma como LGBT+ são discriminados/as podemos pensar sobre: o casamento homoafetivo sendo legalizado somente no ano de 2013, a doação de sangue por homossexuais sendo permitida somente no ano de 2020, a homossexualidade figurando como doença, na lista internacional da Organização Mundial de Saúde (OMS) até o ano de 1990 e a transexualidade até o ano de 2019, entre outras.

"Eu acho que crescendo nós vemos certos corpos e certas raças..."

Quando pensamos na história do movimento LGBTQ+ é possível afirmar que muito do que foi dito e construído sobre esses sujeitos se deu a partir de diferentes discursos, instituições, leis, entre outras dimensões. Richard Miskolci (2014a) chama atenção para o surgimento e auge da epidemia de AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) no decorrer da década de 1980, quando o medo de se contaminar levou a uma normatização da procura por parceiros discretos, que não denotassem a imagem estigmatizada do homossexual. Imaginava-se que aqueles que não frequentassem os espaços gays seriam os com menor probabilidade de contaminação com o vírus HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana). Se reconfigurava o processo de (re)construção e legitimação de corpos e valores a partir de um discurso patológico e reduzido aos sujeitos homossexuais – a doença chegou a ser nomeada como "câncer gay" e *GRID* (*Gay-related immune deficiency* – Deficiência imunológica relacionada aos gays). Passa-se a dar ênfase a corpos musculosos como sinônimo de corpos saudáveis – dado em partes pela utilização de anabolizantes no tratamento de pacientes com HIV-Aids e o surgimento das academias de musculação. Ainda podemos aludir às restrições sociais que contribuíram para moldar as noções de moral e valores, levando ao engendramento de classificações contemporâneas tais como "sarado", "fora do meio" e "discreto"⁵.

Ao longo desses períodos, vimos vivenciando permanências e rupturas, assim como reconfigurações que novas tecnologias como as redes sociais, a *web 2.0* e os dispositivos móveis vêm trazendo a forma como nos relacionamos, comunicamos, procuramos parceiros, nos (re)construímos enquanto sujeitos, bem como aos/às outros/as. Disputas e (re)configurações se dão de forma dinâmica, constante e contingente quando pensamos que passamos das cartas e classificados de jornais – o que poderia levar meses entre a postagem e a resposta para que um encontro fosse marcado – como meio de comunicação para a busca de parceiros e passamos a ter com aplicativos como, por exemplo, o *Grindr* a possibilidade de interações e encontros mais frequentes.

João Paulo Ferreira da Silva (2017) pode perceber em sua pesquisa, ao analisar seções do jornal *Lampião da Esquina*⁶ e perfis do

⁵ "Sarado", "discreto" e "fora do meio" foram termos engendrados no auge da epidemia HIV-Aids para se referir a sujeitos homossexuais que eram lidos como saudáveis e/ou heterossexuais. São termos que, segundo Richard Miskolci (2014b), possibilitaram, através do ocultamento, evitar violências físicas e simbólicas, e ainda se manifestam nas interações de usuários de aplicativos de encontros amorosos/sexuais.

⁶ O *Lampião da Esquina* foi um jornal nacional, fundado em 1978, voltado para o público homossexual. Suas colunas tratavam de assuntos como, por exemplo, cinema, literatura, eventos e a

"Eu acho que crescendo nós vemos certos corpos e certas raças..."

aplicativo *Hornet*⁷, que a busca por parceiros discretos foi algo comum a ambos os períodos. O que seria (re)produzido pela repressão da Ditadura Civil-Militar – referente ao primeiro período – e a epidemia HIV-Aids – tocante ao segundo momento. Segundo Silva (2017), os acontecimentos supracitados proporcionaram uma pedagogia dos corpos, levando a legitimação de alguns em detrimento de outros. A partir da (re)criação de uma norma para esses corpos e algumas performances de masculinidades sobre o homossexual discreto/fora do meio vem (re)construindo-se relacionalmente aqueles não desejáveis e/ou pelo menos não possíveis de se assumir, que em partes teriam em seus corpos, trejeitos, falas e outros elementos do "feminino" ou de outras características que se distanciam da ideia de belo, de sucesso, de respeito.

Construindo-se, e outras possibilidades, em meio a mensagens, disputas e saberes

No vídeo, que tem como título *Gay Guys Swap Grindr Profiles Based On Body Type*⁸ (*Homens Gays Trocam Perfis do Grindr Baseados em Tipos Corporais* – em uma tradução livre), Evan e Troy participam da experiência. Evan é um homem cisgênero, negro, de 34 anos, musculoso e com cabelos longos. Troy é um homem cisgênero, branco, com unhas pintadas, um "*homem gay de tamanho*" – como ele se intitula em sua apresentação devido ao seu peso e tipo corporal. Ambos também trazem relatos sobre suas experiências em aplicativos de relacionamentos amorosos/sexuais. "*Principalmente se for somente uma pegação as pessoas chegam dizendo 'Eu adoro caras grandes.'*", diz Troy. Evan destaca que as mensagens que comumente recebe são direcionadas ao seu corpo como, por exemplo, "*Seu corpo é maravilhoso.*" e "*Seu corpo é delicioso.*". "*As abordagens não tão boas envolvem fetichizações, sabe, como 'Oh meu Deus, eu adoro chocolate.'*", ele complementa apontando que as interações têm seus altos e baixos.

Alguns elementos do vídeo nos convidam a pensar sobre a potência do espaço *online* em dar evidência a outras vozes. Trazer um homem negro com cabelos longos e um homem gordo de

troca de cartas entre seus leitores. Foi assim uma forma de construir um discurso que se contrapunha ao imaginário patológico, criminoso e pecaminoso que foi atribuído a homossexualidade, em parte pela psiquiatria.

⁷ O *Hornet*, assim como o *Grindr*, é um aplicativo de relacionamentos amorosos/sexuais, que funciona através da geolocalização por satélite. Seu lançamento foi realizado em 2011 sendo também possível criar contas de forma gratuita ou versões pagas.

⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Fda3g3TbHMQ> (Acesso em: 04/05/2020).

“Eu acho que crescendo nós vemos certos corpos e certas raças...”

unhas pintadas para discussão de suas experiências no aplicativo pode desencadear diferentes processos na formação de subjetividades não somente dos participantes, mas também daqueles/as que venham a consumir o conteúdo produzido. Formas de contestar o que vem sendo reiterado através de parte da história mais recente como a “real” beleza do homem, aquilo que nos é ensinado – seja pela mídia, família, escola, entre outros – como o “natural”, o “masculino”. Segundo Judith Butler (2003), através da regularização da sexualidade, a partir da heterossexualidade, passamos a assumir o gênero como algo natural, dado. A matriz heterossexual estabelece correspondências binárias que são apresentadas como coerentes, fazendo com que a heterossexualidade se torne a fonte de referência legitimada para construção e naturalização dos desejos, sexos e práticas sexuais. Dessa forma o construir-se homem também está comumente relacionado a uma fronteira demarcada e constantemente reforçada. Limitadas possibilidades, como, por exemplo, tipos de cortes de cabelo, vestimentas, trejeitos e tom de voz.

Se o gênero é construído, poderia sê-lo diferentemente, ou sua característica de construção implica alguma forma de determinismo social que exclui a possibilidade de agência ou transformação? (...) Em algumas explicações, a ideia de que o gênero é construído sugere certo determinismo de significados do gênero, inscritos em corpos anatomicamente diferenciados, sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei cultural inexorável. Quando a “cultura” relevante que “constrói” o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino. Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino. (BUTLER, 2003, p. 26)

Troy e Evan assim nos convidam a quebrar tal lógica, pela sua orientação sexual, mas também pela maneira como se produzem e se apresentam, mostrando que não são produtos de uma essência, algo dado como o “homem de verdade”, o “coerente” – e portanto desejável – que aqui problematizo como aquele que aprende a se tornar violento física e simbolicamente, que deve gostar somente de elementos e atividades “masculinos” como, por exemplo, futebol, lutas, corridas, falar grosso, entre outras performances⁹. Há elementos de subversão que quebram com a lógica binária, resistências que exploram frestas, constroem rupturas,

⁹ Segundo Judith Butler (2003), performances de gênero são atos reiterados e empregadas ao social que levam a “produção” dos gêneros e daquilo que entendemos enquanto masculino e feminino.

"Eu acho que crescendo nós vemos certos corpos e certas raças..."

possibilidades e descontinuidades para a (re)construção de outras masculinidades e desejos. Ações – conscientes e inconscientes – que contestam aquilo que aprendemos a ver como o natural, uma vez que "a essência ou identidade (...) são *fabricações* manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos." (BUTLER, 2003).

Em meio às entrevistas com os dois participantes, Arisce Wanzer surge entrevistando pessoas na rua, buscando novos contextos através de transeuntes. "*Você já foi fetichizado em aplicativos de encontros?*", ela pergunta a um dos entrevistados. "*As pessoas podem ser esquisitas. Um cara recentemente me mandou uma mensagem dizendo 'Eu vou te dar 50 dólares se você...' basicamente Crisco¹⁰. Tinha a ver com Crisco e um punho. É tudo que eu vou dizer.*", ele relata em meio a gargalhadas. A conversa se dá de forma descontraída, mas mostra através do humor que tal prática não é vista como algo comum a ponto de causar uma mudança de tom entre Arisce e o entrevistado. Falar sobre fisting, e outras práticas/sujeitos "dissidentes", em um contexto no qual os discursos sobre os mesmos são (re)produzidos de forma não estigmatizada, poder dar outro tom a tais práticas sexuais e assim construir outros sentidos sobre os mesmos.

A forma como aprendemos a viver nossa sexualidade diz de construções e discursos investidos sobre as mesmas através de processos sócio-histórico-culturais. Tais discursos estão alinhados com os jogos de poder no qual a forma como enxergamos a sexualidade vem sendo (re)construída, segundo os padrões do contexto em qual se encontra inserida. O investimento na normatização das práticas sexuais se dá, uma vez que intentam o controle da via social e política através do controle do corpo e também da sexualidade (FOUCAULT, 1988). Dessa forma, em uma sociedade em que a prática fosse vista com outros olhares, podemos nos questionar quais efeitos se manifestariam em nossas relações. Em uma conjuntura na qual o discurso acerca do fisting é (re)construído de forma estigmatizada e pejorativa é comum que ele seja considerado da mesma maneira pelos sujeitos em suas diferentes relações. Podemos pensar que esses discursos – e tantos outros, como por exemplo, a ideia de que o gay afeminado, promíscuo não é desejável e/ou respeitável, de que o gay negro seja somente ativo e hiper masculinizado, entre outros – também nos constroem enquanto sujeitos, nossos desejos, "gostos pessoais". Assim, de forma relacional vimos aprendendo a construir o sujeito

¹⁰ *Crisco* é uma gordura vegetal, utilizada para preparação de alguns pratos culinários.

"Eu acho que crescendo nós vemos certos corpos e certas raças..."

homossexual que se aproxima do "homem de verdade" como a única e limitada opção para os relacionamentos amorosos/sexuais e para a construção de si enquanto sujeito – ao menos em um ambiente público.

Após esse momento inicial Evan e Troy trocam de celulares para que possam observar os perfis um do outro. Troy e Arisce se deparam com uma foto em que Evan se encontra somente de cueca com os músculos à mostra. Comentários exaltando a forma física de Evan surgem como, por exemplo, "*Ele é super gostoso.*", diz Troy de forma descontraída. "*Tudo bem, Evan. Você tem mesmo 34 anos ou está mentindo?*" Arisce pergunta surpresa, pois imaginava que ele fosse mais novo. Mesmo com seus cabelos compridos, Evan ainda cumpre com parte significativa dos atributos tidos como masculinos em parte de nossa cultura, sociedade, mídias. Sua voz é grossa, corpo musculoso, com braços fortes e a foto que consta em seu perfil do Grindr parece parte de uma campanha publicitária de roupas de baixo. Em meio às brincadeiras que trazem um tom leve ao debate as interações e reações dos entrevistados e da entrevistadora ilustram aquilo que vem sendo ensinado como o belo, saudável, masculino, portanto comumente desejável nessa relação.

Assim, os padrões de masculinidade, assim como os regimes eróticos, variam conforme seu contexto sócio-histórico-cultural, os interesses coletivos (MISKOLCI, 2013) e as relações de poder-saber estabelecidas. Isso nos convoca a pensar sobre a construção do desejo, dos padrões de beleza. Nos faz distanciar de pressupostos biologizantes. Podemos ainda inferir que são padrões, assim como somos sujeitos, em constante (re)construção, tencionamento e negociação. Para Elisabeth Badinter (1993), os estudos sobre as masculinidades – também conhecido como *men's studies* – é um movimento que passou a reconhecer e discutir a pluralidade da categoria homem. Ao reconhecer os diferentes marcadores que constituem esse sujeito como, por exemplo, classe, raça, religião, nacionalidade, geração, entre outros, passou-se a um distanciamento da categoria homem enquanto ser universal e assumi-lo a partir de sua diversidade e plasticidade.

Em seguida Troy explicita que a primeira coisa que ele observa é a foto, mas que seu interesse pode mudar após analisar o perfil da pessoa. "*Eu tenho um tipo que não tenho interesse. Se esse perfil dissesse 'Somente masculinos!' e 'Não curto gordos!' e 'Não curto femininos!' isso é algo que me afasta, me faz perder o interesse.*". Diferentes discursos vêm ganhando espaços, possibilitando que

"Eu acho que crescendo nós vemos certos corpos e certas raças..."

mudanças ocorram e possam ser notadas em alguns contextos pelo borramento das fronteiras de gênero e das discussões e (re)produções sobre gênero e sexualidade. Entretanto ainda há um elevado número de discursos – decorrentes de parte da mídia, religião, entre outros – que retratam homens e mulheres de forma estereotipada, a partir de suposições biologizantes, que buscam nos enquadrar em papéis limitados e binários.

Diferentes discursos se proliferam e coexistem nas interações dos usuários do *Grindr* – assim como em outros aplicativos de relacionamentos amorosos/sexuais e/ou redes sociais. Pensar sobre os discursos diz de nos distanciarmos de ideias essencialistas e generalizantes sobre aqueles que os produzem, pois eles representam permanências, rupturas e condições de emergência. Dizem de uma cultura e diferentes processos pelos quais nossa sociedade e relações vêm passando, pois "o sujeito da linguagem não é um sujeito em si, idealizado, essencial, origem inarredável do sentido: ele é ao mesmo tempo falante e falado, porque através dele outros ditos se dizem." (FISCHER, 2001, P. 205). A (re)construção da masculinidade durante anos se deu – e ainda se dá em alguns contextos – através da recusa àquilo que aprendemos a ver como traços do feminino, da infância e do homossexual (BADINTER, 1993). Aproximar-se dessas fronteiras é como se distanciar do "homem de verdade", aquilo que foi ensinado hierarquicamente como referência, "superior" – estereótipos construídos e reforçados através de diferentes discursos. A iniciativa da série diz assim de um investimento que busca debater aquilo que aprendemos a enxergar como o belo, desejável e "natural" como algo único e propõe pensarmos nas multiplicidades e (re)construções como possibilidades. As frases evocadas por Troy sobre o tipo de perfil que ele não gosta são reflexos de como parte dos discursos e das subjetividades vêm sendo (re)construídos.

A conversa passa para questionamentos sobre que tipo de mensagens Evan comumente recebe em seu perfil. A fetichização é algo que ambos percebem em algumas interações. *"Eu acho que se você pensa em fetiches de uma forma geral, especialmente quando vem de algo relacionado ao corpo ou a raça de alguém é sempre um sentimento de culpa enraizado de querer estar com algo relacionado, levando a se tornar um fetiche, uma obsessão."*, diz Troy. *"Um tabu."*, Evan complementa. Somos (re)construídos enquanto sujeitos em múltiplos contextos que apresentarão suas variações. Pensar como as representações sociais vêm sendo engendradas podem nos ajudar a criar olhares outros, pautados em diversidades e humanidades, para questões que aprendemos

“Eu acho que crescendo nós vemos certos corpos e certas raças...”

a ver a partir de um imaginário social, comumente atravessadas por estigmas e universalidades. As masculinidades negras vêm, através de diferentes elementos como, por exemplo, músicas sendo (re)construídas em meio a estereótipos sexuais. Segundo Henrique Restier da Costa Souza (2017), as canções podem ser um objeto potente para obter uma série de perspectivas para pensar as dinâmicas de poder, hierarquias, desigualdades, conflitos dentre outras questões. Processos que comumente levaram a (re)construção do homem negro através de uma representação negativa, atravessada por estereótipos e subalternização. A construção do “outro” como aquele que apresenta algo errado, perigoso, quase – e às vezes como se fosse – contagioso também diz da produção da “norma”, da masculinidade hegemônica, que comumente é feita tendo como referência o homem cisgênero, branco, heterossexual, neoliberal, monogâmico e cristão.

Raewyn Connell (1995) discute sobre dois aspectos para pensarmos sobre a (re)construção das masculinidades. Como primeiro ponto ela destaca que por mais que haja uma forma hegemônica de masculinidade em determinada conjuntura, outras possibilidades se encontram agrupadas ao seu redor, uma vez que as masculinidades são (re)produzidas de múltiplas maneiras no mesmo contexto social. Ela ainda diz que “qualquer forma particular de masculinidade é, ela própria, internamente complexa e até mesmo contraditória.” (*Ibidem*, p. 189), uma vez que é possível encontrar o que aprendemos a ler como atributos “femininos” em homens e vice-versa. Assim, podemos inferir que a masculinidade hegemônica não é algo dado, universal, *a priori*, mas uma configuração de prática de gênero que é legitimada em determinado contexto (CONNELL, 2005). Portanto suas configurações apresentarão variações em seus diferentes cenários, sejam eles sociais, culturais e/ou históricos.

“Se eu já recebi algum tipo de mensagem ruim foi quando eu não estava apresentando a minha atual versão. A versão que ama, aprecia e valoriza a mim mesmo. Eu acho que tem a ver comigo, como eu cresci e venho aprendendo a amar a mim mesmo. Mas também acho que tem a ver com como nós estamos acordando agora e percebendo que não podemos tratar as pessoas dessa maneira... acho que estamos vendo uma mudança em como nós somos... mas ainda estamos mudando...”. Troy diz. Mudanças são reflexos de debates, lutas de sujeitos que comumente foram (re)produzidos como abjetos, renegados pela sociedade. João Paulo Ferreira da Silva (2017) destaca a Revolução Sexual como um importante momento em que discussões políticas e sociais

"Eu acho que crescendo nós vemos certos corpos e certas raças..."

ocorreram, especialmente nas décadas de 1960 e 1970. Debates sobre a legalização do aborto, nudez em público, a invenção de métodos contraceptivos, assim como relações fora do casamento e outras formas de relação não normativas foram importantes tópicos que marcaram as gerações que viriam a seguir. É importante destacar o papel dos meios de comunicação, em especial o rádio e a televisão, que possibilitaram a difusão e aumento da amplitude dessas informações. Entretanto, em meio a isso também houve, em meios de comunicação gay como, por exemplo, O Lampião, a recorrência de um modelo de masculinidade. "Dos anos 1979 a 1981 o desejo homoerótico mais prevalente nos classificados apontava para uma masculinidade viril, atlética, morena, alta, ativa, bonita, jovem e discreta." (SILVA, 2017, p. 65). Podemos pensar nesse aspecto como um indicativo de como parte dos sujeitos homossexuais vinham se construindo em meio aos valores e condições da época que coincidia com a Ditadura Civil-Militar perpassada por momentos de violência e insegurança.

Em outro momento da conversa Evan relata uma experiência vivida nos mostrando como o processo de construção das identidades e subjetividades é dada na interação entre o eu e a sociedade – sendo comparadas a outras identidades ou relacionadas às diferenças (HALL, 2000). *"Eu estava andando pelo Boulevard Santa Monica e eu vi esse cara, ele era bonito. Ele era provavelmente da minha altura, loiro, ótimo corpo e eu imediatamente pensei: 'Esse cara é um idiota.' Mas então eu me peguei questionando o por que estava pensando aquilo. Eu acho que crescendo nós vemos certos corpos e certas raças tendo mais exposição e atenção e você pensa: 'Ah isso que é beleza, com isso que você precisa se parecer.'"* Ter a beleza legitimada, estar próximo à "beleza natural" nos posiciona nas relações de certa forma, assim como faz com aqueles que não estão em compasso com aquilo que aprendemos a ver como o belo. Através dos processos que vêm (re)construindo o belo em parte da comunidade homossexual também vem sendo (re)produzidas condições de emergência dos desejos. O que se pode desejar? O que se torna o nosso "gosto pessoal"? Para Richard Miskolci (2016) diferentes marcadores como, por exemplo, classe, raça, geração e também atributos que aprendemos a atribuir como "masculinos" tendem a (re)produzir uma hierarquia entre os sujeitos, (re)produzindo valores e saberes para a (re)construção do sujeito homossexual, sua comunidade e suas relações.

“Eu acho que crescendo nós vemos certos corpos e certas raças...”

Se encaminhando para o final do debate, Arisce chama atenção para a obsessão que aprendemos a estabelecer com corpos e a nossa aparência. *“Por que vocês acham que somos tão cruéis uns com os outros?”*, ela os pergunta. *“Eu frequentemente me questiono como combater algo que também é aquilo que você colocou em um pedestal. Gays valorizam corpos, no geral, valorizam mais que caráter.”*, Evan diz. *“Eu acho que muito disso surge da masculinidade tóxica, dessa ideia de que para ser considerado um homem de verdade você deve ter certa aparência, e então o que os homens fazem em meio a isso? Eles comparam uns aos outros, mas esses são os mais frágeis.”*

Somos sujeitos de momentos históricos, em meio a diferentes culturas, contextos, dialogando e negociando saberes e relações. Discursos sobre a sexualidade são produzidos, levando a criação de saberes, como se revelassem nossa verdade (FOUCAULT, 1988). Entretanto, o que passamos a entender como sendo o nosso lado sexual também é uma construção que surge a partir da emergência do conceito de sexualidade. Pensar na forma como sujeitos homossexuais aprendem a se (re)construir também perpassa por nos debruçarmos sobre os processos que vêm os (re)constituindo, saberes que vêm sendo ensinados reiteradamente e quais possibilidades vem se tornando possíveis para cada contexto em meio a resistências, disputas e negociações. Diz do processo de se separar de pressuposições essencialistas, uma vez que ao anúncio do “sexo” já passamos por diversos investimentos que nos (re)produzem e posicionam nas relações com possibilidades comumente demarcadas. O “sexo”, segundo Butler (2007, p. 155), “é uma das normas pelas quais o ‘alguém se torna viável, é aquilo que qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural.”.

Considerações finais

Podemos assim problematizar a forma como aprendemos a construir nossos desejos, valores e preferências pessoais. Em meio a isso vamos nos (re)construindo, passando comumente pela heteronormatividade como a forma “natural”, a “correta” de se viver, uma vez que junto a ela cria-se a ideia de aceitação, de ser desejado, de ser visto como próximo ao “normal”, ao “homem de verdade”, assim como a ideia de sucesso que a sociedade capitalista vêm atuando através de sua (re)construção e reiteração. Os aplicativos de relacionamentos amorosos/sexuais moldam-se à/moldam diferentes dinâmicas que nos possibilitam

"Eu acho que crescendo nós vemos certos corpos e certas raças..."

(re)construir nossos desejos sexuais e afetivos, bem como modos/etiquetas de comunicação para lidar com tais interações e sujeitos em meio a velocidade e dinamicidade da vida contemporânea – somado ao chamado e constante lembrança de sermos felizes constantemente (PELÚCIO, 2016).

Quais possibilidades podemos encontrar nas análises acerca das interações em um aplicativo de encontros amorosos/sexuais entre homens? De certo, as mesmas são variáveis e passíveis de mudanças, fazendo com que esse trabalho não tenha como objetivo dar conta de atingir uma totalidade – até mesmo por criticar a ideia de universalidades e generalizações. O que se propõe aqui é problematizar a construção do desejo. Como aprendemos, de forma relacional, a atribuir o belo e o não belo? O desejável e o não desejável? Quais relações têm sido comuns em parte da comunidade homossexual e quais são os efeitos que as mesmas causam em nossa sociedade e a nós mesmos enquanto sujeitos? Como nos (re)construímos e/ou resistimos as mesmas? Proponho assim pensarmos o desejo, as "preferências pessoais" como motor cultural (FERREIRA; MISKOLCI, 2018), construído, portanto com suas variações sócio-histórico-culturais. Dar visibilidade a outras masculinidades como sujeitos trans, negros, gordos, afeminados, entre outros, diz de criar discursos que trazem como possibilidades afetividades aos mesmos e a (re)construção sobre os olhares e saberes que a sociedade vem ensinando.

Referências bibliográficas

BADINTER, Elisabeth. XY Sobre a identidade masculina. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1993.

BUTLER, Judith. Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo". In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 151-172

CONNELL, Raewyn. Políticas da masculinidade. Educação & Realidade. Rio de Janeiro, 1995. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1224>> Acesso em: 20/05/2020.

_____. Masculinities. 2º ed. Berkeley: University of California Press, 2005.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. Cadernos de Pesquisa, n.114, p. 197-223, nov. 2001.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 21. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

"Eu acho que crescendo nós vemos certos corpos e certas raças..."

_____. História da Sexualidade I: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FERREIRA, João Paulo; MISKOLCI, Richard. O desejo homossexual após a AIDS: uma análise sobre os critérios acionados por homens na busca por parceiros do mesmo sexo. *Ciência & Saúde Coletiva*, n. 25 (3), p. 999-1010, 2018.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. In: *Educação & Realidade*. jul/dez. 1997. p. 15-46.

HALL, Stuart. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.), HALL, Stuart, WOODWARD, Kathryn. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marluce Alves. Metodologias de Pesquisas Pós-Críticas em Educação. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

MISKOLCI, Richard. Networks of desire: the specter of AIDS and the use of digital media in the quest for secret same-sex relations in São Paulo. In: *Vibrant, Virtual Braz. Anthr.*, Brasília, v. 10, n. 1, p. 40-70, 2013.

_____. San Francisco e a nova economia do desejo. In: *Lua Nova*. São Paulo, v. 91, p. 269-295. 2014a.

_____. Negociando visibilidades: segredo e desejo em relações homoeróticas masculinas criadas por mídias digitais. *Bagoas – Estudos gays, gêneros e sexualidades*, 8(11):51-78. 2014b. Disponível em: <http://www.periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/6543>. Acesso em: 27/05/2020

_____. Estranhos no paraíso: notas sobre os usos de aplicativos de busca de parceiros sexuais em San Francisco. *Cadernos Pagu*, n. 47, 2016.

PELÚCIO, Larissa. Afetos, mercados e masculinidades contemporâneas: notas iniciais de uma pesquisa em aplicativos móveis para relacionamentos afetivos/sexuais. *Contemporânea*, v. 6, n. 2, jul.-dez., p. 309-333, 2016.

PERLONGHER, Nesthor. O negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2008.

SILVA, João Paulo Ferreira da. Desejos comodificados: dos classificados aos perfis nos aplicativos na busca por parceiros do mesmo sexo, 2017. São Carlos, UFSCAR, 2017. 194 p. (Dissertação, Mestrado em Sociologia)

SOUZA, Henrique Restier da Costa Souza. LÁ VEM O NEGÃO: DISCURSOS E ESTEREÓTIPOS SEXUAIS SOBRE OS HOMENS NEGROS. In: *13º Mundo de Mulheres e Fazendo Gênero 11*, 2017. Florianópolis. Anais Eletrônicos... Florianópolis, 2017. p. 1-12. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499020802_ARQUIVO_LAVEMONEGAOFINAL.pdf>. Acesso em: 21/05/2020.

ESTALQUEANDO VERÓNICA: ARTIVISMO E MEDIAÇÃO SOCIOCULTURAL DA TRANSGENERIDADE EM MEIO À PANDEMIA

Emerson Silva Meneses¹

Resumo

Este artigo pretende lançar um olhar sobre artistas travestis brasileiras e suas práticas online durante a pandemia de Covid-19. O objetivo é discutir a maneira como tais artistas, que até recentemente tinham nos palcos (físicos) e nas telas (principalmente de TV) a base do seu trabalho e sua principal forma de interação com o público, têm desenvolvido práticas ciber culturais, de cunho ao mesmo tempo artístico e político, por meio de plataformas digitais. O desenho de pesquisa é o de um estudo de caso instrumental, elegendo-se como caso para análise a cantora e atriz Verónica Valentino. O estudo permite ver como a conjuntura de pandemia fez com que a artista transferisse para o ambiente virtual suas práticas de ativismo e mediação sociocultural anteriormente desempenhadas no palco.

Palavras-chave: ciberespaço; travesti; mediação sociocultural; ativismo; pandemia.

Stalking Verónica: activism and socio-cultural mediation of transgenerness amidst the pandemic

Abstract

This article aims to shed light on Brazilian transvestite artists and their online practices during the Covid-19 pandemic. The objective is to discuss the way in which such artists, who until recently had on (physical) stages and (mainly TV) screens the basis of their work and their main form of interaction with the public, have developed cyber-cultural practices, at the same time artistically and politically, through digital platforms. The research design is that of an instrumental case study, with the singer and actress Verónica Valentino chosen as the case for analysis. The study allows us to see how the pandemic situation made the artist transfer to her virtual environment her practices of activism and socio-cultural mediation previously performed on the stage.

Keywords: cyberspace; transvestite; socio-cultural mediation; activism; pandemic.

1. Introdução

Em 2020, a pandemia de Covid-19, decorrente da rápida disseminação do vírus Sars-Cov-2 sem que haja vacina ou

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP), emer.meneses@gmail.com.

tratamento eficazes, tem enchido o mundo de aflição, sofrimento e luto. Sendo o distanciamento social a principal medida adotada para combater a propagação do vírus, a população se viu desafiada a reorganizar bruscamente seus modos de viver. Tecnologias digitais e plataformas de relacionamento no ciberespaço adquiriram uma centralidade inédita na viabilização e organização das relações interpessoais. Com a interdição da convivência física, muitas atividades que envolvem a reunião humana – tanto na esfera do trabalho como nas do estudo, do entretenimento e das demais formas de sociabilidade – migraram do ambiente físico para o ciberespaço, por meio de plataformas virtuais de comunicação.

Claro que essa migração não se deu de forma homogênea. Na esfera do trabalho, há aqueles segmentos que não podem recorrer a plataformas virtuais, quer por pertencerem a determinadas categorias profissionais (trabalhadores da saúde e demais prestadores de serviços essenciais), seja por outros mecanismos de exclusão (trabalhadores precarizados e informais, pobres ou miseráveis, que precisaram continuar a submeter-se a trabalho arriscado para obter o sustento diário).

Há também outros mecanismos de exclusão que mantêm alguns segmentos da sociedade alijados da vida digital, seja pelo não acesso material à tecnologia, seja pela falta de letramento ou habilidades para usá-la. Os mais pobres e os mais idosos são, via de regra, os mais excluídos. Os dados de exclusão digital da população brasileira retratam bem a situação: segundo a pesquisa TIC Domicílios, publicada anualmente pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), 30% dos lares brasileiros não têm acesso à Internet. Essa proporção é de 50% quando considerados os domicílios com renda familiar de até 1 salário mínimo, e é de apenas 3% para domicílios com renda superior a 10 salários mínimos. Segundo a mesma pesquisa, 62% dos brasileiros com mais de 60 anos de idade nunca acessaram a internet².

Mas o fato é que, mesmo com tais restrições, uma parte considerável da sociedade tem encontrado no isolamento social uma ocasião para experimentar novas formas de interação e socialização. Ainda que muitas vezes contra a vontade e de forma improvisada, inúmeros grupos sociais e categorias profissionais descobriram em 2020 novas formas de trabalhar, de

² Dados de 2019, disponíveis em <https://cetic.br/pt/pesquisa/domicilios/indicadores/>.

estudar, de socializar, de ter acesso a cultura e entretenimento, etc. Este artigo pretende lançar um olhar sobre um determinado segmento que não é exceção a esse movimento. O objetivo é analisar a forma como artistas travestis, que até recentemente tinham nos palcos (físicos) e nas telas (principalmente de TV) a base do seu trabalho e sua principal forma de interação com o público, têm desenvolvido práticas *online*, de cunho ao mesmo tempo artístico e político, por meio de plataformas digitais.

A razão para analisar esse segmento específico (artistas travestis) é fácil de explicar: elas já vêm sendo o foco de meu interesse de pesquisa desde antes da pandemia. Em trabalho anterior (MENESES e JAYO, 2018), dediquei-me a analisar a presença travesti em palcos e telas brasileiros, mostrando como, pelo menos desde a década de 1950, diferentes gerações dessas artistas têm dado contribuições ao processo de aceitação social da transgeneridade no Brasil. Como atrizes, cantoras e performers, graças à visibilidade que lhes é dada pelos palcos e pelas telas, estas artistas têm assumido cada vez mais uma função de 'mediadoras socioculturais' da transgeneridade, isto é, agentes formativas facilitadoras do contato do grande público com o tema das dissidências sexuais e de gênero.

No presente artigo, procuro examinar uma questão complementar que foi introduzida pela conjuntura da pandemia: será que esse papel de mediadoras socioculturais da transgeneridade se mantém no ambiente digital, nas plataformas digitais de interação para onde estas artistas se viram forçadas a transferir parte de seu trabalho e interação com o público?

A fim de responder essa questão, o desenho de pesquisa adotado no artigo é o de um estudo de caso instrumental, conforme definido por Stake (1995): um caso particular é examinado com a finalidade de, a partir dele, obtermos *insights* sobre um determinado tópico ou problema de interesse. O caso particular escolhido para análise é o da cantora, atriz e performer Verónica Valenttino, vocalista da banda *Verónica Decide Morrer*.

Assim apresentadas suas pretensões, o restante do artigo organiza-se em 4 seções além desta introdução. A seção 2 apresenta um breve relato biográfico sobre Verónica Valenttino. O caminho metodológico, isto é, os procedimentos de observação e análise que resultaram na elaboração do caso, são objeto da seção 3. A seção 4 apresenta sucintamente os dois conceitos-chave que serão mobilizados na análise: artivismo (COLLING, 2019;

TRÓI, 2018) e mediação sociocultural (OLIVEIRA e GALEGO, 2005). O caso em si – uma discussão da atuação de Verónica nas redes, durante a pandemia, à luz dos conceitos-chave mencionados – é apresentado na seção 5, que é seguida de uma seção de Considerações Finais.

2. Verónica Valentino

Cearense de Fortaleza, onde nasceu há 36 anos, e hoje residindo e atuando em São Paulo, Verónica Valentino³ é vocalista da banda de rock *Verónica Decide Morrer*, cujas letras falam do universo trans. De família evangélica, frequentou a igreja durante a infância e a adolescência. Na igreja ela liderava um grupo de dança, porém relata em entrevistas ter sido bastante reprimida nesse período, libertando-se a partir de seu contato com o teatro.

Este contato se deu ao estudar artes cênicas em Fortaleza, e Verónica costuma dizer que o teatro cruzou sua vida a ponto de contribuir para o entendimento de seu lugar no mundo. Seu primeiro trabalho profissional foi o espetáculo *Cabaré da Dama*, com o ator e diretor Silvero Pereira, a partir do qual Verónica diz ter entendido sua identidade travesti. Já com essa identidade ela saiu de Fortaleza, em 2015, mudando-se primeiramente para o Rio de Janeiro e depois para São Paulo.

Nessa mesma época Verónica começa a tornar-se conhecida do público, ao postar um glossário de pajubá⁴ no Youtube e em seguida ser convidada a participar de um programa de televisão, no SBT. Automeia-se Verónica em homenagem à mãe e se autoproclama travesti, evitando a denominação de mulher trans. Em entrevista a Oliveira (2019), ela explica: “me denomino travesti. Eu acho ‘trans’ higienizado, uma palavra que apenas pincela. ‘Travesti’ já é mais claro, verdadeiro”.

3. O *stalker* acadêmico: percurso metodológico

3As informações factuais mencionadas nesta seção foram obtidas das redes sociais da própria artista e de diferentes entrevistas e declarações suas à mídia, pesquisadas na Internet.

4Pajubá, ou bajubá, é um linguajar caracterizado pela inserção na língua portuguesa de palavras e expressões das línguas da África Ocidental, especialmente do iorubá. Originado na prática de religiões afro-brasileiras como o candomblé e a umbanda, foi adotado como criptoletto por segmentos marginalizados da comunidade LGBT, especialmente travestis.

Meu primeiro contato com Verónica se deu em 2018. Entre fevereiro e março daquele ano, o teatro do Sesc Belenzinho, em São Paulo, promoveu a chamada *Mostra Libertária*, que reuniu diferentes modalidades artísticas. A programação tinha como objetivo questionar a normatização no controle, inclusive artístico, de corpos dominados: de mulheres, homossexuais, transgêneros, negros e outros sujeitos sociais marginalizados.

Verónica fazia parte do elenco de “Quem tem medo de travesti?”, espetáculo teatral do Coletivo As Travestidas dirigido por Silvero Pereira, com três apresentações programadas na mostra. O espetáculo trazia ao palco histórias sobre a arte, a exclusão social e a violência presentes no cotidiano da população travesti, tendo as próprias detentoras dessas histórias como intérpretes e protagonistas.

A partir dali fui atravessado pela força cênica de Verónica. Foi como lembrar Claudia Wonder (1955–2010), célebre travesti roqueira que fez carreira nas décadas de 1980 e 1990⁵. Essa força cênica me sugeria que as artistas travestis da atualidade, assim como Claudia Wonder fez em sua época, podem potencializar outras forças artísticas para além das divertidas apresentações de *lipsync* das boates e programas de televisão, em geral sujeitas a uma lógica de manipulação pelo olhar cis. Estava ali um espetáculo artístico que evidenciava as opressões sofridas por corpos travestis, apresentando à sociedade cisheteronormativa⁶ representada no público as narrativas de dor e violências físicas ou simbólicas normalmente silenciadas por esse olhar hegemônico. O espetáculo (e Verónica como integrante dele) operavam o que em outros trabalhos classifiquei como sendo um processo de mediação sociocultural por meio do ativismo, dois conceitos que procurarei detalhar na seção seguinte deste artigo.

Agora, passados cerca de dois anos do meu primeiro contato com Verónica, proponho-me refletir sobre o papel de artistas travestis durante a pandemia de Covid-19. Em quarentena, enquanto escrevo sobre artistas travestis, estou separado delas por uma tela: não há neste momento, nem num horizonte temporal relativamente próximo, maneiras de assistir presencialmente a espetáculos ou shows. Começo a usar as redes sociais para seguir

5A respeito de Claudia Wonder e sua inserção na cena cultural LGBT dessa época, ver Meneses e Jayo (2018), ou ainda Franco, Silva e Oliveira (2017).

6Cisheteronormatividade é o termo que designa a expectativa social por uma correspondência entre o sexo biológico, a identidade de gênero e o desejo afetivo-sexual, expectativa essa que produz um sistema de opressão e discriminação social sobre indivíduos com identidade de gênero e/ou orientações sexuais dissidentes.

o trabalho artístico de algumas dessas artistas, sendo Verónica uma delas. Estalqueio⁷ pelas redes corpos que querem/devem ser vistos e respeitados.

Do meu isolamento, tornar-me um *stalker*⁸ acadêmico foi a forma que encontrei de iniciar uma etnografia *online*. Minha observação do trabalho de Verónica nas redes sociais se deu a partir do seu perfil no Instagram e durou três semanas. Entre os dias 16 de março e 7 de abril de 2020, dediquei parte de minhas noites a assistir a *lives* e shows da artista. As *lives* duravam sempre uma hora, duração máxima imposta pela plataforma Instagram. Os shows variaram de 30 minutos a uma hora. Além de apresentar shows individuais, Verónica também participou de um espetáculo coletivo, integrante de um festival *online* chamado “MARSHA! entra na sala”.

Nessas três semanas dediquei em média uma hora diária à observação dos shows e *lives* mencionados, totalizando aproximadamente 22 horas de observação. Em maio, as gravações de todas as apresentações tornaram-se disponíveis no aplicativo IGTV⁹, permitindo-me revê-las quantas vezes fossem necessárias. O show coletivo do festival “MARSHA! entra na sala” também foi disponibilizado para consulta posterior, no Youtube.

4. Mediação sociocultural e ativismo: referencial teórico

Esta seção delimita dois conceitos que foram fundamentais para a análise empreendida em seguida. O primeiro, mediação sociocultural, tem origem no de mediação cultural, presente em algumas discussões acadêmicas e em práticas profissionais nos campos da Comunicação, da Educação e da Museologia (PERROTTI, 2016; ABOUDRAR e MAIRESSE, 2016; PERROTTI e PIERUCCINI, 2014). Para Aboudrar e Mairesse (2016), mediação cultural é um processo pelo qual, graças à ação de um intermediário (o mediador), pessoas ou grupos sociais assimilam determinada proposição – seja ela cultural, estética, política, etc. – com a qual, de outra forma, não tomariam contato. O mediador atua como um agente formativo, facilitador do contato e da aprendizagem com relação a determinado tópico ou proposição.

⁷Estalquear: neologismo derivado do inglês *stalk*, que significa espreitar, seguir, espiar.

⁸*Stalker*: aquele que espreita ou espiona, estalqueador.

⁹IGTV(abreviatura de Instagram TV) é um aplicativo criado em 2018 pela plataforma social Instagram, que permite aos usuários dessa plataforma carregar vídeos mais longos que aqueles que podem ser veiculados no próprio Instagram

Oliveira e Galego (2005) estão entre os autores que ampliam a noção, acrescentando à expressão 'mediação cultural' o prefixo 'sócio'. Mediação sociocultural pode ser, então, entendida como um processo comunicacional de transformação do social e requalificação das relações sociais, em temas em que seja necessário reforçar a dimensão da diversidade, da interculturalidade e da coesão social. Assim, processos de mediação sociocultural têm papel como estratégias de resolução de conflitos e de intervenção em problemáticas de integração na e da sociedade. Em Meneses e Jayo (2018), já propus a ideia de que artistas travestis podem desempenhar, a partir do palco e das telas de TV, um papel de mediadoras socioculturais no processo de aceitação social da transgeneridade. No presente artigo, trato de investigar se essa função se mantém em plataformas digitais, para onde estas artistas se viram forçadas em 2020 a transferir seu trabalho e interação com o público.

Creio também que essa forma de mediação estaria intimamente ligada aos ativismos, um neologismo que conecta o fazer artístico e a militância ou ativismo político. Como situa Colling (2019), a expressão vem sendo "utilizada tanto por algumas pessoas artistas quanto por pesquisadoras para se referir a determinadas produções artísticas que possuem propostas políticas mais explícitas" (COLLING, 2019, p. 12). Trói (2018) trata especificamente de ativismos *queer*, voltados a questões de sexualidade e gênero, descrevendo-os como "produções de acontecimentos que tratam de desestabilização sexual, de gênero, com caráter decolonial" (TRÓI, 2018, p. 76).

Estas duas noções conectadas – o ativismo como instrumento de mediação sociocultural, para uma melhor aceitação social da transgeneridade – guiarão minha análise e considerações sobre o trabalho de Verónica no período de isolamento social provocado pela Covid-19.

5. Estalqueando Verónica: o caso

Os relatos e observações que seguem foram feitos em meio à quarentena, em que a única forma possível de observação é a virtual. O que relato a seguir é a presença e atuação de Verónica em três momentos distintos: uma entrevista dada ao vivo no Instagram da artista Leona Jhovs, um show individual transmitido nos *stories* de seu próprio perfil de Instagram (@valenttino) e a participação em um festival *online* com cerca de 50 atrações,

idealizado e organizado por pessoas trans e travestis. Os três momentos são característicos das novas práticas ciberculturais que diferentes artistas e ativistas passaram a desenvolver por meio das redes digitais, no período de isolamento. Minha condição de espectador digital, ou *stalker* acadêmico, possibilitou que se produzissem a escuta e os atravessamentos que narro a seguir. Para efeitos de exposição, destaco três momentos da observação: 16 de março, 18 de março e 5 de abril de 2020.

16 de março: entrevista e bate papo com travestis

Foi no dia 16 de março, quando comecei meu próprio isolamento social, que assisti pela primeira vez a um evento com Verónica pelas redes sociais: uma conversa com Leona Jhovs, sobre a resistência de corpos travestis em meio à pandemia. Leona, 33 anos, assim como Verónica se autointitula travesti e é artista (atriz, produtora e apresentadora). Ela também decidiu fazer uso das suas redes sociais para criar artisticamente no período de isolamento, além de entrevistar artistas trans e travestis com frequência quase diária. *Lives* no Instagram se tornavam uma prática comum na quarentena. Para a conversa de 16 de março, Leona convidou Verónica. Em outras datas viriam outras personalidades trans para também discutir a vida neste momento de pandemia: a deputada estadual Erika Hilton, a cartunista Laerte, a performer Aretha Sadick, a atriz Renata Carvalho e a maquiadora e performer Paulette Pink, entre outras.

Isso permitiu a Verónica falar, entre outros tópicos, sobre a mulheridade trans e sobre a necessidade de reagir às imposições da sociedade cisnormativa. “Eu gosto da mulher que sou” diz ela, e complementa: “Não quero ser uma cis. Se você não aceitar a sua mulheridade, vai ser muito difícil conviver com essas coisas impostas, de padrões e tal”.

Logo depois dessa afirmação, Verónica enaltece as redes de afeto que diferentes artistas travestis de sua geração criam para poderem enfrentar os preconceitos da sociedade e continuar “dando seus bons closes”. E fala do papel de transformação social de travestis artistas, ao dizer acreditar que há muitas travestis que, a partir do trabalho das artistas, compreendem a existência de formas de viver e situar-se no mundo – enfim, de exercer a “mulheridade trans”. Sobre esse caráter transformador (e por que não, de mediação sociocultural), ela diz:

"A nossa grande diferença para a cisgeneridade artística é a percepção de sermos canal para modificar alguma coisa. Nosso corpo é político. Nossa arte não é feita para a gente. Eu gostaria de cantar o outono, o céu rosa de São Paulo, mas a gente vive num país em que a nossa arte é uma das maiores ferramentas de modificação social, enquanto a cisgeneridade ainda está perdida numa busca de alimentação de ego que é em vão. "

Verónica acredita na necessidade de um "levante artístico travesti contemporâneo". Ao dizer que "nossa arte é uma das maiores ferramentas de modificação social", ela vai ao encontro daquilo que Colling (2019) descreve a respeito do desenvolvimento recente de ativismos de gênero:

"O que temos percebido com mais intensidade nos últimos anos é a emergência de outros coletivos e artistas que trabalham dentro de uma perspectiva das dissidências sexuais e de gênero e, ao mesmo tempo, explicitam suas intenções políticas, ou melhor, que criam e entendem as suas manifestações artísticas como formas distintas de fazer política" (COLLING, 2019, p. 158).

Verónica expressa ter o desejo de que sua arte abra horizontes para jovens travestis e mulheres trans, apoiando-as e incentivando-as a exercer sua mulheridade, da mesma forma que ela diz ter sido apoiada e incentivada "quando eu conheci as meninas [referindo-se a outras artistas travestis], quando eu percebi que era possível [...] ter uma vida social sendo travesti, era possível viver sendo quem eu era".

Analisando a conversa entre Leona e Verónica, relembro que "o mediador, que muitas vezes age espontaneamente, atua como um agente formativo, facilitador do contato e da aprendizagem com relação a determinado tópico ou proposição" (MENESES e JAYO, 2018, p. 165), o que parece ser comprovado pelos inúmeros comentários dos internautas durante a *live*: "é isso", "exato", "perfeito", "verdade", todos indicadores de uma cumplicidade e reflexão sobre os assuntos tocados. Troca esta que seria repetida em outros momentos, nas entrevistas e *lives* a que assisti enquanto *stalker*.

Verónica é bastante direta ao falar sobre sua mulheridade trans, encorajando outras "manas", como chama às travestis que lhe assistem:

“Por questões externas, por coisas que colocam na tua cabeça que vai ser difícil, que vai ser perigoso, que as pessoas vão te olhar assim, que as pessoas vão te olhar daquela forma... E aí quando eu percebi, quer saber? Eu me sinto melhor assim, então é isso. Se é pra estar vivendo neste mundo que já é difícil de qualquer forma, que eu venha na minha melhor potência! Que eu venha na minha melhor forma.”

Esta última fala me remete a uma frase da escritora negra, lésbica, ativista de direitos civis, Audre Lorde (1934–1992): “E essa visibilidade que nos faz tão vulneráveis, é também a fonte de nossa maior fortaleza” (LORDE, 1977, p. 23). Verónica não deseja ser um corpo invisível. E faz de sua visibilidade – enquanto artista – um instrumento de transformação social.

*18 de março: Faz parte do meu show, meu amor*¹⁰

Em 18 de março, dois dias depois da entrevista com Leona, Verónica Valentino inicia uma campanha no Instagram, chamada *Valentino Quarantines Tour*. A artista pede apoio à cultura e à música marginal, nesse momento em que artistas e toda a sociedade entram em quarentena, com shows cancelados e temporadas adiadas. Era preciso criar alternativas à falta de trabalho e à conseqüente falta de recursos para o sustento e sobrevivência da classe. No vídeo postado, Verónica diz contar com “o apoio de quem nos ama e admira nosso trabalho e caminhada”.

A *Valentino Quarantines Tour* consiste em *live shows* solos semanais, sempre às 20 horas, em que é passado um chapéu virtual – o *trans-chapéu* – para angariar contribuições financeiras do público. Colaborar com a arte travesti independente em um momento de caos, segundo Verónica, é uma “oportunidade de colaborar efetivamente para uma transformação necessária do nosso povo”. Aqui está presente mais uma vez, no discurso de Verónica, a ideia de arte ativista, transformadora da sociedade em prol de uma melhor inserção da população travesti e trans.

¹⁰Título inspirado em refrão da letra da canção *Faz parte do meu show*, de 1988, de Renato Ladeira e Cazuzá.

Em outro texto, este postado no dia 20 de março, Verónica dá mais detalhes:

“Lembrando que nesse período de quarentena estamos buscando estratégias de continuar nosso Fazer Artístico contando com o apoio de quem curte nosso trampo, de quem conhece nossa trajetória e pode nos ajudar com o mínimo que pra nós já será de muita valia... Então pensando nisso diariamente estarei postando vídeos e você pode estar contribuindo com o nosso Trans-Chapéu Virtual [...] e semanalmente faremos um Insta Live Show.”

Mas outra postagem desse mesmo dia é, se não a mais importante, certamente uma das mais fortes. Diz Verónica: “O reconhecimento dos privilégios é um primeiro passo para uma mudança social urgente nesses tempos sombrios onde nossas *corpas* estão inquietas e nossa arte clamando por uma renovação”. Ao dizer isto, Verónica ecoa falas de Judith Butler (2018) sobre os corpos cis e seus privilégios, com a diferença que a artista carrega na carne a negligência aos direitos cidadãos mais básicos.

Ao analisar suas interações com o público, percebo que Verónica explicita detalhadamente que um corpo travesti, que em períodos de normalidade já sofre represálias e interdições para o trabalho, neste momento encontra ainda mais obstáculos para continuar lutando. Ela consegue evidenciar ao público as exclusões e vulnerabilidades que um corpo travesti vivencia, exposto às violências urbana, doméstica e política, e o faz por meio da plataforma virtual.

Sobre o repertório escolhido para os shows, Verónica explica ter optado por canções suas e de outros artistas que refletissem anseios “por um mundo mais justo e tolerante”. Ao fazer uso das plataformas digitais para divulgar esse trabalho e falar de si mesma, ela propõe novas e criativas formas de resistência e sobrevivência para si e para outras artistas travestis. Demonstra com isto uma postura ativista, e a possibilidade de se fortalecer com a arte.

5 de abril: Festival MARSHA! Entra na sala

Verónica foi uma das artistas participantes do “MARSHA! Entra na sala”, idealizado como o primeiro festival LGBTQ+ online produzido por pessoas trans. O *nome do* festival reverencia a ativista

americana trans negra Marsha P. Johnson (1945–1992), conhecida como defensora dos direitos LGBT desde 1969, e uma importante figura na revolta de Stonewall. O nome também se conecta com a ideia de marchar: o próprio festival seria uma marcha virtual pelos direitos das pessoas transvestigêneres.

O evento foi idealizado para arrecadar dinheiro, por meio do financiamento coletivo, para artistas e para a população LGBTQ+ em situação de vulnerabilidade social no contexto da pandemia, oferecendo mais de 20 horas de shows, oficinas, debates e atividades entre os dias 4 e 5 de abril de 2020.

Verónica participou do segundo dia, às 21 horas, e incentivou o fortalecimento do festival com doações. Seu show, transmitido da sala de sua casa, começou com a música *Jorge da Capadócia*, de Jorge Ben Jor, sampleada com a canção *Glory Box* da banda inglesa Portishead. Meia hora depois, o show terminava com sua versão da música *Trem Bala*, de Ana Vilela, em resposta a um vídeo postado pouco antes no perfil de Instagram da atriz Bruna Marquezine. Na postagem de Marquezine, a música havia sido interpretada por diversas pessoas conhecidas do grande público – todas mulheres cisgênero. A versão de Verónica, feita segundo ela “para as rejeitadas por essa sociedade”, era usada também como canção tema do festival. A versão, de acordo com Verónica, havia sido criada para representar “travestis, trans, não binares, boycetas, sapatonas, minas, pretos” e todas aquelas pessoas que não teriam sido mencionadas pela cisgeneridade do vídeo das celebridades:

“Não é mais sobre ser um corpo normativo num Sistema Cis
É sobre Respeito e parar de matar as nossas Travestis
É sobre acordar e poder expressar o melhor que há em nós
É sobre cantar e poder resistir com nossa própria Voz
É poder conquistar o Infinito
É Amar, ter Emprego, Morada
É poder Sonhar
Passar essa tal Quarentena
Cada mana com Força e Vida para acreditar

Respeitar o Preto, o Boyceta, a Mina, a Trans que sofreu
Refletir privilégio, mudar de atitude pela que morreu
É poder olhar para aquela na rua com o coração
Transpor essa Gran Pandemia e enfim transformar a Nação

Já chega de surra e curra
A gente também tem o Direito de sim ser feliz

Acorda Brasil já é hora
De mudar essa cruel história do nosso País"

Assim Verónica encerrava sua participação no festival, apontando de forma certa equívocos (cis)normativos e gritando a necessidade de boicotar "um mundo-cis que consome carne travesti todo dia" (ARARUNA, 2018, p. 136).

No dia 7 de abril, o festival alcançou sua meta de 20 mil reais obtidos por meio de doações, valor que seria destinado, além do pagamento de cachês simbólicos, à compra de cestas básicas para a população travesti em situação de vulnerabilidade. Por meio do festival, o ativismo foi usado para "construir caminos de ruptura con la rigidez identitaria, para *entender las conexiones de las artes con los feminismos y con la producción de nuevas subjetividades vía redes sociales y espacios públicos*" (LESSA, 2015, p. 211, grifo meu).

6. Considerações finais

Ao dizer que "o reconhecimento dos privilégios é um primeiro passo para uma mudança social urgente nesses tempos sombrios onde nossas *corpas* estão inquietas e nossa arte clamando por uma renovação", Verónica incentiva a reflexão sobre a necessidade de uma aliança entre a sociedade trans e cis.

Durante o período de distanciamento social, Verónica Valenttino deu mostras de que manteve o poder de transformação de sua arte ao transpô-la às redes sociais. Com isto, creio ter respondido afirmativamente a pergunta colocada na Introdução do artigo: o caso analisado sugere que artistas travestis mantêm seu papel de mediadoras socioculturais da transgeneridade, quando sua arte é levada por força das circunstâncias ao ambiente virtual e às plataformas digitais de interação. Na observação/estalqueamento que fiz de Verónica, pude verificar como a arte foi usada como ferramenta maior na criação de diálogo, não somente entre corpos trans e cis, mas também como forma de fortalecimento de corpos trans/travestis. Em ambas as situações, práticas artivistas e de mediação sociocultural se fizeram claramente presentes.

O presente artigo, produzido em isolamento social, nas condições impostas pela pandemia, certamente tem limitações. Uma delas está relacionada ao fato de se ter analisado uma única artista. Um estudo de caso coletivo (nos termos de Stake, 1995), em que

se observasse outras artistas (casos) além de Verónica, poderia ter sido mais potente do que o desenho adotado de caso instrumental. O tempo diário disponível para a pesquisa, no entanto, foi decisivo: o *stalker* acadêmico não teria capacidade de seguir mais de uma artista.

Outra limitação talvez derive de meu lugar de fala: meu relato e minha observação se dão a partir da leitura de um homem cis, e como tal podem não ser suficientemente potentes para entender/sentir/imaginar em todas as suas nuances as relações vividas por corpos trans e travestis, neste ou em qualquer outro contexto.

Finalizo ressaltando que, também e principalmente enquanto cis, devo perceber meus privilégios e auxiliar no combate às opressões trans. De outra forma, a parcela cisgênero da sociedade não se responsabilizará por narrativas criadas nas tentativas de silenciamento dos corpos trans. Devemos (nós, os cis) questionar nossas normas em corpos e desejos, libertando-nos das compreensões de gêneros, identidades e sexualidades a que fomos condicionados. Artistas travestis têm a contribuir conosco nesse sentido.

Referências

ABOUDRAR, Bruno Nassim; MAIRESSE, Françoise. **La médiation culturelle**. Paris: Presses Universitaires de France, 2016.

ARARUNA, Maria Léo Fontes Borges. O direito à cidade em uma perspectiva travesti: uma breve autoetnografia sobre socialização transfeminina em espaços urbanos. **Periódicus**, Salvador, n. 8, v. 1, nov.2017–abr. 2018.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa da assembleia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

COLLING, Leandro. A emergência e algumas características da cena artista das dissidências sexuais e de gênero no Brasil da atualidade. In: COLLING, Leandro. **Artivismos das dissidências sexuais e de gênero**. Salvador: EDUFBA, 2019.

FRANCO, Stella Maris Scatena; SILVA, Natania Neres; OLIVEIRA, Julia Glaciela. Gênero e travestilidade nas telas de cinema: a trajetória de Claudia Wonder em filme documentário. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, Uberlândia, v. 30, n. 1, p. 126–153, 2017.

LESSA, Patricia. Visibilidades y ocupaciones artísticas en territorios físicos y digitales. In: PADRÓS, N.; COLLELLDEMONT, E; SOLER, J. (Eds.). **Actas del XVIII Coloquio de Historia de la educación: arte, literatura y educación**. Vic: Eumogràfic, v. 1. p. 211–224, 2015.

LORDE, Audre. A Transformação do silêncio em linguagem e ação (1977). In: **Textos escolhidos de**

Audre Lorde. Edições Lesbofeministas Independentes, s/d.

MENESES, Emerson Silva; JAYO, Martin. Presença travesti e mediação sociocultural nos palcos Brasileiros uma periodização histórica. **Revista Extraprensa**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 159-174, jan./jun. 2018.

OLIVEIRA, Yara. No país que mais mata LGBTQs, Verónica Decide Morrer. **Portal Freak Market**, 02/05/2019. Disponível em <https://freakmarket.com.br/musica/rock/no-pais-que-mais-mata-lgbtqs-mundo-veronica-decide-morrer/>, acesso em 26/05/2020.

OLIVEIRA, Ana; GALEGO, Carla. **A mediação sócio-cultural: um puzzle em construção**. Porto: ACIME, 2005.

PERROTTI, Edmir. Mediação cultural: além dos procedimentos. In: SALCEDO, D. A. (Org.) **Mediação cultural**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2016.

PERROTTI, Edmir; PIERUCCINI, Ivete. A mediação cultural como categoria autônoma. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 1-22, 2014.

STAKE, Robert E. **The art of case study research**. New York: Sage Publications, 1995.

TRÓI, Marcelo. **Corpo dissidente e desaprendizagem: do Teatro Oficina aos a(r)tivismos queer**. Dissertação de mestrado (Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade), Universidade Federal da Bahia, 2018.

DO MUNDO OFFLINE PARA O ONLINE: DISCURSOS EM REDE CONTRA A INCLUSÃO DE ATLETAS TRANSEXUAIS

Thiago Camargo Iwamoto¹

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo discorrer sobre os discursos emitidos na Rede Social, Facebook, especificamente da página “Quebrando o Tabu”, sobre o processo de inclusão de mulheres transexuais no esporte de alto rendimento. Para tanto, foi utilizado o método de Análise de Conteúdo de uma publicação do dia 1º de fevereiro de 2018 da página em tela. Foi possível identificar que o espaço da cibercultura, especificamente as redes sociais, são constituídos por uma diversidade de atores sociais que emitem comentários sem fundamentação técnica, científica e específica, como é o caso da inclusão de mulheres transexuais no esporte. Os comentários proferidos são alicerçados e limitados em perspectivas biologicistas, religiosas, culturais e pessoais, estigmatizando as pessoas transexuais e fortalecendo um discurso contrário à inclusão dessas. Ademais, há a necessidade de compreender os avanços da tecnologia e da comunicação mediada pelo computador configurando-se como um espaço plural, mas que não deveria reforçar padrões preconceituosos.

Palavras-chave: Cibercultura. Facebook. Comentários. Atletas Transexuais. Discursos.

The offline world to the online: network speeches against the inclusion of transgender athletes

Abstract

This paper aims to discuss the speeches issued on Facebook, specifically the page “Quebrando o Tabu”, about the process of inclusion of male-to-female transgender in high-performance sports. For this purpose, the Content Analysis method of a publication on February 1º, 2018, was used. It was possible to identify that the cyberculture space, specifically the social networks, are constituted by a diversity of social actors that issue comments without technical, scientific, and specific reasons, as is the case of the inclusion of male-to-female transgender in sport. The comments made are grounded and limited in biologicist, religious, cultural, and personal perspectives, stigmatizing transgender people and strengthening a discourse against their inclusion. Furthermore, there is a need to understand the advances in technology and computer-mediated communication, configuring itself as a plural space, but which should not reinforce prejudiced standards.

Keywords: Cyberculture. Facebook. Comments. Male-to-Female Athletes. Speeches.

¹ Doutor em Educação Física pela Universidade de Brasília – UnB; Mestre em Psicologia pela Pontifícia Universidade de Goiás – PUC Goiás; Bacharel e Licenciado em Educação Física pela PUC Goiás. E-mail: thiagoiwamoto@outlook.com.

Introdução

Esse trabalho é parte de uma tese de doutorado em Educação Física, que visou analisar a repercussão do caso da jogadora Tiffany Abreu, atleta transexual de voleibol, nas redes sociais. Assim, o objetivo desse artigo é discorrer sobre os discursos emitidos na Rede Social, Facebook, especificamente da página “Quebrando o Tabu” sobre o processo de inclusão de mulheres transexuais no esporte de alto rendimento.

A evolução tecnológica possibilitou a conexão entre diversos atores sociais² por meio do ciberespaço, *lócus* em que foram constituídas as ciberculturas, ou seja, cenários com determinadas características (re)produzidas por aqueles atores que ali se agrupam. Porém, as ciberculturas podem ser consideradas um reflexo do mundo offline, repetindo determinados comportamentos e pensamentos aceitáveis ou não. “Sabemos que a tecnologia não determina a sociedade: é a sociedade”³ (CASTELLS, 2006, p. 3, tradução nossa).

Foi no espaço da cibercultura e das redes sociais que vários atores sociais puderam ampliar as suas discussões, apresentando suas necessidades e interesses, aproximando-se de outros atores que compartilham do mesmo pensamento, ampliando o acesso às informações, etc., porém, esses espaços ainda se configuram como um *lócus* sem fronteiras e limites demarcadas. Os participantes podem se comunicar com outras pessoas sem sair do lugar, podem consumir e produzir informações a partir do que compartilham.

Várias páginas e grupos têm surgido nas redes sociais. Cada qual com objetivos e interesses diferentes, e que tentam, de alguma forma, serem direcionadas para determinados atores. Muitas páginas visam ampliar o diálogo de forma democrática, propiciando que os membros se manifestem em formas de linguagem verbal (escrita) e linguagem não verbal (*emojis*, reações aos comentários, *gifs*, vídeos e outros). Essas páginas tentam divulgar e abordar temas que são atuais e polêmicos, como é o caso da postagem que pretendemos analisar.

A página “Quebrando o Tabu” do Facebook publica diariamente várias matérias que levam os atores sociais a se posicionarem sobre a temática. Em 1º de fevereiro de 2018 a página postou uma matéria sobre o ingresso da atleta Tiffany Abreu – mulher

² Optamos em utilizar o termo atores sociais e seus sinônimos como membros e participantes.

³ “We know that technology does not determine society: it is society.” (CASTELLS, 2006, p. 3)

transexual, questionando: “Qual a sua opinião?”. Esse questionamento instigou os membros a se posicionarem sobre a aceitação e inclusão de mulheres transexuais na categoria feminina no esporte. A publicação foi postada no dia 1º de fevereiro de 2018, tendo 1,5 mil comentários, 172 compartilhamentos e 4,2 mil reações em formato de *emojis*. Essa informação é referente até o período de coleta dos dados, durante os 17 dias do mês de abril de 2019.

Todo esse movimento da participação da atleta Tiffany Abreu acendeu a visibilidade de pessoas de gênero divergentes, isto é, de pessoas transgêneras, nesse caso, transexuais⁴. Do mesmo modo que houve toda essa visibilidade, a polêmica foi instaurada em diversos meios do mundo offline e online, onde muitos se posicionaram sem ao menos compreender qual o significado de esporte, ou seja, o que está imbricado na perspectiva desse, seus princípios, valores, características e implicações sobre a sociedade e pessoas. Caso houvesse esse aprofundamento conceitual, haveria uma melhor compreensão da necessidade e importância da autorização para que pessoas transexuais pudessem competir nas categorias de acordo com a identidade de gênero.

Como procedimento metodológico utilizamos a Análise de Conteúdo para a análise dos dados, tendo como base Laurence Bardin (2016) e Martin W. Bauer (2015). Todos os procedimentos ressaltados por esses autores foram aplicados durante o manuseio dos dados coletados, seguindo a perspectiva da (1) organização da análise – pré-análise, (2) codificação, (3) categorização e (4) tratamento dos resultados, inferência e interpretação dos resultados.

Os comentários da referida publicação da página “Quebrando o Tabu” se tornaram emblemáticos para compreendermos quais seriam os posicionamentos dos participantes perante os assuntos que possuem uma temática que foge à hegemonia social e esportiva, isto é, pessoas que não se enquadram dentro das normativas sociais e da ordem compulsória de sexo e gênero, ingressando em um cenário esportivo de alto rendimento.

As manifestações em formato de texto se tornaram elementos essenciais para a Análise de Conteúdo, uma vez que é caracterizada por um conjunto de técnicas (BARDIN, 2106) para análise de textos (BAUER, 2015), não havendo uma restrição às

⁴ Consideramos que a transexualidade é uma ramificação da concepção guarda-chuva da identidade de gênero transgênero, segundo Lanz (2015).

palavras, mas ao arcabouço que sustenta o texto. É nesse sentido que consideramos os sentidos e significados expressos através dos textos como formas de identificar determinados valores, opiniões, princípios, atitudes, preconceitos e outros.

Para a apresentação e discussão dos dados foram selecionadas duas categorias: biofisiológico e sociocultural, além da linguagem não verbal manifestada através das reações, em forma de *emojis*, na publicação em tela. Essas categorias foram selecionadas para esse momento, para que possamos ter um olhar mais ampliado sobre como ocorrem os posicionamentos dos atores sociais perante a discussão sobre a inclusão de pessoas transexuais no esporte. Desse modo, entendemos que são dois elementos que são fundamentais na sociedade, onde, por vezes, leva-se em consideração os fatores biofisiológicos como ciências únicas, diminuindo as ciências socioculturais. Situação que não faremos nesse material, uma vez que entendemos a importância dos estudos socioculturais.

Assim, toda a polêmica e repercussão, sobretudo a falta de embasamento teórico dos atores nas redes sociais, nos levou a analisar esse espaço, tentando compreender por quais motivos os membros se posicionavam de forma contrária a essa autorização.

Redes sociais e interação social: uma comunicação mediada por computador

Corroboramos com a perspectiva de Geertz (2017) que aponta que a cultura é constituída por padrões de comportamentos em seus processos sociais, existindo normativas e regras para o convívio coletivo. A constituição de signos e símbolos determinam as estruturas e as formas de se comportar com outros sujeitos e com o meio ambiente. Geertz (2017) ainda afirma que essas articulações sociais são consequências das coerências existentes em uma cultura e que possibilitam as construções de significados e significantes sociais.

Não obstante, a cultura também faculta distinções, marcas territoriais e fronteiras entre as comunidades. Ao levantarmos essa consideração, entendemos que as questões de gênero, identidade de gênero e sexualidade são tratadas por setores políticos e, algumas, camadas religiosas como forma de traçar os limites dessas comunidades. Ou seja, mulheres, pessoas transgêneras, não heterossexuais, não brancas, são grupos

reputados como vulneráveis na sociedade, uma vez que há uma hegemonia masculina, cisgênera, heterossexual e da raça branca.

Socialmente, o preconceito tem sido expresso de forma velada, sendo justificada na forma de opinião pelo emissor. No âmbito das ciberculturas, especificamente nas redes sociais, esses discursos têm tomado uma maior proporção, por ser um espaço em que mesmo havendo regras e normas, parece não existir limites e fronteiras, o que inviabiliza o direcionamento de algumas situações para os grupos de pessoas competentes para a discussão, sendo, em alguns casos⁵, abertas para as manifestações de diversas pessoas. Muitas dessas “opiniões” são emitidas sem que tenha um nível técnico e específico considerável (RECUERO, 2009; LÉVY, 2010; MARTINO, 2015; CASTELLS, 2018). Entretanto, acreditamos na perspectiva democrática e de liberdade de expressão, desde que não retire direitos e discrimine grupos vulneráveis.

O ciberespaço, conseqüentemente a cibercultura, são frutos de uma transformação tecnológica, onde é estabelecido conexões entre diferentes atores sociais (LÉVY, 2010; MARTINO, 2015). Ponderamos que esse espaço é um reflexo da sociedade offline, às vezes com comportamentos excessivos, pois é perceptível a reprodução de comportamentos equiparáveis entre o meio offline e online. A hostilidade, o preconceito e a segregação, transformada em manifesto de “opinião” nos meios online são fortemente reforçados e direcionados para as comunidades minoritárias, como é o caso de pessoas transexuais.

Não podemos deixar de discorrer que o período atual, onde há um império da tecnologia, tem sido marcado por uma maior produção e consumo de informações. Essas que são exploradas de diversas maneiras nos espaços tecnológicos e nas redes sociais. Jungblut (2004) ressalta que “o virtual [...] está associado à emergência da Internet e que possibilitou criar formas de comunicação e interação social [...]” (p. 102). Infelizmente, as informações (re)produzidas nesses espaços nem sempre são verídicas e/ou não levam as pessoas a questioná-las.

As *fake news* têm tido um impacto significativo nos espaços online, estendendo-se para os offline. Essa onda viral de *fake news* tem agravado as construções de estigmas e preconceitos em

⁵ Apontamos essas informações, pois o Facebook possibilita a criação e administração de grupos privados e públicos. Os grupos privados são destinados somente às pessoas que são membros daquela página, podendo visualizar e participar das publicações. Nos grupos públicos há as possibilidades de qualquer pessoa ter acesso à postagem, comentários e reações.

relação às pessoas transexuais. As *fake news* alimentam os discursos de ódio contra essas pessoas, reforçando a cisnormatividade⁶ e limitando o ingresso de pessoas em diversos setores sociais. No caso da atleta Tiffany Abreu, as *fake news* fizeram parte dos comentários emitidos por alguns autores na publicação da página “Quebrando o Tabu”.

De modo a menosprezar e criar um cenário que despreze o ingresso de mulheres transexuais no esporte, o ator CK⁷ (QUEBRANDO O TABU, 2018) aponta a informação sobre uma atleta transexual que teria sido responsável pela morte de uma atleta cisgênera durante uma luta competitiva. A informação foi socializada na publicação pelo ator sem que houvesse uma pesquisa prévia da veracidade da notícia, a qual foi apontada como *fake news*. Tal insinuação e reforço dessas *fake news* contribuem para a estigmatização e discriminação de mulheres transexuais no esporte.

Por esse ângulo que retomamos ao pensamento de Recuero (2014) de que os meios virtuais – redes sociais – não delimita explicitamente quais são as fronteiras existentes, viabilizando inúmeros posicionamentos das diversas áreas. Os relacionamentos que são constituídos nas esferas das redes sociais tendem a ser consolidados a partir das aproximações de ideais e perspectivas semelhantes. Essa virtualização do relacionamento pode causar uma “desrealização” do mundo, constituindo-se como um simulacro da sociedade offline (JUNGBLUT, 2004).

A partir da consideração de Jungblut (2004), Martino (2015) aponta que a cibercultura e o ambiente virtual se apresentam como um *lócus* desorganizado, se configurando de modo particular, reproduzindo determinadas situações da realidade. Os relacionamentos e os comportamentos acabam sendo determinados pelos mecanismos de controle virtual. Isso pode ser uma das justificativas que levam as pessoas a emitirem “opiniões” preconceituosas quanto às pessoas de gêneros divergentes e se aproximarem de determinados grupos sócio-virtuais.

Todas as pessoas que fogem das normativas instituídas cultural e historicamente são caracterizadas como seres desviantes, como é o caso de pessoas transexuais (LANZ, 2015). A segregação é um

⁶ A cisnormatividade é considerada como uma referência para pessoas de sexo e gênero convergente, ou seja, são as pessoas que possuem concordância entre esses, tratando essa como a norma estabelecida e aceita. Pessoas divergentes dessa ordem compulsória entre sexo e gênero são deslegitimadas pela sociedade.

⁷ Identificamos os atores com letras do alfabeto, de modo a preservar a identidade dos atores da publicação analisada, conforme as propostas éticas de pesquisa.

modus operandi das sociedades patriarcais, como o Brasil, classificando essas pessoas como inferiores e marginais, simplesmente por não seguirem a ordem compulsória instituída de sexo e gênero.

Retomando as formas de segregação nas redes sociais, em particular a referida publicação na página “Quebrando o Tabu”, identificamos uma tendência dos administradores em dicotomizar os questionamentos quando é ressaltado o texto da publicação: “Você tem alguma opinião?” (QUEBRANDO O TABU, 2018). Essa questão leva os atores presentes na página do Facebook a se posicionarem favoravelmente ou não ao ingresso de mulheres transexuais. Tal conduta possibilita a extensão da resposta, havendo justificativas sobre o posicionamento, muitas dessas questionando a identidade e jogabilidade da atleta enquanto mulher.

E são nesses comentários de “opiniões” – camuflados de preconceitos – que identificamos uma comunicação mediada pelo computador (CMC) dos participantes. As relações constituídas naquele espaço mediante os comentários e respostas dos membros caracterizam o fluxo e as trocas de informações, estabelecendo uma rede de comunicação (MATTELART; MATTELART, 2011). Os comentários e as respostas possibilitam diversas expressões de pensamentos e comportamentos, havendo uma disputa de poderes para tentar apresentar ideias favoráveis ou não ao ingresso de atletas transexuais.

Esse jogo de poder é muito presente nos conteúdos emitidos através dos comentários e respostas. Tais elementos apresentam significados e significantes que tentam colocar em voga os motivos sobre a participação de atletas transexuais no esporte de alto rendimento. Em análise, possivelmente a disputa de poderes se manteria somente naquele espaço, mas poderia ser uma informação – claro que de acordo com o pensamento, princípios e valores dos leitores – a ser discutida em âmbito offline, ou vice-versa.

Muitas colocações não foram baseadas em evidências científicas, houve exposições da pesquisadora Joanna Harper e seus estudos, mas a maioria das informações era provindas de princípios adquiridos cultural e socialmente, sobretudo com base em percepções pessoais. Instituições esportivas administrativas deveriam tomar como base os elementos e estudos científicos, como foi o caso do Comitê Olímpico Internacional (COI).

Entretanto, algumas autoridades políticas⁸ têm utilizado desses discursos nos/dos meios virtuais, como o caso da publicação no *Twitter* e a Carta Aberta direcionada ao COI pela ex-atleta de voleibol, Ana Paula Henkel, para proporem projetos de lei que definem o sexo como único e exclusivo critério para a categorização das pessoas no esporte.

Sobre essas elaborações de projeto de lei, podemos citar o de número 346/2019 que tramita na Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP, 2019) e o de número 331/2019, na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ, 2019). A partir dessas propositivas, a Aliança Nacional LGBTI+ emitiu uma nota técnica expressando que:

Os Projetos de Lei que defendem a segregação esportiva com base no sexo biológico não merecem prosperar na medida em que não possuem nenhum tipo de fundamentação científica, servindo apenas como tentativas de criação de um aparato normativo que não faz mais do que institucionalizar a transfobia no âmbito esportivo, em flagrante ofensa à dignidade humana e à não-discriminação, princípios positivados pela Constituição Federal (artigos 1º, III, e 3º, IV) e cuja observância é imperativa. (ALIANÇA NACIONAL LGBTI+, 2019, p. 10).

Muitos dos discursos proferidos nas redes sociais, em especial de pessoas conhecidas na sociedade, acabam se tornando referências para algumas pessoas e setores, ampliando a discussão e os posicionamentos discriminatórios e preconceituosos, uma vez que o ciberespaço “possibilita” essa diversidade de manifestações. Tais informações, sobretudo emitida por pessoas que não possuem o conhecimento técnico e específico sobre a temática, acabam sendo especulativas, uma vez que não a realizam com embasamento teórico científico.

A questão de identidade de gênero no esporte tomou uma proporção muito grande diante da visibilidade dessa comunidade, em especial no esporte com o caso da jogadora Tiffany Abreu. A página “Quebrando o Tabu” se torna uma referência para postagens plurais, suscitando o posicionamento dos atores sociais que seguem a mesma. Todavia, ao mesmo tempo, entende a pluralidade de ideias, considerando-se como um espaço democrático.

⁸ Preferimos não identificar quem são essas autoridades políticas, pois não pretendemos enfatizar e visibilizá-las.

A existência de uma linguagem não verbal – *emojis*

Borges e Salomão (2003) consideram a linguagem como um signo da espécie humana, sendo capaz de sistematizar formas de expressão e organizar o pensamento. Lévy (2000) aponta que o ciberespaço favorece a interlocução e interação de múltiplas formas de linguagens. Nas redes sociais a linguagem não é expressa somente de forma escrita – uma das formas de linguagem, mas também são expressas em formas de *emojis*, como forma simbólica e que equivale aos gestos, expressões e sentimentos humanos, dando mais amplitude para o que se quer expressar (PAIVA, 2016).

É nesse sentido que os *emojis* se configuraram como uma forma de linguagem nas mídias sociais. Paiva (2016) aponta que os *emojis* têm a finalidade de “pontuar” as frases, e que pela dificuldade em expressar determinados sentimentos na linguagem escrita, os *emojis* propiciam maior entonação, expressão e sentimentos a parte verbalizada.

Nesse caso, a forma de expressão contemporânea acabou por ser utilizada de diversas maneiras. O vocabulário próprio de representação de cada pessoa criou identidades e fez dela múltiplos usos, preenchendo as lacunas por meio de interpretações culturais e vocabulários próprios, constituindo a percepção. A percepção depende essencialmente da interpretação de quem está vendo, vinculada aos estímulos, aos aparelhos fisiológicos e às sensações. (MORO, 2016, p. 62)

O Facebook apresenta diversas possibilidades de reações de comportamentos a uma postagem (Figura 1), essas que podem ser reagidas tanto nas publicações quanto nos comentários. Recuero (2014) trata que quando há uma publicação nas redes sociais e algum ator social reage à mesma, forma-se um par adjacente, ou seja, constitui uma relação entre os atores. A rede social Facebook apresenta as seguintes manifestações: curtir, amei, “haha”, “uau”, triste e “Grr”.



Figura 1 _ Emojis como reações às publicações e comentários do Facebook

Fonte: Gomes (2016)

Dentre as reações emitidas na publicação analisada, identificamos uma maior incidência do *emoji* curtir (2.809 – 68,51%), seguido por amei (622 – 15,17%), “Grr” (511 – 12,46%), “Haha” (71 – 1,73%), triste (44 – 1,07%) e “uau” (43 – 10,5%). É possível haver uma interpretação errônea dos significados relacionados aos *emojis*, a exemplo o *emoji* “haha” e “uau”, onde o primeiro pode indicar sacarmos, mas, ao mesmo tempo, pode indicar simpatia; e o segundo indica surpresa com situações boas ou ruins. Mesmo tendo diferenças de significados, há um maior grupo de participantes que tiveram a reação de curtir, apontando para uma solidarização com a informação apresentada pela página.

A utilização dos *emojis* nem sempre está de acordo com seus significados, mas sim com a compreensão subjetiva sobre a forma como os atores desejam se expressar mediante às publicações do Facebook. Para Moro (2016) e Paiva (2016) há diferenças na percepção de quem emite e de quem recebe o símbolo, considerando a análise e olhar pessoal. Mesmo diante dessas análises, observamos que há uma incidência maior de emissões de símbolos que estão de acordo com o ingresso de pessoas transexuais no esporte, como expresso anteriormente.

A publicação em tela, mesmo apresentando essas informações sobre o quantitativo de *emojis* emitidos, também possui comentários em forma de linguagem verbal escrita que divergem das reações dos atores. Mesmo que percebamos uma maior incidência de *likes*, os comentários apresentados são diversos e muitas vezes estigmatizando e estereotipando as pessoas transexuais dentro do esporte.

Os comentários escritos e seus posicionamentos biologicistas

Quando observado os comentários expressos no formato escrito pelos membros, reiteramos que há uma aparente incidência de posicionamentos de pessoas que não são da área da Educação Física, Esportes e do Estudos de Gênero, possível pela configuração do Facebook e da página “Quebrando o Tabu”, facultando a livre manifestação. Dentre os comentários, foi possível identificar uma dicotomização de posicionamentos, sendo com características biofisiológicas e socioculturais.

Quando analisado a categoria biofisiológica, constatamos uma maior frequência da utilização do termo mulher (Figura 2), sendo associada ao termo testosterona, médicos e "trans". Os vários comentários trazem um discurso negacionista sobre as diversas formas de identidades de gênero, sobretudo apontando que não haveria mulheres transexuais, uma vez que os fatores biofisiológicos, como a parte genética e a produção de testosterona, não são do sexo feminino, sendo imutáveis.



Figura 2 _ Nuvem de palavras: categoria biofisiológica.
Fonte: O autor (2019)

Esse discurso essencialista ainda é muito predominante na sociedade contemporânea, especificamente emitidos por alguns setores que não aceitam os Estudos de Gênero, bem como as diferenças existentes entre sexo e gênero. Assim, esses setores ainda se embasam unicamente em teorias biológicas para caracterizar as diferenças entre homens e mulheres.

Aproveitamos para reforçar o pensamento de Beauvoir (2016) que aponta que as questões biológicas também fazem parte da constituição do que é homem e mulher, mas não deve ser tomada como única e exclusiva referência. Entretanto, Beauvoir (2016, p. 60) afirma: "Eis que estudamos tão demoradamente; são chaves que permitem compreender a mulher. Mas o que recusamos é a ideia de que constituem um destino imutável para ela.", ou seja, há uma relação com outros contextos para a construção da identidade de gênero individual.

[...] pois passou 30 anos com testosterona nos níveis masculinos desenvolvendo musculatura masculina durante todo esse período a partir desse hormônio [...] (Ator D)⁹

[...] se ela se estruturou quando adolescente com testosterona acima das competidoras já seria o suficiente pra se repensar sobre a questão [...] (Ator Z)

Ela faz tratamento hormonal mas a construção da musculatura da atleta é masculina, órgãos, recuperação física mais rápida, não acredito que os níveis de testosterona isoladamente sejam parâmetro pra dizer que ela não tem vantagem sobre as demais atletas cis. (Ator BB)

[...] daí ela tem mais força física, mesmo estando hoje com testosterona controlada [...] (Ator BL)

O estudo da fisiologia do esporte mostra que o desenvolvimento infanto-juvenil tem papel fundamental nos resultados do atleta de alto rendimento. Ou seja, mesmo controlando a testosterona, a estrutura física particularmente a osteomuscular possuirá grandes diferenças entre mulheres de nascimento e trans (Ator ET)

Os comentários acima são representativos do cenário da postagem, estabelecendo relações com a categoria biofisiológica. Fica evidente que os posicionamentos são contrários à inclusão de mulheres transexuais no esporte, argumentando de que há uma maior influência do hormônio testosterona antes do processo de transição, implicando em um melhor desempenho atlético. Todavia, há também comentários que são contrários, indicando que há mudanças significativas nas estruturas corporais e fisiológicas:

[...] sei que a taxa hormonal de testosterona dela teve de baixar drasticamente o que por si só configura radical mudança corpórea (Ator A)

Não pode, porque ela faz tratamento para reduzir a testosterona, logo é comprovado que a força dela não é mais como era [...] (Ator AH, grifo nosso)

Faz sim! Há perda de força, tônus muscular, humor. Os hormônios regulam tudo. Podemos ter como exemplo a tireoide. Faz um estrago absurdo. (Ator CU)

⁹ Elegemos manter a forma original dos comentários.

Eu sou trans e gostaria de ressaltar que o efeito dos hormônios femininos diminuem massa muscular e osso, se tem alguém que pode dar palpite nisso e o endocrinologista dela (Ator EN)

[...] existem muitas mulheres que têm maiores níveis de testosterona, são maiores, ossos mais robustos e possuem maior força física e aí? [...] (Ator FE)

A comunicação mediada por computador, através dos comentários realizados na publicação da página em tela, aponta para uma dicotomização de opiniões, mesmo que os comentários em prol da inclusão sejam em menor escala. Durante a discussão, o ator social AH apresenta o estudo de Harper (2015), fundamentando cientificamente o seu posicionamento a favor da inclusão de mulheres transexuais, mas tal posicionamento não parece ter sido considerado pela maioria dos atores.

No estudo citado, intitulado "*Race Times for Transgender Athletes¹⁰*", Joanna Harper apresenta uma análise com oito corredoras transgêneras – transexuais – de longa distância (5Km, 10Km, Meia Maratona – 21,1km, e Maratona – 42,195km), de modo a observar o desempenho atlético. Diante das avaliações, Harper (2015) identificou que as atletas tiveram redução na velocidade após o início da transição e tratamento hormonal. A autora complementa que a supressão da testosterona ocasiona consequências sobre o corpo e performance, além da redução da velocidade, perda de força e das demais habilidades físicas.

Mesmo diante de informações científicas, o fato de grande parte dos participantes não acreditarem em determinados discursos, mesmo que estejam devidamente embasados cientificamente, parece ser uma realidade no mundo offline e online. As pessoas nesses dois mundos não estão suscetíveis e abertas a opiniões que podem divergir dos valores e pensamentos pessoais, esses que são construídos a partir da educação, religião, política, cultura, família, etc. O fato é que as pessoas se apresentam inflexíveis para modificações de comportamentos e pensamentos, sobretudo quando algo diverge daquilo que já é preestabelecido e incorporado no eu.

Os comentários escritos e seus posicionamentos socioculturais

A identidade de gênero é a forma, maneira ou ao universo o qual a pessoa se identifica, podendo ser como homem, mulher, gênero

¹⁰ "Tempo de corrida de pessoas transgêneras" (tradução nossa).

fluido, nenhum ou os dois. As pessoas que corroboram com a ordem compulsória entre sexo e gênero são consideradas como cisgêneras ou cis, enquanto as que não se identificam com essa ordem compulsória, transgênera ou trans. Lanz (2015) considera que a transgeneridade é uma matriz do tipo guarda-chuva, onde há subcategorias para representar as pessoas que não seguem a essa ordem, como as pessoas bigênero, pangênero, homens femininos, mulheres femininas, dragqueen, dragking, transexuais, travestis e outros.

As pessoas transexuais no esporte não são bem vistas, particularmente as mulheres transexuais. Dos Anjos e Goellner (2017) consideram que o esporte é um espaço marcado pela exclusão das pessoas que não se enquadram dentro dos parâmetros estipulados pelas modalidades. Ponderamos que várias organizações do esporte também estão marcadas por características patriarcais, machistas e cisgêneras, situação que culminou em toda a repercussão nas redes sociais, desde a autorização e ingresso da jogadora Tiffany Abreu.

Ao analisar os comentários que foram categorizados como socioculturais, houve uma maior frequência do termo mulher (Figura 3), assim como nos posicionamentos biofisiológicos. Entretanto, foram seguidas das palavras “trans”, preconceito e corpo. O que nos leva a considerar que o conteúdo e a forma com que foi comentado, expressam outras interpretações, com significados diferentes.



Figura 3 _ Nuvem de palavras: categoria sociocultural
Fonte: O autor (2019)

Considerar a perspectiva sociocultural é compreender que as questões de gênero e identidade de gênero não estão subordinadas somente à área médica, tendo uma relação cultural, histórica, política e social (GOELLNER, 2009; LANZ, 2015; BUTLER, 2017). Essas temáticas ainda são um tabu para a sociedade, sendo necessário ser desenvolvido a perspectiva de que gênero e identidade de gênero não é exclusivamente definido por questões biológicas. Essa discussão é essencial em uma sociedade onde tem havido transformações significativas nos mais diversos âmbitos, incluindo a internet, o ciberespaço, cibercultura e das redes sociais.

Mesmo que na postagem haja *emojis* e comentários que direcionam para uma aceitação, a incidência maior é contrária ao ingresso de mulheres transexuais nos jogos de alto rendimento. Os atores na publicação direcionam para uma negação da inclusão de mulheres transexuais, classificando como um corpo artificial e abjeto. Retornando às informações coletadas, foi identificado diversos comentários que questionam a legitimidade da atleta como mulher.

Ótima conquista pro feminismo, agora as mulheres perdem pra homens na própria categoria. (Ator DF)

N existe isso de mulher trans n sejam estúpidos, um homem n pode ser uma mulher é biologicamente impossível eu sou a favor da inclusão do trans mas na categoria masculina e n na feminina, é um homem jogandoo liga feminina simplesmente isso. (Ator DZ)

[...] São mulheres, independente de altura e força, já a Tiffany não, ela é homem, mas fazer o que se hoje ninguém mais quer se indispor [...] (Ator DE)

A origem "dela" é masculina. (Ator DR)

Não, ela é mulher logo não estão perdendo para homens (Ator DY)

Olha, o meu feminismo não apoia a participação da Tiffany na Superliga! (Ator EE)

[...] pq não adinta falar que ele é uma mulher, pq não é [...] (Ator FS)

Ela é mulher, de todo modo, não há pq. (Ator GQ)

Tem pênis natural logo é homem. (Ator HJ)

Esses e outros comentários – em sua grande maioria – expressam a falta de conhecimento, de nível técnico e específicos das pessoas que comentaram na publicação. Não que o espaço deva ser restrito, mas que os atores sociais deveriam estar abertos para aprender, receber e trocar informações, sobretudo daqueles que possuem mais conhecimento em determinadas temáticas.

Para muitos membros, não existe a situação de mulher e/ou homem transexual, pois a definição é biológica, logo, seria a parte genética e as características primárias e secundárias responsáveis por determinar se a pessoa é mulher ou homem, não havendo a possibilidade de outra manifestação identitária. Desse modo, regressamos à ideia de Beauvoir (2016) de que as pessoas tornam-se mulheres ou homens, ou seja, seria mais adequado a pessoa se identificar como bem entender, sem que houvesse normativas estruturantes para categorizar as identidades, comportamentos e pensamentos.

Dentre uma das situações que gostaríamos de destacar é que ainda há uma desinformação sobre essa temática na sociedade. Tanto no mundo offline quanto no online existem normas para tratar as pessoas. A atleta em questão, que se tornou alvo de toda a polêmica, se identifica como mulher, fez o processo de redesignação sexual, se comporta, pensa e sente a partir do que é percebido e instituído pela sociedade como sendo do universo feminino. Entretanto, os participantes ainda utilizam terminologias para tratá-la no masculino, utilizando pronomes de tratamento como se a atleta se identificasse como homem. Isso se configura como uma violência transfóbica, não respeitando as pluralidades de manifestações identitárias.

Outro ponto que gostaríamos de chamar a atenção é quanto ao preconceito e que foram camuflados como “opiniões”. Fleury e Torres (2010) apontam que o preconceito é identificado no momento em que um ator social possui e/ou emite determinada opinião de forma unilateral, essa inflexibilidade decorre de uma sociedade que estipula normas sociais que levam as pessoas a se comportarem desse modo, não havendo respeito pela diversidade e dignidade humana.

No caso dos comentários emitidos na publicação, fica evidente a característica de pessoas preconceituosas, que, na autoavaliação, não se consideram de tal forma. Os discursos são carregados de informações que menosprezam e deslegitima a atleta, justamente pela identidade de gênero. Os atores tentam

justificar a ilegibilidade e jogabilidade da atleta pelos fenômenos da biofisiologia, de igualdade no esporte, por senso, etc. Pela falta de embasamento teórico científico e pela não abertura para outras teorias, os atores offline e online acabam se posicionando de modo a estereotipar e estigmatizar as pessoas transexuais.

Fica notório que os comentários emitem certa transfobia, uma vez que faz referência “[...] a preconceitos e discriminação sofridos pelas pessoas transgênero, de forma geral.” (JESUS, 2012, p. 11). Assim, tal como no mundo offline, os espaços online também reforçam as disputas de poderes, uma vez que publicações e comentários convergem para reforçar a cisnormatividade e o que é aceitável pela sociedade. Aquelas pessoas que fogem dessas normativas acabam sofrendo violências, preconceitos e discriminação.

Além do mais, os comentários apontam para a direção de uma negação aos direitos, acesso e permanência no esporte e na categoria de acordo com a identidade de gênero, substanciando a percepção de que os comentários são transfóbicos. Essa disputa de poderes e cerceamento desses direitos também faz presente no mundo offline, como quando algumas atletas cisgêneras afirmam que há desigualdade em jogar com mulheres transexuais, quando o coordenador da Comissão Nacional de Médicos do Voleibol (CONAMEV), João Grangeiro, aponta que há divergências na decisão do COI, e/ou quando o endócrino da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD), Rogério Friedman, afirma a necessidade de retirada das glândulas testiculares para significativa alteração nas habilidades físicas (KNOPLICH; FONSECA, 2018).

Sobre os posicionamentos dessas autoridades, apontamos as divergências dessas com o decidido e aprovado pela comissão do COI. Reiteramos que o COI, responsável pela elaboração do documento que permite o ingresso de pessoas transexuais nas categorias que se identificam, é formada por professoras/professores, pesquisadoras/pesquisadores e médicas/médicos, que investigaram e analisaram, cientificamente, as medidas para a autorização, visando manter o equilíbrio e equidade no esporte. Quanto à necessidade de retirada das glândulas testiculares, afirmada por Friedman, o COI apresenta que “Exigir alterações anatômicas cirúrgicas como pré-condição para a participação não é necessário para preservar a concorrência leal e pode ser inconsistente com o

desenvolvimento de legislação e noções de direitos humanos.”¹¹ (COI, 2015, p. 2, tradução nossa), entendendo que o órgão genital não influencia na performance de atletas transexuais.

Por certo, a transfobia é existente em toda a sociedade, sendo uma realidade tanto no mundo offline quando online. Sobreira et al. (2017) corroboram que a intolerância com pessoas transexuais é existente nos diversos contextos, e isso se dá pela baixa informação quanto a pluralidade de identidades de gênero, sendo reduzido aos gêneros homem/mulher e/ou masculino/feminino. Em consequência, há uma alta incidência de relatos de violências e assassinatos de pessoas transexuais devido a não aceitação e ao preconceito da sociedade, classificando o Brasil como um dos países com maior índice dessas ocorrências (SOBREIRA et al., 2017; TGEU, 2016; 2017).

Diante dessas situações e da negação de direitos e proteção às pessoas transexuais, o Supremo Tribunal Federal (STF), no ano de 2019, julgou a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão 26 (ADO 26) e do Mandado de Injunção 4.733 (MI 4.733), a favor da criminalização da LGBTIfobia¹², enquadrando-a como crime de racismo. Embora a decisão do STF endosse direitos às pessoas dessa comunidade, uma vez que são excluídas e marginalizadas, e pondere como crime qualquer tipo de discriminação, ainda há grupos que manifestam repúdios a essa decisão e ao grupo LGBTI. Notadamente, é necessário reforçar a fala do Ministro Celso de Mello Filho em defesa da comunidade:

Essa visão de mundo, Senhores Ministros, fundada na ideia, artificialmente construída, de que as diferenças biológicas entre o homem e a mulher devem determinar os seus papéis sociais (“meninos vestem azul e meninas vestem rosa”), impõe, notadamente em face dos integrantes da comunidade LGBTI, uma inaceitável restrição às suas liberdades fundamentais, submetendo tais pessoas a um padrão existencial heteronormativo, incompatível com a diversidade e o pluralismo que caracterizam uma sociedade democrática, impondo-lhes, ainda, a observância de valores que, além de conflitarem com sua própria vocação afetiva, conduzem à frustração de seus projetos pessoais de vida. (DE MELLO FILHO, 2019, p. 15).

¹¹ “*To require surgical anatomical changes as a pre-condition to participation is not necessary to preserve fair competition and may be inconsistent with developing legislation and notions of human rights*” (COI, 2015, p. 2).

¹² Medo, aversão, ódio, preconceito e repugnância contra pessoas LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Intersexos).

Por fim, podemos notar que há o registro de preconceito e transfobia quando os participantes da publicação emitem termos pejorativos para menosprezar a atleta Tiffany, causando principalmente uma violência simbólica indireta não só à atleta, mas a todas as pessoas transexuais. Nesse caso, a ferramenta da rede social Facebook possibilitou uma ampla discussão, prevalecendo os ideais das camadas dominantes e essencialistas, sem que exista a necessidade de conhecimento técnico e específico, o que é característico dessas redes sociais.

Considerações Finais

Atentamos que as redes sociais e a evolução do ciberespaço e da cibercultura propiciaram grandes conquistas, ampliando a disseminação de informações, de relacionamentos interpessoais, estudos e, também, de trabalho. No entanto, apesar de ser um espaço com regras e normas para as condutas e comportamentos, percebemos a existência de uma fragilidade nas relações entre os atores, conexões e informações que são publicadas nas redes sociais, sobretudo das barreiras que limitam o que é correto e/ou não, situação que viabiliza os mais diversos tipos de publicações, comentários e ações.

Os espaços offline e online são considerados como semelhantes, dispendo de particularidades, como a forma de interação e comunicação entre os atores. As conexões entre as pessoas são diferentes, uma vez que no mundo offline há a possibilidade de observar as expressões e gestos que incorporam o diálogo, enquanto no online, essas situações ficam comprometidas pelo fato de ser uma comunicação mediada por computadores.

De fato, o ciberespaço e a cibercultura se tornam um *lócus* em que as pessoas possuem mais possibilidades para se comunicarem e se expressarem. Pela extensiva viabilidade de canais de comunicações, informações e publicações, o ciberespaço, logo as redes sociais, oportuniza diversas expressões de atores sociais. Essas manifestações acabam sendo um embate dialético, havendo contraposições e contradições, ou seja, têm-se comentários que não possuem um conhecimento fundamentado cientificamente, técnico e específico, e os que se embasam nesses elementos, sendo por vezes questionados e/ou ignorados.

Muitos que as discutem e apresentam informações consistentes são porque vivenciam e/ou estudam sobre tais temáticas. Concomitantemente, há os atores sociais que ainda se baseiam

em princípios e valores alinhados com perspectivas pessoais, religiosas, políticas e biológicas, não se esquecendo das possíveis *fake news*.

Sobre as questões de gênero e identidade de gênero, ponderamos que há uma hegemonia da ordem compulsória entre sexo e gênero no mundo offline e online, além de uma invisibilidade de alguns grupos minoritários, como o de pessoas transexuais. A sociedade ainda se alicerça a estigmas que menosprezam essas pessoas, cerceando espaços e direitos, ofendendo a dignidade humana. As postagens analisadas autenticam essa situação, sobretudo quando há uma maior incidência de comentários que são contrários ao ingresso e permanência da atleta Tiffany no voleibol.

Os *emojis* foram considerados como informações importantes para entendermos como os membros se identificavam com a publicação da página "Quebrando o Tabu", mesmo que tenhamos um quantitativo significativo de *likes* – reações à publicação, os comentários não se alinham com esses dados, uma vez que a maioria são contrários ao ingresso de pessoas transexuais no esporte. Tal fato pode corroborar com a perspectiva de que a reação dos *emojis* está associada com a compreensão das pessoas sobre a temática, além de muitas reagirem à publicação, mas não participarem na forma de linguagem escrita – comentários.

Há uma dicotomização dos comentários em categorias biofisiológicas e socioculturais, sendo que há uma maior incidência de comentários sobre a estrutura biofisiológica, especificamente sobre a genética e produção do hormônio testosterona. Outrossim, identificamos que os mesmos estigmas, estereótipos e preconceitos evidentes no mundo offline são replicados nas redes sociais, muitas vezes em forma de "opinião".

Mesmo com todas as transformações na sociedade e na tecnologia, ainda há uma lacuna de desinformação significativa. Os espaços das redes sociais se tornaram espaços para que as pessoas produzam e consumam conteúdos. Porém, esses espaços se tornaram *lòcus* para os discursos de ódio, formas de preconceito (veladas ou não) e violências simbólicas em diversas postagens e comentários contra os grupos minoritários, em especial o caso em tela. Os comentários acabam desmerecendo todo o processo de transição da(s) atleta(s), da autorização pelo COI e de políticas inclusivas para pessoas transexuais no esporte,

reforçando as relações de poder existentes e provindas de grupos e de uma sociedade (offline e online) que ainda está alicerçada na cisnormatividade.

Referências

ALERJ. Projeto de Lei nº 331/2019. **Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=144&url=L3NjcHJvMTkyMy5uc2YvMThjMWRkNjhmOTZiZTNINzgzMjU2NmVjMDAxOGQ4MzMvMmVhZGU3M2E2NmZmNDMyYzgzMjU4M2QxMDA2NTg4NjU/T3BlbkRvY3VtZW50>. Acesso em: 10 julho 2020.

ALESP. Projeto de Lei nº 346 /2019. **Assembléia Legislativa de São Paulo**. São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000261787>>. Acesso em: 10 julho 2020.

ALIANÇA NACIONAL LGBTI+. nota técnica da aliança nacional LGBTI+ acerca de projetos de lei que versam sobre a participação de pessoas trans no esporte. **Aliança Nacional LGBTI+**. Disponível em <<https://aliancalgbti.org.br/wp-content/uploads/2020/03/Alian%C3%A7a-Nacional-LGBTI-Nota-T%C3%A9cnica-PLs-e-pessoas-trans-no-esporte.pdf>>. Acesso em: 11 julho 2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3ª reimp. da 1.ed. São Paulo: Edições 70, 2016.

BAUER, M. W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, M. W. e GASKELL, G. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. p. 189-217.

BEAUVOIR, S. D. **O Segundo Sexo: fatos e mitos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BORGES, L. C.; SALOMÃO, N. M. R. Aquisição da linguagem: considerações da perspectiva da interação social. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Rio Grande do Sul, v. 16, n. 2, p. 327-336, 2003.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. 14. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CASTELLS, M. The Network Society: from Knowledge to Policy. In: CASTELLS, M. e CARDOSO, G. (Org.). **The network society: From knowledge to policy**. Washington, DC: Johns Hopkins Center for Transatlantic Relations, 2006. cap. 1, p.3-22.

_____. **A sociedade em rede**. 19. ed., revista e ampliada. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

COI. IOC Consensus Meeting on Sex Reassignment and Hyperandrogenism. **Comitê Olímpico Internacional**. Lausanne, Switzerland: International Olympic Committee, 2015. Disponível em: <https://stillmed.olympic.org/Documents/Commissions_PDFfiles/Medical_commission/2015-11_ioc_consensus_meeting_on_sex_reassignment_and_hyperandrogenism-en.pdf>. Acesso em: 10 jun 2019.

DE MELLO FILHO, J. C. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão 26 Distrito Federal. **Supremo Tribunal Federal**. Distrito Federal: 2019. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADO26votoMCM.pdf>>. Acesso em: 01 jun 2019.

DOS ANJOS, L. A.; GOELLNER, S. V. Esporte e transgeneridade: corpos, gêneros e sexualidades plurais. In: DORNELLES, P. G.; WENETZ, I., et al (Ed.). **Educação física e sexualidade: desafios educacionais**. 1. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2017. p.51-72. (Coleção Educação Física).

FLEURY, A. R. D.; TORRES, A. R. R. **Homossexualidade e preconceito: o que pensam os futuros gestores de pessoas**. Curitiba: Juruá, 2010.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

GOELLNER, S. V. Corpo, gênero e sexualidade: educando para a diversidade. In: OLIVEIRA, A. A. B. D. e PERIM, G. L. (Org.). **Fundamentos pedagógicos do Programa Segundo Tempo: da reflexão à prática**. Maringá: Eduem, 2009.

GOMES, H. S. Facebook libera cinco novos botões alternativos ao 'curtir'. São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2016/02/facebook-libera-cinco-novos-botoes-alternativos-ao-curtir.html>>. Acesso em: 27 agosto 2018.

HARPER, J. Race times for transgender athletes. **Journal of Sporting Cultures and Identities**, Illinois, v. 6, n. 1, 2015.

JUNGBLUT, A. L. A heterogenia do mundo on-line: algumas reflexões sobre virtualização, comunicação mediada por computador e ciberespaço. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 10, n. 21, p. 97-121, 2004.

JESUS, J. G. D. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. 2. ed. Brasília: 2012.

KNOPLOCH, C.; FONSECA, J. P. Médicos que liberaram Tiffany acham que ela não deveria atuar no feminino. **O Globo**. São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/esportes/medicos-que-liberaram-tiffany-acham-que-ela-nao-deveria-atuar-no-feminino-22230250>> . Acesso em: 15 novembro 2018.

LANZ, L. **O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero**. Uma introdução aos estudos transgêneros. Curitiba: Transgente, 2015.

LÉVY, P. **O ciberespaço como um passo metaevolutivo**. Revista Famecos, Porto Alegre, v. 7, n. 13, p. 59-67, 2000.

_____. **Cibercultura**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

MARTINO, L. M. S. **Teoria das Mídias Digitais: linguagens, ambientes, redes**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MATTELART, A.; MATTELART, M. **História das teorias da comunicação**. São Paulo: Loyola, 2011.

MORO, G. H. M. Emoticons, emojis e ícones como modelo de comunicação e linguagem: relações culturais e tecnológicas. **Revista de Estudos da Comunicação**, Curitiba, v. 17, n. 43, p.53-10, Set./Dez., 2016.

PAIVA, V. L. M. D. O. The language of emojis. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 55, n. 2, p. 379-401, 2016.

QUEBRANDO O TABU. E esse é o caso de Tiffany. Porém, não deixa de ser um caso complexo. Você tem alguma opinião? . 2018. Disponível em: <<https://www.facebook.com/quebrandootabu/posts/uma-pol%C3%AAmica-compreens%C3%ADvel-mas-o-fato-%C3%A9-que-depois-de-pesquisas-com-m%C3%A9dicos-espo/1781103438612702/>>. Acesso em: 01 fevereiro 2018.

RECUERO, R. D. C. Mapeando redes sociais na internet através da conversação mediada pelo computador. **Educação e Contemporaneidade: pesquisas científicas e tecnológicas**, Salvador, p. 251-274, 2009.

_____. **A conversação em rede: comunicação mediada pelo computador e redes sociais na Internet**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2014.

SOBREIRA, B. M. et al. Transfobia em pauta: a difícil realidade do gênero. **Múltiplos Acessos**, v. 2, n. 2, 2017.

TGEU. Transgender Day of Visibility 2016 – Trans Murder Monitoring Update. **Transgender Europe**. Alemanha, 2016. Disponível em: <<https://tgeu.org/transgender-day-of-visibility-2016-trans-murder-monitoring-update/>>. Acesso em: 20 outubro 2018.

_____. TvT TMM TDoR 20017: Tables 2008 – Sep 2017. **Transgender Europe**. Alemanha, 2017. Disponível em: <http://transrespect.org/wp-content/uploads/2017/11/TvT_TMM_TDoR2017_Tables_EN.pdf> . Acesso em: 01 fevereiro 2018.

MASCULINIDADES AMEAÇADAS: O PORNÔ DE VINGANÇA COMO PROVA DE VIRILIDADE¹

Marcos Milner²

Resumo

A tecnologia redesenhou as fronteiras entre o íntimo e o público, transformando cada aspecto da vida de um indivíduo em algo passível de compartilhamento em âmbito virtual. Na esteira da nova “intimidade pública”, o ato de compartilhar vídeos e fotografias com detalhes da vida sexual de uma mulher em páginas pornográficas — geralmente usando a suposição de adultério como pretexto — aparece de forma recorrente e ganha o nome de *revenge porn*. Assim, levando em consideração principalmente os papéis sociais tradicionalmente representados por homens e mulheres, este artigo procura entender, em sentido geral, (1) quais consequências a exposição virtual indesejada acarreta às mulheres e (2) como as redes redefinem (ou subvertem) a relação entre virilidade e honra para os homens. Conclui-se o artigo, enfim, sugerindo que a internet está sendo recorrentemente utilizada para projetar a virilidade masculina licenciosamente, reproduzindo e potencializando virtualmente questões sociais relativas às diferenças culturais tradicionais no trato da sexualidade de homens e mulheres, em franco prejuízo social das últimas.

Palavras-chave: vingança; gênero; honra; performance; masculinidade.

Endangered masculinities: *revenge porn* as proof of virility.

Abstract

Technology redesigned the borders between private and public, converting every single aspect in someone's life in something capable of sharing on a virtual network. With this growing process transforming notions of intimacy, sharing videos and photos with explicit content about a woman's sexual life, on pornographic websites — in general, using a supposed adultery as a pretext —, emerges as a recurring social phenomenon so-called revenge porn. Therefore, taking mainly into account the social roles traditionally played by men and women, this article seeks to understand, in a broad sense, (1) what consequences the unwanted virtual exposure has on women and (2) how virtual networks redefine (or subvert) the relationship between virility and honor for men. Finally, this article indicates that virtual networks are being used recurrently to project male virility dangerously, reproducing and increasing social issues related to cultural differences regarding the sexuality of men and women, to the social detriment of women.

Keywords: vengeance; gender; honor; performance; masculinity

¹ Este artigo é parte integrante da minha pesquisa de doutorado e, como tal, foi desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC Rio. Dedico-o à professora Sônia Maria Giacomini, com gratidão e afeto.

² Antropólogo. Doutor (2019) e mestre (2014) em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; bacharel (2011) também em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: marcosmilner@gmail.com

Introdução

Contendo fotos e vídeos íntimos, enviado por um indivíduo protegido pelo anonimato para uma grande lista de contatos, uma mensagem no correio eletrônico aguarda abertura. Todas as fotos e vídeos anexados retratam uma jovem mulher, conhecida por todos os destinatários (que incluem familiares, amigos, professores), em momentos íntimos com parceiros sexuais. Os próprios parceiros manipulam a câmera. A ênfase das imagens está não só nos baixos corporais masculino e feminino, mas também especialmente no rosto da vítima. As consequências são as piores possíveis: uma perplexidade constrangida de professores e familiares; ataques frontais com termos sujos e propostas indecentes dos colegas na mesma faixa etária. A jovem entra em depressão, sofre de ansiedade, ataques de pânico e enfrenta uma série de outras situações com consequências psicológicas potencialmente graves.

A trama acima, guardados estes ou aqueles pormenores, se torna cada vez mais comum. Dados publicados pela ONG Safenet, especialista em monitorar violações dos direitos humanos na internet, revelam que os casos de vazamento de fotos íntimas apareciam em primeiro lugar e com ampla vantagem dentre os crimes virtuais cometidos no Rio de Janeiro, em 2015, com crescimento anual de cerca de 120% no volume de denúncias. 80% das vítimas são mulheres (BOECKEL; COELHO, 2015).

Nos Estados Unidos foram criados (e posteriormente desativados pelas autoridades) portais na internet com fins específicos para divulgação de imagens íntimas de parceiras e ex-parceiras; o “fenômeno” ganhou um nome, *revenge porn*. *Revenge*, em bom português, vingança. Os usuários parecem compelidos pela própria escolha de palavras a justificar o crime virtual amparados em uma conjugação entre reciprocidade e honra: a mulher ofende o parceiro mediante suposta — para todos os efeitos, importa ressaltar que nestes casos a mera hipótese, a fofoca, o boato, é suficiente e, de certa forma, mais decisiva que a comprovação, que o irrefutável — traição; a sua masculinidade é colocada em cheque perante, sobretudo, seus círculos sociais mais imediatos e conseqüentemente exige uma reparação perante o grupo. A proposta, portanto, é simples: revidar qualquer (suposto) adultério divulgando imagens íntimas da (suposta) adúltera. A agressividade do ato de vingança reside justamente no trato tradicional da sexualidade feminina — e conseqüentemente, de sua exposição — enquanto tabu.

Masculinidades ameaçadas: o pornô de vingança como prova de virilidade.

A mulher é considerada o recipiente moral da estrutura familiar na sociedade patriarcal; seu potencial sexual é controlado pelo pai, pelo marido e, em determinados casos, pelos filhos. Embora seja uma noção subjetiva presente principalmente no universo masculino, é na sacralização e conseqüentemente no resguardo do potencial sexual da mulher da casa que a honra encontra seu respaldo constitutivo; qualquer violação atinge diretamente a integridade parental ou marital. A consequência para a mulher é a morte estrutural, o degredo, ou a morte física propriamente dita.

A exposição da sexualidade feminina por revanchismo em meios públicos, amparado ou não em suposições de adultério, significa a expulsão simbólica daquela mulher do âmbito da casa. Mais do que uma condenação ao exílio estrutural, significa afirmar publicamente (mesmo que de forma inverídica) que o tratamento dispensado àquela mulher sempre foi o mesmo dispensado a qualquer mulher no âmbito da rua. A partir desses episódios, surgem algumas questões no que concerne à tentativa de compreensão sobre as motivações e a lógica que informam as agressivas exposições de intimidade aliada ao efeito reparador por elas pretendido: mais do que uma saída supostamente honrosa, limpar uma traição via divulgação de imagens íntimas do casal serve para reafirmar a masculinidade do suposto traído via performance? Explicitar a própria intimidade em uma rede com amplo poder de disseminação de conteúdo é uma tentativa de reafirmação social, de escalada de honra ou prestígio perante o grupo, amparada também em modelos de virilidade contemporâneos — atores pornográficos, por exemplo?

Temos então, de um lado, o feminino: a morte estrutural, a expulsão simbólica do âmbito da casa para o âmbito da rua, a vulgarização da intimidade, a comparação com prostitutas e outras mulheres em baixa posição na estratificação social; do outro, o masculino: a expiação de suposta traição, a honra, a performance mimética como fator de prestígio. O conflito corresponde portanto à formação simultânea através da exposição de intimidade de dois personagens sociais distintos: a mulher, que aos olhos da sociedade assume a negatividade da exposição e o homem, que muito embora seja usualmente quem comete o ato criminoso, recebe — ou não recebe nenhuma, geralmente — punição em um plano muito distinto da crueldade simbólica que vitimiza a mulher.

Importa ressaltar que a importância e a magnitude deste assunto não poderia ser sequer minimamente esboçada de forma satisfatória no âmbito deste artigo. Importa observar que certos

Masculinidades ameaçadas: o pornô de vingança como prova de virilidade.

fatores indissociáveis — a aura de constrangimento que envolve o tema, a pouca idade das mulheres afetadas e principalmente o gênero e a orientação sexual do pesquisador³ — frustraram várias tentativas mais diretamente etnográficas limitaram o material de análise. Neste sentido, não sem correr certos riscos, classificam-se estes esforços como uma tímida tentativa de compreender, via leituras e discussões realizadas no âmbito acadêmico — e sobretudo amparadas em dois estudos antropológicos: “Família, fofoca e honra”, de Cláudia Fonseca e “Senhores de si: Uma interpretação antropológica da masculinidade”, de Miguel Vale Almeida — a relação entre honra e masculinidade; entre intimidade, pornografia e publicidade disposta nos casos onde se aplicam tanto a performance como demonstração de virilidade quanto como “punição” por eventual adultério feminino. O contexto amplo de tais episódios e o de transformação nas relações de gênero motivaram a erosão de outras opções tradicionalmente utilizadas — a violência física, o homicídio, antes sempre atenuadas por precedentes legais (CORRÊA, 1983). Pretendemos, pois, discutir ao longo destas páginas, amparado em literatura sociológica e antropológica, a existência talvez deturpada pelas potencialidades da internet de um certo ideal de masculinidade relacionado à divulgação da intimidade que reproduz a objetificação, sujeição e subversão da sexualidade da mulher que é exposta de forma criminoso, sem consentimento.

Potência do virtual, intimidade e sociabilidades masculinas

Não é nenhuma novidade para os estudos sociológicos que os avanços tecnológicos revolucionaram em grande escala, sobretudo nas últimas duas ou três décadas, a forma como recondicionamos as relações pessoais, transferindo ou reconfigurando vários aspectos do real propriamente dito para a esfera do mundo virtual: o trabalho e o lazer, a construção de laços de amizade e flerte, as discussões políticas e as reivindicações sociais; tudo parece em menor ou maior escala

³ Todas as mulheres vítimas de *revenge porn* com as quais tenta-se aqui estabelecer vínculos — tentativas sempre indiretas, importa ressaltar, intermediadas em um primeiro momento por outras mulheres — muito compreensivelmente manifestaram-se claramente desinteressadas com a possibilidade de abordar tema tão agressivo diretamente com alguém identificado como homem, heterossexual, jovem, solteiro. Importa ainda que independentemente do grau de escolaridade da vítima, o papel “pesquisador” ficou totalmente soterrado frente aos aspectos objetivos elencados; em alguns casos as jovens mulheres vitimadas — motivadas pelo trauma da exposição — enxergam todos os homens como um agressor em potencial. Confirma-se a duras penas, enfim, os argumentos de Kulick (2008, p. 33) no que diz respeito ao acesso de pesquisadores homens a mulheres marginalizadas por estigmas sexuais: as possibilidades etnográficas são muito restritas.

Masculinidades ameaçadas: o pornô de vingança como prova de virilidade.

afetado progressivamente pela influência das redes. A conjugação entre os ambientes — do real para o virtual — é tão significativa que alguns, por exemplo, consideram a noção de rede como substitutiva do tradicional (e obsoleto) conceito de sociedade (cf. BAUMAN, 2008, p. 9).

A separação entre o real e o virtual é cada vez mais difícil de ser executada, transformando a realidade sinteticamente em um estado de “conectividade perpétua” (CASTELLS, 2013), na qual carregamos da e para a rede simpatias e antipatias, inimizades e afinidades; todas construídas, mantidas ou remodeladas por um ambiente onde o contato físico direto não existe e a interação entre as partes é mediada por provedores e serviços. Ainda mais: o alcance do contato virtual é praticamente ilimitado, não obedece fronteiras geográficas ou marcadores culturais e da mesma forma que permite, por um lado, a aproximação de famílias separadas por enormes distâncias, permite também o contato e a construção de afinidades entre um jovem europeu de classe média e terroristas médio-orientais.

Compreendendo o espaço simbólico das redes (ou do mundo virtual) como este novo espaço para a reconfiguração de laços e disseminação de performances, abre-se uma janela para também compreender como esta nova dimensão afeta a construção da masculinidade e, por conseguinte, a noção de intimidade. Retornaremos ao ponto posteriormente. Para iniciar o argumento, tomaremos como marca de partida o ambiente mais tradicional de sociabilidade masculina, “a casa do homem”, as tabernas ou cafés — no Brasil, mais especificamente, os bares.

Habermas (1999) destaca a importância dos cafés para o surgimento da esfera pública burguesa na Europa ocidental. Aliada ao significativo aumento do consumo cultural, a reunião de homens em sociedades literárias, com propostas críticas e em espaços públicos, foi capaz em dado momento de reorganizar em diferentes ambientes certos temas. Se por um lado, mediante a sua instituição e atuação diversos problemas saíram do âmbito privado para atravessar ao público — a violência doméstica, a educação dos filhos — o caminho inverso também ocorreu e outras considerações antes públicas passaram a ser tratadas como foro íntimo — a religião, por exemplo, com o processo de laicização se tornou objeto da esfera privada. No ponto que nos interessa diretamente — guardadas as devidas proporções teóricas entre o café enquanto alavanca político-cultural, conforme a premissa habermasiana, e enquanto local de convivência e lazer, em um sentido mais cultural e antropológico

Masculinidades ameaçadas: o pornô de vingança como prova de virilidade.

— os cafés, tabernas e afins são âmbitos fundamentais de geração e manutenção de vínculos sociais entre seus frequentadores.

Nas sociedades mediterrânicas, o bar ou café é uma instituição focal da vida pública, por excelência o palco da sociabilidade masculina; é o gênero masculino, precisamente, que está associado à vida pública. [...] Para um homem, o café é aceitável e obrigatório como lugar para estar quando fora do trabalho. É a 'casa dos homens' [...], no sentido em que a domesticidade e a solidão são mal vistas — como sintomas de anti-socialidade e de virilidade diminuída —, por parte dos homens, e porque as próprias mulheres como que os empurram para fora do espaço doméstico, feminilizado ao ponto da presença deles ser indesejada. (ALMEIDA, 1995, p. 185)

A divisão entre o espaço doméstico como ambiente feminino e a rua como ambiente masculino não é nova. A noção do café enquanto ambiente masculino, próprio para a interação social e que — muito embora comece a aceitar progressivamente a presença de mulheres — é composto por homens e para homens onde, incentivado pelo consumo alcoólico, o assunto orbita temas tipicamente presentes no universo masculino — “retórica das histórias exageradas, em que predominam as de caça, pesca e sexo, e o comentário em voz alta sobre o trabalho, o sexo, as mulheres e o futebol” (ALMEIDA, 1995, p. 187) — remete à idéia de uma grande e propícia sala-de-estar onde exclusivamente a performatividade masculina dá as cartas. Via de regra, ainda segundo Miguel Vale Almeida, é nos cafés e bares que a corporalidade masculina surge como matriz afirmativa: é a fala incisiva ou jocosa, determinados gestos aparentemente violentos, expressões corporais próprias e sobretudo a sátira ou rejeição do homem considerado efeminado que forma no indivíduo, via convívio e mimesis, parte importante de sua identidade.

E qual a relação entre os tradicionais ambientes da sociabilidade de gênero — a taberna, bar ou café para o homem, a casa para a mulher — e as novas formas virtuais de socialização? Mesmo que a internet seja em tese uniformemente acessível e independente da identidade de gênero, existem recriações virtuais do espaço focadas cada qual para uma identidade específica. Da mesma forma que — retomando a noção de esfera pública — o debate político não pode ser considerado uma exclusividade do plano físico, estando amplamente disseminado dialogicamente nas redes sociais, confluindo real

Masculinidades ameaçadas: o pornô de vingança como prova de virilidade.

com virtual (cf. CASTELLS, 2013), temas típicos masculinos ou femininos encontram-se divididos e zoneados em páginas, fóruns, sítios e perfis específicos que regeneram as especificidades de gênero; via de regra, os homens consomem mais conteúdo pornográfico que as mulheres⁴.

Os homens vêem-se a si mesmos como naturalmente carregados de pulsão sexual. Defendem que compete às mulheres controlá-los, mas entendem que elas são perigosamente insaciáveis, pelo que se estabelece uma dicotomia entre mulher pura e maternal, e a mulher fácil, potencial destruidora de lares. O modelo da masculinidade é competitivo e hierarquizante, incluindo por isso o espectro da feminilidade nas disputas pela masculinidade. Tenta-se, na competição, feminilizar os outros: pelos gestos de convite sexual que transformam a vítima em 'mulher simbólica', pelas brincadeiras que envolvem o apalpar dos traseiros, ou mesmo pela competição monetária, já que a capacidade econômica se associa ao lugar na hierarquia social e esta socorre-se da metáfora da dicotomia masculino/feminino e activo/passivo. [...] A prática da 'casa dos homens' faz-se muito pela palavra e pela retórica. A perspicácia verbal, a capacidade de réplica, o relato de proezas, a predominância do ênfase narrativo sobre o conteúdo são artes que se treinam e exibem ali. (ALMEIDA, 1995, p. 190)

Existe uma clara correspondência temática da realidade calcada nos ambientes tradicionais com o ambiente virtual; os homens encontram na internet modelos de masculinidade a serem seguidos e performances a serem emuladas. O trecho acima destacado é, neste sentido, revelador. Em primeiro lugar, partamos da noção popular de que os homens são naturalmente carregados de uma pulsão sexual que deve ser controlada pelas mulheres. Essas mulheres tradicionalmente são divididas em dois tipos, a maternal (aquela de casa) e a sexual (a que encontramos nas ruas). O desafogo da sexualidade fica obviamente a cargo do segundo tipo. É este o tipo, também, reproduzido no ideal pornográfico disseminado também no mundo virtual, de mulher insaciável que clama intensamente pela virilidade masculina, pela performance; claro que, dentro de um espectro valorativo, a "mulher pornográfica" (desejo, sexo) objetificada e disseminada em gravações eróticas é absolutamente inferior em status,

⁴ Levantamento recente realizado por alguns dos maiores portais de pornografia na internet indicam que, no Brasil, o consumo pornográfico compete em 65% aos homens; por sua vez, as mulheres brasileiras, com 35%, são as que mais consomem pornografia no mundo. Mundialmente, a média de tráfego feminino nestes portais é de apenas 24%. Ver BBC, "Mulheres brasileiras são as que mais veem pornografia, diz pesquisa" G1 11 de outubro de 2015. Disponível em <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2015/08/mulheres-brasileiras-sao-as-que-mais-veem-pornografia-diz-pesquisa.html>>. Consultado em 15 de dezembro de 2015.

Masculinidades ameaçadas: o pornô de vingança como prova de virilidade.

existência incompatível com aquela mulher maternal ou fraternal, impregnada de noções como respeito e amor.

Em um segundo momento, importa observar a noção hierárquica traduzida na competição monetária. A ostentação convertida em virilidade não difere simbolicamente entre os meios; tanto no bar quanto no ambiente virtual, o dispêndio está intimamente relacionado, entende-se, com a possibilidade de realização sexual. No meio virtual, essencialmente imagético, a ostentação via verbalização ou transferência direta de recursos (na forma do pagamento de rodadas de bebidas, por exemplo), é inviável. Apela-se, portanto, para a sucessiva utilização de registros fotográficos que demonstrem essa capacidade financeira, ilustrando bens de consumo como veículos, imóveis e — infelizmente — mulheres como signos de sucesso.

É justamente essa questão imagética que está relacionada com o terceiro e último ponto refletido no trecho destacado: a capacidade de réplica e o relato de proezas são insuficientes para avalizar o discurso. Mais do que palavras, em tempos de *gadgets* portáteis capazes de registrar qualquer imagem, a qualquer momento e em qualquer lugar, demonstrações tornam-se necessárias, sobretudo no meio virtual; isto é, a ênfase narrativa que menciona Miguel Vale de Almeida, na década de 1990, é substituída no espaço virtual pela necessidade de comprovação através de fotos e imagens, mesmo (e, talvez, principalmente) aquelas consideradas íntimas, que outrora seriam consideradas irrelatáveis.

Se o sexo é reprimido, isto é, fadado à proibição, a inexistência e ao mutismo, o simples fato de falar dele e de sua repressão possui como que um ar de transgressão deliberada. Quem emprega essa linguagem coloca-se, até certo ponto, fora do alcance do poder; desordena a lei, antecipa, por menos que seja, a liberdade futura. [...] Há dezenas de anos que nós só falamos de sexo fazendo pose: consciência de desafiar a ordem estabelecida, tom de voz que demonstra saber que se é subversivo, ardor em conjurar o presente e aclamar um futuro para cujo apressamento se pensa contribuir. (FOUCAULT, 1977, p. 12-13)

Falar sobre sexo, “fazer pose” e desafiar a ordem estabelecida, expondo a própria sexualidade, significa (re)afirmá-la — sobretudo em tempos onde o alcance da mensagem ultrapassa muito o destinatário mais imediato. Parte-se de um pressuposto muito claro, embora não existam dados comprovados, que aqueles que se utilizam do expediente virtual são sobretudo jovens —

possuidores de conhecimento técnico e simbólico do meio — que encaram a própria sexualidade como um desafio, uma prova de potência. Neste sentido, nos aproximamos dos argumentos apresentados por Leczneski (1995), em etnografia onde observa sociabilidades entre meninos de rua, sobre o processo de desenvolvimento identitário masculino. A jocosidade, o falocentrismo e as representações do corpo e o gosto pelo desafio enquanto demonstração de hombridade, são fatores que aparecem mediando as relações dentro do grupo, explícita e publicamente, segundo a autora, no caso do grupo de meninos de rua. Afirma Leczneski, inclusive, que é tal exposição pública e desinibida que diferencia o grupo observado dos demais grupos de jovens do sexo masculino, provenientes de camadas socialmente mais “envernizadas”. De fato, existe esta diferenciação; mas cabe um paralelo: qual a diferença entre a linguagem corporal — inclusive diretamente no que diz respeito ao ato sexual — explicitada pelos meninos de rua e aquela disseminada no universo virtual?

É possível argumentar que, longe de invalidar as colocações da autora, as camadas socialmente mais altas continuam “envernizadas” no convívio real (em oposição ao virtual). Entretanto, desenvolvendo relações sempre mediadas por um terminal eletrônico (um telefone celular, um computador) certos delimitadores são claramente perdidos: o tom de voz, a expressividade do rosto e do corpo. A moderação virtual desumaniza e praticamente uniformiza a forma e a fala, não importando quem recebe a mensagem; isto é, ocupando um meio público por excelência, as sutilezas da comunicação são eliminadas. Toda expressão em meio virtual independente daquele que a expressa é pública e desinibida, o que naturalmente inclui a temática sexual⁵. Interessa o retrato objetivo, a demonstração pública e objetiva na confecção da masculinidade via performance sexual.

Após evidenciar, comparando a exibição de soldados de diferentes lugares, que a frequência da marcha e o ritmo do passo variam de cultura para cultura, Marcel Mauss (2003) se surpreende ao observar que jovens norte-americanas e francesas, em dado momento, desenvolveram formas muito semelhantes de caminhar; atribuindo à influência do cinema norte-americano,

⁵ Temos então uma espécie de releitura da performance, de readequação de códigos, onde o contato físico, carregado de simbolismo e minúcias corporais é substituído, enquanto agente construtor da masculinidade, pela gravação — talvez mais restrita em simbolismo, mas consideravelmente mais objetiva e ampla em alcance.

conclui que as películas disseminaram na sociedade francesa a mudança na forma de andar, emulada principalmente pelos jovens (MAUSS, 2003, p. 404). Encontrar pornografia com a facilidade de poucos toques no teclado e consumi-la muitas vezes, antes inclusive da primeira prática sexual, é algo que encontra correspondência no mesmo processo mimético — a imitação prestigiosa — descrito por Mauss. Levantando uma hipótese: a formação sexual de um jovem hoje é composta, no plano sensorial, principalmente por imagens captadas via pornografia; a performance do ator pornô será recorrentemente imitada e conseqüentemente a expectativa de satisfação passa pela atuação idealizada da atriz, por sua vez representante de um desejo feminino que beira o insaciável. Não basta, no entanto, saciar o insaciável. A comprovação pode se tornar necessária e, tal como nos vídeos pornográficos, a certeza de virilidade não está na esfera da produção, mas na recepção do espectador.

Chegamos em um momento crítico. Partimos do pressuposto que a identidade masculina na era dos relacionamentos virtuais passa então pela substituição da intimidade sexual por uma publicização da performance; mais do que a oratória, a jocosidade, a ostentação e outros fatores específicos para a construção da masculinidade — conforme apontam Almeida e Leczneski — é a comprovação por imagens e a sua ampla disseminação que se tornaram as formas desejáveis de confirmação de virilidade. Fica igualmente latente que as conseqüências decorrentes são diametralmente opostas, que o que constitui uma vingança contra a mulher possa servir ao mesmo tempo como uma forma contemporânea de validação da virilidade ou de reafirmação perversa da masculinidade hegemônica. A corporalidade e a sexualidade masculinas, sempre marcadas pela exteriorização — o “para fora” — permite e incentiva arroubos de publicidade; vide, pois, a alegada “pulsão sexual” e a necessidade de sua narrativa enquanto sociabilidade típica conforme apontada em fragmento anteriormente destacado. Por outro lado, a sexualidade feminina, ao contrário, ainda é fortemente cerceada por tabus e necessita sobretudo de obscuridade — “para dentro”. Em outras palavras, se para incorporar prestígio, ao homem muitas vezes interessa comprovar a virilidade tornando-a externa, para a mulher inserida em uma sociedade que tradicionalmente restringe suas liberdades sexuais dissimulando-a e submetendo-a ao controle dos homens ao redor (do pai, do irmão, do marido), qualquer divulgação íntima pode desencadear um autêntico assassinato estrutural daquela mulher perante o grupo.

Contrastes: entre o pai, o irmão e o marido, no passado e no presente

Na Cidade da Bahia, precisamente na Avenida Joana Angélica, ocupa um enorme e belo casarão — com muros altos, janelas gradeadas e severo aspecto eclesiástico — o Convento da Lapa, outrora popularmente conhecido como “convento das Arrependidas”. Ponto de interesse para os estudiosos das guerras de Independência — uma placa lembra o lugar onde tombou soror Joana Angélica, heroína da pátria, tentando manter a salvo os mistérios do estratégico prédio dos soldados portugueses — o convento durante quase trezentos anos encarcerou em grossas paredes gerações e gerações de moças de família que cometeram um “mau passo”:

Quase sempre as desgraçadas que ali se estiolam são vítimas do feudalismo familiar ainda generalizado na burguesia baiana, especialmente no interior. Moças que “se perderam” e cujos pais de honra em punho as trancafiaram no tenebroso Convento da Lapa, a coberto de olhares masculinos [...] Hoje o convento vai ser transformado em museu ou em hotel de luxo. As últimas arrependidas felizmente libertaram-se: com o passar do tempo e com a pílula. (AMADO, 2012, p. 44-45)

Construído ainda em tempos coloniais, a morte social da “arrependida” enquanto penitência, segundo a proposta do Convento da Lapa, possivelmente era considerada uma atitude humanitária em substituição ao assassinato propriamente dito. Conforme argumenta o trecho destacado, o passar do tempo felizmente substituiu práticas. Podemos lembrar, inclusive, que os nossos códigos sociais (e penais, conforme trabalharemos adiante) foram refinados e a liberalização sexual, sobretudo após a segunda metade do século passado, enfraqueceram os tabus que margeiam a sexualidade feminina. Enfraqueceram e atenuaram, sim, mas não derrubaram.

Tradicionalmente, a mulher da casa, em oposição à mulher da rua que controla seu próprio potencial sexual, atua sobretudo remetendo sua sexualidade ao jugo do homem em dois momentos distintos: a primeira, enquanto filha, devota ao pai e aos irmãos; a segunda, enquanto esposa, controlada pelo marido.

Falamos que ‘mulher oferecida não é comida’, num trocadilho chulo mas revelador da associação, intrigante para estrangeiros,

Masculinidades ameaçadas: o pornô de vingança como prova de virilidade.

entre o ato sexual e o ato de ingerir alimentos. Entre a mulher da rua, a prostituta, ou a mulher que controla e é dona de sua capacidade de sedução e sexualidade, e certos tipos de alimento. Assim, *a mulher que põe à disposição do grupo (da família) seus serviços domésticos, seus favores sexuais e sua capacidade reprodutiva torna-se a fonte de virtude que, na sociedade brasileira, se define de modo pastoral e santificado*. É a virgem, a esposa e a mãe que reside nas casas e que jamais é comida ou poderá virar comida: presa fácil de homens que se definem como sexualmente vorazes. Ou melhor, tais mulheres podem ser comidas, mas primeiro são transformadas em noivas e esposas. [...] *Ora, a mulher da rua, essa que é a comida de todos, é algo muito diferente, conforme já assinaléi acima. Em contraste com a mãe, a virgem e a boa esposa, ela surge como aquela mulher que pode literalmente causar indigestão nos homens, provocando a sua perturbação moral*. (DAMATTA, 1986, p. 58. Grifos meus.)

No primeiro momento, a virgindade das filhas é tradicionalmente um dos elementos simbólicos que agrega prestígio ao chefe de família, independentemente da classe social, mas com um valor ainda mais profundo naquelas mais baixas — afinal, atua como uma espécie de “dote”, a certeza que independentemente do patrimônio do sogro, a proveniência é honrada. Perder este dote gera consequências inoportunas, como o exemplo promovido pelo Convento da Lapa ou a necessidade, o mais brevemente possível, de unir as partes mais diretamente envolvidas em relação formal com o devido reconhecimento social do entorno comunitário. É importante, pois, que o grupo reconheça-os como marido e mulher. Analisando determinada comunidade popular nos arredores de Porto Alegre, Cláudia Fonseca fornece argumento importante:

A virgindade, descrita em termos de ‘jóia’ ou ‘cristal’, é um assunto sério. Esse ‘dote do pobre’ é tido como a moeda mais valiosa que uma moça possui para conseguir um ‘bom marido’. [...] Quando os pais se opõem ao ‘noivo’ de uma filha, esta pode recorrer à ‘fuga’, escapando com seu namorado e confrontando os pais com o ‘fato consumado’. A moça, coerente com a tradição da fuga, deixa-se seduzir, trocando a virgindade pelo compromisso do namorado de se ‘amarrar’ a ela. Na Vila de São João, é muito comum, no entanto, o sedutor tentar anular seu compromisso alegando que a menina já tinha tido outros amantes antes dele. Segue então um tipo de julgamento comunitário por fofocas: foi ele o primeiro ou não? A menina era virgem ou não? (FONSECA, 2000, p. 141-142)

Estão em jogo papéis completamente distintos pautados pelo gênero. O primeiro é defensivo, protagonizado pela mulher, cuja sexualidade pode colocar em risco a estrutura doméstica; outro

Masculinidades ameaçadas: o pornô de vingança como prova de virilidade.

agressivo, masculino, externo ao ambiente. O homem possui um duplo papel: enquanto agente externo, se interessa pelo somatório, visto que o acúmulo de conquistas sexuais é parte formadora importante de sua imagem prestigiosa, de sua virilidade perante os outros homens. Por outro lado, ele é também parte de um ambiente doméstico e depende do resguardo daquelas mulheres imediatamente atreladas à própria casa — esposa, mãe, irmãs, cunhadas, noras.

Para Lévi-Strauss (1980), o tabu do incesto e, conseqüentemente, a troca de mulheres, estabelecem as alianças responsáveis pela transição entre natureza e cultura. Partindo desta premissa, o casamento, o lar e o sangue são elementos culturais constitutivos, fatores de segurança que respaldam a posição do homem perante os demais. O adultério feminino é um rompimento muito brusco da aliança primordial. Importa que (1) zelar pela própria honra e (2) construir uma imagem de virilidade são etapas que passam por formas de atuação diametralmente opostas; interessa a ilibação das mulheres da própria casa, mas o fomento à virilidade — do homem perante uma comunidade de os outros homens — passa muitas vezes pela conquista de mulheres em outros círculos.

As mulheres da casa, em uma sociedade patriarcal, respondem pela reserva moral mais essencial da família. A sexualidade feminina é um fator crítico para a harmonia familiar, tanto no âmbito doméstico quanto no âmbito comunitário, influenciando muito diretamente nos círculos sociais familiares mais imediatos — vizinhos, colegas de escola ou trabalho, parentes e amigos da casa. Depende da mulher de casa a boa ou má reputação de toda a família. Neste sentido, a fofoca sempre foi um agente do desequilíbrio. Muitas vezes, basta um boato para condenar toda uma família à morte estrutural, para solapar a masculinidade de qualquer marido ou irmão — basta ver o quão crítico é o papel do corno e, ainda pior, do corno manso no imaginário popular.

Se por um lado existe um significativo afrouxamento, liberalizante na conduta sexual das mulheres, sobretudo nas últimas décadas, é importante ressaltar que a obscuridade nas relações sexuais ainda é uma exigência para o feminino. Em uma intimidade exposta, o constrangimento é sempre maior para a mulher; é a mulher que sofrerá eventuais penalidades e incorporará determinados rótulos não-elogiosos. Neste sentido, a exposição sexual no mundo virtual é uma espécie de releitura globalizada e potencializada deste conflito de interesses, comum — por intermédio da fofoca — nas comunidades menores ou mais

Masculinidades ameaçadas: o pornô de vingança como prova de virilidade.

tradicionais. Novamente, encontra-se uma relação entre a urgência masculina em demonstrar e ostentar e a necessidade feminina de esconder, ainda sob pena de terríveis sanções.

Todo o peso que o adultério carrega faz da questão um ponto de interesse muito anterior à contemporaneidade. Podemos afirmar que a tecnologia potencializa muito, em sentido distributivo, uma eventual crise conjugal. Retira o adultério da comunidade para a sociedade e para a rede (cf. PÉLBART, 2003), eliminando qualquer restrição geográfica anterior; todavia, o interesse perverso da sociedade pela intimidade alheia é possivelmente tão antigo quanto a instituição da sexualidade e do corpo feminino enquanto tabu. Não existe diferença essencial entre a imagem gravada e a carta anônima; a vítima contemporânea de *revenge porn* passa por um constrangimento muito semelhante àquele sofrido, por exemplo, pela famosa Hester Prynne, personagem setecentista de Nathaniel Hawthorne, condenada à famigerada letra escarlate bordada nas roupas, denunciando sua intimidade a todos os seus conterrâneos. Quando pensamos em comunidades muito pequenas, o problema é insolúvel. A alternativa é a fuga. Conforme o virtual excede os limites geográficos — e esta é a grande diferença entre vídeos íntimos contemporâneos e qualquer letra escarlate — a fuga deixa de ser viável, a vida pregressa está disseminada em uma rede que não vê obstáculos. Resta, conforme veremos adiante, a morte estrutural, a eterna vergonha. Ou o suicídio propriamente dito.

Para continuar seguindo alguns dentre muitos exemplos literários relevantes, observamos que Richard Sennett (1998, p. 411) utiliza uma outra personagem, a flaubertiana Emma Bovary — mulher cuja sexualidade (que em dado momento se torna fato público perante sua comunidade) é totalmente incompatível com seu tempo — para cunhar o termo 'tirania da intimidade', descrevendo o espaço da mulher restrito ao âmbito da casa. O acesso à cidade é algo exclusivamente masculino; intimidade assume o sentido de restrição.

Madame Bovary — esposa de um médico medíocre, totalmente insatisfeita com a vida doméstica provinciana, envolvida em sucessivas relações adúlteras — pode não servir como paralelo objetivo em relação às personagens com as quais dialogamos neste momento do trabalho. As trágicas consequências dos seus atos, no entanto, estão bem de acordo com o mesmo modelo que aqui verificamos: abandonada pelo amante, endividada, e cada vez mais publicamente reconhecida (excetuando-se obviamente o marido) como adúltera, a protagonista ingere

Masculinidades ameaçadas: o pornô de vingança como prova de virilidade.

arsênico. Suicida-se. “Foi culpa da fatalidade!”, bradaria o eternamente ingênuo Charles Bovary. Obviamente, ainda não sabe o pobre (tragicamente descobrirá) que não podemos chamar essa teia de eventos perniciosos que culminam com o suicídio de fatalidade.

Observemos o paralelo tomando como exemplo três casos reais e amplamente veiculados na imprensa e replicado principalmente em mídias sociais. No primeiro, ocorrido em 2013, em uma pequena cidade litorânea do Piauí, uma adolescente, 17 anos, foi encontrada morta no próprio quarto após o vazamento de imagens íntimas na internet. A jovem suicida anunciou o que faria também via internet, em postagens em rede social e o caso ganhou algum destaque na mídia nacional⁶. O segundo, uma canadense, 15 anos, foi encontrada morta em sua residência após narrar, também em redes sociais, sucessivos constrangimentos que a alcançaram após várias mudanças de colégio e de cidades após a divulgação de imagens íntimas⁷. O terceiro caso, ocorrido em 2016, uma jovem mulher italiana, 31 anos, suicidou-se após anos brigando judicialmente com o Google, principal portal de buscas online, exigindo a remoção de um vídeo íntimo compartilhado⁸ das listas de resultados de pesquisa. Os dois últimos casos ganharam repercussão internacional.

Esses trágicos exemplos, assim como muitos outros, amparam o argumento que — em casos de exposição na rede — somente o papel feminino é reprovável para a comunidade. Aos homens, enquanto atuantes em performances heteronormativas e portanto, incumbidos do papel ativo a exposição normalmente não causa danos sociais tão sérios — a situação do homem provavelmente se inverteria, e se assimilaria em constrangimento ao da exposição feminina, no caso de uma performance homossexual masculina, sobretudo para aquele exercendo o papel de passivo.

⁶ G1, “Mãe de jovem achada morta após vídeo íntimo reclama de ‘violação’”, 17 de novembro de 2013. Disponível em <<http://g1.globo.com/pi/piui/noticia/2013/11/mae-de-jovem-achada-morta-apos-video-intimo-reclama-de-violacao.html>>. Consultado em 14 de dezembro de 2018.

⁷ VEJA MUNDO, “Suicídio de garota vítima de cyberbullying comove Canadá”, 16 de outubro de 2012. Disponível em <<http://veja.abril.com.br/mundo/suicidio-de-garota-vitima-de-ciberbullying-comove-canada/>>. Consultado em 14 de dezembro de 2018.

⁸ VEJA, “Cuidado antes de compartilhar: como no caso da italiana que se suicidou, um post pode matar”, 19 de setembro de 2016. Disponível em <<http://veja.abril.com.br/blog/virou-viral/cuidado-antes-de-compartilhar-como-no-caso-da-italiana-que-se-suicidou-um-post-pode-matar/>>. Consultado em 22 de setembro de 2018.

O segundo papel da mulher, o de esposa — objetivamente mais próximos, enfim, do paralelo com *Madame Bovary* — é igualmente problemático no tocante à conduta sexual. Conforme recorda Cláudia Fonseca (2000, p. 159), o homem possuía o direito durante o período colonial brasileiro, de punir com a morte esposa adúltera. Para tal, não era sequer necessário objetivamente o flagrante. Segundo o Livro V das Ordenações Filipinas, “[...] não somente poderá o marido matar sua mulher e o adúltero que achar com ela em adultério, mas ainda os pode licitamente matar sendo certo que lhe cometeram adultério; e entendendo assim provar, e provando depois o adultério por prova lícita e bastante conforme a direito, será livre sem pena alguma, salvo nos casos sobreditos [...]” (1999, p. 151-152). Ora, como comprovar um adultério no século XVIII senão exclusivamente via testemunhos de um ou outro vizinho, na base do compadrio?

Mesmo após sucessivos refinamentos, com forte tendência à preservação da vida nas punições previstas nas legislações contemporâneas, a honra ainda hoje ocupa um papel relevante no Código Penal Brasileiro. Basta argumentar, por exemplo, que até 2005 o adultério era crime tipificado e — conforme Mariza Corrêa (1983), escrevendo em um passado recente — casos diversos comprovam a recorrente utilização do adultério como justificativa que garantiria a não condenação à prisão do réu confesso em casos de homicídio, entendendo que os homens são mais facilmente inocentados quando motivados por tais alegações do que quando se utilizam de outros motivos:

Nesta distribuição mais ou menos frouxa dos casos temos então dois pontos negativos e um ponto positivo onde as definições legais se encontram, se cruzam, com a decisão social. No polo positivo, no tema infidelidade, concentram-se as absolvições, todas obtidas pela aceitação da tese 'legítima defesa da honra', e no pólo negativo, do abandono e da recusa em aceitar a autoria do crime, concentram-se as condenações, obtidas com o reconhecimento do homicídio qualificado. Pela natureza dos crimes (entre casais) a apresentação do acusado e vítima fará sempre referência aos direitos e deveres inerentes ao casamento, mesmo não sendo casados os envolvidos no caso, e pela natureza da agressão (homicídio ou tentativa) se fará necessariamente referência aos direitos e deveres das pessoas umas em relação às outras, em sociedade. (CORRÊA, 1983: 99-104)

Contrariando a objetividade que se espera especificamente de um código penal, a abstração *honra* — e conseqüentemente, a sua legítima defesa — ainda funciona enquanto atenuante nas

decisões do Judiciário e, neste sentido, ainda é algo mais restrito ao âmbito masculino; no entanto, a bem da verdade, o simbólico do marido traído vem perdendo o peso tradicional herdado da cultura mediterrânea em prol da jocosidade — entre homens mais velhos, resguardando-se os jovens (cf. FONSECA, 2000: 154); ainda mais, a gradual equiparação entre homens e mulheres no âmbito dos direitos civis — e a instituição de legislações específicas cujo objetivo é proteger a integridade feminina, como a Lei Maria da Penha — vem cada vez mais aceitando menos a violência enquanto justificativa à honra ofendida.

Para muitos observadores, a reabertura democrática de 1980, quando o Brasil emergiu duma ditadura militar de vinte anos, iniciou no país uma revolução de costumes. Já em 1978, a legalização do divórcio, e posteriormente a publicação negativa dada com frequência pelos meios de comunicação aos 'crimes em defesa da honra', a atividade cada vez mais intensa do movimento de mulheres e a crescente presença do Estado nos assuntos de família marcavam as atitudes das pessoas. [...] Não quero questionar as conquistas evidentes em termos de legislação nacional que aos poucos, desde o início do século, deram às mulheres uma série de direitos antes considerados exclusivamente masculinos [...] Mas, até que ponto o código de leis reflete a prática propriamente dita é uma questão sem resposta. (FONSECA, 2000, p. 160)

O adultério lenta e progressivamente abandona a esfera pública porque o Estado passa a considerar a segurança da mulher e seu direito à vida como prioridade, através da instituição de dispositivos legais no sentido de preservação. O adultério não abandona, entretanto, seu peso simbólico e passa a ser resolvido na esfera privada, em um dos casos onde a lei não necessariamente reflete as práticas; em outras palavras, o conflito, mesmo atenuado pelo tempo presente, continua existindo porque a masculinidade ainda demanda reparação quando "manchada" no âmbito do grupo social do indivíduo afetado. Neste sentido, as alternativas são limitadas: 1) o Estado não mais permite a violência como retribuição, a legítima defesa da honra não é mais uma justificativa aceitável, funcionando no máximo como atenuante; 2) o Estado não reconhece mais o adultério como algo digno de interferência pela esfera pública, não é passível de punição. Estando as formas tradicionais de cobrança praticamente inviabilizadas, como fazer justiça à masculinidade maculada, manter-se ilibado perante as exigências sociais do grupo?

Atingindo a mulher supostamente adúltera em seu ponto crítico, aquele tabu ainda não digerido — na falta de expressão melhor — que é a exposição da sexualidade feminina. É na esteira desta relação, conforme explicitado na introdução deste artigo, que parece ter surgido o *revenge porn*, a exposição da intimidade feminina nas redes por intermédio do ex-parceiro enquanto uma tentativa de punição, na falta dos antigos meios tradicionais inventam-se outros.

Aproveita-se que a internet é dificilmente controlada e capaz de garantir ao usuário relativo anonimato; que a capacidade de replicação de conteúdo é quase infinita; que o alcance das imagens também é imensurável. Dito isto, carregar qualquer imagem íntima na internet significa garantir à mulher um prejuízo simbólico contra o qual ela não poderá jamais lutar com eficácia. Costuma-se dizer que, uma vez um conteúdo disposto na internet, é impossível retirá-lo por completo.

Existe uma possibilidade, resumindo, de retribuir um suposto adultério com grande violência simbólica, capaz — tendo em vista todo o constrangimento que ainda paira sobre a sexualidade feminina — de matar socialmente a mulher nas imagens retratadas. A divulgação de fotografias íntimas, tal como um homicídio tradicional, reafirma a masculinidade hegemônica em duas vias distintas. A primeira é a afirmativa contida no ato que indica que o homem supostamente traído pela parceira não é manso; que através da divulgação da intimidade do casal em ambiente virtual, ele equipara a mulher outrora de casa com a mulher da rua, retirando da esfera do sagrado a sexualidade da parceira adúltera e deixando isso claro para a comunidade ao redor; a segunda, é valorização da própria performance, da virilidade sexual, do chegar ao fato consumado e registrá-lo como uma comprovação indiscutível, complementar à oratória.

Conclusão

Procura-se nesse artigo compreender determinados desdobramentos da identidade masculina conforme um contexto de mudanças sociais e conforme se reconfiguram em uma sociedade cada vez mais dominada por redes sociais virtuais. Defende-se que tais redes são responsáveis por redefinir certos parâmetros sociais tradicionais, dentre eles a intimidade e a noção de performance enquanto elementos presentes na construção da masculinidade.

A etapa inicial tenta compreender as espacialidades masculina e feminina. Tomando como base a etnografia de Miguel Vale Almeida (1995) que demarca o café como “casa do homem”, espaço onde a masculinidade aflora intermediada por um determinado tipo de linguagem jocosa e pela pulsão sexual, compreende-se que, em uma sociedade progressivamente digital, foram criados redutos tipicamente masculinos na rede mundial de computadores — incluindo, talvez principalmente, portais que hospedam e redistribuem conteúdo pornográfico.

O ambiente virtual, o amplo acesso às tecnologias que permitem a captura e transmissão de imagens com grande facilidade, readequa a linguagem substituindo a tradicional ênfase da oratória e do retórico pela necessidade de comprovação imagética da performance, o que culmina com uma externalização e publicização ainda maior da sexualidade e, conseqüentemente, uma espécie de derretimento nas tradicionais fronteiras da intimidade. Se por um lado a sexualidade masculina — “pra fora” — induz ou ao menos assume sem graves sobressaltos a publicização, a feminina ainda é marcada por constrangimentos. As conseqüências geradas, neste sentido, são diametralmente opostas para ambos os sexos.

A partir de então, caminha-se tentando compreender a relação entre a dignidade feminina e a publicidade íntima. Definido que o prestígio masculino está relacionado com a performance que o indivíduo desenvolve perante o grupo e que a noção de honra depende também, em contraponto, da postura íntima das mulheres da casa (filhas, esposas) — sagradas em oposição às mulheres da rua — surgem várias tensões envolvendo duas formas de sexualidade com maneiras de trato social opostas — no sentido homem/exposição, mulher/resguardo — levando a questão para o exemplo de imagens íntimas divulgadas na rede. Considera-se a etnografia de Cláudia Fonseca articulando questões de honra e gênero como fundamental para a construção do argumento.

Nesta linha, as conclusões corroboram com as estatísticas, revelando por meio da vulgarização cibernética da sexualidade feminina graves conseqüências — incluindo casos de morte, estrutural ou literal — para a mulher exposta, que não são sentidas em contrapartida pelos homens eventualmente expostos. Tornou-se oportuno, então, tentar compreender como os homens utilizaram o potencial de disseminação e anonimato quase infinito do mundo virtual para redefinir punições: com a progressiva rejeição da violência física direta como expiação do adultério,

Masculinidades ameaçadas: o pornô de vingança como prova de virilidade.

apelou-se para uma imagem duplamente capaz, que constrói a masculinidade e destrói a mulher; vulgariza-se a imagem da mulher nas redes levando em consideração os diferentes graus de aceitação da sexualidade entre os gêneros.

Em outras palavras, resumidamente, apesar dos avanços políticos e sociais em direção à igualdade entre homens e mulheres, fica evidente que a sexualidade feminina exposta ainda é um tabu. Em contrapartida, a internet se tornou uma ferramenta para a projeção da sexualidade masculina, funcionando muitas vezes como um canal de afirmação de virilidade que os homens utilizam licenciosamente.

Este artigo reflete um esforço apenas preliminar, portanto, articulando em sentido teórico a relação entre honra, performance e virilidade como elementos formadores da identidade masculina também em âmbito virtual. Conclui-se que o tema precisa ser melhor trabalhado em sentido acadêmico, antropologicamente e sobretudo a partir de explorações etnográficas.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, M. V. *Senhores de si: Uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Fim de Século, 1995.
- AMADO, J. *Bahia de Todos os Santos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- BAUMAN, Z. *Vida para consumo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BOECKEL, C. e COELHO, C. Vazamento de 'nudes' é crime virtual mais comum no Rio, diz delegado. *G1*, 25 de novembro de 2015. Disponível em <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/11/vazamento-de-nudes-e-crime-virtual-mais-comum-no-rio-diz-delegado.html>>. Acesso: 27 de julho de 2020.
- CASTELLS, M. *Redes de indignação e esperança*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CORRÊA, M. *Morte em família*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- DAMATTA, R. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
- FONSECA, C. *Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.
- FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- HABERMAS, J. Further reflections on the public sphere. In: CALHOUN, C. (Ed.) *Habermas and the public sphere*. Massachusetts: The MIT Press, 1999.
- KULICK, D. *Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.
- LARA, S. H. (Org). *Ordenações Filipinas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- LECZNEISKI, L. Corpo, virilidade e gosto pelo desafio: marcas de masculinidade entre os gurus de rua. In: *Horizontes Antropológicos*, Gênero, Ano 1, no. 1, 1995.
- LÉVI-STRAUSS, C. *Estruturas Elementares do Parentesco*. Petrópolis: Vozes, 1976
- _____. A família. In: LÉVI-STRAUSS, C., GOUGH, K. & SPIRO, M. *A família: Origem & Evolução*. Porto Alegre: Editorial Vila Martha Ltda., 1980.

Masculinidades ameaçadas: o pornô de vingança como prova de virilidade.

MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

SENNETT, R. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PÉLBART, P. P. *Vida Capital: Ensaio de Biopolítica*. São Paulo, Iluminuras, 2003.

PRAZERES DISSIDENTES: PORNOGRAFIA GORDA NAS REDES DIGITAIS

Maria Luisa Jimenez Jimenez¹

Resumo

Este artigo parte do debate acerca dos corpos gordos femininos, marcados pelo discurso normatizado socialmente, no qual a magreza é o cânone vigente. Quando um corpo não está dentro desse padrão, ou seja, corpo magro, tido como belo e saudável, é estigmatizado, sendo considerado feio, assexuado, anormal, doente, nojento, portanto, excluído socialmente. Esta discriminação é conhecida como gordofobia, preconceito que leva à exclusão social. Contudo, os prazeres dissidentes construídos por mulheres gordas no mundo virtual da pornografia nos chamam a atenção para novas práticas e desejos que transbordam a sexualidade heteronormativa e propõem novas práticas sexuais. Com o objetivo de compreender a sexualidade mediada digitalmente com corpos dissidentes, no caso, acompanhei plataformas específicas, recolhi depoimentos sobre a sexualidade de algumas mulheres gordas e entrevistei atrizes *super size* nas redes digitais. Na análise realizada, foi possível perceber o corpo gordo feminino considerado "abjeto" transformando-se em um corpo de/para deleite, prescindindo da relação falocêntrica e encontrando, por contrassexualidade, existência, resistência, desejo e prazer.

Palavras-chave: Mulheres Gordas. Pornografia Gorda. Cibercultura. Feminismo. Prazeres Dissidentes.

Dissident pleasures: Fat pornography in digital networks.

Abstract

This article debates about female fat bodies, marked by a socially standardized discourse in which thinness is the contemporary canon. When a body does not fit this pattern, that of a thin body, considered beautiful and healthy, it is stigmatized, seen as ugly, asexual, abnormal, sick, disgusting, therefore, socially excluded. This discrimination is known as fatphobia, a kind of prejudice that leads to social exclusion. However, the dissident pleasures built by fat women in the virtual pornography world call our attention to the new practices and desires that overflow heteronormative sexuality and propose new sexual practices. In order to understand digitally mediated sexuality with dissident bodies, in this case, fat women. I have followed them in specific platforms, collected testimonies about the sexuality of some fat women and interviewed super sized actresses on digital networks. In the analysis, it was possible to perceive the fat female body seen as "abject" becoming a body of/for delight, without the phallogocentric relationship and finding, per counter-sexuality, existence, resistance, desire and pleasure.

Keywords: Fat Women. Fat Pornography. Cyberculture. Feminism. Dissident. Pleasures.

¹ Professora Doutora Pesquisadora Ativista da Universidade Federal do Mato Grosso, malujjimenez@hotmail.com.

Prazeres dissidentes: pornografia gorda nas redes digitais.

1. Introdução

Com o advento da Internet nas sociedades contemporâneas, a pornografia tem se utilizado de inúmeras plataformas para a divulgação e o comércio de corpos sexualizados.

Segundo pesquisas realizadas por uma das maiores plataformas de pornografia no mundo, *Pornhub*², em 2019

[..] houve mais de 42 bilhões de visitas, o que significa uma média de 115 milhões de visitas por dia. Foram realizadas mais de 39 bilhões de buscas, representando 8,7 bilhões a mais de pesquisas do que no ano passado. Além disso, durante este ano houve um número recorde de envios de vídeos: mais de 6,83 milhões de novos vídeos foram publicados na plataforma. (CANALTECH, 2019).

A respeito dessa busca por pornografia na Internet, Figueiroa (2014) aponta, em suas pesquisas, que mulheres gordas despontam dentro desse mercado mais do que se poderia imaginar.

A autora se surpreende com a prática desses corpos marginalizados e excluídos em sociedade, e que, dentro do âmbito privado e exclusivo que a Internet proporciona, são procurados e escolhidos para o prazer sexual:

A ideia de que o sexo com mulheres gordas é uma exotização fetichista é fruto de uma interpretação que exorta o desvio tanto dos corpos quanto daqueles que consomem a pornografia gorda. Ao contrário desta atmosfera fetichista, talvez devêssemos extrair o exotismo sobre o desejo por pessoas gordas. É o que se pode observar nas comunidades de autoaceitação e empoderamento deste grupo, onde um novo *ethos* erótico se insurge, com uma igualmente nova economia sexual positiva. (FIGUEIROA, 2014, p. 12).

Segundo Figueiroa, o desejo erótico por mulheres gordas tem uma ligação com os excessos, além de o corpo grande, a superabundância alimentar. “Uma grande porção de filmes pornográficos com mulheres gordas trazem a comida como elemento potencializador do ato sexual, normalmente protagonizados por atrizes consideradas *Super Sizes*.” (FIGUEIROA, 2014, p. 116).

A gordofobia é uma discriminação, preconceito que leva à exclusão social e nega acessibilidade às pessoas gordas. Este

²*Pornhub* é um site canadense, considerado uma das mais populares plataformas de vídeos eróticos do mundo, com cerca de 100 milhões de pessoas que acessam o site com frequência.

Prazeres dissidentes: pornografia gorda nas redes digitais.

estigma é estrutural e cultural, transmitido em muitos e diversos espaços e contextos sociais na sociedade contemporânea. (JIMENEZ-JIMENEZ, 2020, p. 2).

Numa pesquisa maior sobre o que mulheres gordas consomem, a discussão do desejo sexual e da vida sexual aparece com frequência em seus depoimentos, como praticam e com quem praticam, suas preferências e escolhas em suas práticas sexuais surgem em alguns grupos na Internet, ou em conversas/entrevistas nas redes. Junto a esses depoimentos, surgiu a ideia de investigar o que se encontraria dentro da cibercultura sobre sexualidade gorda.

Nas narrativas dessas mulheres, optei por usar nomes fictícios, já que o anonimato foi exigido como regra para que conversássemos sobre o assunto nas redes digitais.

Sempre quis ser desejada na frente de outras pessoas, na minha adolescência gorda, meninos transavam comigo e pediam para que eu fizesse sexo oral neles e eu gostava e fazia, mas sempre era escondido, sentia que eles me desejavam, desde que ninguém soubesse, porque eu era gorda e feia, mas eles gozavam e gostavam, sempre me procuravam, me ofereciam dinheiro, mas desde que eu não contasse pra ninguém. (JULIANA, 34 anos, 2018).³

Observei algumas plataformas como Xhamster, Pornhub, Xvideos, Xnxx⁴ e Instagram e após análise dos canais e depoimentos, escolhi algumas atrizes gordas selecionadas a partir de sua visibilidade na Internet, decidi entrevistá-las e, com muita insistência, foi possível conversar com algumas sobre suas experiências com o trabalho que desenvolvem. Apenas três aceitaram dialogar, depois de explicar, mais de uma vez, que o objetivo não era falar sobre suas vidas ou julgá-las de alguma forma, mas compreender a relação entre gordura, sexualidade e desejo.

As entrevistas que consegui foram rápidas, algumas pelo chat do canal em que contatei a entrevistada, com duração média de dez a 15 minutos, com garantia condicionada à concessão de anonimato e não foi permitido gravar nem filmar a conversa.

Acompanhei durante oito meses canais pornô, observando em qual lugar as mulheres gordas estavam presentes, no que tange a

³ Os depoimentos foram recolhidos nas redes digitais, em grupos na cibercultura. Os nomes são fictícios para garantir a privacidade dessas mulheres, durante oito meses de junho a fevereiro de 2018 a 2019.

⁴ Esses são os nomes das plataformas de pornografia que observei.

Prazeres dissidentes: pornografia gorda nas redes digitais.

dar prazer e sentir prazer, ou fingir que sente, dentro da visibilidade que os canais transmitem, conhecidas como BBW (*big beautiful woman*), com diversos corpos e posturas.

Decidi focar em mulheres gordas maiores, a partir de 110 quilos, e como eram as práticas sexuais apresentadas nas plataformas. Com o objetivo de compreender a prática sexual mediada digitalmente com corpos dissidentes, no caso, mulheres gordas maiores, acompanhei plataformas específicas, recolhi depoimentos sobre a vida sexual de algumas mulheres gordas e entrevistei atrizes *super sizes* nas redes digitais.

Fiz a opção de utilizar como linguagem e entendimento nesse artigo uma perspectiva distinta da normativa, utilizando, por exemplo palavras como banha, gordura, gorda, etc. sem o estigma normativo que lhes é atribuído. Também busquei compreender uma visão do sexo com gordas distante do estigma de fetiche, de algo ruim, negativo, moralmente construído. Assim, com base na discussão que Judith Butler (2004) propõe sobre as “performatividades *queer*”, com uma reinvenção da linguagem performática, busquei entender essas sexualidades dissidentes e designações negativas sobre o corpo gordo sobre outro ponto de vista.

Estes aspectos serão, portanto ressignificados, reutilizados como propõe Butler, com a inversão desse entendimento–enunciado como político, sob uma interpretação “[...] contestadora e produtiva de um grupo de corpos abjetos que, pela primeira vez, tomam a palavra e reclamam sua própria identidade.” (PRECIADO, 2014, p. 28).

Na análise realizada, foi possível perceber o corpo gordo feminino considerado “abjeto” transformando-se em um corpo de/para deleite, prescindindo da relação falocêntrica e encontrando, na contrassexualidade, existência, resistência, desejo e prazer.

2. Pornografia Gorda

Kulick (2012), em sua pesquisa sobre o pornô de mulheres gordas, explica que o ato de mostrar esses corpos seduzindo o espectador através da ingestão de alimentos calóricos e coloridos, tais como bolos, doces, chantilly, carrega tanto a ideia de excesso quanto de culpa em uma sociedade racionalizada. O que se excede é a razão e a razão, por conseguinte.

A focalização da câmera na penetração ou da vagina e a introdução de objetos, característico dos vídeos pornográficos, são

Prazeres dissidentes: pornografia gorda nas redes digitais.

substituídas, nesse caso, pela introdução de alimentos gordurosos na boca das mulheres gordas.

Em sociedades como a sociedade ocidental contemporânea, nas quais a gordura foi sem cessar declarada não atraente, não saudável, não desejável, é tanto cultural quanto psicanaliticamente previsível que deveria haver um retorno do oprimido, na forma de grupos de pessoas para quem silhuetas gordas são o foco da fantasia erótica e da satisfação. (KULICK, 2012, p. 233).

Segundo o autor, corpos gordos e comidas gordurosas e calóricas são abomináveis, proibidas em nossa sociedade, contudo, na pornografia, toda essa negação se torna visível e valorizada. (KULICK, 2012, p. 234).

Talvez esta pornografia mostre que o discurso institucional e hegemônico – que coloca o corpo gordo como uma ameaça à saúde e à vida afetiva – é incapaz de limitar o desejo, que escapa pelas vírgulas dos discursos normatizantes, fugindo dos nossos processos de apreensão, principalmente nos níveis cognitivos racionais e subconsciente. Minha hipótese aqui é a de que este desejo evidencia justamente que o ser no mundo, engajado no fluxo da vida, está longe de responder apenas a processos culturais entendidos como representações mentais, ele ultrapassa a ideia para se inscrever no pragmatismo dos corpos. Neste sentido, o mercado erótico é conservador em suas possibilidades, extremamente democrático, porque dá lugar à pluralidade humana, talvez justamente pela sua finalidade em visar a maximização das cifras. (FIGUEIROA, 2014, p.121).

Por conseguinte, desvendar o consumo pornográfico de mulheres gordas, o *fat porn*, nos faz pensar e se observa: “[...] a discussão sobre o consumo pornográfico de mulheres gordas vai além da fetichização desse corpo, e esse desejo “transgressor” por corpos femininos maiores acontece com muita frequência e em diversos países.” (JIMENEZ-JIMENEZ; ABONIZIO, 2018, p. 14-15).

[...] Eu sou alegre com o que eu faço, não é um pornô igual aos outros, violento com homem penetrando na vagina, no ânus, isso é horrível. Não vou negar, já fiz muito isso, mas não era o que eu queria. O que faço agora é o que eu gosto: comer muito, sentindo muito prazer e usar roupas sensuais, lindas. [...] Antes de decidir fazer isso e ficar rica, comprei meu apartamento, carro e sei falar três línguas, viajo, tenho muitos seguidores, faço o que eu gosto, sofria muito por preconceito, as pessoas tinham nojo de mim e agora elas

Prazeres dissidentes: pornografia gorda nas redes digitais.

sentem prazer comigo, [...] meu público só cresce, já ganhei vários prêmios e dou workshop para as meninas gordas que estão começando, ensino que nesse ramo pesar 200 quilos é uma virtude, já engordei 40 quilos depois que entrei na pornografia e isso só me ajudou. Aqui quanto mais gorda, melhor. (LAURA, 32 anos, 2017).

[...] Minha vida é normal como de qualquer outra mulher gorda, sofro preconceito, não caibo nas cadeiras, me xingam nas ruas, não consigo usar o transporte coletivo, os médicos me demonizam, tudo igual, mas com uma diferença, quando eu me arrumo para fazer vídeos, escolho as comidas, a roupa que vou ou não colocar, e ligo a câmera sou a estrela, a top model, a mulher mais gostosa da face da terra, às vezes chego a sentir muito prazer com o que eu faço, é uma forma de falar pro mundo, fodam-se que vocês têm nojo do meu corpo na frente um do outro, porque nas escondidas vocês estão lá batendo uma punheta pra mim. (SOFIA, 26 anos, 2018).

Ahmed (2006) aponta que, se por um lado, esses corpos utilizam de uma performance normativa no que cabe a trejeitos, entonações, feições, vestimentas, por outro lado, é enaltecida a afirmação desse corpo “anormal” gordo. Já outras leituras defendem, de forma diferente, que não se pode mais entender como “normal” na pornografia a penetração heterossexual, característica de uma performance entendida como normativa.:

O coito tornou-se um entre muitos atos das variações do sexo heterossexual e homossexual, tais como sexo anal, felacio, cunilingus, e grandes variedades de fetichismo e sadomasoquismo e confunde a própria ideia do que chamo, perseguindo todos os caminhos. A crescente visibilidade ou inferência da ampla variação de atos sexuais – sejam sugeridos, simulados, ou exibidos como reais nas pornografias hard core – complicaram a noção de sexo como uma verdade singular e visível que se reconhece quando se vê. (WILLIAMS, 2012, p. 28).

Essas mulheres balançam suas banhas, comem alimentos proibidos, parecem reafirmar tudo que é negado socialmente, como forma de exagero, resistência e existência.

Sempre elogiadas nos comentários sobre os vídeos, comparando seu tamanho ao prazer que o espectador poderia esperar, encontrei muitos vídeos com a prática de *facesitting*, que é sentar na cara de uma pessoa e, através do sufocamento, causar prazer:

Prazeres dissidentes: pornografia gorda nas redes digitais.

Como uma mulher gorda, tenho meus problemas com meu corpo nu e sexo. Eu questionava se algum dia rolaria de fazer algo como o *facesitting*. Quando comecei a fazer sexo, eu não deixava ninguém tocar minha barriga — então a ideia de abraçar a cara de alguém com as minhas coxas parecia algo mais indicado para outras pessoas. Minhas inseguranças vinham de dentro. Eu olhava meu corpo nu no espelho e me perguntava: Sou gorda demais para esse ato sexual específico? Vou acabar esmagando meu parceiro? (SCRIVER, 2018).

Como citado acima, quando acompanhamos as plataformas Xhamster, Pornhub, Xvideos, Xnxx, as mulheres gordas praticavam *facesitting*, e alguns vídeos alcançaram três milhões de visualizações.

Um, muito visitado, Pornhub com mais de um milhão de visualizações, apresenta duas mulheres nessa prática. São duas mulheres gordas, uma de 130 quilos e a outra de 118 quilos, as quais se revezavam na prática. Com mais de um milhão de visualizações e muitos comentários, uma delas anuncia que tem um canal que cobra pelos minutos para apresentar essa prática do sufocamento a novatos.

Eu gosto de sentar na cara da minha mina e ela também gosta, é um prazer diferente, a língua as vezes passa pelo meu ânus ou vagina, as vezes a ajudo com mais pressão ou menos pressão, a gente se comunica com gestos, e é onde eu me realizo sexualmente com ela, eu nunca tinha feito isso, mas agora é nossa prática principal na cama, já fizemos em vários lugares e situações, sou viciada. (...) Aprendi a gozar com essa prática, antes eu não chegava num clímax que chego com essa prática. (PAULA, 23 anos, 2019).

A naturalização das práticas sexuais em relação à disciplina de uma sexualidade normativa é rompida na maioria dos vídeos observados dessas mulheres super sizes.

Por heteronormatividade, entende-se a reprodução de práticas e códigos heterossexuais, sustentada pelo casamento monogâmico, amor romântico, fidelidade conjugal, constituição de família (esquema pai-mãe-filho(a)s)). Na esteira das implicações da aludida palavra, tem-se o heterossexismo compulsório, sendo que, por esse último termo, entende-se o imperativo inquestionado e inquestionável por parte de todos os membros da sociedade com o intuito de reforçar ou dar legitimidade às práticas heterossexuais. (FOSTER, 2001, p. 19).

Prazeres dissidentes: pornografia gorda nas redes digitais.

Parece existir na pornografia gorda uma sexualidade que não está submetida ao contrato social heterocentrado, já que é uma pornografia que propõe perturbar essa ordem heterossocial.

A contrassexualidade não é a criação de uma nova natureza, pelo contrário, é mais o fim da Natureza como ordem que legitima a sujeição de certos corpos a outros. A contrassexualidade é, em primeiro lugar: uma análise crítica da diferença de gênero e de sexo, produto do contrato social heterocentrado cujas performatividades normativas foram inscritas nos corpos como verdades biológicas (Judith Butler, 2001). Em segundo lugar: a contrassexualidade aponta para a substituição desse contrato social que denominamos Natureza por um contrato contrassexual. (PRECIADO, 2014, p. 21).

Ou seja, é rompido a prática sexual normativa reprodutiva e aparece outras propostas de prazer e desejo que não se encaixam nas práticas sexuais heteronormatizado em nossa sociedade.

3. Contrassexualidade como práticas sexuais dissidentes

A proposta de uma contrassexualidade surge das análises de Michel Foucault (1999), quando explica a sexualidade como produção disciplinar, política, como formas de prazer-saber na sociedade moderna, ~~que~~ na qual entende o sexo como funcional, um regime político-tecnológico para reprodução dos corpos.

Preciado (2014) no "Manifesto Contrassexual", resgata essa concepção do sexo como poder e propõe a construção, valorização de outras práticas sexuais:

A contrassexualidade não é a criação de uma nova natureza, pelo contrário, é mais o fim da Natureza como ordem que legitima a sujeição de certos corpos a outros. A contrassexualidade é, em primeiro lugar: uma análise crítica da diferença de gênero e de sexo, produto do contrato social heterocentrado cujas performatividades normativas foram inscritas nos corpos como verdades biológicas (Judith Butler, 2001). Em segundo lugar: a contrassexualidade aponta para a substituição desse contrato social que denominamos Natureza por um contrato contrassexual. (PRECIADO, 2014, p. 21).

A feminista Gayle Rubin, pesquisadora sobre pornografia, foi entrevistada por Judith Butler em relação a políticas sexuais. Para

Prazeres dissidentes: pornografia gorda nas redes digitais.

Rubin (2003b), os grupos não normativos, que não se encaixam no sexo heterossexual, acabam sendo esquecidos nessa discussão. “Não posso imaginar estudos gays e lésbicos que não se interessem por gênero e pela sexualidade e, como você observa em seu trabalho, há muitas outras sexualidades a explorar além do homossexualismo masculino e o lesbianismo.” (RUBIN, 2003b, p. 192).

As práticas sexuais de mulheres gordas observadas nesses oito meses, entre junho a fevereiro de 2018 a 2019, ultrapassam a padronização sexual do pênis entrando na vagina. A sedução e o erotismo são construídos por uma performance sem penetrações — neste caso, do sufocamento, esfregar a vagina na boca da pessoa que está embaixo, e a língua passa na vagina da mulher, com sexo oral e abafamentos da respiração.

Há uma razão pela qual pornografia de “Lindas Mulheres Grandes” está em número 6 nos gêneros mais populares do mundo. Sabemos que, lá no fundo, as pessoas gostam de um bundão para mais pressão, mas as pessoas têm vergonha de admitir, porque já passamos por uma lavagem cerebral para achar que vadias magrelas são deusas. Acredite em mim, elas podem ficar bonitas nas passarelas, mas, quando se trata de sexo, elas sempre serão abafadas pelas verdadeiras profissionais. Além de ser um fetiche, cheguei à conclusão de que pessoas grandes são simplesmente melhores em tudo – incluindo sexo! (STAFF, 2016).

No *Instagram*, em alguns canais, mulheres gordas (de 200 até 300 quilos) comem e balançam seus corpos, banhas, bundas e, principalmente, as barrigas, ao mesmo tempo em que comem doces, chantilly, comidas coloridas e chamativas:

A pornografia de gordura que apresenta mulheres como essas é uma pornografia especializada em mulheres que pesam bem mais de 200 quilos. Algumas das maiores estrelas equilibram a balança acima dos 300 quilos. À parte do puro tamanho das modelos, a coisa que mais chama a atenção sobre esse tipo de pornografia é que as mulheres exibidas não se envolvem em sexo genital. Em lugar disso, posam vestidas de lingerie em seus quartos, de biquínis em seus sofás, nuas em suas cozinhas. Embora mostrem seus seios e traseiros, a maior atenção é focalizada em seus estômagos. (KULICK, 2012, p 226).

Kulick (2012) destaca também que não encontrou, como na minha busca, canais pornô de homens gordos grandes ou negros. Encontrei canal de mulheres negras, mas apenas dois. Chama

Prazeres dissidentes: pornografia gorda nas redes digitais.

atenção o fato de o autor afirmar que a atenção é focada no estômago, justamente um órgão invisível.

O critério de pesquisa nas plataformas de pornografia gorda, foram semanais, colocava na busca: mulheres gordas, *super sizes* e selecionava os vídeos com mais audiência e comentários naquela semana.

Para o autor a pornografia gorda rompe com alguns paradigmas não só pela falta de penetração, como também pelo quesito temporal, já que o “sexo normativo” acaba na hora em que o homem chega ao orgasmo. Mesmo que a relação sexual continue, é necessário que aconteça uma nova ereção para haver de novo penetração e gozo.

Na pornografia gorda não tem esses rompimentos, principalmente aquela que estabelece uma relação entre o alimentador e o alimentado. Num dos casos mais conhecidos da *Super size Betsy*, com 300 quilos, ela é alimentada por um funil.⁵ Não existe ponto final, já que a meta é comer, ser alimentada e engordar muitos outros quilos, e o espectador se excita com esse ganho de peso, que pode seguir durante horas, dias, meses.

O sexo aqui não é um ato ou uma série de atos, mas antes um modo criado deliberado de ser estilizado, um ser insistentemente sexualizado que não fica atrás de portas fechadas, mas que sem pedir desculpas exhibe seu prazer em sua vasta superfície, em todos os momentos de cada dia. (KULICK, 2012, p.238).

Esse corpo, socialmente estigmatizado e excluído, é alimentado, erotizado e ganha muito dinheiro por isso, segundo as próprias entrevistadas. Interessante notar que a pornografia gorda não necessita de maneira alguma do pênis do homem para sentir prazer ou realização, já que seu “auto prazer” substitui o lugar do falo masculino:

A pornografia da gordura mostra exatamente isso. Não há qualquer indicação nas imagens que circulam sobre a pornografia da gordura de que o que vai salvar o dia dessas mulheres é o pênis de um homem, ou qualquer outro tipo de sexo genital. Não há qualquer indicação de que elas estejam fantasiando a respeito de chupadas quando comem seu spaguetti, ou que queiram ser fodidas quando

⁵ No canal Xvideos a atriz e o parceiro apresentam vídeos, onde é alimentada por um funil, e muitas pessoas pagam para assistir a encenação, inclusive acompanham os quilos que a atriz vai adquirindo.

Prazeres dissidentes: pornografia gorda nas redes digitais.

consumem seu café da manhã. A posição do falo é aqui usurpada pela comida. (KULICK, 2012, p. 239).

Como um menosprezo ao falo masculino, na pornografia gorda, as lambidas, as banhas se movendo, a comida, o sufocar o que está abaixo, a boca e os carinhos são propostos como outra maneira de entender e sentir o prazer sexual.

Retomamos, assim, o desejo proposto por Guattari e Rolnik (1996), como “(...) todas as formas de vontade de viver, vontade de criar, vontade de amar, vontade de inventar outra sociedade, outra percepção do mundo, outros sistemas de valor.” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 215). É o desejo como proposta de estar no mundo de outra maneira.

Gayle Rubin (1993) propõe, em 1975, em “Tráfico de Mulheres”, a abertura da análise das práticas da variedade sexual, defendendo que a sexualidade tem sua política interna, ou seja, a antropóloga pede atenção aos pesquisadores, mas principalmente às feministas, para não se falar em uma sexualidade, e sim sobre muitas sexualidades.

Assim, Rubin (1993) demonstra, impulsionada por Michel Foucault, em “História da Sexualidade II – Uso dos prazeres” (1984), que o ato sexual sempre será político e, portanto, deve-se tomar atenção na construção ideológica e histórica do sexo.

A maioria das pessoas tem dificuldade em compreender que aquilo que fazem sexualmente será repulsivo para alguém, e que alguma coisa que as repele sexualmente é o maior tesouro prazeroso para alguém, em algum lugar. Uma pessoa não precisa gostar ou fazer um ato sexual particular para que este ato seja reconhecido pelo desejo de outros, e que esta diferença não indica a falta de bom gosto, saúde mental, ou inteligência em qualquer uma das partes. A maioria das pessoas se equivoca ao posicionar suas preferências sexuais como um sistema universal que vai ou deveria funcionar para todos. (RUBIN, 2003a, p. 70).

Seguindo esse raciocínio, em que se muda a maneira de entender, perceber e sentir e dar prazer, quebra-se a normatização sexual heteronormativa patriarcal, focada no prazer do homem, e se constrói outra maneira política de dar e sentir prazer, como no caso desta vertente de pornografia gorda, em que o elemento “coito” não faz parte.

Prazeres dissidentes: pornografia gorda nas redes digitais.

A filósofa feminista Luce Irigaray (1974) entende que sistemas falocêntricos se sustentam na racionalidade dual moderna cartesiana binária, criada a partir da exclusão e estigmatização do diferente. Essa maneira de entender o sexo é uma das bases do sistema patriarcal heteronormativo, em que o homem é percebido como o provedor e receptor central do prazer, enquanto a mulher está num posicionamento de insignificância, de instrumento, de reprodução passível de proporcionar prazer e só. Dessa maneira, a mulher não tem protagonismo nas práticas sexuais nessa composição capitalística e normativa de desejo.

Falogocentrismo é o conceito criado por Derrida (2007), que fez a junção entre "falocentrismo" e "logocentrismo", para levantar críticas a algumas teses de Lacan (1960), demonstrando que uma interpretação ou análise não pode ser apenas de um foco unívoco, é necessário pensar em diversas maneiras de entender a representação do "falo" em nossa sociedade.

Para algumas críticas feministas (BUTLER, 2005); (RUBIN 2010); (SEGATO 2003), como Irigaray (1977), o falo é sempre o único ponto de referência na dominação masculina, o único modo de validação da realidade cultural. O discurso é falocêntrico quando falamos de práticas sexuais, porque toda simbologia, marcas, regras, sensações, validações são masculinas.

Muitas mulheres gordas entrevistadas se reconheciam como homossexuais ou bissexuais, por entender que seus corpos eram mais aceitos e respeitados entre mulheres, com as quais, no âmbito sexual, sentiam mais prazer:

Eu fui casada 22 anos, tenho 3 filhos homens, e quatro netos, depois dos 40 eu não consegui viver mais de regime, academia, eu comecei a engordar e não quis mais ficar no controle o tempo todo do meu peso, beleza, estava extremamente cansada com essa relação com meu corpo, já tinha feito uma cirurgia que me deu muitos problemas de saúde, já tinha feito duas plásticas na barriga e seios depois da cirurgia de redução do estômago, e o que eu ganhava com isso? Meu marido e seu prazer doentio. Nunca senti prazer com ele, ele só pensava nele, era bruto e agressivo na cama, gosta de sexo bruto, e eu nem sabia com 42 anos o que era sentir prazer na cama, pensar no que eu gostava, não tinha com quem conversar. Meus filhos homens, quando viraram adultos, fui perceber a merda de educação que tinha dado pra eles, machistas como o pai, repetindo esse egocentrismo com suas esposas. (...) Aquilo me fazia muito mal, entrei numa depressão profunda, chorava muito e tinha horror que meu marido me tocasse, e depois de 8 meses ele me largou, vem um turbilhão de questionamentos. Eu só valia para ele enquanto estava magra, bela, gostosa? Para quê? Então fui

numa psicóloga, levada pela minha sobrinha de 27 anos, que também é psicóloga e feminista, e minha perspectiva de tudo mudou, comecei a frequentar rodas de conversas, atividades com outras mulheres gordas, e conheci a Izabel e, de amigas, nos apaixonamos e hoje sei o que eu quero na cama, sei como eu gosto, sou respeitada, acariciada, agora de verdade tenho um casamento alegre, tem seus problemas mas a gente apoia uma a outra e aceita o corpo da outra como é, sem culpa, nem exigências. (LUCIA, 52 anos, 2018).

Eu sempre me masturbei e sempre gostei disso, desde adolescente, apesar de ter sido educada numa casa onde qualquer coisa relacionada com corpo, sexo eram tabus, e castigos aconteciam se houvesse a tentativa de falar sobre. Tive dois namorados antes de casar e sempre recorria à masturbação porque com eles não era prazeroso, depois casei e a coisa foi pior ainda, eu gostava de sexo, mas nunca tinha feito algo gostoso pra mim, meu marido gostava de ver filme pornô e aquilo lá pra mim era muito agressivo, ou sem preliminares, eu gosto de preliminares, gosto de que me toquem e não que só enfiem coisas dentro de mim. Ele fazia coisas que eu não gostava e falava pra ele e ele me ignorava, ele gostava muito de sexo anal, oral e me obrigava fazer, eu vomitei algumas vezes, era muito violento e autoritário, eu achava que sexo era pra satisfazer ele, muitas vezes bebia antes de ir para o quarto para fazer tudo e não sofrer, mas depois vomitava. Ele nunca via porque, depois de gozar, caia morto na cama. Um dia estava me masturbando no banheiro e ele entrou de repente, foi em casa buscar um documento e me viu excitadíssima, tirou a roupa e me comeu tão forte que fiquei toda machucada, ele falava: vai, sua vadia, é disso que você gosta né? Depois daquele dia, se eu já não gostava, as coisas pioraram muito, ele me xingava de puta, vadia, biscate, gorda que gostava de pau, gorda insaciável, dizia que eu gostava daquilo porque me masturbava escondido, foram anos de horror. Uma vez fui internada porque o colo do meu útero virou uma ferida. Ele gostava de enfiar coisas em mim enquanto enfiava seu pinto do outro lado, era horrível aquilo, não sei como morri. Cada dia pior, eu comecei a ter várias doenças, emagreci 12 quilos e quase fiquei magra, mas só que não. Pedi ajuda pra minha filha e ela me ajudou a separar dele, ela depois me disse que cresceu ouvindo o que ele fazia todas as noites, me sinto ainda muito culpada e não sei por que me sinto, agora tomo remédios fortes, vivo com minha filha e descobri que tenho fibromialgia, não gosto mais de me tocar nem ser tocada, mas gosto de olhar mulheres gordas comendo, sem homens, me excita, me conforta e sempre que dá eu vejo. (NEUZA, 46 anos, 2018).

Com 16 anos comecei a sair com uma menina da minha sala e depois transei com alguns machos, mas não dá, mulher com mulher é muito mais minha praia, prazer, desejo e respeito, outra coisa que eu percebo nas relações lesbianas é a aceitação do corpo gordo muito mais flexível do que entre os homens, eles querem transar com

Prazeres dissidentes: pornografia gorda nas redes digitais.

as gordas e exibir as magras, nas minhas relações entre mulheres gordas isso nunca aconteceu, a gente se assume, sente prazer, somos amigas. (FABIANA, 26 anos, 2017).

São narrativas, em sua maioria, que expressam uma desigualdade no que se refere ao dar e sentir prazer, respeito com o corpo feminino, com a maneira de entender o desejo do outro.

Se mulheres e homens em grandes contingentes passassem a ter ligações que fossem de igual para igual, sexuais e não violentas, que honrassem o princípio feminino nem mais nem menos do que o masculino, o resultado seria mais radical do que os piores pesadelos do sistema a respeito das “conversões” homossexuais. Um desvio heterossexual em massa no sentido da ternura e do respeito mútuo representaria um verdadeiro problema para o *status quo*, já que os heterossexuais são a maioria sexual mais poderosa. A estrutura do poder teria de enfrentar uma grande transferência de lealdade. Cada relacionamento poderia surgir um compromisso duplo para transformar a sociedade em uma que fosse baseada publicamente no que, pela visão tradicional, eram valores femininos, demonstrando com nitidez que a ambos os sexos agradaria um mundo salvo do domínio masculino. (WOLF, 2018, p. 209).

Preciado (2014) explica que os órgãos sexuais que conhecemos como naturalizado em que as práticas sexuais são do pênis entrando na vagina, existe numa construção biopolítica dessa noção/prática, na qual “(...) a arquitetura do corpo é política”. (PRECIADO, 2014, p. 31). Isto é, o pênis e a vagina são naturalizados pelo sistema heterossexual, quando esses órgãos talvez não sejam, como mostra a pornografia gorda, necessários na prática sexual para o prazer e o desejo. O que surge é um rompimento com a função de reprodução e se apresenta uma desobediência sexual da lógica heteronormativa.

Considerações Finais

Existe uma necessidade urgente de uma proposta ontológica feminista e gorda, ou seja, uma forma de entender, escrever, falar e perceber politicamente o desejo, as práticas sexuais e os prazeres de outro ponto de referência, que não seja mais masculino e de corpos normativos magros, e sim diverso.

Entendo que não se trata de uma proposta contrária a ideia masculina, heterocentrada normativa da prática sexual de reprodução, já que, dessa forma, repetiríamos de julgar o que está

Prazeres dissidentes: pornografia gorda nas redes digitais.

certo ou errado, mas da diferença, como explica Irigaray (1985) sobre o termo que ela usa de “diferença sexual”, que podemos entendê-lo, como em Deleuze (1988), com a filosofia da diferença, entendida como uma diferença interna em fluxo, com possibilidades de derrocar o falocentrismo, assim propondo novas construções de significantes e significações.

Percebo, pois, a proposta de pornografia gorda como ruptura do discurso falocêntrico, através de outras maneiras de sentir desejo e praticar o sexo, uma pornografia que explora a sexualidade do ponto de vista dos excessos e do prazer proibido. Enquanto resistência, corpos estigmatizados socialmente em público se tornam propulsores de prazer quando estão no privado, longe dos olhares e juízos socialmente impostos.

As gordas balançam suas dobras, carnes, banhas e constroem formas específicas de corpos imensos, exibindo seus corpos fartos e costumeiramente obscenos, comem alimentos proibidos, ao menos em exagero, ou alimentos do desejo e do pecado, proibidos em nossa sociedade, porque correm o risco de engordar e desobedecer a reprodução dos corpos magros, malhados, obedientes e dóceis, dentro de uma lógica dos corpos dóceis de Michel Foucault (1997).

Essa dupla performatividade que revela a dependência de duas exclusões a comida que engorda e a pessoa que engorda com a comida, reafirmam a negação da norma sob a forma de exagero, do incontido, o incontrolável, o incabível, do fetiche daquilo que não é bem visto na vida social da sociedade contemporânea. Os corpos dóceis e obedientes rompem com o contrato sexual de reprodução.

Dentro das práticas sexuais proibidas na pornografia inusitada com corpos imensos, é percebido de alguma maneira resistência ao pré-estabelecido e, principalmente, de existência.

A negação ao desejo e prazer por mulheres gordas patologizadas e consideradas como exageros, assexuadas e estigmatizadas em nossa sociedade gordofóbica, obcecada pela magreza (FISCHLER,1995) e pela leveza (LIPOVETSKY, 2016), nas telas das redes digitais da pornografia gorda são procuradas e enaltecidas.

Se as pornografias gordas são “procuradas e enaltecidas” nas “telas das redes digitais”, mas “estigmatizada pela sociedade gordofóbica”, me parece que sim, o prazer por essa sexualidade fica confinado às redes, porque existe um extremo preconceito com as pessoas gordas, a gordofobia.

Prazeres dissidentes: pornografia gorda nas redes digitais.

Referências bibliográficas

BUTLER, Judith. *Lenguaje, poder e identidad*. Madrid: Síntesis, 2004. (tradução nossa)

BUTLER, J. *Trouble dans le genre*. Paris: La Découverte, 2005. (tradução nossa)

CANALTECH. **Pornhub**: Retrospectiva de 2019 revela tendências que reinaram no site. 11 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://canaltech.com.br/internet/pornhub-retrospectiva-de-2019-revela-tendencias-que-reinaram-no-site-157623/>. Acesso em 11 mai. 2020.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e Repetição**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DERRIDA, Jaques. **O cartão-postal**: de Sócrates a Freud e além. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FIGUEIROA, Natália Lima. **Pornografia com mulheres gordas**: o regime erótico dos corpos dissonantes. Revista Pensata, UNIFESP, v.4. n.1, 2014. p.112– 126.

FISCHLER, Claude. **Obeso benigno, obeso maligno**. In: SANT'ANNA, Dd. B. (Org.), **Políticas do corpo**: elementos para uma história das práticas corporais. São Paulo: Estação Liberdade, 1995. p. 69–80.

FOSTER, David William. **Consideraciones sobre el estudio de la heteronormatividade en la literatura latinoamericana**. Letras: literatura e autoritarismo, Santa Maria, jan./jun. n.22, 2001. (tradução nossa).

FOUCAULT, Michel **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1997.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

IRIGARAY, Luce. **Speculum**: Of the Other Woman. Ithaca: Cornell University Press, 1974/1985. (tradução nossa)

IRIGARAY, Luce. **Sexe qui n'en est pas un**. Now lork: Itaca, 1977. (tradução nossa).

JIMENEZ-JIMENEZ, Maria Luisa; ABONIZIO, Juliana. **Consumo, gênero e sexualidade**: práticas de consumo e produção da diferença. IX Encontro Nacional de Estudos do Consumo. ESPM, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://estudosdoconsumo.com/wp-content/uploads/2018/11/ENEC2018-GT09-JIMENEZ-ABONIZIO-MulheresGordas.pdf>. Acesso em 12 jan. 2019.

JIMENEZ-JIMENEZ, Maria Luisa. **Lute como uma gorda**: gordofobia, resistências e ativismos. 2020. Doutorado (Programa de Pós Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea – ECCO) – Faculdade de Comunicação e Artes da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. Cuiabá, MT, Brasil. Disponível em: <http://lutecomoumagorda.home.blog/tese-de-doutorado-lute-como-uma-gorda-gordofobias-resistencias-e-ativismos/>. Acesso 25 jun. 2020.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: Cartografias do Desejo, Petrópolis: Vozes, 1996.

KULICK, Don. **Pornô**. Cadernos Pagu, Campinas, n. 38, 2012. p. 223–240. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332012000100008&lng=en&nrm=iso. Acesso em 19 jan. 2013.

LIPOVETSKY, Gilles. **Da leveza**: rumo a uma civilização sem peso. São Paulo: Manoele, 2016.

Prazeres dissidentes: pornografia gorda nas redes digitais.

PRECIADO, Paul, B (Beatriz). **Contrassexualidade**, p. 17-45. In: PRECIADO, Paul, B. **Manifesto Contrassexual**. Políticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: n-1 edições, 2014.

RUBIN, Gayle. **Tráfico de Mulheres**: notas sobre a "economia política" dos sexos. Recife: Edição SOS – Corpo, 1993.

RUBIN, Gayle. **Pensando sobre sexo**: notas para uma teoria radical da política da sexualidade, in: Cadernos Pagu, (21), Campinas: Unicamp, 2003a, p. 01-88.

RUBIN, Gayle; BUTLER, Judith. **"Tráfico sexual: entrevista"**. Cadernos Pagu, Campinas, n. 21, 2003b. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332003000200008&lng=en&nrm=iso. Acesso em 15 abr. 2017.

RUBIN, Gayle. Le marché aux femmes. Economie politique du sexe et systèmes de sexe/genre (1975). In: RUBIN, G. Surveiller et Jouir. Anthropologie politique du sexe. Paris: EPEL, 2010, p. 54.

SCRIVER, Amanda. Guia de facesitting para gordas. Sexo, 10 dez, 2018. Disponível em: https://www.vice.com/pt_br/article/mbyppnn/guia-de-facesitting-para-gordas. Acesso em jan. 2019.

SEGATO, Laura, Rita. **Antropología y psicoanálisis**: posibilidades y límites de un diálogo. In: Série Antropologia, 330. Brasília: Universidade de Brasília, 2003.

STAFF, Hornet. **Porque Pessoas Gordas Transam Mais & São Melhores Nisso** (NSFW). 11 janeiro 2016. Disponível em: <https://hornet.com/stories/pt-pt/porque-pessoas-gordas-transam-mais-sao-melhores-nisso-nsfw/>. Acesso em 27 fev. 2018.

WILLIAMS, Linda. (ed.) **Porn Studies**. Durham, Duke University Press, 2004.

WILLIAMS, Linda. **Screening Sex**: revelando e dissimulando o sexo. Cad. Pagu no.38 Campinas jan./jun. 2012.

WOLF, Naomi. **O mito da beleza**: Como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018.

UM ESTUPRO DE SESENTA MIL: FEMINISMOS 2.0 E A CIRCULAÇÃO DO CONCEITO DE CULTURA DO ESTUPRO

Iuli do Carmo Melo¹

Resumo

Em 2016, o Brasil registrou sessenta mil casos de estupros, com média de uma mulher sendo vítima a cada dez minutos no país. Em quarenta segundos, um desses casos, envolvendo trinta e três homens e uma adolescente de dezesseis anos, na comunidade do Barão, Zona Oeste do Rio de Janeiro, se tornou público, após a divulgação do vídeo com a legenda *“amassaram a mina intendeu ou não intendeu”*. A comoção do caso serviu para aprofundar a dimensão da cultura do estupro no debate sobre as violências sexuais, sendo identificada a partir dos estudos, vivências e pensamentos feministas. O desenrolar da discussão traz as informações divulgadas pela imprensa sobre o caso, em um debate que acentua o jogo discursivo de interpretações de comportamentos, no qual permeia a opinião pública e a relação dos movimentos feministas com as mídias sociais. Resultam em considerações as contribuições da produção de discursos dos movimentos feministas, que questionam as ‘normas’ que produzem a naturalização das violências sexuais contra as mulheres, indicando possibilidades e perspectivas de desconstrução da cultura do estupro. Ressalto a urgência de se considerar a análise da cultura do estupro a partir de um olhar interseccional rompendo com a universalização da categoria gênero e atentando-se para as diferenças nas experiências de mulher.

Palavras-chave: Cultura do estupro; Feminismos; Interseccionalidades; Educação.

One rape of 60,000: feminisms 2.0 and the circulation of the concept of rape culture.

Abstract

In 2016, Brazil recorded sixty thousand cases of rapes, with an average of one woman being a victim every ten minutes in the country. In forty seconds, one of these cases, involving thirty-three men and a sixteen-year-old girl in the community of Barão, West Zone of Rio de Janeiro, became public, after the release of the video with the caption *“they crushed the girl, go it or not?”*. The commotion of the case served to deepen the dimension of the culture of rape in the debate about sexual violence, being identified from feminist studies, experiences and thoughts. The course of the discussion brings the information released by the press about the case, a debate, in a discursive game of interpretations of behaviors that permeates public opinion and the relationship of feminist movements with social media. Considerations result in the contributions of discourse production by feminist movements, which question the ‘norms’ that produce the naturalization of sexual violence against women, indicating possibilities and perspectives for deconstructing the culture of rape. I emphasize the urgency of considering the analysis of the culture of rape from an

¹ Doutoranda em Educação na Universidade Estadual de Campinas. Pedagoga pela Universidade Federal de São João del-Rei. Especialista em relações de gênero e sexualidades: perspectivas interdisciplinares e mestra em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Tem pesquisas fundamentada nos Estudos de gênero e sexualidades, numa ótica feminista e interseccional, privilegiando os fundamentos do feminismo negro na abordagem da cultura do estupro e na atuação da prevenção de abusos sexuais. Contato: iulimelo22@gmail.com.

Um estupro de sessenta mil: feminismos 2.0 e a circulação do conceito...

intersectional perspective, breaking with the universalization of the gender category and paying attention to the differences in women's experiences.

Keywords: Rape culture; Feminisms; Intersectionality; Education.



Ilustração: Baiana de Xangô
Artista: Andressa Silva.
Série: Ancestrais, 2019.

Um estupro de sessenta mil: feminismos 2.0 e a circulação do conceito...

O Sorriso da Baiana Ancestral
Traz a leveza e desperta sensibilidades
Atenua os gatilhos para as linhas duras do texto.
O sorriso da Baiana rasga o silêncio,
DENÚNCIA!
A história do estupro não é a história das mulheres.
Não é a história das mulheres negras e indígenas.
O sorriso da Baiana questiona: de quem é essa história do estupro?
O sorriso da Baiana responde:
(...)
O Sorriso da Baiana também diz "sinto muito"!
Segura o choro, e faz parar para res-pi-rar!
O sorriso da Baiana acolhe!
(Iuli Maria, 2020).

Introdução



Figura 1 – Corpus Feminino. Ilustração: Matheus Ribs
Fonte: Foto/reprodução do *Facebook*

A imagem acima, do feminino que sangra, violentada e crucificada, pode ser uma das representações para o dia 25 de maio de 2016², diante da circulação de um vídeo de um estupro coletivo. Na cidade do Rio de Janeiro, a adolescente Beatriz Pereira, de 16 anos, foi estuprada por 33 homens, entre eles seu ex-namorado, Lucas Perdone, de 20 anos. Os agressores filmaram e divulgaram o vídeo que registra cenas da agressão na rede social *Twitter*.

²Fonte: <https://oglobo.globo.com/rio/quando-acordei-tinha-33-caras-em-cima-de-mim-diz-menina-que-sofreu-estupro-coletivo-19380492> acesso em agosto de 2017

Um estupro de sessenta mil: feminismos 2.0 e a circulação do conceito...

As imagens mostram pelo menos dois homens mexendo na jovem, que estava nua e desacordada. Eles exibem a vítima e dizem que “essa aqui, mais de 30 engravidou. Entendeu ou não entendeu?”. Os homens também exibem o órgão genital da jovem ainda sagrado. “Olha como que tá (sic). Sangrando. Olha onde o trem passou. Onde o trem bala passou de marreta, diz o outro agressor, orgulhoso. (*O Globo*, 26 de maio de 2016)

O caso repercutiu pelas mídias sociais e na imprensa, as notícias e reportagens do caso ficaram entre os assuntos mais comentados no país. O crime foi sendo reconstituído com as informações prestadas por familiares, pelos agressores e pela vítima para o inquérito investigativo. As notícias ainda trouxeram reações de indignação e ações de solidariedade, conscientização e apoio à vítima, contando ainda especulações e rumores nos debates nas redes sociais.

Nesse contexto, muitas falas chocaram pela naturalidade com que o estupro foi tratado, em meio à circulação de notícias que traziam “eles disseram/ ela disse”. Usuários das redes sociais buscavam justificativas para o estupro no comportamento social da vítima. As falas acionavam a distinção “Mulher Honesta”, termo presente de 1940 até 2005 no código penal brasileiro, que diz de uma ordem moralista como justificativa da violência. Classificando mulheres que teriam merecido ou não serem estupradas. A retirada do termo do código penal ainda é insuficiente para transformar a realidade, que coloca a vítima no lugar de ré, partindo de um julgamento do seu comportamento sexual moral. (ANDRADE, 2005).

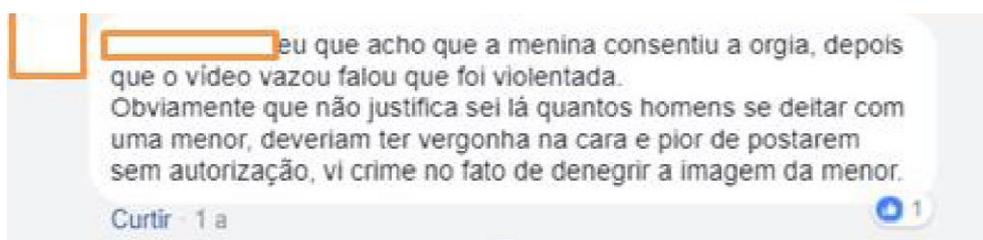


Figura 2- comentário em notícias sobre a repercussão do estupro coletivo
Fonte: Foto Reprodução do *Facebook*

Nessas falas, estigmas e estereótipos responsabilizam a vítima, fazendo disso um *status* social, afirmando a naturalização e a percepção da violência declarada, acionando a cultura do estupro. Assim, existe a naturalização da violência sexual contra as mulheres, na (re)produção de mitos e estereótipos, que envolve as vítimas em um processo chamado de culpabilização. De modo que, geralmente se justifica a violência pelo comportamento,

Um estupro de sessenta mil: feminismos 2.0 e a circulação do conceito...

vestimenta ou idade da vítima, protegendo os agressores da responsabilidade do ato violento via julgamento moral da violentada. “O estupro ainda provoca sorrisos e insinuações, ou pronunciamentos religiosos e morais, enquanto casos reais, muitas vezes, se atolam em contas de ele disse/ela disse.” (SMITH, 2004, p. 9).

Dito isso, o aspecto plural dos ideais feministas nos atenta para a não neutralidade do sentido de gênero nessas análises. “Assim, é necessário refletir o protagonismo da mulher para além da apropriação da tecnologia, mas junto a isso o empreendimento de construção de saberes programáticos a estas mesmas ferramentas e plataformas tecnocientíficas.” (BRIGNOL & TAINAN, 2015, p. 8).

Nesse sentido, considero a dimensão histórica da construção do conceito de gênero a partir da década 1960, para acionar o conceito de interseccionalidade como ferramenta teórica que possibilita acesso e escuta as reivindicações silenciadas ao longo dessa trajetória de estudos vivências e práticas dos feminismos. “Pensar como as opressões se combinam e se inter cruzam, gerando formas de opressão, é fundamental para considerar outras formas de existência.” (RIBEIRO, 2019, p.122) Assim a interseccionalidade se aplica no sentido de articulação da diferença e não de sua hierarquização.

O objetivo deste artigo é refletir a partir da circulação do debate divulgado em páginas no site *Facebook*, quais os elementos e aspectos sociais que estruturam a cultura do estupro: São analisadas as formas com que o estupro coletivo foi vinculado na grande imprensa, expondo o contexto social no qual uma mulher é estuprada a cada dez minutos no Brasil, sendo o estupro coletivo um dos sessenta mil casos registrados em 2016. Para tanto, exponho os movimentos de apropriação e construção do conceito de cultura do estupro, que se decorre do movimento de pesquisa netnográfico de monitoramento de páginas feministas no *Facebook*, buscando conteúdos dedicados à abordagem do tema.

Por fim compreende-se que as medidas legalistas e punitivas, unicamente, não dão conta das dimensões do estupro, onde se faz necessária a instituição de políticas públicas de proteção às vítimas alinhada com meios de reeducação social que transforme a forma que ensinamos as meninas e mulheres a se protegerem ao invés de ensinar os meninos e homens a não estuprarem.

Eles disseram/ela disse

Ela disse que saiu de casa no sábado, dia 21 de maio, e foi encontrar o rapaz (Lucas Pedrone) com quem tinha um relacionamento. Eles estavam sozinhos e posterior a isso ela só lembra de acordar no domingo (22), em outra casa, na mesma comunidade com 33 homens armados, com fuzis e pistola. Dopada e nua. “Quando eu acordei tinha 33 homens em cima de mim³”. O vídeo tem 40 segundos de duração e foi amplamente compartilhado nas redes sociais e no áudio os agressores ironizam a violência⁴.

O caso passou a ser investigado pelo Ministério Público, após a denúncia de uma pessoa, que procurou as autoridades munidas do vídeo e de *prints* das postagens nas redes sociais. Cerca de 800 comunicações foram feitas sobre o caso⁵. A polícia identificou alguns dos agressores que negaram o estupro (Lucas Pedrone, Raí de Souza, Cláudio Lucio Silva). Acompanhados de seus advogados, endossaram a mesma versão do ocorrido. Eles disseram: Raí alega que, embora as imagens tivessem sido feitas em seu celular, o autor das imagens seria Jefersson, um traficante da comunidade. Cláudio disse que esteve no local, mas que estava dormindo durante o ocorrido. Lucas negou ter se envolvido em relacionamento amoroso com Beatriz⁶.

Eles dizem que saíram de um baile funk na madrugada de sábado e foram com a menina e uma amiga, de 18 anos, para uma casa abandonada da comunidade. Lá, segundo os suspeitos, Lucas fez sexo com a amiga, e Raí com a vítima. Na versão dos dois, tudo foi consensual e ninguém teria consumido drogas (*O Globo*, 28 de maio de 2016).

Após os depoimentos, o delegado Alexandre Thiers disse não ter certeza do estupro e confirmou apenas o crime de divulgação da imagem da menor nua, previsto no Estatuto da Criança e do

³ Fonte: Vítima de estupro coletivo contou que acordou dopada e nua. Disponível em <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/vitima-de-estupro-coletivo-no-rio-conta-que-acordou-dopada-e-nua.html>> acesso em agosto de 2017.

⁴ Impunidade fez estupro coletivo ser ostentado, diz promotora publicada no dia 26 de maio de 2016 pela BBC Brasil. Disponível em <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/a-india-e-aqui-impunidade-fez-estupro-coletivo-virar-motivo-de-ostentacao-diz-promotora,0132d6e66c524afbebaebad4528f2ec5huunukep.html>>. Acesso em agosto de 2017.

⁵ Fonte: Vítima de estupro coletivo contou que acordou dopada e nua. Disponível em <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/vitima-de-estupro-coletivo-no-rio-conta-que-acordou-dopada-e-nua.html>> acesso em agosto de 2017

⁶ Fonte: Suspeito nega estupro coletivo e diz à polícia que traficante filmou jovem nua. Disponível em <https://oglobo.globo.com/rio/suspeito-nega-estupro-coletivo-diz-policia-que-trafficante-filmou-jovem-nua-19389444>. Acesso em Agosto de 2017.

Adolescente (ECA). Alexandre Thiers, titular da Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática (DRCI), foi afastado do caso no dia 29 de maio a pedido de Eloisa Samy Santiago, advogada da vítima. O delegado foi afastado por conduta inadequada na condução do interrogatório. A advogada da vítima disse: “Ele perguntou à vítima se ela tinha por hábito participar de sexo em grupo”.⁷

Ela disse: “Me sinto um lixo. Parece que quando as pessoas me olham veem um 990lixo na frente, mesmo com todo o apoio que estou recebendo. O estigma é o que está me doendo mais.”. Desde que a identidade da vítima foi revelada, ela sofreu ameaças e xingamento nas redes sociais. Teve seu nome e imagem vinculados a áudios, em montagens de fotos e vídeos que tentaram incriminá-la e justificar a agressão. Beatriz disse: “É como se dissessem ‘a culpa é dela. Foi ela que estava usando roupa curta. Foi ela que quis ir para lá’. Eu vi isso no Facebook. Eu queria que as pessoas soubessem que não é culpa da mulher”⁸.

A delegada Cristina Bento, titular da Delegacia da Criança, Adolescente Vítima, assumiu o caso no domingo, dia 29. Em entrevista coletiva na segunda (30) a delegada, confirmou “oficialmente” o estupro. A delegada disse: “Está lá no vídeo mostrando o rapaz manipulando a menina. O estupro está provado. O que eu quero provar agora é a extensão [do crime]”. O inquérito do caso foi concluído no dia 17 de julho de 2016, com sete indiciados. ‘Hoje eu estou trazendo a conclusão do inquérito. É um crime que chocou o Brasil e vai fazer história no país, até pela forma hedionda que ele foi praticado’, afirmou a delegada Cristiana Bento⁹.”

O estupro coletivo no Rio de Janeiro não é um caso isolado, diante dos altos índices de violência sexual cometidos contra mulheres. É um dos subestimados 49.497 casos de estupro registrados pela polícia e 22.918 notificados no sistema de saúde de acordo com o Atlas da Violência de 2018¹⁰. Uma média de uma mulher violentada

⁷ Fonte: Delegado é afastado do caso de estupro coletivo no Rio, diz advogada. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2016/05/delegado-e-afastado-do-caso-do-estupro-coletivo-de-jovem-no-rio-diz-advogada.html> Acesso em: agosto de 2017.

⁸ Fonte: Me sinto um lixo, diz adolescente vítima de estupro coletivo. Disponível em <https://oglobo.globo.com/rio/me-sinto-um-lixo-diz-adolescente-que-sofreu-estupro-coletivo-19385945>. Acesso em agosto 2017.

⁹ Fonte: Polícia conclui inquérito de estupro coletivo no Rio com sete indiciados. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/06/policia-conclui-inquerito-de-estupro-coletivo-no-rio-com-sete-indiciados.html> Acesso em: agosto de 2017.

¹⁰ Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33410&Itemid=432 Acesso em agosto de 2018.

Um estupro de sessenta mil: feminismos 2.0 e a circulação do conceito...

a cada dez minutos no Brasil, sendo que 50,9% dos crimes foram cometidos contra crianças de até 13 anos, 46% não tinham completado o ensino fundamental e 51% eram de **cor preta ou parda**. As/os adolescentes entre 14 a 17 anos foram 17% das vítimas; 32% eram maiores de idade; 30% das vítimas de até 13 anos foram violentadas por familiares ou pessoas próximas e 46% das vítimas foram vítimas de pessoas próximas ou conhecidas. “Essa pode ser uma luta pessoal, mas seus parâmetros permeiam claramente as situações políticas de conflito nas quais o movimento de redistribuição é feito rapidamente com plena certeza moral” (BUTLER, 2015, p.240).

Não existiria, assim, um perfil definido de estuprador. Uma vez que, em geral, são pessoas capazes de reger religiões, fazer 12 gols no campeonato espanhol, legislar para cidades, ter ou não antecedentes criminais diversos, entre outros, são capazes de compreender o não da vítima, e ignorá-lo.

A irresistível certeza que a mulher cedeu voluntariamente, se impõe assim, de forma sub-reptícia. Não que seja evocada alguma força demoníaca sobre o seu ser, ou que sejam retomadas as consequências tradicionais de sua “lascívia diabólica”, de sua “incontinência” e impudicícia desregrada essa lubricidade que leva muitas vezes para onde a virtude e a razão reprovam. (VIGARELLO,1998, p. 47).

Parto desse contexto, para trazer o fundamental papel das mídias sociais no trabalho de mobilização, divulgação de informações e canais de denúncia e debates de enfrentamento as violências. Reforçando que o tema exige seriedade e responsabilidade no trato de suas questões e especificidades que devem ser tratadas a partir do reconhecimento das desigualdades de gênero, raça, classe e orientação sexual, fora do âmbito do julgamento moral, envoltos em mitos e estereótipos sobre “ser homem” e “ser mulher” que impedem a caracterização real do crime.

As mobilizações em rede: cultura do estupro em debate

Nas sociedades em rede, Manuel Castells (2012) defende que a comunicação autônoma é a essência dos movimentos sociais que buscam contestar o poder instituído. Assim se faz necessário compreendê-los em processos de formação, dinâmica e perspectivas de transformação social, já que a comunicação se

Um estupro de sessenta mil: feminismos 2.0 e a circulação do conceito...

estabelece no processo de compartilhamentos de significados e troca de informações.

A comunicação digital é multimodal e permite a referência constante a um hipertexto global de informações cujos componentes podem ser remixados pelo ator comunicativo segundo projetos de comunicação específicos. A autocomunicação de massa fornece a plataforma tecnológica para a construção da autonomia do ator social, seja ele individual ou coletivo, em relação às instituições da sociedade (CASTELLS, 2012, p. 15).

Sendo assim, não podemos ignorar a influência das redes sociais na organização do movimento feminista contemporâneo. Em pesquisa pela rede social *Facebook*, encontrei páginas, grupos e perfis individuais que se posicionam e/ou se organizam contra a discriminação e a violência de gênero, veiculando em suas publicações saberes, notícias e eventos que, em segundos, podem atingir milhares de pessoas conectadas. Para Paula Sibilia (2008), "estamos transformando a era da informação na política, no comércio, nas artes, nos transformando e transformando a forma que vemos o mundo, com possibilidade de sair da posição de meros leitores e espectadores passivos." (p. 8).

A articulação da militância feminista com as mídias não é recente, se desenvolve a partir da metade do século XX. Tal articulação envolve a crítica às mídias, que não hesitam em propagar ideias de feminilidades fundamentadas na objetificação do corpo feminino, no racismo e na heteronormatividade, construindo a mulher no lugar da subalternidade. Além disso, a militância feminista também utiliza as mídias como recursos alternativos de embate e enfrentamento através da circulação de boletins, revistas, programas de rádios e TV.

Em confluência com as potencialidades comunicativas da era digital, o feminismo passa a perceber no ambiente virtual um lugar de práticas e expressões coletivas, antes desconhecidas, com novas significações e endereçamentos múltiplos. Assim, na perspectiva de criar espaços alternativos de visibilidade, no qual as mulheres poderiam protagonizar posicionamentos ao converterem-se no papel de autoras, produtoras e transmissoras de conteúdo, já nos anos de 1990, diversos grupos feministas se lançam na disputa pelo terreno comunicativo da internet. (BRINGOL & TOMAZETTI, 2015, p. 5).

O chamado ciberativismo começou a ganhar força no meio feminista na década de 1990. As primeiras reivindicações pelo espaço da internet marcam o ano de 1995, no Simpósio

Um estupro de sessenta mil: feminismos 2.0 e a circulação do conceito...

Internacional Sobre a Mulher e os Meios de Comunicação, organizado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em Toronto no Canadá, momento em que se refletia a "importância da presença feminista na internet com o objetivo de chegar ao maior número de mulheres informações para lidar com as práticas cotidianas" (BRIGNOL & TOMAZETTI, 2015, p. 5).

De acordo com Lilian Brignol e Tainan Tomazetti (2015), no mesmo ano, na Conferência da Mulher em Beijing, as feministas traziam a comunicação como direito humano básico e destacavam a necessidade de estimular e reconhecer as redes de comunicação entre as mulheres, incluindo as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) para a divulgação de informações e o intercâmbio de ideias.

O feminismo 2.0 engloba a geração de mulheres que utiliza os recursos da Web 2.0 como plataformas de mobilização de uma política feminista. A conectividade possibilita não só o consumo, mas também a produção de conteúdo, descentralizando a produção de conhecimento hegemônico. Dessa forma, há a ampliação de ações feministas, agilidade e maior alcance de informações, organização e produção de conteúdo, que são habitualmente ignorados ou restritos nas mídias tradicionais, porém com abrangência limitada. (BRIGNOL & TOMAZETTI, 2015). Isso se deve ao fato de que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a exclusão digital¹¹ ainda afeta significativamente parte da população brasileira.

O debate nas redes sociais possibilita o encontro e a expressão de vozes, onde as que antes silenciadas e marginalizadas ainda são minoria, representam as excluídas da inclusão digital. Mulheres negras, pobres, lésbicas, pessoas tranvestigeneres, cobram a atenção dos estudos e estratégias que tratam da equidade de gênero, considerando a articulação de raça, classe, orientação sexual, identidade de gênero e outros.

Assim, nesse espaço em que trago o ciberativismo ou feminismo 2.0 como potência educativa, valorizando que toda denúncia de violência é importante, vale ressaltar condição de mulheres em que as #hashtag não chegam. "No mundo delas, onde campanhas

¹¹Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em pesquisa divulgada em 2016, mais de 100 milhões de brasileiros tem acesso a internet, ainda assim a pesquisa revelou que 43% dos brasileiros não tem acesso a internet. Fonte: <https://exame.abril.com.br/brasil/apesar-de-expansao-acesso-a-internet-no-brasil-ainda-e-baixo/> acesso em novembro de 2017.

Um estupro de sessenta mil: feminismos 2.0 e a circulação do conceito...

com hashtags não as alcançam quem vai impedir que caiam no esquecimento? (RIBEIRO,2018, p.90).



Figura 3: Filtro da campanha "Eu luto pelo fim da cultura do estupro".
Fonte: Twibbom.

A primeira ação do Movimento Feminista Brasileiro Contemporâneo Brasileiro (MFCB), com a repercussão do estupro coletivo no Rio de Janeiro, foi o posicionamento, através do site Twibbom¹² que possibilita a criação de filtros temáticos para fotos. O recurso é muito utilizado para demonstrar apoio a uma causa. Nele foi criada a campanha "Eu luto pelo fim da cultura do estupro". No site, a campanha é assinada por Marina Curak, como forma de repúdio a violência contra mulher. A campanha teve a adesão de 749. 04432 de pessoas no *Facebook* e outras redes sociais.

O conceito de cultura do estupro aparece nas redes sociais como o disposto no livro "Transformando a cultura do estupro" (1995), citado por Mary Smith: "é um complexo conjunto de crenças que encoraja a agressão sexual masculina e apoia a violência contra as mulheres. A cultura do estupro acredita que a agressão sexual dos homens é biologicamente determinada, ao invés de comportamento aprendido." (SMITH, 2004, p. 174). Nas publicações encontradas, conceito vai sendo aplicado e dimensionado a situações cotidianas. Na legenda de uma delas encontra-se o seguinte texto:

Explicação simples e didática sobre cultura. Óbvio que não para por aí, mas é simples e didática. Doença é sífilis, gripe, pneumonia, h1n1 e essas coisas. As pessoas que tem isso estão doentes. O que rolou

¹² Disponível em <https://twibbon.com> acesso em dezembro de 2017

com a menina no RJ e outros casos que aconteceram ainda essa semana, mas não aparecem na mídia, não tem nada de doença. É cultura do estupro né, tão velada, muito mais escancarada com esses casos, mas que acontece muito mais do que se pode dar conta.

Não foram 33 homens, foram muito mais. Foram vocês que assistiram e compartilharam o vídeo. Foram vocês que curtiram. Foram vocês que recebem os nudes que seus amigos escrotos mandam e se não participam da zoeira, fica calado e conivente. E não é porque deu um se ligue num brother só, mas passou pano pra outros 50 que você é o desconstruidão. É você que na brodagem masculina de cada dia, sabe que seu amigo é um abusador, mas carrega ele no colinho. É você que sabe que seu amigo é um escroto com a namorada, mas é conivente e as vezes até ajuda fazendo a velha vista grossa enquanto ele trata ela e outras minas como objeto.

É você que vai chegar em casa e ver aquele velho pornozão pra se aliviar antes de dormir, e se esquece que esse tipo de indústria perpetua a concepção de servidão da mulher ao homem, sem direitos ao seu corpo, humilhadas. É você que justifica que ela tava bêbada, ou que ele estava bêbado e não quis realmente fazer isso (nunca ataquei ninguém bêbada, e eu fico muito bêbada hein). É você que acha que ela devia estar em casa e não perambulando livre na rua. Você que acha que se ela tivesse na companhia de um amigo de confiança nada disso teria acontecido (amigo de confiança? Quem?). 33

Você todos os dias violenta uma mulher, quando reproduz essa cultura. Não foram homens loucos e insanos. Foram vocês que amanhã irão entregar um trabalho pra um professor na universidade. Vocês que baterão ponto num local de trabalho qualquer. Que estudam pra concurso. Que buscam suas irmãs nas casas das amigas (aquelas amigas gostosinhas que você até pegaria). Você que pede a benção a sua mãe antes de ir pra baladinha. Você homem comum, que jamais faria isso...mas reproduz e pratica essa cultura todos os dias.

Nos poupem dessa "doença" de vocês."#UmDiaSemEstupro - Geísa Dias

O principal investimento para divulgação do conceito de cultura do estupro é uma preocupação para que a sociedade reconheça que existe um problema e compreenda a possibilidade de transformação. Na publicação acima a usuária da rede social questiona a patologização do agressor. Uma ação comum no julgamento da sociedade, de associar o agressor a alguma patologia ligada à capacidade de discernimento mental. São representados como "doentes", "loucos" ou na figura desumanizada de "monstros". "As vítimas de estupro podem ser jovem, criança, idosa/o, homem e mulher de qualquer grupo racial. O estupro também aparece na arte, literatura, filmes e mitologias ocorre em datas, leitos conjugais, nas prisões, durante guerras." (SMITH, 2004, p. 10).

Considerando que na cultura do estupro os mecanismos culturais levam para proteção do agressor, e os processos históricos da representação da mulher escravizada ou como propriedade violada de alguém, quando há patologização que parte do senso comum, da pessoa que comete o estupro, entende-se como uma não responsabilização do agressor.

E não se trata de considerar a figura do estuprador como doente ou mero produto de uma sociedade determinista que o fez assim. Essa é uma abordagem errônea, já que classificá-lo como doente o isentaria da responsabilidade sobre seus atos, assim como quando classificado como um mero produto da sociedade. (SOUZA, 2017, p.10).

Aprofundando essa análise sobre a representação da mulher, de acordo com Joan Scott (1993), em "Gênero uma categoria útil de análise histórica", o termo gênero foi proposto por aquelas que defendiam que as pesquisas sobre as mulheres deslocariam os paradigmas da agência masculina, branca e heterossexual, uma vez que a construção social, histórica e política cultural da mulher são afetadas por ideias de feminilidades de ordem naturalista, binária e heteronormativa.

As sociedades humanas estabeleceram modelos de comportamento de atitudes, de gestos, de usos do corpo, de atitudes físicas e simbólicas para serem nomeados de feminino (aqueles que portavam um corpo assim classificado e marcado por traços de distinções no plano biológico passam ao plano social cultural, como: ter a capacidade de engravidar e parir novos seres humanos, ter a capacidade de amamentar, ter glândulas mamárias e seres mais proeminentes, além de várias características secundárias distintas) e para aqueles nomeados masculinos (aqueles que portavam um corpo assim classificado e marcado por traços de distinção tanto biológicos, embora em menor número do que os corpos femininos, quanto simbólicos e culturais, como: ter tendencialmente um maior desenvolvimento muscular, apresentar em grande números dos casos maior presença de pelos em dadas partes do corpo, como no rosto, peito e abdômen, apresentar uma tonalidade mais grave de voz, sendo partícipe da fecundação, mas incapacitado de parir e amamentar, o que terminou por tornar a maternidade algo visto quase como aquilo que distinguiria a natureza feminina da masculina, embora essa associação seja de ordem social e histórica). (ALBURQUERQUE, 2015, p. 436).

A categoria sexo, de acordo Judith Butler (2000) é, desde o início, normativa. Assim, o sexo não só funciona como norma, mas é parte regulatória, que governa e produz corpos. A força regulatória se

Um estupro de sessenta mil: feminismos 2.0 e a circulação do conceito...

manifesta no poder de produzir, demarcar, fazer circular e diferenciar os corpos que ela controla. Assim, o gênero não pode ser dado como uma construção social, imposto sobre a matéria entendida “como” corpo ou um suposto sexo.

Uma vez que o próprio “sexo” seja compreendido em sua normatividade, a materialidade do corpo não pode ser pensada separadamente da materialização daquela norma regulatória. O “sexo” é, pois, não simplesmente aquilo que alguém tem ou uma descrição estática daquilo que alguém é: ele é uma das normas pelas quais o “alguém” simplesmente se torna viável, é aquilo que qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural. (BUTLER, 2000, p. 154).

A violência que se impõe sobre os corpos das mulheres não acontece em função de um corpo pré-existente, fora da cultura, mas se coloca conjuntamente, ou seja, ao definir um corpo como feminino, se estabelece as condições para as práticas de violência que vão constituir esse corpo. A violência, nesse caso, é parte desse processo educativo que define esse corpo. Nesse sentido educação e cultura são binômios indissociáveis, que constroem nossos corpos sob-regra de regulação do que é considerado, natural e normal. Os estudos produzidos na década de 1970, que fomentaram a redefinição de estupro, principalmente, os que tangem a heteronormatividade, aprofundados pelos estudos de feministas lésbicas como Monique Wittig (1980) e Adrienne Rich (1981) permitem compreender os estupros como uma violência heteroreguladora de afirmação da masculinidade pautada em relações de domínio, na anulação e posse.

Configura-se como uma das mais graves expressões da violência de gênero. Vitima em sua maioria mulheres e sujeitos que se aproximam do feminino em consequência das interpretações que classificam as diferenças entre homens e mulheres, em hierarquias nas relações sociais. (SCOTT, 1989; SAFIOTTI, 2004). O estupro se assemelha a outras categorias ou graus de violência pela brutalidade e se difere no conjunto de gestos do olhar de minimização da violência que se afirmou de forma veemente nas redes sociais.

O movimento de mobilização em rede se possibilita ainda a possibilidade de educar sobre o estupro e não para o estupro. Debatendo um elemento central na constituição das masculinidades violentas, a pornografia. A sexualidade para muitos homens se inicia através de vídeos pornográficos, nos quais o sexo

Um estupro de sessenta mil: feminismo 2.0 e a circulação do conceito...

é representado com foco no prazer masculino pela supervalorização do pênis, colocando a mulher na maioria vezes em situação de violência.

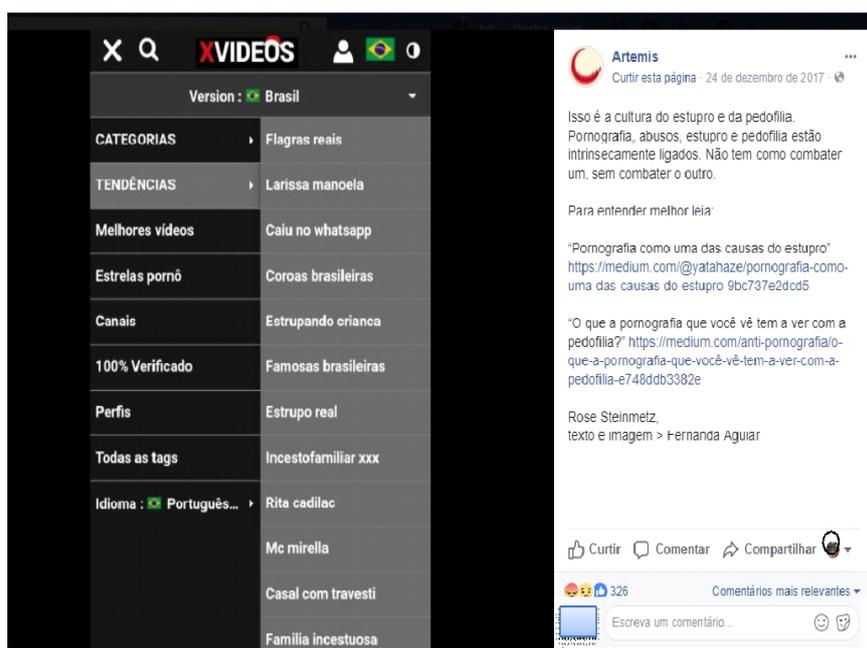


Figura 4: Publicação denunciando a pornografia como parte da cultura do estupro.

Fonte: Reprodução do Facebook via Página Artemis.

No *Facebook*, uma imagem reproduzida de um famoso site de conteúdos pornográficos apresenta como tendência resultados que confirmam a pornografia como um elemento da cultura do estupro, que precisa urgentemente ser debatido e transformado. A imagem choca por denunciar que entre os vídeos mais vistos e buscados estão “família incestuosa”, “estupro real”, “estuprando crianças”, refletindo dados¹³ dos estupros no Brasil em que 80% dos casos são dentro do ambiente familiar, sendo 70% crianças.

Daniel Welzer Lang (2003) relata que quando questiona em aulas e palestras sobre quantos dos homens não tiveram sua primeira excitação sexual diante de uma “mulher brilhante”, vista em uma revista pornô, menos de 1% afirmam que não. O trabalho de Daniel Welzer Lang (2003) aponta para o consumo masculino de pornografia antes mesmo da puberdade:

¹³ Fonte “Mulheres em Dados” Dossiê Agencia Patrícia Galvão. Disponível em <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/estupros-no-brasil/> Acesso em Agosto de 2020.

Aprendem que pode fantasiar, ficar animado sozinho ou em grupos diante de figuras femininas, e que essas figuras, essas representações de pessoas reais (pagas por isso, mas os jovens nem sempre estão conscientes disso) estão disponíveis para seus "scripts" sexuais¹⁴ (WELZER-LANG, 2003, p. 132).

Segundo Heleieth Safiotti (2004), a maioria dos homens limita a exploração da sexualidade ao pênis, desconhecendo outras zonas erógenas, sendo assim "poder macho" conferido também pelo falocentrismo, ou seja, a centralidade do falo (falo=pênis). Esses sujeitos vivem a sexualidade e o erotismo em descontinuidade, fragmentando o corpo e o tempo, o erotismo e o afeto.

A experiência com a pornografia torna a experiência real com mulheres um desencontro, pois, paralelamente a essa experiência de grande parte dos homens, as mulheres aprendem, em sua maioria, que a sexualidade deve ser resguardada e esperam "príncipes" e amantes afetuosos, associando a relação sexual como reforço do casal, os dois, a fusão. "Note-se que, ao mesmo tempo em que os homens são socializados como clientes, estão em um paradigma heteronormativo, onde o objeto do desejo é centrado nas mulheres, a sua penetração, que, no ideal masculino, significa posse e submissão" (WELZER-LANG, 2003, p.134).

Assim atenta-se ainda a condição de mulheres que participam como atriz pornô, quando colocadas em situação de violência dentro ou fora do roteiro dos filmes, podem ser colocadas no grupo de mulheres que encontram dificuldade em denunciar os agressores. "Ser vítima de estupro é um *status* social condicionado à reputação e que corresponde a muito além do que apenas sofrer a violência sexual – é receber da sociedade o aval de quem realmente é inocente com relação ao ocorrido." (SOUSA, 2017, p. 16).

Em torno desse debate sobre o "status social da vítima", feministas buscaram por casos de estupros que desconstruíssem o clichê da "mulher honesta", quando há a ideia de que se as mulheres se comportassem, conforme a norma patriarcal, sendo "belas, recatadas e do lar" não seriam violentadas. A postagem a seguir desconstrói mais um mito, evidenciando que, independente do comportamento social da vítima, a possibilidade de estupro é alta. A lista mencionada traz casos de mulheres que foram vítimas em igreja, na escola, em casa, no metrô, no trabalho e vítima do próprio parceiro.

"Se ela tivesse um namorado fixo isso não aconteceria!"
'Meu namorado me estuprou por um ano enquanto eu dormia': <http://bbc.in/27UhJvG>

"Se ela fosse mais família isso não aconteceria!"
Adolescente com deficiência física é estuprada pelo tio em RR: <http://glo.bo/1THnB47>

"Se ela fosse menos 'puta' isso não aconteceria!"
Menina (de 1 ano e meio) morta em igreja foi violentada: <http://bit.ly/1Z3LEM4>

"Se ela tivesse mais cuidado isso não aconteceria!"
Jovem é estuprada em estação do Metrô de São Paulo: <http://bit.ly/1WnjCgw>

Figura 5- Publicação no Facebook denunciando a culpabilização da vítima em casos de estupro.

Fonte: reprodução do *Facebook* – via Página Sociedade Racionalista.

De acordo com Rogério Diniz Junqueira (2017), em sociedades historicamente pouco democráticas e muito hierarquizadas, como a brasileira, diversas situações violentas costumam ser naturalizadas. Sobretudo naquelas situações em que a vítima “não é bem a vítima”, mas “alguém que foi atrás de encrenca”. Nesse sentido, se aloca a hierarquia das diferenças da experiência de mulher frente à cultura do estupro.

Os mitos que constroem estereótipos sobre masculino e feminino fomentam a cultura do estupro e dimensionam graus de violência. Os mitos têm uma construção cultural complexa que se baseia na intervenção de um fator divino na vida humana. “É a releitura, de um evento de criação, ocorrendo geralmente em tempos primitivos, e capaz de explicar o mundo como um fenômeno sobrenatural.” (SMITH, 2004, p. 133). A heterossexualidade pressupõe entre outros, o mito de que os indivíduos que mantêm relações sexuais e/ou afetivas com pessoas de mesmo gênero, como as mulheres lésbicas e homens gays, formam categorias que remetem no imaginário ocidental à ideia de doença, perversão ou anormalidade.

Dessa forma, alguns agressores passam pela crença do estupro como “cura” do desvio norma sexual. Em 2015, o “Blog do Tio Astolfo” virou notícia na grande mídia e foi denunciado ao Ministério Público Federal, por internautas, por discriminação e

Um estupro de sessenta mil: feminismos 2.0 e a circulação do conceito...

incitação à violência nas redes. O conteúdo explicitamente misógino fornecia o passo-a-passo sobre como estuprar mulheres em várias situações. Em um desses guias o autor tratava especificamente do estupro corretivo afirmando: *estuprar lésbicas é uma questão de honra, glória e bem-estar social*. Segundo reportagem da Revista Fórum, o autor do blog se defendeu dizendo *expor a realidade a uma sociedade corrompida e degenerada pelo esquerdismo*¹⁵.



Estuprar lésbicas é uma questão de honra, gloria e bem estar social.

📌 Fixo 📁 Uncategorized

Figura 6- Título da matéria divulgada no "blog Tio Astolfo ". Fonte: Revista Fórum

Na cultura ocidental costuma-se associar a sexualidade ao gênero, como se fossem duas coisas coladas uma à outra. "Para a maior parte das pessoas em nossa cultura, a heterossexualidade, ou seja, a atração erótica de indivíduos de um sexo pelos de outro, é um algo "instintivo" da espécie humana em vistas da sua autopropagação pela reprodução" (GROSSI, 2014, p.9).

Relatos de estupros corretivos podem ser encontrados em inquéritos policiais por todo o país. A violência é motivada pela noção de que homens gays, mulheres lésbicas e pessoas transvestigeneres são desafios à masculinidade, que se pauta na heterossexualidade compulsória. O estupro de uma mulher lésbica, por exemplo, representa, correção da feminilidade, como se a orientação sexual ou a identidade de gênero derivassem da falta de contato sexual com um homem.

Relatos de estupros contra travestis, lésbicas, e gays não são incomuns, são atos impregnados de desprezo em relação as mulheres e o feminino. E mais: exprimem um desejo de normalização. Uma

¹⁵ Disponível em /2015/07/27/site-da-passo-a-passo-de-como-estuprar-uma-mulher/ acesso em dezembro de 2017.

ânsia para encerrar de maneira binária, a masculinidade nos homens e a feminilidade nas mulheres. Por isso no caso de estupros contra lésbicas tais atos de violência machista, sexista, homofóbica e lesbofóbica são comumente animadas pela crença de mulheres lésbicas somente são lésbicas por não terem encontrado homens que "soubessem fazer direito". O estuprador de uma lésbica agiria como um pretense agente de normalização. (DINIZ, 2012, p. 80).

Interpretados como fatos, não só produzem e mantêm representações sobre vítimas e agressores, como também diminuem a compreensão e percepção da violência, e logo de que o estupro é definido. O estupro contra uma mulher "moral e crível" – honesta, agredida por um homem desconhecido e desviante – se tornou um padrão que não contempla a maioria dos casos de violência sexual.

Estereótipos sexistas fizeram da sexualidade da mulher o foco, quando se trata de estupro. Visões estereotipadas de que a mulher deve estar sexualmente agradável e disponível sexualmente ao maridos ou amantes. Perpetuam mitos de que as mulheres não podem ser violadas em casamentos, em um relacionamento ou uma data. Nessa situação respostas culturais comuns podem ser: Ela sabia no que estava se metendo, ela apenas lamentou o sexo e chamou de estupro, e não pode ser chamado de estupro porque é seu dever como esposa agradar o marido. (SMITH,2004, p.193)

Nesse sentido, a formação do povo brasileiro se configura por meio de estupros, a miscigenação acontece por meio da violência sexual sistêmica cometida contra mulheres indígenas e negras. De acordo com Marina Basso Lacerda (2010), a analogia mulher-terra, advinda do patriarcado, dá sentido à colonização. Assim, possuir um corpo feminino de uma mulher nativa simbolizava conquistar uma terra recém-revelada aos europeus, sendo que a exploração sexual dessas mulheres não servia apenas a desejos individuais, mas também pela reprodução de mão de obra barata que alimentava o sistema colonial.

Tais intercursos sexuais, violentos ou não, geraram uma prole massivamente "ilegítima", devido à "ampla paternidade irresponsável", nas palavras de Darcy Ribeiro e aos "preconceitos de cor e de classe", na expressão de Caio Prado (1957, p. 352). Esta prole ilegítima é a matriz do povo brasileiro, que surge a partir de negações: o não ser português, o não ser africano (e sim escravo), o não ser gentio da terra. Na brilhante formulação de Darcy Ribeiro, esta "ninguendade", fruto de várias ordens de violência, dentre elas, a matricialmente, a violência de gênero, é que força a criação de uma identidade própria: a brasileira. (LACERDA, 2010, p.42)

Mary Smith (2004) relata a expressão da cultura estupro em relação às mulheres negras nos Estados Unidos. A autora pontua os estereótipos de promiscuidade atribuídos à mulher negra, herdados do período escravocrata americano. Por consequência, na “pós-abolição”, muitas delas foram sujeitadas ao aumento do assédio sexual masculino e estupro ao trabalhar como empregadas domésticas para famílias brancas. As dinâmicas raciais e de gênero produziram um cenário no qual as mulheres e meninas negras violentadas, ao procurar ajuda recebiam a combinação do machismo e do sexismo por parte dos funcionários da justiça criminal (SMITH, 2004).

Uma vez que mulheres que são vistas como virtuosas são geralmente brancas, não pobres, heterossexuais, casadas e “cumpridoras das leis”, estas podem talvez contar com aval social de vítima e solicitar uma maior atenção da violência sexual. Ao passo que mulheres vistas como promíscuas, da classe trabalhadora, negras, de periferias ou zonas rurais, solteiras, sem moradia, prostitutas, tem suas queixas negligenciadas.

Considerações finais

Nesse artigo, procurei explorar quais seriam os aspectos e elementos que identificam uma cultura do estupro, para tanto caminhei pela repercussão de um caso de estupro coletivo, contextualizado o cenário alarmante no qual uma mulher é estuprada a cada dez minutos no país. Analisando postagens de conteúdos selecionados em busca pelo termo **cultura do estupro**, na Rede Social Facebook, em um levantamento da circulação do conceito em perfis e páginas comuns¹⁶. Foi possível destacar a influência das teorias feministas no debate, bem como a organização nas redes sociais com a criação de conteúdos que comunicam como os mitos de estupro são predominantes e muitas pessoas acreditam que eles são verdadeiros factuais.

A cultura do estupro se manifesta de vários modos, à medida que endossamos sua naturalização, contribuindo com o silêncio. No não reconhecimento de uma série de ações e discursos aliado aos mecanismos culturais que nos agridem e fazem agredir, banalizados

¹⁶ Esse artigo se desenvolve dos movimentos de pesquisa da dissertação “Educar Sobre Estupro, educar sobre a diferença: A redefinição do estupro e a apropriação do conceito de cultura do estupro pelo movimento feminista brasileiro contemporâneo onde se desenvolveu também a análise de páginas que autodeclaram a posição feminista. A dissertação foi desenvolvida no Programa de Pós Graduação em Educação na Universidade Federal de Juiz de Fora entre 2017 e 2019.

Um estupro de sessenta mil: feminismos 2.0 e a circulação do conceito...

nas nossas relações de poder. De forma que afetam o entendimento individual, cultural, institucional e as repostas ao estupro como violência, e não como espetáculo. Relações em que a maioria dos casos apresentam vínculo familiar, sendo historicamente privilegiado os homens, praticamente desobrigados da responsabilidade da violência, pelo aval branco-heterossexual em um cotidiano que coage, constrange e agride.

Por fim cabe considerar a análise da interseccionalidade para trazer a reivindicação de vidas geralmente alocadas como precárias- não importantes-, como por exemplo, as marcadas historicamente pelos séculos do período escravocrata brasileiro.

Tal aspecto foi naturalizado, reduzindo as experiências de mulher negra ao racismo que atravessa as concepções de gênero, e deixando a mulher negra mais suscetível à violência sexual. De forma que chama atenção da sociedade para reflexão e enfrentamento dessa conjuntura, que leve em consideração ainda a exclusão digital, tanto no que tange ao sentido racial quanto às orientações sexuais e de identidade de gênero, constantemente ignoradas.

Abre esse artigo a ilustração “Baiana de Xangô”, da Série “Ancestrais” produzida pela artista Andressa Silva, estudante de Artes e Design (IAD) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Se dedica a expressão da arte em diferentes movimentos, divulgando a vivência e reivindicando sua existência de mulher afro-indígena e periférica. A ilustração compõe o texto junto a dizeres de minha autoria. Em poética, suavizando gatilhos, encorajando o grito de justiça ou de ajuda, é também expressão de solidariedade a toda pessoa que se encontra ou passou pela experiência da violência sexual.



REFERÊNCIAS:

ANDRADE, Vera Regina de. A soberania patriarcal: o sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher. Revista Sequência: [online] Florianópolis, v.26, n. 50, p. 71-102, jul. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15185/13811>. Acesso em: abril 2020.

BUTLER, Judith. Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?. Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha; revisão de tradução de Marina Vargas; revisão técnica de Carla Rodrigues. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. p. 144 – 257.

BRIGNOL, Lilian Dutra. TOMAZETTI, Tainan Pauli. Feminismo Contemporâneo a (re) configuração de um terreno comunicativo para as políticas de gênero na era digital. 10º Encontro Nacional de História da Mídia. ALCAR 2015. UFRGS. Porto Alegre. Junho de 2015. (Anais) Disponível em: http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/historia-da-midia-digital/o-feminismo-contemporaneo-a-re-configuracao-de-um-terreno-comunicativo-para-as-politicas-de-genero-na-era-digital/at_download/file Acesso: maio de 2020

CASTELLS, M. Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet, tradução Carlos Alberto Medeiros –1ed– Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

DINIZ, Rogério Junqueira. Cotidiano Escolar, Heteronormatividade e Homofobia: Por uma ampliação dos horizontes pedagógicos, ou quem tem medo de novos olhares na Escola? In XAVIER- FILHA, Constantina. (org.) Sexualidades, Gênero e Diferença nas Educação das Infâncias. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2012.

RIBEIRO, Djamila. Quem tem medo do Feminismo Negro? 1º ed. – São Paulo, companhia das letras, 2018.

SAFFIOTI, Heleieth. O poder do macho São Paulo: Moderna, 2004

SIBILIA, Paula. O show do eu: a intimidade como espetáculo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica Educação & Realidade, v.20, n.2, jul./dez. 1995. Disponível em <https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/71721/40667> acesso em: abril de 2020

SILVA, Andressa. Baiana de Xangô. Ilustração –“Série Ancestrais” 2019. 15x10 – Giz Pasteis – Papel Cartão. In MELO, Iuli do Carmo. Educar sobre estupro, Educar sobre a diferença: A redefinição do estupro e a reivindicação de não-violência na apropriação e construção do conceito de cultura do estupro. (mestrado acadêmico) Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação. Programa de pós graduação em Educação. 2019.

SMITH, Merrill D (editor). Encyclopedia of Rape. London, Greenwood Press, 2004.

SOUSA, Renata Floriano de. Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres. Rev. Estud. Fem. [online], v. 25, n.1, p. 9-29, 2017.

Um estupro de sessenta mil: feminismos 2.0 e a circulação do conceito...

WELZER-LANG, Daniel. Homens e pornografia: Nova pornografia como uma resistência masculina à mudança. Disponível em: <https://philpapers.org/rec/WELLHE>. Acesso em abril de 2017.

RECURSOS ARGUMENTATIVOS NA *HASHTAG* #MEUAMIGOSECRETO: ANÁLISE DOS ENUNCIADOS NO FACEBOOK

Ana Luiza Cordeiro¹

Resumo

O presente artigo lança olhares às escolhas argumentativas presentes nos enunciados vinculados à *hashtag* #MeuAmigoSecreto, publicados entre 25 e 30 de novembro de 2015, na plataforma Facebook. Considerando que toda enunciação é argumentativa, tem-se como objetivo analisar, com base nas categorias postuladas por Fiorin (2016), quais as táticas argumentativas mais recorrentes nos enunciados. Parte-se de uma metodologia de cunho netnográfico, de forma quanti e qualitativa, propondo a análise argumentativa de 49 publicações. Para tanto, ancora-se na Teoria da Argumentação, recorrendo-se também à Koch (2011) e Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996; 2011). Como resultado, observa-se a predileção aos argumentos que recorrem ao mundo objetivo, indicando que as construções sobre violência e machismo usam majoritariamente como base a noção de realidade e vivência compartilhadas entre mulheres.

Palavras-chave: Facebook; Hashtag; Argumentação; Machismo;

Argumentative resources in the *hashtag* #MeuAmigoSecreto: analysis of statements on Facebook

Abstract

This article addresses the argumentative choices in the statements linked to the #MeuAmigoSecreto *hashtag*, published between 25 – 30 November, 2015, on Facebook. Considering that every enunciation is argumentative, our aim is to analyze, basing on the categories postulated by Fiorin (2016), which are the most recurrent argumentative tactics in these statements. The article is based on a netnographic both methodology, quantitative and qualitative, offering the argumentative analysis of 49 publications. To do such, we refer to the theory of argumentation, resorting to Koch (2011) and Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996; 2011). As a result, the preference for the arguments that occur in the objective world is observed, indicating that the constructions about violence and sexism are mostly based on the notion of reality and experience shared between women.

Key-Words: Facebook; Hashtag; Argumentation; Sexism;

¹ Doutoranda em Tecnologia e Sociedade (PPGTE), Universidade Tecnológica Federal do Paraná, ana.luiza.cordeiro@gmail.com.

Introdução

Este artigo pretende tecer uma análise quanti e qualitativa por meio da netnografia quanto às escolhas e táticas argumentativas presentes nos enunciados vinculados à *hashtag* #MeuAmigoSecreto publicados no Facebook, considerando o período entre 25 e 30 de novembro de 2015. Para tanto, recorre-se à Teoria da Argumentação, com aporte em Fiorin (2016), Koch (2011) e Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996; 2011), logo que a argumentação é intrínseca à comunicação.

As *hashtags*, que são elementos bastante marcados na cibercultura atual, assumem aspectos singulares, próprios das plataformas digitais e da intencionalidade dos usuários e usuárias, operam como indexador de conteúdo e veiculador informacional, atuando na esfera individual, social, subjetiva, marcando o percurso histórico e social das redes sociais devido às atribuições de vivências do público. Inicialmente, usadas como recursos primordialmente técnicos, para recursos de busca e categorização, as *hashtags* foram apropriadas e empregadas como elemento compilador de sentidos, ideologias e intuítos, ganhando cada vez mais especificidade. Neste sentido, exemplifica-se com a *hashtag* #MeuAmigoSecreto, que operou não apenas como uma etiqueta para enunciados sobre denúncias de machismo, mas também como uma campanha incentivando que elas fossem feitas. Dessa forma, além da presença e ampla utilização do elemento, olhar especificamente para a *hashtag* #MeuAmigoSecreto se justifica pela relevância acadêmica e social em compreender e aprofundar os saberes relativos às formas de resistência às violências contra a mulher, machismo e opressão.

No ciberespaço, a língua assume-se como ferramenta operadora e articuladora, em que se baseiam e se exprimem ações, sentimentos e interações essencialmente pelas mídias, sejam elas vídeos, clipes de voz, imagens e, também, a escrita. Mais do que uma imensidão de postagens realizadas no Facebook, é imprescindível o olhar atento para diversas modalidades que emergem e se manifestam nas redes sociais digitais, constituindo e remodelando as linguagens e, neste artigo, especificamente a análise dos enunciados vinculados às *hashtags* #MeuAmigoSecreto permite observar como os indivíduos argumentam, produzindo sentido, referindo-se ao mundo, expressando cultura, produzindo e reproduzindo conhecimento,

reportando as ações do mundo para construir o mundo e constituir-se como sujeito através da língua.

Ao enunciar, os sujeitos articulam ao mundo um emaranhado de manifestações simbólicas, referenciais, variativas, ideológicas, valorativas, que podem ou não acarretar múltiplos sentidos em seus alocutários, a depender dos contextos de enunciação (FIORIN, 2016). Nesse sentido, a linguagem que permeia a maioria das manifestações indivíduo-mundo é responsável por articular e estabelecer essa ponte sógnica.

Ainda que o Facebook não seja, num primeiro momento, um espaço de produção intelectual ou profissional, ele possibilita a construção de uma gama de manifestações, como a conexão entre amigos ou o fortalecimento de elos sociais. Assim como apontado por Castells (2013), a internet confere um ambiente dinâmico, que se altera conforme as demandas sociais e, ao mesmo tempo, as cria. Ou seja, da mesma maneira que há a necessidade de encontrar um espaço para expressar-se, as mulheres reforçam a noção de que é preciso estender as demandas de ocupação feminina também às áreas até então majoritariamente compostas por homens.

Sabendo que os enunciados são sempre argumentativos (FIORIN, 2016; KOCH, 2011), visando a convencer, cooptar ou persuadir o interlocutor, o presente artigo dedica-se a analisar as táticas argumentativas desenvolvidas pelas enunciadoras nas publicações vinculados à *hashtag* #MeuAmigoSecreto no Facebook, em 2015, entre os dias 25 e 30 de novembro, período em que houve a ascensão da circulação da campanha, sendo que no dia 30 se marca o declínio dela. Em um primeiro momento, são esboçados os caminhos metodológicos para a coleta dos dados, parte-se para as bases teóricas sobre argumentação que dão sustentação à análise, recorrendo sobretudo à Koch (2011), Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996; 2011) e Fiorin (2016), por fim, chega-se à análise.

Caminhos metodológicos

O presente artigo segue um caminho metodológico situado na esfera online e, portanto, pode ser compreendido como uma pesquisa netnográfica (KOZINETTS, 2014). Recorre-se, ainda, às análises de natureza quanti e qualitativas, em que aquelas se dedicam à identificação e contabilização de dados, enquanto

estas aprofundam a busca por sentidos ou características do que é observado. Dessa forma, a netnografia segue a mesma premissa de um estudo de campo, visando a inserção do pesquisador no ambiente de escolha, coletando dados e fazendo um acompanhamento ampliado do objeto de estudo, como forma de estudar um fenômeno cultural na internet.

Ligada à antropologia, a metodologia ainda toma as relações humanas como fator central à pesquisa (KOZINETS, 2014), considerando as estruturas sociais e culturais, formando uma rede extensa de possibilidades que são articuladas graças às características de artefato cultural que os ambientes digitais podem assumir, e são apropriadas pelos usuários a partir de motivações e marcações que constituem um “repositório das marcações culturais de determinados grupos e populações no ciberespaço, nos quais é possível, também, recuperar seus traçados culturais” (AMARAL; RECUERO; MONTARDO, 2008).

É preciso destacar que a primeira postagem com a *hashtag* #MeuAmigoSecreto foi publicada na rede social Twitter, mas o ambiente digital de coleta do corpus deste trabalho é o Facebook. A escolha se justifica pelos números de usuários em âmbito nacional e mundial², a menor delimitação de recursos – como caracteres —, além da expressiva circulação da *hashtag* dentro da plataforma.

Somente na plataforma Twitter, #MeuAmigoSecreto foi mencionado cerca de 170 mil vezes³, o que evidencia o elevado engajamento⁴ do público e aderência à campanha. Dessa forma, para auxiliar na delimitação temporal se recorreu ao Google Trends⁵, que permite acompanhar o comportamento do público. Observou-se que o elevado índice de engajamento em todo o ambiente digital se manteve entre os dias 24 e 29 de novembro⁶, iniciando o declínio no dia 30.

Considerando as limitações do Facebook referentes à extração de dados, a coleta se deu de forma manual, em que alguns

2 O Facebook registrou, em 2018, 2,2 bilhões de usuários mensais em todo o mundo, e no Brasil 127 milhões.

3 Disponível em <https://pvmulher.com.br/uma-primavera-sem-fim/>. Acessado em 12/12/2018.

4 O engajamento se refere às interações do público com o conteúdo, assunto, página ou plataforma. Pode, portanto, designar ações como publicar hashtags, compartilhar postagens, pesquisar assuntos, navegar em blogs, entre outras.

5 Disponível em <https://trends.google.com.br/trends/explore?q=%23meuamigosecreto&geo=BR>. Acessado em 10/12/2018.

6 Ainda que a circulação da *hashtag* tenha iniciado no fim do dia 23 e a emergência das postagens tenha ocorrido ao longo do dia 24 de novembro, a primeira publicação coletada que atendeu aos critérios desta pesquisa foi somente na data de 25 de novembro.

cuidados foram tomados para garantir os critérios estipulados para o corpus, bem como o sigilo das postagens. Para tanto, foi feita uma busca pela *hashtag* #MeuAmigoSecreto e, por meio dos filtros da própria plataforma, foi feita a delimitação temporal, selecionada as postagens públicas que respeitassem pelo menos um grau de conexão com o perfil da pesquisadora — ou seja, apenas contatos que constassem, na época, como “amigos” ou “amigos de amigos”. Isso se justifica pela noção de conectividade assumida por esta pesquisa, em que a internet opera como aproximadora e fortalecedora de laços sociais a partir de interesses comuns. Por fim, aplicados todos os critérios, resultou-se em 49 enunciados coletados para a análise argumentativa.

Neste artigo, após discorrer sobre a argumentação, ainda que sem a pretensão de esgotar a temática ou aprofundar as categorias argumentativas, busca-se atrelar os conceitos e definições emergidos aos enunciados coletados. Para tanto, conforme a análise se desdobra, exemplos que possam representar os dados encontrados são apresentados.

Argumentação: elemento intrínseco à comunicação

Dominic Wolton (2005) aponta que a internet articula aspectos temáticos e segmentados, em que há uma infinidade de conteúdos, ofertados aos mais diversos interesses, havendo também a possibilidade de escolha e um consumo mais ativo dos usuários e usuárias. Convergingo com Xavier (2013), pode-se caracterizar o espaço digital como fluido, plural e ao mesmo tempo segmentado e interligado às dinâmicas sociais.

Nesse sentido, ainda que possa parecer inquestionável, deve-se ressaltar que os processos comunicativos não nascem ou formulam-se a partir da internet, mas podem ser afetados, alterados ou exponenciados por ela. Como exemplo, as formas de abordar e denunciar a violência à mulher podem ser encontradas em boletins de ocorrência, notícias jornalísticas, comentários, histórias ficcionais, mas se deve considerar também que ao serem transpostas às plataformas digitais, os enunciados são atravessados por dinâmicas da própria rede, que obedecem também às normas cibernéticas (MARCUSCHI, 2005). Portanto, em relação às temáticas de machismo e violências à mulher, há uma produção pelas próprias usuárias⁷, que vivenciam e traduzem em

⁷ Uma breve justificativa faz-se necessária quanto ao emprego do termo “usuárias” e “enunciadoras”. Ainda que a produção de enunciados vinculados à campanha

postagens suas experiências e percepções, fazendo com que as postagens trafeguem pela rede e sejam consumidas por outras usuárias também produtoras de informação ou conteúdo.

Hall (1997) aponta os caminhos entre a língua e a construção de sentidos no mundo. Os significados, que a priori são dados num conglomerado de manifestações complexas, são articuladamente circunscritos nas interações e construções enunciativas em que há um compartilhamento de experiências, um reconhecimento situacional, uma culturalização. Ou seja, uma compreensão de contexto, experiência e realidade vivenciada pelos interlocutores e interlocutoras, há um compartilhamento de significações e, portanto, o estabelecimento do que Hall toma por cultura. A língua opera como um sistema representacional significando, atribuindo valor, sentido e cargas afetivas aos atos-mundo através das diversas linguagens (HALL, 1997), construindo assim um universo linguístico.

É necessário destacar, novamente, que as tecnologias digitais conferem às pessoas novos espaços para preencher com recursos que, geralmente, já eram demandas passadas. O Facebook, então, se torna “um eco daquele antigo modelo de cultura, agora em roupagem tecnológica” (SHIRKY, 2010, p.23). O que pode caracterizar a atuação social na era das redes sociais digitais é, então, uma facilidade em conectar ideias, pensamentos, iniciativas e pessoas interessadas nas mesmas temáticas, fazendo com que as ações sejam efetivadas com mais facilidade. Nesse sentido, a *hashtag* #MeuAmigoSecreto é assumida como um propulsor de denúncias que adquirem um formato característico dado pela forma de organizar a linguagem.

A argumentação se manifesta nos enunciados e discursos sempre intrínseca à linguagem. Quando os sujeitos produzem suas falas e articulam a língua, é numa ordem de convencimento, veracidade, hierarquização ou atração do alocutário, portanto, os enunciados produzidos não são neutros, imparciais ou descabidos de intenção, e

por esta razão que se pode afirmar que o ato de argumentar, isto é, de orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões,

#MeuAmigoSecreto não seja monitorada, delimitada ou restrita às mulheres, optou-se pela generalização no feminino em referência à visibilidade da mulher como integrante da rede e protagonista da campanha. O termo não designa que todos os enunciados relacionados à campanha sejam efetivamente produzidos por mulheres, mas emprega-o com o intuito de legitimar e reforçar a produção de mulheres para mulheres.

constitui o ato linguístico fundamental, pois a todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia, na acepção mais ampla do termo (KOCH, 2011, p. 17).

Ainda que os jogos de palavras soem despreziosos num primeiro momento, atenta-se para o anseio de que as falas produzam sentido de veracidade e sejam recebidas com credibilidade pelos interlocutores. Ou seja, parte-se da noção de que as enunciações são feitas para serem tomadas como verdade.

Os indivíduos são dotados de construções culturais e ideológicas distintas que afetam e alteram suas percepções da realidade, implicando em alterações na construção e concepção de mundo e verdades (HALL, 2006). Se as sociedades não são homogêneas, apresentando diversidade de interesses e necessidades, as vozes que se manifestam e anunciam nos espaços de interação promovem diálogos e debates constantes, apresentando a troca de posicionamentos entre sujeitos, exposição de perspectivas e cruzamento de opiniões (FIORIN, 2016). Portanto, visando a mudanças organizacionais, bem-estar coletivo e individual, mudança ou manutenção das estruturas e sistemas sociais, as interações e a linguagem são sempre um ponto dialético imprescindível para se constituir como sujeito e explanar pontos de vista (BENVENISTE, 1988). Neste sentido, mesmo que o locutor se valha do intuito de ludibriar, refutar ou enganar o interlocutor, o interesse primeiro é que quem recebe a informação acredite nela, dando-lhe caráter de verdade ou, diante da força dos argumentos, acate os pontos de vista de quem se pronuncia.

Admite-se que há, também, uma variedade no modo de apresentar e dispor as enunciações, permitindo mais ou menos reflexão e manifestação de interlocutores. Como exemplo, na esfera jurídica e política, as contestações argumentativas ficam bastante claras, em que há demarcações temporais e linguísticas. Estipulando-se um tempo para réplicas e trélicas argumentativas nos debates, delimitando enfaticamente o momento em que os interlocutores podem se opor ao que foi exprimido, manifestando uma defesa ou justificando determinado acontecimento. Essas esferas em que se desdobram a argumentação, num aspecto bem demarcado e explícito, são especialmente abordadas por Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), que se detêm na acepção estrita de argumentar, convencer, logo que o autor permeia seus estudos sobretudo na área de filosofia do direito. No entanto,

como já apontado, outros espaços de comunicação e interação carregam também marcadores e táticas argumentativas, ainda que menos perceptíveis ou recortáveis. Esses espaços são constantes e inerentes ao cotidiano, em que constroem brechas ou possibilidades dos interlocutores aceitarem ou refutarem os argumentos, como é o caso de textos dissertativos, relatos, notícias, filmes, pronunciamentos, propagandas, conversas corriqueiras (KOCH, 2011) ou publicações em redes sociais. Como exemplo, relatos que visam a convencer o ouvinte sob determinada perspectiva de um acontecimento, publicidades que visam a incentivar o público a consumir determinado produto, diálogos que se desenvolvem a partir da crença que os falantes pronunciam verdades.

Em algumas dessas modalidades, ainda que não haja um espaço formal demarcado para a refutação ou contra argumentação, é dado ao alocutário o direito de negar-se ao argumento, permanecer em suas convicções e pontos de vista, além de desacreditar ou descredibilizar o que lhe é enunciado. Nesse sentido, se um relato, notícia ou filme não instiga ou seduz o público, conferindo laços frágeis de interação ou incorporação do ponto de vista, pode-se assumir como ineficaz o trabalho de argumentação estabelecido.

Ainda que se possa mobilizar diversas palavras e eixos lexicais para conduzir o interlocutor ao sentido desejado (KOCH, 2011), o enunciador ou enunciativa organiza o enunciado influenciado pelas maneiras que julga serem as mais favoráveis e otimizadas para a situação, sabendo que as escolhas lexicais, e até mesmo de entonação, são capazes de interferir na aceitação do enunciado. Dessa forma, muitas vezes, há uma aproximação dos sentidos e significados dos enunciados como nos casos de sinônimos, porém as mobilizações linguísticas são em algum nível bastante distintas (KOCH 2011). Por exemplo, pode-se dizer que [A] “Não quero mais sair hoje à noite” e [B] “Que tempo feio faz lá fora”. A implicatura de [B] permite constatar, dado o contexto pertinente, que não se deseja sair devido ao tempo, resultando num sentido aproximado de [A], porém sem a objetividade da informação que está explicitamente contida, dita, verbalizada no enunciado.

No que tange à produção na Web 2.0, faz-se necessário tomar os conceitos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), na Nova Retórica, em que se estabelece uma inter-relação de orador com um auditório, podendo este ser universal, genérico, heterogêneo.

O Facebook conecta e estende as vozes aos mais diversos perfis e identidades, fazendo com que as publicações, geralmente, assumam um caráter de mensagem pública. Portanto, quando o público é diverso e a comunicação é genérica, intui-se dizer que há um sentido amplo e cabível a todos os interlocutores, sem que haja a intenção de produzir uma interpretação distinta para cada um. Dada pelo enredo – cultural, socioeconômico, contextual, intencional e até mais imediato, logo que o suporte, por exemplo, um celular ou notebook, ou a plataforma podem interferir no tamanho do texto publicado –, há uma variável influência de fatores que se alteram para tanger a significação que o indivíduo vê em sua enunciação e “ele deverá utilizar argumentos múltiplos para conquistar os diversos elementos de seu auditório. É a arte de levar em conta, na argumentação, esse auditório heterogêneo que caracteriza o grande orador” (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 24).

Para a posterior análise argumentativa, recorre-se às categorias estipuladas por Fiorin (2016). Destaca-se que não se pretende, neste artigo, esgotar ou aprofundar cada categoria argumentativa definida pelo autor, mas sim esboçá-las modo que seja possível a categorização a partir dos eixos argumentativos *Quase lógicos; Fundamentados na estrutura da realidade; Fundamentam a estrutura do real; Dissociação de noções; Outras táticas argumentativas* (FIORIN, 2016).

Argumentos quase lógicos

Os argumentos quase lógicos são recorrentes no cotidiano, em diversas esferas de interação para apontar segmentos plausíveis e possíveis, porém não debruçados na lógica (FIORIN, 2016). Devido à proximidade ao convencimento quase matemático, intui-se que os argumentos quase lógicos compõem uma maneira objetiva de tecer o convencimento em espaço e tempo reduzidos. Na categoria argumentativa quase lógica, o enunciador se vale de uma linearidade, um jogo de encadeamentos de fatos ou raciocínios que conduz, gradualmente, o interlocutor à conclusão. Em geral, há uma atribuição identitária ou característica aos fatos ou situações, em que se precisa elencar, vincular ou distingui-las entre si, para que o público consiga estabelecer uma relação entre os fatores, chegando a uma conclusão ou interpretação mediada pela lógica.

Argumentos fundamentados na estrutura da realidade

Os argumentos fundamentados na estrutura da realidade são os que não se desprendem do real, mantendo um elo profundo com as relações que estabelecem no mundo empírico, no funcionamento social, na vida individual (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 1996). Inclusive, as experiências e vivências podem pautar um princípio argumentativo desta categoria, tornando-a bastante maleável e aplicável aos acontecimentos. Fiorin (2016, p. 159) aponta que há “até uma formulação latina para este princípio: *post hoc, ergo propter hoc* (depois disso; portanto, por causa disso)”, apontando sua aparição em crenças, senso comum e superstição.

Em síntese, estabelecem um paralelo com as condutas sociais. Nesse sentido, é a partir do funcionamento do real que se apresentam as ações esperadas, sendo necessário que os interlocutores apresentem conhecimentos sobre as relações de interdependência das ações-reações ou ações-consequências.

Argumentos que fundamentam a estrutura do real

Os argumentos que fundamentam a estrutura do real são aqueles que usam dos fatos e ocorrências precedentes para implicar o valor argumentativo à sentença, admitindo que regras gerais ou modelos se estabeleçam, em que “a maioria dos tipos argumentativos baseados na estrutura da realidade obedece à lógica implicativa” (FIORIN, 2016, p. 150). A partir de uma situação específica ou caso particular, estendem-se às causas e consequências admitindo-as em situações mais gerais ou coletivas.

Os argumentos que se atrelam à estrutura do real se valem de situações ocorridas, exemplificações, generalizações ou relatos pontuais para construir uma argumentação, um convencimento. É preciso que o interlocutor compartilhe os valores implícitos na ação ou relato para compreender as possíveis relações que podem se estabelecer. Nesse sentido, há uma lógica implícita e atrelada às interpretações ou valores sociais dos fatos.

Argumentos pela dissociação de noções

Quanto aos argumentos fundados na desassociação de noções, Fiorin (2016) destaca a quebra da tática até agora descrita,

enquanto as categorias argumentativas anteriores se fundamentam na associação de noções, equiparação, comparação e semelhança, “os argumentos por dissociação separam ideias que aparecem em pares hierarquizados” (2016, p. 193). Aqui, conceitos que possam soar, *a priori*, indissociáveis, carregam um vínculo bastante frágil ou inverossímil, incorretamente concatenados.

Há, na argumentação pela dissociação de noções, um elo ou uma retomada às características construídas, atribuídas ou reconhecidas aos fatos ou atos. Nesse sentido, os aspectos sociais são bastante fortes ou presentes logo que é necessário retomar ou recorrer constantemente aos constructos, reforçando ou rompendo com as imagens pré-estabelecidas, como exemplo, os constructos atribuídos às mulheres de que devem ser dedicadas ao lar e à família.

Outras técnicas argumentativas

Por fim, adentra-se na categoria de outras técnicas argumentativas, em que Fiorin (2016) destaca a abnegação de determinadas estratégias ao longo dos estudos desenvolvidos sobre argumentação, entre eles, os argumentos falaciosos, os recursos aos valores morais e, portanto, social e culturalmente construídos, bem como sentidos implícitos ou generalizações. Devido sua frequência, é necessário reconhecer sua existência, sobretudo, em discursos da publicidade e da política, bem como admiti-las como categorias argumentativas válidas.

A força argumentativa presente em #MeuAmigoSecreto

Para a análise, todos os 49 enunciados foram categorizados em, ao menos, uma categoria argumentativa postulada por Fiorin (2016). Para deixar clara a tabulação, a tabela abaixo evidencia a quantidade de enunciados atribuídos a cada eixo:

Tabela 1 – Categorias Argumentativas

Fundamentados na estrutura da realidade	35
Outras táticas argumentativas	24
Dissociação de noções	11
Quase lógicos	10
Fundamentam a estrutura do real	5

Fonte: A Autora

A categoria fundamentada na estrutura da realidade apresenta 56 ocorrências, sendo a mais recorrida, em números totais, que operam com base nas significações existentes no mundo objetivo (PERELMAN, OLBRECHTS-TYTECA apud Fiorin, 2016). Um exemplo desse tipo de construção argumentativa pode ser encontrado no enunciado 1:

#meuamigosecreto me jurava amizade e cumplicidade, mas, achou que era exagero da minha parte quando contei que o amigo dele tinha me agredido inconformado com o fim do namoro.

Nesse caso, a condução de sentido se faz, inicialmente, com a apresentação da ação do sujeito denunciado: achar exagero. Pode-se considerar que a enunciadora se inclina à atribuição de causalidade, em que “um acontecimento antecede e produz dado efeito” (FIORIN, 2016, p. 151), ainda que o seu uso seja como forma de fragilizar ou atacar o comportamento do sujeito. Nesse sentido, “jurar amizade” e “achar exagero” são os pontos nucleares de duas ações que, dado o contexto, se contrapõem – não é possível jurar amizade e desacreditar o amigo perante uma denúncia.

Pode-se considerar, com base nas atribuições de Fiorin (2016) para recursos fundamentados na estrutura da realidade, que a crítica ou os apontamentos comportamentais negativos são tomados como pertencentes à realidade comum, compreendidos a partir do sistema de significações que os valida como corriqueiros ou, ao menos, de amplo conhecimento.

Vale destacar a elevada frequência também de Outras técnicas argumentativas, com 24 ocorrências, como se evidencia no exemplo 2:

#meuamigosecreto vai passar a noite de natal sentado na sala, rindo e conversando enquanto todas as mulheres da família vão estar na cozinha lavando louça.

Há, no exemplo 2, uma exposição do comportamento do sujeito que leva, num primeiro momento, ao argumento por implicação para apontar a violência simbólica: se o sujeito passará a noite sentado e conversando, não participará das tarefas e atividades necessárias. Assim, a enunciadora estabiliza dois eixos no enunciado, em que um se refere a “rir e conversar” como positivo, e outro a “lavando a louça” como negativo. Nesse sentido, em tom reprobatório, aponta-se, implicitamente, à construção naturalizada de que mulheres ficam responsáveis pelos afazeres domésticos.

Conforme Fiorin (2016) a realidade é operada com uma rede complexa de construções e representações, sendo operada pela relação que o sistema de significações considera existente. Portanto, considerando a argumentação que recorre às vivências sociais – coletivas ou individuais —, o recurso de outras técnicas argumentativas estabelece paralelos com aquilo que não visa uma explanação ou esmiuçamento da logicidade da tese. As enunciadoras, nesse sentido, podem se valer da crença de que há valores dados por si próprios nos relatos e que, relacionadas ao contexto da realidade, articulam valores reprováveis por si próprios. Assim, sobretudo a argumentação com base em sentidos implícitos imprime aos enunciados, que, por exemplo, o prolongado histórico social de machismo faz-se presente na realidade compartilhada e nos pontos comuns entre enunciador e público, considerando que há características, experiências ou compreensões de mundo comuns sobre o machismo e a violência contra a mulher.

Em relação à dissociação de noções, observa-se que no corpus há 11 ocorrências, como no exemplo 3:

#meuamigosecreto pega todas e morre de orgulho, mas acha que mulher que pega todos é vagabunda. “\”/”

Nele, há uma dissociação das noções implícitas de que “homens podem pegar/se relacionar com várias mulheres, mas mulheres

que repetem o mesmo comportamento são socialmente reprovadas". Nota-se, assim, que as enunciatóras se voltam, com grande frequência, à fragilização das implicações comportamentais estipuladas socialmente. Sabendo que a tática opera na fragilização das implicações feitas a mulheres e homens, as enunciatóras operam, então, tecendo críticas a determinadas significações sociais

Há, também, 13 ocorrências de argumentos quase lógicos, recorrendo à sistemática de raciocínio plausível e preferível, possíveis devido à linearidade da conclusão (FIORIN, 2016). Por exemplo, tem-se o enunciado 4:

#meuamigosecreto usa essa hashtag pra pagar de desconstruído mas sabemos que ele é um bosta machista que se apropria de holofote de luta e adora ser misógino às escondidas

Nesse caso, tem-se a manifestação da argumentação quase lógica pela não contradição, em que algo não pode ser e não ser ao mesmo tempo (FIORIN, 2016), ou seja, não se pode ser machista e "desconstruído" ao mesmo tempo.

As táticas quase lógicas se valem da noção de que o interlocutor compartilha a logicidade do sentido. Mas, sabendo que a realidade não opera em linhas matemáticas, em verdades lógicas, mas sim com construções pautadas em convicções morais, políticas, estéticas (FIORIN, 2016), podem-se tomar tais construções operações fundantes na sociedade. Ou seja, o sentido pretendido pela enunciatóras é estabelecido somente se a interlocutora reconhecer o sistema machista e negá-lo, invalidá-lo.

Por fim, há a categoria de argumentos que fundamentam a estrutura do real que são os que organizam a realidade ou percepções dela. Apesar de a categoria comportar táticas que se valem de casos específicos para conduzir à possibilidade de ocorrências em ampla esfera, carregando um apelo argumentativo à comprovação da possibilidade de repetibilidade da ação, sua ocorrência é consideravelmente baixa no corpus analisado. Por exemplo, destaca-se o enunciado 5:

#meuamigosecreto diz que mulher que não transa com o marido pelo menos 2 ou 3 vezes por semana, não está cumprindo com a

sua obrigação e que se não tem em casa vai buscar fora. Mas meu amigo secreto esqueceu, (sic) que ela não é obrigada!

Nesse caso, é possível observar a argumentação que recorre aos modelos, aos ideais sociais, do que é ou como é o comportamento correto de uma mulher em “mulher que não transa pelo menos 2 a 3 vezes por semana não tá cumprindo obrigação”, seguida da apresentação da refutação, em que ela, a mulher, não é obrigada. O enunciado recobra aspectos construídos socialmente de que cabe à esposa cumprir com supostas obrigações matrimoniais. O recurso aos valores é uma construção que depende do contexto cultural que, nesse enunciado, se apresenta pela exposição do senso comum, seguido da desconstrução ou apontamento da inadequação da noção social “obrigação sexual da esposa”. Essa desconstrução, considerando o cenário brasileiro, só é possível devido à ascensão do feminismo e luta política, que dá vozes às desconstruções patriarcais.

Considerações sobre a argumentação em #MeuAmigoSecreto

Perante aos dados gerais, observa-se que os enunciados vinculados à *hashtag* apresentam predomínio de recursos que se valem da realidade, da organização e percepção das vivências para tecer a interlocução. No outro extremo, a menor frequência é a de argumentos que fundamentam a estrutura do real. Apesar de a categoria comportar táticas que se valem de casos específicos para conduzir à possibilidade de ocorrências em ampla esfera – por exemplo, se ocorreu com uma mulher pode ocorrer com todas –, carregando um apelo argumentativo à comprovação da possibilidade de repetibilidade da ação, sua ocorrência se mostrou consideravelmente baixa no corpus analisado.

Nesse sentido, pode-se assumir que as enunciantoras partem, conscientemente ou não, que o público compartilha da ideia de que o machismo é uma realidade reconhecidas pelas demais interlocutoras. A partir disso, em vez de argumentarem do modo a conduzir o público à compreensão da possibilidade das violências acontecerem novamente, elas, possivelmente, assumem que ele compartilha da ideia de que o machismo e as violências ocorrem e, por isso, voltam-se aos constructos sociais, às estruturas, que fomentam ou fortalecem tais violências.

Como apontado por Shirky (2010), as mídias sociais digitais, assim como diversas outras tecnologias, não são elementos que fazem surgir a necessidade de ação, mas as possibilitam, facilitam e conectam quem as façam. Nesse sentido, apontar o machismo, a opressão ou criar mecanismos que, de algum modo, visam ao enfrentamento da realidade compartilhada por mulheres – em tempos, locais e condições distintas —, guiam os sentidos construídos, compartilhados e compreendidos como eficazes ou, ao menos, capazes de manifestar pertencimento à causa pelas usuárias. Noções essas que podem ser observadas nos altos índices de repercussão e relevância da *hashtag*, evidenciados pelas métricas do Google Trends, considerando também que o tempo consecutivo que ela ficou em evidência, para a dinâmica da web, é bastante significativo.

Considerando que argumentar envolve “técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que lhes apresentam ao assentimento” (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 4), pode-se conceber que o intuito presente nos enunciados vinculados à *hashtag* #MeuAmigoSecreto não se finaliza no convencimento de interlocutoras quanto à violência sofrida pela enunciadora, mas também construir um sentido de que a violência não é um caso particular ou incomum, mas sim que é parte de um enredo social operante. Nesse sentido, pode-se tomar o emprego de espíritos para aludir à plenitude da argumentação, logo que, ao elaborar as teses, visa-se a mostrar mais do que superficialmente o fato ou o seu posicionamento. No que tange ao objeto de análise deste artigo, a adesão dos espíritos pode ser compreendida como a intenção de ir além da denúncia e comoção do público, mas efetivamente gerar a compreensão da extensão da violência à mulher.

Referências

AMARAL, Adriana., RECUERO, Raquel, MONTARDO, Sandra. Blogs: mapeando um objeto. In: **Anais do GT História da Mídia Digital do VI Congresso Nacional de História da Mídia**, Niterói, UFF, Rio de Janeiro, 2008.

BARTON, David; LEE, Carmem. **Linguagem online: textos e práticas digitais**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. Campinas, São Paulo: Pontes, 1988.

_____. **Problemas de linguística geral II**. Campinas, São Paulo: Pontes, 1989.

BRASIL. **Diretrizes nacionais Femicídio. Investigar, processar e julgar com a perspectiva de gênero.** As mortes violentas de mulheres. Brasília: ONU Mulheres, Secretaria de Política para as Mulheres, Secretaria Nacional de Segurança Pública; 2016. Disponível em < http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/diretrizes_femicidio.pdf> Acessado em: 24/12/2018.

CANÇADO, Márcia. Posições Argumentais e propriedades semânticas. **Revista DELTA**: UFMG, 2005.

_____. Análise descritiva dos verbos psicológicos do português brasileiro. **Revista Estudos Linguísticos**: Belo Horizonte, ano 5, n.4, v.1, p.89-114, jan./jun. 1996

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTILHO, Ataliba T. de. **Nova Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

CITELLI, A. **Linguagem e persuasão**. São Paulo: Editora Ática, 2002.

FIORIN, José. Luis. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2016.

HALL, Stuart. "The work of representation". In: HALL, Stuart (org.) **Representation. Cultural representation and cultural signifying practices**. London: Sage/Open University, 1997.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KOCH, Ingedore G. V. **Argumentação e Linguagem**. 13ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KOZINETS, Robert V. **Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online**. Porto Alegre: Penso, 2014

_____. **The Field Behind the Screen: Using Netnography for Marketing Research in Online Communities**. 2002. Acesso em 10/08/2007, disponível em <http://www.marketingpower.com/content18255.php>.

MARCUSCHI, Luiz A.; XAVIER, Antônio C. (Orgs.) **Hipertexto e gêneros digitais**. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2005.

PERELMAN, Chain. OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação – A nova retórica**. Trad. Maria E.G.G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. A filosofia do pluralismo e a Nova Retórica. In: **Teoria da argumentação e educação**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2011.

SHIRKY, Clay. **A cultura da participação**: criatividade e generosidade no mundo conectado. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

WOLTON, Dominique. **Seminário comunicação, política e tecnologia**. PUC/RS. 17-18-19maio. Porto Alegre, 2005.

AS ORDENS DE INDEXICALIDADE MOBILIZADAS EM DISCUSSÕES SOBRE ABORTO NA INTERNET

Pamella Opsfelder de Almeida¹

Resumo

Na era digital novas noções de feminilidade e maternidade são colocadas em discurso a todo momento. No site BabyCenter Brasil, plataforma virtual direcionada a mulheres interessadas na maternidade, existe a possibilidade de discussão de tópicos sensíveis como o aborto. Nesse sentido, esta pesquisa investiga como as narrativas produzidas pelas usuárias do site significam o aborto provocado e as mulheres que o praticam, bem como que discursos translocais são evocados nessas produções discursivas locais. Para isso, convencionou-se utilizar o conceito de indexicalidade, conforme concebido por Silverstein (2003), e as pistas indexicais propostas por Wortham (2001). Este artigo apresenta os resultados referentes à análise das pistas indexicais de referência e predicação, indexicais avaliativos e modalidades epistêmicas encontradas em cinco tópicos de discussão. Verificou-se, no corpus, o contraste entre discursos religiosos, jurídicos e moralizantes proibitivos do aborto e discursos que humanizam a mulher que aborta, demonstrando que as novas tecnologias de comunicação podem tanto reforçar quanto desestabilizar os construtos modernos de controle do corpo feminino.

Palavras-chave: Aborto; Indexicalidade, Fóruns de internet.

The indexical orders mobilized in Internet discussions concerning abortion

Abstract

In the digital age, new notions of femininity and motherhood are put into discourse at all times. On the BabyCenter Brasil website, a virtual platform aimed at women interested in motherhood, there is the possibility of discussing sensitive topics such as abortion. In this sense, this research investigates how the narratives produced by the users' comments on the site signify abortion and the women who practice it, as well as which translocal speeches are evoked in these local discursive productions. To achieve such, we use the conventionalized concept of indexicality, as conceived by Silverstein (2003), and the indexical cues proposed by Wortham (2001). This article presents the results referring to the analysis of the indexical cues of reference and predication, evaluative indexicals and epistemic modalization found in five discussion topics. In the corpus there was a contrast between religious, legal and moralizing prohibitive discourses concerning abortion and discourses that humanize the woman who aborts, demonstrating that the new communication technologies can both reinforce and destabilize the modern constructs of control of the female body.

Keywords: Abortion; Indexicality, Internet forums.

¹ Licenciada em Letras e mestranda em Linguística Aplicada na Universidade Estadual de Campinas. E-mail: pam4.1.7@hotmail.com.

1. Introdução

A gravidez é um estado que permite a reprodução humana e, mesmo com os avanços da ciência e da medicina, ainda encontra-se vinculada ao interior de um corpo humano, que abriga o feto por aproximadamente nove meses. Durante esse período, o sujeito gestante passa por mudanças fisiológicas, hormonais, emocionais, financeiras e sociais. Sua relação com o próprio corpo e com os corpos outros altera-se, de forma que a gestação se faz uma experiência individual, podendo suscitar diversas reações e emoções.

O aspecto individual dessas experiências, contudo, é minimizado em favor de uma idealização da reprodução humana. Nessa idealização, a gestação é associada ao corpo biológico feminino, seguindo a crença ocidental de que a gravidez é inseparável das figuras da maternidade e da mulher cisgênera, ou seja, daquela que é designada como pertencente ao gênero feminino ao nascer e que se identifica com esse mesmo gênero. Apesar desses construtos sociais restritivos, a gravidez é experienciada por pessoas de variadas identidades de gênero, como homens transgêneros, pessoas não-binárias e de gênero fluido.

Segundo Badinter (1985), os construtos sociais que relacionam as figuras da mãe e da mulher cisgênera à gravidez ganham força com o chamado “mito do amor materno”, que considera o desejo pela maternidade como sentimento instintivo da fêmea humana. Estabelecendo-se na sociedade ocidental principalmente a partir do século XIX, tal concepção de maternidade como fim único à vida da mulher não deixa margens ao aborto provocado. Nessa perspectiva, o abortamento não pode ser visto senão como sinal de doença psíquica, em um discurso psicanalítico, ou pecado e falha de caráter, em um discurso da moral religiosa.

No século XXI, com a popularização das novas tecnologias de comunicação, os discursos sobre a maternidade migram também para a Internet. Um exemplo é o site BabyCenter Brasil², que tem como objetivo auxiliar aqueles envolvidos no nascimento e criação de uma criança, especialmente as mulheres cisgêneras. Nesse sentido, a plataforma virtual dispõe de informações sobre concepção, desenvolvimento do feto, parto, pós-parto, saúde física e emocional da

2 Disponível em: <<https://brasil.babycenter.com/>>. Acesso em 08 de julho de 2020.

gestante, etc. Sua faceta mais interessante, contudo, talvez sejam os tópicos de discussão que permitem a interatividade entre as usuárias. Assuntos os mais diversos são discutidos entre gestantes, que enunciam sobre suas conquistas e decepções, seus medos, angústias e felicidades no concernente a maternidade.

Essas discussões situadas no BabyCenter Brasil são divididas em tópicos, de modo que a usuária pode pesquisar tópicos por palavras-chave na ferramenta de busca do próprio site. Tais tópicos de discussão constituem os objetos de estudo desta pesquisa, bem como o instrumento de geração dos dados analisados. Nesse sentido, o tema ou recorte que se pretende investigar é o aborto não espontâneo, ou seja, aquele provocado intencionalmente.

Em um ambiente projetado para auxiliar aqueles que já têm ou desejam ter filhos, imerso em um país em que o abortamento é considerado um crime e em cuja cultura persiste o mito do amor materno, as significações tecidas sobre a temática do aborto induzido podem ecoar discursos moralizantes e proibitivos. Analisando um *corpus* composto por narrativas de sujeitos que se identificam como mulheres cisgêneras, esta pesquisa investiga como as narrativas produzidas pelas usuárias do site significam o aborto provocado e as mulheres que o praticam, bem como que discursos são evocados nessas produções discursivas locais, de forma a verificar se as plataformas de comunicação digital desestabilizam ou reforçam os mecanismos de controle social dos corpos femininos.

2. Materiais e métodos

De cunho etnográfico virtual, conforme concebido por Hine (2000), a pesquisa teve como instrumento etnográfico de geração de dados o site BabyCenter Brasil. Dessa forma, selecionou-se para a constituição do *corpus* e análise linguística cinco tópicos de discussão a respeito do aborto provocado, assim como seus comentários, todos criados por usuárias que se identificam como mulheres cisgêneras. Totalizando 172 postagens, todos os tópicos e seus comentários foram coletados das cinco primeiras páginas exibidas como resultado da busca pela expressão “quero abortar” na barra de pesquisa do próprio site.

Dois critérios foram adotados para a seleção dos tópicos. O primeiro, mais geral, determinava que os tópicos selecionados deveriam: 1) ter como temática o aborto provocado, excluindo-se assim tópicos referentes à temática do abortamento espontâneo; e 2) ser escritos por mulheres cisgêneras, desconsiderando, por exemplo, tópicos criados por mulheres transgêneras e por homens cisgêneros ou transgêneros. Encerrada essa primeira filtragem, procurou-se por tópicos com maior potencial de análise linguística, valorizando-se aqueles em cujas narrativas as mulheres que abortam possuíssem vivências sociais diversas. Esse critério foi adotado para que se pudesse estudar como as usuárias do site significam mulheres provindas de diferentes grupos sociais.

Dessa forma, foram selecionados dois tópicos nos quais as mulheres que procuravam abortar eram menores de idade, dois tópicos em que essas mulheres eram maiores de idade e um tópico que não dizia respeito a uma mulher específica, mas às mulheres que abortam no geral. Seguindo esses critérios, foram selecionados para a constituição do *corpus* cinco tópicos de discussão, identificados apenas como Tópico 1, Tópico 2, Tópico 3, Tópico 4 e Tópico 5, de forma a preservar o anonimato de suas criadoras e comentaristas.

Para compor o método de análise do *corpus*, utilizou-se a noção de ordens indexicais de Silverstein (2003), além das pistas indexicais de Wortham (2001). As ordens de indexicalidade “mostram como relacionar os planos de análise micro-sociais e macro-sociais de quaisquer fenômenos sociolinguísticos” (SILVERSTEIN, 2003, p. 1). Tendo em vista esse aspecto mediador da indexicalidade, Wortham (2001) propõe que uma análise linguística que busque dar conta das relações entre esses planos deve se sustentar no estudo das pistas indexicais. Segundo o autor, essas pistas podem ser utilizadas por analistas do discurso para investigar como, em suas enunciações locais e pessoais, os narradores indexicalizam discursos e ideologias translocais, ou seja, aquelas que se situam em uma escala impessoal ou genérica.

Tendo em vista essas considerações teórico-metodológicas, este artigo analisa as ocorrências no *corpus* de três das cinco pistas indexicais sugeridas por Wortham (2001): referência (elementos do mundo aos quais o narrador se refere) e predicação (as caracterizações desses elementos); índices avaliativos (ítems lexicais e construções gramaticais que

caracterizam grupos ou sujeitos sociais); e modalidades epistêmicas (expressões do grau de verdade atribuído pelo narrador a sua enunciação). Dessa forma, pretende-se verificar como, por meio da indexicalização de discursos translocais sobre feminilidade e maternidade, as comentaristas do site referem e caracterizam as mulheres que abortam, como identificam essas mulheres (*o outro*) e a si mesmas (*eu*) como pertencentes a determinados grupos sociais, e, por fim, como, ao relacionar-se com essas vozes outras, estabelecem um posicionamento para si mesmas em suas narrativas locais.

3. Resultados e discussão: análise das pistas indexicais

3.1. Referência e predicação

Segundo Wortham (2001), referência é o ato de nomear coisas no mundo por meio do discurso, enquanto que predicação é o ato de caracterizar esses objetos. Nas primeiras análises dessas pistas indexicais, optou-se por estudar os procedimentos de referência e predicação envolvendo tanto a mulher que deseja abortar e o aborto em si, quanto do feto abortado. Nesse sentido, constatou-se que as formas de referência ao feto que mais se repetiram nos cinco tópicos foram *bebê* (total de 27 ocorrências) e *criança* (20 ocorrências), seguidas por *vida* (oito ocorrências), *anjo* (seis ocorrências) e *filho* (seis ocorrências). Já entre as predicações mais recorrentes para o feto encontram-se *não tem culpa* (14 ocorrências), *não pediu para nascer* (sete ocorrências), *está formado* (sete ocorrências), *vai ser feliz* (quatro ocorrências), *tem coração* (três ocorrências) e *é parte de você* (três ocorrências).

Os nomes utilizados para se referir ao feto – *bebê*, *criança*, *vida*, *anjo* e *filho* –, bem como as predicações *está formado* e *tem coração*, deixam claro que ele é percebido como ser humano. Segundo Diniz e Almeida (1998), referir-se ao feto como *bebê* ou *criança* é comum em discursos contrários ao aborto, que geralmente sustentam-se em dois argumentos: “o primeiro é a crença de que o feto é pessoa humana desde a fecundação; o segundo, a defesa da potencialidade do feto em tornar-se pessoa humana” (DINIZ; ALMEIDA, 1998, p. 134). Na primeira concepção, são transferíveis para o feto os

direitos humanos, de maneira a impossibilitar a legitimidade do aborto. Já na segunda noção, a transformação do feto em pessoa humana é apenas uma questão de tempo, de forma que essa transformação não pode ser impedida. Nesses discursos, conseqüentemente, o aborto “possui o significado moral e jurídico de um assassinato” (DINIZ; ALMEIDA, 1998, p. 135).

Partindo para uma análise individual dos tópicos de discussão, foi possível perceber que, diferentemente das referências e predicções feitas ao feto, que apresentam relativa consistência, essas pistas indexicais variam dependendo dos grupos sociais às quais as mulheres que desejam abortar pertencem, conforme será abordada nas análises de cada tópico.

No tópico 1, a questão apresentada é pessoal, com uma narrativa que parte do ponto de vista de um sujeito do sexo feminino de 15 anos que, estando grávida, cogita recorrer ao aborto. Articulando-se como uma resposta à narradora, os comentários referem-na por *você* (seis ocorrências), *moça* (duas ocorrências), além das referências únicas de *menina* e *juventude*. Essa garota, então, é predicada por *vai se arrepender* (duas ocorrências), *quer tirar* (duas ocorrências), *não deve fazer isso* (duas ocorrências), *é tão fraca* (uma ocorrência) e *teve relações sexuais* (1 ocorrência). Tais predicções colocam-se contrárias ao aborto, já que a mulher não deve fazê-lo pois irá se arrepender.

De modo semelhante, o tópico 2 também trata de uma gestante menor de idade, amiga da criadora do tópico, que, com 14 anos, cogita o aborto. Nesse contexto, as referências à amiga da narradora que mais se repetem são: *ela* (15 ocorrências), *menina* (sete ocorrências), *amiga* (seis ocorrências) e *criança* (quatro ocorrências). Observa-se, assim, que, nesse tópico, as referências da mulher que deseja abortar e do feto possuem uma intersecção: *criança*.

Nesse tópico, as predicções de maior número de ocorrências são: *teve relações sexuais* (11 ocorrências), *é irresponsável* ou *sem juízo* (oito ocorrências), *é nova* (seis ocorrências), *não se preveniu* (cinco ocorrências), *quis fazer coisa de adulto* (quatro ocorrências) *é louca* (três ocorrências), e *é imatura* (duas ocorrências). Por esses resultados, depreende-se que esse é o tópico em que há maior incidência do discurso moral sobre a sexualidade

feminina. A amiga da criadora do tópico é considerada louca e imatura por ter iniciado a vida sexual com 14 anos, idade que, segundo os comentários, é a de uma criança.

Conforme explicitado na referência *quis fazer coisa de adulto*, nesse discurso moralizador a sexualidade é restrita à esfera do mundo adulto. Segundo Foucault (2005), essa tentativa de controle da sexualidade infantil foi empreendida a nas sociedades ocidentais a partir dos séculos XVIII e XIX, por meio do poder disciplinar. Nesse contexto, emerge o indivíduo considerado sexualmente normal e o anormal, a *criança* e a *mulher* normais e as desviantes. Dessa forma, categorizar a mulher como criança pode ser considerado uma forma de dominar sua sexualidade, já que a infância normal fabricada no mundo moderno tem como princípio a restrição da expressão sexual.

Diversamente, no tópico 3, a discussão passa a ser a respeito da bondade ou crueldade da mulher, ao invés da moral sexual da criança. Nesse tópico, a narradora conta que sua vizinha, uma prostituta, decidiu comprar remédios para a interromper a gravidez. Diante dessa situação, a narradora expõe sua indignação perante as escolhas da vizinha.

Nos comentários que se seguem, a mulher que deseja abortar é referida por *mulher* (duas ocorrências), *mãe* (duas ocorrências), *monstro* (duas ocorrências), *ela* (duas ocorrências), *vaca* (duas ocorrências) e *louca* (duas ocorrências). As principais predicações são: *ser mulher* [aprender a ser mulher] e *irá pagar* [por seus atos]. Diferentemente dos Tópicos 1 e 2, não se trata de uma *menina*, mas de uma *mulher*. Ao invés de apregoar a irresponsabilidade da menor de idade que se engaja em atividades sexuais, o discurso é direcionado para o *ser mulher*: o que é ser uma mulher normal e o que é ser um monstro. Nesse discurso, aquela que não deseja ser mãe é considerada monstruosa, pois ser mulher é ser mãe.

Seguindo esse discurso sobre feminilidade, o Tópico 4 apresenta a mulher que aborta como o *outro*, com o qual as mulheres que desejam a maternidade são comparadas. Dessa maneira, esse sujeito é referido como *mulher* (nove ocorrências), *pessoa* (três ocorrências), *ela* (três ocorrências), *monstra* (duas ocorrências), *mãe* (duas ocorrências), além de ocorrências individuais de *outras*, *essas aí*, *gente*, *a cuja* e *um verme qualquer*. Na mesma linha de pensamento, a mulher

é predicada por *aborta* (oito ocorrências), *devia morrer* (duas ocorrências), *não tem coração* (duas ocorrências), *consegue tirar uma vida* (duas ocorrências), *faz isso* (duas ocorrências), *aborta ou abandona* (duas ocorrências). Nesse sentido, contrapõe-se a mulher que deseja a maternidade (a normal) àquela que a recusa (anormal), sendo que esta deve ser punida por seus crimes: por tirar uma vida, ela merece morrer. Perdendo sua humanidade, torna-se uma *monstra*, um *verme qualquer, sem coração*.

Tais discursos locais ligam-se ao discurso translocal da crença em uma “natureza feminina”, que inclui a maternidade como via de regra. Segundo Badinter (1985), a construção dessa “natureza”, que define o que é normal e desviante na personalidade da mulher, é legado dos pensamentos de Rousseau, no século XVIII, e Freud, no século XX. Ambos estavam “profundamente convencidos de que a essência feminina era por definição masoquista” (BADINTER, 1985, p. 267). Com a publicação de “Emílio”, em 1762, Rousseau cristalizou a ideia da família fundada no amor materno, até então pouco difundida. Em sua figura de mãe ideal, personificada em Sophie, delineou a imagem da mulher que vive pelo esposo e pelos filhos, e por eles sacrifica-se.

Em pensamento semelhante, aos olhos da teoria psicanalítica de Freud, aprofundada por H. Deutsch, o masoquismo da mulher é expresso “principalmente na aptidão da mãe ao sacrifício de si, na sua aquiescência ao sofrimento para o bem de seu filho” (BADINTER, 1985, p. 307). Nesse sentido, nos tópicos 3 e 4 as noções de mulher remontam à concepção de mãe cristalizada por Rousseau e Freud. Nessa perspectiva, a mulher que quer abortar é “excluída da humanidade, pois perdeu sua especificidade feminina. Meio monstro, meio criminosa, tal mulher é um ‘erro da natureza’” (BADINTER, 1985, p. 274).

Evocando o discurso jurídico, as referências ao aborto no tópico 4 aprofundam a percepção da mulher que aborta como criminosa. Nesse sentido, o aborto é referido por *isso* (três ocorrências), *crime* (três ocorrências), *crueledade* (três ocorrências), *delito* (duas ocorrências) e *aborto* (duas ocorrências). Somando as ocorrências de *crime* e *delito* com a ocorrência única de *infanticídio* encontrada nesse tópico, verifica-se a sustentação do aborto como crime. Essas referências são condizentes com o discurso de que a vida

humana já existe como tal dentro do útero, já que o aborto é tido como o assassinato de uma criança.

Por fim, no tópico 5 observa-se a narrativa de uma mulher que, tendo sido violentada e engravidado, encontra-se entre a escolha do aborto ou da entrega da criança à adoção. Nesse tópico, as referências à mulher que deseja abortar abrandam-se, pois não são empregadas palavras ofensivas, como ocorre nos tópicos 2, 3 e 4. O pronome de tratamento *você* (11 ocorrências) é a primeira referência mais utilizada, seguida de *mãe* (quatro ocorrências), o nome de usuária da criadora do tópico (três ocorrências), tratamentos carinhosos como *querida* e *linda* (três ocorrências) e *mulher* (duas ocorrências).

De forma semelhante, as predicções reconhecem a existência da vítima de violência sexual como sujeito que precisa de amparo social, embora não defendam explicitamente a prática do aborto. Desse modo, as predicções mais recorrentes para a mulher que deseja abortar são: *precisa de apoio* (cinco ocorrências), *fará alguém feliz* [se doar o filho após o nascimento] (três ocorrências), *fica desesperada* (três ocorrências), *pode ter complicações* [se fizer aborto] (duas ocorrências) e *sente-se culpada* ou *confusa* (duas ocorrências).

Em alinhamento com essa tendência, as referências ao aborto se apresentam de forma menos acusativa, a saber: *aborto* (nove ocorrências), *isso* (três ocorrências), *procedimento* (duas ocorrências) e *melhor opção* (uma ocorrência). As duas primeiras são relativamente objetivas, enquanto que as duas seguintes legitimam a opção pelo aborto – trata-se de um procedimento médico válido para a vítima de abuso sexual. Por sua vez, o feto também é tratado como ser humano, sendo referido por *bebê* (oito ocorrências), *criança* (dez ocorrências), *presente* (duas ocorrências), *vida* (duas ocorrências) e *ele* (duas ocorrências), e predicado por *já está formado* (cinco ocorrências), *não tem culpa* (seis ocorrências), *vai ser feliz* (quatro ocorrências), *é parte de você* (três ocorrências), *veio para trazer alegria* (duas ocorrências), e *é um ser* (duas ocorrências).

Analisando-se tais referências e predicções, observa-se ainda que a mulher que deseja abortar é referida como *mãe*, de forma que a maternidade lhe é imposta independentemente de seu consentimento. Da mesma

forma, pela predicação de que o feto *vai ser feliz*, a criadora do tópico é levada a pensar a respeito da felicidade da criança em potencial, sendo incentivada a prosseguir com a gestação pelo bem de um ser humano que, segundo ela mesma, só lhe traz sofrimento e lembranças traumáticas.

Dessa maneira, pode-se afirmar que, nos tópicos analisados, é exigida da mulher uma dedicação herdada dos discursos moralizantes atribuídos por Badinter (1985) a Rousseau, Freud e H. Deutsch, que defendem que a natureza da mulher é do sacrifício ou masoquismo. Esse sacrifício, entretanto, em uma visão freudiana, gera o prazer da própria mulher, ideia que é sustentado pela predicação do feto de *veio para trazer alegria*. Em meio à violência do estupro, a concepção e a maternidade gerariam na mulher algum tipo de gozo masoquista.

3.2. Modalização epistêmica

Voltando-se para o estudo das demais pistas indexicais, observa-se que os discursos translocais evocados pelas referências e predicações à mulher que aborta são frequentemente modalizados. Dessa forma, a análise das modalidades baseou-se nas definições e divisões dos modalizadores epistêmicos apresentadas na “Gramática do Português Falado”, de Castilho e Castilho (1992). Nessa obra, os autores afirmam que os modalizadores epistêmicos “expressam uma avaliação sobre o valor de verdade e as condições de verdade da proposição” (CASTILHO; CASTILHO, 1992, p. 222), dividindo-os em duas subclasses principais: os asseverativos e os quase-asseverativos.

Na modalização epistêmica asseverativa, o falante considera verdadeiro o conteúdo proposicional, sem dar margem a dúvidas. Desse modo, os asseverativos expressam grande adesão do falante a esse conteúdo. Por outro lado, na modalização epistêmica quase-asseverativa, o falante considera o conteúdo da proposição como “quase certo, próximo à verdade, como uma hipótese que depende de confirmação” (CASTILHO; CASTILHO, 1992, p. 222). Dessa forma, o falante não se compromete com a responsabilidade a respeito da veracidade ou falsidade da proposição que modaliza.

Em uma análise quantitativa desse tipo de modalização no *corpus*, observou-se que o tópico 1 e o tópico 2 apresentam

uma predominância de modalizadores asseverativos sobre os quase-asseverativos. No primeiro tópico, contabilizou-se 17 casos de modalização epistêmica asseverativa contra apenas cinco casos de modalização quase-asseverativa. Já no segundo tópico, 45 modalizadores epistêmicos são asseverativos, contrastando com 14 casos de modalizadores quase-asseverativos.

Já no tópico 3, no tópico 4 e no tópico 5 observa-se uma maior ocorrência de modalizadores quase-asseverativos sobre os asseverativos. No tópico 3, verifica-se a ocorrência de sete modalizadores epistêmicos quase-asseverativos e 5 modalizadores asseverativos, enquanto que o tópico 4 contabiliza 20 casos de modalização quase-asseverativa contra 17 casos de modalização asseverativa. Por fim, no tópico 5, constata-se a presença de 28 modalizadores quase-asseverativos, enquanto que os modalizadores asseverativos contam 26 ocorrências.

Uma análise de tendências gerais da modalização epistêmica no *corpus* aponta que, nos Tópicos 1 e 2, em que há predominância dos modalizadores asseverativos, verifica-se grande discrepância entre os percentuais de utilização dos modalizadores asseverativos e quase-asseverativos, enquanto que, nos tópicos 3, 4 e 5, em que a mobilização dos modalizadores quase-asseverativos é maior, não existe tanta distância entre os percentuais das incidências das duas categorias. Portanto, observa-se grande engajamento na assertividade das narrativas das comentaristas nos tópicos 1 e 2.

Essa assertividade é mobilizada por meio de formas linguísticas específicas. Nesse sentido, observou-se a prevalência da forma verbal *saber que* (17 ocorrências), geralmente conjugada na primeira pessoa do singular do presente do indicativo, constituindo a expressão *(eu) sei que*. Em segundo lugar, verifica-se a locução adverbial *com certeza* (13 ocorrências), seguida de *claro* (sete ocorrências), *totalmente* (seis ocorrências), *realmente* (cinco ocorrências), *de verdade* (quatro ocorrências), *você não sabe* (três ocorrências) e *sempre* (três ocorrências).

O predomínio de certas formas linguísticas também ocorre entre os modalizadores epistêmicos quase-asseverativos. Verifica-se que a forma mais empregada pelas comentaristas no *corpus* analisado é *(eu) acho que*. Com exceção do

tópico 3, todos os outros tópicos de discussão apresentam esse modalizador como o quase-asseverativo que mais se repete.

Ainda em relação ao predomínio de formas linguísticas específicas em cada subclasse de modalizadores, é interessante observar que, tópico 1, as formas modalizadoras asseverativas mais utilizadas são *(eu) sei que* (três ocorrências) e *você não sabe que* (três ocorrências), esta última forma tendo como variação *você não imagina* e *você não tem noção*. Observa-se, desse modo, uma afirmação da notoriedade do discurso do *eu*, ao mesmo em que se deslegitima o discurso do *outro* – no caso, da jovem de 15 anos que, vendo-se grávida, considera realizar o aborto. Assim, a argumentação se dá pela defesa de que as comentaristas conhecem a verdade a respeito da gravidez, que a jovem criadora do tópico desconhece.

Segundo Castilho e Castilho (1992), os asseverativos têm grande importância como operadores argumentativos. Ainda segundo os autores, “para acrescentar relevo a uma informação não relevante, que não será retida pelo interlocutor, o falante esforça-se para conferir um tom de autoridade à sua fala, recheando-a de asseveradores” (CASTILHO; CASTILHO, 1992, p. 240). Nesse sentido, conclui-se que a grande incidência dessa subclasse de modalizadores no tópico 1 tem como objetivo destacar a experiência e autoridade das comentaristas, mais velhas que a criadora do tópico, para convencê-la a não abortar.

Assim como ocorre no tópico 1, o largo uso dos modalizadores epistêmicos asseverativos se repete no tópico 2, que também diz respeito a uma jovem que deseja abortar. Dessa forma, observa-se ampla utilização da construção *saber que* (seis ocorrências), com as variações *(eu) sei que*, *ela sabe que* e *elas sabem que*. Verifica-se também ocorrências dos asseverativos *com certeza* (cinco ocorrências), *totalmente* (quatro ocorrências), *claro* (quatro ocorrências), *sempre* (três ocorrências), *plenamente* (duas ocorrências), *realmente* (duas ocorrências), e *mesmo* (duas ocorrências). De forma análoga ao que ocorre no tópico 1, a modalização asseverativa é mobilizada pelas comentaristas como forma de estabelecer-se como figuras de autoridade, que conhecem as verdades a respeito da maternidade e do aborto.

Já no tópico 3 a modalização epistêmica quase-asseverativa (sete ocorrências) prevalece sobre a asseverativa (cinco ocorrências), com destaque da forma linguística *(eu) acho que* (quatro ocorrências). Além disso, é possível observar a incidência única das formas *(eu) acredito que*, *provavelmente*, *(eu) concordo que* e *(eu) penso que*. Nesse caso, teoriza-se que a maior incidência de modalização quase-asseverativa se dá porque, diferentemente dos tópicos 1 e 2, a mulher que deseja abortar é uma adulta, e, portanto, responsável por suas próprias escolhas. Nesse sentido, o verbo *achar* coloca as narrativas das comentaristas no âmbito da opinião, e não da verdade. Da mesma forma, verifica-se que essa mulher é apenas vizinha da criadora do tópico, e não sua amiga próxima, como ocorre no tópico 2 ou a própria criadora, como no caso do tópico 1. Assim sendo, a urgência de convencer a mulher a não abortar diminui, pois os comentários dificilmente a influenciariam de algum modo.

A prevalência da modalização quase-asseverativa (20 ocorrências) sobre a asseverativa (17 ocorrências) é constatada também no tópico 4. Observa-se que esse tópico é o único que não apresenta como modalizador epistêmico quase-asseverativo mais utilizado a forma verbal *(eu) acho que* (6 ocorrências). Em contraposição, a forma mais usada nesse tópico é *(eu) não entendo* ou *(eu) não consigo entender* (11 ocorrências). Em todos os casos, as comentaristas expressam sua incapacidade de compreender a escolha, feita por outras mulheres, de realizar um aborto. Observa-se, assim, a construção narrativa de uma identidade para as comentaristas que contrasta com as identidades das mulheres que abortam.

Apesar de poder criar um distanciamento discursivo entre o *eu* e o *outro*, os modalizadores quase-asseverativos podem ser empregados para gerar uma aproximação ou empatia entre essas duas figuras, como se observa no tópico 5. Nesse tópico, a prevalência dos modalizadores quase-asseverativos (28 ocorrências) sobre os asseverativos (26 ocorrências) pode indicar, além da proeminência da dúvida sobre a certeza, o gesto de tentar compreender a vivência do outro.

Nesse sentido, o modalizador mais utilizado no tópico 5 é a forma verbal *(eu) acho que* (nove ocorrências), seguida pelas formas *(eu) não sei* (seis ocorrências), *(eu) não consigo imaginar* (quatro ocorrências), *(eu) imagino que* (três ocorrências), *(eu) acredito que* (duas ocorrências) e *(eu)*

aconselho que (duas ocorrências). Em especial, as formas (*eu não consigo imaginar* e (*eu*) *imagino que* dizem respeito à tentativa de entender a dor da mulher vítima de violência sexual, concebida ora como imaginável, ou seja, passível de ser compreendida por pessoas que não vivenciaram essa situação, ora como inimaginável.

Conforme a análise dos modalizadores epistêmicos, é possível verificar a prevalência numérica, no *corpus*, da modalização asseverativa (81 ocorrências) sobre a quase-asseverativa (74 ocorrências), com grande concentração da primeira nos tópicos 1 e 2. Verifica-se, também, que, enquanto a modalização asseverativa é mobilizada como um argumento de autoridade do *eu* sobre o *outro*, a modalização quase-asseverativa pode ser utilizada tanto para tecer uma aproximação quanto para criar um afastamento entre essas figuras discursivas.

3.3. Indexicais avaliativos

A contraposição entre o *eu* e o *outro*, ou seja, entre as comentaristas e as mulheres que desejam abortar, pode ser estudada pela análise de outra pista indexical, os indexicais avaliativos. Apoiando-se em Bakhtin, Wortham (2001) conceitua os indexicais avaliativos como formas particulares de falar associadas a determinados grupos sociais. Desse modo, ao criar uma narrativa, o narrador representa personagens pertencentes a grupos sociais específicos, identificando-se ou distanciando-se deles para construir interacionalmente seu próprio posicionamento e sua própria identidade.

Nesse sentido, constata-se que, no tópico 1, as comentaristas identificam-se por meio dos indexicais avaliativos como pertencentes a comunidades religiosas (13 ocorrências), como mulheres que perderam seus filhos ou sofreram abortos espontâneos (quatro ocorrências), como mulheres que afirmam sua maternidade por meio de declarações de amor a seus filhos (duas ocorrências), como mulheres mais velhas que repudiam a juventude atual (uma ocorrência) e como mulheres fortes que conseguem superar as dores da maternidade (uma ocorrência).

É importante observar que os indexicais de pertencimento a comunidades religiosas têm a maior incidência nesse tópico de discussão. Nesses casos, a figura de Deus aparece como

alguém em quem a criadora do tópico deve confiar, assim como uma imagem de sacralidade cujo nome é invocado para tentar convencê-la a não abortar. Dessa forma, esses indexicais aparecem por meio da afirmação de que Deus não daria um fardo que a criadora do tópico não pudesse carregar, de forma que ela deveria prosseguir com a gravidez.

Apesar da existência de variados conselhos dirigidos à criadora do tópico, a análise dos indexicais avaliativos revelou que as comentaristas se apropriaram do tópico de discussão, utilizando-o para criarem narrativas sobre si mesmas, independentemente do objetivo original do tópico. A partir do relato de uma usuária, que compartilha sua tristeza em ter perdido o bebê, tentando, assim, convencer a criadora do tópico a não abortar, outras juntam-se a ela para compartilhar o sentimento da perda de um filho. Mobilizaram-se, dessa forma, narrativas paralelas à discussão original, nas quais as usuárias buscavam confortar umas às outras independentemente da criadora do tópico, por vezes até ignorando-a por completo.

Assim como no tópico 1, no tópico 2 os indexicais avaliativos mais recorrentes são aqueles associados ao falar de indivíduos pertencentes a grupos religiosos (28 ocorrências). Também foram observados indexicais de identificação das comentaristas como mães por meio de suas declarações de amor a seus filhos (sete ocorrências), de identificação como jovens mães (três ocorrências), de pertencimento a comunidade de crença no karma (três ocorrências), de identificação como mulher mais velha por meio de sua expressão de repulsa à juventude atual (duas ocorrências) e, por fim, de pertencimento a comunidade feminista, de defesa da autonomia da mulher sobre seu corpo (uma ocorrência).

Diferentemente dos outros tópicos, no tópico 2 os indexicais avaliativos que indicam que as comentaristas se identificam como pessoas religiosas evocam os aspectos mais proibitivos dessas crenças. Nesse sentido, os indexicais avaliativos trazem a noção de aborto como pecado e de Deus como um ser punitivo, um Senhor com o poder sobre a vida e a morte dos seres humanos, conforme é possível verificar nos seguintes exemplos:

As ordens de indexicalidade mobilizadas em discussões sobre aborto

(Exemplo 1) Gente, o que é isso? Vocês perderam o temor do senhor... Sabe porque ele é DEUS de amor mas também é DEUS de justiça, o poder da vida e o poder da morte está em suas mãos.

(Exemplo 2) Eu disse que é o maior pecado que ela está cometendo ou pensando em fazer e que deus castiga.

No exemplo 1, os indexicais avaliativos reiteram que a figura divina possui o poder sobre a vida e a morte dos indivíduos, poder este que é caracterizado por Foucault (2005) como poder de soberania. Nesse sentido, “dizer que o soberano tem direito de vida e de morte significa, no fundo, que ele pode fazer morrer e deixar viver” (Idem, p. 286). Esse poder, segundo Foucault (2005), sempre pende para a morte — “é porque o soberano pode matar que ele exerce seu direito sobre a vida. É essencialmente um direito de espada” (Ibidem, p. 287).

Pode-se concluir, dessa forma, que a performance discursiva local da usuária evoca um discurso translocal que conceitua Deus como um soberano, funcionando também como ameaça de morte, uma vez que o poder sobre a vida e a morte provém essencialmente do direito que o soberano possui de matar. Assim, as mulheres que desejam abortar deveriam temer a Deus, já que, desobedecendo-o, estariam sob a ameaça de serem punidas, nesta vida ou na vida após a morte conceitualizada pelo cristianismo.

Da mesma forma, no exemplo 2, o ato de abortar é referido como *pecado* e Deus é predicado como aquele que *castiga*. Trata-se, portanto, de uma punição individualizada, que, segundo Foucault (2005), é exercida por meio do poder disciplinar, aplicado sobre o corpo e, nesse caso, no corpo feminino. Desse modo, os indexicais avaliativos que indicam pertencimento a grupos religiosos evocam discursos translocais que trazem a figura de Deus como um soberano que governa pelo temor que causa em seus súditos. Os crimes, sob o nome de pecados, são punidos com castigos sobre o corpo e a alma.

Aliando-se aos indexicais de pertencimento a comunidades religiosas, os indexicais avaliativos de crença no karma, ou seja, de que o bem e o mal que uma pessoa faz traz consequências equivalentes em sua vida, ajudam a sustentar os discursos punitivos sobre a mulher que aborta. Dessa forma,

as usuárias afirmam que o ato de abortar trará, inevitavelmente, ocorrências ruins na vida da mulher que o cometer. Essas infelicidades, então, poderiam ser interpretadas como punições do universo por uma má conduta, assim como a morte ou o sofrimento eterno são encarados, nos discursos religiosos, como decorrentes dos pecados cometidos.

Entrelaçando-se aos indexicais avaliativos de crença no karma, os indexicais de identificação como mulher mais velha por meio de repulsa à juventude fazem comparações entre as garotas da atualidade e as próprias comentaristas, nas quais as últimas resguardam superioridade moral sobre as primeiras. Tais indexicais avaliativos são explicitados por meio da contraposição entre as figuras do *adulto*, com a qual as usuárias se identificam, e das *crianças de hoje em dia*, à qual as comentaristas expressam aversão. Defendendo que o fato de que as jovens terem relações sexuais traria uma reação inevitável, a gravidez, as usuárias evocam as crenças cármicas ao mesmo tempo em que se projetam como mulheres adultas que, em suas juventudes, não teriam sido punidas com uma gestação indesejada por não terem uma vida sexual ativa, sendo, portanto, mais virtuosas que as jovens da atualidade.

A comparação entre as identidades das usuárias e das mulheres por elas criticadas por meio dos indexicais avaliativos também ocorre no tópico 3. Constata-se que os indexicais desse tópico identificam as usuárias como mães por meio do amor a seus filhos (quatro ocorrências), identificando-as também como mulheres por serem mães (duas ocorrências), como crentes no karma (uma ocorrência) e, enfim, como pertencentes a comunidades religiosas (uma ocorrência). Dessa forma, enfatiza-se a rejeição do aborto por meio das experiências pessoais das próprias usuárias, que expressam ora seu contentamento, ora um sentimento de compulsoriedade em relação a maternidade, vinculando-a à feminilidade.

Nesse sentido, os indexicais avaliativos que indexicalizam o pertencimento dessas usuárias à identidade social de mães atuam como assinaturas ao final de seus comentários, declarando o amor a seus filhos. Essas assinaturas apresentam cores de fonte distintas do preto utilizado no corpo do texto, sendo por vezes formatadas em negrito ou itálico e acompanhadas por corações. Observa-se que essas

declarações também se destacam dos comentários em si por linhas puladas, demarcando uma separação espacial entre o texto e a assinatura. Tratam-se, nesse sentido, de interlocuções destinadas a pessoas distintas: o corpo do texto dirige-se às outras usuárias, ou à criadora do tópico, enquanto que as declarações de amor trazem os próprios filhos como interlocutores. Nessas interlocuções as usuárias citam os nomes de seus filhos como vocativos, para depois predicá-los por expressões como *amor da mamãe*, *meu príncipe* e *meu anjo*.

Nesse sentido, contrastam-se as referências e predicções negativas atribuídas no corpo do texto à vizinha da criadora do tópico, que deseja abortar – como *monstro*, *vaca* e *louca*, que *devia morrer*, *não tem coração* e *consegue tirar uma vida* –, com os indexicais avaliativos que identificam positivamente as comentaristas como mães que amam seus filhos. É construída, desse modo, uma demarcação entre o *nós* e o *outro*: entre as mulheres que desejam a maternidade e aquelas que a rejeitam, personificadas na imagem da vizinha que se prostitui e não deseja ter o filho fruto de seu trabalho.

Na verdade, a própria noção de feminilidade está vinculada, por meio dos indexicais avaliativos, à maternidade, conforme mostra a forma linguística *ser mulher*, reiterada nesse tópico e utilizada na argumentação de que, se uma pessoa foi mulher o suficiente para engravidar, ela deve ser mulher o suficiente para se tornar mãe. Tal indexical avaliativo traz um significado para o substantivo *mulher* que não se associa somente à uma referência biológica, mas que passa necessariamente pela experiência da maternidade: ser mulher é assumir os filhos decorrentes de uma gravidez. Nessa perspectiva, ser mulher é ser mãe.

Percebe-se que há na constituição desse indexical avaliativo um senso de responsabilidade decorrente do fato de a comentarista ter tido relações sexuais, obrigando-a a ter o filho e a criá-lo. Essa obrigação moral é contrastada com as atitudes da vizinha da criadora do tópico, que é uma trabalhadora sexual. Ao identificar-se como mulheres suficientes e dignas, as usuárias implicam que aquelas que não cumprem com as responsabilidades provenientes de uma vida sexual ativa não são mulheres de verdade, de maneira que a prostituta que aborta representaria, por contraste, uma mulher falsa ou indigna.

Tendo apenas uma ocorrência no tópico 3, o indexical de pertencimento a comunidades religiosas reaparece com força no tópico 4, que apresenta assim indexicais avaliativos que remetem ao pertencimento a comunidades religiosas (22 ocorrências), à autoidentificação como mães por meio de declarações de amor aos filhos (cinco ocorrências), como antifeministas (quatro ocorrências), como tentantes (três ocorrências) e como jovens mães (duas ocorrências). Por meio da análise dos indexicais avaliativos, é possível verificar que, tratando-se de um tópico de discussão a respeito do aborto em geral, e não de uma mulher específica que deseja abortar, as usuárias do site tecem mais discursos sobre si mesmas que sobre o aborto em si.

Em contraste com os tópicos 1 e 2, no tópico 4 a figura de Deus não aparece no discurso das usuárias como fonte de consolo diante das complicações da maternidade, nem como um soberano punitivo, mas como uma figura todopoderosa para a qual imploram pela oportunidade de serem mães. Dessa forma, em expressões como *Deus está no controle, que Deus ilumine e proteja sua gestação e fé em Deus que vai dar tudo certo*, é possível verificar a onipotência atribuída à figura de Deus, caracterizado como capaz de possibilitar que a mulher experiencie a maternidade. A divindade estaria diretamente ligada à fertilidade da mulher: em outras palavras, Deus teria o poder de dar a vida, mantendo vivo o feto durante a gestação, ou de negar esse dom à mulher, permitindo que o bebê morresse em um aborto espontâneo. Portanto, a divindade teria o poder de fazer viver e deixar morrer o feto. Essa noção de poder assemelha-se ao biopoder, conforme definido por Foucault (2005). Diferentemente do poder do soberano, que faz morrer e deixa viver os indivíduos, evocado no tópico 2, o biopoder faz viver e deixa morrer.

Historicamente, Foucault (2005) situa o surgimento do biopoder do final do século XVIII ao início do século XIX. Trata-se de um poder aplicado não sobre o indivíduo, mas sobre a população, regulando os mecanismos biológicos do ser humano, dentre eles a reprodução. Em suma, o biopoder é uma moderna tecnologia de poder que permite “baixar a morbidade”, “encompridar a vida” e “estimular a natalidade”: ou seja, permite a regulamentação dos processos bio-sociológicos das massas humanas. Nesse sentido, é possível argumentar que, nas narrativas das

comentaristas do tópico 4, a figura de Deus exerce o biopoder sobre as mulheres, uma vez que controla a concepção e, assim, a natalidade humana, proporcionando a experiência da maternidade às mulheres por ele escolhidas.

Por vezes, os discursos religiosos entrelaçam-se aos indexicais avaliativos que caracterizam as usuárias como antifeministas, ou seja, como indivíduos que expressam suas identidades por meio da negação das ideias defendidas pelo feminismo, como a autonomia de decisão da mulher sobre o próprio corpo. Em um dos comentários deste tópico, uma usuária que já havia postado outras vezes no site para expressar sua aversão ao aborto associa outra comentarista, favorável à prática, à figura do diabo, à masturbação (por meio da expressão *bater siririca*) e à falta de relações sexuais com homens (por meio da expressão *falta de piroca*). Tais colocações, largamente utilizadas como ofensas contra as mulheres que se identificam como feministas, funcionam como indexicais avaliativos que associam a usuária contrária ao aborto a um grupo social antifeminista.

Diferentemente dos tópicos 2, 3 e 4, que trazem os indexicais avaliativos como forma de construção das identidades das comentaristas a partir do contraste com identidades tidas como anormais ou divergentes, no tópico 5 as usuárias delineiam suas identidades a partir de seus posicionamentos a respeito da temática da violência sexual. Nesse sentido, elas sinalizam seu pertencimento principalmente a comunidades religiosas (17 ocorrências), também identificando-se como mães por meio de declarações de amor a seus filhos (quatro ocorrências) e como mulheres vítimas de violência sexual (quatro ocorrências). Também foram identificadas indicações de pertencimento a comunidades que defendem a autonomia da mulher sobre o próprio corpo (quatro ocorrências) e a comunidades de crença no karma (três ocorrências).

O pertencimento a comunidades religiosas é sinalizado por meio da referência das comentaristas à figura de Deus, que é evocada como uma maneira de tentar confortar a criadora do tópico, que relata ter sido vítima de abuso sexual. Esse conforto se deveria ao fato de que a divindade estaria sempre auxiliando a mulher pelos momentos mais difíceis da vida, ou porque mesmo o enorme sofrimento da agressão sexual teria sido permitido por Deus e, portanto,

traria algo de positivo à vítima, conforme pode ser observado no exemplo a seguir:

(Exemplo 3) Nada nessa vida acontece por acaso, se depois dessa tragédia toda que aconteceu contigo, Deus permitiu que você fosse Mãe, é porque essa criança tem uma obra na sua vida!!

Nesse exemplo os indexicais avaliativos de pertencimento a comunidade religiosa e comunidade de crença no karma confundem-se: a onipotência atribuída a Deus mistura-se a uma predestinação, a um propósito maior que a própria mulher que deseja abortar desconhece. Nesse sentido, o estupro teria sido consentido por Deus para permitir que a criadora do tópico fosse mãe e, assim, gerasse um filho que traria felicidade em sua vida. Dessa forma, o discurso translocal evocado por esses indexicais avaliativos traz as mesmas crenças que, segundo Badinter (1985), foram defendidas por Rousseau, Freud e H. Deutsch a respeito da "natureza feminina": haveria algo positivo no abuso sexual, já que permitiria à mulher ser mãe. De alguma forma, o gozo proporcionado pela experiência da maternidade seria superior ao sofrimento causado pelo abuso, sendo mesmo *necessário* para a felicidade da mulher, uma vez que *nada nessa vida acontece por acaso*. O estupro, então, estaria predestinado por Deus para proporcionar à vítima um gozo masoquista.

Contrastando com o discurso religioso presente nas produções discursivas locais das comentaristas, o discurso feminista desloca o poder de decisão sobre o aborto para a mulher, por meio de expressões como *o corpo é seu e quem vai bater o martelo é você*. É importante notar que esse tópico de discussão é o único no qual as narrativas das comentaristas indexicalizam discursos feministas que defendem o direito ao aborto. Teoriza-se que isso seja devido à comoção social causada pela temática da violência sexual, o que possibilita que as usuárias tenham algum tipo de empatia com a figura da mulher que deseja abortar, ao contrário dos outros tópicos, nos quais essa figura é duramente criticada.

De forma semelhante ao que ocorre no tópico 1, no tópico 5 as usuárias apropriam-se do espaço gerado pelo tópico de

discussão para compartilhar suas experiências, dessa vez como vítimas de abuso sexual. Partindo do relato da própria criadora do tópico, as comentaristas reconhecem a dor umas das outras. Há, dessa forma, o exercício da empatia entre as usuárias, como é possível observar no exemplo a seguir:

(Exemplo 4) Eu fui violentada por 12 anos da minha vida por um familiar, sei da sua dor meu bem.

Nesse exemplo, além de confessar já ter experienciado o mesmo tipo de trauma que a criadora do tópico, a usuária valida os sentimentos experienciados pela vítima, afirmando, por meio do modalizador epistêmico asseverativo *saber* que compreende a dor da violência sexual.

Conforme as análises dos cinco tópicos, é possível verificar que há grande prevalência de indexicais avaliativos indicadores de pertencimento das comentaristas do site a comunidades religiosas. Nesse sentido, observa-se nessas performances discursivas locais a indexicalização de discursos religiosos que caracterizam Deus como um ser que exerce sobre os corpos femininos ambos os tipos de poder descritos por Foucault (2005): o poder soberano e o biopoder. Como “a norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar” (Idem, p. 302), verifica-se que ambos esses poderes são mobilizados para normatizar a sexualidade da mulher, seja fazendo viver e se desenvolver o feto dentro de seu ventre, seja fazendo-a morrer e sofrer uma punição eterna após a morte, caso não queira ser mãe. Dessa forma, a normatização dos corpos femininos é perpetuada, nessas produções discursivas locais, pela evocação de discursos religiosos translocais.

Por sua vez, a grande ocorrência de indexicais avaliativos que identificam as usuárias do site como mães por meio das declarações de amor a seus filhos, assim como as redes de apoio criadas entre mulheres que perderam seus filhos e que sofreram abuso sexual, demonstram como os tópicos de discussão são apropriados e extrapolados pelas comentaristas para, além de discursar sobre o aborto, narrar seus próprios sentimentos.

4. Considerações finais

Conforme as análises, é possível afirmar que o site BabyCenter Brasil, como exemplo de recente tecnologia de comunicação introduzida pela Internet, tem o potencial de reforçar, mas também de desestabilizar os construtos modernos de controle do corpo feminino. A análise linguística do *corpus* demonstra que o apoio entre mulheres em casos de violência sexual pode ser mobilizado por meio das ferramentas virtuais. No entanto, a expressão da recusa da maternidade motiva insultos que caracterizam a mulher que aborta como *monstra*, *vaca* e *sem coração*, aproximando a maternidade da normalidade e a recusa dessa experiência como um desvio da natureza humana.

Nesse sentido, verifica-se a presença de variados discursos translocais sobre feminilidade e maternidade nos discursos locais presentes no *site* BabyCenter Brasil. As referências e predicções do aborto exprimem, principalmente, o discurso jurídico, do crime e da punição, enquanto que, no caso do feto, essas pistas indexicais apontam para um discurso moral a respeito das fronteiras da vida humana e da ética do aborto. Já as referências e predicções atribuídas à mulher que deseja abortar apresentam alguma influência de discursos feministas, já que no caso de violência sexual o aborto é caracterizado como uma opção, e a vítima como merecedora do amparo da justiça. Contudo, são mais frequentes os discursos moralizadores, que condenam a sexualidade da *menina* e sustentam como mulher normal a figura da *mãe* dedicada e masoquista.

Em consonância com as referências e predicções das mulheres que desejam abortar, os indexicais avaliativos revelam que os posicionamentos e identidades das comentaristas são discursivamente construídos por meio da comparação entre os grupos sociais aos quais as usuárias afirmam pertencer e outros grupos sociais caracterizados de maneira negativa, dentre eles grupos de mulheres que abortam e de feministas. Desse modo, as comentaristas representam-se como pertencendo a comunidades religiosas e de mães que amam seus filhos, contrastando com as mulheres que abortam, consideradas monstruosas.

Ainda no âmbito do estudo dos indexicais avaliativos, a identificação das usuárias como mulheres que perderam os

filhos ou como sobreviventes da violência sexual ilustra a apropriação dos tópicos de discussão pelas comentaristas, que utilizam o anonimato propiciado pela Internet para expressar seus conflitos e dores pessoais.

Por fim, pela análise das modalizações epistêmicas, verifica-se uma prevalência dos modalizadores asseverativos sobre os quase-asseverativos, demonstrando que os discursos evocados pelas outras pistas indexicais são muitas vezes narrados como tendo um caráter de verdade, especialmente nos tópicos 1 e 2, que figuram menores de idade que desejam abortar e podem ser influenciadas a desistir desse desejo por meio de argumentos de autoridade. Contudo, a pouca diferença entre esses dois tipos de modalização nos outros tópicos demonstra que as proposições são consideradas ora como verdades, ora como opiniões.

Desta forma, conclui-se que as tecnologias de comunicação surgidas com a popularização da Internet podem tanto reafirmar discursos cristalizados a respeito da mulher quanto contestá-los, permitindo a formação de comunidades de apoio entre sujeitos femininos. Contudo, verifica-se uma ampla reprodução, nessas produções discursivas locais, de discursos translocais sobre maternidade e feminilidade, historicamente associados ao controle do corpo feminino, como discursos religiosos proibitivos do aborto, baseados na figura de um Deus punitivo, discursos jurídicos que tratam a mulher que aborta como criminosa, discursos moralizantes sobre a sexualidade dita infantil, além de discursos que pregam a existência de uma "natureza feminina" masoquista e inseparável da maternidade. Nesse sentido, é possível afirmar que, no ambiente virtual, a mulher e sua sexualidade continuam sujeitas aos mecanismos do controle social, ao poder disciplinar e ao biopoder.

5. Referências Bibliográficas

BADINTER, Elisabeth. **Um Amor conquistado: o mito do amor materno**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

CASTILHO, Ataliba T. de; MORAES DE CASTILHO, Célia Maria. **Advérbios modalizadores**. In R. Ilari, (org.) Gramática do Português Falado. Vol. II:213-260. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

DINIZ, Débora. e ALMEIDA, Marcos. **Bioética e Aborto**. In: Iniciação à Bioética. Coordenadores: Sérgio Ibiapina Ferreira & Costa, 1998.

As ordens de indexicalidade mobilizadas em discussões sobre aborto

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

HINE, Christine. **Virtual Ethnography**. London: Sage Publications, 2000.

SILVERSTEIN, Michael. **Indexical order and the dialectics of sociolinguistic life**. *Language & Communication*, 23, p.193-229, 2003.

WORTHAM, Stanton. **Narratives in action**. New York: Teacher College Press, 2001.

ELEIÇÕES E REDES SOCIAIS: UMA ANÁLISE DAS POSTAGENS DA CANDIDATA MANUELA D'ÁVILA NO FACEBOOK

Gabrielle dos Santos Marques¹

Resumo

Inspirado em pesquisas que buscam compreender a mobilização de uma ideia de feminino nas campanhas eleitorais de candidatas mulheres, o objetivo central deste trabalho é analisar como a candidata à vice-presidência no último pleito eleitoral (2018) Manuela D'Ávila (PT/PCdoB/PROS) utiliza de estereótipos de gênero como estratégia de campanha eleitoral no Facebook, além de outras estratégias. A metodologia utilizada foi a análise de conteúdo e os dados foram coletados através do aplicativo Netvizz, um programa que permite a mineração das postagens na plataforma. As considerações finais apontam como o uso da página do Facebook de Manuela ilumina novas possibilidades de campanhas eleitorais femininas. Sem abrir mão de destacar sua maternidade, e o óbvio fato de que é uma mulher, Manuela, quando fala sobre questões relacionadas ao universo feminino, não o faz de forma essencializada, demonstrando uma visão crítica, sobre temas delicados como representatividade, mercado de trabalho e violência.

Palavras-chave: campanha eleitoral; redes sociais; essencialização; Manuela D'Ávila; Facebook

Elections and social networks: an analysis of the posts of candidate Manuela D'Ávila on Facebook

Abstract

Inspired by research that seeks to understand the mobilization of an idea of women in the election campaigns of women candidates, the main objective of this paper is to analyze how the candidate for the vice presidency in the last election (2018) Manuela D'Ávila (PT / PCdoB / PROS) uses gender stereotypes as an electoral campaign strategy on Facebook, in addition to other strategies. The methodology used was content analysis and data were collected through the Netvizz application, a program that allows the mining of posts on the platform. Final considerations point out how the use of Manuela's Facebook page illuminates new possibilities for women's electoral campaigns. Without giving up highlighting her motherhood, and the obvious fact that she is a woman, Manuela, when talking about issues related to the female universe, does not do it stereotypically showing a critical view on delicate topics, such as representativeness, the labor market, work, and violence.

Keywords: election campaign; social networks; essentialization; Manuela D'Ávila; Facebook

¹ Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Viçosa e Mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: marques.gabrielle@gmail.com

Introdução

Mulheres uni-vos!

(Postagem realizada na página pessoal do Facebook de
Manuela D'Ávila em 17/09/2018)

A inserção na vida política é uma pauta do movimento feminista desde sua gênese. Conforme a historiografia clássica do movimento, sua primeira onda é caracterizada pela busca à igualdade jurídica, baseada no sufrágio universal e amplo acesso ao mercado de trabalho, bem como à educação. Após muitas lutas, as barreiras formais que separavam as mulheres da vida pública ruíram.

No Brasil o direito ao voto foi conquistado em 1932, mas, mesmo antes da conquista do sufrágio feminino, Alzira Soriano foi a primeira mulher a ser eleita a um cargo do executivo, em 1929 assumiu a prefeitura de Lajes, no Rio de Grande do Norte, sendo a primeira mulher prefeita da América Latina.

Já na primeira eleição após o processo de redemocratização, em 1989, havia uma única candidata mulher, Lívia Maria Pio pelo Partido Nacionalista (PN). Com apenas 30 segundos no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) a candidata falava diretamente com o público feminino “mulheres somos a maioria, venham comigo governar o Brasil”², apontava as falhas na política feita por homens e afirmava que as mulheres têm um jeito diferente de fazer política. (LIMA E PABKE, 2017).

O HGPE é uma importante fonte comunicacional dos partidos e candidatos com o eleitorado, devido sua obrigatoriedade e regulação própria representa um espaço livre das mediações exercidas pela mídia tradicional. Albuquerque e Tavares (2018) apontam como a campanha eleitoral de 1989 foi um momento decisivo para as pesquisas em Comunicação e Política no Brasil, destacando a importância dos técnicos em marketing político e de como o modelo brasileiro de propaganda política obteve uma linguagem específica, tendo em vista a tendência de americanização das campanhas eleitorais.

o modelo brasileiro de propaganda política na televisão desenvolveu uma linguagem muito particular, derivada da necessidade de adaptar o conteúdo a ser exibido a uma quantidade de tempo pré-determinada, diferente para cada partido, definida pela legislação

² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rWlqXYAvMP0>, Acessado em 03/06/2019.

eleitoral, bem como do fato de que propagandas de diferentes candidatos competirem pela atenção dos espectadores em um mesmo espaço, situado à parte da programação normal da televisão (ALBUQUERQUE, 1999 in ALBUQUERQUE E TAVARES, 2018, p. 152-153).

Acresce que os meios de comunicação não estão apartados da sociedade, de forma que carregam consigo símbolos, estereótipos e lógicas do cotidiano, o que também recai na construção da propaganda política. É o caso dos estereótipos de gênero, presente em diversas campanhas de candidatas mulheres, em todos os níveis de disputa eleitoral, como é o exemplo da campanha da Lívia Maria Pio.

Além disso, contemporaneamente vivenciamos o sucesso das redes sociais digitais, idealizadas como plataformas de encontro de pessoas, onde os internautas podem compartilhar e comentar diversos conteúdos, como imagens, vídeos e textos. Seus usos ultrapassaram o que fora imaginado, e atualmente as redes sociais possuem assumir diversas funções, inclusive, de plataforma política de candidatos e eleitos.

Essa nova forma de comunicação entre candidatos, partidos e eleitores levanta uma série de questionamentos: qual o espaço do HGPE, diante de outras plataformas de comunicação? Como são construídos os conteúdos divulgados pelos atores políticos? Como políticos se expõem nas redes sociais?, entre outras.

Dessa forma, o objetivo deste artigo é analisar como a candidata à vice-presidência no último pleito eleitoral (2018) Manuela D'Ávila (PT/PCdoB/PROS) utiliza de estereótipos de gênero como estratégia de campanha eleitoral no Facebook, além de outras estratégias que são utilizadas na rede. A escolha pela candidata se deve ao fato do seu uso intenso das redes sociais e de como a mesma, durante sua trajetória política, sempre reforçou que era mãe, casando sua vida política com a maternidade, além de ser a candidata feminina com maior relevância no último pleito. Já a escolha pelo Facebook se deu pelo fato de que segundo a Pesquisa Brasileira de Mídia de 2015 (PBM, 2014) o Facebook é a rede mais utilizada pelos brasileiros (83%).

O artigo se divide em cinco partes, cuja primeira busca traçar como uma parte da literatura vê a relação entre o HGPE e as redes sociais digitais, seguida por um debate mais profundo sobre como o gênero é mobilizado pelo marketing político. Após, são apresentadas a metodologia e a análise dos dados, bem como as considerações finais.

Do HGPE às redes sociais

Os meios de comunicação são centrais na vida social, assim como na prática política. Miguel e Biroli (2010) constatam como a relação entre mídia e política despertam alterações e permanências em quatro eixos fundamentais: a mídia se coloca como instrumento na relação entre políticos e cidadãos, transforma os discursos políticos, interfere na produção da agenda pública e altera a gestão da visibilidade dos políticos.

“A visibilidade que a política de massas demanda coloca os meios de comunicação no centro da dinâmica política” (Miguel e Biroli, 2011, p. 2), de forma que não podem ser ignoradas pelos atores políticos, seja na construção de suas carreiras, seja na definição da agenda.

Isso fica ainda mais claro se nos debruçarmos sobre as campanhas eleitorais. A televisão representa um aspecto central nas campanhas políticas brasileiras, o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) simboliza um importante canal de comunicação entre os candidatos, partidos e o público, além de ser o principal meio de comunicação com o eleitorado.

O HGPE oferece para os partidos, candidatos e suas respectivas equipes de campanha, uma oportunidade de se apresentarem diretamente aos eleitores, independentemente da mediação exercida pelas organizações midiáticas tradicionais. Ele compõe o ambiente informacional dos eleitores (CERVI, 2010), tornando-se uma importante fonte de informação principalmente para os indecisos (LOURENÇO, 2011 in ALBUQUERQUE E TAVARES, 2018, p. 147).

O advento da internet e mais contemporaneamente das redes sociais tem modificado essa relação. Gomes (2016) ao refletir sobre a relação entre política e internet, mais especificamente dentro do campo e-democracy, ou seja, de como a democracia é afetada pelas plataformas digitais, compreende que esta relação pode ter uma dimensão tanto social quanto institucional. A questão geral que se coloca é como os partidos utilizam a internet, principalmente as redes sociais?

[...] o facto observável é que, com a popularização da internet e dos media digitais, os diferentes atores políticos (dentre eles os partidos) mais e mais estão transferindo as suas atividades para plataformas digitais, institucionalizando progressivamente um espaço de interação entre os diferentes atores políticos que alguns analistas políticos qualificaram como “sistema político virtual” (NORRIS, 2001 in BRAGA ET. AL. 2017, p. 335).

Albuquerque e Tavares (2018) demonstram três tendências de mudança que apontam para uma diminuição da importância da propaganda política na televisão como instrumento de campanha eleitoral: a perda da centralidade da televisão aberta como principal meio de comunicação, em relação à televisão paga e às mídias digitais; as transformações associadas a decisões políticas e judiciais (diminuição do tempo de campanha eleitoral e restrições ao financiamento) e o impacto do judiciário no processo de deslegitimação da vida política.

No entanto, é importante destacar que segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad C) divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2016, 64,7% da população brasileira declarou ter acesso à internet, em contrapartida, haviam 63,3 milhões de pessoas off-line.

O acesso à internet também é desigual em relação as regiões do país. As regiões Nordeste e Norte eram as únicas a apresentar taxas de indivíduos conectados inferiores à média brasileira, de 52,3% e 54,3%, respectivamente. Ou seja, a perda de centralidade, da televisão, como canal de comunicação e informação, não ocorre de forma universal no país. Além do acesso desigual, a pesquisa também destaca os usos distintos que são feitos da internet, de forma que a televisão permanece como o principal canal de informação de grande parte dos brasileiros.

É inegável que há uma apropriação das redes sociais digitais por parte dos atores políticos, seja no período de campanha eleitoral, seja após a eleição, divulgando a agenda política, através de campanha permanente, além de possibilitar uma plataforma de prestação de contas.

Sobre o período de disputa eleitoral, a literatura sobre política e internet entende que campanhas feitas nas redes mobilizam estratégias tradicionais em combinação com estratégias específicas para o ambiente on-line. Massuchin e Tavares (2015) argumentam que grande parte das estratégias estão relacionadas a estabelecer uma proximidade com o eleitor, mobilização e engajamento, sob uma nova perspectiva.

Enquanto a televisão permite a um conjunto limitado de agentes transmitir conteúdos para um número imenso de espectadores passivos, as mídias sociais implicam um tipo de atitude totalmente diferente: para que as mensagens possam seguir adiante e atingir um grande número de pessoas, é preciso contar com a colaboração ativa de um grande número de usuários. Nessas circunstâncias, os modelos consagrados de atuação dos especialistas do marketing

político – a produção de material cuidadosamente embalado para o consumo dos telespectadores – não parece suficiente (ALBUQUERQUE E TAVARES, 2018, p. 167).

Além disso, os autores apontam que esse fenômeno já pode ser observado nas eleições para o executivo nacional de 2014, ao constatarem que diversos programas do HGPE indicavam as páginas on-line dos candidatos, e que o redirecionamento às páginas foi usado como estratégia por candidatos que dispunham de pouco tempo na televisão, como Eduardo Jorge (PV).

Braga et. al. (2017) demonstram que em setembro de 2015 todos os partidos utilizavam sites e redes sociais próprias: Facebook (93,0%), Twitter (96,8%) e canais específicos no YouTube (96,0%) além de possuírem contas ativas no Instagram.

Além do mais, Sampaio, Bragatto e Nicolás (2016) constatarem, a partir de uma pesquisa bibliométrica realizada com os artigos apresentados nos principais eventos das áreas de Sociologia, Ciência Política e Comunicação, entre 2000 a 2014, uma proximidade de estudos entre “redes sociais”, “estratégia política” e “eleitoral e campanhas”, o que pode significar, para os autores, o início de uma tendência de estudos mais próximos aos apresentados em Comunicação e Política (SAMPAIO ET. AL., 2016).

Assim, esta pesquisa busca lançar luz sobre esta lacuna, dentro dos limites possíveis, ao tentar compreender como são elaboradas as estratégias das campanhas de candidatas mulheres nas redes sociais digitais, observando deslocamentos e permanências em relação aos meios de comunicação tradicionais, tendo o gênero como categoria central de análise.

As estratégias de mulheres candidatas

É possível encontrar na literatura do campo da Ciência Política uma vasta herança que estuda a relação entre política e comunicação e uma menor que se debruça na relação entre gênero e política. Mas a interface entre os três campos, – comunicação, gênero, política – ainda é pouco desenvolvida (MIGUEL E BIROLI, 2011; MENDONÇA E OGANDO, 2013).

Sarmiento (2013) aponta que a análise da forma com que os meios de comunicação representam as mulheres na mídia é extremamente relevante, já que são importantes na construção do capital político feminino, seja a partir dos veículos jornalísticos ou propagandas partidárias. Além disso, como demonstram Mendonça e Ogando (2013), devido à baixa representação de

mulheres na política institucional os estudos sobre as relações entre gênero e política nas estratégias eleitorais são ainda pouco realizados.

Mesmo que algumas mulheres tenham ocupado lugar central na política brasileira, não se notam muitos estudos sistemáticos sobre a forma como elas mobilizaram a questão 'do feminino' em suas campanhas (Mendonça e Ogando, 2013 p. 196).

Como apontam Miguel e Biroli (2011) e Biroli (2011), em um estudo seminal sobre esta área, existe na mídia um reforço de estereótipos femininos, como a ideia de maternidade ligada necessariamente às mulheres. Ainda que estes não sejam originários na mídia "sua permanência no discurso midiático pode colaborar para seu impacto e permanência" e "as formas de definir – e restringir – o papel da mulher nesse âmbito impõem limites às suas possibilidades de atuação em outras áreas, como a profissional e a política" (BIROLI, 2011, p. 128–129).

Nesse sentido, Biroli (2011), demonstra como os meios de comunicação representam sistematicamente as mulheres de forma estereotipada e as consequências disto, identificando deslocamentos e permanências nestas representações, tendo em vista que os estereótipos se modificam ao longo do tempo.

Nos meios de comunicação, os estereótipos de gêneros são mobilizados juntamente com a oposição entre o público e o privado. As diferenças no tratamento dada pela mídia às mulheres [...], assim como as diferenças entre essas mulheres – entre suas trajetórias e estratégias para a construção da imagem pública, entre suas posições em relação ao feminismo ou outras temáticas políticas – são variações que, na cobertura noticiosa analisada, não rompem com um fundo comum: o da definição do feminino a partir das relações domésticas, familiares e afetivas (BIROLI, 2011, p. 141).

No entanto, a representação estereotipada de mulheres não é feita somente a partir dos meios de comunicação, pesquisas (MENDONÇA E OGANDO, 2013; PANKE e IASULAITIS, 2016; LIMA e PANKE, 2017) apontam como candidatas a cargos políticos utilizam destes estereótipos enquanto recurso de marketing eleitoral.

Embora os estereótipos de gênero contaminem eleitores, candidatos e a cobertura da imprensa, eles nem sempre são *handicaps*, mas podem ser tomados pelas candidatas como vantagens em função da agenda de uma determinada eleição, em que são privilegiadas

as áreas de conhecimento usualmente associadas às mulheres (Kahn, 1996). Ou ainda, quando associados a outras características das candidatas, como serem herdeiras legítimas de grupos familiares e de lideranças masculinas, apresentando-se como continuadoras das obras de seus pais, maridos ou padrinhos políticos (LITHGOW, 2000 in PANKE e IASULAITIS, 2016, p. 393).

Dessa forma, as campanhas de candidatas mulheres devem ser pensadas a fim de solucionar o que Panke e Iasulaitis (2016) denominam de *double bind*, um dilema entre demonstrar o que são entendidas enquanto características femininas, cuidadosa, dócil, equilibrada, atenciosa, e características necessárias ao papel de liderança, que estaria no universo masculino, força, inteligência, pensamento estratégico. Ou seja, as candidatas precisam apresentar uma força assertiva mas sem parecerem masculinas.

Além disso, compreendendo que o ambiente on-line não representa um mundo à parte da sociedade, mas sim uma continuação, e conseqüentemente as estratégias utilizadas nas campanhas on-line não rompe, necessariamente, com as lógicas das estratégias tradicionais é interessante compreender se este fenômeno da essencialização da mulher enquanto maternal e cuidadora permanece nas campanhas realizadas nas redes online.

É importante ressaltar que a intenção não é analisar a eficácia dessas estratégias, mas conhecer como se dá a relação entre carreira política e um ideal de feminilidade que perpassa pela ideia da maternidade. Tendo em vista que a internet tem uma potencialidade para a circulação de novos discursos, cabe perguntar se ela possibilita um debate mais profundo sobre essa relação, que não tem espaço dentro do HGPE.

Metodologia

A metodologia utilizada foi a análise de conteúdo das postagens que estão disponíveis na página do Facebook da Manuela D'Ávila. Foram utilizadas uma dimensão quantitativa e qualitativa. A dimensão quantitativa busca apresentar uma análise descritiva do banco de dados de forma geral. Já a dimensão qualitativa possibilita compreender de forma mais acentuada o conteúdo das postagens realizadas pelo perfil da então candidata.

A coleta das postagens se deu através do Netvizz, um aplicativo disponível no site da própria rede social, que permite a mineração dos *posts* na plataforma, fomentando o banco de dados. O período de coleta seguiu o estipulado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

para o HGPE, entre 31 de agosto e 4 de outubro de 2018, respectivo ao primeiro turno e entre 12 a 26 de outubro de 2018, período definido para o segundo turno, totalizando 49 dias, a fim de realizar um recorrente no momento em que a campanha política é mais intensa.

Importante salientar que as postagens selecionadas foram feitas exclusivamente pela página oficial da candidata, excluindo postagens feitas por terceiros e compartilhadas na página. As postagens foram organizadas no banco de dados conforme categorias estabelecidas pela literatura que estuda o fenômeno da campanha política nas redes (MASSUCHIN e TAVARES, 2015), acrescida da categoria mulher, destacando quando um *post* tratava especificamente de questões ligadas a esse grupo, bem como, outras que se mostraram pertinentes e serão explicitadas a seguir.

Além disso, questões como o tipo de postagem (foto, texto ou vídeo), se o vídeo era gravado ou se era uma transmissão ao vivo, também representam variáveis do banco. A quantidade de comentários, curtidas, reações e compartilhamentos também estão presentes no banco, mas não serviram de objeto de análise, tendo em vista o objetivo da pesquisa.

Para Massuchin e Tavares (2015) as campanhas políticas realizadas nas redes sociais tendem a aglutinar estratégias tradicionais com estratégias específicas para as redes sociais, a fim de forjar uma proximidade com o eleitor, mobilizando e engajando-o. Com isso, estabelecem cinco categorias que possibilitam a análise das estratégias.

- 1) *Disseminação de informação*: Refere-se à divulgação de informação política necessária a decisão do voto. O conteúdo pode ser mais temático ou mais voltado para a campanha em si do candidato, como a divulgação da agenda.
- 2) *Proposição de temas/políticas*: Divulgação do plano de governo, popularização das propostas e discussão de problemas políticos.
- 3) *Campanha negativa*: Ressaltar as características negativas dos adversários.
- 4) *Engajamento e mobilização*: Envolver os cidadãos na campanha e encorajar outros participantes, tanto online quanto off-line. Convidando para manifestações nas ruas e compartilhamento de *hashtags*.
- 5) *Interação com eleitores*: Estabelecer um diálogo com os eleitores de forma mais direta.

Porém, durante a observação dos dados outras categorias pareceram relevantes e foram acrescentadas a estas, são elas:

6) *Mulher*: Tendo em vista o objetivo do trabalho, de conhecer a mobilização de estereótipos de gênero enquanto estratégia de campanha política, fez-se necessário isolar as postagens que tratavam especificamente de pautas ligadas a mulheres.

7) *EleNãO*: Organizado no próprio Facebook, a partir de um grupo denominado Mulheres Unidas Contra o Bolsonaro, o EleNãO foi um movimento social contemporâneo (SOUSA e RACHIT, 2019). A opção por isolá-lo das outras categorias se deve ao fato de ser um movimento maior do que a campanha da candidata, foi uma mobilização de mulheres contra a candidatura de Bolsonaro. O uso da #EleNãO era feito em postagens de protesto, e que objetivavam a derrota do candidato nas urnas. No dia 29 de setembro de 2018 em diversas cidades do Brasil ocorreram manifestações organizadas a partir dos grupos do Facebook.

8) *Combate à fake news*: Apesar da divulgação de notícias falsas não ser um acontecimento inédito do último pleito o que se observou foi a intensificação desse fenômeno. Dessa forma, foi possível observar nas postagens da página de Manuela uma tentativa de combater as informações falsas que eram divulgadas sobre ela, seu partido e o candidato à presidência Fernando Haddad.

Após a coleta e categorização dos dados, um segundo banco foi criado, isolando as postagens enquadradas na categoria mulher, a fim de analisar de forma mais profunda o seu conteúdo. A apresentação da análise dos dados e possíveis considerações será feita no tópico a seguir.

A campanha de Manuela D'Ávila no Facebook

Manuela Pinto Vieira d'Ávila (Porto Alegre, 18 de agosto de 1981) é uma jornalista e política brasileira. Filiada ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), foi deputada federal pelo Rio Grande do Sul entre 2007 a 2015, sendo a deputada mais votada em 2010, já entre 2015 e 2019 ocupou o cargo de deputada estadual e em 2018 foi candidata a vice-presidente da República junto a Fernando Haddad pela coligação entre Partido dos Trabalhadores (PT), PCdoB e Partido Republicano da Ordem Social (PROS).

Sua trajetória política iniciou-se no movimento estudantil em 1999 e no mesmo ano filiou-se à União da Juventude Socialista (UJS). De

2001 a 2003 integrou a direção nacional da UJS e a vice-presidência da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Segundo seu próprio site³ Manuela é um “fenômeno das redes sociais” que utiliza a “internet como instrumento de transparência”. Assman e Pozobon (2012) em uma pesquisa sobre a utilização de redes sociais pela então deputada, constataram que em 2012, Manuela possuía 14 contas ativas em diferentes redes sociais, além de um blog pessoal.

Outro aspecto relevante de sua trajetória política, que também é ressaltado em seu site pessoal, é o nascimento de sua filha Laura.

Após ser mãe, [Manuela] começa a aprofundar-se na militância sobre as questões relacionadas à figura materna ao mesmo tempo em que levanta a bandeira feminista. Pode-se notar nas suas mídias sociais digitais a presença de elementos que a identificam como mãe, política e feminista assimilando cada vez mais sua presença nessas esferas (PONS E FOLETTO, 2017, p. 6).

A última eleição para presidente (2018) foi marcada pelo uso intenso das redes sociais digitais por diversos candidatos. Twitter, Instagram, Facebook e WhatsApp foram mobilizados como plataformas de campanha de candidatos tanto à esquerda quanto à direita. Com funcionalidades diferentes, cada rede requer um conjunto de estratégias comunicacionais distintas, além de alcançar públicos diferentes. Lançado em 2004, o Facebook é a rede social mais utilizada pelos brasileiros (PBM, 2014).

O Facebook permite a criação de um perfil, onde o usuário pode alimentá-lo com as informações que deseja. Uma vez conectado à rede social, é possível encontrar amigos, páginas dos mais diversos conteúdos, participar de grupos (fóruns online sobre um tema específico), enviar e receber mensagens de forma privada ou pública.

A página da então candidata possui 1.403.998⁴ seguidores e está no ar desde agosto de 2010. Suas postagens abordam inúmeros temas, pautas que estão no debate público com mais intensidade, posicionamento político, divulgação de acontecimentos de sua vida pessoal, bem como o compartilhamento de memes. Manuela também utiliza dos vários recursos que a plataforma disponibiliza para além da postagem de texto, como a exposição de imagens, vídeos gravados previamente e ao vivo (*lives*).

³ Disponível em: http://www.manuela.org.br/?page_id=2

⁴ Dado coletado em 07/08/2019

As principais estratégias utilizadas pela deputada Manuela nos ambientes digitais, buscam aproximar-se dos seus eleitores, em sua maioria jovem, bem como, produzir e legitimar suas principais temáticas de luta, como a questão de gênero" (PONS E FOLETTO, 2017, p. 3).

Durante o período recortado para a coleta dos dados Manuela e sua equipe fizeram 181 postagens. Desse total, 116 postagens foram realizadas no primeiro turno (64,09%) e 65 foram feitas já no segundo turno (35,91%).

Em relação ao tipo de conteúdo divulgado nas postagens é interessante notar, conforme atesta a Tabela 1, que há uma predominância do uso de vídeos como recurso, em relação a divulgação de imagens. De maneira geral, as postagens apresentam textos curtos convidando o leitor a assistir o vídeo que acompanha.

Tabela 1: Tipos de *posts*

Tipo de Post	Total	%
Foto	7	3,87%
Vídeo	174	96,13%
Total Geral	181	100%

Fonte: Dados da pesquisa

A Tabela 2 demonstra a relação entre vídeos gravados previamente a as transmissões ao vivo. O uso de *lives* pode ser considerado uma novidade do último pleito, tendo em vista que era um recurso recente disponibilizado pelo Facebook. As transmissões ao vivo são realizadas tanto em eventos, como caminhadas e comícios, quanto em momentos em que a candidata conversa com os eleitores sobre os acontecimentos da disputa eleitoral.

Tabela 2: Uso de *live*

<i>Live</i>	Total	%
Não	132	72,93
Sim	49	27,07

Total	181	100
-------	-----	-----

Fonte: Dados da pesquisa.

No que diz respeito aos diferentes tipos de estratégias utilizados, é possível perceber uma predominância da disseminação de informação (46,41%): são divulgados resultados de pesquisas de intenção de votos, a agenda da candidata, participação em eventos, depoimentos de endosso de pessoas famosas.

Tabela 3: Distribuição das categorias

Categorias	Total	%
Campanha Negativa	9	4,97
Combate à Fake News	6	3,31
Disseminação de Informações	84	46,41
#EleNão	11	6,08
Engajamento e Mobilização	37	20,44
Interação com os Eleitores	1	0,55

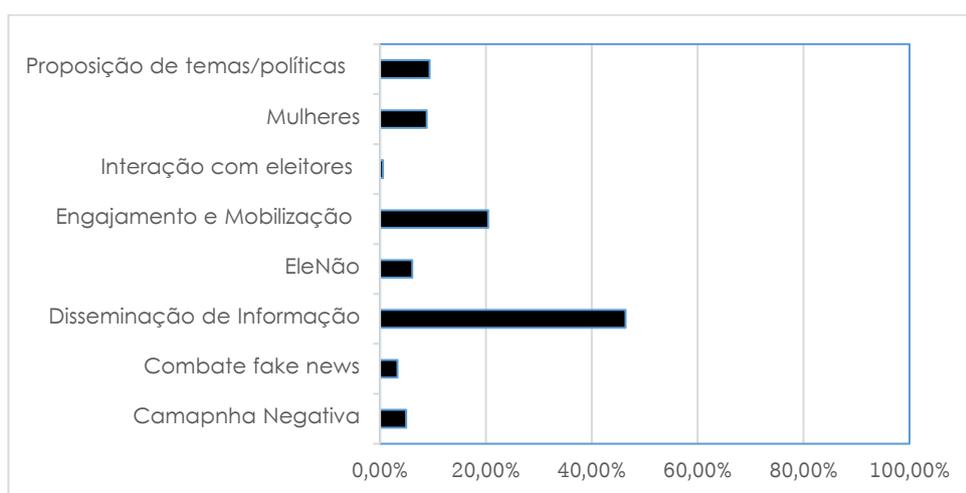
Mulheres	16	8,84
Proposição de temas/políticas	17	9,39
Total Geral	181	100

Fonte: Dados da pesquisa.

É interessante ressaltar que, apesar da hipótese de a internet possibilitar o diálogo de forma mais direta com o eleitor, apenas uma postagem de todo o universo da pesquisa se enquadra nessa categoria, *interação com eleitores*. Nela, a candidata brinca com um jargão popular nas redes, o #sextou. “E ai galera falta pouco para sair aquele famoso grito de #sextou por ai?” (Postagem feita no dia 14/09/2018 às 19:20).

Seguida da estratégia de *disseminação de informação*, a estratégia de *engajamento e mobilização*, é a segunda mais utilizada. Aqui, é importante destacar o uso das *hashtags*, uma constante nas postagens analisadas, e que também representa uma característica do último pleito.

Gráfico 1: Distribuição das categorias



Fonte: Dados da pesquisa.

A hashtag é formada por uma palavra ou frase iniciada pelo símbolo #, funciona como uma etiqueta on-line que indexa todos os posts que são marcados com ela. Isso facilita o compartilhamento em larga escala, e por isso passou a ser um recurso utilizado por diversas manifestações. O princípio do uso político das hastags é identificado com a onda de protestos ocorridas em alguns países árabes no ano de 2010 (COSTA-MOURA, 2014).

Mas o que implica esse elemento novo do discurso que não cabe no registro da reivindicação, nem da palavra de ordem, e configura um domínio próprio, outro: o *streaming* incessante das #hashtags? Protestos iniciados na rede e inteiramente articulados através das novas tecnologias de comunicação evidenciam, a cada dia, que estas tecnologias não são apenas ferramentas de descrição do mundo. Elas são formas novas de criação e desconstrução da realidade. Quando alguém atua por meio dessas chamadas "redes sociais" não está simplesmente real – alterando, de forma inédita, o ativismo político e social e os modos de participação no discurso (COSTA-MOURA, 2014, p.146)

Dessa forma, a campanha on-line de Manuela D'Ávila utiliza tanto de *hashtags* criadas para esse fim, quanto a apropriação de outras *hashtags* que já circulavam nas redes. São exemplos, #ManunoJaburu, #ViraVoto, #vote13, #OBrasilFelizDeNovo. As *hashtags* aparecem sempre finalizando o texto e representam uma forma de engajar os eleitores, principalmente através do compartilhamento.

Outro aspecto relevante é a baixa predominância de postagens que visam propor temas e políticas, estratégia ligada a compartilhar o plano de governo do candidato. Apenas 17 postagens (9,39%) se enquadravam nesta categoria, e mesmo dentro da categoria, poucas falavam de pautas ligadas ao plano de governo em si, a maioria abordava a discussão de problemas políticos que estavam em pauta no momento, como o estatuto do desarmamento, memórias da ditadura, direito de minorias.

Também é possível constatar um esforço por parte da candidata em combater notícias falsas que foram divulgadas sobre ela e seu partido. Em seis postagens (3,31%) Manuela D'Ávila desmente de forma direta fake news.

Bolsonaro além de covarde, defensor da tortura, é um mentiroso!!! Ele usou um vídeo distorcido montado em seu programa de TV para nos atacar. Vejam o vídeo real! Espalhem a verdade!

#HaddadPresidente #ManuNoJaburu. (Postagem feita no dia 26/10/2018 às 01:52)

Do universo da pesquisa, entre 181 postagens, 16 (8,84%) falavam diretamente sobre pautas ligadas às mulheres ou com o público feminino. Os temas que aparecem são sobre mercado de trabalho, violência, representatividade feminina na política, e postagens mais gerais, que não tratam de uma pauta específica do movimento feminista mas fala diretamente com o público feminino. Aqui, a presença de *hashtags* nas postagens também chama a atenção. Sobre as mulheres, as *hashtags* mobilizadas foram #mulheresnapolitica #lutecomoumagarota e #elenão.

No que tange ao mercado de trabalho, além de o tema aparecer como pauta do público feminino, (mais vagas para mulheres poderem trabalhar), Manuela também fala sobre a necessidade de creches, compreendendo que esta é uma relação intrínseca, devido à responsabilização, quase exclusiva, por parte das mulheres, pelo cuidado das casas e dos filhos. Para ingressar no mercado de trabalho, além de vagas disponíveis, é necessário que exista um ambiente seguro para deixar as crianças.

Nós falamos que queremos que a mulher possa entrar e permanecer no mercado de trabalho e Haddad quando prefeito criou 100 mil vagas em creches em São Paulo. Essa é a vida real. #ManuNoUol #UolNasUrnas #ManuNoJaburu (Postagem feita no dia 02/10/2018 às 18:30).

Os temas da violência e da maternidade são mencionados de maneira mais superficial. Ambos são tematizados em resposta a comentários feito pelo candidato da oposição Jair Messias Bolsonaro (PSL). A disputa eleitoral de 2018 foi marcada por um intenso confronto entre os candidatos da chapa de Manuela e da oposição, divergindo sobre pautas econômicas e de justiça social. Em um evento na cidade de São Paulo, o candidato à vice-presidência, ao lado de Bolsonaro, General Mourão, falou que famílias pobres compostas apenas pela mãe e a avó são "fábricas de desajustados". Manuela se posicionou contra tal afirmação em sua rede social.

Existe como uma mulher que é mãe e que cria o filho sozinha votar em alguém que diz que uma mulher que faz o sacrifício de criar um filho sozinha cria um desajustado? #EleNÃO #ManuNoJaburu (Postagem feita no dia 29/08/ 2018 às 13:18).

Além disso, se destaca o uso da ideia de representatividade de mulheres na política como estratégia de campanha. Grande parte das postagens se dedica a demonstrar como uma política justa precisa que mulheres estejam sendo representadas de forma coerente.

Nós somos o time das mulheres brasileiras porque nós temos um projeto de país que liberta ao povo brasileiro. E não existe liberdade ao povo brasileiro sem garantir liberdade para as mulheres. Manuela D'Ávila candidata a vice-presidenta de Fernando Haddad e Lula na #PrimaveraDasMulheres em São Paulo. #HaddadPresidente #ManuNoJaburu (Postagem feita no dia 27/09/2018 às 15:25).

Ainda que a representatividade feminina seja um dos temas mais abordados pela candidata, Manuela entende que o fato de elegermos mais mulheres não faz uma correlação direta com uma política que apoia as pautas dos movimentos feministas. O *post* a seguir é um exemplo disso: “É preciso eleger mais mulheres para garantir representatividade democrática, mas, acima de tudo, mulheres comprometidas com a emancipação feminina #MulheresNaPolítica #ManuNoJaburu” (Postagem feita no dia 28/08/2018 às 15:08).

Manuela D'Ávila também aproveita sua página no Facebook para destacar sua trajetória como uma mulher política e mãe. Em mais de uma postagem a candidata divulga dados sobre sua vida pessoal e política, ressaltando que a atividade política também é realizada por mulheres, e no seu caso, uma mulher jovem.

Hoje é aniversário da União da Juventude Socialista UJS. Nesse 2018 completam-se 20 anos do dia em que eu estava em sala de aula e uma outra menina, a Letícia, se aproximou com um xerox de uma ficha de filiação à UJS e eu fiz uma opção, como uma garota, de lutar por coisas que são as mais importantes. #LuteComoUmaGarota (Postagem feita no dia 22/08/2018 às 13:39).

Em suma, a página no Facebook de Manuela D'Ávila mobiliza diversas estratégias de marketing político on-line, além de apresentar, mesmo que em uma pequena quantidade, preocupações com as pautas dos movimentos feministas. Algumas considerações sobre os dados obtidos pela análise serão feitas a seguir.

Considerações Finais

Nos momentos de disputa eleitoral, os candidatos e partidos se veem em uma intensa competição por eleitores, sendo um momento crucial à democracia. O HGPE foi por muito tempo o meio de comunicação central neste jogo, mas sua centralidade tem sido questionada a partir da emergência das redes sociais digitais.

Em consonância com Massuchin e Tavares (2015), fica evidente a partir da análise dos dados que, ao contrário do que os primeiros estudos sobre campanhas eleitorais on-line defendiam, o uso da internet serve mais do que para apenas informar a agenda dos candidatos. As análises evidenciam como uma série de estratégias são mobilizadas e como novas surgem com o tempo, conforme novos recursos também são disponibilizados pelas plataformas.

Dentro das estratégias tradicionais das campanhas, muitas vezes os estereótipos de gênero são mobilizados como recurso para legitimar a candidatura de uma mulher, essencializando-a dentro de características que tendem a ser entendidas enquanto femininas.

O uso da página do Facebook de Manuela aponta para outras possibilidades. Sem abrir mão de destacar sua maternidade e o óbvio fato de que é uma mulher, Manuela quando fala sobre questões relacionadas ao universo feminino não o faz de forma essencializada. Demonstra uma visão crítica, sobre temas delicados, como representatividade.

Porém, apesar de se declarar feminista, foi possível perceber que as pautas ligadas aos movimentos feministas foram pouco presentes no período da campanha analisado. E que os temas que aparecem são os mais clássicos, como mercado de trabalho e violência. Questões de interseccionalidade entre raça, classe e sexualidade não são mencionadas.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Afonso de. Política versus televisão: o horário gratuito na campanha presidencial de 1994. **Comunicação & Política**, v. 1, n. 3, p. 49-54, 1995.

ALBUQUERQUE, Afonso de; TAVARES, Camilla. Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral: estilo, estratégias, alcance e os desafios para o futuro. In: FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; BORBA, Felipe (org.). **25 anos de eleições presidenciais no Brasil**. Curitiba: Appris, 2018. p. 147-169.

ASSMANN, Gabriela; DE OLIVEIRA POZOBON, Rejane. Os blogs como instrumentos de prestação de contas na esfera pública interconectada: o blog da deputada federal Manuela D'Ávila. **Anagrama**, v. 5, n. 2, p. 1-14, 2011.

Eleições e redes sociais: Uma análise das postagens da candidata Manuela...

BIROLI, Flávia. Gênero e família em uma sociedade justa. **Teoria Política e Feminismo: abordagens brasileiras**. Vinhedo: Editora Horizonte, pág, p. 211–242.

BIROLI, Flávia. Mulheres e política na mídia brasileira: estereótipos de gênero e marginalidade do “feminino” na política. **Mulheres, política e poder**, p. 127, 2011.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; BORBA, Felipe. **25 Anos de Eleições Presidenciais no Brasil**. Editora Appris, 2019. **Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral: Estilo, Estratégias, Alcance e os Desafios para o Futuro**

GILLIGAN, Carol. Imagens de relação. **Teoria política feminista: textos centrais**. Vinhedo, Ed. Horizonte, p. 81–119, 2013.

LIMA, Alice Marina Lira; PANKE, Luciana. DA PRIMEIRA CANDIDATA À PRIMEIRA ELEITA À PRESIDÊNCIA DO BRASIL: tipologias femininas no HGPE de TV de Lívia Maria e de Dilma Rousseff.

GOMES, Wilson. Anos de política, estado e democracia digitais: uma cartografia do campo. **Democracia digital, comunicação política e redes: teoria e prática**, p. 25–45, 20.

MATOS, Marlise. A sub-representação política das mulheres na chave de sua subteorização na ciência política. **Mulheres, Poder e Política: a experiência do Brasil e do Canadá**, v. 1, p. 22–54, 2012.

MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Estudos Feministas**, p. 333–357, 2008.

MENDONÇA, Ricardo F.; OGANDO, Ana C. Discursos sobre o feminino. Um mapeamento dos programas eleitorais de Dilma Rousseff. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 83, p. 195–216, 2013.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; GUIMARÃES SIMÕES, Paula. Enquadramento. Diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 79, 2012.

MIGUEL, Luis Felipe. Desvelo e interesse na teoria feminista. **Teoria política e feminismo: abordagens brasileiras**. Vinhedo: Horizonte, p. 103–126, 2012.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Caleidoscópio convexo: mulheres, política e mídia**. Editora Unesp, 2011.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Comunicação e política: um campo de estudos e seus desdobramentos no Brasil. **Mídia, representação e democracia**. São Paulo: HUCITEC, v. 1, p. 7–24, 2010.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Introdução: teoria política feminista, hoje. **Teoria política feminista: textos centrais**. Vinhedo, Ed. Horizonte, p. 7–54, 2013.

MASSUCHIN, Michele Goulart; TAVARES, Camilla Quesada. Campanha eleitoral nas redes sociais: estratégias empregadas pelos candidatos à Presidência em 2014 no Facebook. **Compólitica**, v. 5, n. 2, p. 75–112, 2015.

NORRIS, Pippa. Preaching to the converted? Pluralism, participation and party websites. **Party politics**, v. 9, n. 1, p. 21–45, 2003.

Eleições e redes sociais: Uma análise das postagens da candidata Manuela...

PONS, Émilly; FOLETTO, Rafael. AS ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO POLÍTICA DA DEPUTADA ESTADUAL MANUELA D'ÁVILA PARA A ARTICULAÇÃO DA IMAGEM DE MÃE E PARLAMENTAR. 2017.

PATEMAN, Carole. O contrato Sexual (1988). **Tradução de Marta Avancini. São Paulo: Paz e Terra**, 1993.

Paulo: Boitempo, 2014.

SARMENTO, Rayza. **Das sufragistas às ativistas 2.0: feminismo, mídia e política no Brasil (1921 a 2016)**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

SARMENTO, Rayza. Mídia, gênero e política: breve mapeamento de horizontes analíticos. **Ação Midiática–Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura.**, v. 1, n. 5, 2013.

SOARES BRAGA, Sérgio; CAETANO ROCHA, Leonardo; CUNHA CARLOMAGNO, Márcio. Estratégias de comunicação digital dos partidos brasileiros e portugueses: um estudo comparado. **Análise Social**, n. 223, p. 328–359, 2017.

TAVARES, Camilla Quesada; MASSUCHIN, Michele Goulart. Comunicação, gênero e política no Brasil: As candidatas do Paraná na propaganda eleitoral televisiva. **Chasqui: Revista Latinoamericana de Comunicación**, n. 135, p. 39–54, 2017.

ATRÁS DE NÓS: MOISHE POSTONE E O ENSINO DE TEORIA SOCIAL¹

Benjamin Y. Fong – Arizona State University

Jeremy Cohan – University of New York

Moishe Postone – University of Chicago

Moishe Postone, que foi Professor Emérito Thomas E. Donnelley de História Moderna e do Centro de Estudos Judaicos da University of Chicago, faleceu em março de 2018, após uma longa batalha contra o câncer. Editor fundador da revista *Critical historical studies*, tornou-se mais conhecido por sua importante e nova interpretação de Marx em *Tempo, trabalho e dominação social*². Sua morte é uma grande perda; sentiremos profundamente a ausência de seu espírito e de sua pessoa.

Na primavera de 2015, encontramos-nos com o professor Postone para conversar sobre tudo, menos sobre Marx. Nossa conversa se concentrou em autores lidos no Ciclo Básico de Ciências Sociais (CBCS) que ministrou de 1990 a 2016, intitulado “Indivíduo, Cultura e Sociedade”. O professor Postone constituiu a maior influência formativa no currículo “Indivíduo, Cultura e Sociedade” durante seu período como titular, e advogou intensamente pelos conhecimentos das Humanidades.

Todos os graduandos da University of Chicago devem cursar um ano de CBCS. “Indivíduo, Cultura e Sociedade” (apelidado “Indivíduo”) é um dos três ciclos mais populares de CBCS da universidade; os outros – “Clássicos do Pensamento Social e Político” (“Clássicos”) e “Poder, Identidade e Resistência” (“Poder”) serão mencionados abaixo. A bibliografia para “Indivíduo, Cultura e Sociedade”, por volta de 2015, era a seguinte:

O quadrimestre de outono (Sociedade)

* Tradução: Sergio Ricardo Alves de Oliveira. Doutor em Serviço Social (UFRJ), mestre em Educação (UFF) e licenciado em Letras (UFF). Atualmente pesquisa temas como espaço-tempo social, uchronia, literatura e sociedade e fundamentos da educação. Contato: serge.rk@gmail.com

¹ Texto originalmente publicado em inglês, sob o título *Behind our Backs*, disponibilizado em três partes na revista online *Damage* em 19, 21 e 28 de janeiro de 2019. A tradução e a publicação foram gentilmente autorizadas pelos entrevistadores, bem como pela chefia da edição da revista. Texto original disponível em: <<https://damagemag.com/2019/01/14/behind-our-backs-part-one/>>; <<https://damagemag.com/2019/01/21/behind-our-backs-part-two/>>; <<https://damagemag.com/2019/01/28/behind-our-backs-part-three/>>. Os contatos e as identificações profissionais dos entrevistadores são: 1) Benjamin Y. Fong: professor na Arizona State University – benjamin.yenyi.fong@gmail.com; 2) Jeremy Cohan: doutorando em Sociologia pela University of New York – thusspokejeremy@gmail.com.

² [N. t.] Ver POSTONE, Moishe. *Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx*. São Paulo: Boitempo, 2014.

Atrás de nós: Moishe Postone e o ensino de Teoria Social

- *A riqueza das nações* (Adam Smith)
- *O capital* e outros textos (Karl Marx)
- *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (Max Weber)

O quadrimestre de inverno (Cultura)

- *As formas elementares da vida religiosa* (Émile Durkheim)
- *O Pensamento selvagem* (Claude Lévi-Strauss)
- *Metáforas históricas e realidades míticas* (Marshall Sahlins)
- *Vigiar e punir* (Michel Foucault)
- *“A obra de arte na era da reprodutibilidade técnica”* (Walter Benjamin)
- *“O fetichismo na música e a regressão da audição”* (Theodor Adorno)

O quadrimestre da primavera (Indivíduo)

- *Conferências introdutórias sobre psicanálise* (Sigmund Freud)
- *Eros e civilização* (Herbert Marcuse)
- *O segundo sexo* (Simone de Beauvoir)
- *Pele negra, máscaras brancas* (Frantz Fanon)

Parte 1 – O histórico do CBCS e a relevância do Ensino de Humanidades

BF: Queremos começar pedindo que fale um pouco sobre a história do *Ciclo Básico* – sobretudo do *CBCS* –, seu envolvimento nisso, quando começou e algumas mudanças institucionais ou outras que pôde ver ao longo dos anos.

MP: Sei muito vagamente sobre a pré-história deste curso. Havia três anos de CBCS obrigatórios e no fim de cada ano prestava-se uma grande prova de 6 a 9 horas de duração. Em abril, começava-se a rever tudo e de repente via-se sob perspectiva muito diferente aquilo que se pensava havia sido entendido em outubro e novembro. Acho que isso foi muito útil. Outra coisa útil foi que nada do que você teria feito durante o ano contava. Você escrevia artigos e realizava uma prova no fim da cada

quadrimestre, mas eles eram apenas um termômetro para que você soubesse como estava indo. A vantagem é que se você ficasse deprimido por algumas semanas ou estivesse escrevendo sua monografia aquilo não te derrubava. Poderia se recuperar. A desvantagem é que abril e maio são épocas de alta ingestão de dexedrina e metedrina. Mas na época em que estava na faculdade [como aluno], havia dois anos de CBCS. O primeiro ano era mais ou menos “Clássicos do Pensamento Social e Político”. (Havia ainda uma eletiva, que era “Documentos da História Americana”.) E o segundo ano era “Indivíduo, Cultura e Sociedade”, que era uma espécie de estado-da-arte da teoria. Quando comecei a lecionar no CBCS em 1987, havia apenas um ano obrigatório; e então você tinha as eletivas. Não havia o costume das eletivas. A faculdade era muito menor e mais seletiva. Eles hoje se vangloriam de aceitar apenas 7% dos candidatos, enquanto na geração passada eram 40%. Mas eram os 40% que realmente queriam estar ali, e era um lugar de ponta, de vanguarda. Não é mais assim.

BF: Então “Poder, Identidade e Resistência” e “Clássicos do Pensamento Social e Político”, enquanto ciclos distintos de CBCS, formaram-se quando houve a compressão para um ano?

MP: Sim. Mas “Poder” não existia. Havia somente “Clássicos” e “Indivíduo”. Havia faculdades nos 1980 que sugeriam que todos ensinassem um módulo sobre o que quisessem; e o conseguissem. Pode imaginar o quão caótico isso foi. Aquela aglomeração ficou conhecida como “o estado de natureza”. Depois de um tempo, os reitores decidiram drenar o estado de natureza, e implementaram um curso coordenado por Don Levine, um sociólogo (com, vamos dizer, uma queda para a direita), curso este chamado “Riqueza, Poder e Virtude”. Não sei exatamente como Don se perdeu no conservadorismo. Depois se tornou “Poder”. Um rapaz, em “Poder”, na verdade como uma manobra de *marketing*, adicionou “Identidade e Resistência”. Não há nada de identidade neste curso. É poder de cima a baixo. “Indivíduo, Cultura e Sociedade” era mais ou menos o mesmo de agora. O quadrimestre de inverno costumava ser a apoteose de Claude Lévi-Strauss. Tudo levava a ele. Então você lia muito Durkheim, lia Saussure e a *Interpretação dos sonhos* de Freud. E tudo isso desembocava na última aula, que era sobre Lévi-Strauss.

JC: Era assim por causa da influência de Lévi-Strauss na University of Chicago?

MP: Sim, os antropólogos que a criaram eram, em sua maioria, estruturalistas. E pensavam que a universidade era a última palavra na ciência. Nós respeitamos não concordávamos. Havia outras coisas que objetava naquela época: uma tarefa comum no quadrimestre da primavera era que os estudantes deveriam interpretar um sonho deles. Não acho que isto seja um assunto para um artigo. Isto para mim transgredia certo limite entre o pessoal e o pedagógico.

BF: Então em 1987 você assumiu o CBCS...

MP: Foi quando comecei a lecioná-lo. Assumi por volta de 1990. Hoje, 25 anos mais tarde, estou um pouco preocupado com o curso. Penso que a universidade perdeu um senso de centralidade das Humanidades, em troca de coisas que são indiscerníveis de outras universidades. Você sabe, "Uchicago", onde você via camisas escrito "Onde a diversão morre". Quando era estudante, em uma era geológica antiga, havia muita diversão, mas não havia fraternidades ou sororidades. Havia grupos, muitos grupos, grupos de *jazz* e de *blues*, e havia muitos moradores próximos que eram um tanto boêmios. Então era talvez a única área semi-boêmia entre Greenwich Village e North Beach. Você via pessoas precoces em suas carreiras em Hyde Park. Sabe como é, Second City, Mike Nichols etc. Mas Bob Dylan também estava aqui antes de ir para Greenwich Village. Que imbecil que ele era. Todos pensávamos: "não vai conseguir nada". Ele era só um péssimo imitador de Woody Guthrie. Quando ele começou, havia vários guardiões da chama. Havia os jovens comunistas, para quem a música *folk* significava algo muito especial: Woody Guthrie. Comercializar aquilo era um anátema. Depois apareceram os outros jovens que eram muito aficionados em *blues*. Havia uma grande banda de *blues* que tocava toda quarta à noite no dormitório, onde o Bloco B se encontra agora. Era a *The butterfield blues band* e Elvin Bishop. Aquilo era parte do bairro. Em todo caso, eu divago. Humanidades – que era tão extraordinário para mim – não é apenas sobre a amplitude, mas mais importante, sobre os textos fundamentais. Nunca tive aquilo. Muitos alunos não

têm aquilo. Não havia ênfase na informação. Quando era aluno, tive de cursar dois anos do Ciclo de Humanidades. Todo mundo teve. Um quarto dos períodos de Humanidades era "História como Gênero". Líamos três livros: Tucídides, o primeiro volume de Gibbon e a *História da revolução russa* de Trotsky. Tente imaginar três abordagens as mais dissonantes entre si! Era fantástico. O ciclo de "Civilização Ocidental" (e seu subproduto "Civilização Europeia") aborda fontes primárias; de outra forma, fontes históricas. Muitos ciclos de Civilização Não-Europeia não o fazem. Têm poucos professores e ensinam fontes secundárias. Pelo menos foi o que me disseram. E muitos deles dão palestras. Acho que é bom para melhorar a educação, mas não é o mesmo que um curso de Humanidades. Deveria ser possível, não importa qual civilização você estude, dar aos estudantes material de fonte primária, de maneira que os faça perceber o que está acontecendo. Para mim, era o equivalente a um estudo intensivo de antropologia cultural. Você não deveria ler um texto grego ou latino da mesma maneira que lesse um texto americano da metade do século XX. Isso é algo que você tem que aprender. Nós não lemos mais aquele tipo de obra; ainda insistimos que os alunos não leiam comentários sobre Durkheim, Freud ou o que seja, mas que aprendam a lutar com os textos clássicos. E estou preocupado porque há uma parcela do curso que é contrária ao conhecimento acadêmico clássico. Até mesmo professores que são mais progressistas querem ensinar somente a sua especialidade.

JC: Então você sente que aquela pressão contra o CBCS vem da faculdade, e não dos alunos?

MP: Vem da faculdade. Costumava-se contar com um quadro de professores que era a verdadeira espinha dorsal deste curso, mas eram todos idosos. Isso não me ocorreu na época. Bill Sewell, Bert Cohler, Ralph Austen, Jonathan Z. Smith. J. Z. Smith era muito presente no curso. Ele não apenas ministrou sua excelente palestra ["*Do the rite thing*," – "Faça a coisa certa"] no inverno. Ele na verdade lecionava textos. As reuniões de colegiado eram muito diferentes. Para mim, administrativamente, significava que eu poderia chamar alguém e dizer: "Tenho 150 arquivos de estágio para corrigir; poderia conseguir tua ajuda nisto?" Entende? Algo assim. Agora, infelizmente o curso vai sobrevivendo no fio da navalha, só comigo. Creio profundamente no Ensino de

Humanidades. E acho que as Guerras de Cânone³ obscureceram sua importância. Não acho que o que foi escrito nos últimos cinquenta anos seja muito melhor do que aquilo que foi escrito antes. Esse é um mau raciocínio. Nas ciências sociais não lecionamos um cânone no sentido das Humanidades. Lecionamos teoria fundamental, que não é o mesmo que um cânone. Um teórico está tentando explicar um fenômeno. Ao ler teoria, os alunos se conscientizam do fenômeno que aquele teórico em particular está tentando explicar, como este teórico em particular mobiliza a compreensão deste fenômeno e por que ele desenvolve certas categorias para dar sentido a este fenômeno. Se você ler teoria assim, as próprias categorias tornam-se: a) disponíveis para todos, b) algo que os alunos assimilam por eles mesmos, e c) algo que os alunos aprendem a identificar, o que, no fim, é uma habilidade. É muito diferente de ensinar posicionamentos, por exemplo. E infelizmente muito do que se ensina tornou-se ensino de posicionamentos. Isto vale até para o modo como Smith, Marx, Weber, Durkheim etc. são ensinados. Em muitos lugares, ou mesmo na faculdade, os alunos aprendem “o suficiente”: Weber, ah sim! Racionalização e burocracia. Marx, ah sim! Luta de classes.

JC: A inteligência “*PowerPoint*”.

MP: A esperança é gerar profundidade. Depois eles podem avançar mais por si mesmos. Acho que os alunos realmente precisam de mais estudos de Humanidades, mas isso não vai acontecer. Desvelar os textos com os alunos, mostrá-los como alguém está pensando e o que estão fazendo com suas categorias, ou por que eles acham que tiveram de criar estas categorias torna os alunos mais atentos a uma grande variedade de discursos em que participam. E, às vezes, acho que não vingam por um tempo. Há muitos que tiveram Humanidades e que falam sobre a área ter vingado muito tempo depois de formados. É uma pena. A educação costumava ser vista como uma espécie de repouso entre a escola e a vida profissional adulta. Está perdendo esta qualidade muito rapidamente. Há muito tempo, quando Hutchins [Presidente da University of Chicago de 1929 a 1945 e fundador do Currículo do Ciclo Básico] criou a Faculdade de Humanidades, os professores dos departamentos não queriam

³ [N. t.] Situada entre fins dos 1980 e os 1990, esta batalha acadêmica questionava sobre que autores (o currículo e/ou sua abordagem) os alunos deveriam ter acesso em seus cursos.

nada com aquilo. Os departamentos eram departamentos de pós-graduação, ponto final. Então você tinha uma faculdade isolada. Às vezes a Faculdade de Humanidades contratava professores que os departamentos não queriam porque eram, diria eu, muito amplos para os departamentos. Daniel Bell e David Riesman foram contratados para atuação nas Humanidades, embora nunca tivessem conseguido lotação no Departamento de Sociologia. E nem poderiam. Acho que Edward Shils mal tinha uma graduação. Professores como Bell e Riesman, seja o que for que se pense deles, tinham interesses muito amplos. A sociologia foi se tornando cada vez mais limitada, limitou-se tanto até se acabar. Assim como para Thin Man⁴.

BF: Qual sua intuição sobre a saída de cena das Humanidades e o emplacamento da especialização estreita?

MP: Como você é recompensado na University, sobretudo para um pesquisador júnior? Você tem que publicar; você tem que publicar em periódicos especializados e acaba não tendo tempo para isso.

JC: Estou curioso para saber um pouco mais sobre a questão política das Humanidades. Então, em geral, o debate hoje, em nosso momento pós-Guerra de Cânone, parece ser o de que são os conservadores que acreditam nas Humanidades – David Brooks do New York Times acredita que devemos aprender sobre a virtude...

BF: Verdade, Beleza e Bondade.

JC: E que são os radicais que acreditam no abandono das Humanidades. Estou curioso para saber o que acha dessa dicotomia, e como você vê uma saída para isso.

MP: O problema para mim é que ambos pensam que estão ensinando a Verdade. E utilizam um vocabulário parecido. “Como aprendemos com Platão...”, “Como aprendemos com Derrida...”

⁴ [N. t.] Embora haja um filme com este título, é provável que Postone esteja fazendo alusão à *Ballad of a thin man* de Bob Dylan.

ou “Como aprendemos desde Foucault...” são falas que não se questionam. Acho que uma das ironias com boa parte do pós-marxismo é que se posiciona veementemente contra a ideia de progresso, salvo epistemologicamente. Tem-se notado um progresso epistemológico. Foucault está mais perto da verdade do que Marx ou Weber, do que Durkheim ou Freud. Há uma grande ruptura epistêmica nos anos 1960 e 1970, enquanto os verdadeiros conservadores sabem que depois de Platão tudo vai ladeira abaixo. Alguns abririam uma exceção para Aristóteles. Para mim, há um hábito de pensamento parecido. Considero que se está sendo crítico em um nível superficial e acrítico em um nível mais profundo. Começando por Platão, você pode criar uma crítica poderosa da modernidade, do véu de ilusões, e sustentar que o verdadeiro significado está em outro lugar. E começando por Foucault – fundamentalmente tudo é poder/conhecimento, exceto para mim. Há uma ausência gritante de reflexividade em boa parte do pensamento pós-estruturalista, até onde sei. Toda a tradição que vai de Hegel a Marx e, depois, de Lukács à Escola de Frankfurt, as pessoas não conhecem. Eles pegam trechos de Adorno e Benjamin nas Humanidades. Quando vejo o que dizem os alunos do Núcleo de Humanidades sobre o ensaio de Benjamin ser uma espécie de texto romântico, com nostalgia pela aura, acho muito vergonhoso.

JC: É alguma coisa nos próprios textos de um curso de Humanidades que abala esta abordagem? É o não uso de fontes originais? São as obras específicas nesta tradição?

MP: Depende do curso. Quando estudei o que mais tarde recebeu o nome de “História da Civilização Ocidental”, era diferente. Não estávamos lendo *A oração fúnebre* de Péricles para conhecer as categorias com as quais podemos entender nosso mundo, mas para experimentar e ver suas categorias, e o que o seu mundo significou para ele. Um de meus professores de Humanidades uma vez perguntou, retoricamente, para um grande público, ao ler a Oração de Péricles: “De qual político do século vinte ele nos lembra?” As rodas estavam girando. Todo mundo pensou: “Ah, Péricles é um grande homem, então deve ser alguém que gostamos – Frank D. Roosevelt, ou talvez John F. Kennedy”. “Não”, disse ele, “é Mussolini”. Mas depois ele disse por que Péricles não era Mussolini, e por que Mussolini não era Péricles; porque estavam operando em contextos radicalmente diferentes.

Se a mesma linguagem utilizada no século V em Atenas for utilizada na Itália do século XX haverá um significado completamente diferente. Aprendi muito naquele curso. Mas isto é muito diferente de se ler Freud ou Durkheim, ou qualquer outro autor, para desenvolver as categorias com as quais eles estão tentando explicar nosso mundo. É um exercício diferente, uma hermenêutica diferente. Eu jamais os consideraria dispostos em uma hierarquia. Ambos os autores citados são muito importantes. Um é, se preferir, um pouco mais histórico-etnográfico e o outro mais teórico.

JC: É um comentário e tanto, mas você acha que se o ensino superior fosse público esta seria uma maneira de reaver o valor das Humanidades?

MP: Não, embora ache que o ensino superior deva ser público. Mas não acho que a causa de tudo isso seja o fato de que não é público. Acho que tem a ver com a profissionalização das disciplinas e com o empresariamento da universidade. A universidade gastou muito dinheiro em MBA's de gerência intermediária em vez de gastar com a faculdade ou com os alunos. Havia uma época em que a faculdade era mais autoconsciente. Nos anos 1990 houve debates sobre a reforma das Humanidades. A University trouxe McKinsey. Membros da faculdade, como Andy Abbott e eu, éramos contra. Você tinha aqueles jovens de 27 anos, que, como costumávamos dizer no Canadá, eram tão estúpidos quanto uma porta⁵, e que nos diziam como a educação deveria ser, a partir de suas métricas. Simplesmente dizíamos: não sabemos sobre o que você está falando e não vamos dar atenção a você. Àquela altura, na University of Chicago, isto era permitido. Agora não o é mais, porque a administração comprou o discurso. As Humanidades são simplesmente uma tentativa de democratizar o que havia sido um privilégio da elite. É uma espécie de combinação de Humboldt, incluindo toda a ideia da *Bildung*, com um pouco de Oxbridge. Era comum a ideia de um *gentleman* letrado que era capaz de enfrentar um leque variado de problemas, do saneamento básico em Calcutá à guerra tribal no Iraque, a partir de um estudo meticuloso dos clássicos. Agora não praticamos aquele tipo de educação canônica e o CBCS obviamente é muito mais crítico

⁵ [N. t.] A expressão canadense é "don't know shit from shinola", usada para designar alguém muito estúpido.

que aquilo. Mas a tentativa de promover consciência crítica contradiz a formação profissional. Então é uma tentativa crítica. Acho que poderia ser uma tentativa *profundamente* crítica. Anos atrás trabalhei em um lugar chamado Richmond College, que era parte do sistema City University de Nova Iorque. De um conjunto de acidentes históricos, Richmond College tornou-se ninho de certo tipo de esquerda vagamente definida, talvez um cercado para a esquerda. Eu estava lecionando lá, Paul Rabinow estava lecionando lá, Alan Wolfe estava lecionando lá; era um pessoal... Propus uma eletiva de graduação sobre Simmel, Weber e não sei mais quem, talvez Marx. Disseram-me que não deveria fazê-lo, uma vez que o alunado era composto por garotos pobres. Fiz eles escreverem um parágrafo em cada aula. Queria que eles vissem, no final, que eles podiam entender tudo aquilo. Deu muito trabalho, mas acho que deu certo. É possível promover algo profundamente democrático quando trabalhamos com os textos fundamentais, com o máximo de alunos possível lutando com eles. Então, se eu pudesse, a educação não seria apenas pública, mas haveria cursos como esses em todas as escolas.

Parte 2 – Freud, de Beauvoir, Fanon: o quadrimestre da primavera (Indivíduo)

BF: Uma vez que gostaríamos que você falasse dos teóricos sobre os quais não escreveu, pensamos que poderíamos abordar os quadrimestres em ordem inversa, e começar da primavera, que se inicia com uma longa seção sobre Freud. Por que Freud está no CBCS?

MP: Não conheço nenhum teórico do indivíduo que seja páreo para Freud quanto à complexidade e seja tão receptivo à ideia de que as pessoas são constituídas em um nível muito profundo – e não meramente como teóricos psicanalistas pensavam: “você tem este serzinho deste tamanho, depois aprende coisas, como não arrotar em público”. Eu penso o pós-freudismo mais ou menos como penso o pós-marxismo: é uma reação contra certo tipo de *freudismo* e contra certo tipo de *marxismo*, respectivamente, que nunca se importou em voltar para ver se havia algo que Freud e Marx tinham a dizer – isto é parte do que faço no meu trabalho –, que produzisse uma crítica daquela tradição e que também lhe permitisse encarar os fenômenos atuais de uma maneira tal que

as teorias mais superficiais não conseguem. Do mesmo jeito que penso em Marx não somente como um teórico do capitalismo britânico de meados do século XIX, não acho que Freud seja apenas um teórico da burguesia judaica vienense de inícios do século XX. Em certo nível ele é; em outro nível, ele vai muito além disso. Freud é enlouquecedor. Ele é um teórico que, como qualquer grande teórico, não compreendia completamente as implicações do que escrevia. Então, para entender Freud, você não vai para a revista *People* com o Dr. Freud. É por isso que não levo a sério – já faz muito tempo que o li – *O biólogo da mente* de Sullivan⁶, nem por um minuto. Sullivan não presta muita atenção em Freud, na *teoria*, e presta muita atenção nas coisas que o autor possa ter feito ou dito. Não acho que você possa determinar um fenômeno social, em um sentido, rebaixando o inconsciente. Quero dizer, não foi o que Jeffrey Masson, para citar outro dos anti-freudianos mais conhecidos, fez? Ao negar que algo disso poderia ser a vida fantástica da garota, acusando Freud de ajudar e de fomentar o abuso infantil, ele transformou a teoria do inconsciente em uma teoria empírica. O que, penso, empobreceu a teoria. Além de supor que haja uma relação biunívoca entre experiência e reação. Tudo de que, na verdade, Freud estava se distanciando, acredito eu.

BF: O que você espera que seja ensinado aos alunos com relação a Freud?

MP: Tento, acima de tudo, fazê-los levar a sério essa mente fértil e estupenda, que simplesmente não toma o fenômeno pelo que este parece. Ele está sempre abrindo possibilidades, questionando-se e abrindo, assim, ainda mais possibilidades. Acho, infelizmente, que há vezes em que ele reifica os processos que ele desvela. Mas, apesar disso, são processos que *e/e* desvelou. Então tento evitar lecionar coisas como “aqui está o mapa da mente: superego, ego, id”; acho que assim é fácil demais. A ideia principal que tento passar é que os seres humanos são conduzidos por impulsos inconscientes e, depois, que quanto mais esses impulsos inconscientes são reprimidos, mais somos conduzidos por eles. A terapia é então uma espécie de emancipação moderada.

⁶ [N. t.] Há um leve engano com relação a essa referência. Na verdade, o psicólogo em questão é Frank J. Sulloway. Ver SULLOWAY, Frank J. *Freud: the biologist of the mind: beyond the psychoanalytic legend*. New York: Basic Books, 1979. Não se sabe, contudo, se o engano foi cometido por Postone, pelos entrevistadores, ou pelos editores da entrevista.

Ela não te faz feliz, mas te faz mais autônomo, ao destruir a ilusão de que era autônomo antes. E não se trata de um ensinamento existencialista, o de que você pode lidar com sua perda, que é a maneira como entendo o lacanismo; você se reconcilia consigo no tocante à tragédia da separação. Acho que em Freud *há realmente* o sentido de que você poderia viver de forma diferente.

JC: O que você acha da escolha de [Simone] de Beauvoir e Fanon como sucessores de Freud (e por que esses dois em especial?), e de outros pensadores centrais na teoria do indivíduo?

MP: Boa pergunta. Idealmente, se tivéssemos anos letivos de 36 semanas, trabalharíamos textos que abordam gênero e raça, na relação com a economia política, na relação com a cultura e na relação com a teoria do indivíduo. Mas nas atuais condições são sempre enxertados, e não estamos fazendo justiça a eles. Infelizmente, de Beauvoir e Fanon carregam muito peso: eles não são apenas pós-freudianos ou pensadores do indivíduo: são de certa maneira significativos ao longo das questões de gênero e raça. E acho que isso é realmente um problema. Quanto a outros teóricos do indivíduo, tentamos outras leituras que não funcionaram por um motivo ou por outro. Um livro de que gosto, embora ele seja muito velho agora, é o *Psicanálise e feminismo*, de Juliet Mitchell⁷. Para mim, ela está um tanto próxima do estruturalismo francês, mas acho sua explicação sobre o inconsciente estupenda. E também acho que sua crítica de muitas teóricas feministas da época – Germaine Greer, Kate Millett – é muito pertinente: essencialmente, ela está mostrando que essas teóricas eram quase-positivistas, que elas erraram na abordagem de Freud. Mas, para muitos alunos, era muito Freud. Depois de ter passado por Freud, para muitos, era como se tivessem passado por Freud novamente. E é uma pena, porque acho que ela tem uma compreensão muito mais sofisticada de Freud do que toda e qualquer análise de Simone de Beauvoir. Mas Simone de Beauvoir tem um alcance histórico em sua visão que não acho que alguém como Judith Butler tenha. Quando você adentra uma leitura de alguém como Butler, é como se nada antes dos 1980 existisse. Não sei se de Beauvoir é

⁷ [N. t.] Ver MITCHELL, Juliet. *Psicanálise e feminismo: Freud, Reich, Laing e mulheres*. Belo Horizonte: Interlivros, 1979. A primeira edição foi publicada em 1974 pela editora nova iorquina Pantheon Books.

suficientemente reflexiva historicamente, mas ela certamente apresenta uma espécie de perspectiva histórica. Em parte, isso é por conta de seu marxismo engelsiano.

JC: Em parte, de Beauvoir e Fanon são responsáveis pelo desenvolvimento da categoria 'o Outro', que agora é senso comum nas Humanidades e nas ciências sociais. Você tem posicionamentos nesta questão do Outro, quanto à forma que aparece em uma teoria do indivíduo?

MP: Um dos motivos pelos quais *Pele negra, máscaras brancas* é muito incômodo para muitos alunos é que, em parte, é uma abordagem psicanalítica da experiência de ser o Outro. No pensamento pós-colonial, ao contrário, o Outro é uma categoria reificada. É um orientalismo às avessas, no qual você não pode fazer uma análise crítica da sociedade muçulmana. Com o que ocorre hoje, as pessoas estão totalmente desamparadas conceitualmente.

JC: De certo modo, ele recusa o posicionamento levinasiano do *hands-off*.

MP: O *hin und her* de Levinas é um posicionamento liberal. Quem sou eu para dizer algo sobre o Outro?

BF: Há algo sobre uma análise subjetiva de raça que você encontra em Fanon, mas que não encontra lendo algo mais direcionado à opressão objetiva aos negros nos EUA, ou alhures. Quando, por exemplo, você lê *O negro e a psicopatologia*, o capítulo em que ele adentra nas projeções dos brancos quanto aos negros, projeções essas que fazem os negros abertamente sexualizados, você é levado a um lugar onde eles estão discutindo raça de maneiras...

MP: Desconfortáveis. Um dos motivos de eu achar Fanon muito difícil para muitos alunos é ele apontar que o sistema de racismo cria certos tipos de *personas* que não estão livres disso, que isso não serve como uma carapaça para a *persona* negra, que está apenas esperando explodir a carapaça para emergir. Em alguns

aspectos, os elementos de *Os condenados da terra*⁸ são para mim uma regressão teórica e estão vinculados inexoravelmente à valorização da violência enquanto algo libertador. Há uma espécie de conto de fadas em que as estruturas racistas permanecem fora das pessoas, e que tudo o que você precisa fazer é mudar a estrutura; e tudo irá... abracadabra! Aí só há você e eu. Não há nenhum *dano* envolvido. É uma forma de positivismo. E acho que *Pele negra, máscaras brancas* traz desconforto para os alunos porque não é isso que Fanon faz lá.

JC: Isto é de certa maneira um eixo-guia sobre a teoria do indivíduo. Para Freud também. Para todos os três, Freud, de Beauvoir, Fanon, a teoria do indivíduo é uma teoria de danos.

MP: Sim, mas Freud tem múltiplos níveis. Freud tem uma teoria do devir dos seres humanos. Não somos bolhas de protoplasma. Se você abandona um ser humano na floresta é o que ele seria, uma bolha de protoplasma. Sem falar, sem ter as habilidades de guaxinins e de lobos, ou de qualquer outro, restando assim completamente desamparado.

BF: Fico pensando aqui, quando você diz que a virtude de Freud é que ele entende nossa constituição em um nível profundo – e, de certa maneira, este é o início da ciência social – você considera a psicanálise parte integrante da teoria social, ou simplesmente algo complementar? Você acha que algo como o inconsciente é necessário para se fazer boa teoria social?

JC: Ou, para oferecer outra opção aqui, [a noção de inconsciente] está em tensão com a teoria social?

MP: Bom, certamente está em tensão com algumas abordagens. Se é *necessário*? Para algumas coisas, provavelmente. Não acho algo terrível de se dizer que boa parte de nossa produção cultural é energia sexual sublimada. Olhar para a regulação da sexualidade foi uma estratégia genial. O que mostrou que a sexualidade é tão onívora, que qualquer coisa – esta xícara –

⁸ [N. t.] Ver FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: UFJF, 2019. A primeira edição foi publicada em 1961 pela editora parisiense F. Maspero.

pode ser um objeto sexual. Com fome, você pode comer sushi e tacos – até larvas de mariposas, se você é um antropólogo; mas a fome de objeto é muito mais limitada e determinada. A sexualidade, ao contrário, não é instintiva e, como tal, é um possível início para explicar por que há esta energia excedente que os indivíduos usam para criar uma série de coisas, de ferramentas a pinturas rupestres, à cerâmica. Para mim, houve um momento “*Eureka!*” quando li a obra de Freud sobre sexualidade. Para mim, é um *insight* original, porque acho que boa parte da teoria social não alcança um nível assim. Então, em alguns aspectos é mais fundamental que a teoria social. Mas é, em geral, tímido quando se pensa a especificidade histórica; então, deveria se vincular a outra coisa. Marcuse tentou, Adorno tentou. De várias formas. Adorno, olhando muito mais de perto o trabalho clínico e muito menos o trabalho metapsicológico do que Marcuse. Mas acho interessante que ambos tenham levado Freud a sério como um pensador realmente emancipatório. Há outras coisas que exigem ao menos alguma dimensão psicanalítica: talvez seja insuficiente, mas, por exemplo, o apelo a Hitler. Todos os jornalistas ocidentais estavam dizendo: “esse cara é só uma imitação ruim de Charlie Chaplin, e os alemães estão fascinados”. A catexia era tão forte que é difícil imaginar que haja uma dimensão que não possa ser esclarecida pela investigação psicanalítica. Mas como você faz a mediação da psicanálise com a especificidade da história alemã? Não é clara a maneira de fazê-lo.

JC: Isso também parece valer para a catexia em relação ao nacionalismo. Para Marcuse trata-se dessa conexão sistemática com a agressão.

MP: Sim, o nacionalismo seria uma problemática real, que nunca foi respondida. Conhecem o livro de Ben Anderson sobre *Comunidades imaginadas*⁹? Ele começa com os monumentos à Primeira Guerra Mundial – porque milhões morreram por seu país, supostamente. Ele nunca volta lá. Sua análise da diferença entre Indochina e América do Sul quanto às elites viajantes é boa, mas não responde à questão desta enorme catexia que é o nacionalismo. Então, concordo com isso. Mas os nazistas eram muitos. Além disso, eram soldados. Monumento

⁹ [N. t.] Ver ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. Rio de Janeiro: Grupo Companhia das Letras, 2008. A primeira edição foi publicada em 1983 pela editora nova iorquina e londrina Verso.

Soviético em Berlin: 80.000 soldados soviéticos morreram no cerco de Berlim. Isso é um duplo Vietnã em apenas uma batalha. Isto quer dizer que eles enfrentaram uma resistência muito, muito dura.

JC: Conversamos um pouco sobre os autores que lemos no quadrimestre do "Indivíduo", mas também gostaríamos que explicasse mais sobre o motivo de uma teoria do indivíduo ter um lugar em um curso de Humanidades.

MP: Por que não?

BF: Bom, por que não Política, Cultura e Sociedade?

MP: Gostaria que estudássemos política também, que tivéssemos quatro quadrimestres. Não abordamos muito a esfera política. Mas somos os únicos que lecionam Cultura, somos os únicos que lecionam Indivíduo. Em uma abordagem ampla, isto é, em "Poder, Identidade e Resistência", acho que os alunos leem Foucault e de Beauvoir, mas não leem Freud. É como ler Lenin ou Kautsky e nunca ter lido Marx. Talvez muitos não gostem da analogia... De certo modo, "Indivíduo, Cultura e Sociedade" trata, quanto ao conteúdo, de teorias de constituição: a constituição da sociedade feita pelos seres humanos [o outono], a constituição de sistemas de significado feita pelos seres humanos, muito embora não estejam conscientes de por que operam em seu interior, operam em um sistema que é humanamente criado [o inverno] e, por fim, a constituição social e cultural do indivíduo [a primavera]. As pessoas vão falar sobre "construção social", mas em geral o que querem dizer é que o processo pelo qual um grupo é desfalcado, desamparado e marginalizado é social. E isso pode andar de mãos dadas com uma ideia de primazia indissolúvel do indivíduo, um indivíduo sendo espancado pelo que vem de fora. Quase não há a mesma ênfase no indivíduo sendo constituído, e não apenas por padrões de preconceito (linguagem muito antiga, eu sei).

JC: Então a manifestação do indivíduo enquanto socialmente constituído significa um compromisso com uma crítica do indivíduo, ou mesmo com uma dissolução do indivíduo?

MP: Não há nada disso. Na verdade, há sim: chama-se psicose. Havia um interessante debate nos 1960 entre Marcuse e os neoreichianos, que, ao seguir Wilhelm [Reich], realmente acreditavam que haveria um indivíduo natural, assim como haveria uma sexualidade natural. Que, se você acabasse com a repressão, tudo emergiria. Marcuse tinha um posicionamento com o qual estou certamente muito mais identificado, que há um inexorável processo de formação humana. A crítica do indivíduo não precisa terminar com a sua dissolução. Então, o quadrimestre não tem um fim programático, assim, mas busca desreificar todo um conjunto de posições que os estudantes têm. Então, começa, é a possibilidade de um começo. É como a frase brilhante em *Complexo de Portnoy* de Philip Roth¹⁰, que salvou todo o livro para mim: ele está contando todas aquelas coisas constrangedoras sobre ele mesmo, coisas que você só contaria para o analista e, depois de tudo, o analista, Dr. Spielvogel, diz: "Então, vamos começar agora?"

Parte 3 – Durkheim, Lévi-Strauss, Foucault: o quadrimestre do inverno (Cultura)

MP: Para mim, o segundo quadrimestre tem a ver com a mudança histórica na cultura. De certo modo, Durkheim pavimenta o terreno para isso, ao estabelecer socialmente as categorias kantianas, produzindo a virada social. O que ele faz com a história é insuficiente, mas abre possibilidades. O trabalho cultural mais rigoroso derivado de Durkheim tomou uma direção ahistórica: é Lévi-Strauss, tudo o que vem de Saussure. A lógica é sincrônica, a diacronia é contingente. Então, como você consegue a mudança histórica? Sahlins tenta isto em um evento contingente: Captão Cook¹¹. É uma análise estupenda. É um livrinho maravilhoso. [Risos] Não é bem isso! É um pequeno volume. Quando estava escrevendo minha tese em Frankfurt, um jeito de ganhar dinheiro sempre era trabalhar em uma grande feira de livros. Gigantesca. O editor para quem eu trabalhava era um americano, que dizia: "Você sabe que piada circulava na *Frankfurter Bookmesse*? Qual o menor livro da feira de Frankfurt? A

¹⁰ [N. t.] Cf. ROTH, Philip. *Complexo de Portnoy*. São Paulo: Companhia da Letras, 2018. A primeira edição foi publicada em 1969 pela editora nova iorquina Random House.

¹¹ [N. t.] Cf. SAHLINS, Marshall. *Como pensam os nativos*. São Paulo: Edusp, 2010. A primeira edição foi publicada em 1995 pela editora de Chicago, University Chicago Press.

thousand years of German humor". São bons em muitas coisas, mas o humor não é uma delas. Em todo caso, com Sahlins, o processo torna-se contingente e a mudança vem de fora. Com Foucault, não se desiste da ideia de contingência, mas trata-se claramente de uma transformação interna. Nada acontece com a Europa a partir de fora. Não é como pensar a invasão dos hunos¹² e, de repente, o *Ancien Régime* colapsa. Isso reintroduz a ideia de história como uma transformação interna. E a partir daí acho que você pode ir com Adorno e Benjamin, que são muito melhores no que toca o entendimento da história. Para Foucault, a mudança histórica é contingente, mas em cada um de seus livros as coisas rompem ao mesmo tempo. Ao considerar as prisões ou os asilos, é sempre assim. Mas há partes da análise que acho maravilhosas. Ele te dá a ruptura, mas também dá os reformadores, que estão revoltados com a arbitrariedade do *Ancien Régime*, com a multidão e com o rei. Ele assinala o que alguns não conseguem entender: que os reformadores na verdade não vencem. O que vence é na verdade algo que sempre existiu no período do *Ancien Régime*, mas de forma subterrânea, que é a disciplina. A disciplina como a toupeira cavando por debaixo da terra e, assim que o *Ancien Régime* colapsa, ela emerge.

JC: Então é uma astúcia do argumento histórico?

MP: Apesar dele mesmo. Se você observar, depois dos reformadores ele volta direto para o início do século XVII, com a diferença de que fica entre o guerreiro da Renascença e o soldado. O guerreiro da Renascença é um artista de si mesmo. Ele é autofundado. O soldado é uma peça da engrenagem. Já vimos os filmes em que o britânico sabe quando ajoelhar-se, quando levantar-se, quando atirar, quando carregar. É uma máquina. E ele é muito bom nisso.

BF: Vou tentar pontuar a lógica do quadrimestre com cuidado: você começa com Durkheim porque nossas categorias são sociais agora. Lévi-Strauss vai na direção errada...

¹² [N. t.] Antiga confederação eurasiática de nômades ou seminômades equestres. Eram considerados povos bárbaros.

MP: É uma mirada muito rigorosa nas categorias do pensamento. Mas é completamente ahistórica. Em Lévi-Strauss, onde está a história?

JC: Por que você acha que a história desaparece em Lévi-Strauss?

MP: É explícito. A lógica é sincrônica. Isto é linguística saussureana. A mudança só ocorre porque o sistema se adapta a eventos contingentes. Então a sincronia está para o sistema assim como a diacronia está para o evento. Ao menos no meu entender.

BF: Então que valor você vê em lecionar Lévi-Strauss depois de Durkheim? Em que pese ao rigor, [Lévi-Strauss] vai em uma direção muito diferente da dos demais.

MP: Para mim, há uma importante tentativa de mostrar que as formas culturais não são aleatórias. A mudança pode ser contingente, mas elas estão em uma relação sistêmica entre si. Foucault sugere isso, mas na verdade não desenvolve. Benjamin e Adorno sim, desenvolvem a questão a partir de um paradigma completamente diferente.

JC: Você está dizendo que Lévi-Strauss tem um conceito de totalidade que não é uma totalidade histórica...

MP: Mas definitivamente é uma totalidade, sim. O significado de qualquer coisa apenas tem seu significado com referência ao todo do sistema. Quando o curso era mais influenciado pelos antropólogos, tentamos abordagens diferentes: com Victor Turner, por exemplo. [Turner] postula quase uma relação biunívoca: esta cor, este significado. Claro, Lévi-Strauss era inteiramente contra isso. Eu não gostava de Turner também por outro motivo. Não havia percebido isso inicialmente, mas, sua base empírica era, em grande medida, garimpeiros. Não menores. Garimpeiros¹³. Trata-se de um proletariado terceiro-mundista atrelado a formas tradicionais. Teria sido, de fato, muito interessante se ele tivesse

¹³ [N. t.] Postone quer evitar um mal entendido a partir da possível confusão das pronúncias e/ou escritas parecidas de "miners" (mineiros, garimpeiros) e "minors" (menores).

introduzido isso, porque aí então apareceriam as perguntas: como são essas formas que ele descreve?; como podem ser entendidas enquanto parte do esforço deles em desenvolver uma ruptura frontal com a tradição, e com a nova situação que não tem nenhuma relação com a tradição?; como eles entendem seu mundo?; e como podemos entender esses vários rituais na relação com o mundo? Mas Turner diz: “Sou um antropólogo e já que vou descobrir a cultura autêntica, vou ignorar o fato de que são garimpeiros extratores de cobre (ou garimpeiros de ouro, esqueço qual era). Vou ignorar isso para compreender a cultura”. A) Isso é romântico, no pior sentido da palavra, o que muito caracteriza o modo como funcionava a antropologia, e provavelmente como funciona ainda hoje. E, B) sua análise não é adequada para o objeto de pesquisa. Justamente o que é de importância central é ignorado. Não quero ler um livro em que tenha de corrigir tudo.

JC: Então, Durkheim equipara as formas religiosas pré-modernas, ou mesmo pré-civilizacionais, à religião contemporânea, definindo a partir da existência essa ideia da religião como um sistema de crenças...

MP: Uma estratégia brilhante.

JC: Verdade.

MP: Muito esperto. Isso muda todo o discurso.

JC: Mas estou curioso. Antes você parecia pensar que Durkheim era fundamentalmente um pensador histórico, mas de certo modo uma espécie de desafio para a história.

MP: Não, não. Acho que ele tem um fraco senso de história. Isso não é desenvolvido. Mas é uma teoria da religião, uma teoria social com categorias kantianas. É possível dar aos alunos um pouquinho de Kant, aqui: não há nenhum acesso ao mundo como ele é; o mundo é sempre mediado pelas categorias. A única maneira pela qual podemos dar sentido às várias formas de *inputs* sensoriais é através dessas caixas que podem ordená-las, e

essas caixas estão na estrutura da mente. Para Durkheim, tudo isto é aceito. Só que aquelas caixas para ele são sociais.

BF: Quanto ao “fraco senso de história” de Durkheim, suponho que você estava se referindo à conclusão em que ele aborda a mediocridade moral.

MP: Como você alcança o nível de abstração que governa os tempos modernos [para Durkheim]? Na medida em que as sociedades crescem, há uma redução a um mesmo denominador do que se havia chamado ‘crenças locais’. E isso significa que é um processo de abstração arraigado espacialmente na sociedade. Há uma linearidade com que não concordo.

BF: Isso parece permitir a possibilidade de uma coisa que acho importante na obra, que ele é capaz de explicar o seu próprio posicionamento.

MP: Sim, e Lévi-Strauss não pode fazer isso; Foucault também não. O que os antropólogos odeiam em Durkheim é o que mais gosto nele. Os antropólogos odeiam este tipo de teoria evolucionária, mas, em seu arcabouço, essa teoria evolucionária justifica a afirmação inicial do livro de que o cientista pode enxergar mais longe que o nativo.

JC: Qual sua opinião sobre o fato de que as famosas passagens sobre efervescência coletiva estão no mesmo livro como uma afirmação sobre a origem das categorias kantianas? E que parece haver para ele alguma ligação aqui?

MP: Não, não pode ser verdade. O que estava prestes a dizer é que não acho que ele imagine que, a fins do século XIX ou no século XX, a efervescência coletiva seja a barbárie. Era o que eu estava quase dizendo. E agora me ocorreu: ah, ele passou por Dreyfus. Havia muita efervescência coletiva nas ruas. Havia, fundamentalmente, a tropa de choque nas ruas. Então ele sabe disso. Ele está em negação porque é um bom republicano francês?

BF: Já falamos sobre a dissolução do indivíduo e acho que os alunos se agarram a Foucault como o mais radical dos teóricos que diria que o indivíduo não é nada mais que uma construção. Você poderia falar sobre o lugar de Foucault no quadrimestre de inverno?

MP: Curiosamente, acho que usamos Foucault contra suas intenções. Na verdade, ler *Vigiar e punir* não é uma boa introdução a Foucault. Em certo sentido, estamos fornecendo uma introdução a Freud, a Marx, mas não a Foucault. Particularmente, não tenho tanta estima por Foucault, ao contrário de muitas pessoas. Acho que há muitas coisas em sua obra cujas implicações não são refletidas. Fundamentalmente, penso em Foucault como uma tentativa de historicizar a cultura e a constituição do indivíduo. Mas sua historicização é muito cartesiana para mim.

JC: Como assim?

MP: O debate entre o cartesianismo e o newtonismo é que para Descartes tudo tinha que tocar em tudo. Com Newton, há a ação a uma distância. Analogamente, para Foucault, tudo está sempre tocando tudo. Você tem as pessoas decidindo a partir da disciplina e a disciplina vai moldando as pessoas. Há rupturas, mas elas são gratuitas. É uma descrição brilhante... Acho que por minha linguagem já esteja dizendo o que penso. Minha questão é: por que subitamente a disciplina é uma maneira plausível de organizar as coisas? Para o controle, claro; mas já havia o controle social antes. Não exibia aquela forma. Por que toma aquela forma? Não começa, a partir do que ele mesmo diz, em um lugar e depois se difunde para o exterior. Mas tudo começa de maneira incipiente no mesmo período histórico, em Hamburgo, em Amsterdam, em Paris, Inglaterra, depois Filadélfia... O que está acontecendo? Quem está educando os educadores? É muito fácil vincular isso a um tipo de tradição marxiana, mas isso já não seria algo foucaultiano. A maneira pela qual ele introduz o capitalismo é, penso, irrelevante, porque não me parece que o modo de racionalização que ele descreve tenha a ver com o capitalismo. Em Foucault você tem a propriedade, você tem os armazéns. Então a questão da relação ente crime e sociedade muda. Não

são pontos inválidos. Mas a ideia de operar tudo de acordo com uma métrica matemática, de que isso tem muito a ver com capitalismo enquanto uma forma quantitativa, não está lá. Acho que está claro para todos que não acho que Foucault seja muito radical. Por que ele é tão radical?

BF: Radical no sentido de que não há realidade lá para além da disciplina que a funda. Então, quando você considera Adorno, há um indivíduo. Mas, para Foucault, toda aquela individualidade é um efeito da disciplina.

MP: Salvo que para Adorno o indivíduo que está sob ataque é em si historicamente constituído. O problema para Foucault, neste particular, que infelizmente ocorre em boa parte do pensamento francês, é que não há reflexividade. Qual é o ponto de vista a partir do qual você diz que o indivíduo não existe? Que escritor está dizendo isso? Alguém do espaço sideral? Quais são as condições de possibilidade do próprio conhecimento de Foucault? Sem a reflexividade, para mim, ele não é radical.

BF: Então você começa com Durkheim – as categorias são sociais, mas ele não pode pensar a história – e depois Lévi-Strauss toma o caminho errado. Sahlins e Foucault tentam introduzir a contingência, e é somente Adorno e Benjamin que realmente a compreendem. É interessante pensar a Escola de Frankfurt como a que completa um projeto elaborado por Durkheim.

MP: É como eu leciono, mas a tradição da Escola de Frankfurt é bem diferente, impregnada com Hegel e Marx, e não somente com Kant. Desses três grandes, dois estão faltando na tradição francesa. Sei que Kojève pensa Hegel, e muitos incluem Marx, mas tudo em nível superficial.

Weber: o quadrimestre de outono (Sociedade)

BF: O que esperávamos que você abordasse quanto ao primeiro quadrimestre é Weber. De Smith para Marx, a transição é óbvia. Mas Weber parece tão fundamental quanto.

MP: Weber é um dos mais importantes teóricos sociais de fins do século XIX e início do século XX, seguramente ao lado de Durkheim. Alguns o reputam acima, outros abaixo. Para muitos alunos, muitas de suas ideias são horríveis. Ele é um teórico jurídico. É chato. Produziu esses catálogos de coisas, tecnologias, e seus olhos querem se fechar.

JC: Muitas listas.

MP: Muitas listas. Por exemplo, aqui, a noção weberiana das consequências culturais do puritanismo: os Pastores Peregrinos, a ideia de que esporte é bom, qualquer outra coisa que tenha a ver com o corpo é ruim. Ao ler isto, os alunos começam a reconhecer aspectos de seu mundo. Acho muito útil. Também é bem fácil partir daqui para uma breve discussão sobre a noção de masculinidade: os homens não choram, os homens não externam emoções. Muitos pensam em gênero, e ponto final. Isso é que é masculinidade.

JC: Tradicionalmente, Weber é visto como um pós-marxista. Marx e Weber pertencendo a duas tradições diferentes.

MP: Não. O primeiro acadêmico alemão a introduzir Marx na academia foi Weber. Claro, isto não parece ser o Weber de Parsons. Weber é um pós-marxista no sentido de que é a favor da socialdemocracia, mas, ao contrário de muitos liberais, ele se preocupa profundamente com o capitalismo. E sua noção de capitalismo é retirada direto de Marx: a busca incessante pelo lucro. Não é a propriedade privada, não é o mercado, não é o livre comércio. E isso o ajuda a formar a ideia de que sua vida torna-se subserviente a um processo que não tem fim.

BF: Então o que Weber agrega a Marx?

MP: Acho que agrega uma dimensão à compreensão dele, assim como quando você lê E. P. Thompson. Quando você lê teoria, deveria saber muita história, para quando estiver lendo a teoria a

história esteja em um canto de sua mente, organizando sua leitura. Uma das grandes brigas que tenho com os habermasianos, muitos deles meus amigos, é que tratam Habermas como um historiador. São todos filósofos e não sabem nada de história. Eles acham que seus esquemas são todos históricos, que ele estava historicizando.

JC: Antes, quando você elaborava os três quadrimestres, você dizia que o terceiro quadrimestre é sobre o modo como a sociedade constitui o indivíduo, o segundo quadrimestre é sobre a constituição dos sistemas de significado que vêm a nos constituir, e o primeiro quadrimestre é sobre a constituição da sociedade. É então a economia política – ou o conceito de capitalismo – uma maneira de entender a constituição da sociedade?

MP: Começamos com a economia política porque ela estrutura as coisas. É uma grande transformação. Ao contrário do que dizem alguns amigos, não acho que a cultura tenha sua própria lógica histórica. Nem a economia. O capitalismo sim.

JC: Então a própria sociedade é um conceito de capitalismo.

MP: Sim. Acho até que foi Adorno quem escreveu isso. Aqui, concordo com ele. Você não vê o uso da palavra 'sociedade' ou 'alta sociedade', até que surja o capitalismo. Não significa nada. Para mim a figura de transição é Rousseau, porque Rousseau está tentando lidar com níveis do ser social que escapam aos limites da filosofia política, mas ele está usando a linguagem da filosofia política para tentar equacionar isso. Nesse sentido, ele é um teórico social seminal. Mas sua linguagem é a linguagem da filosofia política. Talvez um dia, quando tiver 120 anos, escreverei um livro sobre isso. Ele não é o único escritor que usa um vocabulário que busca compreender algo que em geral escapa àquele vocabulário, porque está fundado em um paradigma anterior no qual o escritor está produzindo mudanças, conceitualmente.

BF: Mas para você as ciências sociais começam com Smith.

MP: É Smith quem primeiramente começa a dar-lhe uma anatomia da sociedade com as categorias que Rousseau não lhe dá. A ideia de que a modernidade capitalista tem um tipo de estrutura que Smith chamou de divisão do trabalho é muito contundente. E, além disso, você tem categorias que ajudam a entender por que a divisão de trabalho aparece dessa forma. Estruturas e categorias que operam às costas dos atores. Isto é o fundamental.

BF: Se você tivesse de caracterizar o início das ciências sociais, teria sido a descoberta daquilo que opera atrás de nós?

MP: Sim, aquilo que é criado pelos indivíduos às suas costas, de uma maneira não aleatória.

JC: Como uma forma de compulsão?

MP: Muitas vezes é uma forma de compulsão. Certamente, no capitalismo é uma forma de compulsão.

BF: É talvez onde a noção psicanalítica de pulsão se encaixe.

MP: Sim, você tem toda a razão. Tenho tantos livros para ler que provavelmente não terei tempo. Por fim, encontrei *online* uma edição muito boa das obras completas de Freud, em alemão. E achava que poderia trabalhar essa leitura. Provavelmente não poderei.

JC: Você acha que alguns autores sejam mais apelativos para os alunos do que outros?

MP: Não acho que isso possa se desvincular das pessoas que os lecionam. Anos atrás, era muito amigo de uma professora do departamento de Antropologia. E todo ano, ela dizia, o teórico que mais amavam é Lévi-Strauss. Isso vinha abertamente dela! Enquanto que se você tem um quadro de professores que não suporte Lévi-Strauss, os alunos não irão gostar dele também. Meus

alunos amam Marx. Há tantos sinais sutis que aparecem. É de fato uma situação de transferência. Hoje, fingimos que a sexualidade não existe ou a expressamos na forma de assédio. Cabe ao professor estar atento à transferência erótica na sala de aula. Muitos professores, antes da psicanálise, costumavam considerar isso uma declaração sobre eles, que eram na verdade sexualmente desejáveis. Então, você tem que ter cuidado, saber lidar com isso, usar isso de modo adequado. Isso então reabre a maneira pela qual autores diferentes são catexizados por professores diferentes, torna-se parte de toda a mistura. Os alunos podem admitir aquela ideia, mesmo quando não saibam que a estão admitindo, e mesmo que você não reforce um ou outro autor. Tento obstinadamente não descartar ninguém. Você está se esforçando para que adentrem o autor seriamente, e não para dizer: “eles são bons, eles não são bons”. Então, muito do que pensam é agora muito raso. Uma amiga muito próxima, que é uma espécie de feminista e ensaísta radical, Laura Kipnis, acabou de ser processada em Northwestern¹⁴, com base no Título IX. E ela não vai ceder. Está acostumada a atacar as pessoas, e vai continuar assim. Algumas pessoas acham certo desprezar outras se elas não concordam com suas ideias, caso pensem estar com a verdade. Havia uma época em minha vida que isso era chamado de fascismo. Esse desprezo.

BF: Só hoje encontrei o lado negativo daquele problema: estamos lendo *Protest psychosis* de Jonathan Metzl, e o problema central é que, de um lado, a esquizofrenia é uma construção política e, de outro, é uma doença real. Então é uma questão de rótulos ou é a estrutura social nos abalando? E alguém depois da aula veio me perguntar: “Então, o que é? Qual a resposta certa?” Os alunos em geral querem a verdade, em lugar de uma conversa complexa.

MP: A resposta não é que a verdade seja sempre ambígua, mas que estamos oferecendo argumentos, não verdades. E às vezes os argumentos podem ser muito difíceis. É um problema difícil. Eu não teria uma resposta rápida na manga para o problema da esquizofrenia.

JC: Uma última pergunta: há um receio sobre o futuro do curso. O que acha que vai acontecer?

¹⁴ [N. t.] Northwestern University é uma universidade privada situada em Illinois, EUA.

MP: Não sei, porque agora vou trabalhar em regime de meio-período. Esse curso foi historicamente mantido por um grupo de colegas do departamento. Essas pessoas, que lecionavam e eram boas cidadãs, estavam ativamente envolvidas com o curso. Algumas morreram, como Bert Cohler, ou se aposentaram, como Bill Sewell, Ralph Austen, J. Z. Smith, John Lucy. Havia seis ou sete colegas que realmente tocavam o ciclo básico, e agora não estão mais aqui. Muitos do departamento hoje não são diferentes de seus primos positivistas: são muito rasos e não querem lecionar fora de sua zona de conforto. E por isso estou preocupado com o CBCS, porque não vejo pessoas se engajando. Deveriam ter a mente aberta para um compromisso com a ideia de um ensino de humanidades para os graduandos.

BF: E se isso não acontecer?

MP: Eu não sei.

VIOLÊNCIA ESCOLAR E INTERVENÇÃO POLICIAL: UM ESTUDO COMPARATIVO DE PRÁTICAS E DE MODELOS DE ATUAÇÃO NA BUSCA PELA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS

Ricardo Bedendo¹

Resumo

O objetivo deste artigo é apontar experiências que debatem a temática da violência escolar, com a intervenção de ações policiais nas instituições de ensino, em algumas regiões do mundo, incluindo o Brasil. junto à teoria, apresentamos os primeiros resultados da pesquisa empírica com os depoimentos de cinco policiais militares que atuam em iniciativas de patrulhamento escolar e programas educacionais em Juiz de Fora/MG. As entrevistas ajudam a mostrar a importância da análise das práticas discursivas destes agentes para compreendermos os seus papéis no contexto. Os primeiros resultados mostram como os policiais já se enxergam como “pedagogos” e mediadores dos processos educacionais no interior das escolas, que cada vez mais tratam os registros de violência escolar como casos de segurança pública.

Palavras-chave: violência escolar, segurança pública, polícia, escola

School violence and police intervention: a comparative study of practices and performance models in the search for problem solving

Abstract

The purpose of this article is to point out experiences that debate the theme of violence school, with the intervention of police actions in educational institutions, in some regions of the world, including Brazil. along with the theory, we present the first results of the empirical research with the testimonies of five military police officers who work in school patrolling initiatives and educational programs in Juiz de Fora / MG. The interviews help to show the importance of analyzing the discursive practices of these agents in order to understand their roles in the context. The first results show how police officers already see themselves as “pedagogues” and mediators of educational processes within schools, which increasingly treat school violence records as cases of public security.

Keywords: school violence, public security, police, school,

¹ Doutorando do Programa de pós-graduação em Ciências Sociais da UFJF. E-mail: ricardo.bedendo@ufjf.edu.br

O objetivo central deste artigo é apontar experiências que debatem a temática da violência escolar, com a intervenção de ações policiais nos ambientes das instituições de ensino, em algumas regiões do mundo, incluindo o Brasil. A intenção é a de evidenciar como o assunto impõe desafios a pesquisadores, às comunidades escolares e aos agentes públicos de segurança, especialmente no sentido de compreensão dos contextos nos quais atuam, no entendimento de seus papéis e de suas relações, bem como dos diferentes conceitos e formas de violência que atualmente cercam as escolas.

Nesse sentido, contextualizamos aqui também os discursos iniciais de cinco policiais militares da Quarta Região da Polícia Militar de Minas Gerais, que trabalham com alguma iniciativa de policiamento escolar. Ressalta-se que a realização da pesquisa foi autorizada pela Academia de Polícia Militar, em Belo Horizonte, após análise da proposta pelo Comitê de Ética da corporação. Os depoimentos foram obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas, realizadas em duas oportunidades. Quatro policiais foram entrevistados, presencialmente, no dia 27 de janeiro de 2020, na sala da Assessoria de Comunicação do Segundo Batalhão da Polícia Militar, em Juiz de Fora/MG. O outro, no dia 26 de abril de 2020, por meio de uma chamada de vídeo, por Whatsapp, durante o protocolo de isolamento social estabelecido como prevenção à COVID-19. Esses são os primeiros resultados da fase introdutória do estudo empírico realizado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais daUFJF, que pretende analisar as práticas discursivas desses agentes públicos diante da temática das violências nos espaços escolares. Para tanto, a pesquisa ancora-se na metodologia foucaultiana que interpreta as práticas discursivas e não discursivas como produtoras de efeitos, de verdades, de saberes, de realidades, de campos de relações e de sujeitamentos.

Primeiro, nos ancoramos no método arqueológico das análises das discursividades locais e dos espaços nos quais elas se desenvolvem. A ênfase nesse caso é no “complexo feixe de relações”, como argumenta Foucault (2007, p.51-52) ao explicar que as conexões em questão “caracterizam não a língua que o discurso utiliza, não as circunstâncias em que ele se desenvolve, mas o próprio discurso enquanto prática.” Isso significa entender que os discursos são tratados para além da formação de conjuntos de signos. A proposta é compreendê-los como “práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam”

(FOUCAULT, 2007, p.55) e que destacam um agrupamento de regras próprias.

Numa relação complementar, o arranjo genealógico “que permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização desse saber nas táticas atuais” (FOUCAULT, 2005, p.13) é um caminho interessante para o exame mais aprofundado dos dispositivos de poder, de segurança e dos mecanismos de dominação que estão em jogo na multiplicidade das interações entre os sujeitos e as práticas de controle e de governança existentes também nos ambientes escolares. Como ressalta Fischer (2001, p.201), “tais temas dizem respeito à fixação em saber a verdade do sujeito, em construir os sujeitos como o lugar da verdade, em construir para todos e cada um de nós discursos ‘verdadeiros’”. Portanto, a noção do sujeito como “efeito discursivo” (FISHER, 2001, p.209) é relevante para a compreensão de que “através do processo de objetivação, indivíduos não só ocupam espaços na hierarquia social, mas, por meio de sua contínua subjugação, conhecem e aceitam o seu lugar” (GRAHAM, 2010, p.672, tradução nossa).

As ideias de biopolítica (FOUCAULT, 2008a) e de necropolítica (MBEMBE, 2018) ajudam a fortalecer a percepção de como esses dispositivos se adequam estrategicamente a determinadas situações e de como o poder, especialmente no contexto do liberalismo econômico, é produzido a partir do controle, do governo sobre populações e da criação de regimes de verdades que sustentam as iniciativas de gestão. No caso da necropolítica, Mbembe (2018, p.72) argumenta que “a noção de biopoder é insuficiente para dar conta das formas contemporâneas de submissão da vida ao poder da morte.” De toda forma, em meio à “cultura política do perigo” que traz como lema liberal o “viver perigosamente” situa-se a “formidável extensão dos procedimentos de controle, de pressão, de coerção que vão constituir como que a contrapartida e o contrapeso das liberdades individuais” (FOUCAULT, 2008a, p.91).

Esses e outros conceitos vão de encontro a muitas das problematizações relatadas atualmente por pesquisadores de várias regiões do planeta que refletem sobre as experiências voltadas a lidar com a questão da violência escolar atravessada cada vez mais pela ótica da segurança pública (OLIVEIRA, 2008; ABRAMOVAY, 2005; CARDOSO et al., 2013; DEARBIEUX, 2001), pela judicialização dos conflitos (CHRISPINO; CHRISPINO, 2008; BROWN, 2006) e mesmo por políticas de tolerância zero (MERKWAE, 2015; SKIBA; PETERSON, 2000; JUNOVEN, 2001; BRADY, BALMER, PHENIX,

2007; SCHLOSSER, 2014) que acabam por agravar, ainda mais, os cenários com a penalização da juventude (BLAYA, 2003) e com a criminalização de jovens (THERIOT, 2009; PETROSINO; GUCKENBURG; FRONIUS, 2012; MALLETT, 2016; ABRAMOVAY, 2005) que são levados, por vezes, precocemente aos registros dos sistemas de justiça criminal.

As experiências da presença da polícia na escola estão sendo discutidas e avaliadas em diferentes contextos sociais, econômicos, políticos e culturais. A complexidade do tema é aparente nos diversificados níveis nos quais se discute, primeiramente, o que pode ser chamado de violência escolar. Temos, assim, um ponto de partida conceitual.

Violência na escola: o que enunciam os seus conceitos

O debate sobre os conceitos de violência escolar e de seus possíveis significados sociais é importante também porque abre um leque de perspectivas e de inquietações para a pesquisa empírica. Sob o ponto de vista arqueológico, as definições relacionadas à violência na escola apontam para a necessidade constante de investigação sobre “o espaço em que se desenvolvem os acontecimentos discursivos” e seus “jogos de relações”(FOUCAULT,2007, p.32). Sinalizam para o entendimento de que as práticas discursivas estão diretamente ligadas a um “espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos”(FOUCAULT,2007, p.61), bem como às múltiplas formas de coexistência, de correlação, de campos de presença e de esquemas de dependência entre sujeitos, instituições e enunciados(FOUCAULT,2007). Fisher (2001, p.217) acrescenta que “as práticas não discursivas são também parte do discurso, à medida que identificam tipos e níveis de discurso, definindo regras que ele de algum modo utiliza.”

Por outro lado, as discussões teóricas evidenciam o aspecto genealógico que trata o poder de maneira fluída, circular e relacional. As interligações estabelecidas entre as tentativas de explicar o fenômeno sugerem claramente que “o poder não se funda em si mesmo e não se dá a partir de si mesmo [...] os mecanismos de poder são parte intrínseca de todas essas relações, são circularmente o efeito e a causa delas [,,,]”(FOUCAULT,2008b, p.4). Dessa maneira, é inerente ao assunto a noção de que “na verdade o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção”

(FOUCAULT,1987, p.218). Essas “produções” movidas em boa parte pelas condutas discursivas e também não discursivas dos atores e de instituições sociais refletem uma busca não de uma “verdade final”, mas de uma relação crítica com capacidade de “questionar a inteligibilidade de verdade/s que viemos a dar como certas [...] é possível chegar a um relacionamento diferente com aquelas verdades que podem permitir aos pesquisadores pensar e ver o contrário, ser capaz de imaginar coisas diferentes do que são [...] (GRAHAM, 2010, p.666, tradução nossa).

A metodologia de Foucault vai, então, nos ajudar a compreender melhor, como ressalta Pain (2010, p.19), que “as violências nas escolas são também regulações inconscientes e institucionalizadas das relações sociais”. Nesse sentido, Charlot (2002, p.436) sinaliza como as práticas discursivas são relevantes na contextualização dos dilemas enfrentados ainda na definição conceitual. “É a violência enquanto vontade de destruir, de aviltar, de atormentar, que causa problema – e que causa mais problema ainda em uma instituição que, como a escola, inscreve-se na ordem da linguagem e da troca simbólica e não na da força física.”

Claro que o entendimento deve ser para além da língua utilizada no discurso e dos agrupamentos de signos. A intenção maior é a de “descobrir o domínio de existência e de funcionamento de uma prática discursiva” (FOUCAULT,2007, p.185) em meio aos vínculos estabelecidos no convívio do contexto escolar. A categorização do que podemos efetivamente chamar de violência escolar é taticamente essencial para a pesquisa. Para Charlot (2002, p.434), devemos começar pela investigação da tríade “violência na escola”, “violência à escola” e “violência da escola”. A primeira é produzida no ambiente interno, “sem estar ligada à natureza e às atividades da instituição escolar”(CHARLOT,2002, p.434). A segunda refere-se aos atos direcionados às características e às práticas do estabelecimento de ensino. E, por último, a violência institucional simbólica, referente aos procedimentos pelos quais a escola e seus agentes tratam os alunos. Nesse cenário, outra distinção fundamental envolve as definições de violência, transgressão e incivilidade. Conforme explica Charlot (2002, p.437), a violência relaciona-se com o que “ataca a lei com uso da força ou ameaça usá-la: lesões, extorsão, tráfico de drogas na escola, insultos graves.” Já a transgressão “é o comportamento contrário ao regulamento interno do estabelecimento (mas não ilegal do ponto de vista da lei): absentismo, não realização de trabalhos escolares, falta de

respeito, etc.” Por outro lado, a incivilidade “não contradiz, nem a lei, nem o regimento interno do estabelecimento, mas as regras de boa convivência: desordens, empurrões, grosserias, palavras ofensivas, geralmente ataque quotidiano – e com frequência repetido – ao direito de cada um [...] ver respeitada sua pessoa.”

Essa diferenciação é estratégica porque “designa diferentemente lugares e formas de tratamento dos fenômenos” (CHARLOT, 2002, p.437) e, ao mesmo tempo, reforça os pressupostos foucaultianos acerca das dinâmicas de poder, de produção de verdades e de saberes nas escalas de coexistência na hierarquia social. Debarbieux (2002, p.66), propõe pensarmos que “o campo semântico é um campo de poder, no qual a questão da legitimidade da nomeação é um problema central.” Portanto, na opinião dele, definir a violência com prerrogativas universais “é, por si mesma, uma forma de controlar esse campo, ainda mais se o código penal for a única forma de nomear a violência, uma vez que o risco óbvio seria o de só ser capaz de lidar com a violência escolar em termos penais” (DEBARBIEUX, 2002, p.66). O que Debarbieux (2002, p.82) procura frisar é que “a violência tem uma história, que ela não foi simplesmente uma explosão inesperada: ela é previsível, pois foi construída socialmente.”

Com um argumento complementar, Zanten (2000, p.25) acredita que “é a noção de transgressão escolar que, em nossa opinião, permite conceitualizar melhor a relação entre certas atitudes e práticas dos adolescentes com os valores e normas escolares.” Ela trabalha com esse conceito tendo em vista que defende que “existe manifestamente uma certa continuidade sócio-urbana entre o bairro e o colégio.” Portanto, é preciso levar em consideração que “a sociabilidade dos adolescentes no colégio aparece, assim, como o prolongamento da sociabilidade no bairro, os alunos são de fato sensíveis a certas especificidades do espaço” (ZANTEN, 2000, p.28).

Quando inserimos no debate a dimensão política da educação nos aproximamos ainda mais de Foucault, inicialmente pelo fato de lembrarmos dos discursos enquanto práticas que obedecem regras e que nos levam a caminhos nos quais “desapareçam e reapareçam as contradições” (FOUCAULT, 2007, p.171). Assim, o discurso é “um bem que coloca, por conseguinte, desde sua existência (e não simplesmente em suas ‘aplicações práticas’), a questão do poder; um bem que é, por natureza, objeto de uma luta, e de uma luta política” (FOUCAULT, 2007, p.137). Ao, então, abordar esse eixo da discussão, Charlot (2006, p.14) questiona como os discursos já instalados, já prontos cercam o plano da

educação. “Qualquer que seja a questão, já há uma resposta, prática ou política, já existem discursos teóricos, poderes intelectuais constituídos, painelinhas teóricas nas quais a defesa de conceitos mais ou menos se confunde com a conquista de postos e depoderes.”

Essa dinâmica que compreende discursos e poderes estabelecidos é de maneira semelhante reconhecida por Rochex (2003) no cenário francês. Para esse autor, os problemas interligados ao tema normalmente são tratados pela sociedade com a única terminologia da violência. É nessa perspectiva que se torna necessária a reflexão crítica para se evitar as duas posições extremas, seja de dramatização excessiva, ligada à denúncia, seja a de denegar a realidade dando aos fatos importância mínima. “Entre essas duas posições, é preciso que nos interessemos simultaneamente pelos fenômenos em questão e pela maneira como os discursos os constroem, como falam dele, questionando e revelando a fragilidade da ordem escolar, ou seja, situando-a quanto à ordem social e ao lugar da ordem escolar no espaço da ordem social” (ROCHEX, 2003, p.15). Shaughnessy (2012) lembra que, em parte, a organização institucional da escola é autoritária e que no exercício cotidiano do poder os alunos têm poucas oportunidades de decidir, já que “as normas dominantes sobre os comportamentos da sociedade mais ampla são compartilhadas, e não são desafiadas pelos muitos adultos dentro da instituição”(SHAUGHNESSY,2012, p.91, tradução nossa). Barna e Barna (2013, p.89, tradução nossa) reiteram como a “relação dialógica entre professor e aluno é profundamente afetada quando o estudante percebe as exigências do professor como constrangedoras para a adoção de um determinado comportamento.”

Sendo assim, parece claro que a escola é “uma instituição social, submetida a políticas” (CHARLOT, 2006, p.15). Preocupado com a valorização da dimensão intelectual do aluno, especialmente como mecanismo de bloqueio de normas e de práticas hierárquicas e coercitivas, o francês reflete como a educação “deve estar muito atenta às contradições, às tensões, às defasagens, à heterogeneidade das lógicas” e como é necessário “distinguir cuidadosamente os níveis de realidade analisados e identificar o modo como um nível opera nos demais.” Por esse lado, Charlot (2002,p.440) assinala que “de sorte que o distanciamento é cada vez maior entre a importância da escola (que permite aceder a uma vida desejável, ou ao menos, ‘normal’) e o vazio da escolanodia-a-dia (onde o

jovem, sobretudo nos meios populares, aprende coisas que não têm sentido para ele)." Essa reflexão vai de encontro à questão do saber relacionado ao processo de ensino e aprendizagem. Para Charlot (2002, p.442) é preciso atenção com a relação do saber quando tratamos de violência escolar, pois "é bem raro encontrar alunos violentos entre os que acham sentido e prazer na escola."

Essa superfície política é retratada com a mesma inquietude por Pain (2010). Para ele, no cenário neoliberal no qual temos dificuldades de compreender para que servem as estruturas responsáveis pelos laços sociais, "a escola conserva seu papel de formadora de hierarquias entre as classes sociais e esconde, de certo modo, a chave dos papéis sociais [...]" (PAIN, 2010, p.12). Da mesma forma que Charlot (2006), Pain interpela o processo de racionalização da educação associado aos hegemônicos protocolos políticos e econômicos. Com isso, "[...] se esquece que a inteligência e o pensamento têm um jeito particular de progresso e avanço que depende tanto das subjetividades quanto das condições nas quais elas estão inseridas" (PAIN, 2010, p.13). Com a assertiva de que as violências nas escolas são "também regulações inconscientes e institucionalizadas das relações sociais", PAIN (2010, p.19) foca na importância da mediação que "toca na constituição simbólica da inteligência", nas iniciativas de proximidade frequente entre as partes envolvidas e na especificidade capaz de potencializar a contracultura crítica (PAIN, 2010, p.24-25).

No entendimento de que a problemática da violência não pode ser examinada como acontecimentos exteriores à escola, Trindade (2003) defende as instituições de ensino como espaços de afirmação da cidadania e ressalta como elas precisam também se interpelar ao mesmo tempo em que questionam o mundo lá fora. Sendo assim, é preciso reconhecer os sujeitos "como produtores de sentidos, condição necessária para enfrentar o universo dos implícitos, a partir do qual se configura o arbítrio cultural e relacional que alimenta a violência escolar nas suas mais diversas e múltiplas expressões" (TRINDADE, 2003,p.61).

O quadro de conflitos e de tensões nas relações escolares, bem como de demarcação de posições e de políticas hierárquicas, muitas vezes, incontestáveis, incomoda também a Dubet (2003). Ele ressalta que alunos ditos fracassados acabam por atribuir seus desempenhos como "[...] atentados a sua dignidade, a sua honra, a sua 'cara'. Como não podem explicar esse fracasso por meio de causas sociais são levados a sentir-se como os responsáveis e os culpados [...]". Assim, argumenta o autor, "escolhem atribuir

essa exclusão escolar, sancionada nas salas de aula e nos estabelecimentos menos categorizados, aos próprios professores”(DUBET,2003, p.42). Portanto, explicar as manifestações de violência escolar com ênfase em aspectos sociais mais amplos nos parece uma via mais consistente para a compreensão das inúmeras questões que cercam a temática, como frisam Crawford e Burns (2015, p.645, tradução nossa):

tensões raciais, bullying e áreas de alta criminalidade são problemas sociais maiores que se repetem nos campi escolares. Embora possa não haver soluções fáceis para essas questões na sociedade, lidar com esses problemas dentro dos limites de um campus pode representar melhores pontos de partida para a intervenção do que o aumento das medidas técnicas de segurança. Essas descobertas contextuais sugerem que uma abordagem mais ampla no nível da sociedade para lidar com a violência escolar pode ser justificada. A violência nos espaços da escola não deve ser vista como estando isolada da violência e outras formas de crime na comunidade.

No Brasil, pesquisadores também trabalham com a convicção de que “a violência na escola é um objeto de estudo em permanente construção” (FRAGA, 2016a, p.9) e precisa, assim, ser bem contextualizada. Fraga (2016b, p.11) acredita que “há um componente cultural que deve ser levado em consideração na definição do termo”, pois o que pode ser considerado violência em um determinado local não necessariamente será visto da mesma forma em outro. Para ele, é primordial a distinção entre incivildades e crimes/violência. “Brigas entre alunos, desobediências, insubordinação sempre ocorreram. Mas, esses dados mostram que os conflitos, hoje, são mais problematizados, ganhando contornos e consequências mais dramáticas” (FRAGA, 2016b,p.17).

Pereira e Williams (2010, p.47) também ressaltam o quanto fundamental é a sistematização do que seja violência escolar. Esses autores chamam a atenção para o fato de que “os envolvidos com a violência escolar podem desempenhar diversos papéis como atores do fenômeno” e reforçam o ponto de vista interacionista de que o comportamento agressivo é socialmente aprendido. Sendo assim, poderíamos entender que transgressão, incivildade, indisciplina e provocação podem ser incluídas na definição de violência escolar, “ainda que o modo como se lidará com casos de maior gravidade, como esfaquear um colega, seja naturalmente diverso dos casos de menor gravidade, como ‘virar

as costas' ao professor, enquanto esse faz alguma crítica" (PEREIRA; WILLIAMS, 2010, p.53).

Na mesma linha de raciocínio, Abramovay (2012, p.46) pontua que "a escola não apenas reproduz as violências correntes na sociedade, mas produz formas próprias, de diversas ordens, tipos e escalas, que refletem as especificidades de seu cotidiano." Silva e Salles (2010, p.218) acrescentam que "a violência não pode ser reduzida ao plano físico, podendo se manifestar também por signos, preconceitos, metáforas, desenhos, isto é, por qualquer coisa que possa ser interpretada como aviso de ameaça, o que ficou conhecido como violência simbólica." Por tal prisma, a observância da rede de relações estabelecida no cotidiano escolar e o "reconhecimento do outro como sujeito pleno de direitos" são, para Abramovay (2012, p.71-72), vitais para se "buscar dirimir as tensões e desconstruir contextos que podem levar a situações de violência." Sposito (2001, p.100) complementa que "as incivildades sinalizariam, também, um conjunto de insatisfações manifestadas pelos alunos diante de sua experiência escolar e, ao mesmo tempo, as dificuldades da unidade escolar em criar possibilidades para que tais condutas assumam a forma de um conflito capaz de ser gerido no âmbito da convivênciademocrática."

Da pedagogia à segurança pública

Em meio à discussão das inúmeras dificuldades e desafios que envolvem a construção conceitual, é importante situar a passagem histórica que demarca no cenário brasileiro uma espécie de transição do tratamento dos problemas antes considerados somente da esfera pedagógica para, então, o eixo da segurança pública. Oliveira (2008) e Sposito (2001) explicam que a mudança do regime ditatorial para o sistema democrático no início dos anos de 1980 significou, por exemplo, uma abertura para o maior acesso de crianças e adolescentes ao sistema público de ensino, obrigando as escolas a repensarem as suas diretrizes educacionais. Nessa mesma época, pesquisas começaram a enquadrar alguns eventos relacionados a violência nas instituições de ensino em categorias criminais. Dessa forma, "cada vez mais reforçavam-se as idéias de que a escola abandonava seu jargão psicopedagógico para classificar e interferir na conduta de seus alunos. Para falar do fenômeno da violência em meio escolar, docentes, diretores e a alunos servem-se cada vez mais de um vocabulário cunhado pela polícia" (OLIVEIRA, 2008, p.16-17).

Sposito (2001, p.91) mostra como o poder público, nessa ocasião, respondia ao clima de insegurança com duas medidas: “de um lado, aquelas relativas à segurança dos estabelecimentos, cada vez mais sob responsabilidade das agências policiais e, de outro, as iniciativas de cunho educativo, que tentavam alterar a cultura escolar vigente, tornando-a mais permeável às orientações e características dos seus usuários.” A ação mais acentuada do crime organizado e do tráfico de drogas em algumas regiões do país faz expandir a criminalidade e o sentimento de insegurança, principalmente em bairros de maior vulnerabilidade social. O impacto nos ambientes escolares é inevitável. “A partir de meados da década de 1980 atingindo os últimos anos da década de 1990, a violência nas escolas foi peremptoriamente considerada como questão de segurança, arrefecendo as propostas de teor educativo, com raras exceções por parte de governos locais (estaduais ou municipais) de cunho progressista” (SPOSITO, 2001, p.91).

Nos anos de 1990, outra alteração dos padrões tradicionais é verificada nas formas de violência em escolas públicas, com alcance, agora, também das cidades de porte médio e com menor industrialização. Estávamos diante, portanto, não somente de registros de vandalismo, mas de “práticas de agressões interpessoais, sobretudo entre o público estudantil. Dentre estas últimas, as agressões verbais e ameaças são as mais freqüentes” (SPOSITO, 2001, p.94). Diante dessa conjuntura, cada vez mais a presença da polícia nas escolas frisa como o assunto passa realmente a ser mediado pela segurança. Abramovay (2005, p.306) argumenta que “a defesa da presença da força policial nos estabelecimentos de ensino está relacionada com uma determinada concepção de violência dos atores da comunidade escolar, especialmente os diretores, professores e funcionários.” Esse grupo de pessoas, para a autora, “têm uma tendência a definir violência como os episódios da ordem dos delitos e da criminalidade, o que justificaria a ação da polícia. Note-se que essa visão não abarca a violência do cotidiano escolar, apontada pelos alunos como a mais freqüente e a que mais incomoda” (ABRAMOVAY, 2005, p.306).

Portanto, nos últimos anos, a figura do policial passa a ser marcante no contexto da vida escolar, o que tem, ao mesmo tempo, provocado questionamentos que, em âmbito geral, podem partir da seguinte interrogação: por que a polícia na escola? Oliveira (2008, p.22) enfatiza que as parcerias dos sistemas educacionais com instituições de segurança pública tem levado

as escolas a reagirem “por meio de iniciativas que buscam muito mais dar respostas que satisfaçam aos temores da sociedade do que encontrar caminhos que ajudem a pensar o problema em outra direção não centrada em uma visão puramente policial do problema.” Abramovay (2005, p.308) assinala como o pensamento que relaciona os setores de segurança pública à garantia de uma melhor convivência entre os cidadãos, com respeito aos direitos, “tem repercussões diretas na percepção quanto à necessidade da presença da polícia nas escolas. Nesse sentido, existem alunos e adultos que defendem essa presença, configurando o discurso do ‘policial visto como solução’”.

A ideia de que a polícia é necessária para o bom funcionamento da escola é, assim, carregada de ambiguidades. Na opinião de Abramovay (2005, p.309), muitas vezes essa percepção é maior entre os adultos e “pode estar relacionada à mudança dos nexos entre escola e comunidade, em que a escola deixou de ser vista como um território protegido, passando a ser alvo de diversos tipos de ataques. Na tentativa de evitá-los e controlá-los, a escola recorre à segurança e à polícia.” Os problemas enfrentados pelos mecanismos de controle das instituições de ensino seriam, também, na visão de Abramovay (2005) um gatilho para que a polícia seja chamada a atuar em questões disciplinares, de manutenção da ordem que, muitas das vezes, são conflitantes com os papéis dos agente escolares. Diante, então, do novo contexto, os professores, antes considerados agentes de autoridade, passaram a se dedicar apenas às atividades pedagógicas, enquanto que os policiais assumiram a responsabilidade sobre a disciplina. “Os impactos dessa nova configuração se fazem sentir no cotidiano, num processo em que os alunos perdem a referência de quem é a figura de autoridade na escola, fazendo com que os professores percam o seu papel como educadores de forma íntegra.” (ABRAMOVAY, 2005, p. 312).

Ao contextualizar os dados de um relatório de 2006 da Fundação João Pinheiro com informações de depoimentos de estudantes e de professores de escolas públicas, Oliveira (2008, p.41) enfoca que “para as autoridades da educação a presença da polícia pode estar relacionada ao senso comum de que ela oferece mais segurança para a escola, enquanto que para o aluno está diretamente relacionada a ele e desperta sentimentos de intimidação, insegurança e medo, além do desejo de confronto.” A relação entre os atores é configurada, ao que nos parece, com pontos de tensão. Abramovay (2005, p.317) menciona o “conflito latente” entre policiais e a juventude que tende a associar a

figura do policial a um “agente de violência”, dotado de um poder que pode ser usado de maneira abusiva ou arbitrária. Incorporar polícia e violência seria algo comum ao cotidiano de muitos jovens. Por outro lado, também não seria raro entre os agentes de segurança um julgamento negativo da juventude, levando-se em conta as suas próprias experiências de vida. “Assim, os policiais entendem que, em contraponto aos jovens ‘do tempo deles’, a juventude de hoje ‘perdeu o valor próprio, vive em função da desordem’, ‘não quer saber de nada’, além de não ter limites, responsabilidade e noções de respeito em relação ao outro”(ABRAMOVAY, 2005, p.319).

Essa discussão que posiciona os policiais com potencial de intervenção em situações que fugiriam as suas competências e causariam uma sobreposição de papéis nas escolas nos aproxima novamente da teoria de Foucault, especialmente no que tange aos discursos e aos mecanismos de controle e de disciplina envolvidos nas relações estratégicas de poder. Os eixos de tensionamento elevados durante a convivência entre os atores sociais refletem a “multiplicidade de sujeições” nas instituições de educação. “São todos esses mecanismos e todos esses aparelhos de dominação que constituem o pedestal efetivo do aparelho global constituído pelo aparelho escolar”, ressalta Foucault (2005, p.52) ao mencionar as estruturas de poder “como estratégias globais que perpassam e utilizam táticas locais de dominação.”

Em outras palavras, Foucault (1987, p.234) reitera como nessa “anatomia política” os “mecanismos tendem a se desinstitucionalizar, a sair das fortalezas fechadas e circular em estado ‘livre’; as disciplinas maciças e compactas se decompõem em processos flexíveis de controle, que se pode transferir e adaptar.” Com essa premissa, “a escola tende a constituir minúsculos observatórios sociais para penetrar até nos adultos e exercer sobre eles um controle regular: o mau comportamento de uma criança, ou sua ausência, é um pretexto legítimo, segundo Demia, para se ir interrogar os vizinhos”(FOUCAULT, 1987, p.234). As comparações das experiências no Brasil e em outros países que têm sido apontados como modelos do debate dessas “relações de força” vão ilustrar com maior profundidade a interligação descrita por Foucault (2005) entre poder, direito e uma verdade tida como norma. Os discursos verdadeiros, afirma Foucault (2005, p.29), “trazem consigo efeitos específicos de poder. Portanto, regras de direito, mecanismos de poder, efeitos de verdade.” Temos a hipótese de que as iniciativas de polícia na escola são a evidência de que “o poder se exerce em rede e, nessa rede, não

só os indivíduos circulam, mas estão sempre em posição de ser submetidos a esse poder e também exercê-lo [...] o poder transita pelos indivíduos [...]” (FOUCAULT, 2005, p.35).

Os exemplos das relações desenvolvidas no espaço escolar policiado também podem mostrar como o mecanismo disciplinar, aquele que “codifica perpetuamente em permitido e proibido” (FOUCAULT, 2008B, p.60) e que se apoia em dispositivos de segurança para regular a circulação das práticas, dos discursos e dos saberes, se vê quase que a todo momento em conflito.

Polícia e Escola: o que podemos aprender com a comparação das experiências?

Em um estudo no qual compara o clima institucional entre escolas com e sem a presença dos chamados School Resource Officers (SRO), nos Estados Unidos, Theriot (2009) desperta a preocupação com o aumento no número desses policiais nos colégios americanos, fundamentalmente a partir dos anos de 1990, apesar de as estatísticas apontarem um declínio nas ocorrências de violência escolar.² No entanto, os casos de mortes provocadas por atiradores dentro de algumas escolas avivam o medo público do crime nas instituições de ensino. Dessa forma, Theriot também sublinha que problemas antes resolvidos por diretores ou professores passam a ser preferencialmente elucidados pelos SROs. Essa política, afirma Theriot (2009, p.280), fez expandir paralelamente medidas de segurança pautadas na filosofia de tolerância zero, o que pode contribuir para elevar a quantidade de prisões advindas das escolas, bem como a consequente criminalização do comportamento estudantil.

Com essa argumentação, Theriot (2009, p.282, tradução nossa) adverte que enquanto os policiais que atuam nas ruas utilizam-se de observação das causas e de mandados para encontrar um suspeito, os oficiais escolares baseiam-se apenas na “razoável suspeição.” Assim, o autor trabalha com a hipótese de que os colégios com SROs registram mais prisões, principalmente por conduta desordeira e roubo, do que os que não possuem a presença de um programa policial. Normalmente, atenta Theriot (2009, p.285, tradução nossa), “a decisão de interpretar o comportamento disruptivo como criminal é tomada com base na análise do oficial.” Ao final, a pesquisa desconstruiu a possibilidade de criminalização e não descartou a chance de impactos

² Weiler e Cray (2011), Brown (2006), Coon e Travis (2012) e Theriot e Cuellar (2016) também retratam essa questão.

positivos das iniciativas. Por outro lado, “o número de prisões por mal comportamento nas escolas com SROs é problemático. Atores têm que pensar sobre as consequências da associação com estratégias disciplinares punitivas e prisões criminais” (THERIOT, 2009, p.286, tradução nossa).

Segundo Theriot e Cuellar (2016, p.4, tradução nossa) “a partir de 2010, estima-se que quase metade de todas as escolas públicas nos Estados Unidos tinham um SRO implantado (James & McCallion, 2013), e espera-se que este número continue a crescer como resultado do plano de segurança escolar (White House, 2013).” Esse avanço crescente no uso de SROs é ainda explicado pelos investimentos em vários programas de financiamento colocados em prática pelo Governo Federal entre 1994 e 2009, que forneceu subsídios para as jurisdições locais (THERIOT; CUELLAR, 2016). Boa parte dos argumentos favoráveis à atuação desses agentes nos colégios pode ser atribuída ao pouco preparo e habilidade dos administradores escolares para lidar corretamente e “abordar muitos dos problemas que ameaçam perturbar o ambiente seguro de aprendizagem (Dunn 2002, 50)” (WEILER; CRAY, 2011, p.161, tradução nossa).

As dificuldades provocadas pelas políticas de tolerância zero nas escolas são objeto de análise de Junoven (2001). Essa pesquisadora preocupa-se em sinalizar como a presença de oficiais uniformizados “pode criar um sentido de desconfiança entre os estudantes e assim efeito adverso” (JUNOVEM, 2001, p.3, tradução nossa). Mecanismos de vigilância física, como detectores de metais, podem aumentar o medo dos alunos e contribuir para rotulá-los em certas circunstâncias. “Medos e ansiedades dos estudantes podem não necessariamente ser reduzidos se a meta primária é aumentar a segurança física por meio do aumento da vigilância” (JUNOVEM, 2001, p.5, tradução nossa).

De forma análoga, Skiba e Peterson (2000) problematizam que a típica resposta nas escolas que adotam a política de tolerância zero é a punição e a exclusão dos estudantes. Os autores expõem, ainda, a relação entre as suspensões e o abandono escolar o que, para eles, “pode acelerar o curso da delinquência [...]” (SKIBA; PETERSON, 2000, p.339, tradução nossa). Naturalmente, argumentam, em um ambiente de tolerância zero há menos interesse em comunicação. Sendo assim, Skiba e Peterson (2000, p.342, tradução nossa) defendem que “a construção do comportamento prosocial positivo, ao contrário do que simplesmente punir comportamentos impróprios, requer amplo espectro de opções que se movem para além do foco na

punição e na exclusão." Em um estudo feito em Nova Iorque, Brady, Balmer e Phenix (2007) mostram que as taxas de suspensão e de frequência de alunos nas escolas pioraram, aproximadamente um ano e meio após a implementação de um projeto com a participação da polícia.

Petrosino, Guckenburg e Fronius descrevem e avaliam a eficácia de 11 programas realizados nos Estados Unidos, Canadá e Reino Unido, entre 1968 e 2009. Esses pesquisadores (2012, p.82, tradução nossa) concordam que os educadores americanos estão mais abertos a frequência dos policiais nas escolas e reforçam o sentimento de que "a presença da polícia nos arredores da escola tem colaborado para aumentar as suspeitas e as referências para o sistema de justiça criminal, especialmente para condutas desordeiras." Já Merkwae (2015, p.149, tradução nossa) amplia a discussão ao argumentar que "o ponto inicial de contato entre um estudante e a polícia tem o potencial de definir o futuro social e educacional do aluno [...] a decisão do policial é determinante em casos de advertência, suspensão ou expulsão." Essa estudiosa reitera que as escolas americanas adotaram as políticas de tolerância zero e "começaram a deliberar por suspensões e expulsões em taxas sem precedentes. Essas medidas exclusionárias têm impacto em estudantes de minorias e com deficiências" (MERKWAE, 2015, p.151, tradução nossa).

Em sua pesquisa, Merkwae afirma que um número desproporcional de "estudantes de cor" são diagnosticados com deficiências de aprendizado, cognitivas e emocionais. Nesse sentido, a polícia na escola pode realmente colaborar para a criminalização do comportamento estudantil, principalmente daqueles que apresentam alguma deficiência ou estão relacionados a algum grupo minoritário. "O drástico aumento da polícia e de outros sistemas de vigilância estão fundamentalmente alterando as dinâmicas de poder e as experiências dos estudantes nas escolas" (MERKWAE, 2015, p.159, tradução nossa).

A crítica de Merkwae (2015) está direcionada à incerteza da eficácia dos SROs na segurança escolar. A complexidade da função começa pelo "modelo tríade" adotado por esses profissionais que assumem tarefas de "cumpridores da lei, conselheiros e educadores da lei" (MERKWAE, 2015, p.161, tradução nossa). Frente a essa prerrogativa, "quando os oficiais de polícia são empenhados para acessos específicos aos estudantes e lhes é dada autoridade disciplinar pelos administradores escolares, não é sempre claro quando os papéis disciplinares dos diretores param e

quando começam os poderes 'da polícia'"(MERKWAE,2015, p.164, tradução nossa). Esse fator é lembrado também por Eisenbraun (2007). Ele acentua que a dependência excessiva em critérios de aplicação da lei pode afetar a relação de respeito dos jovens com os agentes escolares, pois "os estudantes podem ver os professores como dotados de uma autoridade menor e podem estar mais propensos a agir na ausência da polícia (Hyman & Perone, 1998)" (EISENBRAUN, 2007, p.465, tradução nossa).

No contexto brasileiro, o aspecto da criminalização dialoga com a ideia de "judicialização das relações escolares" discutida por Chrispino e Chrispino (2008). Esses autores avaliam que a "escola não acompanhou a mudança do perfil dos alunos que agora são distintos, diversos e divergentes" (CHRISPINO; CHRISPINO, 2008, p.10) e que, portanto, os professores não foram devidamente preparados para lidarem e solucionarem os conflitos advindos dessas relações. Nessa ordem, o fenômeno da judicialização posiciona a Justiça para "dirimir dúvidas quanto a direitos não atendidos ou deveres não cumpridos no universo da escola e das relações escolares" (CHRISPINO; CHRISPINO, 2008, p.11). Ao problematizarem como as leis podem mediar essa convivência, os pesquisadores dão ênfase, em dado momento, à distinção entre o direito individual e o coletivo, mais especificamente no cenário no qual o gestor escolar não tem o dever de guarda sobre o aluno maior de idade. De toda forma, atentam, isso "não os exonera de cuidar para que este não exorbite de seu direito, prejudicando o aprendizado do coletivo de alunos que dividem o espaço da sala de aula. O problema está em como o professor e o gestor fazem a exigência dos direitos e dos deveres" (CHRISPINO; CHRISPINO, 2008, p.15). A intervenção da Justiça seria um sinal da perda de autonomia do sistema escolar. Para Chrispino e Chrispino (2008, p.27), "a necessidade da participação do Poder Judiciário na solução de problemas oriundos do sistema não contribui para a construção de pontes entre as diferentes posições dos atores e nem favorece a maturidade no processo de mediação entre os conflitos próprios do sistema."

As preocupações com a criminalização do comportamento estudantil, bem como com a judicialização das questões disciplinares das escolas conciliam-se com a temática da "fabricação do delinquente" como pensou Foucault (1987; 2001). Apesar da nítida necessidade de novas pesquisas empíricas que ajudem a fortalecer essas percepções sobre as conflituosas relações de força e de poder no ambiente escolar, essas vivências narradas pelos estudiosos já nos permitem refletir que,

seja no encontro com a polícia ou com a Justiça, os discursos cotidianos de verdades trazem consigo “efeitos de verdade e de poder que lhes são específicos: uma espécie de suprallegalidade de certos enunciados na produção da verdade judiciária”(FOUCAULT, 2001, p.14). Numa tomada de decisão sobre o tipo de punição a ser atribuída a um estudante, por exemplo, um policial, um diretor ou um juiz, ao reproduzir os valores dominantes na escala social hierárquica, tem a responsabilidade de, dependendo da ocorrência, evitar o senso comum e evitar “mostrar como o indivíduo já se parecia com seu crime antes de o ter cometido”(FOUCAULT, 2001, p.24).

Na dinâmica do “exame” da marcação dicotômica que procura controlar o “anormal” está a tecnologia específica que marca a figura do delinquente. Assim, registra Foucault (1987, p.280), “por trás do infrator [...], revela-se o caráter delinqüente cuja lenta formação transparece na investigação biográfica. A introdução do ‘biográfico’ é importante na história da penalidade. Porque ele faz existir o ‘criminoso’ antes do crime e, num raciocínio-limite, fora deste.”

Dessa maneira, sob a possibilidade da “tática geral das sujeições” (FOUCAULT, 1987, p.281), torna-se ainda mais importante a visão dos jovens como “vítimas de uma composição social estigmatizada e excludente” (DUBET, 2004, p.552). Para Dubet (2004, p.552), “como não ‘compreender’ (o que não quer dizer justificar) a violência de certos alunos, considerados por todos simples delinquentes, embora sejam também vítimas, ainda que a maioria das propagandas políticas e sindicais os apresente como inimigos, uma vez que sua presença tornou-se perigosa nas salas de aula?” Ainda nesse contexto, Barroso (2003, p.65) reforça como a preocupação em mensurar a indisciplina ou a violência, “mais do que compreendê-las como fenômenos socioeducativos, faz, ainda, com que se tenha criado a ideia de que existe uma linha de continuidade e uma progressão linear entre a indisciplina e o crime, entre a pequena violência e a grande violência [...]”.

Outros relatos de iniciativas que contam com a presença da polícia na escola, dessa vez no Brasil e na Europa, acrescentam mais algumas perspectivas e desafios a serem superados. Mais uma vez, se mostra fundamental a ideia de que “as palavras não representam objectos, constroem-nos [...] e que, por isso, “é preciso perceber, também o sentido dos sentidos das coisas”

Controle e exclusão: mais alguns pontos de vista sobre violência e escola

A primeira metade dos anos de 1990 na França despertou preocupação com o crescimento da violência escolar nos subúrbios, assim como em outras cidades do país. Kimel (2004, p.44, tradução nossa) descreve a constância de “insultos, ameaças, agressão a professores e funcionários administrativos por alunos, pais e amigos, brigas entre os jovens, arremesso de pedras, bombas de gás lacrimogêneo, até coquetéis molotov, vandalismo contra a instituição (equipamento de sala de aula) ou contra professores (carros), roubo, [...] drogas e ainda, assassinato”. Com esse posicionamento, o pesquisador destaca que os registros de violência passam a alimentar uma mídia à procura por notícias com potencial de audiência. Ao expor os depoimentos de pessoas de diferentes ambientes escolares e de autoridades francesas, ele lembra que, em março de 1993, o Ministério da Educação havia estabelecido um plano com 12 medidas contra a violência escolar que, com poucas exceções, não surtiram efeito. “Entre essas estava a implementação de meios legais que permitissem aos dirigentes da escola combater intrusos de fora, um destacamento de 1.000 recrutas para posições de guarda, cooperação com a polícia e com os tribunais” (KIMMEL, 2000, p.47, tradução nossa).

Debarbieux (2001, p.173) acrescenta que nos anos de 1980, apesar de uma considerável produção de trabalhos psicológicos e pedagógicos que trataram da violência escolar na França, foi apenas nos anos de 1990 que o objeto ganha um caráter sociológico de análise, fundamentalmente porque a mídia considera a temática como estratégica. Nesse processo, observa-se, ainda, que “o ‘retorno da criança selvagem’ se torna a questão em disputa na política, de que se apodera a imprensa da Frente Nacional, modificando-a numa direção xenófoba, chamando as crianças de selvagens, nova encarnação do retorno das classes perigosas.” Com isso, a sociedade francesa faz crescer uma demanda repressiva que apresentou dificuldades à própria polícia, que mostrava pouco interesse em cuidar do assunto. “Em todo caso, a abordagem oficial do fenômeno na França passa pela delinqüência, concebida sobretudo como uma ameaça exterior” (DEBARBIEUX, 2001, p.174). Constituída cada vez mais como um problema de segurança, a violência escolar deu origem a políticas pautadas em maior punição e procedimentos de exclusão.

Para Debarbieux (2001, p.179), “o uso excessivo da noção de incivildade corre o risco de acarretar uma sobrequalificação das desordens escolares e de esvaziá-las de sentido, na mesma

medida em que se reforça um culturalismo xenófobo." Essa visão se justifica pelo entendimento de que a incivilidade deve ser contextualizada como "conflito de civilidades" que refletem "troca e oposição de valores, de sentimentos de pertinências diversas [...]". Essa assertiva situa a preocupação muito comum e intensa em países europeus, como a França, do risco de "desvios xenófobos e racistas" nas instituições de ensino, como reflexo do conjunto de valores da sociedade. Nesse cenário, é emblemático pensar que a aparente "'paz social' não significa necessariamente justiça escolar, e um estabelecimento calmo pode ser apenas um instrumento de controle social e de reprodução das desigualdades" (DEBARBIEUX, 2001, p.185).

O tema do controle e da exclusão, esses motivados por atitudes sejam elas institucionais ou interpessoais, tem espaço crítico na discussão se pensarmos que essa noção "nos fornece o estatuto do indivíduo excluído no campo das representações sociais (FOUCAULT, 2015, p.4). Em meio à definição social do comportamento desviante ou transgressor, a exclusão aparece como "tática punitiva", como "efeito representativo geral de várias estratégias e táticas de poder [...]"(FOUCAULT, 2015, p.5-7). As experiências evidenciam como as práticas discursivas e não discursivas nas relações entre policiais e atores escolares na Europa, da mesma forma que nos Estados Unidos e no Brasil, podem demarcar espaços de conflitos que precisam ser melhor analisados e compreendidos. Escolhas que circunstancialmente classificam o "delinquente", o "inimigo social"(FOUCAULT, 2015, p.164) têm acarretado "uma crescente penalização da juventude, que passou a ser vista como perigosa pela população em geral"(BLAYA, 2003, p.37). É nesse sentido que Ortega, em um estudo na Espanha, opta por um modelo de pesquisa ecológico e intercultural que reúne as dimensões macrossocial, relacional e psicológica, capaz de explicar, ainda, a "vulnerabilidade do indivíduo frente ao mundo, frente ao grupo, frente ao outro e também frente a si mesmo."

Nessa guia de reflexão, Malleti e Benjamin (1999) mostram os papéis de psicólogos, denominados "conselheiros escolares", em escolas da França. Em linhas gerais, ressaltam como as características culturais da escola levam os franceses a enfatizar o adulto, e não a criança, como vítima da violência escolar. "As atitudes e capacidades analíticas dos adultos (em particular, professores) em relação ao comportamento violento dos estudantes é considerado central para o tratamento da violência escolar" (MALLETI; BENJAMIN, 1999, p.280, tradução nossa). Os dois

sugerem que sociedade e escola são produtoras da violência escolar e que não estamos diante de um problema identificado e tratado a partir do comportamento de estudantes violentos. “Estes últimos estão apenas reagindo a uma ‘violência simbólica’ (Bourdieu & Passeron, 1970) a que estão sujeitos, e que os coloca em um caminho educacional que levará à marginalização social ou mesmo à exclusão” (MALLETI; BENJAMIN, 1999, p.283, tradução nossa). Com um olhar complementar, Osley e Starkey (2005) reiteram que a inserção dos estudantes nas tomadas de decisões pode ser significativa para a prevenção da violência escolar na França e na Inglaterra. Para os autores, “as expectativas dos professores podem ser moldadas não apenas pelos estereótipos raciais generalizados que existem na sociedade em geral (MIRZA, 1998), mas também pelo comportamento que os professores podem não compreender completamente, como a violência reativa ou as incivildades” (OSLEY;STARKEY,2005, p.197, tradução nossa).

Um dos aspectos mais interessantes do texto de Malleti e Benjamin (1999) é o que desperta a necessidade de percepção das condições sob as quais estão inseridos os atores dessas dinâmicas, sobretudo os professores que têm funções decisivas, principalmente na identificação e na interpretação de comportamentos tidos como violentos. Muitas vezes, consideram os pesquisadores, “a interpretação depende em grande parte da personalidade do espectador e das variações em seu humor. É apenas no caso de violência extrema que não existe ambiguidade [...]” (MALLETI; BENJAMIN, 1999, p.289, tradução nossa). De qualquer forma, o reconhecimento dos sentimentos e das motivações que estão por trás das atitudes violentas são apontados como estratégicos. Enquanto muitos professores ainda atuam com a visão de que sua única e expressiva missão é a de ensinar em sala de aula, os estudiosos focalizam o quanto é importante que todos reconheçam e assumam responsabilidades sociais mais amplas e visualizem a utilidade de um trabalho cada vez mais em equipe. Assim, “pode-se tentar entender esse comportamento mais precisamente como uma reação bruta às frustrações acumuladas que devem ser canalizadas e exploradas” (MALLETI; BENJAMIN, 1999, p. 293, tradução nossa).

No Brasil, Adam e Salles (2013) identificaram num estudo sobre o clima organizacional de duas escolas no interior do estado de São Paulo questões conflituosas que estão diretamente relacionadas às naturezas estrutural, interativa, interpessoal e comunicacional. Entre os problemas verificados está a suposição de que “os alunos

não estão interessados no que a escola tem a oferecer e resistem em aprender” (ADAM; SALLES, 2013, p.2327, tradução nossa). A baixa integração entre professores e entre escola e parentes também foi relatada como um eixo de tensão. O tema do desinteresse dos jovens é abordado por Fraga (2016a) em uma pesquisa realizada em uma instituição de ensino do município de Cataguases, na Zona da Mata de Minas Gerais. Sua investigação detectou uma “confusão de papéis” entre atores escolares, essencialmente na convivência entre o colégio e parentes do aluno. Assim, “a família atribui muitas vezes responsabilidades aos educadores em que acreditam não ser deles” (FRAGA, 2016a, p.41). Já Cardoso, Gomes e Santana (2013, p.695) mostraram por meio de um estudo comparativo entre Brasil, Portugal e França, como algumas experiências de intervenção policial em colégios brasileiros não eliminaram a “ambiguidade matricial de temor da polícia” e acabaram surtindo efeito contrário principalmente entre os estudantes, com maiores sentimentos de medo e de insegurança.

Práticas discursivas do policiamento escolar

Alguns trechos dos depoimentos dos cinco policiais militares entrevistados mostram como descortinar as práticas discursivas desses agentes é fundamental para compreendermos mais amplamente as dimensões das questões debatidas teoricamente. Como método optamos também por preservar os nomes dos militares e, assim, usaremos denominações fictícias. O roteiro de entrevista foi pensado e elaborado a partir da literatura e, portanto, buscou contemplar os aspectos mais mencionados e tidos como relevantes. Ressalta-se, ainda, que todos os entrevistados situam-se em patentes dos chamados “praças” na instituição militar. Em outra etapa vamos conversar com “oficiais” que atuam no planejamento das políticas de ação.

A primeira interrogação vai de encontro ao problema chave dessa pesquisa: por que a polícia na escola? Com o discurso institucional próprio da corporação, os entrevistados ressaltaram expressões, como “parceria”, “referência”, “convivência harmoniosa”, “desfazer o paradigma punitivo”, “segurança subjetiva” e “prevenção” para justificarem o policiamento escolar. Há 12 anos na Polícia Militar e há sete meses atuando no projeto de Patrulha Escolar, o cabo Linus situa o trabalho como interligado à filosofia de polícia comunitária: “é difundida e a gente pratica dia a dia; então, a Polícia Militar na escola é prevenção, é

parceria, é ajuda na solução de conflitos, a Polícia Militar na escola é tão importante quanto outros órgãos.” Para o cabo Aquiles, com 14 anos de serviços prestados, sendo três deles no Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD), é também “uma forma de a polícia melhorar a imagem dela junto à comunidade escolar e ao público escolar”. Ele menciona, ainda, o que chamou de “rivalidade histórica” entre as áreas da educação e da segurança, no sentido de que alguns atores escolares olham para a polícia como instituição repressora que nada teria a ver com o ambiente pedagógico.

Na percepção dos policiais sobre a formação conceitual da violência escolar, notamos que os agentes já se enxergam como “educadores”, “agentes de transformação social” diante de um problema que reconhecem ser maior, para além dos muros das escolas, ou seja, um “fenômeno social” agravado pelo enfraquecimento de princípios e de valores da sociedade e das instituições responsáveis de alguma forma pela educação. Dois dos entrevistados admitem também as dificuldades na definição do conceito. Considerado um dos mais experientes, o sargento Perseus, há 22 anos na PM, há 10 atua em diversas iniciativas. Somente na área central de Juiz de Fora/MG, ele trabalha com 37 colégios. Para o sargento, “a violência escolar é meio difícil de definir, porque, infelizmente, é uma coisa que vem do seio familiar; para mim, tudo começa em casa, os exemplos, que acabam aparecendo mesmo no meio escolar ali; o que você vivencia em casa, acaba replicando no ambiente escolar ou mesmo no ambiente social.” Já o cabo Zeus, com 14 anos de serviços prestados à polícia, em processo de estágio para atuação no PROERD identifica que

esse conceito é meio que uma pegadinha (risos)...é fato de que existe violência dentro do contexto escolar; hoje em dia eu percebo como pai, como policial e também como sociólogo que a questão principal que norteia isso tudo é o bullying. O bullying dentro do ambiente escolar é preponderante, tem papel influenciador total nesta questão de violência. A gente como educador, como agente de transformação social precisa voltar a atenção para o bullying dentro da escola.

Para a policial feminina, sargento Atena, há 11 anos na instituição e nos últimos dois no PROERD, a questão da “falta de valores” é preponderante. “Lidando diretamente com as crianças, percebo que muitos dos valores que elas teriam que adquirir em casa, vão para escola sem e ali dentro da escola é o único local que elas

têm um pouco de limite.” O cabo Linus caracteriza a violência escolar como “um fenômeno social que acontece; existe violência em todas as áreas, como existe a violência na escola, porque ali estão atores de bairros, são filhos, são professores, são educadores, são pessoas que trabalham naquela situação que nós chamamos de comunidade escolar.” O cabo Aquiles acrescenta que essa mensuração pode ser relacionada, especialmente, com toda atitude que “viola os direitos do aluno no ambiente escolar”, não se limitando apenas à violência física.

O problema do *bullying*, associado ao *ciberbullying*, citado pelo cabo Zeus, aparece nos demais depoimentos na pergunta que procura saber quais são os principais motivadores das violências nos espaços educacionais. Junto com o tráfico de drogas e a violência sexual, o (ciber)*bullying* ganha destaque nas práticas discursivas que acabam por revelar, então, aspectos voltados às relações de poder e de hierarquia na escala de convivência entre os jovens e seus pares. O cabo Linus classifica o *bullying* como um fenômeno “atuante” que “faz com que as crianças briguem”. Ele alerta, no entanto, “que a briga hoje é um pouco diferente”. Uma criança de uma “comunidade às vezes menos favorecida” que vivencia “a violência o tempo todo” vai acabar levando essa agressividade “para dentro da escola”. Para o policial, “às vezes, uma brincadeira de um coleguinha ou outro não é tolerada como há 10, 20, 30 anos atrás e acontecem essas brigas com utilização de faca, de arma de fogo.” Nesse sentido, Linus reitera que estamos frente a um “problema de Segurança Pública”, pois o estudante leva “o problema lá dele, lá do bairro dele para dentro da escola, aí problematiza e piora essa situação.” O cabo Aquiles desperta a preocupação da violência entre aluno e professor e vice e versa e revela ter presenciado, inclusive, práticas de discriminação racial por aquele que, na relação, detém a posição de maior autoridade. Como violência “mais típica” aponta ações, como “aluno jogar uma carteira contra o professor” ou “passar as mãos nas partes íntimas da professora”, “ameaçar a professora.”

A declaração de Linus corrobora com a definição de que esses problemas escolares, de fato, assumiram caráter de segurança pública. Ao ser perguntado sobre o porquê dessa transição da esfera pedagógica para a de segurança, o cabo Zeus reforça outra vertente bastante debatida na teoria. A de que o corpo docente atualmente não consegue mais sozinho dar conta dos problemas que envolvem as relações entre a comunidade escolar. Na opinião de Zeus, “os professores hoje são

heróis que, de uma maneira muito precária, têm que lidar com a situação da violência.” O policial destaca, assim, as dificuldades enfrentadas em “ambientes hostis, de grande violência” e qualifica os profissionais da educação como “mártires, porque você não tem nenhuma condição; o policial ainda vai de uma certa maneira armado, mesmo que de uma maneira superficial, pelo menos tem como se defender; os professores não.”

O cabo Aquiles é enfático na afirmação de que a violência evoluiu e que a família já não tem muito mais controle sobre crianças e adolescentes. Com a mudança de conduta dos jovens, muitas vezes influenciados pela abertura maior de informações proporcionadas atualmente pela mídia, os professores “não têm tanta autoridade como antigamente sobre o aluno.” Aquiles revela que vê muitos alunos se rebelarem contra os docentes. Ele conta que trabalha em escolas de comunidades carentes, “onde familiares normalmente já estão envolvidos com essa questão da criminalidade, de conflitos. Então, quando a diretora chama o pai e a mãe para relatar sobre uma determinada conduta do aluno e eles, com afã de defender o filho, agridem, ameaçam a professora, aí tem que chamar a polícia.”

Outra questão estratégica para a pesquisa é a que provoca o agente público a dizer qual é o seu papel nesse cenário. Todos se reconhecem inicialmente como atores de prevenção. O cabo Zeus acredita no “papel muito direcionado a levar a experiência do policial” no sentido de complementar o trabalho docente, sendo até mesmo “mais convincente do que somente a professora estar falando”. Já o sargento Perseus ressalta que o objetivo é ser amigo da comunidade escolar “e não a fase repressora, aquela ideia de que a polícia tá ali para resolver problemas; nós estamos ali para ajudar a resolver os problemas.” Para a sargento Atena, o papel é de mediação: “eu procuro saber o histórico do aluno, chamo o aluno para conversar e vejo, realmente, será que o aluno está passando por algum problema em casa? Como que é a casa desse aluno?” Na perspectiva do cabo Linus, a palavra da Lei é um fator que demarca a atuação policial: “quando se atua na escola e se depara com problema de Segurança Pública, nada mais do que a aplicação da Lei nestes tipos de problema quando é necessário, lembrando bem, que eu vou falar muito aqui, sobre a palavra prevenção.”

Já o cabo Aquiles sublinha que alguns setores da polícia não concordam com esse tipo de atuação, por entenderem que não é atribuição da corporação realizar esse serviço. Mesmo diante dos conflitos internos, ele fortalece o discurso do “policial

pedagogo” que atua “na fase na qual a criança está formando a sua identidade”. Aquiles acredita no potencial de “mudar a realidade de uma família inteira”, situando-a em “um contexto de uma sociedade mais organizada.” Assim, vê o seu papel como alguém que pode contribuir para ensinar a disciplina, as regras e as consequências das violações destas. “Quando há uma situação que foge ao controle, pedimos apoio a outros policiais, pois não atuamos de maneira repressiva”, destaca o policial ao defender que cada segmento na polícia tem o seu papel e que estes não devem se misturar, principalmente no interior das salas de aula.

Os critérios para qualificar uma atitude como violenta ou apenas de mau comportamento no contexto escolar são também preocupações presentes na literatura da área. Como vimos, a maneira como é empregada a autoridade, em uma relação vertical de poder, tem interferência direta na formação do clima escolar e da vida do próprio estudante. O sargento Perseus admite que é “melindroso” fazer a distinção entre um ato violento e uma incivildade. Ele enfatiza que “fica até difícil pontuar, identificar cada fato desse aí; contudo, a gente trabalha muito com informações, orientações, serviço de inteligência também e o conhecimento”. Sendo assim, complementa o policial, “a partir do momento que a polícia tá ali presente na escola você passa a conhecer aquele aluno que está passando por algum problema familiar, ou aquele que realmente converteu para o lado criminoso, que está ali só para causar problemas.” O cabo Aquiles também apoia-se na assertiva de uma “difícil” tarefa. Para exemplificar, ele traz novamente à pauta o *bullying* como atitude que “tende mais para uma incivildade”, embora possa levar a uma “conduta criminal.” Ele explica que, dependendo do nível da violência ou da situação, faz uso do seu “conhecimento jurídico” para agir.

O cabo Zeus ancora-se na “questão da legalidade” para definir o que seria um comportamento que caracteriza um “ilícito penal”. Para ele, o “policial educador”, pautado pela Lei, saberá fazer bem a distinção. Já o cabo Linus aponta a necessidade de se conhecer o que Foucault (2015) chamou de “estatuto do indivíduo”. Segundo o policial, “quando vê esse tipo de situação, a gente procura ver o tipo de aluno; quem é esse aluno? de onde ele veio? onde ele mora? qual é a atitude anterior dele? qual a atitude atual? Ele sempre foi assim? mudou? será que alguma coisa tá acontecendo?” A sargento Atena assinala que a condição social do aluno pode interferir no comportamento e que o policial,

juntamente com uma rede de esforços do corpo escolar, deve ter o interesse de conhecer a fundo a vida do jovem dentro e fora da instituição educacional. “A criança tá ali tendo um desvio até de moralidade talvez; ela não sabe o que é certo e o que é errado, ela não sabe para onde seguir, precisa até de um acompanhamento psicológico; às vezes, é até muito difícil conseguir isso, a escola trabalhar com isso; isso é função dos pais.” De acordo com a sargento, é fundamental, então, “ver o que está acontecendo; agora, a partir do momento que pode ser uma indisciplina que culminou em uma violência.”

A tese de que a presença do policial na escola pode ser um fator de criminalização do comportamento estudantil, especialmente nos cenários nos quais são adotadas políticas de tolerância zero, foi rejeitada pelos policiais, exceto o cabo Aquiles. Para este agente, “depende”. Eke sugere que vai “variar muito da formação moral e acadêmica” do policial e que, portanto, não são todos que estão aptos a trabalharem no ambiente escolar”. Outro ponto importante mencionado por Aquiles é a proposta de militarização das escolas que, na opinião dele, “não vai funcionar”, porque os alunos, nos contextos nos quais vivem as suas diferentes realidades, terão dificuldades para aceitar, entender, interpretar e respeitar regras impostas desta forma. Então, ele pontua, mais uma vez, a relevância do aspecto pedagógico do policial e que o fator confiança entre os atores sociais é fundamental. Sendo assim, Aquiles lembra que “a sociedade já tem uma visão muito ruim do policial” e que “isso se legitima, através das ações da polícia [...] então, vai depender da forma como eu vou interagir com as pessoas [...] é tentar mostrar ao aluno que você pode ser amigo, fazê-lo entender que está errado sem ser repressivo.”

Para o cabo Linus, trata-se de uma questão cultural e que é variável de acordo com cada país. Ele enfatiza que há um esforço da polícia para mudar a visão social de corporação repressora e reconhece que, nessa dinâmica de relações, existem ainda resistências por parte de pessoas do corpo escolar. “Existe a resistência de alguns diretores ou, às vezes, alguns professores e isso vai variar da experiência de vida deles com a instituição, porque às vezes é um professor, diretor, com mestrado, doutorado e tem uma visão tranquila com relação à instituição ou não.” O sargento Perseus fala em “visões”, “teses” que dependem do lugar. Ele argumenta que a proximidade e a reciprocidade que estabeleceu com a comunidade escolar ao longo dos anos o posiciona hoje como “amigo da escola” e que é até mesmo é

convidado “para formaturas particulares, não formatura da escola, o aluno tá formando me convida para festa de aniversário de 15 anos, aniversários, batizados, sou padrinho de ex-alunos meus da escola.” Verificamos como as afirmações chamam a atenção para as possíveis conexões com o debate teórico apontado neste artigo. “Jogos de relações”, “espaços de exterioridades”, “formas de coexistência”, “correlações” e “esquemas de dependência” em campos de presença como pensou Foucault (2007) podem ser observados nos discursos desses atores. Da mesma forma, as expressões evidenciam os dilemas conceituais e sociais que qualificam a violência escolar como um processo de construção social.

Considerações Finais

Algumas das evidências teóricas e práticas sobre violência escolar e a intervenção policial mostram que ainda há muito a fazer em termos de pesquisa na área. A observação e a análise crítica das relações e das práticas discursivas e não discursivas entre os atores sociais envolvidos são uma necessidade cada vez mais urgente para que possamos avançar na implementação de políticas públicas com potencial de melhorar a qualidade estrutural, institucional e relacional. O reconhecimento de que estamos lidando com relações com dinâmicas de poder, força e interesses, mediadas por mecanismos e dispositivos de segurança e de controle, de construções de “verdades” que procuram estabelecer normas de condutas ou comportamentos é da mesma forma fundamental. Neste artigo a revisão de literatura e os depoimentos dos policiais entrevistados reforçam o tom dos desafios de compreensão e de possíveis interpretações para a pergunta “por que a polícia na escola?”. As primeiras impressões obtidas com a pesquisa empírica e as interligações estabelecidas com a teoria nos convidam a seguir em frente com o trabalho de campo que pode nos levar a conhecer outras práticas discursivas e produções de “verdades”. Nossa intenção, agora, é a de registrar os discursos na observação presencial das interações entre os policiais e os demais atores da comunidade escolar.

Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, Miriam (coord). **Cotidiano das escolas: entre violências**. Brasília : UNESCO, Observatório de Violência, Ministério da Educação, 404 p, 2005.
- ABRAMOVAY, Miriam (coord). **Conversando sobre violência e convivência nas escolas**. Rio de Janeiro: FLACSO – Brasil, OEI, MEC, 2012.

Violência escolar e intervenção policial

- ADAM, J. M.; SALLES, L. M. "School organization climate and violence in the school: case study of two Brazilian schools". *Procedia – Social and Behavioral Sciences*, 106, 2323–2332, 2013.
- BARNA, Iuliana; BARNA, Octavian. "The effectiveness of school-based violence prevention programs for reducing aggressive behaviour". *Procedia – Social and Behavioral Sciences*, 137, 88 –9 2 , 2014.
- BARROSO, João. **Ordem disciplinar e organização pedagógica**. In: CORREIA, José Alberto; MATOS, Manuel (orgs). **Violência e violências da e na escola**. Edições Afrontamento, coleção Caleidoscópio/1, 2003.
- BLAYA, Catherine. **Elementos de reflexão a partir do comparativismo europeu**. In: DEBARBIEUX, Éric et al. **Desafios e Alternativas: violência nas escolas**. Anais do Seminário Internacional de Violência nas Escolas, Brasília: UNESCO, 2003.
- BRADY, Kevin P.; BALMER, Sharon; PHENIX, Deinya. "School–Police Partnership Effectiveness in Urban Schools An Analysis of New York City's Impact Schools Initiative". *Education and Urban Society*, Vol.39, N. 4, 455–478, 2007.
- BROWN, Ben. "Understanding and assessing school police officers: A conceptual and methodological comment". *Journal of Criminal Justice* 34, 591–604, 2006.
- CARDOSO, João Casqueira; GOMES, Candido Alberto; SANTANA, Edna Ugolini. "Escola e polícia em três países: vinho novo em odres velhos ou a crise das instituições". *Ensaio: aval. Pol. publ. Educ.*, Rio de Janeiro, v21, n.81, p–685–710, 2013.
- CHARLOT, Bernard. "A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão." *Sociologias*, Porto Alegre, ano 4, n8, p.432–443, 2002.
- CHARLOT, Bernard. "A pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas: especificidades e desafios de uma área de saber". *Revista Brasileira de Educação*, v.11, n.31, 2006.
- CHRISPINO, Alvaro; CHRISPINO, Raquel S.P. "A judicialização das relações escolares e a responsabilidade civil dos educadores". *Ensaio: aval. Pol. publ. Educ.*, Rio de Janeiro, v16, n.58, p–9– 30, 2008.
- COON, Julie Kiernan; TRAVIS, Lawrence F. "The role of police in public schools: a comparison of principal and police reports of activities in schools". *Police Practice and Research* Vol.13, No. 1, 15– 30, 2012.
- CRAWFORD, Charles; BURNS, Ronald. "Preventing school violence: assessing armed guardians, school policy, and context". *Policing: An International Journal of Police Strategies & Management* N.38 N.4, pp. 631–647, 2015.
- DEBARBIEUX, Éric. "A violência na escola francesa: 30 anos de construção social do objeto (1967– 1997)". *Educação e Pesquisa*, v.27, n.1, p.163–193, 2001.
- DEBARBIEUX, Eric. ""**Violência nas escolas**"" : divergências sobre palavras e um desafio político. In: DEBARBIEUX, Eric; BLAYA, Catherine (orgs). **Violência nas Escolas e Políticas Públicas**. Brasília : UNESCO, 2002.
- DUBET, François. "O que é uma escola justa?". *Cadernos de Pesquisa*, v.34, n.123, p.539–555, 2004.
- DUBET, François. "A escola e a exclusão". *Cadernos de Pesquisa*, n.119, 2003.

Violência escolar e intervenção policial

EISENBRAUN, Kristin D. "Violence in schools: Prevalence, prediction, and prevention". *Aggression and Violent Behavior*, 12, 459–469, 2007.

FISHER, Rosa Maria Bueno. "Foucault e a análise do discurso em educação." *Cadernos de Pesquisa*, n.114, p. 197–223, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A Sociedade Punitiva**: curso no Collège de France (1972–1973): tradução Ivone C. Benedetti – São Paulo: Martins Fontes, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975–1976): tradução Maria Ermantina Galvão – São Paulo: Martins Fontes, Quarta Edição, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**: Curso dado no Collège de France (1978–1979): tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. Trad. Eduardo Brandão. SP: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. **Os Anormais**: Curso dado no Collège de France (1974–1975): tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia dos saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, sétima edição, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalheite. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRAGA, Paulo Cesar Pontes (org). **A escola, as drogas e a violência**: experiência e representação. 1 Ed – Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016a.

FRAGA, Paulo Cesar Pontes (org). **Violência na Escola**: são possíveis ações de prevenção? Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016b.

GRAHAM, Linda J. "The Product of Text and 'Other' Statements: Discourse analysis and the critical use of Foucault". *Educational Philosophy and Theory*, 43:6, 663–674, 2010.

JUNOVEN, Jaana. "School Violence: prevalence, fears, and prevention." *RAND Issue Papers*, 2001.

KIMMEL, Alain. "Violence in School: A Tenacious Abscess." *European Education*, vol. 32, no. 1, pp. 44–47, 2000.

MALLET, Pascal; BENJAMIN, Paty. "How French counsellors treat school violence: An adult-centered approach." *International Journal for the Advancement of Counselling*, 21: 279–300, 1999.

MALLET, Christopher A. "The School-to-Prison Pipeline: A Critical Review of the Punitive Paradigm Shift". *Child Adolesc Soc Work J*, 33:15–24, 2016.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MERKWAE, Amanda. "Schooling the Police: Race, Disability, and the Conduct of School Resource Officers." *Michigan Journal of Race and Law*, 147, 2015.]

OLIVEIRA, Windson Jeferson Mendes de. **A policialização da violência em meio escolar**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008.

Violência escolar e intervenção policial

OSLER, Audrey; STARKEY, Hugh. "Violence in schools and representations of young people: a critique of government policies in France and England". *Oxford Review of Education*, Vol. 31, No.2, pp. 195–215, 2005.

ORTEGA, Rosario. **Programas educacionais de prevenção da violência escolar na Espanha: o modelo Sevilha Antiviolença Escolar (SAVE)**. In: DEBARBIEUX, Eric; BLAYA, Catherine (orgs). **Violência nas Escolas e Políticas Públicas**. Brasília : UNESCO, 2002.

PAIN, Jacques. **Os desafios da escola em face da violência e da globalização: submeter-se ou resistir?** In: SILVA, Joyce Mary Adam de Paula e; SALLES, Leila Maria Ferreira (orgs). **Jovens, violência e escola: um desafio contemporâneo**— São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

PEREIRA, Ana Carina Stelko-; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. "Reflexões sobre o conceito de violência escolar e a busca por uma definição abrangente". *Temas em Psicologia*, Vol.18, no1, 45–55, 2010.

PETROSINO, Anthony; GUCKENBURG, Sarah; FRONIUS, Trevor. "'Policing Schools' Strategies: a review of evaluation evidence." *Journal of Multidisciplinary Evaluation*, v.8, n.17, 2012.

ROCHEX, Jean Yves. **Pistas para uma desconstrução do tema <a violência na escola>**. In: CORREIA, José Alberto; MATOS, Manuel (orgs). **Violência e violências da e na escola**. Edições Afrontamento, coleção Caleidoscópio/1, 2003.

SCHAUGHNESSY, Julie. "The challenge for English schools in responding to current debates on behaviour and violence". *Pastoral Care in Education*, V.30, N.2, pp. 87–97, 2012.

SCHLOSSER, Michel D. "Multiple Roles and potential Role Conflict of a School Resource Officer: A case study of the Midwest Police Department's School Resource Officer Program in the United States". *International Journal of Criminal Justice Sciences*, Vol9, Issue 1, 2014.

SILVA, Joyce Mary Adam de Paula e; SALLES, Leila Maria Ferreira. "A violência na escola: abordagens teóricas e propostas de prevenção". *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. especial 2, p. 217–232, 2010.

SKIBA, Russell J; PETERSON, Reece L. "School discipline at a crossroads: from zero tolerance to early response". *Exceptional Children*, V.66, N.3, 335–347, 2000.

SPOSITO, Marília Pontes. "Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil".

Educação e Pesquisa, São Paulo, v.27, n.1, p. 87–103, 2001.

THERIOT, Matthew T. "School resource officers and the criminalization of student behavior". *Journal of Criminal Justice*, 37, p. 280–287, 2009.

THERIOT, Matthew T; CUELLAR, Matthew J. "School resource officers and students' rights". *Contemporary Justice Review*, p.1–17, 2016.

TRINDADE, Rui. **A escola como um espaço de afirmação da cidadania: contributo para um debate sobre a violência da e nas escolas**. In: CORREIA, José Alberto; MATOS, Manuel (orgs). **Violência e violências da e na escola**. Edições Afrontamento, coleção Caleidoscópio/1, 2003.

WEILER, Spencer C.; CRAY, Martha. "Police at School: a brief history and current status of School Resource Officers". *The Clearing House*, 84: 160–163, 2011.

Violência escolar e intervenção policial

ZANTEN, Agnès van. "Cultura da rua ou cultura da escola?" *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.26, n.1, p.23-52, 2000.

DECISÕES SOCIOECONÔMICAS: UMA REVISÃO DA LITERATURA ACERCA DOS DETERMINANTES SOCIAIS NA LOCALIZAÇÃO DO INVESTIMENTO ECONÔMICO

Lucas Lemos Walmrath¹

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo principal discutir a literatura teórica e empírica acerca das decisões econômicas de agentes econômicos partindo do arcabouço teórico-analítico da Nova Sociologia Econômica (NSE). Como objetivo específico, visa discutir o processo de tomada de decisão locacional de investimentos econômicos enquanto fenômenos condicionados socialmente. O objeto específico escolhido para ilustrar empiricamente esta discussão é a decisão de investimento locacional de firmas pertencentes a indústria automobilística. O método empregado consiste na revisão da literatura acerca da tomada de decisão econômica, em específico a decisão locacional dos investimentos, considerando as contribuições advindas da Sociologia Econômica, da Geografia Econômica e da Economia. Os resultados preliminares apontam 1) um aparente gap teórico-analítico na literatura advinda da Economia; subsequentemente, aponta a necessidade de aportes mais realistas que os empregados até então, com contribuições possíveis nos estudos da Sociologia e da Geografia econômica; 2) apesar do potencial explicativo, detecta certa carência de estudos da Sociologia Econômica.

Palavras-chave: Sociologia Econômica; Decisão econômica; Decisão de investimento; Condicionantes sociais; Indústria automotiva

Socioeconomic decisions: a literature review about the social determinants regarding the economic investment locations

Abstract

The primary goal of this paper is to discuss the theoretical and empirical literature about the economic decisions of economic agents from the theoretical-analytical framework found in the New Economic Sociology (NES). More specifically, it aims to discuss the locational decision-making process as a socially determined phenomena. The specific object chosen to empirically illustrate this discussion is the investment decision in firms belonging to the auto industry. Methodologically, it consists in a literature review about the economic decision making, in particular the locational decision of the investments, reviewing studies from the Economic Sociology, the Economic Geography and the Economics. Preliminary results indicate 1) an apparent theoretical-analytical gap in the literature from Economics; therefore, reveals the need for more realistic contributions than those hitherto employed, with possible contributions in

¹ Bolsista CNPq no Mestrado em Sociologia (com ênfase em Antropologia) pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da UFRJ. Membro-pesquisador do núcleo de pesquisas Desenvolvimento, Trabalho e Ambiente (DTA) vinculado ao IFCS-UFRJ. O autor agradece a todos os professores e colegas que elaboraram críticas e sugestões em versões anteriores deste trabalho, incluindo os pareceristas anônimos da Revista CSOnline e especialmente a seu orientador, Prof. Dr. Rodrigo Salles Pereira dos Santos (PPGSA-IFCS-UFRJ). E-mail: lucaswalmrath@ufrj.br

studies of sociology and economic geography; 2) despite its explanatory potential, a certain lack of studies in Economic Sociology was found.

Keywords: Economic Sociology; Economic decisions; Investment decision; Social conditioning; Auto industry

Introdução

Como agentes econômicos tomam decisões de investimento? Quais as variáveis devem ser consideradas para se analisar tais decisões? Qual o impacto de agentes “não econômicos” em investimentos? Considerando um tipo de investimento em específico, o investimento em novas unidades fabris realizado por corporações transnacionais (CTNs), o que se sabe acerca da decisão de investimento, especialmente no que diz respeito a localização geográfica destes investimentos?

O presente trabalho tem como objetivo principal discutir a literatura teórica e empírica acerca das decisões econômicas de agentes econômicos partindo do arcabouço teórico-analítico da Nova Sociologia Econômica (NSE). Como objetivo específico, visa discutir o processo de tomada de decisão locacional de investimentos econômicos condicionados socialmente por agentes não voltados primariamente para atividades econômicas, mas em ampla relação com estas. Entre estes, por exemplo, constam entes da esfera estatal, associações empresariais, sindicatos e movimentos sociais. Portanto, o método empregado consiste na revisão da literatura acerca da tomada de decisão econômica, em específico a decisão locacional dos investimentos, considerando as contribuições advindas da Economia, da Sociologia Econômica e da Geografia Econômica disponíveis em artigos, livros e *handbooks/textbooks* selecionados.

O trabalho se divide em duas partes: uma com estudos teórico-analíticos e outra com estudos empíricos sobre a tomada de decisão de investimento locacional na indústria automobilística. Os textos reunidos serão apresentados na seguinte ordem: Economia, Sociologia Econômica e, por fim, pela Geografia Econômica. Este ordenamento é evidentemente arbitrário. No entanto, foi escolhido para se partir das contribuições mais abstratas e gerais, comumente encontradas na Economia, para, em sequência, abarcar estudos que adicionem demais “camadas” explicativas ao ponto de partida. Se no âmbito da Economia a decisão de investimento por vezes é assumida dedutivamente enquanto um comportamento econômico racional, a Sociologia Econômica trata de chamar atenção para o fato de que a esfera econômica está sempre enraizada em relações sociais concretas

(GRANOVETTER, 2007), ao passo que a Geografia Econômica contribui ao espacializar todo este debate. Por fim, a última parte do texto apresenta considerações gerais sobre os textos compilados a partir de uma perspectiva da Nova Sociologia Econômica.

Contribuições teóricas

Economia

Um ponto de partida natural para as perguntas deste trabalho são as formulações teóricas advindas da Economia². Uma das preocupações centrais dos anos 1920 e 1930, o investimento, seja por parte das firmas privadas ou pelo Estado, tornou-se objeto de estudo de notórios economistas como John Maynard Keynes e Michal Kalecki. Na citação a seguir encontramos uma síntese dos dois autores em contraste com as proposições neoclássicas:

Na década de 1930, John Maynard Keynes e Michal Kalecki apresentaram independentemente teorias do comportamento da firma que enfatizavam **a demanda efetiva e as condições financeiras como determinantes primários do investimento**. Essa teoria foi estendida por James Duesenberry (1958), John Meyer e Edwin Kuh (1957), Hyman Minsky (1975), Josef Steindl (1976) e outros. **Difere da teoria neoclássica da acumulação ótima de capital, na qual o investimento é modelado como o ajuste de um agregado de capital a um nível ótimo, assumindo funções de maximização do lucro, concorrência perfeita e produção neoclássica bem comportadas**. Em vez disso, em Keynes e Kalecki o investimento em capital fixo depende principalmente das expectativas de demanda de uma empresa em relação à sua capacidade existente e sua capacidade de gerar financiamento de investimento por meio de fluxo de caixa interno e financiamento por dívida externa. (FAZZARI; MOTT, 1986, p. 171, grifo meu)³

Apesar de ressaltar os aspectos econômicos da decisão de investimento, Keynes também considerava fatores de ordem

² No entanto, muito da literatura pesquisada não versa diretamente para o objeto em questão: muitas das vezes discute-se a decisão de investimento em ativos financeiros, seja por firmas ou por indivíduos.

³ No original: "In the 1930s, John Maynard Keynes and Michal Kalecki independently presented theories of firm behavior that emphasized effective demand and financial conditions as primary determinants of investment. This theory has been extended by James Duesenberry (1958), John Meyer and Edwin Kuh (1957), Hyman Minsky (1975), Josef Steindl (1976), and others. It differs from the neoclassical theory of optimal capital accumulation, in which investment is modeled as the adjustment of a capital aggregate to an optimal level, assuming profit-maximization, perfect competition, and well-behaved neoclassical production functions. Rather, in Keynes and Kalecki, investment in fixed capital primarily depends on a firm's demand expectations relative to its existing capacity and its ability to generate investment funding through internal cash flow and external debt financing."

psicológica-individual para os compreender: “A mentalidade psicológica do tomador de decisão desempenha um papel crucial na formação de capital” (ANDERSON; GOLDSMITH, 1997, p. 548)⁴.

No entanto, a ênfase na explicação do investimento como cálculo racional de maximização a partir da firma caracterizou o desenvolvimento teórico econômico desde então:

As teorias neoclássicas modernas (Jorgenson, 1967; Jorgenson e Stephenson, 1967) enfatizam que os empreendedores calculam um estoque de capital ideal que maximizará o valor presente da empresa. O investimento, então, é simplesmente o caminho para esse nível ótimo. (ANDERSON; GOLDSMITH, 1997, p. 548)⁵.

Tais concepções, por exemplo, são as mesmas encontradas nos disseminados manuais de Economia. Para Barron, Ewing e Lynch (2006, p. 18)⁶, as firmas objetivam “maximizar lucros. No entanto, a empresa está limitada por precisar financiar compras de capital e equipamentos, bem como pagar a seus trabalhadores”. Para Abel, Bernanke e Croushore (2008, p. 143) o investimento das firmas faz parte, em termos macroeconômicos, do cômputo geral dos gastos em uma dada economia. Em suma,

Como decisões de consumo e economia, **a decisão sobre quanto investir depende em grande parte das expectativas sobre o futuro da economia**. O investimento também compartilha em comum com a poupança e o consumo a ideia de um *trade-off* entre o presente e o futuro. Ao fazer um investimento de capital, uma empresa compromete seus recursos atuais (que poderiam ser usados, por exemplo, para pagar maiores dividendos aos acionistas) para aumentar sua capacidade de produzir e obter lucros no futuro. [...] Investimento bruto é o gasto em novos bens de capital. O investimento bruto menos a depreciação (capital desgastado ou sucateado) é igual ao investimento líquido ou à mudança no estoque de capital. As empresas investem para atingir o nível desejado de estoque de capital; quando o estoque de capital desejado aumenta, as empresas investem mais (ABEL; BERNANKE; CROUSHORE, 2008, p. 143–164, grifo meu)⁷

4 No original: “the psychological mind-set of the decision-maker plays a crucial role in capital formation.”

5 No original: “Modern neoclassical theories (Jorgenson, 1967; Jorgenson and Stephenson, 1967) emphasize that entrepreneurs calculate an optimal capital stock that will maximize the present value of the firm. Investment, then, is simply the path to this optimal level.”

6 No original: “[...] maximize profits. However, the firm is constrained in that it must finance purchases of capital and equipment as well as pay its workers.”

7 No original: “Like consumption and saving decisions, the decision about how much to invest depends largely on expectations about the economy’s future. Investment also shares in common with saving and consumption the idea of a trade-off between the present and the future. In making a capital investment, a firm commits its current resources (which could otherwise be used, for example, to pay increased dividends to shareholders) to increasing its capacity to produce and

Deixando de lado as formulações teóricas econômicas acerca dos interesses mais gerais que motivam o investimento do ponto de vista da firma, um bom resumo sobre a decisão de investimento a partir da literatura econômica, em específico sobre os investimentos estrangeiros diretos (IED), é providenciado por Stephan Dreyhaupt (2006). O autor discute duas tradições teóricas: a Neoclássica e a Nova Economia Institucional (NEI). Ressaltando que não há uma “teoria geral”⁸ sobre o assunto, Dreyhaupt discorre sobre abordagens teóricas baseadas nas premissas de mercados perfeitos e imperfeitos.

As teorias de mercado perfeito previam inicialmente que fluxos de capital destinavam-se sempre a locações com *maiores taxas de retorno de capital* (DREYHAUPT, 2006, p. 22). Em conexão com esta abordagem, teorias de diversificação de portfólio adicionaram a dimensão do *risco* nos investimentos. Assim sendo, os IED realizados por firmas seriam motivados tanto por expectativas de lucro quanto por uma busca intencional pela diminuição nos riscos ao se investir mundo afora (2006, p. 22).

Numa abordagem mais realista, calcada na premissa de mercados imperfeitos, o autor destaca a teoria de Stephen Hymer (1960). Esta apontava que as “estruturas de mercado e as vantagens que algumas empresas obtêm da competição imperfeita por bens e fatores são a fonte real dos fluxos de IEDs” (DREYHAUPT, 2006, p. 26)⁹. Nesta toada, o autor também destaca as contribuições de Hood e Young (1979), que apontavam custos de mão de obra, fatores de *marketing*, barreiras ao comércio e políticas governamentais dentre os condicionantes locais dos IEDs (2006, p. 30). Além destas, a Teoria da Internalização de Peter Buckley e Mark Casson (1976), influenciada por Coase (1937) e Williamson (1971; 1975), oferecia explicações na linha dos custos de transação. Sinteticamente, a decisão de uma firma investir em outro país se daria pela maior eficiência a ser obtida na fabricação no local escolhido (2006, p. 30–32).

Quanto a abordagem da NEI, Dreyhaupt (2006, p. 75) argumenta que fatores institucionais (e.g., a abertura, transparência e a estabilidade política em um dado país) importam tanto do ponto

earn profits in the future. [...] Gross investment is spending on new capital goods. Gross investment minus depreciation (worn-out or scrapped capital) equals net investment, or the change in the capital stock. Firms invest so as to achieve their desired level of capital stock; when the desired capital stock increases, firms invest more”

⁸ Como expresso no subcapítulo “The Elusive “General Theory” of Foreign Direct Investment”

⁹ No original: “market structures and the advantages that some firms derive from imperfect competition for goods and factors are the actual source of FDI flows”.

de vista das firmas em suas tomadas de decisão de investimento como também para governos que buscam atrair estes investimentos para suas fronteiras. No entanto, para as firmas a decisão de investimento “depends on the inter-related sets of ownership, locational, and internalization advantages” (DREYHAUPT, 2006, p. 82).

Sociologia Econômica

Se as decisões de investimento em uma abordagem econômica partem tipicamente da premissa que compreende as ações sociais (individuais ou organizacionais) como orientadas pela racionalidade de mercado na busca pela maximização de lucros e utilidade, abordagens advindas da Sociologia Econômica reivindicam a primazia das estruturas e das redes sociais, da cultura, das instituições e das construções sociais subjacentes a estas ações. No entanto, a maioria da literatura *teórica* da Sociologia Econômica parece não ter se debruçado extensamente sobre a questão do investimento econômico (BANDELJ, 2002). Ainda assim, a Sociologia Econômica apresenta referenciais teóricos gerais robustos, capazes de subsidiar um entendimento sociológico da presente questão.

Para Richard Whitley (1987, p. 126), defensor de uma Sociologia do comportamento das firmas, o debate econômico e da Administração sobre as firmas, além de muito diverso, falhava em considerar firmas como atores econômicos relevantes. Para o autor, em uma concepção nitidamente distinta da providenciada pelas proposições econômicas,

Em vez de reduzi-las a epifenômenos de processos de mercado ou conflitos de classe, as empresas precisam ser conceituadas como agentes econômicos interdependentes e semi-autônomos [...] como agentes coletivos cujas ações não são totalmente determinadas por fatores exógenos (WHITLEY, 1987, p. 126)¹⁰

e que fazem escolhas e decisões em ambientes caracterizados pela incerteza e pela competitividade. Visando entender o comportamento das firmas para além dos tradicionais estudos sobre as elites de negócios e as redes corporativas (1987, p. 142), Whitley conclui que “**diferentes racionalidades gerenciais** resultam

10 No original: “Rather than reducing them to epiphenomena of market processes or class conflicts, firms need to be conceptualized as interdependent, semi-autonomous economic agents. [...] as collective agents whose actions are not totally determined by exogenous factors”

em diferentes padrões de alocação e controle de recursos" (1987, p. 141, grifo meu).

Contribuições socioeconômicas mais recentes, como as de Jens Beckert (2013), apontam para um entendimento particular das decisões econômicas. Para o autor, advindo da tradição socioeconômica cultural e da avaliação, uma resposta padrão da Sociologia Econômica à questão do investimento, a partir de seu texto sobre contextos de decisões econômicas, seria a de que "as decisões estão ancoradas em estruturas sociais, especialmente instituições, redes e estruturas culturais." (BECKERT, 2013, p. 233)¹¹. No entanto, debatendo no âmago dos "microfundamentos da ação econômica"¹², o sociólogo defende, ao conduzir sua própria revisão de literatura acerca da questão, que as decisões econômicas, comumente assumidas como racionais, são, na verdade, ancoradas em *ficções* de expectativas acerca do futuro. Em sua abordagem ficcionalista sociológica, as decisões econômicas ocorrem em situações de incerteza, sendo o modo de operação dos atores o da imaginação. Assim, a tomada de decisão seria baseada em expectativas ficcionais (BECKERT, 2013, p. 223), ainda que esta conceituação "não implica negar o papel do cálculo e das macroestruturas sociais nos processos de tomada de decisão" (BECKERT, 2013, p. 233)¹³. Em suma, em uma proposição não-teleológica que enfatiza a contingência da vida social (BECKERT, 2013, p. 235), para Beckert (2013, p. 227) "Estratégias de negócios não podem ser entendidas como um cálculo racional de uma escolha ótima porque os contextos de ação são eles próprios constituídos pela interpretação da situação pelos atores."¹⁴.

Geografia Econômica

A questão da localização, evidentemente, sempre foi pertinente para os estudos geográficos. A dimensão espacial também é de grande interesse quando se busca discutir a decisão de investimento econômico, especialmente nos estudos pertencentes à Geografia Econômica. Um bom resumo das primeiras Teorias da Localização Geográfico-econômicas pode ser visto no trabalho de Jürgen Essletzbichler (2011). Reconhecendo que estas teorias

11 No original: "decisions are anchored in social structures, especially institutions, networks, and cultural frames"

12 No original: "microfoundations of economic action"

13 No original: "is not to imply negation of the role of calculation and social macrostructures in decision-making processes"

14 Business strategies cannot be understood as a rational calculation of an optimal choice because the contexts of action are themselves constituted by the actors' interpretation of the situation

não repercutiram significativamente no *mainstream* econômico, o autor resume os principais modelos teóricos cunhados desde o início do século XIX até 1940. Enfatizando a dimensão espacial da questão,

A teoria da localização, simplificando, preocupa-se com duas características da vida econômica: **distância e área**. Ele examina como os custos de transporte, o custo da superação da distância, afetam o preço dos produtos e a localização das instalações de produção, por um lado, e a extensão geográfica dos mercados, por outro [...] os teóricos da localização reconheceram a importância da contingência e da evolução histórica. para entender os padrões de localização realmente existentes.. (ESSLETZBICHLER, 2011, p. 23–24, grifo meu)¹⁵

Décadas mais tarde, em um importante estudo dos anos 1960, Estall e Buchanan (1976, p. 17) argumentam que a decisão de locacional investimento “é normalmente uma decisão racional, sendo adotada após uma apreciação das vantagens relativas de diferentes localizações para as finalidades do negócio em particular”. No entanto, estas perpassam “exigências [que] não são sempre as mesmas nem no caso de um único tipo de indústria” (1976, p. 16). Quanto aos fatores que condicionam estas decisões, os autores elencam os seguintes: matérias-primas, mercados e custos de transferência; fontes de energia; a influência de fatores de produção (e.g. a mão-de-obra); a concentração geográfica populacional e de demais indústrias, assim como o papel das mudanças tecnológicas; e, não menos importante, os efeitos da atividade governamental. Formados tanto em economia quanto em geografia, é notável como os autores destacam a possibilidade de que as decisões nem sempre serão as mais racionais, sendo estas possivelmente influenciadas por laços sociais e escolhas pessoais dos principais tomadores de decisão, ainda que estes casos tendam a ser minoritários.

John Rees (1972, p. 199), por sua vez, indicava que, até os anos 1970, “pesquisas em geografia industrial parecem favorecer o uso da abordagem microeconômica tradicional da teoria da firma na compreensão de processos de localização industrial”¹⁶. Em seus estudos, o autor encontrou que, geralmente, “a busca e a decisão

15 No original: “Location theory, simply put, is concerned with two features of economic life: distance and area. It examines how transportation costs, the cost of overcoming distance, affect the price of products and the location of production facilities on the one hand, and the geographic extent of markets on the other [...] location theorists recognized the importance of contingency and historical evolution for understanding actually existing location patterns.”

16 No original: “research in manufacturing geography seems to favour the use of the traditional micro-economic approach of the theory of the firm in understanding processes of industrial location”

de localização eram geralmente tomadas em nível intermediário por gerentes de departamento ou de divisão de departamentos críticos antes da ratificação em nível executivo"¹⁷ (REES, 1972, p. 202). No entanto, ressalta Rees (1972, p. 202) que a decisão econômica de investimento locacional depende consideravelmente do nicho industrial estudado, assim como das firmas dentro de um nicho específico. Em conformidade com alguns de seus pares, Rees (1972, p. 202) apontava a inadequação dos modelos formais formulados até então para se compreender casos concretos.

Na mesma década que Rees, P.A. Wood (1978) apontava "a inadequação, ou, pelo menos, a incompletude da teoria tradicional da localização industrial, certamente em sua forma mais simples, com base na análise de custos de transporte weberiana" (WOOD, 1978, p. 143)¹⁸. Entendendo que a firma é o principal agente a ser levado em consideração, Wood destaca como o primeiro de seus "três princípios da geografia industrial moderna" que

(1) A mudança e a escolha de localização no setor industrial surgem das estratégias de investimento de diferentes tipos de empresa. Tais estratégias são geralmente avaliadas pelos tomadores de decisão em termos de uso e potencial de todas as suas instalações de produção (WOOD, 1978, p. 144-145, grifo meu)¹⁹

Em suma, para Wood (1978) a decisão de investimento locacional das firmas é "derivada em parte do ambiente regional e em parte do tipo de empresa à qual pertencem, e do ambiente nacional ou internacional na qual opera" (WOOD, 1978, p. 149)²⁰.

Contemporaneamente, geógrafos econômicos como Peter Dicken (2000) reivindicam a necessidade de abordagens menos economicistas, em aberta oposição às leituras entusiasmadas com a suposta superação da dimensão espacial no capitalismo e, conseqüentemente, quanto a decisões de investimento. Dicken

17 No original: "a busca e a decisão de localização eram geralmente tomadas em nível intermediário por gerentes de departamento ou de divisão de departamentos críticos antes da ratificação em nível executivo"

18 No original: "the inadequacy, or at least the incompleteness of traditional industrial location theory, certainly in its simpler form based on Weberian transport cost analysis"

19 No original: "(1) Location change and choice in manufacturing arise from the investment strategies of different types of firm. Such strategies are usually evaluated by decision-makers in terms of the use and potential of all their production facilities [...]"

20 No original: "derived partly from their regional environment and partly from the type of firm to which they belong and the national or international environment within which it operates"

(2000, p. 276), ao discutir o papel das CTNs nos IEDs, destaca a “relação dialética entre firmas e lugares: a noção de que lugares produzem firmas enquanto firmas produzem lugares”²¹. Para Dicken (2000, p. 277), a origem das firmas é relevante posto que “a corporação verdadeiramente global permanece, essencialmente, um mito”²². O autor conclui sugerindo que os “lugares e geografia ainda importam fundamentalmente na maneira como as empresas são produzidas e como se comportam. [...] A diversidade organizacional, relacionada pelo menos em parte aos contextos específicos do local em que as empresas evoluem, continua a ser a norma.” (DICKEN, 2000, p. 287)²³.

As críticas dos geógrafos e a demanda pelas considerações espaciais nos estudos econômicos não passou despercebida com o passar do tempo. No entanto, ao discutir a incorporação da dimensão espacial pela Economia *mainstream* contemporânea sob a égide da Nova Geografia Econômica (NGE), Ron Martin nos lembra como

Tradicionalmente, os economistas prestaram pouca atenção ao papel do espaço em suas teorias da economia. De fato, na economia neoclássica padrão, o espaço e a localização são praticamente irrelevantes, uma vez que as premissas de concorrência perfeita, informações perfeitas e mercados perfeitos implicam que as desigualdades geográficas no crescimento econômico e na renda desapareceriam rapidamente em virtude do livre movimento de trabalho, capital e conhecimento. (MARTIN, 2011, p. 53)²⁴

Tal qual a incorporação das instituições como variável explicativa na Economia por meio da Nova Economia Institucional (NEI) (e a recepção crítica desta por sociólogos institucionalistas da NSE), a NGE também foi recepcionada criticamente por geógrafos econômicos. No entanto, Martin (2011) também aponta para o diálogo e a colaboração entre economistas neoclássicos e

21 No original: “dialectical relationship between firms and places: the notion that places produce firms while firms produce places”

22 No original: “the truly global corporation remains, essentially, a myth”

23 No original: “place and geography still matter fundamentally in the ways in which firms are produced and in how they behave. [...] Organizational diversity, related at least in part to the place-specific contexts in which firms evolve, continues to be the norm”

24 No original: “Traditionally, economists have paid scant attention to the role of space in their theorizations of the economy. Indeed, in standard neoclassical economics space and location are all but irrelevant since the assumptions of perfect competition, perfect information and perfect markets imply that geographical inequalities in economic growth and incomes would quickly disappear by virtue of the free movement of labour, capital and knowledge.”

geógrafos econômicos, posta a esperada superação das desavenças teórico-metodológicas entre as duas escolas analíticas.

Contribuições empíricas

Economia

Investigando os crescentes IEDs japoneses, Hiraoka (1985) destaca uma seção do texto para analisar os investimentos automobilísticos japoneses, especialmente nos EUA. Buscando uma maior inserção no mercado estadunidense, a Honda escolheu uma pequena comunidade em Ohio (EUA) para se instalar. Dentre os fatores da escolha constavam, segundo Hiraoka (1985, p. 503), incentivos fiscais dos governos local e estadual, melhorias nas estradas e na infraestrutura locacional. No entanto, Hiraoka destaca que a escolha pode ter se dado devido à *experiência prévia dos nipônicos no mesmo local* com uma fábrica de motocicletas. A Toyota, por sua vez, escolheu a planta de Fremont, na Califórnia, como base de suas operações em uma *joint-venture* com a GM (HIRAOKA, 1985, p. 504). Para a autora,

A mudança da Toyota para os EUA ilustra a natureza conservadora de sua cultura corporativa. Vindo após os investimentos da Honda e da Nissan, o acordo com a GM levanta questões de propriedade e ambiguidade de identidade que a Nissan e a Honda, como proprietários únicos, nunca encontrariam. (HIRAOKA, 1985, p. 504)²⁵

Milward e Newman (1989) discutem os investimentos automotivos japoneses nos EUA que acabaram por formar uma espécie de *cluster* nos anos 1980. Enfocando o papel dos incentivos estatais em meio a polêmicas sobre uma possível guerra fiscal entre os governos estaduais, concluem que as firmas buscaram locações considerando custos de transporte de produção e escoamento, escolhendo locais próximos a grandes rodovias. As firmas estudadas se instalaram em estados fora das costas americanas, carentes de investimentos deste porte e com altas taxas de desemprego. Os estados, por sua vez, investiram numa melhoria do ambiente de negócios para atrair tais investimentos, incluindo visitas pessoais dos governadores ao Japão para apresentar a localização. Além disso, os estados se comprometeram com fundos para subsidiar o treinamento de mão de obra

25 No original: "Toyota's move to the USA illustrates the conservative nature of its corporate culture. Coming after the Honda and Nissan investments, the agreement with GM raises questions of ownership and identity-ambiguities which Nissan and Honda, as sole owners, would never encounter."

especializada para as firmas. Quanto aos incentivos relativos à isenção de impostos, os autores lamentavam a falta de transparência e dados, assim como, à época, o pouco desenvolvimento de estudos que visassem estimar os efeitos dos incentivos tributários a grandes corporações.

Em uma abordagem alinhada a Economia Política, Carl Aaron (1998) estuda casos de IEDs japoneses realizados nos EUA e no Reino Unido. Dentre as firmas estudadas constam empresas da indústria automobilística. É o caso da Nissan no nordeste da Inglaterra e da Toyota no estado americano de Kentucky, ambos os investimentos realizados nos anos 1980. O autor conclui que medidas protecionistas, as estratégias competitivas e a globalização são os determinantes dos IEDs estudados. Sinteticamente, "Os estudos de caso revelam, em particular, que a concorrência oligopolista entre os rivais japoneses por quotas de mercado européias, americanas e globais foi um fator importante em suas decisões de investimento em nível de mercado." (AARON, 1998, p. 193)²⁶.

Segundo Aaron, as medidas protecionistas dos governos locais, ao imporem cotas de importação de veículos, tornaram mais atrativa a estratégia de fabricação local dada a competição nipônica pelos importantes mercados americano e europeu. Nota o autor também que as empresas escolheram mercados qualitativamente distintos. Ademais, Aaron (1998, p. 197) destaca determinantes locais de escala *subnacional*, como as características e condições de produção em termos de infraestrutura, incentivos fiscais e cooperação política com sindicatos e a classe política local. Considerando esta dimensão subnacional, o caso Nissan foi bastante impactado pela necessidade de um terreno plano, enquanto a planta da Toyota, por sua vez, foi decidida muito mais por incentivos fiscais, uma vez que a questão da infraestrutura/geografia não se mostrou um problema nos EUA (AARON, 1998, p. 201).

Henry Loewendahl (2001) também estudou o caso da Nissan no Reino Unido com uma abordagem da Economia Política, elaborando um modelo analítico que privilegia a dimensão da *barganha* entre governos e instituições com as CTNs. O autor argumenta que

26 No original: "The case studies reveal in particular that oligopolistic competition amongst Japanese rivals for European, American and global market shares was an important factor in their market-level investment decisions"

os principais fatores que determinam o processo de negociação e o resultado são as alternativas e o comprometimento de cada ator com os recursos controlados pelo outro. No entanto, para interpretar um relacionamento de negociação, a estrutura institucional e a estrutura de interesse de cada ator são cruciais para determinar a capacidade de negociação e a conversão do potencial poder de negociação em poder real e controle sobre os resultados. (LOEWENDAHL, 2001, p. 10)²⁷

Além disso, o autor ainda nota como a “A Nissan também incentivou o investimento da Honda e Toyota” (LOEWENDAHL, 2001, p. 10)²⁸ no Reino Unido, elucidando um aspecto de cooperação entre as firmas rivais de mesma origem nacional e institucional.

Estudando o oligopólio da indústria automobilística japonesa, Rose e Ito (2008) traçam padrões de investimento destas firmas no período entre 1957–1993, marcado pela expansão dos IEDs. De modo geral, as autoras identificaram bastante variabilidade entre as firmas, conferindo bastante autonomia decisional do ponto de vista da firma, especialmente quando se pensa o conflito ou a fuga deste por parte das empresas:

embora a Toyota possa acompanhar frequentemente os investimentos da Nissan, as empresas geralmente consideram o número de rivais japoneses em um mercado hospedeiro em potencial e levam essas informações às suas decisões de IED. Assim, os oligopolistas não se perseguem cegamente nos mercados internacionais [...] a estratégia internacional de cada empresa japonesa é sensível aos seus próprios fatores específicos e às interações competitivas com rivais específicos. Embora a percepção comum seja de que as empresas japonesas se comportam de maneira semelhante, elas demonstram estratégias bastante diferentes de localização e tempo de entrada. (ROSE, ITO, 2008, p. 876)²⁹

Sociologia econômica

27 No original: “the key factors determining the bargaining process and outcome are the alternatives and commitment of each actor to the resources controlled by the other. However, to interpret a bargaining relationship the institutional structure and interest structure of each actor are crucial in determining negotiating ability and the conversion of potential bargaining power into actual power and control over outcomes.”

28 No original: “Nissan also encouraged the investment of Honda and Toyota”

29 No original: “although Toyota may frequently follow Nissan’s investments, firms generally appear to consider the number of Japanese rivals in a potential host market, and factor that information into their FDI decisions. Thus the oligopolists do not chase each other blindly into international markets (...) each Japanese firm’s international strategy is sensitive to its own firm-specific factors and competitive interactions with specific rivals. Although the common perception may be that Japanese firms behave similarly, they demonstrate quite different location and entry timing strategies.”

Aparentemente, poucos estudos empíricos dentro do escopo da Sociologia Econômica se voltaram para a decisão locacional e os condicionantes sociais tendo como objeto a indústria automobilística. No entanto, alguns estudos, abordando demais indústrias e o problema locacional, apresentaram resultados promissores. Por exemplo, Romo e Schwartz (1995) concluíram, após estudarem a migração de 2907 plantas fabris no estado de Nova Iorque entre 1960 e 1985, que as decisões empresariais podem ser explicadas pelo enraizamento estrutural das redes sociais compostas pelos agentes em questão. Em um contexto de desindustrialização nos EUA, os autores confrontam a hipótese economicista dos custos comparativos, amparada em variáveis tais como o custo do trabalho, a presença de legislações trabalhistas mais rígidas e sindicatos fortes como explicação suficiente. Nesta hipótese, se esperava que as plantas migrassem para regiões com menores custos gerais. No entanto, este não foi o resultado encontrado pelos autores para a maioria das firmas:

as economias regionais compreendem uma rede intrincada de transações rotinizadas, a maioria das quais **não opera através de mercados**. Esses relacionamentos acabam se solidificando em dependências de longo prazo que restringem o comportamento de migração de plantas que poderiam se beneficiar de estruturas de custos em outras regiões do país ou do mundo. (ROMO; SCHWARTZ, p. 879, grifo meu)³⁰

Ao separar as firmas estudadas entre periféricas e centrais para as regiões industriais, os autores concordam que as grandes firmas, sendo menos dependentes do mercado e atuando como os principais *players*, respondem mais prontamente a mudanças para regiões com menores custos de produção (ROMO; SCHWARTZ, 1995, p. 902). No entanto, ao discutirem brevemente o caso da automobilística General Motors e sua realocação de plantas para regiões com menores custos, argumentam novamente que o enraizamento estrutural é a chave explicativa, seja para o sucesso econômico, seja para evitar a migração:

Os custos comparativos entram na equação somente quando a cultura de produção começa a se atrofiar. Uma cultura de produção enfraquecida não pode responder rapidamente a desafios competitivos, e isso pode levar a administração das principais empresas a escolher a

30 No original: "regional economies comprise an intricate web of routinized transactions, most of which do not operate through markets. These relationships ultimately congeal into long-term dependencies that constrain the migration behavior of plants that could benefit from cost structures in other regions of the country or the world"

correção espacial em vez de inovar. (ROMO; SCHWARTZ, 1995, p. 903)³¹

Outro estudo sociológico a estimar os efeitos das relações sociais nas decisões de investimento é o de Nina Bandelj (2002). Levando o aparato conceitual da Sociologia Econômica para o debate macroeconômico, reconhecendo que “poucos estudos sociológicos examinam os fatores que influenciam o IED” (2002, p. 412)³², Bandelj discute o crescente fluxo de IEDs impulsionados pela globalização, especificamente para novos mercados como os da Europa central e do leste. Se opondo a abordagens que explicam as decisões de investimentos como unicamente orientadas pela maximização de lucros e minimização de riscos, Bandelj (2002, p. 412) argumenta que os países que recebem investimentos não devem ser entendidos somente como meros receptores: é necessária uma abordagem sociológica relacional, que leve em conta o enraizamento estrutural das ações econômicas, estas que também são mediadas pela política, pelas instituições e pela cultura.

Buscando “os efeitos de diferentes variedades substantivas de relações sociais nas trocas econômicas” (BANDELJ, 2002, p. 414)³³, a autora conclui neste estudo empírico que as relações sociais são também determinantes dos IEDs, sejam estas os arranjos institucionais, os laços culturais, as alianças políticas ou as redes pessoais ou de negócios firmadas entre investidores e anfitriões. Mais que isso, o modelo de regressão multivariada linear elaborado pela autora que incorporou apenas as variáveis sociais explicava significativamente mais que os modelos economicistas, que levava em conta apenas as características econômicas gerais dos países em díade, como PIB *per capita*, estabilidade política, políticas governamentais de IEDs e o montante de IEDs advindos do país da firma investidora.

Com uma abordagem da Sociologia Econômica e Política do desenvolvimento, Raphael Lima (2005) conduz uma análise a nível microssociológico para demonstrar como redes sociopolíticas podem ser variáveis incontornáveis para se entender a decisão de investimento de firmas automobilísticas. Em um estudo de caso sobre o desenvolvimento da região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, mais especificamente sobre a cidade de Porto

31 No original: “Comparative costs enter the equation only when the production culture begins to atrophy. A weakened production culture can not respond quickly to competitive challenges, and this may lead management of core firms to choose the spatial fix instead of innovating.”

32 No original: “few sociological studies examine the factors that influence FDI”

33 No original: “the effects of different substantive varieties of social relations on economic exchange”

Real (RJ), Lima (2005) evidencia como uma rede, em grande parte familiar, de empresários e políticos levaram adiante um projeto de desenvolvimento regional, atuando eficazmente na atração de duas montadoras para uma região até então sem tradição industrial-automobilística: a Volkswagen-MAN para o município de Resende, em 1996; e o grupo PSA Peugeot-Citröen para o então recém-emancipado município de Porto Real, em 2001.

Para obter tal feito, Lima (2005) mostra como, imbuída por certo fascínio e obstinação na atração de montadoras automobilísticas, esta rede lançou mão de seus recursos político-econômicos no nível local e estadual: a rede centrada ao redor do Grupo Renato Monteiro conseguiu oferecer, por exemplo, incentivos fiscais e doações de terrenos pertencentes para facilitar a instalação das empresas. Assim, o autor, ao privilegiar a dimensão local, enxergava com ressalva as explicações que apontavam a Guerra Fiscal dos Estados brasileiros dos anos 1990 e o cenário institucional nacional como suficientes para entender o investimento das firmas em questão: “o envolvimento da elite regional com a iniciativa de recuperação econômica do Sul Fluminense derruba o mito de que Resende, Porto Real e outros municípios são locus nada mais do que circunstanciais da indústria automobilística.” (LIMA, 2005, p. 141).

Se Lima (2005) a época privilegiava uma explicação pautada na dimensão social-política local, demais autores, ao discutir o caso da indústria automotiva brasileira, voltaram a enfatizar a complexa relação global-local entre firmas e agentes locais, não deixando de notar, por isso, as dinâmicas da reestruturação produtiva do setor como um todo. É o caso de Ramalho, Rodrigues e da Conceição (2009). Discutindo a trajetória recente da indústria automotiva brasileira, especialmente considerando sua reestruturação a partir dos anos 1990 com a “implosão” do ABC paulista, afirmavam que “o processo de reestruturação produtiva das empresas globais, resultou no fechamento de fábricas, no aumento do desemprego, e no deslocamento de investimentos produtivos para outras localidades” (RAMALHO; RODRIGUES; CONCEIÇÃO, 2009, p. 148).

Sandro Garcia (2010) também contribui com *insights* sobre uma destas novas fábricas construídas no contexto de saída do ABC paulista ilustrado anteriormente. Em seu estudo, Garcia discute a interação entre o local e o global nos investimentos econômicos em tempos de globalização e reestruturação técnica e geográfica da indústria automotiva. Em um estudo de caso da Chevrolet e de suas fornecedoras instaladas em Gravataí (RS), o

autor argumenta que “A assimetria nas relações de poder econômico não impediria a reação dos agentes locais, nas possibilidades de seus recursos e nos horizontes de seus valores, às novas regras e condições do sistema internacional.” (GARCIA, 2010, p. 241). Dentre os fatores que explicariam as novas locações industriais do setor, estariam as “vantagens competitivas em regiões de tipo *greenfield*, com destaque para países emergentes como o Brasil (infraestrutura adequada, mão-de-obra escolarizada e barata, incentivos financeiros e fiscais)” (2010, p. 244). Para o autor, a indústria automotiva no Brasil estaria se integrando ao mercado mundial rapidamente e de maneira pouco regulada, vide a deflagração das guerras fiscais dos anos 1990 (2010, p. 246). Além destas considerações, Garcia destaca o papel de agentes “não econômicos” na vinda e acomodação da Chevrolet, dentre estes o “Instituto Gaúcho de Estudos Automotivos (Igea), vinculado à Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS)” além do Estado, que atuara de maneira “decisiva na atração da montadora e sistematistas, mediante a concessão de amplos benefícios em contexto de “guerra fiscal”” (2010, p. 252–253).

Discutindo os impactos da atual crise econômica brasileira no emprego industrial automotivo, João Dulci (2016) também oferece pistas sobre a decisão de investimento das CTNs nas novas regiões escolhidas para o implante de fábricas em território nacional, a saber, o citado Sul Fluminense e o município de Camaçari, no estado da Bahia. Em uma explicação sociológica que enfatiza em grande parte a dimensão macroeconômica e fatores institucionais, Dulci argumenta que

Ao longo dos anos 1990, em razão de um combinado de processos políticos e econômicos, o Brasil recebeu mais de uma dezena de novas plantas automotivas. As condições básicas são a reestruturação produtiva e a reespecialização industrial de países do centro para os países semi-periféricos, que ocupam as funções de novos mercados consumidores potenciais, plataformas exportadoras e *greenfields* em suas várias configurações [...] No Brasil, a consolidação do Mercosul, as Câmaras Setoriais, o Novo Regime Automotivo e a abertura dos mercados, bem como o aumento do crédito, a flexibilização das leis trabalhistas e os salários mais baixos, se comparados aos países centrais, foram motivos básicos para a maior atratividade do país ante seus vizinhos, na disputa por novas plantas industriais [...] Diante do maior poder aquisitivo e da elevação do bem-estar geral da população, e alimentado por inúmeros incentivos fiscais, o setor automotivo foi um dos mais beneficiados pela conjuntura favorável (DULCI, 2016, p. 2)

Quanto a Camaçari, por exemplo, nota-se, segundo o autor, o esforço integrado entre Estado e empresas para o desenvolvimento regional planejado, orientado normativamente na busca pela redução das desigualdades regionais brasileiras (DULCI, 2016, p. 7)

Geografia Econômica

Estall e Buchanan (1976) também conduziram estudos empíricos sobre a indústria automotiva estadunidense e britânica para melhor exemplificarem a elaboração teórica desenvolvida na parte inicial do livro, voltado a explicar os principais condicionantes de investimento na indústria moderna a partir da Geografia Econômica. Apesar de datada quanto ao conteúdo técnico da produção automotiva – tratam-se de afirmações relativas a indústria automotiva dos anos 1950–1960 – a contribuição dos autores eleger dentre os principais fatores a determinar a localização industrial automotiva “as economias de produção em grande escala, a necessidade de acesso a suprimentos e ao mercado e o papel dos fatores de produção” (ESTALL, BUCHANAN, 1976, p. 208), além do papel do Estado e dos governos em ajudar no planejamento do desenvolvimento regional e na oferta de incentivos fiscais. Os autores (1976, p. 216) reforçam sua tese de que a decisão de investimento e a escolha locacional é um processo racionalizado, abrindo pouca margem para uma explicação que contemple a contingência da vida social.

Em estudo mais recente, Florida e Kenney (1994) combinaram diversos métodos de pesquisa, incluindo pesquisa de campo e aplicação de *surveys* para entender a localização de uma parte específica e muito importante das firmas: o setor de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Para tal, elegeram como objeto as firmas japonesas com instalações de P&D nos EUA. Dentre as firmas estudadas estavam as da indústria automobilística, salientando os autores que “Os investimentos japoneses em P&D nos Estados Unidos estão fortemente concentrados em setores tecnologicamente avançados, como eletrônicos e automóveis” (FLORIDA; KENNEY, 1994, p. 345)³⁴. Os autores mostram que estes investimentos “visam aproveitar as novas fontes de conhecimento e ideias incorporadas nos centros de inovação com base regional.”

34 No original: “Japanese R&D investments in the United States are heavily concentrated in technologically advanced sectors such as electronics and automobiles”

(FLORIDA; KENNEY, 1994, p. 345)³⁵, o que explicaria a localização e a integração dos centros de P&D automobilísticos japoneses na região de Detroit, por exemplo. Mais especificamente, a três tendências identificadas para a localização dos centros de P&D automobilístico apontam a localização próxima às plantas de fabricação, a localização em centros de pesquisa historicamente reconhecidos (Detroit) e a localização no sul da Califórnia, voltada para o *design* de produtos das fabricantes.

Discutindo os IEDs automobilísticos na China, num contexto de um mercado crescente e marcado por baixo custo de trabalho, i.e. um contexto de grande interesse do ponto de vista das CTNs automobilísticas, Liu e Dicken (2006) concluem que o papel do Estado é importantíssimo em direcionar os investimentos e em ditar as regras de produção e locação no que conceituaram como *obligated embeddedness*. Ainda que não busquem identificar os padrões locacionais de investimento, o estudo dos autores contém um mapa da concentração espacial dos IEDs em questão. Neste, é possível ver que, apesar da formação de *clusters*, a distribuição das fábricas não parece se concentrar *em apenas uma* região do país:

Geograficamente, o influxo de IDE relacionado à indústria automobilística na China concentrou-se em nove cidades (figura 3), que juntas representam 66% do total: Xangai, Changchun, Nanjing, Pequim, Chongqing, Shenyang, Wuhan, Tianjin e Guangzhou. Essas cidades são os principais centros de produção de automóveis na China, produzindo 53% do total de veículos automotores e 90% do total de carros fabricados no país em 2002. Centrados nessas cidades, surgiram seis grupos regionais de produção de automóveis baseados em IEDs (figura 4). Em 2002, essas seis regiões representavam 77% do total de entradas de IED até agora na indústria automobilística chinesa (LIU, DICKEN, 2006, p. 1234)³⁶

Ao elaborar a perspectiva dos dois agentes escolhidos para a análise, CTNs e o Estado, os autores acreditam que,

Em geral, as CTNs desejam maximizar sua flexibilidade local para tirar proveito das diferenças geográficas na disponibilidade,

35 No original: "aims to harness the new sources of knowledge and ideas embedded in regionally based centers of innovation"

36 No original: "Geographically, automobile-related FDI inflow into China has been concentrated in nine cities (figure 3) which together account for 66% of the total: Shanghai, Changchun, Nanjing, Beijing, Chongqing, Shenyang, Wuhan, Tianjin, and Guangzhou. These cities are the major automobile-production centres in China, producing 53% of the total motor vehicles and 90% of the total cars built in the country in 2002. Centred on these cities, six FDI-based regional clusters of automobile production have emerged (figure 4). In 2002 these six regions accounted for 77% of the total FDI inflow so far into China's automobile industry"

qualidade e custo dos insumos de produção, atendendo seus mercados novos e existentes. Seu ideal seria perseguir tais metas sem nenhum impedimento às práticas regulatórias dos estados. Os Estados, por outro lado, esforçam-se para capturar o máximo possível do valor criado pela produção em seus territórios (LIU, DICKEN, 2006, p. 1231-1232)³⁷

Assim, argumentam que os investimentos e localizações seriam muito diferentes se o Estado não se comportasse desta maneira: o poder de barganha, geralmente muito favorável as CTNs no contexto Ocidental, se mostra muito mais equilibrado na China. Ademais, o poder de barganha para direcionar os investimentos também tem a ver com o *tamanho* do Estado para Liu e Dicken (2006). Ao comparar o caso da China com a competição interestatal dos pequenos países do leste-europeu, igualmente mercados emergentes no particular contexto pós soviético da sub-região, fica nítido para os autores o quanto as CTNs perdem agência quando lidam com um Estado grande e centralizado tal qual o chinês.

Conclusão

Busquei neste trabalho revisar algumas das principais contribuições teóricas e empíricas sobre a decisão de investimento econômico, destacando os condicionantes sociais e geográficos que as constituem. A seguir, teço algumas conclusões sobre a literatura, indicando possíveis contribuições futuras.

Em primeiro lugar, nota-se um aparente *gap* teórico-analítico na literatura advinda da Economia. Este consiste no fato das decisões de investimento figurarem em modelos essencialmente formais, abstratos, ideais. As decisões, nestas abordagens, parecem descoladas do mundo social, assumindo um caráter quase exclusivamente objetivo e racional. Argumento que, em termos concretos, não é possível se abstrair de condicionantes sociais, culturais, políticos, geográficos e históricos. As contribuições da NEI avançaram na incorporação de algumas destas dimensões, ainda que de modo insuficiente do ponto de vista da NSE. Apesar das obras e autores aqui visitados não esgotarem a vasta literatura econômica, a conceituação sobre a decisão de investimento a partir da firma parece enfocar mais *no que é* o investimento da

37 No original: "In general, TNCs wish to maximise their locational flexibility to take advantage of geographical differences in the availability, quality, and cost of production inputs in serving their existing and new markets. Their ideal would be to pursue such goals without any hindrance from the regulatory practices of states. States, on the other hand, strive to capture as much as possible of the value created from production within their territories"

firma e o *quanto* se deve investir dadas *certas* circunstâncias ideais, deixando em aberto as questões relativas a este trabalho: o *como* se investe, em termos de relações sociais; e *onde* se deve investir, em termos locais-geográficos. Uma vez que estas questões são decisivas para se entender o investimento econômico, torna-se inviável considerá-lo apenas do ponto de vista econômico. Apesar da robustez dos estudos empíricos aqui discutidos, conclui-se pela necessidade de aportes mais realistas que os empregados até então, com contribuições tanto possíveis como necessárias nos estudos da Sociologia e da Geografia econômica.

Em segundo lugar, apesar do potencial explicativo, é nítido como os estudos da Sociologia Econômica não se debruçaram diretamente sobre as decisões de investimento como um fenômeno social. Esta ausência se confirma inclusive em revisões sistemáticas do conteúdo da literatura socioeconômica: com grande ênfase para o estudo dos mercados e das instituições nacionais, praticamente inexitem menções à decisão de investimento na NSE (ANDERSON-CONNOLLY, 2006).

Apesar da literatura da Sociologia Econômica consultada não versar específica ou diretamente sobre a decisão de investimento por parte das firmas, o corpo teórico diverso desta subárea da Sociologia se mostra fértil para a compreensão deste fenômeno. Por exemplo, partindo de uma abordagem mais microsociológica, a Sociologia Econômica estrutural, pautada no conceito de redes, defende que “a estrutura das relações sociais determina o conteúdo dessas relações”, sendo “a matéria principal da vida social: as redes concretas de relações sociais, que ao mesmo tempo incorporam e transcendem organizações e instituições convencionais” (MIZRUCHI, 2006, p. 73). Para este corpo teórico, em contraste com a Teoria da Escolha Racional, “Um interesse estrutural é uma preferência de um agente *sujeito a restrições sociais*, que pode diferir do que seria essa preferência se ausentes tais restrições” (MIZRUCHI, 2006, p. 79, grifo meu). Assim, uma abordagem baseada nas redes de relações sociais poderia evidenciar como as decisões de investimento são viabilizadas ou estrangidas pelas relações cultivadas e mantidas em tais redes.

Outras abordagens também demonstram potencial explicativo relevante, como as teorias neoinstitucionalistas dos mais variados tipos, especialmente os trabalhos de Walter Powell e Paul DiMaggio, com contribuições notórias para se entender a organização das firmas (1991), o isomorfismo institucional (1983) e os aspectos culturais que entrelaçam a ação e a organização

econômica (DIMAGGIO, 1990). A dimensão histórico-comparativa (DOBBIN, 2005) também é acionada nas análises institucionalistas, jogando luz sobre como firmas e demais agentes lidam com cenários socialmente construídos e calcados em *path dependency* institucional, em especial pela atenção dedicada ao papel do Estado em conformar a economia (BLOCK; EVANS, 2005). Em suma, instituições ajudam a entender a decisão de investimento a partir do momento que tais decisões tomadas por firmas também são condicionadas pela dimensão institucional.

Contribuições advindas da Economia Política também podem se mostrar decisivas para a compreensão da questão se bem assimiladas pela NSE. Dentre os estudos realizados nesta grande área destacam-se as teorias de Variedades de Capitalismo (HALL; SOSKICE, 2001). Tal arcabouço teórico, situado no nível meso-analítico em uma abordagem nacionalista-metodológica, parte do ponto de vista das firmas e ressalta que o sistema capitalista apresenta particularidades significativas em nível nacional, sendo necessária a construção de tipos ideais de capitalismo segmentados por regiões. Demais autores (e.g. SCHNEIDER, 2009) têm contribuído para a expansão e o refinamento analítico desta abordagem a partir do *framework* seminal de Hall e Soskice (2001): firmas podem muito bem estarem cientes da variedade de capitalismo que encontrarão ao investir em determinado país.

Demais contribuições da Economia Política deslocam o eixo analítico dos países para se considerar os desafios conceituais e teóricos implicados pela globalização. Abordagens como a das Cadeias Globais de Valor (CGVs) (GEREFFI; KORZENIEWICZ, 1993) e das Redes Globais de Produção (RGPs) (HENDERSON *et al.*, 2002) subsidiam o debate da decisão de investimento ao chamarem atenção para as intrincadas conexões globais que respondem pela maior parte da produção e fluxo econômico contemporâneo. Assim, CGV's e RGP's evidenciam a necessidade de se situar os investimentos no nível global. Portanto, seria plausível supor, a partir das contribuições da Economia Política, que as decisões de investimento de CTNs estão ancoradas em RGPs que articulam e desenvolvem estratégias econômicas e locais considerando as variedades de capitalismo encontradas em diversas regiões.

Por fim, este trabalho conclui que decisões econômicas são fenômenos multideterminados de altíssima relevância e interesse social devido aos impactos que estas trazem consigo, sejam estes impactos positivos ou negativos. As três dimensões aqui abordadas, econômica, social e geográfica, são vitais para se entender os investimentos econômicos. Uma vez que se trata de

um fenômeno complexo, conclui-se que este somente pode ser bem compreendido se empregado um esforço coletivo no avanço teórico e empírico de caráter interdisciplinar e consiliente. Neste sentido, as investigações de caráter socioeconômico se mostram decisivas para se destrinchar os condicionantes sociais que conformam as tomadas de decisão realizadas por agentes econômicos.

REFERÊNCIAS

AARON, Carl. *The Political Economy of Japanese Foreign Direct Investment in the US and the UK: Multinationals, Subnational Regions and the Investment Location Decision*. [S.l.]: Springer, 1998.

ABEL, Andrew B.; BERNANKE, Ben; CROUSHORE, Dean. *Macroeconomics*. 6ª ed. Boston: Pearson, 2008. (Addison-Wesley).

ANDERSON, Michael A.; GOLDSMITH, Arthur H. Mr. Keynes' theory of investment: Do forward looking expectations and weight really matter? *Journal of Economic Psychology*, v. 18, n. 5, p. 547–573, 1 set. 1997. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0167487097000238>>. Acesso em: 8 jul. 2019.

ANDERSON-CONNOLLY, Richard. On the state of the economic in sociology: A content analysis. *The American Sociologist*, v. 37, n. 4, p. 5–28, 1 dez. 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/BF02915065>>. Acesso em: 8 jul. 2019.

BANDELJ, Nina. Embedded Economies: Social Relations as Determinants of Foreign Direct Investment in Central and Eastern Europe. *Social Forces*, v. 81, n. 2, p. 411–444, 1 dez. 2002. Disponível em: <<https://academic.oup.com/sf/article/81/2/411/2234451>>. Acesso em: 21 jun. 2019.

BARRON, John M.; EWING, Bradley T.; LYNCH, Gerald J. *Understanding Macroeconomic Theory*. 1ª ed. Nova Iorque; Londres: Routledge, 2006. (Routledge Advanced Texts in Economics and Finance).

BECKERT, Jens. Imagined futures: fictional expectations in the economy. *Theory and Society*, v. 42, n. 3, p. 219–240, 1 maio 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s11186-013-9191-2>>. Acesso em: 21 jun. 2019.

BLOCK, Fred; EVANS, Peter B. The state and the economy. In: SMELSER, NEIL J.; SWEDBERG, RICHARD (Org.). *The Handbook of Economic Sociology: Second Edition*. 2ª ed. Princeton, N.J.: Nova Iorque: Princeton University Press, 2005.

BUCKLEY, Peter J.; CASSON, Mark. *The Future of the Multinational Enterprise*. 1ª ed. Londres: Macmillan, 1976.

COASE, R. H. The Nature of the Firm. *Economica*, v. 4, n. 16, p. 386–405, 1937. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1468-0335.1937.tb00002.x>>. Acesso em: 9 abr. 2020.

DICKEN, Peter. Places and Flows: Situating International Investment. In: CLARK, GORDON L.; FELDMAN, MARYANN P.; GERTLER, MERIC S. (Org.). *The Oxford Handbook of Economic Geography*. Oxford Handbooks in Economics. 1ª ed. Oxford: Oxford University Press, 2000.

Decisões socioeconômicas: uma revisão da literatura

DIMAGGIO, Paul J. Cultural aspects of Economic organization and behavior. In: ROBERTSON, A. F.; FRIEDLAND, ROGER (Org.). *Beyond the Marketplace: Rethinking Economy and Society*. 1ª ed. Nova Iorque: Aldine Transaction, 1990.

DIMAGGIO, Paul J.; POWELL, Walter W. The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organizational Fields. *American Sociological Review*, v. 48, n. 2, p. 147–160, 1983. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2095101>>. Acesso em: 31 out. 2018.

DOBBIN, Frank. Comparative and historical approaches to economic sociology. In: SMELSER, NEIL J.; SWEDBERG, RICHARD (Org.). *The Handbook of Economic Sociology: Second Edition*. 2ª ed. Princeton, N.J.: Nova Iorque: Princeton University Press, 2005.

DREYHAUPT, Stephan. *Locational Tournaments in the Context of the EU Competitive Environment: A New Institutional Economics Approach to Foreign Direct Investment Policy Competition between Governments in Europe*. Wiesbaden: Deutscher Universitätsverlag, 2006. (ebs-Forschung, Schriftenreihe der EUROPEAN BUSINESS SCHOOL Schloß Reichartshausen).

DULCI, João Assis. Novas e antigas regiões automotivas em tempos de crise: Sul Fluminense, Camaçari e Grande ABC Paulista. In: 40º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS – SEMINÁRIO TEMÁTICO 34S2, 2016, Caxambu, MG. Caxambu, MG: [s.n.], 2016. p. 27. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro/st-10/st34-3/10498-novas-e-antigas-regioes-automotivas-em-tempos-de-crise-sul-fluminense-camacari-e-grande-abc-paulista/file>>. Acesso em: 17 ago. 2019.

ESSLETZBICHLER, Jürgen. Locating Location Models. In: LEYSHON, ANDREW *et al.* (Org.). *The SAGE Handbook of Economic Geography*. SAGE Handbooks. 1ª ed. Londres; Thousand Oaks: SAGE Publications Ltd, 2011.

ESTALL, R.C.; BUCHANAN, R. Ogilvie. *Atividade industrial e geografia econômica*. Tradução Christiano Monteiro Oiticica. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores/MEC, 1976. (A terra e o homem).

FAZZARI, Steven M.; MOTT, Tracy L. The Investment Theories of Kalecki and Keynes: An Empirical Study of Firm Data, 1970–1982. *Journal of Post Keynesian Economics*, v. 9, n. 2, p. 171–187, 1 dez. 1986. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/01603477.1986.11489611>>. Acesso em: 8 jul. 2019.

FLORIDA, Richard; KENNEY, Martin. The Globalization of Japanese R&D: The Economic Geography of Japanese R&D Investment in the United States. *Economic Geography*, v. 70, n. 4, p. 344–369, 1 out. 1994. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.2307/143728>>. Acesso em: 12 ago. 2019.

GARCIA, Sandro Ruduit. Agentes globais e esfera local: o pólo automobilístico de Gravataí. *Sociologias*, v. 12, n. 23, p. 238–266, 2010. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=86819547009>>. Acesso em: 26 ago. 2019.

GEREFFI, Gary; KORZENIEWICZ, Miguel (Org.). *Commodity Chains and Global Capitalism*. 1ª ed. Westport, Conn: Praeger, 1993. (Contributions in Economics and Economic History).

GRANOVETTER, Mark. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. *RAE – eletrônica*, v. 6, n. 1, p. 41, 2007. Disponível em: <<https://rae.fgv.br/rae-eletronica/vol6-num1-2007/acao-economica-estrutura-social-problema-imersao>>.

HALL, Peter A.; SOSKICE, David (Org.). *Varieties of Capitalism: The Institutional Foundations of Comparative Advantage*. 1ª ed. Oxford; Nova Iorque: Oxford University Press, 2001.

HENDERSON, Jeffrey *et al.* Global production networks and the analysis of economic development. *Review of International Political Economy*, v. 9, n. 3, p. 436–464, 1 jan. 2002. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/09692290210150842>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

HIRAOKA, Leslie S. Japan's increasing investments abroad. *Futures*, v. 17, n. 5, p. 495–508, 1 out. 1985. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0016328785900618>>. Acesso em: 16 jun. 2019.

HOOD, Neil; YOUNG, S. *The economics of multinational enterprise*. Londres; Nova Iorque: Longman, 1979.

HYMER, Stephen H. The international operations of national firms, a study of direct foreign investment. 1960. Thesis – Massachusetts Institute of Technology, 1960. Disponível em: <<https://dspace.mit.edu/handle/1721.1/27375>>. Acesso em: 9 abr. 2020.

LIMA, Raphael Jonathas da Costa. *Açúcar, Coca-Cola e automóveis: ação político-empresarial na construção de um "município modelo" em Porto Real (RJ)*. 2005. 170 f. Dissertação de Mestrado – UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

LIU, Weidong; DICKEN, Peter. Transnational Corporations and 'Obligated Embeddedness': Foreign Direct Investment in China's Automobile Industry. *Environment and Planning A: Economy and Space*, v. 38, n. 7, p. 1229–1247, 1 jul. 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1068/a37206>>. Acesso em: 12 ago. 2019.

LOEWENDAHL, H. *Bargaining with Multinationals: The Investment of Siemens and Nissan in North-East England*. [S.l.]: Springer, 2001.

MARTIN, Ron. The 'New Economic Geography': Credible Models of the Economic Landscape? In: LEYSHON, ANDREW *et al.* (Org.). *The SAGE Handbook of Economic Geography*. SAGE Handbooks. 1ª ed. Londres; Thousand Oaks: SAGE Publications Ltd, 2011.

MILWARD, H. Brinton; NEWMAN, Heidi Hosbach. State Incentive Packages and the Industrial Location Decision. *Economic Development Quarterly*, v. 3, n. 3, p. 203–222, 1 ago. 1989. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/089124248900300303>>. Acesso em: 16 jun. 2019.

MIZRUCHI, Mark S. Análise de redes sociais: avanços recentes e controvérsias atuais. *Revista de Administração de Empresas*, v. 46, n. 3, p. 72–86, set. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0034-75902006000300013&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 16 jul. 2019.

POWELL, Walter W.; DIMAGGIO, Paul J. *The New Institutionalism in Organizational Analysis*. 1ª ed. Chicago: University of Chicago Press, 1991. Disponível em: <<https://www.press.uchicago.edu/ucp/books/book/chicago/N/bo3684488.html>>. Acesso em: 16 jul. 2019.

RAMALHO, José Ricardo; RODRIGUES, Iram Jácome; CONCEIÇÃO, Jefferson José Da. Reestruturação industrial, sindicato e território – Alternativas políticas em momentos de crise na região do ABC em São Paulo – Brasil. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 85, p. 147–167, 1 jun. 2009. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/rccs/369>>. Acesso em: 25 ago. 2019.

Decisões socioeconômicas: uma revisão da literatura

REES, John. The Industrial Corporation and Location Decision Analysis. *Area*, v. 4, n. 3, p. 199–205, 1972. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/20000682>>. Acesso em: 24 jun. 2019.

ROMO, Frank P.; SCHWARTZ, Michael. The Structural Embeddedness of Business Decisions: The Migration of Manufacturing Plants in New York State, 1960 to 1985. *American Sociological Review*, v. 60, n. 6, p. 874–907, 1995. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2096431>>. Acesso em: 29 jun. 2019.

ROSE, Elizabeth L; ITO, Kiyohiko. Competitive interactions: the international investment patterns of Japanese automobile manufacturers. *Journal of International Business Studies*, v. 39, n. 5, p. 864–879, 1 jul. 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1057/palgrave.jibs.8400391>>. Acesso em: 16 jun. 2019.

SCHNEIDER, Ben Ross. Hierarchical Market Economies and Varieties of Capitalism in Latin America. *Journal of Latin American Studies*, v. 41, n. 3, p. 553–575, ago. 2009. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-latin-american-studies/article/hierarchical-market-economies-and-varieties-of-capitalism-in-latin-america/96AE21263CC558F8FAA2BEF89ECADCA2>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

WHITLEY, Richard. Taking Firms Seriously as Economic Actors: Towards a Sociology of Firm Behaviour. *Organization Studies*, v. 8, n. 2, p. 125–147, 1 abr. 1987. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/017084068700800202>>. Acesso em: 21 jun. 2019.

WILLIAMSON, Oliver E. The Vertical Integration of Production: Market Failure Considerations. *American Economic Review*, v. 61, n. 2, p. 112–123, 1971. Disponível em: <<https://ideas.repec.org/a/aea/aecrev/v61y1971i2p112-23.html>>. Acesso em: 9 abr. 2020.

_____. *Markets and Hierarchies: Analysis and Antitrust Implications, A Study in the Economics of Internal Organization*. Nova Iorque: The Free Press, 1975.

WOOD, P.A. Industrial organisation, location and planning. *Regional Studies*, v. 12, n. 2, p. 143–152, 1 abr. 1978. Disponível em: <<https://rsa.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09595237800185131>>. Acesso em: 24 jun. 2019.

JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA E *BACKLASH* LEGISLATIVO NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO RECONHECIMENTO JUDICIAL DA UNIÃO HOMOAFETIVA (2011–2018)

Otávio Santiago Gomes da Silva¹

Resumo

A Ciência Política, dentre os vários enfoques, analisa questões sobre a perda de legitimidade das instituições representativas e o lugar de destaque das instituições judiciais. Em 2011, o STF pronunciou-se na ADI nº4.277 pelo reconhecimento da união homoafetiva como entidade familiar. Em contrapartida, percebe-se no Brasil, alguns movimentos contrários, em especial de partidos no Congresso Nacional, em clara oposição à comunidade LGBT. A literatura nomeia de efeito "*backlash*" a reação social e/ou institucional às decisões judiciais envolvendo direitos civis, políticos e sociais. O objetivo da pesquisa foi verificar se, no caso brasileiro, a judicialização da questão homoafetiva pelo STF deu causa ao *backlash* legislativo. Para atingir os objetivos, a metodologia adotada foi de abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, por meio da revisão da literatura sobre judicialização e *backlash*; e da coleta de dados nos sites do STF, CNJ, Câmara e Senado, entre 2011 a 2018. Apesar da constatação de que a judicialização do tema acelerou o *backlash* por parte da bancada conservadora-religiosa, verificou-se que a resistência desses setores existe, pelo menos, desde a promulgação da Constituição, característico do enfrentamento entre Legislativo e Judiciário no cenário político brasileiro.

Palavras-chaves: Judicialização; *backlash*; política; judiciário; união homoafetiva.

Judicialization of policy and legislative backlash in Brazil: an analysis of same-sex union judicial recognition (2011–2018)

Abstract

Political Science, among the various approaches, examines questions about the loss of legitimacy of representative institutions and the prominent place of judicial institutions. In 2011, the Supreme Court ruled in ADI No. 4,277 for the recognition of same-sex union as a family entity. On the other hand, in Brazil, there are some contrary movements, especially parties in the National Congress, in clear opposition to the LGBT community. The literature names the backlash effect as the social and/or institutional reaction to judicial decisions involving civil, political and social rights. The objective of the research was to verify if, in the Brazilian case, the STF's judicialization of homosexual affairs caused the legislative backlash. To achieve the objectives, the methodology adopted was a qualitative, exploratory and descriptive approach, by reviewing the literature on judicialization and backlash; and data collection on the websites of the

¹ Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Pós-graduado em Direito Público pela Verbo Jurídico Educacional. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Seção Rio Grande do Sul, sob nº84.409. E-mail: otaviosgs@yahoo.com.br

Supreme Court, CNJ, House and Senate, from 2011 to 2018. Despite the finding that the judicialization of the issue accelerated the backlash by the conservative-religious bench, it was found that resistance from these sectors exists. at least since the promulgation of the Constitution, characteristic of the confrontation between Legislative and Judiciary in the Brazilian political scenario.

Keywords: Judicialization; backlash; politics; judiciary; same-sex union.

INTRODUÇÃO

Dentre os muitos elementos discutidos pela Ciência Política na atual crise institucional brasileira, estão o enfraquecimento e a gradual perda de legitimidade das instituições representativas dos Poderes Executivo e Legislativo. O Judiciário, por sua vez, aparece como poder guardião (GARAPON, 1999) exercendo, além da competência jurisdicional, por provocação, atribuições tipicamente executivas e legislativas. Nesse sentido, surgem muitos questionamentos a respeito da atuação e do papel das instituições judiciais no contexto político.

O fenômeno da intervenção do Poder Judiciário nas questões sociais e políticas não é um tema novo na ordem nacional e internacional. A discussão sobre judicialização da política passou a ser debatida na ordem global a partir dos estudos da expansão do poder judicial, decorrente da delegação de assuntos políticos às Cortes Supremas norte-americanas. Editada por Neal Tate e Torbjörn Vallinder (1995), o livro "A Expansão Global do Poder Judiciário" (*The Global Expansion of Judicial Power*) é um dos principais trabalhos sobre tema, originado de um encontro, ocorrido em 1992, onde se debatia o Poder Judiciário e a política. Tate e Vallinder (1995, p. 5), ao analisarem os casos de intervenção das Cortes Supremas em questões políticas em países como Estados Unidos, França, Alemanha e Rússia, afirmam que o fenômeno representa "o exemplo mais dramático da expansão global do poder judiciário, que, por brevidade, frequentemente nos referimos como 'a judicialização da política'".² Outro exemplo, menos dramático da expansão do poder judicial (ou judicialização), seria o domínio de arenas de negociação não judiciais ou de tomada de decisão por procedimentos quase judiciais. Para os autores, esse último, como um tipo *from within*

² Os trechos do livro de Tate e Vallinder (1995) foram realizados por livre tradução (inglês para o português) pelo autor do presente trabalho. Destaca-se, também, que foi adotado o termo "expansão global do Poder Judiciário", uma vez que a tradução literal e a literatura da área em Ciência Política admitem tanto essa expressão quanto outra, como "expansão global do poder judicial".

(vinda de dentro), estaria em ascensão, diante da criação, em muitos países, de agências, tribunais administrativos e ouvidorias com métodos (quase) judiciais de atuação.

No cenário brasileiro, os estudos sobre o fenômeno da judicialização, mais propriamente na área da Ciência Política, intensificaram-se no período de redemocratização e com a promulgação da Constituição Federal de 1988. A partir dos anos 1980/1990, com as atribuições e competências dadas ao Poder Judiciário pelo Constituinte, em especial ao Supremo Tribunal Federal (STF), a temática despertou interesse a respeito das causas e das consequências de judicializar conflitos oriundos da esfera política.

Dessa forma, no Brasil há inúmeros trabalhos a respeito da judicialização da política, com enfoque em diferentes perspectivas e metodologias, desde a análise do fenômeno pelo comportamento decisório dos juízes (TAYLOR; DA ROS, 2008), passando pelo controle de constitucionalidade das leis (ARANTES, 1997; VIANNA et al., 1997), questões do ensino jurídico e judicial no país (ENGELMANN, 2017), chegando à mobilização do espaço judicial por diferentes grupos sociais (CITTADINO, 2004; KOERNER, 2013).

Especificamente quanto à terminologia "judicialização da política", para Engelmann (2017), o conceito remete tanto à análise do fenômeno de crescimento da atuação política do Poder Judiciário, quanto para uma percepção de desvirtuamento de quais seriam as atividades típicas de um poder de Estado, o qual deve ser politicamente neutro e encarregado da interpretação das leis e a vontade do legislador.³ Embora conceituar o termo seja importante e apresente debate intenso no campo da Ciência Política a respeito do fenômeno, o que será exposto oportunamente, a presente pesquisa tem como objeto a expansão do Poder Judiciário, com recorte ao Supremo Tribunal Federal (STF), na judicialização de um tema político e social relevante – o reconhecimento de direitos aos casais homoafetivos –, e os reflexos da decisão na arena política brasileira, em especial, no Poder Legislativo.

No ano de 2011, o STF pronunciou-se, com procedência unânime, na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4.277/DF e da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 132/RJ, que buscava o reconhecimento da união homoafetiva

³ A expressão "judicialização da política" apresenta algumas controvérsias por parte da literatura especializada no tema, o que será abordado no capítulo teórico. No Brasil, entre outros, Koerner e Maciel (2002) afirmam que a utilização do termo se mostra como um atalho aparentemente simples para formulação de questões polêmicas que envolvam o Judiciário e políticas públicas no Brasil.

como entidade familiar.⁴ Em 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) expediu Resolução nº 175/2013, obrigando os cartórios de todo país a realizarem a união entre casais do mesmo sexo, proibindo a recusa pelas autoridades competentes à habilitação ou celebração do casamento civil, ou a conversão da união estável em casamento.⁵

Por outro lado, embora a judicialização da questão da união homoafetiva pareça revelar à sociedade um posicionamento liberal do STF, em contrapartida, é possível perceber uma movimentação contrária, em especial dos partidos conservadores do Congresso Nacional, em clara oposição ao reconhecimento dos direitos da comunidade de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBT). Em 2013, após a decisão do STF e a expedição da Resolução pelo CNJ, foi proposto na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei (PL) nº 6.583/2013, de autoria do Deputado Anderson Ferreira (PR-RJ), denominado “Estatuto da Família”. De acordo com a proposta legislativa, define-se entidade familiar como “núcleo social formado a partir da união entre um homem e uma mulher, por meio do casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2013).

Considerando o teor do PL nº 6.583/13, observa-se que o texto confronta o entendimento dos ministros do STF na ADI nº4.277/DF e na ADPF nº132/RJ. Além disso, em enquete realizada pela Câmara dos Deputados, em meio virtual, aberta em fevereiro de 2014 e em encerrada agosto de 2015, 4,9 milhões dos votos (48,09%) foram favoráveis à proposta legislativa (PIMENTEL, 2017). Assim, revela-se também, por parte da população votante considerada, certa contrariedade ao reconhecimento de direitos aos casais homoafetivos.

Nesse sentido, alguns estudos, principalmente da literatura norte-americana, chamam de “efeito *backlash*” a reação social e/ou institucional às decisões judiciais envolvendo direitos civis, políticos, sociais e culturais. O termo surgiu na década de 1960 na arena

⁴ A ADPF nº 132 do Estado do Rio de Janeiro, julgada em par com a ADI nº 4.277/DF, foi proposta perante o STF pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, com fundamento na interpretação dada às normas previstas no Decreto-Lei nº 220/1975 (Estatuto dos Servidores Cíveis do Estado do Rio de Janeiro), por autoridades administrativas e judiciais, que negavam aos servidores com união estável homoafetiva os mesmos direitos pacificamente reconhecidos aos casais heterossexuais (BRASIL, 2011).

⁵ A Resolução nº175/2013 do CNJ teve como base as decisões na ADI nº 4.277 e na ADPF nº 132, as quais produziram efeito vinculante à administração pública e aos demais órgãos do Poder Judiciário. Dessa forma, diante da competência dada ao Conselho, prevista no artigo 103-B da Constituição Federal (BRASIL, 1998), foi vedado às autoridades competentes a recusa de habilitação, celebração de casamento civil ou de conversão de união estável em casamento entre pessoas do mesmo sexo, implicando a imediata comunicação ao juiz corregedor em caso de descumprimento da resolução para tomar as providências cabíveis (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2013).

política estadunidense (STERN, 1965), a partir de reações às decisões da Suprema Corte, como nos casos *Brown v. Board of Education* (1954), *Roe v. Wade* (1973) e mais recentemente, em *Goodridge v. Department of Public Health* (2003).⁶ Em todos esses momentos, após a apreciação e deliberação da Corte a respeito do tema (segregação racial, interrupção da gravidez, etc.), em vários estados foram aprovadas leis que contrariam frontalmente a decisão do órgão judicial colegiado.

Observa-se, em rasa análise, que semelhante ao caso norte-americano, o reconhecimento de direitos homoafetivos no Brasil apresenta duas questões em choque. De um lado, a iminente necessidade da judicialização do tema, obtendo, como resultado, uma decisão do STF que (embora ainda inexistente previsão legal específica) garantiu direitos aos casais de pessoas do mesmo sexo. Por outro lado, um movimento contrário, encampado pelos partidos conservadores atuantes no Congresso Nacional, atuando para que, na arena política legislativa, seja aprovada lei em sentido contrário aos direitos LGBT.

Com isso, partindo-se da literatura que entende a expansão do Poder Judiciário como um fenômeno ocorrente e necessário aos países democráticos; a intervenção judicial em questões políticas como retirada de temas das instituições representativas para entregá-los às judiciais; e dos estudos norte-americanos que colocam o *backlash* como a reação institucional a uma decisão judicial paradigmática, surgiu o seguinte problema de pesquisa: é possível considerar que, no caso brasileiro, a judicialização da questão homoafetiva pelo STF, nas ADI nº 4.277/DF e ADPF nº 132/RJ, deu causa ao *backlash* legislativo no período posterior a 2011? O presente trabalho, extraído da dissertação de mestrado do autor, teve como afirmativa a hipótese, no sentido de que, no Brasil, a judicialização da questão homoafetiva deu causa ao *backlash* legislativo posterior a 2011.

A partir dos estudos a respeito do tema na área e da clássica concepção da tripartição dos poderes, de Montesquieu, é possível perceber que a iniciativa de políticas que visem mudanças sociais profundas, como é o caso do reconhecimento de direitos aos casais homoafetivos, apesar de presentes na agenda do Executivo, sofrem resistência de setores representados por partidos conservadores no Congresso Nacional. Tal dinâmica, contudo, parece invertida quando se apresentam os ministros do

⁶ O caso *Goodridge v. Department of Public Health* (2003) refere-se à decisão da Suprema Corte norte-americana de Massachusetts que vedou a discriminação entre casais heterossexuais e homossexuais, a fim de equiparar mesmas proteções e benefícios (licenças de casamento) (SIEGEL, 2017). Diante do julgamento, houve reação social e institucional, seguida da aprovação de leis nos estados norte-americanos negando direitos aos casais homoafetivos.

STF como agentes ativos e protetivos de grupos minoritários, por meio da judicialização de temas políticos e sociais, e deputados federais e senadores, membros representativos e constitucionalmente legitimados, inoperantes e, até mesmo, resistentes a mudanças necessárias.

Para realização do presente trabalho, extraído da dissertação do autor, a metodologia adotada foi de abordagem qualitativa, exploratória e descritiva. A revisão da literatura propôs, em um primeiro momento, a analisar a expansão global do Poder Judiciário na obra de Tate e Vallinder (1995), observando as razões para ocorrência do fenômeno e de que modo a judicialização de temas políticos passou a ser debatido nos âmbitos internacional e nacional. Em sequência, a técnica de pesquisa bibliográfica foi aprofundada com modelos de análise a respeito da judicialização da política e a perspectiva dos autores nacionais clássicos (VIANNA et al., 1997; ARANTES, 1997; CITADINO, 2004) e contemporâneos (DA ROS; TAYLOR, 2008; KORNER; MACIEL, 2002; ENGELMANN, 2017).

Quanto à pesquisa exploratória, foram buscadas as fontes de dados junto aos sites do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, com acesso aos documentos referentes ao trâmite, votos e julgamento das ações constitucionais ADI nº4.277/DF e ADPF nº132/RJ e da Resolução nº175/2013 do CNJ, referentes ao reconhecimento da união homoafetiva como entidade familiar. No mesmo sentido, foram analisadas as proposições legislativas contrárias à decisão da Corte pelo material disponível no site da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, entre os anos de 2011 a 2018, como projetos de lei e de emenda constitucional no âmbito do Legislativo Federal.

Quanto à abordagem qualitativa, foi realizada uma análise descritiva dos argumentos utilizados pelos ministros do STF no julgamento das ações constitucionais, bem como da justificativa dos parlamentares nos projetos contrários à pauta LGBT, como o PL nº 6.583/2013. Assim, foi possível analisar, de um lado, a fundamentação que embasou a decisão de reconhecimento de direitos homoafetivos e, de outro, o movimento contrário, por meio de proposições legislativas, pelos deputados e senadores no Congresso Nacional, em oposição à decisão do órgão máximo da estrutura do Judiciário.

O objetivo geral do trabalho foi analisar se, no caso brasileiro, semelhante ao que descreve a literatura norte-americana, a decisão judicial de reconhecimento de direitos aos casais homoafetivos deu causa ao *backlash* legislativo pelos partidos conservadores do Congresso Nacional. A presente pesquisa dividiu

seus objetivos específicos em três capítulos, sendo o primeiro, o marco teórico-conceitual, que abordou o debate da judicialização da política e do chamado efeito *backlash* nas literaturas internacional e nacional. Pretendeu-se, assim, observar como foram tratados os temas da expansão global do Poder Judiciário nas questões políticas e os modelos de análise adotados, bem como do *backlash* como reação social e institucional frente a decisões judiciais de grande relevância social e política.

O segundo capítulo realizou um recorte do fenômeno da judicialização no que se refere à decisão do STF que reconheceu a união homoafetiva como entidade familiar, mediante uma abordagem descritivo-analítica do julgamento. Assim, foram examinados os argumentos jurídicos e políticos invocados pelos membros do STF, bem como a fundamentação descrita nos votos. No terceiro e último capítulo, foram analisadas as reações e os movimentos contrários à pauta LGBT, de modo a observar sua caracterização (ou não) como efeito *backlash* à decisão do STF, no período de 2011 a 2018. Ao fim, a pesquisa descreveu a tensão existente entre os Poderes Judiciário e Legislativo, propondo uma reflexão, ao caso específico dos direitos LGBT, no cenário político brasileiro. Tendo em vista a dimensão (reduzida) do presente trabalho, os capítulos acima não serão apresentados de forma integral, tendo enfoque apenas o último.

2 DISCUSSÃO E RESULTADOS

2.1 TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO LGBT AO RECONHECIMENTO JUDICIAL DAS UNIÕES HOMOAFETIVAS (1988-2011)

A judicialização da questão homoafetiva, por meio da decisão proferida pelo STF nas ADI nº 4.277 e ADPF nº 132, reconhecendo às uniões entre pessoas do mesmo sexo, representou um avanço para comunidade LGBT. A última instância do Poder Judiciário, ao deliberar sobre o tema e expandir o entendimento do julgado aos demais órgãos administrativos e judiciais, pretendeu pôr fim aos inúmeros processos e decisões controvertidas no país, com o fim de garantir direitos mínimos aos casais homoafetivos. Apesar da importância e da conquista pelo julgamento de 2011, constata-se que a tensão entre esses movimentos sociais, de um lado, e a resistência a aprovação de medidas envolvendo gênero e orientação sexual, de outro, não é uma questão surgida na última década.

Um dos primeiros debates ocorridos foi sobre criminalização da homossexualidade, em finais de década de 1930. De acordo com Coacci (2014, p. 23), o debate ganhou concretude com a proposta de inserção no Código Penal de 1940, organizado por Alcântara Machado, do tipo penal “homossexualidade”, em que os atos libidinosos entre indivíduos do sexo masculino seriam reprimidos quando causassem escândalo público e punidos com pena de detenção de até um ano. Em virtude dessa proposta, entre os anos de 1950 e 1960 surgiram os primeiros grupos e coletivos homossexuais no Brasil, embora seja consenso da literatura na área de estudos LGBT que somente ao final da década de 1970, de fato, surgiu o que se poderia chamar de Movimento Homossexual (SIMÕES; FACCHINI, 2009).

No que se refere ao surgimento do movimento LGBT no Brasil, Facchini (2005) constrói as chamadas de três “ondas” sucessivas. A primeira seria a do surgimento do movimento no final da ditadura militar, marcada pela informalidade e desconfiança em relação ao Estado. Para autora, a segunda onda estaria caracterizada pelo arrefecimento do movimento incipiente em razão da epidemia do vírus HIV/AIDS e da luta pelo reconhecimento da diversidade sexual na Constituinte em 1988. Ao fim, na terceira e última onda, o movimento obteve a institucionalização e profissionalização por meio da construção de alianças com o Estado e da formulação de um discurso reivindicatório marcado pelo pragmatismo e pela linguagem dos direitos.

O debate da questão de direitos LGBT, assim, passou a ser necessário. Na pesquisa de Coacci (2014, p. 33), onde foram analisados os discursos judiciais sobre a homossexualidade no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e no STF, entre os anos de 1989 a 2012, constou-se que os direitos com temática LGBT estiveram em um total de 38 acórdãos, sendo 32 oriundos do primeiro e 06 do último tribunal. Da análise, também afirma o autor que, embora os acórdãos tenham, em média, 20 páginas, um exemplar fora do padrão é o do julgamento da ADPF nº 132 e ADI nº 4.277, possuindo um total de 270 páginas. Dessa forma, o tema revela, em específico, a importância política da questão dos direitos homossexuais levado ao Judiciário (OLIVEIRA, 2013).

Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 até o momento do julgamento da ADI/ADPF, em 2011, o contexto brasileiro sofreu modificações de cunho social, político e jurídico. Com a emergência das democracias e, principalmente, em âmbito internacional, na II Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, em 1993, houve uma nova agenda inclusiva e relativa aos Direitos Humanos a se estabelecer. O governo Fernando

Henrique Cardoso (FHC) passou a incorporar o discurso de direitos humanos como discurso oficial de Estado (BALLESTRIN, 2008), o que gerou a implementação de algumas medidas, como a instalação da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), em 1995, e da Secretaria Nacional de Direitos Humanos (SNDH), em 1996, vinculadas ao Ministério da Justiça, configurando o Sistema Nacional de Proteção aos Direitos Humanos.

O discurso dos direitos humanos, de acordo com Ballestrin (2008), serviu de estratégia, diante da comunidade internacional, para admissão do Brasil em determinados blocos econômicos e alianças interestatais. Embora presente o interesse econômico do governo tucano, na década de 1990, essa movimentação deu abertura aos grupos que militavam “silenciosamente” por direitos homoafetivos, o que Facchini (2005) afirma como um “reflorescimento do movimento”. Engajados os militantes em políticas de conscientização e prevenção do HIV/AIDS e nos novos formatos de Organizações Não-Governamentais (ONGs), foi nos anos de 1990 a fundação da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transgêneros (ABGLT), em um processo de adoção de políticas internacionais e nacionais e de vários movimentos sociais engajados na causa, o que resultou, em 1997, na primeira Parada do Orgulho LGBT, na cidade de Belo Horizonte/MG.

Os debates e as iniciativas legais e jurídicas em curso em nome da “cidadania LGBT”, para Simões e Facchini (2009, p. 24), são ilustrativos e emblemáticos do processo de transformações que o Brasil vive no âmbito dos cruzamentos entre sexualidade e política. Coacci (2014) destaca que sempre houve, de alguma forma, militância e campanhas em prol de garantia de direitos ao movimento LGBT, como exemplo do Triângulo Rosa, do Rio de Janeiro, grupo que se articulou com partidos políticos e organizações para alteração do termo “opção sexual” para “orientação sexual” na Assembleia Nacional Constituinte, em 1988. Apesar do grupo de pressão para que fosse incluída no artigo 3º, IV, a proibição de discriminação por orientação sexual, não houve êxito da proposição.

No livro de Simões e Facchini (2009, p. 161-169), há uma cronologia de 1978 a 2007 dando conta de todos os avanços obtidos pelo movimento LGBT “na trilha do arco-íris”. Pelos dados obtidos, pode-se perceber que, a partir de 2001 há alguns indícios de maior concretização de direitos na esfera política, como a sanção pelo Governo no Estado de São Paulo da Lei Estadual nº 10.948, punindo a discriminação por orientação sexual naquele estado. No mesmo ano, o Governo do Estado do Rio de Janeiro,

pela Lei Estadual nº 3.406, estabeleceu também penalidades aos estabelecimentos daquele estado que discriminassem pessoas em razão da orientação sexual.

Com a criação de novas institucionalidades pelo governo Lula (2003–2010) favoreceram as questões relacionadas aos direitos LGBT. Em decorrência do programa Brasil sem Homofobia, entre os anos de 2005 e 2006 foram criados mais de 40 centros de referência pelas capitais e grandes centros no país. Em 2009, houve a criação da Coordenação Geral de Promoção de LGBT e, em 2010, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação dos Direitos de LGBT (SIMÕES; FACCHINI, 2009).

No âmbito do Legislativo Federal, de acordo com Oliveira (2013), entre os anos de 2003 a 2010, surgiram 45 propostas legislativas visando regulamentar direitos da população LGBT. Contudo, apesar do volume, a autora afirma que não havia, em nenhuma delas, uma possibilidade concreta de garantia de direitos aos homossexuais. Esse argumento reforçava, cada vez mais, a ideia e a necessidade da apreciação judicial do tema.

Nessa linha, sob a ótica do Poder Judiciário, Coacci (2014) constatou que, pela análise do tema no STF e STJ, entre os anos de 1989 a 2012, nos dois tribunais a primeira ação envolvendo o tema homoafetivo data do ano de 1998, sendo entre 2004 a 2009, uma média de duas ações por ano sobre a temática, com exceção de 2007, onde não foram encontrados processos. A partir de 2010, houve um ápice dos julgamentos, encontrando, em 2011, um total de 13 ações, ano em que foi julgada a ADI nº 4.277/DF e a ADPF nº 132/RJ. Assim, embora sem êxito em estabelecer uma correlação, o autor afirma que o aumento das ações junto aos tribunais superiores coincide com a ascensão dos partidos de esquerda ao poder nacional.

Outro fato importante para presente pesquisa e que aponta na ampliação do debate da questão homoafetiva, após a ascensão ao poder pelos partidos de esquerda no Brasil, é de que as ações (ADI nº 4.277/DF e ADPF nº132/RJ) que resultaram no reconhecimento jurídico da união homoafetiva, não foram propostas por grupos ou associações engajadas na mobilização e no reconhecimento de direitos LGTB. Embora tenham esses grupos atuado de forma indireta, como afirma Cardinali (2017), como na atuação na qualidade de *amici curiae*, a ADPF foi proposta à época pelo Governador do Estado do Rio de Janeiro/RJ e a ADI pela Vice-Procuradora-Geral da República em exercício. Na pesquisa de Coacci (2014), o autor também destaca que as conquistas obtidas pelo movimento LGBT, por meio das ações no STF, não se deram por uma ação direta dos movimentos sociais,

embora se tenha ciência do engajamento da comunidade na causa homoafetiva.⁷

2.2 REAÇÕES LEGISLATIVAS NO CONGRESSO NACIONAL APÓS A JUDICIALIZAÇÃO DA QUESTÃO HOMOAFETIVA (2011–2018)

Diante do contexto social e político apresentado na seção acima, percebe-se que houve, de fato, uma ampliação do debate e das abordagens de questões relacionadas ao movimento LGBT no período de 1988 a 2011. Embora o avanço das temáticas e das políticas públicas que o governo federal empreendeu em diversas épocas, a questão do reconhecimento de direitos homoafetivos sofreu resistência, em especial no Congresso Nacional. Da mesma forma que houve um engajamento da militância em prol de direitos, surgiram novos setores conservadores resistindo às mudanças propostas nas questões relacionadas a gênero, sexualidade e orientação sexual.

Com a criação da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), em 2003, e com a XI Conferência Nacional para atualização do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), em 2008, durante o governo Lula houve um ressurgimento de reações conservadoras. De acordo com Ciconello (2011, p. 96–97), um dos exemplos foi a organização Tradição, Família e Propriedade (TFP), agindo em conjunto a uma superexposição de posicionamentos ultraconservadores nos meios de comunicação, como “o do jurista Ives Granda Martins para quem o PNDH III seria um decreto preparatório para um regime ditatorial”. Para o autor, essas forças – simbolicamente articuladas à época da ditadura pelo lema do

⁷ Nesse ponto, cabe destacar (ainda em tempo) em relação aos modelos de análise da judicialização e intervenção judicial em questões políticas, a justificativa da presente pesquisa da não adoção da perspectiva de análise da mobilização do direito (*legal mobilization*), situada predominantemente no escopo da sociologia do direito e do movimento *law & society*. Primeiramente, no recorte à questão homoafetiva, as ações constitucionais (ADI nº 4.277 e ADPF nº132) não foram propostas diretamente por atores sociais ou grupos de interesse engajados na comunidade LGBT. Dessa forma, a judicialização do tema político chegou ao STF por meio do Governador do Estado do Rio de Janeiro e da Procuradora-geral da República. O controle de constitucionalidade no Brasil permite que entidades e associações proponham ações constitucionais perante o Supremo de questões com pertinência temática. Além disso, de acordo com Engelmann (2017, p. 23–24), essa abordagem da mobilização política do espaço judicial tem como foco os movimentos e grupos de interesse, estudando as relações entre a esfera jurídica e a política. Os estudos, que crescem na literatura da Ciência Política, têm origem em Epp (1998), autor de “*The Rights Revolution: lawyers, activists, and supreme courts in comparative perspective*”, e parte do argumento de que o Poder Judiciário adquire capacidade de intervenção em questões proeminentes, desde que esteja inserido em uma sociedade dotada de *suupart structure*, ou seja, de associações civis bem organizadas, ideologicamente definidas e com assessoria jurídica estruturada. Dessa forma, diversamente do que ocorreu no caso da questão homoafetiva – embora se possa constatar a atuação indireta dos movimentos LGBT, inclusive na condição de *amicus curiae* – essa perspectiva de análise não se presta à pesquisa, uma vez que enfatiza a mobilização das instituições judiciais por indução de demandantes individuais e coletivos, transformando o Judiciário em um mediador político (ENGELMANN, 2017).

TFP – adquiriram uma nova roupagem, articulando-se sob um discurso neoliberal conservador.

Com as eleições presidenciais do ano de 2010, o tema relacionado aos direitos homossexuais permeou o debate dos presidencialistas, não diretamente, mas veiculado por meio de questões como aborto e liberdade religiosa. Como afirma Ciconello (2011, p. 98), com base no Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), nas eleições de 2010 a bancada evangélica passou de 36 para 73 parlamentares, sendo desses 36, 34 já estariam no segundo mandato consecutivo. Dessa forma, o enfrentamento da temática LGBT pelos poderes Executivo e Legislativo tornou-se necessária, embora apresentasse forte resistência desses setores que colocavam a religião como argumento principal em oposição aos direitos LGBT.

No ano de 2011, como destaca Coacci (2014), o governo Dilma deu seguimento aos programas relacionados à temática LGBT, como a realização das etapas municipal, estadual e federal da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT, a criação da Comissão Nacional de Diversidade Sexual (ainda por engajamento da Ordem dos Advogados do Brasil, encampado pela Desembargadora aposentada Maria Berenice Dias). Oliveira (2013) afirma que nesse mesmo ano, um total de 34 novas proposições legislativas envolvendo a garantia de direitos LGBT foram propostas no Congresso Nacional. Contudo, das proposições apresentados, poucas possuíam previsão de aprovação.

Nesse sentido, as políticas do governo Dilma (2011–2016), no primeiro mandato, passaram a enfrentar resistência dos setores mais conservadores e religiosos para implementação e continuidade dos programas envolvendo direitos LGBT. De acordo com Coacci (2014), como parte do programa Brasil Sem Homofobia, em 2011, houve a produção de material, a ser distribuído nas escolas federais, para incentivar o combate ao preconceito e promoção da diversidade. Contudo, os Deputados federais Jair Bolsonaro (PP-RJ) e Marco Feliciano (PR-SP) e o Senador Magno Malta (PR-ES) passaram anunciar nos meios de comunicação sobre a distribuição de um “*kit gay*”, fazendo com que a bancada evangélica declarasse a abstenção de votações de todo e qualquer projeto da Câmara até que o governo recolhesse todos os vídeos e materiais.

Destaca-se que à época da veiculação e disseminação pelos parlamentares das bancadas conservadoras a respeito do “*kit gay*” – que resultaram na não distribuição dos documentos pelo governo Federal –, o STF já havia proferido decisão na ADI nº

4.277/ADPF nº 132. Para Mello et al. (2012), o fortalecimento da campanha de combate ao material de conscientização nas escolas pode ser encarada como uma reação dos setores mais radicais à decisão que equiparou a união estável homoafetiva à união heteroafetiva. Para Ciconello (2011), por outro lado, essa Igreja Católica que existe atualmente, representada por esses partidos, não é a mesma dos anos de 1970 e 1980, uma vez que

a guinada conservadora da Igreja vem produzindo efeitos devastadores para o avanço de direitos ao bloquear as demandas de movimentos sociais e associações de defesa de direitos no país, como o movimento feminista, de DST/Aids e LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis) (CICONELLO, 2011, p. 97–98).

Dessa forma, mesmo diante do avanço de políticas do Executivo e de decisões judiciais favoráveis à questão em diversos estados, as demandas na arena legislativa federal sofreram intensa resistência de setores conservadores ligados a religiões cristãs, principalmente por meio da Frente Parlamentar Evangélica (FPE). A bancada religiosa apresentou, de acordo com Cardinali (2017, p. 44), um discurso marcado pela defesa de uma concepção de família “exclusivamente heterossexual–monogâmica ('tradicional') e pela oposição à repressão de discursos e práticas discriminatórios, com fundamento na liberdade de expressão”. Com isso, de acordo com o autor, o Legislativo tornou-se um espaço pouco ou nada propício à promoção da agenda de direitos homoafetivos, motivo pelo qual, o movimento LGBT passou a apostar na judicialização como estratégia política.

A pesquisa, por meio da coleta de dados e da revisão bibliográfica, constatou a existência de uma reação legislativa ocorrida, quase imediatamente, posterior à decisão do STF na ADI nº 4.277/DF e na ADPF nº132/RJ: o Projeto de Decreto Legislativo (PDC) nº 224/2011, de autoria do Deputado João Campos (PSDB/GO), que à época era da Frente Parlamentar Evangélica.⁸ A proposição pretendia sustar os efeitos da decisão do Supremo, uma vez que o Judiciário teria extrapolado sua competência e invadido as atribuições do Congresso Nacional. De acordo com Cardinali (2017), os argumentos apresentados no PDC eram de ordem exclusivamente formal e alegavam que o STF teria promovido verdadeira alteração do texto constitucional sob o pretexto de interpretá-lo.

⁸ O Projeto de Decreto Legislativo nº 224/2011 prevê em seu art. 1º que fica sustada a decisão do Supremo Tribunal Federal proferida na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4277 e Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132, que reconhece a estabilidade da união homoafetiva, anulando-se todos os atos dela decorrentes (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2011).

O PDC nº 224/2011, com fundamento na competência do Congresso Nacional, prevista nos incisos V e XI, do art. 49, da Constituição Federal, além da sustação dos efeitos da decisão do STF, objetivou a anulação de todos os atos dela decorrente. Na justificativa do projeto consta que o Supremo, ao conceder direitos aos casais homossexuais, ultrapassou os limites da interpretação da Constituição, criando uma nova lei, o que é vedado pela norma constitucional. Ainda, o autor do projeto, Deputado João Campos (PSDB-GO), destacou que

convencidos dos argumentos aqui esposados, deputados que integram FPE - Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional, em reunião, na terça-feira passada, deliberaram por apresentar o presente Projeto de Decreto Legislativo, no zelo da competência do Legislativo e também com caráter preventivo em relação a outras decisões que o STF poderá prolatar no futuro evitadas de ilimitado ativismo que configure a invasão de competência do legislativo. À luz de todo exposto, conto com o apoio dos nobres Pares para aprovar o presente Projeto de Decreto Legislativo, com o objetivo de sustar a decisão do Supremo Tribunal Federal proferida na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4277 e Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132, que reconheceu a estabilidade da união homoafetiva, anulando-se todos os atos dela decorrentes (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2011).

Coacci (2014) destaca que o PDC nº224/2011 foi proposto no mesmo dia em que houve o veto presidencial do denominado “*kit gay*” e cancelada a distribuição do material no país. A proposição é, de fato, reativa à decisão do STF, embora na fundamentação sustente a invasão de atribuições pelo Supremo, sem questionar o mérito do julgamento. De acordo com site da Câmara, o projeto foi devolvido ao autor, Deputado João Campos (PSDB-GO), e arquivado em razão de versar sobre matéria evidentemente inconstitucional, nos termos do Regimento Interno da Câmara (RIDC):

No ano seguinte, em 2012, de acordo com Mello et al. (2012), ocorreu novamente um veto presidencial a materiais didáticos. Dessa vez, os documentos informativos versavam sobre prevenção ao HIV/AIDS e era voltado para jovens homossexuais de 18 a 24 anos. Em razão da justificativa dada pelo Ministério da Saúde, tudo levou a crer que o posicionamento tenha sido ocasionado por pressão de grupos e bancadas religiosas do Congresso Nacional (MELLO et al., 2012).

Em 2013, nesse contexto posterior à decisão do STF e à expedição da Resolução pelo CNJ, que reconheceu e deu tratamento paritário das uniões homoafetivas no Brasil, foi proposto na

Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 6.583/2013, de autoria do deputado Anderson Ferreira (PR-RJ), denominado “Estatuto da Família”.⁹ De acordo com a proposta legislativa, define-se entidade familiar como “núcleo social formado a partir da união entre um homem e uma mulher, por meio do casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2013).

A justificativa apresentada no PL nº 6.583/2013 prevê um estatuto sobre questões centrais envolvendo uma família, sendo essa entidade familiar àquela composta pela união entre o homem e a mulher. O teor da proposta legislativa, pelo que se vê, confronta claramente o entendimento dos ministros do STF na ADI nº 4.277/ADPF nº 132. Além disso, um dado preocupante é o apoio social dado em enquete realizada pela Câmara dos Deputados, em meio virtual, aberta em fevereiro de 2014 e em encerrada agosto de 2015, onde 4,9 milhões dos votos (48,09%) foram favoráveis ao PL (PIMENTEL, 2017).

De acordo com Cardinali (2017, p. 217), o PL nº 6.583/2013 tem por objetivo não só desconstituir a decisão do STF e a posterior resolução do CNJ, como também caracterizar apenas a união entre um homem e uma mulher como família, visando garantir “a firme atuação do Estado na defesa deste modelo tradicional de família, heteronormativo e patriarcal”. Além disso, o projeto prevê a inclusão de uma nova disciplina obrigatória no currículo do ensino fundamental e médio como a denominação “Educação para a família”, criando a obrigação do “Dia Nacional da Valorização da Família”, a ser celebrado em todas as escolas (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2013). Contudo, nessa parte, Cardinali (2017) afirma que o projeto se confronta com a justificativa dos próprios parlamentares evangélicos, os quais criticam, de forma feroz, as medidas de combate à homofobia no ambiente escolar. Destaca-se, ainda, que a Comissão Especial criada para debater a proposta legislativa é formada em maior parte por integrantes da FPE, sendo que as audiências públicas realizadas até o momento restaram marcadas pela proliferação de falas e atores religiosos (CARDINALI, 2017). Dessa forma, o projeto de “Estatuto da Família” é uma clara desautorização da interpretação constitucional feita pelo STF nas ações de controle de constitucionalidade. Além da tensão gerada, em um primeiro

⁹ De acordo com PL nº 6.583/2013, o artigo 1º prevê o Estatuto da Família e dispõe sobre os direitos da família, e as diretrizes das políticas públicas voltadas para valorização e apoio à entidade familiar, caracterizando no artigo 2º entidade familiar como o núcleo social formado a partir da união entre um homem e uma mulher, por meio de casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

momento, com o PDC nº 224/2011, tais setores conservadores insistem em reverter o reconhecimento judicial da questão.

Em 2016, pelos dados obtidos no site da Câmara dos Deputados, verificou-se a existência do Projeto de Decreto Legislativo nº 539/2016, o qual objetiva sustar os efeitos da Resolução nº 001/1999 do Conselho Federal de Psicologia (CFP), autorizando práticas de patologização ou de ação coercitiva de comportamentos homossexuais. O PDC intitulado de “cura gay”, proposto pelo Deputado Pastor Eurico (PHS-CE), tem cunho evidentemente religioso e demagógico, mas se fundamenta (a semelhança do PDC nº224/2011) na usurpação de competência do Congresso Nacional.

Também do ano de 2016 é o PL nº 4.754, apresentado pelo Deputado e tesoureiro da FPE, Demóstenes Cavalcante (DEM-RJ), à época do PSD/RJ, e integrante da Comissão Especial que analisa o “Estatuto da Família”. A proposta tem como objetivo acrescentar ao artigo 39 da Lei nº 1.079/1950 (Lei do Impeachment), que prevê as hipóteses de crimes de responsabilidade pelos ministros do STF, uma sexta hipótese: “usurpar competência do Poder Legislativo ou do Poder Executivo”. De acordo com Cardinali (2017), no parecer, o Relator Marcos Rogério (DEM/RO) faz uma extensa análise dos fenômenos da judicialização da política e do ativismo judicial, descrevendo a ocupação dos espaços decisórios (dos outros poderes) pelo STF.

O PL nº 4.754, assim como os anteriores a 2016, demonstram a tensão existente entre os Poderes Legislativo e Judiciário no que toca à judicialização de temas políticos e sociais relevantes. Quando um tema de difícil enfrentamento chega ao STF e obtém uma resposta (seja positiva, seja negativa), os parlamentares, de alguma, tendem a se utilizar de proposições para, no mínimo, manifestar o descontentamento e a oposição diante dessa “derrota” institucional. Na justificativa do projeto de lei, o Deputado relator Marcos Rogério (DEM/RO) condena das práticas de “jurisprudência criativa” e “decisionismo judicial” do Supremo, ressaltando em suas razões que

Como dado coletado pela presente pesquisa, no período que sucede à decisão do STF na ADI nº 4.277/ADPF nº 132, a partir de 05 de maio de 2011, por meio da pesquisa avançada por assunto, pela palavra “união homossexual”, foram encontrados nove (09) resultados pelo site da Câmara dos Deputados, dos quais (04) quatro são proposições que questionam o reconhecimento de direitos aos casais homoafetivos. Além do PDC nº224/2011, foram encontradas três propostas de convocação de plebiscito: duas

sobre o reconhecimento legal da união homossexual como entidade familiar (PDC nº 495/2011 e PDC nº 521/2011) e uma sobre a união civil entre pessoas do mesmo sexo (PDC nº 232/2011).

Da mesma forma, pelo site do Senado Federal, foi realizada pesquisa avançada/textual, pelo termo “união homossexual”, no período posterior a 05/05/2011. Diferentemente do site da Câmara, no Senado foi encontrada apenas uma proposição legislativa. Contudo, o resultado encontrado (PLS nº 612/2011) não combate o reconhecimento da união homoafetiva; pelo contrário, propõe alteração legislativa para o reconhecimento legal como entidade familiar e os direitos a ela inerentes.

Dessa forma, procurou-se apresentar, como movimentos contrários, as principais proposições legislativas e as formas de resistência oferecidas pela bancada conservadora, em geral da FPE, com maior destaque no cenário nacional e pela literatura na área. Como afirma Cardinali (2017, p. 207), dos idos de 1986, os primeiros parlamentares eleitos e expressamente identificados com o ideal do “neopentecostalismo” iniciaram essa intransigente oposição às propostas de avanço na pauta moral na nova Constituição. Dentre elas, em 1988, o engajamento em deixar de fora do artigo 3º a vedação da discriminação em razão de orientação sexual.

Como passar do tempo, a FPE cresceu e adquiriu novos adeptos e partidos coligados, ancorados na concepção religiosa e pragmática de família. Em 2013, a nomeação do Deputado Marco Feliciano (PSC-SP) para presidir a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados parece, para Cardinali (2017), um bom exemplo do apoio social e dos partidos conservadores no Congresso Nacional a essa política. Não seria diferente, portanto, a maciça reação e a resistência legislativa à garantia de direitos à comunidade LGBT.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela revisão da literatura e análise de dados, do ano de 1988 até o momento do julgamento da ADI/ADPF, em 2011, o contexto brasileiro sofreu modificações de cunho social, político e jurídico, principalmente após a nova agenda inclusiva e relativa aos Direitos Humanos em 1993. Em termos de políticas LGBT, de um lado, houve no período a ascensão de partidos de esquerda ao Governo Federal e o engajamento em programas de inclusão e proposições legislativas que objetivam o reconhecimento aos direitos homoafetivos (PEC nº 70/2003, PL nº 2.383/2003, PL nº 6.297/2005, PL nº 2.285/2007, PL nº 674/2007, PL nº 4.912/2009 e o

Projeto de Lei Complementar 122/2006). De outra banda, contudo, os projetos que tramitavam no Congresso Nacional, já sofriam resistência, uma vez que desde 1995, o tema era discutido pelos parlamentares sem chegarem a um consenso para a aprovação de qualquer regulamentação.

Com as eleições do ano de 2010, o debate dos presidencialistas foi permeado pelas questões atinentes aos direitos homossexuais, embora não diretamente, mas por meio de questões como aborto e liberdade religiosa. Dessa forma, o enfrentamento da temática LGBT pelos poderes Executivo e Legislativo era necessário, embora apresentasse forte resistência desses setores que colocavam a religião como argumento principal em oposição aos direitos LGBT. Por outro lado, nessa época, o STF já se preparava para o julgamento das ações constitucionais, propostas entre 2008 e 2009.

O presente trabalho, extraído da pesquisa de mestrado, durante o aprofundamento no tema, constatou que após a decisão do STF na ADI nº 4.277/ADPF nº132, a primeira e imediata reação legislativa foi o PDC nº 224/2011, de autoria do Deputado João Campos (PSDB-GO). A proposição pretendia sustar os efeitos da decisão do Supremo, uma vez que o Judiciário, na visão do autor, teria extrapolado competências e invadido atribuições privativas do Congresso Nacional. Esse projeto representa, se não o principal, um importante *backlash* ao julgamento do Supremo, uma vez se quer toca ao mérito do julgado (reconhecimento da união homoafetiva), mas a (usurpação de) competência do órgão judicial.

Ainda, como dado coletado pela presente pesquisa, no período que sucede à decisão do STF, a partir de 05 de maio de 2011, por meio da pesquisa por assunto ("união homossexual"), encontrou-se nove resultados pelo site da Câmara dos Deputados, dos quais (04) quatro são proposições que questionam o reconhecimento de direitos aos casais homoafetivos. Incluído nessa contagem o PDC nº 224/2011, as propostas tratam da convocação de plebiscito (duas sobre o reconhecimento legal da união homossexual como entidade familiar – PDC nº 495/2011 e PDC nº 521/2011 – e uma sobre a união civil entre pessoas do mesmo sexo – PDC nº 232/2011). Dessa forma, percebeu-se que, embora o Supremo tenha pacificado a questão, os parlamentares ainda pretendiam por o tema em debate à população.

Em 2013, outra importante reação legislativa foi Projeto de Lei nº 6.583/2013, de autoria do deputado Anderson Ferreira (PR-RJ), denominado "Estatuto da Família". A proposta legislativa, como já mencionado na pesquisa, busca definir entidade familiar como

núcleo social formado a partir da união entre um homem e uma mulher. O projeto releva-se também como *backlash* à decisão do STF, uma vez que confronta diretamente o entendimento dos Ministros em dar *status* de entidade familiar à união homoafetiva.

Nesse ponto, cabe destacar que em 2017 (e diante do PL nº 6.583), a Ordem dos Advogados do Brasil apresentou à Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa do Senado Federal anteprojeto de lei para instituir o “Estatuto da Diversidade Sexual e Gênero”. A Presidente da Comissão, a Desembargadora aposentada Maria Berenice Dias, pretende com o projeto, que denomina de “Estatuto das Famílias”, alterar inúmeros dispositivos infraconstitucionais brasileiros. Dessa forma, o projeto (PLS nº 134/2018) vem, a exemplo da Resolução nº 175/2013 do CNJ, como “reforço” a decisão de STF e ao *backlash* legislativo subsequente.

O pressuposto da pesquisa, assim, de que a judicialização da questão homoafetiva pelo STF, na ADI nº 4.277/DF e na ADPF nº 132/RJ, deu causa ao *backlash* legislativo, ocorrido após a decisão de 2011, demonstrou-se parcialmente válido. De um lado, pela análise dos estudos da área e dos dados obtidos após o julgamento das ações constitucionais, constatou-se a judicialização deu causa ao *backlash* por parte da bancada conservadora-religiosa, em especial da Frente Parlamentar Evangélica, na Câmara dos Deputados, no sentido de reverter, contestar ou propor uma redução de direitos LGBT. A reação dos parlamentares ocorreu tanto no ataque aos casais homoafetivos e ao desvirtuamento do ideal de família, quanto pela crítica ao ativismo e apropriação indevida de atribuições pelo Poder Judiciário.

Por outro lado, tem-se que o pressuposto não restou totalmente procedente, pois a causa do *backlash* legislativo, de acordo com a revisão bibliográfica e análise histórica das questões relacionadas ao movimento LGBT, demonstrou que a resistência dos legisladores existe, pelo menos, desde a promulgação da Constituição Federal (1988). No que se refere aos direitos homoafetivos, antes do aprofundamento no tema, como já destacado, acreditava-se que as proposições legislativas reacionárias ocorreram de fato após o ano de 2011. Contudo, ao avançar da dissertação, percebeu-se que a decisão do STF apenas potencializou a reação dos parlamentares e o enfrentamento (já existente) no cenário político brasileiro entre os Poderes Legislativo e Judiciário.

Percebe-se também do presente trabalho, embasado pela pesquisa de mestrado, que em diversos contextos políticos houve

reação contrária às pautas, programas e projetos de lei relacionados à comunidade LGBT. No Congresso Nacional, a bancada que representa a Frente Parlamentar Evangélica tem freado o reconhecimento de direitos a esse setor social minoritário, o que tornou necessária a judicialização do tema como última via para garantia, ao menos, aos casais homoafetivos. Seguindo o exemplo dos EUA, desde a decisão em *Goodridge v. Department of Public Health* (2003) até a mais recente em *Obergefell v. Hodges* (2015), os estudos na área confirmam a presença de resistência e do *backlash*, antes e depois do julgamento, em vários estados norte-americanos.

Assim, em oposição à hipótese sustentada na pesquisa, pelo que se encontra na literatura, o debate e o embate das questões LGBT esteve presente desde os idos de 1988, na redemocratização do país. A época, foi proposto o acréscimo na Constituição da proibição de discriminação em razão de orientação sexual, além da caracterização da união estável entre casais formados por pessoas do mesmo sexo; contudo, sem êxito. A posição de compromisso com os direitos homoafetivos é uma pauta que tem obtido apoio social, principalmente de partidos mais alinhados à esquerda do espectro político, contudo, ainda sofre resistência ao aprovar projetos das bancadas e os partidos ligados à FPE, por meio do trancamento de pauta e das discussões sobre o tema.

Acrescente-se que no início da pesquisa de mestrado, pelo material inicialmente coletado e pela revisão bibliográfica prematura, vislumbrava-se como principal *backlash* legislativo ao julgamento do STF o Projeto de Lei nº 6.583/2013 ("Estatuto da Família"). Com o aprofundamento do tema, verificou-se a existência de várias outras proposições ligadas à Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional, como o PDC nº 224/2011, com o objetivo de sustar os efeitos da decisão proferida pelo Supremo na ADI nº 4.277/DF e na ADPF nº 132/RJ. Na questão dos direitos LGBT no Brasil, dessa forma, mesmo tendo o Poder Judiciário judicializado a questão, o *backlash* ocorreria se atuação fosse do Legislativo ou do Executivo.

Por fim, na interface das áreas da Ciência Política e do Direito, o trabalho embasado na pesquisa de mestrado apresentou como objeto de estudo a decisão do STF que reconheceu a união homoafetiva como entidade familiar. O tema da judicialização e os diálogos que propõe esse fenômeno, em um primeiro momento, estão presentes no contexto político brasileiro, principalmente em época de crise institucional e falta de representatividade política. De outro lado, o *backlash* legislativo, em especial na atuação da Frente Parlamentar Evangélica, releva

que as reações contrárias às garantias constitucionais, no caso da dissertação os direitos LGBT, é apenas uma das tantas pautas reacionárias dessa bancada conservadora e das “novas direitas” que movimentam o cenário político-partidário no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Rogério Bastos. **Judiciário e política no Brasil**. São Paulo: Educ; Idesp, 1997.

BALLESTRIN, Luciana. Direitos Humanos, Estado e Sociedade Civil nos Governos de Fernando Henrique Cardoso (1994–2002). **Teoria & Sociedade**, v.2, n.16, p. 10–33, 2008.

BRASIL. Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4.277 e Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 132. **Supremo Tribunal Federal**, Relator: Ayres Britto, julgado em 05 mai. 2011. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=11872>. Acesso em: 23 set. 2018.

_____. Proposta de Decreto Legislativo n. 224, de 25 de maio de 2011. Susta a aplicação da decisão do Supremo Tribunal Federal proferida na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4277 e Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132, que reconhece a entidade familiar da união entre pessoas do mesmo sexo. **Atividade Legislativa**, Projetos de Lei e Outras Proposições. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=503973>. Acesso em 26 set. 2018.

_____. Projeto de Lei n. 6.583, de 16 de outubro de 2013. Dispõe sobre o Estatuto da Família e dá outras providências. **Atividade Legislativa**, Projetos de Lei e Outras Proposições. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=597005>. Acesso em 26 set. 2018.

CARDINALI, Daniel Carvalho (2017). **A judicialização dos direitos LGBT no STF: limites, possibilidades e consequência**. Dissertação (mestrado) em Direito. Rio de Janeiro: UFRJ. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4992792. Acesso em: 23 set. 2018.

CICONELLO, Alexandre. Os avanços e contradições das políticas de direitos humanos no governo Lula. In: PAULA, Mariline de (org.). **Nunca antes na história desse país...?: um balanço das políticas do governo Lula**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2011.

CITTADINO, Gisele. Poder Judiciário, ativismo judiciário e democracia. **ALCEU**, v. 5, n. 9, p. 105–113, 2004. Disponível em: http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/alceu_n9_cittadino.pdf. Acesso em: 23 set. 2018.

COACCI, Thiago (2014). **Do homossexualismo à homoafetividade: discursos judiciais sobre a homossexualidade no STJ e no STF de 1989 a 2012**. Dissertação (mestrado) em Ciência Política. Belo Horizonte: UFMG. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1338672. Acesso em: 23 set. 2018.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Resolução n. 175, de 14 de maio de 2013. Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas do mesmo sexo. **Presidência do Conselho Nacional de Justiça**, 14 maio 2013. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/atos_administrativos/resoluo-n175-14-05-2013-presidencia.pdf>. Acesso em: 23 set. 2018.

DA ROS, Luciano; TAYLOR, Matthew M. Os partidos dentro e fora do poder: a judicialização como resultado contingente da estratégia política. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, v. 51, n.4, p. 825–864, 2008.

ENGELMANN, Fabiano (Org.). **Sociologia política das instituições judiciais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2017.

FILGUEIRAS, Fernando; MARONA, Marjorie Corrêa. A corrupção, o Judiciário e a cultura política no Brasil democrático. **Temas de corrupção política**, p. 99–136, 2012.

GARAPON, Antoine. **O juiz e a democracia: o guardião de promessas**. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

KOERNER, Andrei. Ativismo judicial? Jurisprudência constitucional e política no STF pós-88. **Novos Estudos**, n. 96, pp. 69–85, 2013.

KOERNER, Andrei; MACIEL, Débora. Sentidos da judicialização da política: duas análises. **Lua Nova**, n. 57, p. 113–133, 2002.

MELLO, Luiz; BRITO, Walderes; MAROJA, Daniela. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. **Cad. Pagu**, n. 39, p. 403–429, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332012000200014&lng=en&nrm=iso. Acesso em 26 set. 2018.

OLIVEIRA, Rosa Maria Rodrigues de. **Direitos sexuais de LGBT* no Brasil: jurisprudência, propostas legislativas e normatização federal**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria da Reforma do Judiciário, 2013. Disponível em: http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politicas-de-justica/backup/backup-fev-2018/cejus/publicacoes/publicacoes/direitos_sexuais_de_lgbt_no_brasil_210x297mm_1411_19_h30.pdf/view. Acesso em: 23 set. 2018.

PIMENTEL, Mariana Barsaglia. Backlash às decisões do Supremo Tribunal Federal sobre união homoafetiva. **Revista de informação legislativa**, v. 54, n. 214, p. 189–202, 2017. Disponível em: http://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/54/214/ril_v54_n214_p189. Acesso em: 23 set. 2018.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

STERN, Felice A. Backlash. **American Speech**, v. 40, n. 2, p. 156–157, 1965.

TATE, Neal C.; VALLINDER, Torbjörn (eds.). **The Global Expansion of Judicial Power**. New York: New York University Press, 1995.

TAYLOR, Matthew M. O Judiciário e as Políticas Públicas no Brasil. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, v. 50, n. 2, p. 229–257, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v50n2/a01v50n2.pdf>. Acesso em: 23 set 2018.

VIANNA, Luiz Werneck; BURGOS, Marcelo Baumann; SALLES, Paula Martins. Dezessete anos de judicialização da política. **Tempo social**, Revista de sociologia da USP, v. 19, n. 2, p. 39–85, 2007.

DILMA VS TEMER: O QUE FOI PROMETIDO E O QUE REALMENTE MUDOU PARA O MERCOSUL?

Ana Carolina dos Santos Costa¹

Victor Tavares Barbosa²

Resumo

O presente trabalho se propõe a investigar como as mudanças na política interna no Brasil, a partir de 2011 até o fim do governo Temer, em 2018, interferiram na postura do Brasil para com Mercosul. Para responder à pergunta deste trabalho pretendemos aliar os métodos de análise qualitativa com análise quantitativa de dados. Por um lado, utilizaremos a análise de conteúdo para entender os objetivos de cada presidente. Para Dilma I e II analisaremos as suas propostas de governo para a política externa brasileira (PEB) frente ao Mercosul. Para Temer, buscaremos os seus posicionamentos públicos sobre a PEB com relação ao Mercosul durante o processo de *impeachment*. Então, após identificar esses padrões, iremos nos debruçar sobre a quantidade dos acordos bi e multilaterais assinados por cada governo no âmbito do Mercosul para então entender se as mudanças na política externa foram pragmáticas ou programáticas.

Palavras-chave: Mercosul; política externa brasileira; Dilma; Temer.

Dilma vs Temer: What was promised and what really changed for Mercosur?

Abstract

This paper aims to investigate how the changes in domestic politics in Brazil, from 2011 until the end of the Temer government, in 2018, interfered in Brazil's stance towards Mercosur. To answer the question of this work we intend to combine the methods of qualitative analysis with quantitative analysis of data. Firstly, we will use content analysis to understand the objectives of each president. For Dilma I and II, we will analyze her government proposals for Brazilian foreign policy (PEB) vis-à-vis Mercosur. For Temer, we will seek his public positions on PEB in relation to Mercosur during the impeachment process. Then, after identifying these patterns, we will look at the number of bi and multilateral agreements signed by each government within the scope of Mercosur to then understand whether the changes in foreign policy were pragmatic or programmatic.

Keywords: Mercosur; Brazil's Foreign Policy; Dilma; Temer

¹ Ana Carolina Costa: Bacharel em Ciência Política. É Pesquisadora Associada ao IEÁSIA (Instituto de Estudos da Ásia - UFPE) e Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (PPGCP-UFPE). Disponível em: scostacarolina@gmail.com

² Victor Barbosa: Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco. Pesquisador associado ao IEASIA. Disponível em: victortavares.b@gmail.com

1. Introdução

A noção que as relações internacionais e as políticas domésticas interagem agudamente é quase que um consenso dentro da academia, e isso é evidenciado em trabalhos como o de Milner e Keohane (1996), Putnam (1988), Milner (1997) e Gourevitch (2002). Desde de 2015, o Brasil passa por uma série de acontecimentos que abalaram as estruturas da política doméstica do país e que são determinantes tanto para a formulação da política externa brasileira quanto sobre a maneira a qual os demais parceiros e atores internacionais enxergam e se envolvem com o Brasil, em uma relação que liga a política doméstica ao contexto internacional. Logo, este trabalho busca responder a seguinte pergunta: como as mudanças na política interna no Brasil entre 2011–2018 interferiram no Mercosul?

Durante o processo de *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, seus correligionários e aliados políticos apresentavam vários motivos pelos quais tal processo não deveria ser finalizado. Para além dos questionáveis porquês jurídicos envolvendo o processo, alguns dos motivos políticos alegados afirmavam que tal processo seria danoso à posição que o Brasil exercia de líder regional e protagonista político. Uma das líderes do Partido dos Trabalhadores na época chegava a dizer que o então presidente interino Michel Temer ameaçava a existência do Mercosul³. Portanto, buscamos entender se houve mudanças programáticas entre os governos Dilma e o governo Temer que alteraram o processo de integração entre os membros do bloco. Os autores acreditam que não, as mudanças que ocorreram foram mais programáticas do que práticas.

Este trabalho busca perceber os efeitos do processo de ruptura na política externa brasileira para com o Mercosul. A seguir, o presente trabalho está dividido em quatro sessões: primeiro temos a revisão de literatura que traz os principais debates teóricos sobre os temas abordados neste trabalho, em seguida trazemos a sessão metodológica que explica como a pesquisa foi feita, ademais apresentamos os resultados encontrados e, por fim, elaboramos algumas conclusões sobre o tema.

Neste trabalho, para responder o questionamento levantado, utilizamos uma metodologia mista. Um dos métodos utilizados foi a

³ "Gleisi Hoffmann acusa o governo Temer de colocar o Mercosul em risco". Fonte: Agência Senado. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/07/07/gleisi-hoffmann-acusa-o-governo-temer-de-colocar-o-mercosul-em-risco>> Acessado em: 30/08/2019

análise de conteúdo, que pode ser definida em linhas gerais como a análise sistemática, objetiva e quantitativa das características da mensagem. Ideal para a utilização em discursos políticos, tal qual foi usada neste trabalho. A análise de conteúdo é um método de pesquisa que utiliza um conjunto de procedimentos para fazer inferências válidas do texto. Há consenso entre pesquisadores que as características distintivas da análise de conteúdo são que ela deve ser objetiva, sistemática e quantitativa (KASSARJIAN, 1997; NEUENDORF, 2012; WEBER,1990).

Tendo em vista a literatura firmada sobre o tema, fizemos a extração de todos os discursos da então presidenta da República Dilma Rousseff que diziam respeito a política exterior e ao Mercosul disponíveis no site da Biblioteca da Presidência⁴, fizemos a limpeza de formatação para arquivos “.txt” e, em seguida, os dados foram analisados através do *Iramuteq*⁵, uma interface auxiliar do *software Rstudio*, específica para análise de conteúdo. O mesmo foi feito para a análise dos discursos de Michel Temer. No que diz respeito às variáveis de estatística descritiva, utilizamos os dados sobre os acordos e tratados firmados pelo Mercosul durante o período estudado e os mesmos foram extraídos do site oficial do Itamaraty. As estatísticas sobre as trocas comerciais têm como fonte o atual Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Optamos por trazer a análise dessas duas variáveis pelo amplo consenso na bibliografia específica que as mesmas são imprescindíveis para a análise do tema, ademais, são dados norteadores que podem atestar se o que foi analisado nos discursos pode, de fato, ser observado na prática.

2. Revisão de literatura

2.1 Determinantes de Política externa

Tanto ontologicamente quanto epistemologicamente, há uma tendência em abordar as políticas domésticas e internacional enquanto elementos distintos. Por conseguinte, criou-se dentro da Ciência Política duas subdisciplinas: a Política Comparada, para lidar com os fenômenos que ocorrem dentro do Estado e as Relações Internacionais, por sua vez, voltada para o estudo dos laços entre Estados (AMORIM NETO & MALAMUD, 2015). Enquanto a hierarquia e o monopólio da violência caracterizam a primeira, a anarquia e as configurações variáveis de poder distinguem a

⁴ Biblioteca da Presidência da República. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/>> Acessado em 30/08/2019.

⁵ Interface auxiliar do R para análise de conteúdo. Disponível em <<http://www.iramuteq.org/>>. Acessado em: 30/08/2019.

segunda. Dessa forma, a política externa compõe uma área de interseção, uma vez que é uma política pública desenvolvida dentro do Estado e a principal contribuição da política internacional. (AMORIM NETO & MALAMUD, 2015).

Khara *et al* (2018) elenca dois conceitos como alguns dos determinantes para a política externa, são eles opinião pública e interesses. O autor aponta que a opinião pública é uma preocupação de longa data para Estados, uma vez que gera pressões normativas que influenciam a política externa. Por exemplo, Dilma Rousseff, foi de boa gestora a incompetente na opinião pública⁶. A baixa popularidade e a necessidade de buscar apoio internacional na crise do *impeachment* a fez, enquanto Presidenta da República, adaptar à política externa brasileira uma diplomacia midiática em uma tentativa de mudar a opinião que a comunidade internacional tinha sobre a sua gestão e o Brasil (CIRINO, LEITE e NOGUEIRA, 2019). Por sua vez, frente a baixa popularidade das gestões anteriores, Temer tentou se distanciar do que foi adotado em Dilma na política externa (OLIVEIRA, 2018). Então, percebe-se que a opinião pública exerceu um papel central na construção da política externa nesse período.

Outro ponto importante, ressaltado por Khara *et al* (2018), são os interesses. Os formuladores de política externa avançam da preocupação com interesses individuais para a preocupação com os interesses dos grupos. Os assuntos domésticos e internacionais, seus arranjos e seus detalhes sociais relacionados permanecem como a plataforma na qual a formulação da política externa ocorre, no entanto, parte dos interesses agregados (KHARA *et al*, 2018). Dessa forma, interesses distintos dos formuladores de política levam a políticas externas distintas, como é o caso de Dilma e Temer. Essa questão será melhor explorada na seção com a análise dos programas de governo dos presidentes.

Os componentes determinantes da política externa são de dois tipos: internos e externos. Os determinantes internos incluem território, fatores geográficos, culturais, históricos, econômicos, tecnológicos, capacidades nacionais, estrutura social, sistema de partidos políticos, lideranças, responsabilidade política, imprensa e burocracia (KHARA *et al*, 2018, p. 113). Já os determinantes externos incluem organizações e instituições internacionais, percepção de outros países, posição no nível internacional, opinião pública no nível internacional e agrupamentos (Khara *et al*, 2018). Então,

⁶ "Dilma foi de boa gestora a incompetente na opinião pública", EXAME, 2016, Disponível em: <<https://exame.com/brasil/depois-de-fama-de-boa-gestora-dilma-deixa-planalto-sob-ataques-de-incompetencia/>> Acessado em 15/04/2020.

mesmo que a ruptura política interna tenha impactado o Mercosul, é preciso destacar que outros fatores internos do Brasil bem como elementos externos também influenciaram o bloco. E essa é uma das limitações explicativa da nossa pesquisa. Não podemos inserir todas as variáveis possíveis no modelo e não podemos controlar a distribuição de causas potenciais, ciente dessas limitações, nosso modelo tem como foco, apenas o discurso dos mandatários brasileiros que assumiram o poder no nosso recorte temporal. A análise dos discursos destes, é importante para compreender o comportamento de um ator político (o Brasil), frente ao bloco.

2.2 Política externa de Dilma e Temer

Pondo em xeque a política externa desenvolvida durante o governo Dilma I, após uma análise baseada no modelo de Hermann (1990) – que propõe classificações para as causas das mudanças de política externa e para as mudanças em si, Cornetet (2014) defende que a política externa do governo Dilma I segue os mesmos padrões estabelecidos nas gestões do presidente Luiz Inácio, isto é, o foco estava no desenvolvimento pela diversificação de parceiros e o estabelecimento do Brasil enquanto uma potência e liderança regional. No entanto, como aponta a pesquisa do autor, a política externa de Dilma investiu nesses propósitos com menos empenho e ativismo, o que caracteriza uma contenção dos esforços na diplomacia brasileira (CORNETET, 2014).

Cornetet (2014) chegou a esses resultados através da comparação da quantidade de viagens internacionais presidenciais dos três primeiros anos dos dois mandatos de Lula e o primeiro de Rousseff, dos países e territórios visitados bilateralmente pelos presidentes, das ações e iniciativas deles no âmbito da política externa, da quantidade de vagas ofertadas pelo Instituto Rio Branco e o crescimento anual das representações diplomáticas brasileiras no exterior. Assim, tendo em vista que um dos fatores marcantes da política externa brasileira e da diplomacia presidencial são as viagens internacionais dos presidentes, no primeiro mandato de Rousseff, a maioria das visitas da presidenta foram para países latino-americanos, principalmente, integrantes do Mercosul. Na quantidade de destinos de viagem, a Argentina ocupa o primeiro lugar com o maior número de visitas, três. Já a Venezuela e o Paraguai estão na segunda posição, com duas visitas cada (CORNETET, 2014). Mas comparado aos governos petistas anteriores, houve uma diminuição na quantidade de viagens internacionais, o que indica um distanciamento de Rousseff da diplomacia

presidencial e um maior foco na política interna vis-à-vis a externa (CORNETET, 2014).

Cornetet (2014) aponta que tal contenção ocorreu devido ao viés administrativo da presidenta bem como em consequência da configuração do cenário internacional naquele momento – uma profunda crise econômica e instabilidade em termos de segurança em algumas regiões, que por sua vez, limitavam o campo de ação da política externa brasileira (CORNETET, 2014).

Com relação a uma política econômica externa, Dilma também manteve um ambiente de continuidade das gestões de Lula, apontam Bastos e Hiratuka (2017). A atenção construída nos anos de Lula para a política de integração regional autônoma aos Estados Unidos e voltada para o Sul global foi mantida. Isso pode ser exemplificado com a incorporação da Venezuela, em 2012, ao Mercosul e a inserção da África do Sul aos BRICS, em 2011 (BASTOS & HIRATUKA, 2017).

Ao balancear as relações entre o Brasil e o Mercosul nos governos de Rousseff (2011–2016), em uma análise de conjuntura a partir de uma revisão bibliográfica, Desiderá Neto (2017) levanta que houve uma diminuição de esforços, no que cabe à administração brasileira, para a criação ou melhoria das instituições pertinente ao processo de integração regional. Como aponta o autor, a única ação no Mercosul a qual o governo brasileiro se debruçou sobre foi a retomada das negociações com a União Europeia. Outras questões importantes, como aprovar a eleição direta de *mercodeputados* ou internalizar o Código Aduaneiro Comum, não avançaram, principalmente, devido às problemáticas internas do país (DESIDERÁ NETO, 2017).

Nesse tocante, Desiderá Neto (2017) destaca que as particularidades do cenário político interno em crise foram barreiras que impediram, de certa forma, o avanço dos esforços brasileiros para com o Mercosul, mas que os desdobramentos na alçada do ambiente internacional também dificultaram a situação. À exemplo, ocorreram o *impeachment* do presidente paraguaio Fernando Lugo em 2012, a escala de políticas protecionistas na Argentina, crise política na Venezuela e, para além da América do Sul, o cenário também era de crise econômica. Tais eventos se colocaram no caminho do avanço das instituições de integração regional (DESIDERÁ NETO, 2017). Então, é importante ressaltar que uma diminuição do engajamento brasileiro no Mercosul não é fruto apenas de circunstâncias internas do Brasil, as idiosincrasias

Dilma vs Temer: O que foi prometido e o que realmente mudou para o Mercosul?

regionais exercem um papel de saliência, e esse é uma das limitações da nossa pesquisa.

Então, de forma geral, percebe-se uma continuidade da política externa brasileira de Lula à Rousseff, apesar da abordagem da presidenta ser mais contraída que a do seu antecessor. Com a crise política que culminou no *impeachment* de Rousseff em 2016 e o estabelecimento de Michel Temer na posição de Presidente da República, essa continuidade foi rompida. Assim, a chegada de Temer ao poder trouxe uma ideia de ruptura na política externa brasileira (SILVA, 2019).

Essa ruptura pode ser descrita em termos de mudança e implementação da política externa. Por exemplo, a primeira decisão de Temer foi não nomear um diplomata de carreira para o cargo de Ministro das Relações Exteriores, indicando José Serra, político filiado ao PSDB, para a posição de Chanceler. Em sua posse, Serra expôs suas intenções de traçar uma política díspar das efetuadas nos governos petistas. Nas palavras do então Chanceler:

[...] A diplomacia voltará a refletir de modo transparente e intransigente os legítimos valores da sociedade brasileira e os interesses de sua economia, a serviço do Brasil como um todo e não mais das conveniências e preferências ideológicas de um partido político e de seus aliados no exterior. A nossa política externa será regida pelos valores do Estado e da nação, não do governo e jamais de um partido. Essa nova política não romperá com as boas tradições do Itamaraty e da diplomacia brasileira, mas, ao contrário, as colocará em uso muito melhor. [...] (BRASIL, 2016)

Utilizando como aporte teórico o modelo de Hermann (1990), assim como fez Cornetet (2014) para os governos Lula e Rousseff, Silva (2019) ressalta que o propósito da política externa no governo Temer era a busca por investimentos, alicerçada na construção da imagem do Brasil enquanto um país defensor da ordem internacional vigente. Por sua vez, Oliveira (2018) destaca que ao tentar se distanciar do modelo adotado nas gestões passadas, as novas diretrizes da política externa brasileira da gestão Temer passaram a pôr em xeque algumas alianças internacionais e, por conseguinte, os seus critérios. Nesse viés, destaca-se a “revisão” das relações Venezuela-Brasil. Como aponta Oliveira (2018), alguns dos porquês por trás de tal reformulação residem no fato dela simbolizar uma investida contra a herança do Partido dos Trabalhadores bem como atraía o eleitorado contrário ao PT.

No que diz respeito ao Mercosul, assim como aconteceu nos governos Dilma, a política externa de Temer também focou no

Dilma vs Temer: O que foi prometido e o que realmente mudou para o Mercosul?

acordo comercial com a União Europeia (UE), aproveitando o novo fôlego que o bloco recebeu após a concretização do chamado *Brexit* e investida da UE de não demonstrar ter ficado abalada com o caso (OLIVEIRA, 2018).

Comparando quatro pontos principais da gestão Temer às de Lula e Rousseff (a participação na política externa, a delegação do cargo de Ministro das Relações Exteriores, as relações com a Venezuela e a participação das organizações internacionais), a partir de uma revisão bibliográfica, Oliveira (2018) argumenta que a política externa brasileira em Temer apresentou traços de uma política pública negligenciada, pois mesmo privilegiando relações comerciais e econômicas, atuou de forma discreta nos demais tocantes da política externa, como é o caso das Organizações Internacionais.

Percebe-se uma prevalência da revisão de bibliográfica como método de análise da política externa brasileira, mesmo quando em uma perspectiva comparada. Isso pode ser resultado de uma escassez de pesquisas voltadas a análise comparada das políticas externas de Dilma e Temer no momento. Tendo isso em mente, resolvemos ir mais a fundo na história política do Brasil e revisar a literatura de outra situação de ruptura política – a transição do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) para o Lula. Ressaltamos que nosso foco aqui é destacar como a ruptura foi abordada na literatura e os principais resultados sobre seu impacto na mudança da política externa brasileira.

Trabalhos como o de Vigevani e Cepaluni (2007), por exemplo, que buscam comparar a PEB de FHC e Lula, além de utilizarem a revisão de literatura como ferramenta metodológica principal, o fazem levando em consideração muitas variáveis, como a posição dos presidentes em relação a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), combate à fome internacional, Conselho de Segurança, cooperação sul-sul, Estados Unidos, integração latino-americana, entre outros. Assim, os autores afirmam que elementos externos, como o ataque terrorista de Sete de Setembro, exerceram um papel importante na transformação da PEB de FHC para Lula. No entanto, não acreditam que a ruptura política, por si só, mesmo com a mudança dos perfis ideológicos dos principais *policymakers* tenha determinado alterações na política externa brasileira. Então, de acordo com Vigevani e Cepaluni (2007), em comparação com a de Fernando Henrique Cardoso, a política externa de Lula apresenta uma continuidade, mesmo com alguns ajustes e mudança de programa.

Em sintonia com Vigevani e Cepaluni (2007), tanto em termos metodológicos – revisão bibliográfica com foco em vários pontos da política externa dos presidentes como a ALCA, o Mercosul e segurança –, quanto nos resultados da pesquisa, Sales (2007) expõe que a política externa de Lula não reflete exatamente uma quebra com as desenvolvidas nos governos anteriores, mas a PEB assumiu uma nova orientação em Lula. Os principais eixos da política externa brasileira foram mantidos, no entanto, o papel desempenhado pelo país de líder regional e dos países em desenvolvimento, com a ênfase dada a integração da América do Sul e o acordo entre as nações emergentes para agirem de forma conjunta na Organização Mundial do Comércio – o G-20, trouxe inovações para a PEB (SALES, 2007).

Nessa perspectiva, Villa e Vianna (2007) reforçam que, com a chegada de Lula ao poder, a política externa brasileira não passou por uma ruptura completa com relação a exercida por seu antecessor Fernando Henrique Cardoso. Manteve-se, então, certos níveis de continuidade na gestão de Lula da política externa, retendo alguns elementos basilares das gestões de FHC, no entanto, executando as metas de inserção internacional de maneira mais clara e com um grau de ativismo (VILLA & VIANNA, 2007).

Por sua vez, Villa e Neiva (2011), em uma análise comparativa do discurso dos presidentes Fernando Henrique e Lula com o uso da análise de conteúdo como ferramenta metodológica, argumentam que a economia exerceu um papel central na política externa de ambos os presidentes, enquanto em termos temáticos, a democracia esteve mais presente nos pronunciamentos de FHC, a desigualdade social teve lugar de destaque nas falas de Lula. Quanto às relações do Brasil com outros Estados e regiões, os autores apontam que FHC focou nos países europeus e Lula, por outro lado, nas nações africanas. Então, percebe-se que houve uma mudança no discurso em sintonia com os perfis ideológicos\programáticos de cada um dos presidentes, no entanto, como apontam Vigevani e Cepaluni (2007), Sales (2007), e Villa e Vianna (2007) as mudanças foram mais programáticas do que práticas, não simbolizando uma ruptura.

Com isso, vale ressaltar que nosso desenho de pesquisa leva em consideração um modelo de análise diferenciado. Haja visto o extenso número de contribuições que analisam a política externa de FHC e Lula, e focam em outros aspectos da política comparada. Aqui, optamos por focar nos governos mais recentes de Dilma e Temer, bem como optamos por nos debruçar por outra unidade de análise: os seus respectivos discursos, buscando trazer uma

Dilma vs Temer: O que foi prometido e o que realmente mudou para o Mercosul?

contribuição diferenciada a literatura vigente. Apresentamos na seção seguinte nossos resultados encontrados.

3. Resultados

3.1. Análise Documental:

3.1.1 Programas de Governos

Em seu programa de governo, para a gestão 2011–2014, a coligação “Para o Brasil seguir mudando” de Dilma Rousseff registrou junto ao Tribunal Superior Eleitoral suas propostas. No documento⁷ há planos referentes a diversas searas, no entanto, no que tange ao Mercosul, pouco foi proposto. Uma das ideias englobava as questões de Direitos Humanos e proteção de homens, mulheres e jovens. Assim, em seu plano de governo, Rousseff propôs fortalecer a atuação internacional do Brasil na defesa dos Direitos Humanos em organizações internacionais como as Nações Unidas e o Mercosul.

Para além desse ponto, o Mercosul foi mencionado apenas mais uma vez, referenciando o aprofundamento da integração regional do bloco. Deste modo, no texto, Dilma promete que, em associação dos os demais países, avançar o processo de integração do Mercosul, resolvendo divergências e pendência e fortalecendo a sua institucionalidade.

Já para sua gestão de 2015–2018⁸, que foi interrompida em decorrência do *impeachment*, o programa de governo de Rousseff faz uma única menção ao Mercosul. Nele, a coligação “Com a força do povo” afirma que dará continuidade a prioridade à América do Sul, ao se comprometer em fortalecer o Mercosul, a Unasul e a Comunidade dos Países da América Latina e Caribe (CELAC), sem discriminação de ordem ideológica. Afirma também que o Brasil buscará antes de tudo a integração da região, por meio do fomento do comércio e da integração produtiva. E finaliza a menção prometendo que dará ênfase especial à integração financeira e de suas infraestruturas física e energética do Mercosul, Unasul e CELAC.

⁷ O programa de 2010 não estava publicado na plataforma do PT. Este foi extraído de jornais que publicaram a notícia na época. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/propostas-dilma-atualizado.pdf>> Acessado em 01/09/2019.

⁸ Programa extraído da plataforma do PT. Disponível em <<https://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2014/07/Prog-de-Governo-Dilma-2014-INTERNET1.pdf>> Acessado em 01/09/2019

Dilma vs Temer: O que foi prometido e o que realmente mudou para o Mercosul?

No que tange ao mandato de Michel Temer, seu programa de governo⁹ per si, já é um documento polêmico, que causou controvérsia na opinião pública, publicado em meio à crise política da segunda gestão de Dilma. É uma carta-compromisso publicada para a sociedade civil que apresenta os principais pontos do que seria a gestão interina de Michel Temer, mas que não foi legitimada através de eleições. Neste documento também só há uma única menção ao Mercosul, que é feita ao tratar sobre as propostas para a economia brasileira, e promete realizar a inserção plena da economia brasileira no comércio internacional, com maior abertura comercial e busca de acordos regionais de comércio em todas as áreas econômicas relevantes com Estados Unidos, União Europeia e Ásia, com ou sem a companhia do Mercosul, embora preferencialmente com eles.

Ao observar o conteúdo das mensagens passadas pelos três programas governamentais, é possível observar grandes divergências. Se por um lado, entre Dilma 2010 e 2014 há uma diminuição de menções. Há também uma evolução qualitativa nas mensagens passadas: no primeiro programa a menção sobre aprofundamento da integração é pouco explicativo, enquanto a menção aos Direitos Humanos pouco diz respeito aos mecanismos de integração do bloco. Já no programa de 2014, apesar de uma única menção, a mesma é mais assertiva em relação a ênfase e a prioridade que os processos de integração como o Mercosul terão no governo enquanto mecanismo de crescimento econômico. A menção do programa de 2014 acaba por especificar melhor qual a intenção para o Mercosul neste segundo governo.

Em ambos os programas de Dilma fica clara a prioridade que os blocos econômicos como o Mercosul terão em seu governo. Entretanto, este ponto se torna uma chamativa diferença no programa apresentado por Michel Temer, que deixa claro que os mecanismos de integração não mais seriam a prioridade do governo. O foco para a recuperação econômica brasileira se daria através das relações com os países do norte do hemisfério e com a região da Ásia, porém não mais obrigatoriamente estas relações seriam de forma multilateral com a companhia do Mercosul. Em seu programa, Temer explicita que o Brasil trilharia seu caminho, independente da presença do Mercosul.

Tendo em vista que estas foram mensagens passadas ao povo brasileiro antes que ambos assumissem o cargo, faz-se necessário

⁹ Programa extraído do site da Fundação Ullysses Guimarães, fundação ligada ao PMDB. Disponível em: <<https://www.fundacooulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>> Acessado em 01/09/2019.

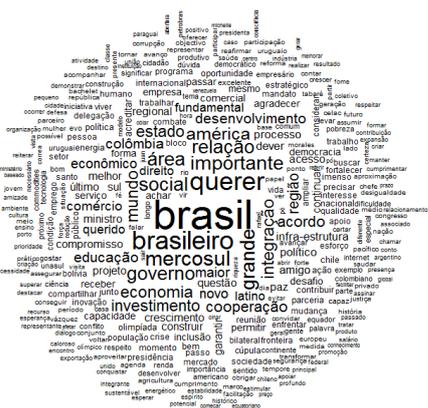
Dilma vs Temer: O que foi prometido e o que realmente mudou para o Mercosul?

parceiro (pelo menos em discurso) durante os anos de 2011 e 2012. Em 2013 o foco muda para Peru e Paraguai, mas em 2014, o foco retorna para o Mercosul enquanto bloco.

Neste primeiro período é possível inferir uma atitude e posicionamento confiante da chefe do executivo brasileiro, cujo foco dava ênfase ao período de prosperidade e estabilidade, características daquele período. Além disso, os discursos proferidos já em exercício da função apresentavam semelhança com a mensagem passada aos brasileiros através do programa de governo que prometia aprofundamento da integração regional com o Mercosul. Porém, neste período não há menções significativas sobre “direitos humanos”.

3.2.2 Dilma (2015–2016):

Figura 2 – As 350 palavras mais faladas por Dilma durante seu 2º mandato



Fonte: gráfico confeccionado pelos autores, 2019

Na segunda gestão de Dilma, interrompida pelo processo de *impeachment*, foram catalogados 24 discursos que tratavam sobre o Mercosul, apresentando uma média de 12 pronunciamentos por ano. Sendo 2015 o ano de maior atividade com 16 discursos proferidos. Nesse segundo período, existe uma mudança de foco, “Brasil” figura enquanto a palavra mais repetida, seguida de “brasileiro” e só depois por “Mercosul”. Também há uma segunda diferença, a frequência de adjetivos assertivos diminui, dando a lugar a maior presença de substantivas como “investimento”, “governo” e “economia”.

Nos gráficos individuais, presentes no apêndice, em 2015 há uma maior frequência de menções a Colômbia e, em 2016, ao Chile.

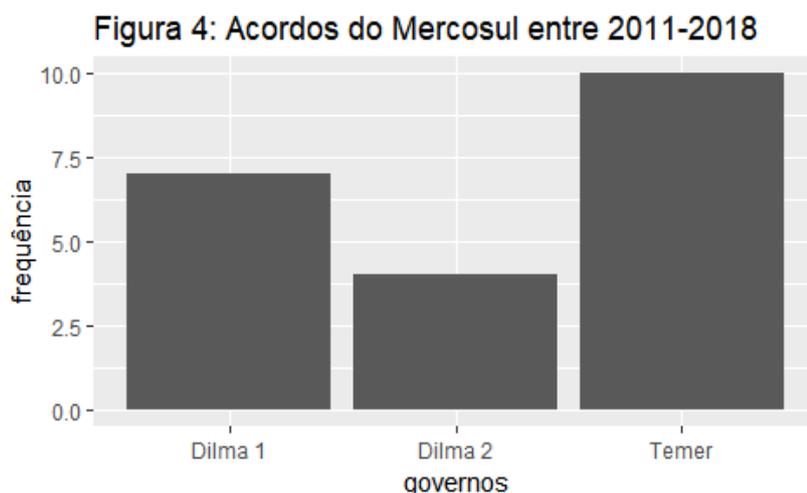
Dilma vs Temer: O que foi prometido e o que realmente mudou para o Mercosul?

Neste período, as palavras mais proferidas por Temer foram “Mercosul” e “Brasil” em frequências semelhantes. Também é possível observar o retorno da importância da Argentina enquanto parceiro, havendo frequências semelhantes tanto para “Macri” (presidente argentino à época) e “argentino”. Outra importante mudança sobre as gestões passadas é a maior frequência de substantivos como “democracia” e “presidência”, que aparecem com maior regularidade que “integração”, por exemplo.

Outra mudança perceptível é nos temas abordados. “Economia” e “investimento” diminuem as aparições, enquanto cresce a menção a “segurança”. Tanto a análise de conteúdo por gestão quanto a anual, disponível no apêndice, comprovam que Temer parece utilizar seus discursos sobre política externa e aparições internacionais para legitimar sua posição enquanto novo chefe do executivo brasileiro. Menções sobre “democracia” e “presidência” se repetem em todos os anos. Ademais, o protagonismo da Argentina para as relações regionais brasileira foi retomado, se na primeira gestão de Dilma, ele foi liderado pelas duas chefes do executivo, Roussef e Kirschner, neste último período elas são retomadas por Macri e Temer.

3.3 Análise de Estatística Descritiva

3.3.1 Acordos firmados com o Mercosul por gestão¹⁰



Fonte: gráfico confeccionado pelos autores, 2019

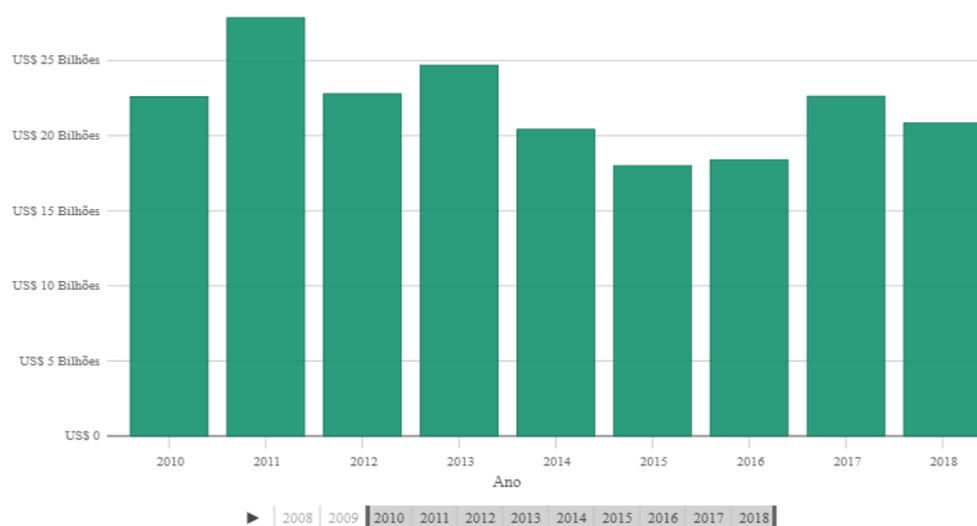
¹⁰ Gráfico construído pelos autores a partir de dados fornecidos pelo Ministério de Relações Exteriores do Brasil, disponível em: < http://www.mre.gov.py/tratados/public_web/ConsultaMercosur.aspx>. Acessado em 17/08/2019.

Dilma vs Temer: O que foi prometido e o que realmente mudou para o Mercosul?

Na primeira gestão de Rousseff, de 2011 a 2014, um total de 7 acordos foram assinados. Muitos deles versando sobre comércio, cooperação e economia. Em seu curto e conturbado segundo mandato, houve uma diminuição na quantidade de acordos firmados. No período em questão, 2015–2016, 4 acordos foram pactuados. Em contrapartida, com a chegada de Temer à presidência da República, percebe-se um crescimento na quantidade de tratados assinados. Em dois anos, 2017 a 2018, o Brasil, junto ao Mercosul, firmou 10 compromissos. Um montante significativo se comparado com os seis anos das gestões de Rousseff e o volume de acordos que foram assinados.

3.3.2 Fluxo comercial do bloco por ano¹¹

Figura 5 – Fluxo de exportações Brasil–Mercosul durante os anos 2010–2018



*Variações em relação ao mesmo período do ano anterior.

Fonte: Governo Brasileiro, 2019

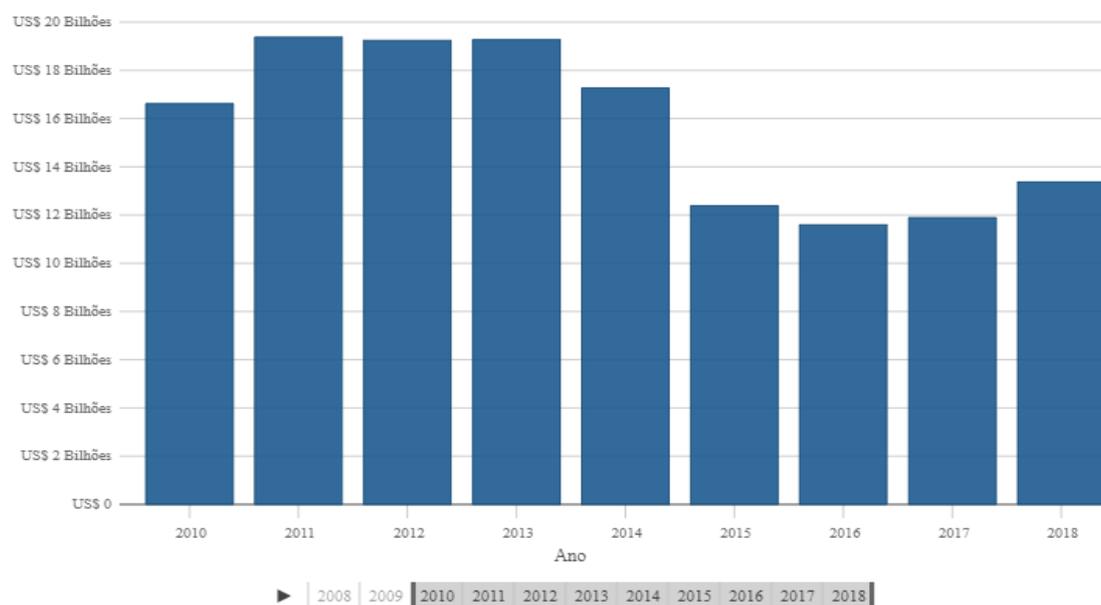
Analisando o fluxo de exportações entre Brasil–Mercosul, é possível observar que 2011 é o ano de maior pico comercial com um montante na casa dos 25 bilhões em exportações. Observa-se também um pequeno declínio com o passar dos anos no fluxo de exportações, e durante a primeira gestão de Dilma, 2014 aparece como o menor ano nas exportações brasileiras para o Mercosul. Logo em seguida, em 2015 e 2016, o fluxo de exportações se mantém estagnado na casa dos 15 bilhões. Esse é também o período de crise política para o Brasil, com o *impeachment* de

¹¹ Dados extraídos do Ministério de Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Disponível em <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis/frame-bloco?bloco=mercosul>>. Acessado em 01/09/2019.

Dilma vs Temer: O que foi prometido e o que realmente mudou para o Mercosul?

Dilma. Em 2017, há uma pequena recuperação e o montante de exportações retoma para os 20 bilhões, porém em 2018 já é possível perceber um novo declínio. A partir deste gráfico é possível observar que apesar do discurso confiante de Dilma entre 2011–2014, ao fim do período, já era perceptível uma diminuição nas exportações Brasil–Mercosul. Este padrão se mantém, especialmente no período do *impeachment*, mas, mesmo com a troca de governo, não é possível captar uma nova tendência positiva.

Figura 5 – Fluxo de importações Brasil–Mercosul durante os anos 2010–2018



*Variações em relação ao mesmo período do ano anterior.

Fonte: Governo Brasileiro, 2019

Ao analisar o fluxo de importações Brasil–Mercosul podemos observar que o Brasil possui uma balança comercial favorável nesta relação, exportando produtos mais do que os importa. É possível perceber também uma estabilidade nos fluxos de importação entre 2011–2013, que são os maiores da década na casa dos 18 bilhões, havendo uma pequena diminuição em 2014. O maior declínio, no entanto, só chega entre 2015/2016, durante a crise política brasileira. E não apresenta sinais de recuperação até o ano de 2018, quando registra montante na casa dos 14 bilhões, onde há um pequeno aumento, no entanto, ainda muito baixo, quando comparado ao período de 2011. O fluxo de importação pode trazer inferências sobre o poder de compra da população brasileira, ora, se o Brasil não está comprando de seus vizinhos, muito provavelmente significa que houve uma diminuição no poder de

Dilma vs Temer: O que foi prometido e o que realmente mudou para o Mercosul?

compra do brasileiro, trata-se de uma consequência da economia do país, abalada desde 2016, que reverbera no processo de integração econômica com os vizinhos sul-americanos.

4. Conclusões

Ao analisar os resultados da sessão anterior é possível observar que há diferenças nas características das gestões Dilma e da gestão Temer para o Mercosul e diferenças nos contextos econômicos dos dois períodos que afetaram o processo de integração. Porém não é possível afirmar que a gestão Temer deixou de lado por completo o processo de integração Brasil-Mercosul.

Quando comparamos as características de discurso entre os dois presidentes, é possível afirmar que Dilma se consagrou enquanto figura assertiva, cujo discurso e meta política focavam na integração regional. Também é possível detectar uma maior diplomacia presidencial em sua gestão, uma vez que o número de aparições internacionais na região e pronunciamentos é maior que seu sucessor. A gestão de Temer não é tão coesa, se por um lado, na carta apresentada aos brasileiros ele promete desprendimento do Mercosul, o conteúdo dos seus discursos diz outra coisa, ao continuar focando na integração via Argentina enquanto parceira. Ao mesmo tempo, sua gestão aparece como campeã na assinatura de acordos do bloco. O que sugere que, mesmo com uma ruptura de governos, a burocracia especializada do Itamaraty continuou trabalhando em prol dos processos de integração em andamento.

No que diz respeito a integração econômica, a gestão Dilma consagrou-se com os melhores números, o período 2011-2014 registrou os maiores fluxos de exportação e importação entre o bloco. Enquanto Temer, que em seu programa coloca a economia como principal meta, não consegue apresentar taxas de recuperação econômica para as exportações e importações de forma tão robusta. Logo, os resultados desta pesquisa, sugerem que é possível aceitar a hipótese do trabalho de que as mudanças entre Dilma e Temer foram mais programáticas do que pragmáticas. Isto é, houve mais mudanças no discurso para a opinião pública, do que mudanças de comportamento do processo de aprofundamento da integração regional com o Mercosul. Ao contrário do que sugeriu Hoffman em 2016, Temer não destruiu o Mercosul.

Porém, a pesquisa também apresentou um comportamento inesperado, que é o papel da Argentina enquanto parceiro político

Dilma vs Temer: O que foi prometido e o que realmente mudou para o Mercosul?

e econômico durante todos os períodos, o que levanta a questão: qual a importância da relação Argentina-Brasil para o aprofundamento do Mercosul? Além desta também surge o questionamento sobre o poder de coesão do Itamaraty enquanto instituição e burocracia, seria ele tão forte a ponto de controlar mudanças abruptas de governo na seara da política externa? Para responder tais questões, incentivamos que novas pesquisas sobre o tema continuem sendo desenvolvidas. A convergência entre temas de integração regional, política externa e governos é extensa e muitas perguntas ainda precisam ser debatidas.

5. REFERÊNCIAS

BASTOS, Pedro P. Z.; HIRATUKA, Celio. A política externa do governo Dilma Rousseff: comércio, cooperação e dependência. **Texto para discussão**, Unicamp, n. 306, jun., 2017.

BRASIL. Ministro das Relações Exteriores. Cerimônia de transmissão de cargo – Ministro José Serra. 18, maio, 2016. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/14038-discurso-do-ministro-jose-serra-por-ocasio-da-cerimonia-de-transmissao-do-cargo-de-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-brasilia-18-de-maio-de-2016>>. Acessado: 31/08/2019

CHONG, Alan. *Foreign Policy in Global Information Space Actualizing Soft Power*, New York: **Palgrave Macmillan**. 2007.

CORNETET, João Marcelo C. A política externa de Dilma Rousseff: contenção na continuidade. **Revista Conjuntura Astral**, v. 5, n. 24, jun/jul, 2014.

CIRINO, Thais Emmanuelle da Silva; LEITE, Alexandre César Cunha; NOGUEIRA, Silvia Garcia. Mídia e política externa brasileira: a diplomacia midiática na crise do impeachment de Dilma (2016). **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 42, n. 1, p. 57-71, 2019

DESIDERÁ NETO, Walter Antonio. O Brasil e o Mercosul no governo Dilma (2011-2016). **Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Caribe**, n. 14, p. 117-137, 2017.

GOLDSMITH, Benjamin E., **Imitation in International Relations Observational Learning, Analogies, and Foreign Policy in Russia and Ukraine**, New York: Palgrave Macmillan. 2005.

GOUREVITCH, Peter. Domestic politics and international relations. In: CARLSNAES, Walter; RISSE, Thomas; SIMMONS, Beth A. (Ed.), **Handbook of international relations**, London: Sage Publication, p. 309-328, 2002.

HERMANN, Charles F. Changing course: when governments choose to redirect foreign policy. **International Studies Quarterly**, v. 34, n. 1, p. 3-21, 1990.

KASSARJIAN, Harold H.. Content analysis in consumer research. **Journal of Consumer Research**, 4, 8-18. 1977.

Dilma vs Temer: O que foi prometido e o que realmente mudou para o Mercosul?

KHARA, Nabin Kumar et al. Determinants of Foreign Policy: A Global Perspective. **IJRAR-International Journal of Research and Analytical Reviews** (IJRAR), v. 5, n. 3, p. 105-115-105-115, 2018.

MILNER, Helen V.; KEOHANE, Robert O. Internationalization and domestic politics: An introduction. **Internationalization and domestic politics**, p. 3-24, 1996.

MILNER, Helen V. **Interests, institutions, and information: Domestic politics and international relations**. Princeton University Press, 1997.

NETO, Octavio Amorim; MALAMUD, Andrés. What determines foreign policy in Latin America? Systemic versus domestic factors in Argentina, Brazil, and Mexico, 1946-2008. **Latin American Politics and Society**, v. 57, n. 4, p. 1-27, 2015.

NEUENDORF, Kimberly. **The Content Analysis Guidebook** (2nd ed.). Newbury Park, CA: Sage, 2012.

OLIVEIRA, Cesar A. T. A política externa do governo Temer: características e oportunidades de uma política pública negligenciada. **Fronteira**, Belo Horizonte, v. 17, n. 34, p. 296-309, 2018.

PUTNAM, Robert D. Diplomacy and domestic politics: the logic of two-level games. **International organization**, v. 42, n. 3, p. 427-460, 1988.

SALES, Camila Maria Risso. Relações internacionais e política externa do Brasil nos governos FHC e Lula. 2007. 156 p. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279401>>. Acesso em: 05 março. 2020.

SILVA, Álvaro V. C. A política externa do governo Michel Temer (2016-2018): mudanças para legitimidade? Um teste da teoria de Charles Hermann. **Revista Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 10, n. 49, p. 23-41, jan./mar., 2019.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. Política externa de Lula: a busca de autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, vol. 29, no 2, julho/dezembro, p. 273-335. 2007.

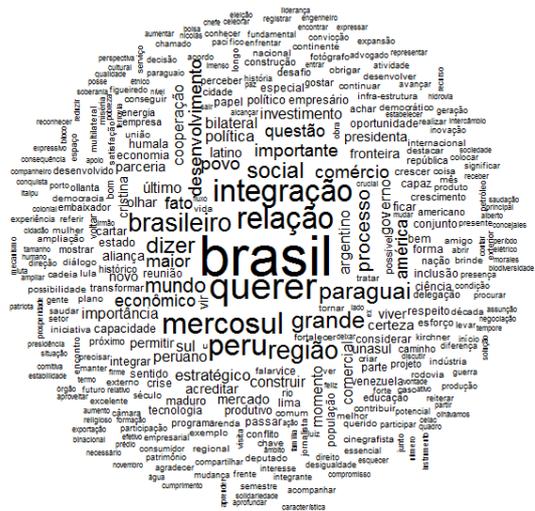
VILELA, Elaine; NEIVA, Pedro. Temas e regiões nas políticas externas de Lula e Fernando Henrique: comparação do discurso dos dois presidentes. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 54, n. 2, p. 70-96, 2011.

VILLA, Rafael Duarte; VIANNA, Manuela Trindade. 2. POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO LULA: AUTONOMIA PELA INTEGRAÇÃO OU EM BUSCA DE UM NOVO PARADIGMA. **A política externa do governo Lula: 2003-2005**, p. 33, 2007.

WEBER, Robert Philip. **Basic content analysis** (2nd ed.). Newbury Park, CA: Sage, 1990.

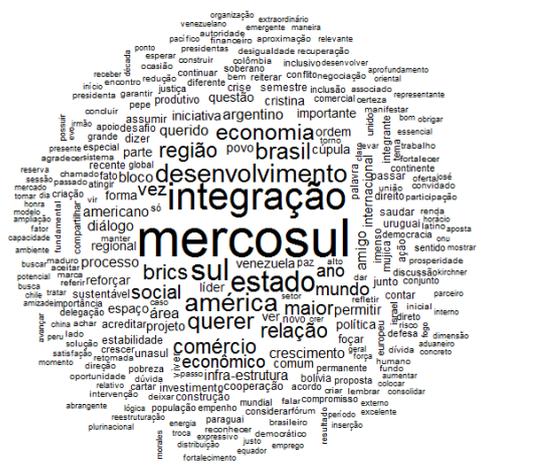
6.1.3. Dilma – 2013

Figura 3 – As 350 palavras mais faladas por Dilma em 2013



6.1.4. Dilma – 2014

Figura 4 – As 350 palavras mais faladas por Dilma em 2014



O DIREITO À MORADIA X PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: ESPACIALIZAÇÃO DOS MARGINALIZADOS DAS CIDADES DE SÃO JOÃO DEL-REI E BARBACENA

Lorran Kahel Melquiades dos Santos¹

Otávio Manoel Marchiori Carazza Vale²

Resumo

A Constituição Federal vigente, preconiza como direito fundamental o acesso à condições dignas de moradia, dessa forma, ao longo dos anos, foram desenvolvidos inúmeros programas governamentais objetivando conceder adito a esse direito, o mais recente, dentre eles é conhecido como o "Programa Minha Casa Minha Vida". Historicamente, as residências de interesse social são situadas nas bordas dos centros urbanos, em zonas de baixo custo de terra e incorporação. Objetiva-se com isso, verificar se o referido programa repete as ações dos anteriores prejudicando ou não o real sentido do direito a condições dignas de habitar e acessar os serviços públicos. O estudo inicia-se com uma explanação sobre a forma de funcionamento do programa, seus objetivos e formas de atendimento ao público em geral. Posteriormente, passa-se a análise de empreendimentos do programa nas cidades de São João del-Rei e Barbacena, ambas situadas no interior de Minas Gerais, com características diferenciadas em relação aos grandes centros onde as relações de poder e valor da terra tornam-se expressivamente evidentes. A partir disso, pretende-se verificar se o posicionamento desses empreendimentos na mancha urbana garante, de fato, o acesso aos bens de serviço públicos que proporcionam o direito à moradia digna e apropriação da cidade conforme preconizado pela Constituição. Os resultados apontam para um afastamento acentuado dos principais equipamentos públicos tais como administração pública, hospitais, Unidades Básicas de Saúde e Escolas, tornando necessários deslocamentos onerosos ao orçamento de famílias de baixa renda, o que elucida uma falsa impressão de concessão de direitos ao acesso à cidade. Conclui-se, portanto, que o combate a valorização das terras nas porções mais centrais das cidades pode proporcionar áreas melhor situadas para empreendimentos desse tipo, facilitando o acesso das camadas populacionais menos abastadas aos bens e serviços necessários para garantir o direito de habitar.

Palavras-chave: Marginalização; Direito; Espaço; São João del-Rei; Barbacena

The Right to Housing X Minha Casa Minha Vida Program: Spacialization of the Marginalizates in the cities of São João Del-Rei and Barbacena

Abstract

The Federal Constitution in force recommends access to decent housing conditions as a fundamental right. Thus, over the years, numerous government

1 Graduando em Direito pelo Centro de Estudos Superiores Aprendiz (CESA). E-mail: lorranmelquiades@gmail.com

2 Graduado em arquitetura e urbanismo pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) e graduando em História pela Universidade de França (UNIFRAN). E-mail: otaviomarchioro@gmail.com

programs have been developed with the aim of granting an addition to this right, the most recent of which is known as the "Minha Casa Minha Vida". Historically, residences of social interest are located on the edges of urban centers, in areas with low land and development costs. The objective is to verify whether the referred program repeats the actions of the previous ones, harming or not the real sense of the right to conditions worthy of living and accessing public services. The study begins with an explanation of how the program works its objectives and ways of serving the public. Subsequently, the program undertakings are analyzed in the cities of São João del-Rei and Barbacena, both located in the interior of Minas Gerais, with different characteristics in relation to the large centers where the relations of power and land value become expressively evident. From this, it is intended to verify whether the positioning of these enterprises in the urban area guarantees, in fact, access to public service goods that provide the right to decent housing and appropriation of the city as recommended by the Constitution. The results point to a sharp departure from the main public facilities such as public administration, hospitals, Basic Health Units and Schools, making costly trips to the budget of low-income families necessary, which elucidates a false impression of granting access rights to City. It is concluded, therefore, that combating the valorization of land in the most central parts of cities can provide better-located areas for undertakings of this type, facilitating the access of the less affluent sections of the population to the goods and services necessary to guarantee the right to live.

Keywords: Marginalization; Right; Space; São João del-Rei; Barbacena

1 INTRODUÇÃO

A habitação é um dos temas mais fundamentais da sociedade. Essa unidade mínima de espaço na escala urbana representa não só um elemento de propriedade, mas todo um contexto de dignidade inerente a pessoa, ou seja, um direito importante e assegurado pela legislação vigente.

O presente trabalho propõe uma reflexão sobre a real promoção do habitar nas cidades, por meio das políticas de habitação ao longo da história da república com acentuação no mais recente e amplo programa implementado conhecido como "Minha Casa Minha Vida".

Para além do espaço físico a ser concedido ao cidadão, habitar deve ser entendido acompanhado da possibilidade de acessar os serviços e benefícios que a vida urbana concede, tais como a assistência à saúde e à educação. No âmbito da história da habitação no país, observa-se a predominância de construção de vilas e bairros inteiros destinados à moradia social em pontos marginais do espaço urbano evidenciando a marginalização social dos entes menos abastados da sociedade, e a questão não se restringe aos grandes centros.

A observação e análise de empreendimentos recentes em cidades de médio e pequeno porte possibilitam visualizar a

repetição histórica da marginalização espacial dos mais pobres. Para esse estudo elenca-se as cidades de Barbacena e São João del-Rei, ambas no interior de Minas Gerais e alvos recentes da intervenção do Programa Minha Casa Minha Vida. O objetivo é demonstrar a repetição histórica da marginalização dos menos abastados no contexto e configuração espacial de ambas as aglomerações urbanas, o que, de fato, comprovar-se-á. Para tanto é necessário, *a priori*, entender a questão habitacional no país.

2 A POLÍTICA HABITACIONAL NO BRASIL

As políticas públicas de habitação são o tema inicial a ser trabalhado no presente trabalho, posto que, é a partir delas que se entende não só o tema principal evidenciado nesse artigo, mas toda a complexidade da questão desde seu cerne. Oliveira (2011) traz a luz que compreender as políticas habitacionais permite vislumbrar como o estado busca reduzir a demanda por moradias ao longo do tempo, demanda essa que foi acentuada no período da industrialização do país e expansão das cidades a partir de 1950. Não é segredo a instável história política do Brasil, o que influencia diretamente a visão sobre as discussões do déficit habitacional e acesso à terra infraestruturada e valorizada.

2.1 BREVE HISTÓRICO (1889–2009)

O devido entendimento das questões problemáticas que envolvem a habitação social no Brasil solicita uma análise ampla do tema. Foi elencado o período entre a Proclamação da República e o lançamento do programa Minha Casa Minha vida para realizar uma reflexão histórica dessa temática no país já que durante os regimes políticos anteriores pouco observa-se sobre a questão da habitação. Paiva (2017) enuncia que é ainda na república velha que se encontra as origens da controversa política habitacional do país. No início da história republicana brasileira, segundo a autora, o estado põe-se fora da questão habitacional deixando que o liberalismo da economia controle as relações de mercado na compra e venda de habitações. Percebe-se que, naquele momento, a não interferência do Estado e a existência de uma propriedade privada plena não possibilita o acesso da população menos abastada a terras em áreas centrais iniciando um processo de marginalização espacial dos pobres).

Houri (2008) esclarece que o tema moradia passará a ser, de fato, tema das políticas do estado apenas após o entendimento da influência do espaço nas condições de vida dos trabalhadores e sua produtividade. O Estado passará assim a ser agente da política de promoção e construção da habitação para acesso dos trabalhadores assalariados à terra urbana. Nesse cenário, serão principais agentes os Institutos de Aposentados e Pensionistas (IAP) de cada categoria profissional. Rubin e Bolfe (2014) citados por Paiva (2017) apontam que:

os IAP passaram a atuar no campo habitacional, onde poderiam investir até 50% de suas reservas para o financiamento habitacional. Os recursos para esses financiamentos provinham dos cofres dos institutos originados do depósito compulsório de empresas e trabalhadores para o pagamento futuro de aposentadoria e pensionistas. (PAIVA, 2017. P.47-48)

Dessa forma, o processo de intervenção do Estado na habitação contou com financiamento provindo dos trabalhadores assalariados e seu sistema de seguridade social, o que não permitiu uma ampla e robusta atuação do Estado, posto que, o acesso à moradia de interesse social limita-se aos empregados, ficando a margem os habitantes não inseridos no mercado de trabalho.

Cabe aqui destacar que assim como no período da república velha, o acesso a terra em áreas com a devida infraestrutura e serviços não é garantido pela construção de habitações via IAPs, já que o orçamento limitado dos órgãos possibilita a aquisição de terras em áreas marginais aos centros urbanos de valor de mercado menor que áreas em porções centrais.

Paiva (2017) mostra ainda que secundariamente o Estado intervém no tema da habitação por meio da promulgação da lei de inquilinato a qual tem por objetivo congelar o preço de aluguéis de forma a combater as construções e especulações do valor da terra para habitações locais, no entanto a lei torna-se ineficiente, posto que a não fixação de reajustes acaba por promover processos de despejo e relocação para que no novo contrato o locatário realiza-se o reajuste que lhe fosse conveniente.

Na tentativa de unificar as ações dos IAPs e ampliar o acesso à moradia, por parte da população mais marginalizada da sociedade, foi criado em 1946 a Fundação da Casa Popular (FCP), a qual é extinta em 1964. O órgão de fato governamental

deveria captar os recursos do IAP e financiar obras por todas as cidades do país em parceria com os governos locais. A maioria dos núcleos habitacionais da FCP foi implantada nas franjas periféricas urbanas, tendo sido comum a entrega das unidades com a infraestrutura incompleta ou inexistente, o que contrariava a intenção original de promover o desenvolvimento urbano. (BONDUKI, 2014, p.245). Além disso, a captação de recursos nos IAPs acabou por não se concretizar de fato devido ao baixo volume de divisa nos cofres dos mesmos e a não aceitação de apropriação dos recursos existentes por parte do estado, já que o patrimônio existente era propriedade dos trabalhadores associados ao fundo e não do poder federal centralizado.

Com o Golpe Militar de 1964, o país passa a ser regido por um governo fortemente centralizado e fechado tendo no estrato federal o maior controle das questões de maior impacto social. Em resposta ao crescente déficit habitacional brasileiro, aprofundado durante a expansão urbana do país a partir de 1950, o governo militar cria em 1964 o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Sistema Financeiro de Habitação (SFH). O governo buscava adquirir o apoio das massas populares urbanas e criar uma política permanente de financiamento, que estruturasse o setor da construção civil habitacional (PAVIA, 2017. P.51). O SFH não só teria a função de promover a habitação mas também de captar recursos para as obras de infraestrutura necessárias no país e para a compra de habitações pela população de baixa renda. Segundo Ferreira (2009), o SFH operava com recursos oriundos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), somados aos provenientes da poupança voluntária, formando o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE).

A criação do FGTS, em 1967, como forma de seguridade aos trabalhadores assalariados passou a ser a principal forma de captação de recursos, o que ainda é observado na atualidade. Almeida (2011) citado por Paiva (2017) explica que:

os recursos do SBPE eram utilizados para financiar empreendedores ou construtoras. Estes produziam e vendiam as unidades habitacionais aos consumidores finais que, mediante a tomada de empréstimo para a compra de unidades, tornavam-se mutuários do sistema. Os recursos do FGTS deveriam ser canalizados prioritariamente para a habitação de interesse social. (PAIVA, 2017.p. 52).

Conforme apresentado, foi a partir de 1964 que a política habitacional vigente toma boa parte de sua forma, sobretudo no que diz respeito a centralização das ações no governo federal e captação de recursos para as obras necessárias. Paiva (2017) infere que nessa época a implantação nos estados e municípios era transferida para as companhias de habitação dos estados as quais eram controladas pelo BNH.

No campo do contexto urbano e implantação, Bonduki (2014) esclarece que os conjuntos habitacionais edificados pelo BNH localizavam onde os terrenos fossem mais baratos na zona rural ou nas franjas da área urbanizada. Dessa forma torna-se evidente a questão da marginalização espacial dos menos favorecidos assim como verificado em tentativas anteriores de intervenção do estado na habitação e na política atual.

O BNH foi extinto no ano de 1986 e suas atribuições de financiamento e controle do FGTS foram repassados à Caixa Econômica Federal, onde permanecem até na atualidade.

Entre a promulgação da Constituição de 1988 e a criação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) observa-se uma tímida atuação do Estado em relação a habitação, sendo principais agentes no tema as repartições estaduais destinadas a esse fim.

2.2 PROGRAMAS ESTADUAIS: O CASO MINEIRO

Ainda durante a Ditadura Militar, foram criados inúmeros órgãos estaduais de promoção da habitação. No caso de Minas Gerais, estado em estudo nesse trabalho, foi instituída em 1964 a Companhia de Habitação de Minas Gerais (COHAB – MG). Sua forma de uso dos recursos estava atrelada ao SFH e ao BNH, já que conforme explícito anteriormente, nessa época as ações de habitação centralizaram-se no poder central da federação. Segundo Paiva (2017, p.51) “sua criação como uma sociedade de economia mista a transformarem um ponto-chave de interligação entre o governo estadual, a iniciativa privada e a sociedade civil.” Assim sendo o financiamento e construção da habitação passava pela contribuição de todos os agentes envolvidos na conformação do estado.

Paiva (2017) elenca ainda que em 1982 a COHAB-MG passou a contar com um órgão colegiado e consultivo que incentivava a participação social na temática da habitação, no entanto o mesmo encontrava-se subordinado ao governador do estado, acarretando uma falsa participação social no tema.

Com a extinção do BNH, em 1986, percebe-se que as Companhias estaduais passam a assumir a questão habitacional de forma restrita aos seus estados longe de uma centralização política. No caso mineiro a COHAB- MG passa a promover a construção de pequenas vilas em diversos pontos do estado, tendo como parceiros os governos municipais e outras empresas públicas do Estado de Minas Gerais. Um caso ilustrativo é o Conjunto Habitacional Major Ciro do Espírito Santo Cardoso em São João del-Rei, onde a COHAB em parceria com a CEMIG (Companhia Energética de Minas Gerais) entregaram unidades à população de baixa renda com adaptações para o aquecimento de água. O financiamento dessas moradias ocorreu por meio do programa estadual Lares Gerais, promovido pelo governo de Minas Gerais e pela COHAB – MG.

A política habitacional dos estados tornar-se-á secundária após a instituição do Programa Minha Casa Minha Vida no ano de 2009, quando o Governo Federal passará novamente a centralizar a questão e o financiamento na esfera central da República.

2.3 PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Instituído no ano de 2009, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) é a mais recente tentativa do governo Federal de atuar na temática da habitação e minimização do déficit habitacional vigente no país.

Segundo Paiva (2017) o programa caracteriza-se ainda pela construção de novas unidades habitacionais não sendo previstas aquisições de imóveis ou desapropriação de bens não utilizados ou que não cumpram sua função social conforme previsto na Constituição Federal de 1988. Assim como os programas anteriores observaram-se o foco de intervenção de forma expansionista, ou seja, na ampliação dos tecidos urbanos. Cabe aqui destacar que as obras contratadas pelo PMCMV incluem exclusivamente o setor privado, ou seja, o Estado repassa recursos para a construção de forma a, além de promover a habitação, aquecer a economia da construção civil. A transferência de recursos para a esfera privada não é novidade na política habitacional brasileira conforme apontado no histórico anteriormente delimitado. Sobre isso Aureliano (2018) aponta que o Programa é uma aliança entre o setor privado e os Ministérios da Casa Civil e Fazenda o que confere a ele o viés econômico necessário ao enfrentamento da crise econômica ocorrida no capitalismo no ano de 2008.

O programa é dividido em três faixas de renda para a construção e financiamento da habitação. Para o presente trabalho a mais importante delas é a faixa 1 que incluem pessoas que recebem entre 0 e 3 salários mínimos, ou seja a parcela menos abastada da sociedade e, sobremaneira, marginalizada dos recursos urbanos. Cota e Diório (2013) evidenciam que o PMCMV vem se constituindo, atualmente, na principal ação de combate ao déficit habitacional do Brasil, inclusive para as famílias com renda até três salários mínimos, faixa em que se concentra o déficit mais expressivo do país.

A forma de financiamento proposta para o programa em relação a faixa 1, bem como a divisão em faixas de renda possibilita a segurança do sistema e garante que as construtoras recebam pelos empreendimentos, já que cabe ao Estado via bancos públicos arcar com a compra das unidades a serem financiadas pela população. Em consonância com o exposto, Aureliano (2018) aponta que a empresa de construção civil apresenta um projeto destinado a demanda, que é aprovado pelo município e submetido às instituições financeiras definidas como Agentes Executores do Programa (CAIXA e Banco do Brasil).

O empreendimento, então, é adquirido pelo Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e posteriormente repassado aos beneficiários; ou seja; nessa faixa de renda, é o governo, por intermédio dos bancos públicos, quem compra as unidades das construtoras; portanto, não há risco das mesmas sofrerem com a possível inadimplência dos beneficiários. Assim sendo, o governo passa a promover a habitação de forma ampliada e segura ao mercado da construção civil, aparentemente um eficiente processo de aquecimento econômico e promoção social. Em verdade a primeira afirmativa se confirma, já que a construção maciça e compra de imóveis movimentou e ainda movimenta boa parte da indústria no país, no entanto, a segunda afirmativa é comprometida pelas ações de mercado e especulação imobiliária.

A inclusão do setor privado no processo, sobretudo como agente preponente dos projetos, faz com que, na busca de maximização de lucros, busquem-se terras mais distantes dos centros de urbanização consolidada, já que nessas áreas o alto custo da terra reduziria drasticamente os lucros. Soma-se a questão o fato da maior parte dos municípios do país não possuírem legislação urbanística que definam mecanismos de controle especulativo e inclusão de zonas de interesse social no zoneamento urbano.

No que toca a questão de habitar, vale destacar que, na insana ampliação de lucros por parte das empreiteiras, as condições de habitabilidade dos objetos além do acesso aos serviços urbanos são bastante comprometidos, já que distancia-se cada vez mais das porções consolidadas edificando-se com materiais de qualidade inferior e com características divergentes da moradia de origem dos beneficiários do programa.

A seguir explana-se sobre o que de fato é habitar, teórica e legalmente, na tentativa de mostrar o quanto o PMCMV cumpre sua função primeira de promover a habitação digna.

3 AS CONDIÇÕES DIGNAS DE MORADIA

Construir moradias apenas para a geração de números positivos em relação ao déficit habitacional não é de fato proporcionar, em seu sentido lato, habitação, ou seja é limitado entender como número de unidades a promoção de uma real política de social de habitação, na verdade cai-se no perigoso risco da maciça expansão urbana as margens do tecido consolidado tornando espacial a questão da marginalização social dos extratos menos abastadas da sociedade.

3.1 O QUE É DE FATO HABITAR

O conceito de habitar talvez seja o mais complexo e básico elemento a ser entendido nesse trabalho. No censo comum é entendido como residir, ou seja, a unidade mínima onde o indivíduo, no contexto urbano, é dono da propriedade e se abriga quando fora das demais atividades cotidianas. Esse sentido tão restrito pode e deve ser ampliado para todo o contexto que envolve a vida urbana. Habita-se a casa, o trabalho, o veículo, o espaço público e tudo a que o indivíduo se propõem a apropriação nas mais diversas atividades.

Heidegger é talvez o pensador mais importante sobre o tema do habitar. Em sua obra intitulada Construir, Habitar, Pensar de 1951 o autor apresenta o sentido mais lato da expressão. Ele aponta que “No sentido de habitar, ou seja, no sentido de ser e estar sobre a terra, construir permanece, para a experiência cotidiana do homem, aquilo que desde sempre é, como a linguagem diz de forma tão bela, “habitual” (HEIDEGGER, 1951). Ou seja, em seu sentido ampliado habitar é construir espaços para a vivência humana independente da morada particular.

No sentido proposto por Heidegger, é possível inferir que assim como os espaços construídos servem ao habitar, é necessário que o devido acesso a todos eles por parte da sociedade é peça fundamental para que se cumpra a garantia a habitação, dessa maneira a marginalização do acesso a qualquer um dos elementos que constituem o território urbano compromete o real sentido de habitar e condena a mesmice do entendimento desse conceito de forma restrita a moradia.

Conforme apontado a política habitacional brasileira infelizmente atrela-se, sobremaneira, a habitação ligada apenas ao imóvel tornando a população já marginalizada distante das oportunidades e espaços que o habitar de fato viabiliza nas cidades.

3.2 CONCEITUANDO MORADIA DIGNA

O termo Moradia digna é um complexo que transcende a um espaço coberto e habitável, quando a literatura da lei acresceu o direito à moradia, o estado brasileiro já entendia os questionamentos em relação ao que se trata o referido termo, pois foi bastante discutido no comitê de Direitos econômicos, sociais e culturais, da ONU (Organização das Nações Unidas) de 1991. Dentre os inúmeros conceitos defendidos pela Organização, elenca-se os seguintes como os mais relevantes para o presente trabalho:

-Disponibilidade de serviços, materiais, instalações e infraestrutura: a moradia não é adequada, se os seus ocupantes não têm água potável, saneamento básico, energia para cozinhar, aquecimento, iluminação, armazenamento de alimentos ou coleta de lixo.

-Acessibilidade: a moradia não é adequada se as necessidades específicas dos grupos desfavorecidos e marginalizados não são levados em conta.

-Localização: a moradia não é adequada se for isolada de oportunidades de emprego, serviços de saúde, escolas, creches e outras instalações sociais ou, se localizados em áreas poluídas ou perigosas. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1991).

A moradia adequada e necessária que obedece ao princípio da dignidade da pessoa humana, dessa forma, os termos acima destacados representam aspectos inerentes a questão do habitar que deve estar incluído na análise e proposta de políticas habitacionais. De nada adianta promover o espaço físico de moradia se ele não se adequa ao acesso à cidade e aos bens de serviço que a mesma proporciona.

3.3 O DIREITO A DIGNIDADE E A MORADIA DIGNA

No Brasil, em 1988, foi aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte, a nova Constituição Federativa do Brasil, que se apoiava na Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU (Organização das Nações Unidas).

Ela assegura, aos brasileiros, direitos e garantias fundamentais; direitos individuais e coletivos que tratam de questões de igualdade, honra, segurança, liberdade e dignidade da pessoa humana– Direitos sociais, referentes à saúde, educação, e direitos nacionais e políticos.

A garantia de direitos e deveres, estabelecidas pela carta magna vigente, sofrem alterações, ao longo dos anos, de acordo com as necessidades populacionais e conquistas sociais. Em 2000, com a emenda constitucional número 26 foi acrescentado no artigo 6º o direito à moradia, deixando a redação da constituição. Lê-se: “Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a **moradia**, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. (CONGRESSO NACIONAL, 2000) A *posteriori* esse mesmo artigo sofre nova alteração pela emenda constitucional número 64 de 2010, incluindo a ele o direito à alimentação.

A garantia constitucional do direito à moradia torna-se amago importante para o desenvolvimento da política habitacional brasileira o que será confirmado no ano de 2009 com a criação do Programa Minha Casa Minha Vida. A partir desse momento a construção das moradias sociais fazem parte do entendimento do sentido lato de dignidade da pessoa humana devendo ser tratado na forma da lei e não como uma promessa eleitoreira aos moldes de “favor” aos menos abastados.

3.4 OS INSTRUMENTOS JURÍDICOS DO ESTATUTO DA CIDADE E A HABITAÇÃO

Com a polarização das grandes cidades na década de 1980, percebe-se a necessidade de um estatuto que estruturasse o planejamento de políticas urbanas, já citado na constituição federal, e a função social da propriedade. Diante disso, é criado o projeto de lei em 1988 que ficou “esquecida” até ser aprovado como ESTATUTO DA CIDADE– lei 10.257 em 10 de julho de 2001.

A referida lei condiciona questões urbanísticas que regulamenta o desenvolvimento da determinada cidade, afim de respeitar um cuidado padrão, estabelecido pelo ramo imobiliário, através do plano diretor, no que tange a ocupação do território urbano, com questões de limitação de impermeabilidade do solo, uso efetivo da terra, nesse última com a penalidade de IPTU progressivo – que aplica-se ao dono de terreno ocioso um aumento na alíquota anual, justamente por não desenvolver a ocupação daquele espaço, por exemplo.

Os instrumentos urbanísticos têm embasamento legal e visam a reorganização das cidades e aplicar a elas o uso efetivo e cordial deste solo. Dentre as delimitações do Estatuto da cidade, uma das mais importantes questões refere-se a dita função social da propriedade privada, a qual é definida no artigo 39:

“Art. 39. A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas no art. 2º desta lei.” (BRASIL, 2001).

A delimitação dos instrumentos do presente Estatuto, bem como a definição da função social da propriedade já prevista na constituição, representam uma importante tentativa de inclusão de empreendimentos sociais nas áreas mais valorizadas das cidades, no entanto cabe destacar que todos esses aportes fornecidos pela legislação federal devem ser regulamentados na escala municipal, o que raramente acontece. Quando se analisa as cidades de menor porte a situação torna-se ainda mais agravada já que boa parte delas não contam se quer com plano diretor que ordene as políticas urbanísticas. É o caso das cidades elencadas nesse estudo. Barbacena, com população estimada em aproximadamente 126 mil habitantes em 2017 não possui plano diretor vigente. Por outro lado, em São João del-Rei com população estimada em aproximadamente 90 mil habitantes em 2017 existe um Plano Diretor vigente desde 2007 mas que não passou por regulamentação de suas diretrizes. Atualmente discute-se a atualização do referido plano.

Conclui-se com a finalização desse primeiro momento teórico que apesar da legislação prever modos de produzir habitações dignas e bem inseridas no contexto das cidades, raramente os meandros do mercado imobiliário são contornados pelo poder público.

4 O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NO INTERIOR: BARBACENA E SÃO JOÃO DEL REI

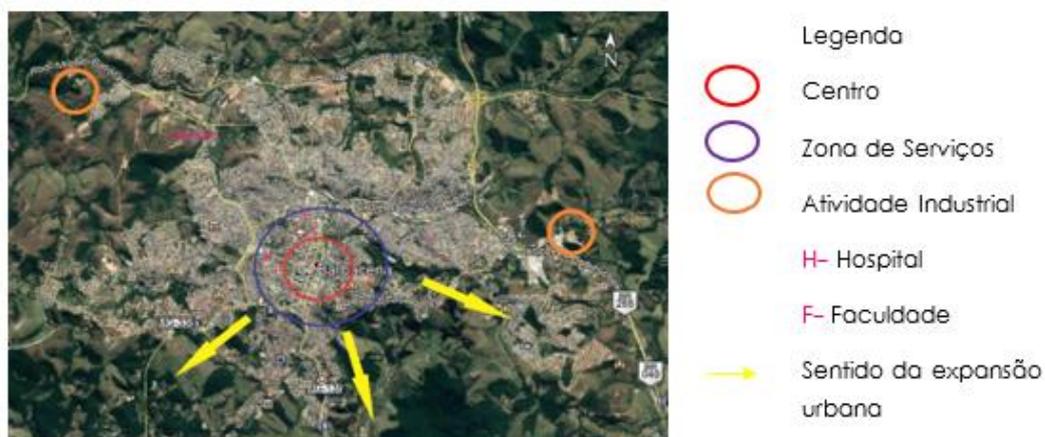
A criação do Programa Minha Casa Minha Vida foi um marco sem precedentes na história da produção habitacional no país conforme demonstrado anteriormente. A amplitude de alcance ao acesso da moradia própria nunca foi, até aquele momento, tão amplificada, sobretudo no que toca a população de baixa renda. Uma das provas disso é o alcance do referido Programa ter alcançado não só os grandes centros urbanos, mas também as urbes de menor extensão e contingente populacional. Toma-se por exemplo dois casos de implantação do PMCMV nas cidades de São João del-Rei e Barbacena, ambas no interior de Minas Gerais. O objetivo principal é verificar, na experiência realizada nessas localidades, se há a replicação das características habitacionais predominantes na história brasileira, onde aos menos abastados é reservado as margens do espaço urbano consolidado geralmente distante dos bens e serviços das áreas centrais. Se comprovada a predominância dessa característica, estará ocorrendo a marginalização espacial das classes baixas reforçando sua posição social no espaço urbano o que descompromete a política habitacional da temática da moradia digna e acaba por produzir expansões urbanas problemáticas. Além disso, a verificação da citada marginalização aponta para a observação que não é apenas nas grandes aglomerações urbanas que predominam as imposições do mercado e a especulação imobiliária, estando o interior suscetível a esses controladores do espaço urbana de modo acentuando devido a ausência de aporte legal que combata ambos os problemas.

4.1 O CASO DE BARBACENA

A cidade de Barbacena possui, segundo o IBGE uma população estimada de 126 mil habitantes. Sua porção central possui os principais equipamentos públicos de acesso a direitos fundamentais. No entorno imediato encontram-se as instituições secundárias e superiores de ensino, excetuando-se uma universidade particular localizada na zona rural. É ainda nesse entorno que verificam-se as principais instalações médicas de atendimento consolidado e especializado. Nessa situação em especial, há a existência de um Hospital Regional Geral nas bordas da cidade, no entanto cabe destacar seu amplo atendimento para além da população barbacenense o que

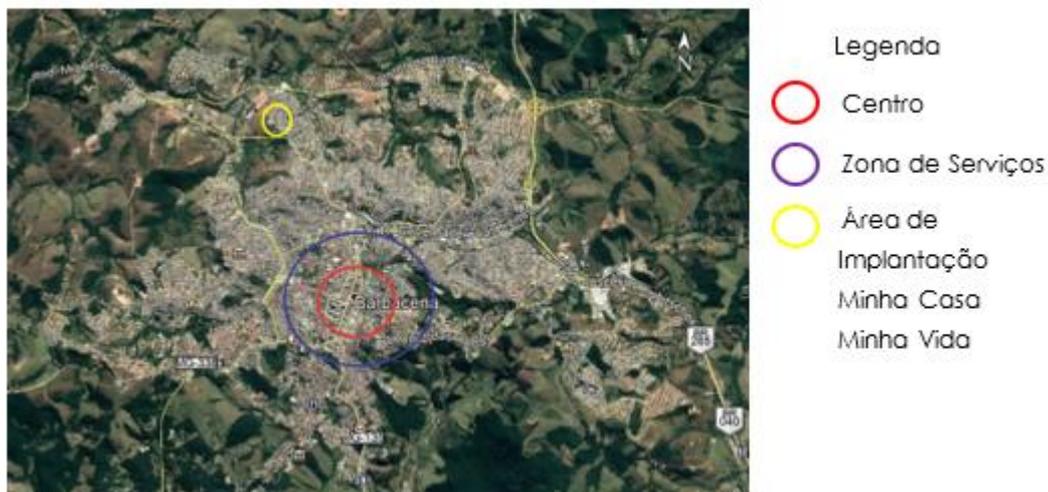
acarreta lotação e comprometimento de atendimento a especialidades menos complexas.

O mapa a seguir produzido por auxílio de imagem espacial aponta os posicionamentos mencionados:



Mapa 1 – Zonas de Barbacena – Google Earth modificado.

Observa-se, portanto, a concentração de serviços nas proximidades do centro de Barbacena. Quando se contrapõem o mapa anterior a localização do empreendimento implantado na cidade observa-se o distanciamento da zona central e de serviços da cidade o que torna onerosos os deslocamentos cotidianos para as mais diversas atividades. Nesse sentido a ideia de habitar conforme delimitada nesse estudo apresenta-se comprometida. Vale salientar ainda que a localização do empreendimento em Barbacena está próxima as áreas industriais que promovem o despejo de fortes odores o que prejudica a salubridade local. Soma-se a isso os recorrentes registros de crimes no local, muito devido a desocupação de boa parte da população residente.



Mapa 2 – MCMV Barbacena – Google Earth modificado



Imagem 1- Conjunto MCMV de Barbacena

No caso de Barbacena evidencia-se que a colocação do empreendimento habitacional de cunho social está na extremidade oposta aos principais eixos de crescimento da cidade, em região desvalorizada pela proximidade de atividades industriais e periferias já consolidadas. Nesse sentido, o implantação do programa nessa localidade vinculou-se estritamente ao sentido de habitáculo, ou seja, de unidade habitacional mínima apenas, esvaziando-se do real sentido de habitar conforme delimitado nesse estudo, assim sendo, não produziu-se a moradia como forma de garantir direitos e dignidade, mas como forma de conceber apenas um espaço

físico a ser morado pela parcela menos abastada da população em uma área aquém de todas as oportunidades que essa cidade pode oferecer nos mais diversos aspectos.

4.2- O CASO DE SÃO JOÃO DEL-REI

São João del-Rei, assim como Barbacena localiza-se no interior de Minas Gerais. Possui uma população estimada de 90 mil habitantes segundo o IBGE. Sua configuração espacial é bastante diversa em relação a primeira cidade analisada já que, enquanto Barbacena apresenta adensamento e redução da extensão ocupada pelo distrito sede, São João del-Rei configura-se com uma mancha urbana extensa e de processo de adensamento recente, o que amplia os deslocamentos necessário entre os bairros e o centro.

Os serviços de saúde e atendimento público concentram-se na porção central da cidade, sendo necessário o acesso a essa área não só pela população são-joanense, mas por todos da microrregião que necessitam recorrer a São João del-Rei. Por outro lado, as atividades educacionais, principalmente as superiores encontram-se espalhadas pela mancha urbana facilitando a apropriação. O mapa abaixo sintetiza a organização espacial supracitada.



Mapa 3 – Zonas de São João del-Rei – Google Earth modificado.

Diante do recente processo de crescimento de São João del-Rei, acentuado a partir do ano de 2009 com a instituição do programa de expansão universitária (REUNI), observa-se o aceleramento da verticalização em boa parte das bordas da

cidade, além da abertura de novos loteamentos destinados a populações mais abastadas. Nesse cenário ocorre a valorização exacerbada do valor de terras e imóveis nas porções mais centrais da mancha urbana, posto que, nessa localidade não existem mecanismos de controle da especulação regulamentados. Ocorre ainda um processo de atraimento de pessoas em busca de oportunidades de trabalho na cidade, o que acresce, em partes, o número de habitantes menos abastados pressionando o déficit habitacional local.

Devido ao número expressivo famílias que necessitavam de novas residências, foram lançados 3 empreendimentos do Minha Casa Minha Vida com o intuito de promover melhores condições de habitação aos menos favorecidos. Não seria segredo algum que, no cenário ascendente de especulação descrito anteriormente, a localização desses empreendimentos estaria distante das áreas melhor servidas pelos recursos oferecidos pela cidade, ou seja foram dispostos em uma extremidade localizada próxima a uma zona de atividade industrial e em caminho oposto aos principais eixos de expansão urbana.



Mapa 4 – MCMV São João del-Rei – Google Earth modificado

Não é estranho verificar que os deslocamentos necessários aos moradores do MCMV em São João del-Rei solicita o uso de ônibus ou outros meios de transporte, destacando que a topografia do local de inserção não viabiliza o uso de bicicletas ou deslocamentos peatonal. A proximidade da atividade industrial, nesse caso a siderurgia, aproxima o lançamento de gases da zona residencial implantada o que impacta diretamente nas condições de salubridade local. Assim como no caso de Barbacena, os conjuntos apresentam um elevado índice de

violência sendo os principais registradores de ocorrência policial na cidade. Muito se deve a sua marginal localização dificultando o acesso a mecanismos de promoção social.



Imagens 2 e 3 – MCMV construídos em São del-Rei. Fonte: Gazeta de São João del-Rei.

Observando-se o caso são-joanense, nota-se que, assim como em Barbacena, prevalece a lógica da produção habitacional entendida como construção de moradias independente do acesso aos bens e serviços urbanos, ou seja, restringe-se o conceito de habitar e de moradia digna ao simples fato de possuir um imóvel evitando-se a inclusão de conceitos como acessibilidade, localização e salubridade. Nesse sentido infere-se que em ambas as situações analisadas o Programa Minha Casa Minha Vida foi falho na real promoção do direito a moradia previsto na Constituição Federal desde os anos 2000.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo desenvolvido no presente artigo permitiu a análise *in loco* dos preceitos previsto na legislação vigente no país em duas situações particulares que se acreditam não ser casos isolados, posto que, em outras localidades observa-se verossimilhança nos processos de construção e promoção de habitações de cunho social.

Verifica-se que a ausência de regulamentação local e falta de controle do uso do solo urbano contribuem, sobremaneira, para o comprometimento das ações de expansão da política habitacional do país, já que na ausência de instrumentos legais cabe ao mercado regular onde é viável ou não direcionar o uso da terra para as ações de cunho social. Acrescenta-se a isso a forma de proposição e construção dos conjuntos pelo programa

Minha Casa Minha Vida, a qual liga-se totalmente a lógica mercadológica da produção da cidade.

Nas cidades de menor porte, como as analisadas, seria mais fácil o ordenamento territorial que nos grandes centros consolidados, no entanto opta-se por um processo expansionista maçante e marcadamente marginalizada das populações menos abastadas, ou seja, a cidade configura espacialmente as diferenças sociais por meio da política habitacional predatória e em parte excludente, já que a opção por não regular o uso da terra urbana acaba por derrubar preceitos como a acessibilidade, localização e salubridade dos empreendimentos destinados aos menos favorecidos.

Questiona-se onde as classes mais pobres deveriam morar, ou melhor, onde de fato habitariam? Seria nas bordas da cidade, próximo a riscos ambientais e distantes dos serviços públicos que lhes permitiriam o desenvolvimento social ou nas porções mais centrais possíveis? Diante dessa pequena reflexão é sabido dizer que a produção espacial promovida pela política habitacional em vigor não passa verdadeiramente pelos preceitos solicitados pela ideia de habitar, tornando-se um mero instrumento de construção de abrigos.

O mais perigoso do cenário e das análises postas aqui é o quadro de ilusão a qual o poder público submete a população apontando que está promovendo a dignidade fornecendo objetos construídos aquém do acesso às cidades, na verdade o que se pode inferir é que mais uma vez a política habitacional falhou tornando espacial a exclusão social.

6 REFERENCIAL TEÓRICO

ALMEIDA, Isaura Florisa Gottschal. **Desigualdades e políticas públicas de habitação no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

BOBBIO, Norberto. **A era dos Direitos**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BONDUKI, Nabil. **Os pioneiros da habitação social no Brasil**. v 1.1.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: 05.Agosto. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 11 jul. 2001. Disponível

O Direito à Moradia X Programa Minha Casa Minha Vida

em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10257-10-julho-2001-327901-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 15.Agosto. 2019.

CASTRO, Karina Alves de. **Direito à moradia: da efetividade desse direito e da sua conexão com o direito ao desenvolvimento.** Disponível em: <<http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=21b6529de735e297>> Acesso em: 15.Agosto. 2019.

COHAB-MG. **Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais.** Disponível em: <<http://www.cohab.mg.gov.br/>> Acesso em: 25.Agosto. 2019.

CONGRESSO NACIONAL. **Atividade legislativa.** Histórico de alterações do artigo 6º da Constituição Federal de 1988. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_03.07.2019/art_6_.asp> Acesso em: 05.Agosto. 2019.

COTA, Daniela Abrittta; DIÓRIO, Ana Carolina Dias. **Dispersão e fragmentação socioespaciais em São João Del-Rei, MG:** considerações parciais. In: XV ENANPUR, v. 1. Recife, 2013. Anais... Recife: XV Enampur, 2013,p,1-18. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/viewFile/4134/4021>> Acesso em: 23.agosto. 2019.

FERREIRA, Andresa Rosa. **Programas de Combate ao déficit habitacional brasileiro.** Monografia (Graduação em Ciências Econômicas). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

GOOGLE EARTH-MAPAS. **Consulta de mapas.** Disponível em: <https://www.google.com.br/earth/> Acesso em: 01.Agosto. 2019.

HEIDEGGER, Martin. **Construir, morar, pensar.** Bauen, Wohnen, Denken (1951) conferência pronunciada por ocasião da "Segunda Reunião de Darmastad", publicada em Vortäge und Aufsätze, G. Neske, Pfullingen, 1954. Tradução de Marcia Sá Cavalcante Schuback Disponível em: <http://www.fau.usp.br/wp-content/uploads/2016/12/heidegger_construir_habitar_pensar.pdf> Acesso em: 28.Agosto. 2019.

HOURI, Luciana Felicíssimo. **Políticas de produção de moradias e segregação residencial em Belo Horizonte -1986 a 2000.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

IBGE CIDADES. **Panorama da cidade de Barbacena.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/barbacena/panorama> Acesso em: 10.Agosto. 2019.

NAÇÕES UNIDAS. **Comissão dos Direitos Humanos. Direitos econômicos, sociais e culturais: relatório do Relator Especial sobre à moradia adequada como componente do direito a um adequado padrão de vida, Miloon Kothari;** adendo missão ao Brasil. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/a_pdf/r_relator_onu_miloon_khotari_moradi> Acesso em: 02. Agosto. 2019.

OLIVEIRA, Cirlei Terezinha Teixeira. **A implementação de políticas públicas habitacionais: o caso do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH) no Rio grande do Sul.** Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

PAIVA, Letícia Maria. **Habitação de interesse social e a produção do espaço urbano em São João del-Rei/MG entre os anos de 2006 e 2016.** Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Feredal de São João Del-Rei, São João

O Direito à Moradia X Programa Minha Casa Minha Vida

Del Rei, 2017. Disponível em: <<https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/ppgeog/Leticia.pdf>> Acesso em: 15.Agosto. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBACENA. **Entrega de casas do programa minha casa minha vida.** Disponível em:<<http://barbacena.mg.gov.br/2/noticias/?id=4217>> Acesso em:12.Agosto. 2019.

RUBIN, Graziela Rossato; BOLFE, Sandra Ana. **O desenvolvimento da habitação social no Brasil.** In: Revista Ciência e Natura, nº 2, v 36, p. 201–213, 2014. Disponível em: < <http://oaji.net/articles/2017/1602-1487076445.pdf>> Acesso em: 18. agosto.2019.

SILVA, Ana Luiza Aureliano. **Minha casa... e a vida? Impactos socioespaciais a partir da análise de um empreendimento do programa minha casa, minha vida em São João Del Rei, MG.** Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de São João Del-Rei, São João Del Rei, 2018. Disponível em: <https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/ppgeog/Ana_Luiza_Aureliano.pdf> Acesso em: 19.Agosto. 2019.

UMA ANÁLISE DE REDE DAS MÍDIAS TRADICIONAIS E A COBERTURA DAS ELEIÇÕES DE 2018

Virgílio De Araújo Mendes¹

Renan Barbosa Diniz²

Resumo:

O presente artigo visa discutir como alguns veículos de mídia impressa realizaram a cobertura da eleição presidencial brasileira de 2018. As mídias jornalísticas constituem um aspecto importante para a construção da opinião pública em uma democracia e, também, cumprem papel de agentes de distribuição do fluxo informacional. Assim, este trabalho apresenta estatísticas descritivas sobre a proporção da presença de cada candidato nas capas de mídia impressa, a fim de contribuir para a literatura dedicada ao estudo mídia e eleições, além de tentar responder à pergunta se houve ou não viés na cobertura da eleição presidencial brasileira de 2018. Para além disso, utilizamos também o método de Análise de Redes Sociais (ARS) como ferramenta analítica no intuito de identificar as redes de relacionamento dos atores políticos presentes nas capas coletadas. Nossos resultados apontam para dois momentos diferentes das eleições, ambos com tempo de exposição desigual dos candidatos. Um antes da facada sofrida por Bolsonaro, quando Lula era o personagem mais citado. E outro posterior à facada, quando Bolsonaro teve presença majoritária nas mídias estudadas.

Palavras-chave: mídia impressa; eleições presidenciais; Análise de Rede Social;

A network analysis of the traditional media coverage during the 2018 elections

Abstract:

This paper aims to discuss how some print media vehicles covered the presidential electoral processes of 2018 in Brazil. The news media constitute an important aspect for public opinion in a democratic regime and in the information distribution flow. This work presents some descriptive statistics about the proportion each candidate appeared on the cover of the print media studied, so we can contribute to the literature dedicated to media and elections and try to answer if there was or not a bias in the coverage of the Brazilian presidential election of 2018. Beyond that, we utilize the Social Network Analysis (SNA) as a tool to identify the relationship networks between the political actors present on the covers collected. Our results point to two different moments on the elections and in which we found, in both, an uneven media exposure of the candidates. First, the period before the attempt of murder suffered by Bolsonaro, when Lula was the most mentioned character. Second, a period after the stabbing, when Bolsonaro was the prevailing figure in the media studied.

Keywords: print media; presidential elections; Social Network Analysis;

1 Mestrando em Ciência Política na UFMG, pesquisador nas áreas de comportamento político e mídias digitais, e Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Ex-diretor da Coordenadoria de Projetos da MEIOS – Empresa Júnior de Ciências Sociais da UFMG e ex-Data Analyst na Quaest Consultoria e Pesquisa com experiências em processamento e análise de dados de survey. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3781647781988333>; LinkedIn: <https://www.linkedin.com/in/virgilioemendes/>. Contato: virgilioebm@gmail.com

2 Graduando em Ciências Sociais na UFMG, pesquisador das áreas de mídia, eleições, comportamento político e opinião pública. Ex-bolsista Fapemig no projeto de pesquisa Media Bias. Linkeln: <https://www.linkedin.com/in/renanbarbosadiniz/>. Contato: renanbarbosadiniz@gmail.com

1. Introdução

Desde o primeiro processo eleitoral brasileiro no período pós-redemocratização, em 1989, a mídia tem desempenhado um papel central tanto na cobertura das eleições, como na formação da opinião pública em relação aos candidatos. A literatura dedicada ao estudo da cobertura realizada pela mídia durante períodos eleitorais aponta para a existência de viés dos principais veículos de mídia brasileira já na cobertura de seu primeiro processo eleitoral, como mostram Kucinsky (1998) e Lins da Silva (1990). Apesar de haver discordância entre os autores acerca do impacto real que este viés é capaz de produzir nos resultados do pleito, há pouca divergência quanto à existência de uma cobertura enviesada, que privilegiaria um dos lados em detrimento dos outros. Nós compartilhamos da opinião de que a cobertura da mídia desempenha um importante papel na formação da opinião pública e, por consequência, na decisão de voto dos eleitores (BEZERRA e MUNDIM, 2011; FIGUEIREDO, 1998; LOURENÇO, 2003; MIGUEL, 2003; MUNDIM, 2010, 2018).

Mesmo que a existência de viés na cobertura midiática das eleições brasileiras seja ponto pacífico, faz-se necessário que novos estudos sejam realizados na medida em que novas eleições forem ocorrendo. Os ciclos eleitorais costumam mesclar elementos de continuidade das eleições anteriores com fatores novos que não existiam em eleições passadas. Por isso, mesmo já existindo trabalhos demonstrando o viés na cobertura midiática do processo eleitoral, estudos dessa natureza são importantes a cada nova eleição para averiguar o balanço do que sobreviveu à prova do tempo e quais novos fatores passaram a fazer parte do processo eleitoral e de sua cobertura. Contribuindo assim, não apenas academicamente, mas também com o exercício pleno da democracia brasileira, uma vez que a cobertura midiática tem poder de influência sobre a opinião pública e, dessa maneira, pode alterar os destinos políticos do país favorecendo ou prejudicando esse ou aquele candidato, o que diminui a credibilidade do processo eleitoral como um todo e, por sua vez, enfraquece a própria democracia.

Esse viés pode se expressar de duas maneiras diferentes: através da publicação de matérias nas quais é utilizado um tom editorial não neutro, ou seja, contar um fato jornalístico de maneira a enfatizar aspectos positivos ou negativos relacionados à matéria. Esse fenômeno é de natureza qualitativa e diz respeito a como a

matéria é enquadrada, de maneira que a escolhas editoriais ditam um tom que influencie a percepção de quem a lê. Existem estudos que se propõem a estudar a valência da cobertura midiática em período de eleições, a fim de explorar se há ou não viés e a quem ele favorece, como Feres Júnior e Sassara (2016). Porém, esta não foi a metodologia empregada neste artigo. A outra maneira pela qual o viés midiático pode ser percebido, é através da exposição desproporcional dos candidatos, ou seja, o espaço concedido para cada candidato na mídia é desigual (FIGUEIREDO, 1998; MUNDIM, 2018). Teoricamente, todos os candidatos deveriam ter oportunidades iguais de exposição midiática a fim de assegurar o princípio da imparcialidade no exercício da cobertura. Este artigo busca fornecer elementos que possibilitem responder se houve viés na cobertura do processo eleitoral de 2018, a partir da contabilização de aparições dos candidatos nas capas dos principais veículos de mídia impressa diária nacional. É importante ressaltar que, por si só, nenhuma dessas dimensões é suficiente para a confirmação categórica da existência de viés, porém, ambas são componentes importantes na busca por responder sobre a existência de viés. Portanto, trazemos nesse artigo um balanço do espaço concedido pelos veículos de mídia estudados, o que nos fornece elementos para começar uma discussão sobre como foi a cobertura nas mídias impressas coletadas e analisadas.

Partimos da hipótese que há viés por parte da mídia nacional ao realizar a cobertura das corridas eleitorais, como a literatura nos sugere que tem acontecido historicamente nos últimos processos eleitorais (ALDÉ, 2003; ALDÉ, MENDES e FIGUEIREDO 2007; FIGUEIREDO, 1998; LOURENÇO, 2009; BEZERRA e MUNDIM, 2011). O que os dados nos mostram é que, como sugerido pela literatura existente sobre o tema, a mídia distribuiu a exposição dos candidatos de maneira desigual, dando indícios de confirmação da existência de viés no tempo de exposição. Isso fica mais evidente no período compreendido entre o primeiro e segundo turno, quando havia apenas dois candidatos na disputa. Na semana depois do primeiro turno, Jair Bolsonaro, candidato pelo PSL (Partido Social Liberal), esteve presente em 48,4% das capas levantadas, enquanto Fernando Haddad, candidato pelo PT (Partido dos Trabalhadores), apareceu em 30,6% delas. Na semana seguinte, uma antes do segundo turno, Bolsonaro apareceu em 58,1% das notícias de política, enquanto Haddad foi citado em apenas 34,3% delas, como o primeiro gráfico da seção três nos mostra. Isso corrobora também com a tese de defendida por Feres Júnior e Sassara (2016), que mostra o viés antipetista por parte da mídia brasileira.

Quanto a cobertura de outros candidatos que se apresentavam como sérios candidatos à presidência, como Ciro Gomes do PDT (Partido Democrático Trabalhista) e Geraldo Alckmin do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), observamos que ambos foram coadjuvantes aos olhos da mídia durante a maior parte do processo eleitoral, sendo que Ciro não foi o mais citado em nenhuma das semanas, já Alckmin apareceu mais vezes que seus adversários nas semanas 29 e 30, quando teve 33,8% e 44,1% do número de citações respectivamente.

Apesar de seu valor heurístico indiscutível, é necessário reconhecer a limitação encontrada pela escolha metodológica deste artigo e estressar o fato de que tempo de exposição não dá conta de analisar como a cobertura é feita, em outras palavras, muito tempo de exposição positiva pode acarretar diferentes impactos do que muito tempo de exposição negativa teria. Como citado anteriormente, para que essa dimensão da cobertura seja contemplada na análise, é recomendável a produção de outros estudos mais focados nesse aspecto qualitativo, seja utilizando-se da metodologia de análise de valência ou outras metodologias. Dessa maneira, ao se associar os aspectos quantitativos e qualitativos, passa a ser possível elaborar uma resposta mais robusta sobre a existência de viés durante a cobertura das eleições nas mídias estudadas.

Na segunda parte, ainda na terceira seção, os mesmos dados foram utilizados para a elaboração de um grafo de redes contendo os atores políticos e veículos de mídia presentes nas capas e as relações entre eles. A intenção ao incorporar esse recurso ao nosso trabalho era mapear e dimensionar a rede de atores políticos e institucionais a partir da metodologia de Análise de Redes Sociais (ARS). Para o grafo de redes, ao contrário do gráfico de porcentagem de citações, não é possível identificar a proporção de citações de cada candidato numericamente, entretanto, é possível se ter uma ideia sobre o volume de citações de cada um dos veículos de mídia estudados por esse artigo, já que a espessura da conexão entre os nós, que representa esse volume, é proporcional ao número de citações, portanto, quanto mais citado for um candidato por aquele veículo, mais grossa será a linha que conecta os dois na rede observada. Com isso em mente, podemos constatar, por exemplo, que Bolsonaro foi o mais citado de todos os candidatos, como já havíamos visto anteriormente, mas também ir além, dentre os veículos que citaram Bolsonaro, o Estado de São Paulo apresenta o maior número de citações ao candidato.

2. Metodologia

É necessário elucidar aspectos relacionados à coleta dos dados e a metodologia empregada neste trabalho antes de seguirmos adiante. Foram coletadas capas de nove jornais de circulação nacional e estadual durante o período compreendido entre 1 de junho e 30 de novembro de 2018. Os quatro jornais de circulação nacional são: Folha de São Paulo, Estado de São Paulo, o Globo e o Correio Braziliense; e os cinco de circulação estadual: Estado de Minas, o Tempo, Super Notícia, Metro (BH) e Hoje em Dia. Assim, a partir de quais jornais impressos farão parte de nossa base de dados, foi definido que apenas o conteúdo de suas capas se tornarão nossa fonte de dados. Os dados utilizados neste trabalho foram coletados manualmente por colaboradores do projeto de pesquisa Media Bias, que é coordenado pelo professor Felipe Nunes, do Departamento de Ciência Política da UFMG. Eles foram processados e organizados em um banco próprio, composto tanto de dados textuais das notícias quanto de características não textuais, algumas das de maior importância são: manchete, veículo, tema da notícia, nível de governo associada a notícia e personagens citados.

A escolha pela análise das capas justifica-se pelo fato de que uma análise da mídia como um todo seria virtualmente impossível e um recorte faz-se necessário. As capas e seus elementos constituintes são tratados como *proxies* para substituir a análise do conteúdo na íntegra. Apesar de apresentar algumas limitações, essa escolha metodológica se provou confiável para análises de aspectos mais genéricos da cobertura, como mostraram Althaus, Edy e Phalen (2001). Para o caso do presente artigo, que busca fazer uma análise descritiva dos dados coletados, a escolha das capas como unidade de análise se mostrou suficiente para os fins propostos, já que não faremos a análise de valências, mas sim, apenas lidaremos com a exposição midiática que cada candidato recebeu nas capas das mídias impressas coletadas, independentemente dessa exposição ser positiva, neutra ou negativa.

A capa de um jornal é responsável pela impressão inicial causada em seus leitores, funciona como vitrine das publicações ali contidas (FERREIRA JÚNIOR, 2003). Elas atraem e seduzem os leitores no intuito de incentivar a aquisição de um exemplar (TRAVASSOS, 2010), funcionam também como um sumário que contém de maneira resumida as principais matérias ali presentes, por isso, podem ser tratadas como uma boa amostra do que está contido dentro daquela edição. Dessa maneira, acreditamos que a representatividade das capas em relação à edição como um todo é satisfatória para o proposto nesse trabalho.

Entretanto, a relevância das capas não se dá apenas pela sua capacidade de atrair a atenção dos leitores, mas também por ditar o tom editorial das matérias, que por sua vez, pode afetar como elas serão percebidas e lembradas pelo público, como demonstra Ecker et al. (2014). A utilização do procedimento da análise de capas para a mensuração do viés midiático em eleições não é invenção deste trabalho, existem outros esforços nesse sentido, como o de Peake (2007) e de Feres Júnior et al. (2014), é com essa literatura que buscamos estabelecer diálogo.

Neste sentido, nosso esforço se volta para a dimensão descritiva dos dados analisados bem como para o emprego do método de ARS para investigar como os veículos de circulação impressa realizaram a cobertura do evento, ou seja, se tais veículos, que por pressuposto deveriam ser imparciais na exposição midiática dos candidatos durante as eleições, respeitaram esse princípio. Podemos, dessa forma, comparar as coberturas que cada candidato recebeu e verificar se lhes foi concedido espaço equivalente. Esse componente do viés é compreendido pelo não cumprimento do princípio da imparcialidade na cobertura das informações veiculadas pelas mídias jornalísticas, o que já é estudado internacionalmente, visto que as mídias são um importante fator para a construção e amadurecimento das posições políticas da população, além de cumprirem papel de agentes que auxiliam no fluxo de informação, como apontam Cf. Besley e Prat (2006); Larcinese, Puglisi e Snyder (2011), dessa forma, a cobertura apresenta potencial para influenciar no resultado que o pleito apresenta.

O fundamental para nossa análise é: quem são os veículos de cada notícia e quem são os personagens citados em tais notícias, sendo que consideramos apenas as notícias classificadas com a temática de eleições ou política. É indispensável que isso fique claro, pois nossa investigação não é sobre quantidade de observações em números absolutos dentre todos os tipos de notícias veiculadas nos jornais, mas sim, apenas sobre as pertencentes à temática político-eleitoral, comparando, portanto, o quanto de cobertura cada candidato recebeu em relação a toda cobertura do processo eleitoral. Do banco que apura todas as capas, totalizando 16.969 observações, foi realizado este recorte por temas, o que resultou em um banco com apenas 4.955 observações com tema de eleições ou política, o que compreende todo o universo analisado. A partir desta delimitação foram criados gráficos para a exposição dos resultados e auxiliar na visualização dos dados, como veremos na seção a seguir.

3. Resultados

Nessa seção, serão apresentados os resultados e suas respectivas análises que focam na cobertura midiática do processo eleitoral presidencial de 2018 no Brasil. Separamos a exposição dos resultados em dois momentos: o primeiro, descritivo, referente às citações dos principais candidatos à presidência nas eleições, e o segundo, focado no método de ARS em que trabalhamos de forma relacional a rede dos atores envolvidos na cobertura estudada, de forma que é possível mapear a rede de citações diretas aos personagens mencionados, bem como ter uma noção sobre o volume de citações que cada veículo de mídia estudado apresenta para cada candidato.

a) Análise descritiva dos resultados

Como apresentado, nesta seção abordamos uma análise descritiva referente às citações diretas aos principais candidatos à presidência no processo eleitoral. Apresentamos um gráfico que cobre todo o período compreendido entre 01/06/2018 e 30/11/2018, as notícias coletadas das capas dos jornais foram agrupadas em semanas para a melhor visualização dos dados. No eixo x segue a linha temporal das observações em semana a semana e no eixo y a porcentagem das citações aos candidatos à presidência. Essa escolha gráfica serve para comparar a diferente exposição que cada candidato teve ao longo do tempo em número de aparições nas capas coletadas e analisadas.

Nota-se, que no gráfico apresentado a seguir, no qual analisamos apenas os candidatos à presidência mais importantes em termos de intenção de voto e relevância histórica do partido do candidato nas eleições anteriores, a delimitação de três linhas pontilhadas no eixo x, essas linhas correspondem a eventos que julgamos relevantes, tanto para as eleições como para a sua cobertura, logo, essenciais para este trabalho. A primeira linha demarcada na semana de número 36, representa o evento da facada sofrida pelo então candidato Bolsonaro em um comício de campanha eleitoral em Juiz de Fora, em 06/09/2018, quando obteve 45,8% da cobertura. É importante ressaltar que, essa foi a semana na qual identificamos uma virada na cobertura das eleições, Bolsonaro passou a ser o candidato com maior cobertura daí em diante. Até então, Lula vinha sendo o candidato mais mencionado pelas capas, mesmo após ter tido sua candidatura barrada pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral), em 31/08/2018. Lula chegou a alcançar expressivos 84,6% da cobertura na semana 26, número que só seria superado por Bolsonaro depois de eleito. Haddad só seria anunci-

ado como candidato oficial pelo PT no dia 11/09/2019, como podemos observar no gráfico, na semana 37, quando teve papel de protagonista pela primeira vez, alcançando 22,9% da exposição, enquanto Lula perdia espaço. A segunda linha demarca o primeiro turno das eleições, ocorrido em 07/10/2018, enquanto a terceira demarca o segundo turno, em 28/10/2018.

Julgamos indispensável uma observação a ser feita a respeito do período compreendido entre o primeiro e segundo turno, mais especificamente, as semanas 41 e 42. Estas semanas são importantes para a análise porque, a essa altura, havia apenas dois candidatos na disputa, o que facilita a comparação entre as porcentagens de citações nas capas dos jornais estudados. Na semana 41, uma depois do primeiro turno, Bolsonaro obteve 48,4% das citações referentes às eleições, enquanto Haddad teve 30,6%. Já na semana 42, uma antes do segundo turno, Bolsonaro apareceu em 58,1% das capas, enquanto Haddad apenas 34,3%.

Os resultados observados a partir do gráfico abaixo nos permitem realizar algumas reflexões:

1) Apesar da desproporção de espaço concedido encontrada entre diferentes candidatos, isso não basta para cravarmos a existência de viés ou para descobrir a quem ele favorece. Porém, é certo que a questão da visibilidade é central para os estudos de viés midiático. Explicamos, apesar de uma alta visibilidade associada a uma cobertura negativa ser deletéria para a imagem dos candidatos, com certeza a baixa visibilidade também o é. Portanto, não sabemos, a partir dos dados aqui apresentados, se o candidato muito citado é prejudicado ou não, mas sabemos que aqueles que quase não aparecem tem suas chances no pleito reduzidas. Por isso, compartilhamos da opinião de que a questão da (in)visibilidade é elemento importante nos estudos de viés de mídia, como sugerem Baron (2006) e Mundim (2018).

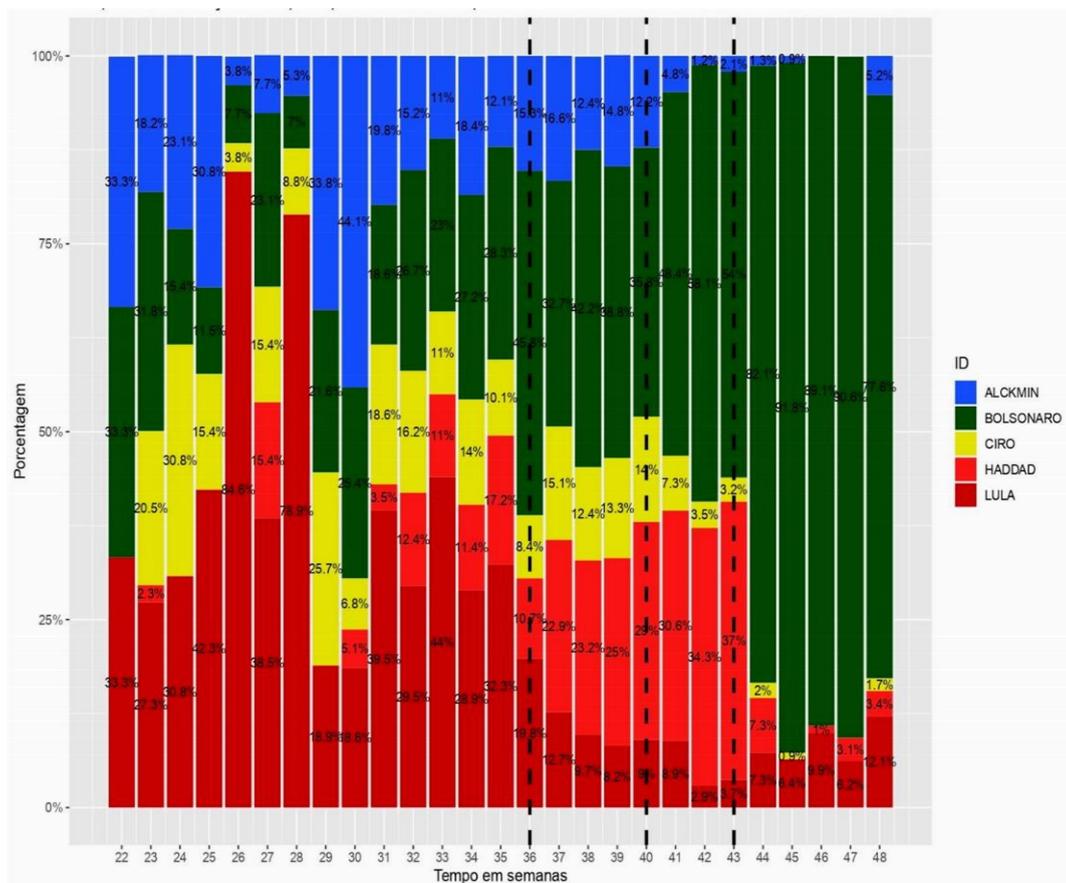
2) Também é importante ponderar que o espaço concedido a cada candidato poderia ter relação direta à posição daquele candidato no pleito ou à importância histórica do seu partido. Ou seja, poderíamos supor que os candidatos Lula/Fernando Haddad e Geraldo Alckmin, do PT e PSDB respectivamente, seriam os mais predominantes no espaço ocupado, já que seus partidos ocupam papel de protagonismo histórico nas eleições presidenciais. Também poderíamos assumir o mesmo para Jair Bolsonaro, do PSL, que surgia nas pesquisas de intenção de voto como um dos principais candidatos na corrida. Porém, o que observamos é uma prevalência dos candidatos do PT nas semanas que antecedem a

facada, com exceção às semanas 29 e 30, quando Alckmin foi o mais presente.

3) Essas considerações todas são colocadas em suspensão em decorrência da facada sofrida por Bolsonaro, que o coloca como o principal ator político presente nos jornais, como era de se esperar. Esse fenômeno, ao qual chamamos de efeito facada, dificulta a interpretação dos dados, uma vez que interfere drasticamente na dinâmica noticiosa dos veículos de mídia. Portanto, no período entre as semanas 36 (semana da facada) e 40 (semana do primeiro turno), atribuímos esse desequilíbrio à enorme repercussão que o atentado gerou e não a um possível viés identificado.

4) Por conta das reflexões apresentadas acima, no que tange a constatação da existência de viés, julgamos prudente centrarmos o foco da análise no período entre o primeiro e segundo turno, semanas 40 e 43. Durante esse período já não havia outros candidatos na corrida além de Bolsonaro e Haddad e a facada já tinha ocorrido havia algumas semanas. É justamente nesse período que observamos a maior disparidade entre a proporção de exposição entre os candidatos, e é quando acreditamos haver indícios mais fortes da existência de viés na cobertura realizada. Historicamente, as semanas que antecedem o segundo turno são muito importantes, pois é quando os indecisos acabam escolhendo um lado. Portanto, a constatação de exposição desproporcional em um momento tão crítico para a eleição, sem que houvesse um motivo que justificasse tal desproporção, como ocorreu nas semanas subsequentes à facada, pode ter causado um impacto no resultado do pleito, uma vez que Bolsonaro se absteve de participar dos debates e, mesmo assim, continuou em evidência nas principais mídias.

Gráfico 1. Porcentagem de citações dos principais candidatos à presidência nas eleições de 2018



Fonte: retirado do artigo “Presença de candidatos na mídia: uma análise das eleições brasileiras de 2018” elaborado pelos integrantes³ do grupo de pesquisa Media Bias e apresentado no XIV Congresso Nacional de Ciência Política “*La política en incertidumbre. Reordenamientos globales, realineamientos domésticos y la cuestión de la transparencia*”, organizado pela Sociedad Argentina de Análisis Político e pela Universidad Nacional de San Martín, realizado entre 17 e 20 de julho de 2019.

³ * Florencia Lorenzo – Mestranda em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais. Contato: flopi.lor@gmail.com

* Marina Amorim – Mestranda em Estatística pela Universidade Federal de Minas Gerais. Contato: mamorim@ufmg.br

* Pedro Amorim – Mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais. Contato: pedroamorim2005@gmail.com

* Bárbara Salatiel Borges – Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais. Contato: barbarasalatiel.borges@gmail.com

b Análise dos resultados a partir do método de ARS

Nesta segunda seção apresentaremos o resultado da análise produzida a partir do método de ARS. Ela consiste em um grafo que plota a rede de atores gerada a partir dos veículos jornalísticos e dos candidatos à presidência. Podemos, então, visualizar quais veículos jornalísticos citaram mais ou menos cada candidato nessa representação da rede “two-mode network”, que é caracterizada por agregar em sua estrutura pessoas, organizações, coletivos/agregados (comunidades, estados-nação, municípios). Como argumentam Silvio Salej Higgins e Antônio Carlos Ribeiro (2018, p. 91), neste tipo de rede podem constituir os seguintes tipos de relações:

- Formas de filiação voluntária a diversos tipos de organizações
- Transações ou transferência de recursos materiais: comprar, vender, tomar emprestado de, emprestar a etc.
- Transferência de recursos não materiais: enviar ou receber informação
- Interações: ajudar a, controlar a etc.
- Movimento: físico (migrar para), social (mudar de status)

Nos interessa, porém, compreender como a rede mostrada foi construída. Ela representa os candidatos em vermelho e os veículos jornalísticos em azul, além dos laços entre eles, que é representado pelas setas. A direção para que a seta aponta indica o sentido do fluxo de informação, em outras palavras, mostra quem cita e quem é citado. Nesse caso, os jornais representam a parte emissora, enquanto os políticos citados, os receptores.

Dessa maneira conseguimos analisar o fluxo das informações na rede e sua intensidade entre cada candidato e o jornal. Quanto à intensidade da relação, pôde ser mensurada através do peso dado a cada relação entre um candidato e um jornal, ou seja, quanto mais cobertura um jornal der a um candidato mais larga será a representação da seta que parte do emissor (jornal) e segue para o receptor da interação (candidato).

A verdadeira rede consta em anexo, porém, a apresentada aqui é uma representação derivada da original. Ambas contêm as mesmas informações, porém, optamos por utilizar a rede apresen-

Uma análise de rede das mídias tradicionais e a cobertura das eleições

tada de maneira circular para facilitar a visualização e compreensão das informações ali contidas. O grafo de redes nos mostra claramente que, Bolsonaro foi o candidato mais citado pelos veículos jornalísticos estudados, confirmando o que as proporções anteriores mostravam. Ele nos permite também, saber qual veículo teve o maior volume de citações, como por exemplo, o Estado de São Paulo foi responsável pela maior parte de todas as citações a Bolsonaro dentre os outros veículos jornalísticos. É possível observar também, que os veículos de circulação nacional têm um balanço de exposição desigual superior aos veículos estaduais, que apresentam suas representações de dos laços em espessuras similares em relação aos candidatos.

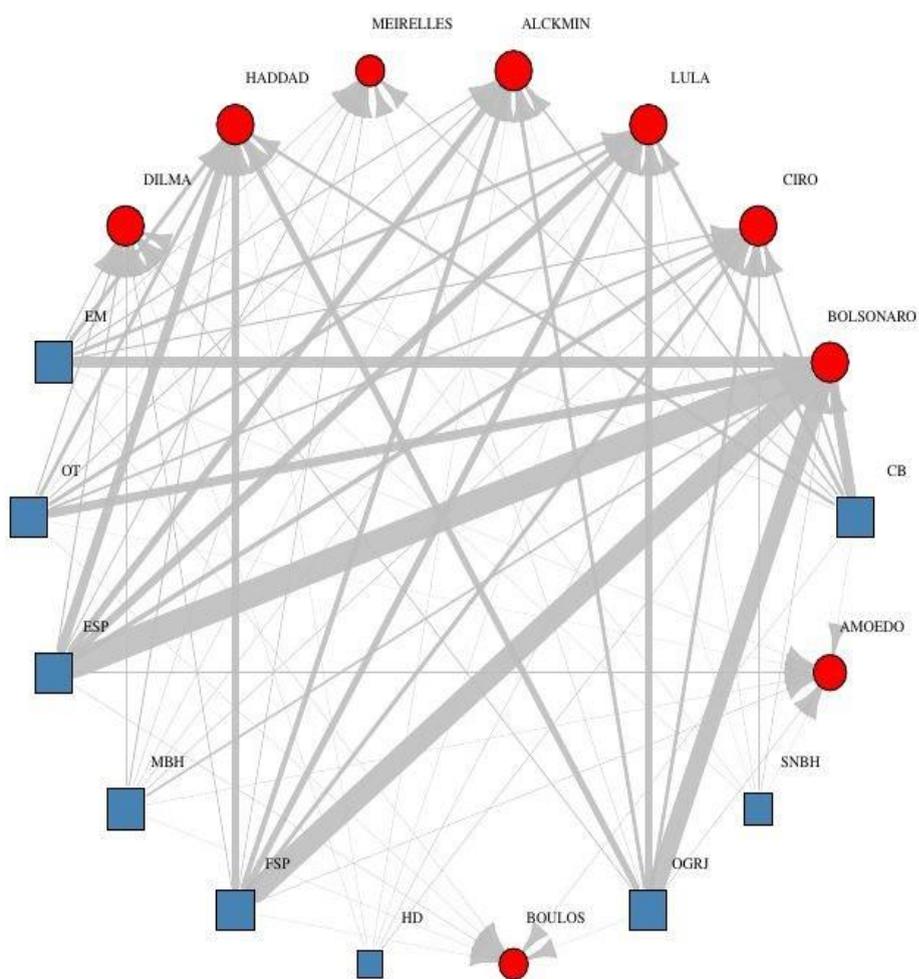


Gráfico 2. **Representação circular da rede (2-mode network)**

Fonte: elaboração própria.

Jornal	Sigla
Correio Braziliense	CB
Estado de Minas	EM
O Tempo	OT
Estado de São Paulo	ESP
Metro (BH)	MBH
Folha de São Paulo	FSP
Hoje em Dia	HD
O Globo (RJ)	OGRJ
Super notícia (BH)	SNBH

Tabela 1: Tabela de legendas para as siglas da dos jornais representados nas redes plotadas:

4. Conclusão

A partir dos dados analisados, concluímos que a cobertura jornalística realizada pelas mídias impressas estudadas dá indícios que apontam para a existência de viés, uma vez que espaço cedido é um dos elementos constituintes do viés. Em um primeiro momento, mais distante da eleição, Lula vinha recebendo bastante destaque. Supomos que isso seja em decorrência das polêmicas associadas à sua candidatura, à operação Lava-Jato e à sua expressiva popularidade, construída no período em que esteve à frente da presidência da república. Em um segundo momento, já com as eleições mais próximas, outros candidatos ganharam mais espaço, e a presença de Lula foi gradualmente caindo, até que Haddad assume o protagonismo com a oficialização de sua candidatura, quando seus números de exposição ultrapassam os de Lula pela primeira vez. Outra conclusão que pudemos chegar, foi o do papel de centralidade que a facada atribuiu a Bolsonaro, que teve a maior cobertura dentre os candidatos pela primeira vez exatamente na semana do atentado. Daí em diante, seu nome foi o mais presente até o final do segundo turno e nas semanas seguintes, o que chamamos de efeito facada.

Gostaríamos de dar destaque especial às duas semanas entre o primeiro e segundo turno por três motivos: 1) O crescimento da cobertura dedicada à Bolsonaro e o desequilíbrio identificado no espaço concedido pela mídia poderia ser justificado pelo evento

da fachada, que naturalmente, atraiu muita atenção e dominou os noticiários nas semanas subsequentes. Portanto, a argumentação a favor da existência de viés nesse período fica mais frágil por conta disso, todavia, a semana que antecedeu a eleição ocorreu seis semanas após a fachada, quando a repercussão da fachada já havia arrefecido; 2) A semana que antecede a votação é de suma importância para o desfecho do pleito e, justamente nessa semana, a diferença entre a cobertura dedicada a Bolsonaro e Haddad foi de 23,8% pontos percentuais, o que é uma diferença bastante expressiva; 3) Nestas duas semanas, havia apenas dois candidatos ainda na disputa, o que facilita a comparação entre eles e, por conseguinte, auxilia a análise do balanço de visibilidade dos candidatos. A partir dos dados referentes às essas semanas, concluímos que, na reta final, há fortes indícios de viés na cobertura da mídia, o que garantiu visibilidade extra para Bolsonaro, podendo assim, tê-lo favorecido.

Por fim, gostaríamos de repetir que os resultados não são totalmente conclusivos pela limitação metodológica decorrente na falta da análise de valências. Porém, mesmo assim, como a literatura citada nesse artigo sugere, estudos de viés consideram a questão da visibilidade e exposição de suma importância para a questão e é dessa forma que esse trabalho contribui com essa literatura. Sugerimos que, para a obtenção de resultados mais robustos e consistentes, estudos futuros façam um esforço complementar de trazer a análise de valências e, associada aos dados contidos neste trabalho, reflitam mais a fundo sobre a existência de viés na cobertura das eleições presidenciais de 2018.

Bibliografia:

ALDÉ, Alessandra. As eleições presidenciais de 2002 nos jornais. *Alceu*, v. 3, n. 6, p. 93-121, 2003.

ALDÉ, A., MENDES, G., FIGUEIREDO, M. Tomando partido: imprensa e eleições presidenciais em 2006. *Política e Sociedade*, n. 10, 2007.

ALTHAUS, S., Edy, J., & PHALEN, P. (2001). Using Substitutes for Full-Text News Stories in Content Analysis: Which Text Is Best? *American Journal of Political Science*, 45(3), 707-723. doi:10.2307/2669247

AVRITZER, Leonardo. O pêndulo da democracia no Brasil: Uma análise da crise 2013-2018. *Novos Estudos*, n. 111, p. 272-289, 2018.

AZEVEDO, Fernando. Eleições presidenciais, clivagem de classe e declínio da grande imprensa. *Revista USP*, n. 90, p. 84-101, 2012.

- _____. Mídia e democracia no Brasil. Relações entre o sistema de mídia e o sistema político. *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, vol. 12, nº 1, Abril–Maio, p. 88–113, 2006.
- BARON, David P. A persistente media bias. *Journal of Public Economics*, v. 90, p. 1–36, 2006.
- BESLEY, Timothy, and Andrea Prat. “Handcuffs for the grabbing hand? Media capture and government accountability.” *The American Economic Review* 96.3 p. 720–736, 2006.
- BEZERRA, H. D.; MUNDIM, P. S.. Qual foi o papel das variáveis midiáticas na eleição presidencial de 2010? *Opinião Pública*, Campinas, vol. 17, n. 2, p. 452–476, 2011.
- BIROLI, F.; MIGUEL, L. F.; MOTA, F. F.. Mídia, eleições e pesquisas de opinião no Brasil (1989–2010): um mapeamento da presença das pesquisas na cobertura eleitoral. *Compólitica*, 1.1, p. 67–90, 2011.
- CERVI, Emerson; MASSUCHIN, Michele. A agenda da mídia impressa brasileira durante o período eleitoral de 2010: a visibilidade dos temas políticos, sociais e de entretenimento. *Observatório Journal*, vol. 7, n. 1, p. 219–242, 2013.
- ECKER, Ullrich. K.; LEWANDOWSKY, Stephan; CHANG, Ee. Pin; PILLAI, Rekha. The effects of subtle misinformation in news headlines. *Journal of experimental psychology. Applied*, v. 20(4), p.323–335, 2014.
- FERES JÚNIOR, João, SASSARA, Luna de Oliveira; BARBABELA, Eduardo; MIGUEL, Lorena; CÂNDIDO, Marcia Rangel; SILVA, Thyago de Simas. A (in)clemente mídia das eleições. *Insight Inteligência*, n. 67, p. 46–59, 2014.
- FERES JÚNIOR, João; SASSARA, Luna. O cão que nem sempre late: o Grupo Globo e a cobertura das eleições presidenciais de 2014 e 1998. *Revista Compólitica*, v. 6, n. 1, p. 30–63. 2016
- FERREIRA JÚNIOR, José. *Capas de Jornal: A primeira imagem e o espaço gráfico-visual*. São Paulo: Editora Senac, 2003.
- FIGUEIREDO, Rosali. Mídia e eleições: cobertura jornalística da campanha presidencial de 1994. *Opinião Pública*, Campinas, vol. V, n. 1, Novembro, p. 72–89, 1998.
- HIGGINS, Silvio Salej; ANDRADE RIBEIRO, Antonio Carlos. *Análise de redes em Ciências Sociais – Brasília: Enap*, p. 91, 2018.
- KUCINSKI, Bernardo. *A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro*. [S.l: s.n.], 1998.
- LARCINESE, Valentino; PUGLISI, Riccardo; and SNYDER, James M. “Partisan bias in economic news: Evidence on the agenda-setting behavior of US newspapers.” *Journal of Public Economics* 95.9 (2011): 1178–1189.
- LAZEGA, E., & Higgins, S. S. (2014). *Redes sociais e estruturas relacionais*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço.
- LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. Indústria da comunicação: personagem principal das eleições presidenciais brasileiras de 1989. A: Intercom. *Revista Brasileira de Comunicação*, n. 62/63, 1990.
- LOURENÇO, Luiz Claudio. Propaganda Negativa: ataque versus votos nas eleições presidências de 2002. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 15, n. 1, p. 133–158, 2009.

LUSHER, D., Koskinen, J., & Robins, G. (2012). Exponential random graph models for social networks: Theory, methods, and applications. Cambridge University Press.

MATOS, Carolina. Mídia e política na América Latina. Civilização Brasileira, 2013.

MCCOMBS, M. E.; SHAW, D. L. The agenda-setting function of mass media. *Public opinion quarterly*, 1972, 36.2: 176-187.

MIGUEL, Luis Felipe. Eleições, opinião pública e mídia: reflexões a partir das eleições brasileiras de 2002. *Política e sociedade*, n. 2, p. 41-66, 2003.

_____. DOSSIÊ "MÍDIA E POLÍTICA". Apresentação. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, 22, p. 7-12, jun. 2004.

MUNDIM, Pedro Santos. Imprensa e voto nas eleições presidenciais brasileiras de 2002 e 2006. *Revista de Sociologia & Política*, v.20, n.41, p. 123-47, 2012.

_____. O viés da cobertura política da imprensa nas eleições presidenciais brasileiras de 2002, 2006 e 2010. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*, Brasília, n. 25, p. 7-46, Jan. 2018.

_____. Um modelo para medir os efeitos da cobertura da imprensa no voto: teste nas eleições de 2002 e 2006. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 16, n 2, p.394-425, 2010.

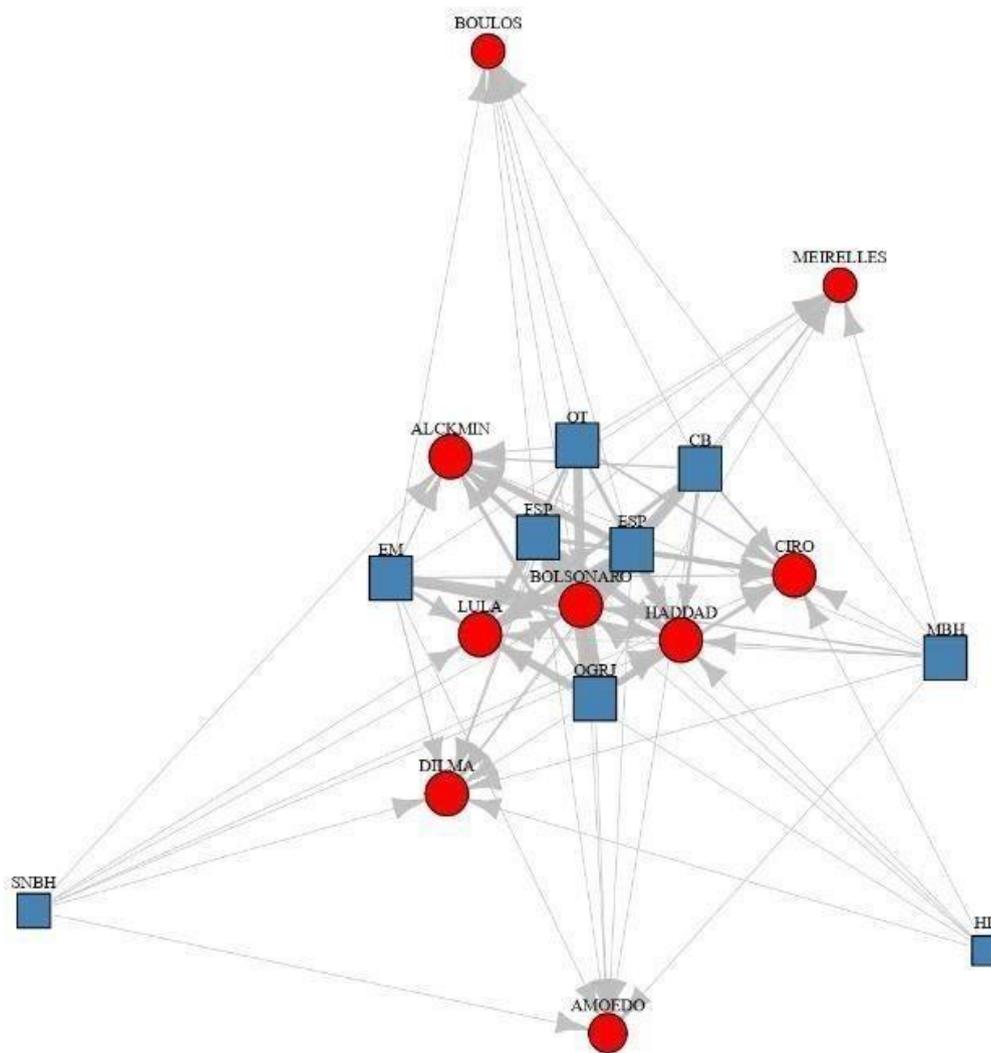
NUNES, Felipe; RANULFO MELO, Carlos. Impeachment, political crisis and democracy in Brazil. *Revista de Ciência Política*, vol. 37, no 2, 2017.

PEAKE, Jeffrey S. Presidents and Front-page News: How America's Newspapers Cover the Bush Administration. *The Harvard International Journal of Press/Politics*, v.12, n.4, p.52-70, 2007.

RUBIM, A. A. C.; AZEVEDO, F. A., Mídia e política no Brasil. *Textos e agenda de pesquisa*. Lua Nova, São Paulo, n. 43, p. 189-216, 1998.

R Core Team (2017). R: A language and environment for statistical computing. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria. URL: <https://www.R-project.org/>
<https://kateto.net/network-visualization>
<http://neilsoncrepalde.github.io/>

Apêndice 1 – Representação da rede original (*2-mode network*) a partir da qual foi criada a rede circular presente no gráfico 4.



Fonte: elaboração própria.

O QUE PODE UMA ANTROPOLOGIA DA CIDADE?¹

Fernando Pinho²

FRÚGOLI JR., Heitor et al. (orgs.). **Práticas, conflitos, espaços:** pesquisas em antropologia da cidade. São Paulo: Gramma, 2019.

No início de 1970, Gilberto Velho, ao apresentar sua pesquisa sobre o Edifício Estrela (em Copacabana, Rio de Janeiro) se indagou: “Até que ponto a Antropologia Social pode ser útil para a investigação do meio urbano, especificamente das grandes metrópoles?”. A partir desta questão, o antropólogo brasileiro demarcou uma inflexão no paradigma de que a antropologia era retida ao estudo dos “outros”, deixando o “nós”, até então, impossibilitado de figurar como objeto de estudo. A inserção do pesquisador em uma sociedade complexa, na qual ele mesmo habitou e que esta mesma, por sua vez, seria função de outras relações, demandou outras questões e procedimentos de análise. Seria impossível, portanto, “em nome de uma tradição antropológica” (VELHO, 1973, p. 86), tomar uma sociedade complexa como uma tribo indígena isolada. Tal (re)direcionamento implicou em um necessário distanciamento como gesto metodológico-interpretativo, bem como uma dose de flexibilidade metodológica, numa espécie de calibragem do cabedal da antropologia em seu nascimento, com importante acento na relativização dos “*a priori*”, escapando, pois, de uma análise reificante da vida. Essa flexibilidade, inclusive, como apontou Velho em seu livro *A utopia urbana*, conduziria para a necessidade de um trabalho interdisciplinar nos estudos urbanos.

Passadas décadas após o seminal livro de Velho, assim como seus inúmeros desdobramentos no campo da antropologia, chega a nós uma das mais recentes produções do Grupo de Estudos de Antropologia da Cidade (GEAC)³: a coletânea *Práticas, conflitos, espaços: pesquisas em antropologia da cidade*. Antes de qualquer observação, penso ser necessário destacar que, nesta resenha, meus comentários estão determinados por minha trajetória intelectual e profissional nas áreas do planejamento e da gestão urbana. Assim, parafraseando Gilberto Velho, saliento que

¹Agradeço à leitura generosa e comentários feitos por Stéphanie Assaf, arquiteta e doutoranda do IPPUR/UFRJ. Os meus agradecimentos aos editores/as da revista CSOnline pela compreensão e solidariedade nesses tempos de COVID-19.

²Funcionário do Governo do Pará, com doutorado em Planejamento Urbano e Regional (UFRJ) e estágio de pós-doutorado em Urbanismo (PUC Campinas). Participa do grupo de estudos Cidade: representação e imaginário (IPPUR/UFRJ) e do GILDA - Grupo Interdisciplinar em Linguagem, Diferença e Subjetivação (UFPR), fernandopinossa@yahoo.com.br.

³ O GEAC é sediado na USP e liderado por Heitor Frúgoli Jr., um dos organizadores da coletânea.

O que pode uma antropologia da cidade?

a minha leitura foi guiada por uma reflexão sobre como e em que uma antropologia da cidade poderia interessar ao planejamento urbano e ao urbanismo.

Gostaria de chamar a atenção para o subtítulo da obra, que aponta não só para a nomeação de um plano temático, mas também e, principalmente, para um viés teórico-metodológico. Assim, uma antropologia da cidade é diferente de uma antropologia na cidade, ainda que possam estabelecer complementariedade. Essa diferença fica bem clara na introdução ao livro, em que Frúgoli Jr., recorrendo a José Guilherme Magnani⁴, afirma que a antropologia da cidade privilegia as “relações entre os agentes e o espaço urbano”, articulando paisagem, equipamentos urbanos e instituições. Longe de abordar a cidade como “um mero pano de fundo”, o que interessa mesmo para uma antropologia da cidade é a trama tecida por essas relações “em que se condensam diversas práticas, em diferentes escalas e formas, com modalidades distintas de trocas, encontros e sociabilidades” (FRÚGOLI JR., 2019, p. 10).

Em uma perspectiva ampla, a coletânea remete a um efeito de panorama do trabalho intelectual do GEAC, compreendendo (em sua grande maioria) pesquisas de mestrado e doutorado, entre 2005 e 2014, durante os quase 15 anos de existência do grupo. A etnografia é um elemento basilar desses estudos, “com atenção às práticas e aos conflitos, sem definir categorias apriorísticas, voltando-se, de fato e sob diversos ângulos, para o contexto produzido gradativamente pela própria observação” (Ibid., p. 14). Trata-se de se “produzir uma etnografia sensível à experiência urbana dos sujeitos” interlocutores da pesquisa, com o devido afastamento do “‘realismo sociológico’ produzido pela visão normativa dos especialistas da cidade”, em busca “de uma perspectiva mais aberta e sensível aos processos simbólicos construídos pelos cidadãos em seus movimentos e práticas cotidianas” (ADERALDO, 2019, p. 286–287). É assim, inclusive, que a pesquisa etnográfica produziria um “conhecimento urbano”, sendo esse o próprio das condições de possibilidade de uma antropologia da cidade.

Atravessando a sociologia, filosofia, história e da antropologia social, já assinalando a interdisciplinaridade das pesquisas do GEAC, observei o destaque para as contribuições de Georg Simmel, Erving Goffman, Michel de Certeau e Michel Agier, além

⁴ Antropólogo, professor e coordenador do Laboratório do Núcleo de Antropologia Urbana da USP.

O que pode uma antropologia da cidade?

das de Heitor Frúgoli Jr. e de José Guilherme Magnani. Daí a centralidade de conceitos e noções como sociabilidade, cotidiano, prática, fazer cidade e situação.

É sobre esse terreno que se assenta o livro. Em pouco mais de 300 páginas se distribuem a introdução feita por Frúgoli Jr. e 12 capítulos, onde a quase totalidade das pesquisas se concentra nas duas grandes metrópoles brasileiras, com a primazia de São Paulo, e depois o Rio de Janeiro. Exceção é feita no artigo “Da aldeia à metrópole e de volta: circulação transnacional, relações e práticas de migrantes portugueses” (Cap. 9), de Wesley Rodrigues, que se baseia em uma etnografia sobre os modos de estar e se mover dos imigrantes entre Portugal e França.

Os dois capítulos iniciais da coletânea tratam, com diferentes abordagens, sobre a assistência social. Em “Urgências nas ruas: experiências de um serviço móvel para a população de rua em São Paulo”, Daniel De Lucca busca entender como são significadas a urgência e a emergência por parte de profissionais de assistência social em sua relação com a “população de rua”. Longe de uma acepção datada historicamente, estável, o autor chama atenção para o entendimento da urgência como uma prática e como categoria de intervenção pública. Já em “Direitos e responsabilidades: parcerias público-privadas na prestação de serviços de saúde em uma favela paulistana”, Jessica Sklair faz uma análise da trama estabelecida entre segregação e filantropia. Partindo de uma investigação feita em Paraisópolis, segunda maior favela de São Paulo, a antropóloga realça os arranjos público-privados de assistência social, bem como as atribuições de significados a esse serviço.

No terceiro capítulo, “Do bairro à cidade: espaços morais e disputa urbana no Pinheirinho, São José dos Campos (SP)”, Inácio de Andrade mostra como são acionadas as concepções de bairro, trabalhador e ordenamento urbano em contraposição às de favela, bandidagem e desordem como um fundamento para as negociações mediadas pelas experiências de militantes pelo direito à moradia. Com base no cotidiano dos moradores, suas vivências e seus percursos pela cidade é que se constituíram os arranjos de disputa e negociação.

Esse movimento de significados sobre os lugares também pode ser observado no texto de Juliana Cunha, intitulado “‘Nossa casaca é dupla-face’: uma análise situacional da trama articulada em torno da atuação de políticas públicas no ‘Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo’”. Por meio de sua participação em

O que pode uma antropologia da cidade?

reuniões comunitárias, a pesquisadora faz uma análise de conflitos observados, dando a ver a dinâmica organizacional estabelecida entre moradores, em termos de alianças, rupturas e (re)arranjos. As políticas públicas citadas se referem à implantação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) e de medidas de regularização urbana e fundiária, que, ao fim e ao cabo, mudariam o status desse território: da favela para a categoria de bairro.

Do que foi apontado por Juliana Cunha, destaco dois pontos importantes. O primeiro ponto diz respeito à alegada ausência do Estado nas favelas. A pesquisa mostra que essa ausência não se verifica; ao contrário, “o Estado não esteve ausente das favelas ao longo do século XX e nesse início de XXI, mas sim atuando de uma forma específica nesses territórios, onde, dessa maneira, produziu e consolidou suas margens” (CUNHA, 2019, p. 99). O segundo ponto tem a ver com as concepções e usos do espaço, distintas segundo a posição que se toma. Por exemplo, a ideia de a favela ser um espaço isolado da cidade e de ser um problema a superar. Nada mais falso do que esse isolamento, considerando que a própria existência desse lugar se dá em relação a outros lugares. Outro exemplo: para o Estado, a favela é percebida como “um todo integrado, coeso e uniforme”, e assim se pressupôs que as duas favelas constituíam um “complexo”, o Complexo Pavão–Pavãozinho–Cantagalo, não considerando suas espacialidades, diferenciações e formas de organização. Entretanto, para os moradores, duas favelas existiam, sendo vizinhas, porém distintas.

Em “Através da rua: outros pontos de vista sobre a Lapa carioca”, Natalia Fazzioni parte de uma etnografia baseada nas experiências de três interlocutores e suas relações com o bairro e entre si mesmos em um contexto de mudanças. Tais mudanças se referem, em grande parte, ao que se chamou, em termos de política urbana, de um programa de revitalização⁵, na qual o apelo à vocação cultural da cidade aparece como um importante ingrediente.

Não há espaço aqui para as críticas à própria nomeação e às características desse tipo de ação, importando fixar o que interessa: a compreensão do termo como uma **categoria nativa** (e não como um conceito vinculado a práticas governamentais), e como esse termo é acionado e manejado por seus interlocutores

⁵ Longe de um único significado, o termo “revitalização (urbana)” é polissêmico. Para mais informações, sugiro a consulta de Maricato (2001), Leite (2010) e Arantes (2012), entre outros.

O que pode uma antropologia da cidade?

em suas relações e negociações com o poder público. Por exemplo, para reivindicar um alvará para realização de show de seu grupo musical, um dos interlocutores aponta para “o momento de revitalização da Rua da Lapa” como argumento para tal pedido⁶.

Natalia Fazzioni afirma que, durante sua pesquisa na Lapa, o poder público lhe pareceu ter uma pequena participação, cabendo maior destaque às ações realizadas por outros agentes, com exceção feita à presença da polícia, que mantinha uma relação dúbia com atividades informais e ilegais ali encontradas. Permitam-me discordar, em parte, dessa afirmação. Como podemos observar no trabalho de Juliana Cunha, sobre o Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo, temos a afirmativa de que o Estado não estava ausente nas favelas, mas sim atuando de modo singular. Estendo essa mesma proposição para o caso da Lapa, com a diferença que o Estado atua em uma lógica dupla de se fazer visível e invisível, como uma forma de governar. Uma presença naquilo que parece ser ausência.

Mais à frente, também sob o horizonte da revitalização urbana, no texto “Memórias e futurismos no projeto Porto Maravilha, Rio de Janeiro” (Cap. 6), Mayã Martins tratou sobre os discursos sobre o Porto Maravilha, procurando compreender as referências simbólicas sobre a cidade ali presentes. Para tanto, a pesquisadora empreendeu uma etnografia *sui generis*, em busca da vivência da patrimonialização, articulando pesquisa jornalística e pesquisa de campo, em meio ao carnaval e demais eventos oficiais, e que a tornou, inclusive, uma artista penalta.

Assim como outros projetos alinhados à “revitalização urbana”, o Porto Maravilha teve como uma de suas principais justificativas a retórica de abandono e degradação e a necessidade de um retorno ao centro. A (re)valorização desse lugar passou por sua patrimonialização, cuja vivência promoveu “recortes sobre a cidade que selecionam elementos considerados significativos para a construção de sua singularidade” (MARTINS, 2019, p. 156) e remete a uma permanente luta simbólica. Em seu escopo, o Porto Maravilha operou tanto “as ideias de valorização do passado e da memória quanto com as de avanço tecnológico e de futurismo” (Ibid., p. 144), mobilizando uma memória do passado e uma memória do futuro (MARIANI 1998).

⁶ O que apontaria para a circulação do discurso urbanístico em outros espaços discursivos. Sobre isso, conferir Pinho (2015).

O que pode uma antropologia da cidade?

No Capítulo 7, Julio Talhari se contrapõe às análises que afirmam que os equipamentos culturais se reduzem apenas a ser espaços de consumo. Em seu texto “Arte e espaço urbano: relações de sociabilidade entre os visitantes da Pinacoteca de São Paulo”, o autor demonstra que, para além dessa concepção negativa, o museu é um espaço constituído por relações sociais, estabelecidas entre e pelos visitantes, tanto no seu interior quanto no exterior dele. Assim, a relação com a cultura material (obras de arte e a arquitetura) faz parte dos processos de subjetivação.

Sobre os textos que se debruçaram em aspectos das iniciativas de renovação urbana, penso que merece ser feita uma consideração. Salvo engano, observei certa aderência à alegada necessidade de revitalização dos espaços, em especial dos centros das cidades, que é amparada na retórica da degradação. Cabe destacar que não há qualquer naturalidade em tal condição. Ela não é pré-discursiva e muitas vezes se reveste de contradição, posto que, para quem os habita, para quem exerce ali suas redes de sociabilidade, esses espaços não são enunciados como em abandono ou em crise.

Prosseguindo, em “Percurso etnográfico no shopping ‘gay’ de São Paulo: análise em retrospectiva”, retomando sua pesquisa de iniciação científica, Bruno Puccinelli problematiza um exercício etnográfico sobre/no shopping Frei Caneca e a atribuição de uma identidade “gay” a esse centro comercial. As aspas em “gay” sinalizam o distanciamento de uma noção essencialista da identidade, reconhecendo que essa atribuição se faz contingencialmente, não dando conta de outras formas classificatórias. Para além do termo guarda-chuva “gay”, as menções a “ursos”, “mariconas” e “barbies”, por parte dos entrevistados, apontam para outros modos “como essas enunciações sexualizam espaços e especializam sexualidades” (Ibid., p. 209). Nesse sentido, a etnografia privilegiou a descrição do espaço físico do centro comercial, os fluxos de visitantes e as práticas de sociabilidade e de encontros sexuais.

Em “Os skatistas e cidade: considerações sobre uma prática cidadina”, Giancarlo Machado mostra como o skate se apresenta como uma modalidade de uso do espaço que foge às determinações urbanísticas, embora sob alvo de regulação e disciplinarização. Entre os sentidos de marginalidade e de esporte, as experiências dos skatistas ressignificam os espaços, conferem novos usos e, em suas práticas, “fazem a cidade”. É desta maneira que os adeptos do skate manejam suas posições de cidadão e de cidadão, com direitos e deveres, fazendo um contraponto entre

O que pode uma antropologia da cidade?

elas. Ao transitar pela cidade, o olhar apurado do skatista, um “olhar skatista”, conforme o denomina o pesquisador, enxerga o espaço urbano segundo suas possibilidades de ser um lugar possível e passível de suas manobras, de seus rolês, enfim de ser um lugar “skatável”.

“Cidades futebolísticas: territorialidades e circulação de jovens futebolistas em São Paulo”, de Enrico Spaggiari, e “Imagens (e imaginários) de cinema insurgentes: práticas e representações de jovens realizadores (áudio) visuais nas “periferias” paulistanas”, de Guilherme Aderaldo, são os últimos capítulos desta coletânea. Há uma reflexão que os une: a crítica à noção de periferia como uma categoria universal, estável e generalizante. Ao contrário disso, esses pesquisadores mostram que o termo “periferia” deve ser encarado como uma categoria relacional, contrastiva e instável, e que é acionada conforme as situações colocadas e vividas pelos sujeitos. A noção de periferia deve, portanto, ser questionada, alargada e complexificada. Menos que definir o que seria “a periferia” dentro de modelos rígidos e pré-estabelecidos, a investigação antropológica precisa vislumbrar diferentes formas de sua disputa simbólica.

Semelhantes aos skatistas de Giancarlo Machado, os jovens futebolistas estudados por Enrico Spaggiari reinventam o cotidiano e ressignificam espaços através de seus percursos pela cidade. Assim como foi indicado para o “olhar skatista”, poderíamos dizer que, ao mapear os lugares e lhes conferir significados outros, instituindo um “saber futebolístico”, os jogadores de bola agem por meio de seu “olhar futebolístico”. Então, estes jovens fazem “cidades futebolísticas”, assim como os skatistas fazem “cidades skatáveis” com o seu “saber skatista”.

Por fim, o texto de Guilherme Aderaldo trata de sua pesquisa junto a uma rede de jovens comunicadores populares, vinculados a áreas marginalizadas. Tal investigação procurou entender como esses sujeitos se apropriavam da linguagem audiovisual como recurso de manifestação política e de crítica sobre as desigualdades sociais. Incomodava a esse coletivo o discurso sobre eles, produzido por ONGs e empresas em vista da tal responsabilidade social, o que, então, incentivou a formação dessa rede, como um contraponto estético-político.

E assim a coletânea GEAC se encerra. Para finalizar esta resenha, quero trazer de volta a questão com a qual iniciei sua escrita: Como e em quê a antropologia da cidade poderia interessar ao

O que pode uma antropologia da cidade?

planejamento urbano e ao urbanismo? Para o campo dos estudos urbanos, o que pode uma antropologia da cidade?

Há tempos atrás, li que a conjugação entre um bom livro e uma boa leitura tem o condão de transformar o leitor. Ocorreria, por conseguinte, uma espécie de deslocamento, em que o sujeito se escancara com a possibilidade de ser e de pensar de outra forma. Com inquietação e curiosidade é que li o *Práticas, conflitos, espaços*. Os meus próprios limites em relação àquilo que penso, pesquiso e escrevo pareciam se dilatar. Talvez, tamanha empolgação esteja presente em meu texto.

Parece-me claro que a orientação etnográfica pode (e muito!) ajudar às pesquisas no campo do planejamento urbano e regional. Arrisco-me a dizer que os pesquisadores não-antropólogos (e os pesquisadores antropólogos pela cegueira promovida por certa ortodoxia em nosso campo disciplinar) deslizam e caem repetidas vezes nesse perigo: o de enquadrar rigidamente a empiria para fazê-la corresponder a conclusões pré-estabelecidas, ao que já está formatado. Isso tende a obscurecer a possibilidade de abertura ao novo que a empiria pode (e deveria) trazer. O mar revoltado assusta marinheiros que buscam a segurança da terra firme.

Cada vez mais, e agora com o estímulo provocado por esta resenha, se fortalece a minha opinião de que o dito "saber técnico especializado" precisa reconhecer enfaticamente suas interrelações. O saber urbanístico (ORLANDI, 2004; BARBOSA FILHO, 2012) precisa multiplicar os seus horizontes, ser contagiado e impregnado por outros saberes. Sob essa orientação, estou de acordo com a ponderação feita por Frúgoli Jr. (Op. cit., p. 13) de que é necessário irmos "para além dos diagnósticos pessimistas da 'não cidade', dos 'não-lugares' ou do 'pós-urbano'", reconhecendo que as redes entretecidas no cotidiano urbano são, em última e fundamental instância, as "reveladoras de significados mais abrangentes sobre a cidade".

Referências

ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES et al. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 11-74.

BARBOSA FILHO, Fábio Ramos. **A escrita urbana nos (des)limites do (im)possível**. 2012. Dissertação (Mestrado em Linguística) – UNICAMP.

O que pode uma antropologia da cidade?

LEITE, Rogério Proença. A exaustão das cidades: antienobrecimento e intervenções urbanas em cidades brasileiras e portuguesas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n. 72, p. 73–88, fev. 2010.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais (1922– 1989). Rio de Janeiro: Revan; Campinas: UNICAMP, 1998.

ORLANDI, Eni. **Cidade dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2004.

PINHO, Fernando. **A volta do bonde a Belém**: cidade, discurso e saudade. 2015. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – UFRJ.

V
E
L
H
O
,

G
i
l
b
e
r
t
o
.

A

**u
t
o
p
i
a**

**u
r
b
a
n
a**
:

u
m

e
s
t
u
d
o

d